Avenida 16 de Novembro - c. 1916

Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará

. . . .

Edições do Senado Federal – Vol. 30

ENSAIO COROGRÁFICO SOBRE A PROVÍNCIA DO PARÁ

Antônio Ladislau Monteiro Baena

Cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz, moço fidalgo da Casa Imperial, sargento-mor de artilharia, antigo professor da aula militar da sobredita província e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil &.

Brasília – 2004

. . . .

Ofício do presidente da província do Pará dirigido ao autor da presente obra acerca da impressão dele

TENDO em 20 de julho respondido a V. Sª que não estava resolvido a dispensá-lo da Comissão encarregada de colher dados estatísticos da província, a qual, bem que desprovida de membros, e constando hoje apenas de V. Sª, pode ser ainda reanimada, e completa; e que aceitava com muito prazer, e para mandar imprimir a expensas do tesouro o ensino corográfico desta província por V. Sª escrito, e fruto de suas indagações quando membro da referida comissão; dir-lhe-ei que estou ainda do mesmo acordo, e que para ver revisada a impressão da obra hei dado ordens à tesouraria provincial para pagar suas despesas, receber, e fazer vender por conta da mesma os 300 exemplares, que lhe ficam pertencendo, a fim de ver se cobre o seu produto aqueles e se consigo, que sem gravame do tesouro se efetue tão vantajosa publicação.

São estas obras as que mais interessam qualquer país, pondo patentes os seus meios de riqueza, e comunicação interior, e consignando aos presentes e vindouros um número de fatos reais de que as ciências se podem aproveitar em prol do mesmo, e eu me congratulo com V. Sª pela honra, que lhe cabe da publicação desta interessante obra, assim como da

outra – Eras do Pará – *com que ainda este ano enriqueceu nossa literatura provincial.*

Deus guarde a V. Sª. Palácio do Governo do Pará, 25 de novembro de 1839.

BERNARDO DE SOUZA FRANCO, PRESIDENTE.
SR. MAJOR ANTÔNIO LADISLAU MONTEIRO BAENA.

. . . .

Prólogo

VENDO-SE convocado pelo Governo em Sessão de 6 de julho de 1832 para uma comissão de 5 cidadãos encarregada da reorganização e composição da estatística da Província; e devendo eu nesta conferida incumbência dedicar-me com energia e assiduidade aos assuntos, que constituem o importantíssimo objeto da mesma Comissão, foi-me forçoso tornar a carreira das minhas aplicações, na qual me via suspenso desde o ano de 1823, em que motivaram a cessação do meu trabalho as graves urgências da Província já enunciadas na minha "Nota da urgente necessidade de formalizar-se um Cadastro do Brasil que envolva todos os princípios estatísticos".

Nota, que escrevi em 1828 durante o meu encarregamento no Quartel das Mercês em virtude de um Conselho de Guerra ajeitado por uma autoridade que gozava do privilégio de conculcar a razão; cujo Conselho arrancando-me ao serviço nacional me privou nesse momento dos acessos, que a benignidade do Imperador me poderia liberalizar, e foi a origem da minha atual, posto que desmerecida nulidade. Nota enfim que no ano de 1830 no Rio de Janeiro comuniquei ao público por meio de imprensa tanto para manifestar aos meus compatriotas o motivo específi-

co que me necessitou abrir mão de continuação do Cadastro da Província à Junta do Governo Civil fazendo-lhe sentir a sua intrínseca utilidade, como para desafiar a destreza de algum bom engenho, que mais feliz do que eu por desassombrado de sórdidas cabalas pudesse imaginar e efetuar um esboço, que servisse de fundamento à organização de um Cadastro completo do Império do Brasil.

Querendo eu patentear o mais vivo desejo de cooperar com os outros Membros da Comissão no nobre intento de preencher o tema na proposição ditada pelo Governo, tratei de apresentar o meu antigo projeto ou plano, que delineei para a estatística da Província, novamente adicionado com algumas correções e aditamentos, que porventura ainda me ocorreram ao tempo de rever o esboço do Plano. Tudo submeti ao sério e refletido exame e censura dos meus ilustres consócios para que eles corrigissem os meus erros e suprimissem as minhas faltas da maneira a mais acertada e a mais adequada à importância do assunto, e ao crédito dos incumbidos dele. E então vi com grande satisfação, e com grande satisfação o refiro ainda agora que sem dissidência de opinião ou a mais mínima discrepância os meus colegas se conformaram com o meu indicado Plano: segundo o qual a mesma Comissão tomando o caráter de perpétua tinha de ser o centro de atividade, que deveria promover a vulgarização anual das Tábuas da População acompanhadas de todas as variações da situação moral e civil aos moradores, soltando as dúvidas dos Reverendos párocos e Juízes de Paz na prática dos modelos a eles confiados, e aclarando a matéria quando ela carecesse de maior luz.

Porém a Província nesse mesmo tempo conferindo aos Senhores Antonio Corrêa Seara[(X)] *e José Thomaz Nabuco de Araújo,*[(XX)] *as Procurações que os legitimam membros do Congresso Representante da Nação, e não se tendo preenchido os lugares, que deixam estes Legisla-*

(X) Tenente-Coronel de Caçadores da 1ª Linha do Exército, Dignitário da Imperial Ordem do Cruzeiro, e Comandante das Armas do Pará.

(XX) Coronel da extinta Linha Miliciana, Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, e Juiz da Alfândega do Pará.

dores Nacionais para irem exercitar seu alto Emprego dentro daquele augusto Santuário da Justiça, ajuizei que a atividade da Comissão ia padecer na série dos seus trabalhos uma intermitência, cujo prazo talvez se alargue indefinidamente.

Suposto que ainda na Comissão ao autor do presente escrito fazem lado dos Cidadãos(X) *merecedores de apreço e conceito pela extensão dos seus conhecimentos, contudo nem a residência de um na Vila de Camutá e de outro na de Santarém, nem a distância matéria que devia ser confiada a cada um deles segundo a distribuição dos trabalhos facilitava o prosseguimento da empresa prescrita: e por isso, e não porque eu duvidasse nem levemente da sua capacidade para o completo desempenho para uma desta natureza é que ousei expressar neste lugar que a Comissão ia ter quebrado o fio das suas começadas tarefas.*

Instigado deste acidente voltei a minha atenção com a maior seriedade para os meus apontamentos feitos no ano de 1823: e como a nomeação do Governo, que me havia constituído na associação dos Comissários da estatística, me fazia franca a entrada na Secretaria da Província, na Câmara Municipal, na Contadoria da Junta da Fazenda, e em outras estações subordinadas a autoridade administrativa; de cujos arquivos me seriam franqueados os papéis, que eu precisasse ver, pressuroso consultei de novo o primeiro dos indicados arquivos para verificar a verdade das notas, que extraíra quando em março do ano supramencionado eu trabalhara por ajuntar os materiais necessários para a perfeita organização de um Cadastro da Província.

Não encontrei nesta consulta diversidade alguma que me patenteasse haver eu padecido equivocação: mas querendo revolver e examinar maior multiplicidade de documentos, que servindo de objeto às minhas combinações pudessem igualmente servir para especificar fatos importantes, notei que não só faltavam papéis anteriores ao tempo em que cessou

---

(X) Os Senhores Doutor Ângelo Custódio Correa, e Raimundo Fernandes de Souza, Vigário Geral do baixo Amazonas e Vigário da Vila de Santarém.

para sempre a administração geral do Maranhão e Pará, de cujos papéis consta pelo testemunho memorativo dos que se fundam em notícias meramente tradicionais que apartados os que deviam ir para o arquivo da Secretaria do Maranhão, uns se desencaminharam antes de chegarem ao dito arquivo, e outros para ele foram transportados indiscriminadamente sem se inclinar a atenção a que muitos deles versavam sobre negócios cumulativos a ambas as províncias, e que destes deveriam ser perduráveis na Secretaria do Pará transuntos solenes, mas também faltavam papéis posteriores à expressada separação das duas Províncias. Faltava a série dos Mapas de População formalizados nos anos precedentes, em que se recenseou o número dos cidadãos com mais alguma individuação: e por conseguinte não existiam os meios para conhecermos se o verdadeiro andamento da população há sido tardigrado ou progressivo e também para avaliarmos as relações, que militam entre o número dos fogos, e a massa dos habitantes: entre a força numérica do sexo viril, e a do feminino; entre a puerícia, e as idades maiores; entre o número dos moços, e das raparigas; entre o número dos nascimentos da associação conjugal, e o dessas associações; entre o número dos nascimentos do consócio, e o do nascimento do amor não autorizado pelos sagrados ritos; entre a totalidade de ambos estes nascimentos, e a massa da população; entre a mortandade, e a vitalidade; e entre o número dos casais, e a massa dos moradores. Faltavam as primordiais Cartas Topográficas da Província das quais eu possuía conhecimentos, que me serviram para escrever o presente ensaio com isenção da desconfiança, que me acompanharia se hoje dirigisse o meu juízo pelas cópias que existem; porquanto o meu entendimento encontra alguma dificuldade em dar-lhe crédito. Faltaram as Cartas Particulares miudamente especificadas a fim de servirem para os projetos da economia e da guerra. E faltavam várias Memórias econômicas, militares, e marítimas; papéis estes que em 1823 ainda existiam todos da estante adjacente ao lado esquerdo do portal da Secretaria.

A mesma falha encontrei nos papéis respectivos às operações da Demarcação de limites em 1780, que estão encerrados em um peque-

nino baú forrado no interior de tafetá carmesim. A ordem desmalhada ou mutilada, em que se acham os Avisos do Ministério de Lisboa e os Ofícios reversais do Plenipotenciário da Demarcação, e o próprio contexto destes e daqueles papéis Oficiais e Ministeriais, tudo induz a pensar que sofreram descaminho alguns destes monumentos importantíssimos. O mesmo estado incompleto observei nos que dizem respeito às imensas somas consumidas com a referida demarcação, e que se acham recolhidos nas mesmas duas caixas, em que vieram transportados da Vila de Barcellos então Cabeça da Província do Rio Negro.

Passando depois ao arquivo da Secretaria da Câmara Municipal vi que eu ali não tinha muito que tomar nota: pois de tal sorte se acha desfalecido de papéis que nem os livros dos assentos ou atas do tempo precedente ao atual Sistema da Regeneração Nacional se acha tudo quanto neles devia ser consignado: muitas coisas foram tomadas em lembrança por assento formado com pouca exposição explícita, nem a Memória dos acontecimentos, que de ordinário constituem o objeto digno de ter lugar nos faustos públicos. De muitos negócios relativos a esta Câmara, não se acham monumentos no seu arquivo; e pelo contrário deles existem vestígios na Secretaria do Governo; o que certamente proveio ou de extravio, ou de terem perecido com o tempo por não se multiplicarem cópias, ou de falta de quem se propusesse levar ao conhecimento dos outros homens os sucessos pretéritos, escrevendo-os proximamente ao seu acontecimento. Eis a razão por que supra-expressei que era imperfeita a verba das atas.

Em maior desconcerto se acham a este respeito as Câmaras Municipais das Vilas, as quais incuriosas não possuem arquivos: e muitas até não têm o padrão da época da sua fundação, e dos limites designados ao seu termo. O bicho cupim que devorou os papéis, é o pretexto mais plausível, a que se acolhe a sua negligência para que se escusem a perda desses papéis.

Depois de coligidos com laboriosa fadiga os monumentos e notícias vagas e incompletas, que pude achar dispersas nos arquivos públi-

cos, lendo alguns que a tinta tem já em algumas partes danificado o papel e confundido os caracteres, refleti que se apesar do fervor e constância, com que dedicara efetivamente a tão prolixas indagações, eu não adquirira grande soma de noções importantes da aritmética política ou princípios da Estatística, estava ao menos em estado de poder delinear um breve quadro geográfico da Província.

A carência de uma obra desta natureza era na generalidade sentida há muito tempo: os Anais Históricos do General Berredo, *único escrito que temos acerca desta Província, e que por se não haver repetido a edição tem-se tornado da última raridade, sendo como são importantes a muitos respeitos não dão cabal notícia da natureza e situação física do Pará, nem estão ilesos de equivocação notável sobre a sua Topografia. Era portanto mister que aparecesse quem pela primeira vez arrastasse com arduidade de uma empresa reputada de pública importância: e como ninguém até agora se haja balançando a tomar sobre si este não tênue trabalho eu me arrojei a empreendê-lo sem consultar como devera as minhas forças, entendendo que ainda patenteando à inferioridade de meus talentos para as obras de tal natureza fazia algum serviço ao público, enchendo a falta de uma Estatística o melhor que me fosse possível.*

Colocado portanto neste ponto de vista e altamente penetrado do desejo de erguer ao menos a ponta do véu, que encobre uma Província tão vasta e importante pelos germes de grandeza, de que é abundante, dispus-me a formalizar a minha obra pelo modo compatível com a mediana extensão da minha inteligência. E como os monumentos, que tinha ajuntado, não só eram em número diminuto porque muitos deles a ignorância ou a indolência deixou destruir, mas ainda não me permitiam dar amplas noções sobre as faculdades físicas e morais do país, entendi que para preencher as minhas vistas era necessário tratar distintamente das três Comarcas, em que a Província se acha civilmente dividida, dando ao mesmo tempo conhecimento da índole topográfica de cada uma, e da situação física e moral das vilas e lugares, que as compõem, e da sua população segundo as listas defeituosas e perfunctoriamente feitas pelos respectivos

Vigários. E era necessário anteceder o painel sucintamente desenhado das indicadas Comarcas uma exposição de artigos descritivos, físicos e políticos da Província: isto é, uma idéia geral tanto das instituições políticas e religiosas, como dos interessantes ramos da História Natural mais conhecidos, sem todavia intentar fazer de todos eles uma profusa menção por não transcender a linha circunscritiva, com que me propus abalizar este Ensaio.

Assim o pus em obra, adunando-lhe, no fim das Listas Hidrográficas de alguns rios para que se possa só pelo exame ocular inferir delas qual é pouco mais ou menos a Hidrografia da Província. Outro tanto eu faria acerca da sua Meteorologia, e da força vital dos habitantes, se houvessem Tabuadas Necrológicas, das quais se pudesse deduzir o conhecimento dos diversos períodos da vitalidade, e da particular influência na duração da vida humana: e se houvesse observações Meteorológicas, que tendo sido praticados com escrúpulo e exação e em grande número pudesse servir para verificar os fenômenos da atmosfera ou as mudanças do tempo, de ventos, chuvas e tempestades, e para ministrar o meio de comparar o clima de várias partes do Pará entre si, e de calcular a verdadeira temperatura média anual de todas as vilas. Porém o estado presente da massa dos conhecimentos científicos do Pará não habilita a prática destes e outros semelhantes trabalhos: é um Estado nascente aonde o horizonte das ciências se apresenta curto e ofuscado: ainda por ora não ilumina a Província um raio das luzes, com que as ciências e as boas letras já resplandecem no Norte do Continente da América em virtude de navegações mais fortunosas que as primitivas efetuadas pelos Europeus.

Tal é a distribuição de matérias, que adotei para o meu presente trabalho, ao qual atribuí o título de Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará. *Eu me não lisonjeio de oferecer ao clarão da publicidade uma obra acrisolada de imperfeições e defeitos; esse pressuposto jamais se alevantou da minha mente. Ela deve ser olhada mais como o esboço do quadro que representa, do que como pintura acabada; mas tendo-a concebido e arranjado em uma ordem sistemática, que me pareceu*

suportável, posso assegurar que as notícias nelas expedidas têm o grau de credibilidade, que os arquivos consultados subministraram, nos quais aqueles que hesitaram ficaram isentos de toda a vacilação sobre qualquer período da minha obra, a qual sempre pode merecer a indulgência, a que lhe dá direito o meu circunscrito talento e a pureza dos sentimentos que a ditou.

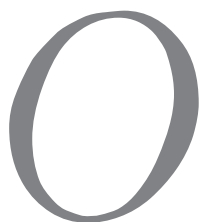
Enquanto pois a Comissão da Estatística não der complemento ao seu vasto trabalho esforçando-se por levá-lo ao ponto de perfeição mais conveniente ao interesse da causa pública, que é neste caso o único objeto de seus desvelos, supra o meu pequeno Ensaio a falta, que a dita Comissão se acha cometida de remediar: suprimento, que é verossímil que obtenha dos Cordatos a aceitação, que só a ignorância e tenacidade lhe pode denegar.

Da veniam scriptis quorum non gloria nobis Causa, sed utilites officiumque fuit.

Ovid. Epist. IX, ex Ponto L. III

Acabei este Ensaio em 21 de março de 1833.

. . . .

Posição astronômica, términos políticos e naturais, comprimento e largura, e gesto do país

O CONSIDERÁVEL e precioso território, que hoje forma a Província do Grão-Pará, é o mais boreal do Brasil; pois na direção de norte a sul estende-se da foz do rio Oiapoque à latitude da cachoeira de Santo Antônio do rio Madeira entre o paralelo aquilonar quatro graus trinta minutos, e o austral oito graus cinqüenta e um minutos: e está compreendido entre os meridianos orientais à Ilha do Ferro trezentos e cinco graus, e trezentos e trinta e um graus e quarenta e um minutos: sendo o primeiro destes meridianos correspondente à cachoeira do Uviá na foz do Cumiari, e o segundo à foz do rio Turiassu.

Os términos políticos desta Província são ao Ocidente o Peru, e ao Norte a Caribana Espanhola, os territórios do Essequabe, Demerari, Barbice, Suriname, e Guiana Francesa.

Os términos naturais são ao norte e leste o oceano Atlântico.

Os términos puramente voluntários, e os convencionais, são formados ao Levante pelo rio Turiassu com a Província do Maranhão; ao Sul pelo Tocantins com a de Goiás, pelo Tapajós com o Cuiabá pelo Madeira com Mato Grosso; e ao Ponente segundo o pé em que ficaram as demarcações em 1790 feitas em conseqüência dos Tratados de Limites

de 16 de janeiro de 1750 e do lº de outubro de 1777, pelos rios Javari, Solimões, Cumiari e Negro com as terras dos espanhóis, com os ingleses e holandeses; e pelo rio Oiapoque com os franceses segundo o Tratado de Utrecht sustentado pelo de 28 de agosto de 1817 em conseqüência da promessa feita pela Grã-Bretanha no 1º artigo secreto do Tratado de 22 de janeiro de 1815 da sua mediação com a França para terminar a controvérsia que entre esta Potência e Portugal havia acerca das respectivas fronteiras na América.

A sua maior extensão do Setentrião ao meio-dia cantada no meridiano da Fortaleza de Gurupá (pouco diferente do meridiano da boca do Oiapoque) até onde o corta a latitude da cachoeira de Santo Antônio do Madeira é de duzentas e sessenta e sete léguas; e do Nascente ao Ponente de quinhentas e trinta e três e dois terços entre o Turiassu e a cachoeira do Uviá na foz do Cumiari. A légua, a que referimos as nossas medidas neste escrito, é a légua de vinte ao grau.

Confrontadas estas dimensões com as do Império do Brasil entre a foz do Oiapoque e a latitude austral, do Marco da demarcação de 1784 ao norte do Cabo de Santa Maria, e entre a cidade de Olinda e o rio Javari, se verá que o Pará no rumo de Norte-Sul é a terça parte do continente brasileiro mais quatro léguas, e na direção de leste-oeste faltam-lhe duzentas e dezessete léguas e dois terços para o igualar na sua maior largura, que é de setecentas e cinqüenta léguas geográficas.

A Província do Pará é uma região imensa, amena e fértil, que a natureza acobertou de viçosos vegetais munidos de raras virtudes, e de selvas majestosas, povoadas de excelsas árvores, todas próprias do serviço náutico e civil; e que talhou de máximos lagos, de altas serras, de espinhaços de montes, e de vastas veigas; o número dos rios capitais, e dos seus afluentes que formam a sua admirável hidrografia, é portentoso, seria íngreme empresa formalizar uma lista hidrográfica de todos eles com a indicação da adição das nascentes vizinhas e da natural defluência de uns em outros com a sua respectiva posição geográfica.

O torrão em geral é forrado pelas terras mais capazes de premiar desvelos exercidos em cultivá-las; a natureza as dotou de qualidades as mais próprias para a produção e fertilidade; elas podem ser florentes e abundantes, assim os seus habitantes mais eficazmente se aproveitam delas.

Nas abas de muitos rios e das ilhas vizinhas da capital da Província as terras são compostas de alagadiços e de sucessivas camadas de nateiros, que pelo espaço de muitos séculos as águas e crescentes dos mesmos rios ali foram aglomerando de sete a onze palmos de altura sobre fundo de tabatinga; terras, que as enchentes animam e põem quase ao seu nível.

POPULAÇÃO

A mais antiga Tábua de enumeração da população da Província de que temos notícia é do ano de 1749, a qual dá à cidade novecentos fogos, e seis mil quinhentos e setenta e quatro habitantes; a esta se seguem as Tábuas de 1788, de 1801, de 1825 e de 1830. A primeira contém mil e oitenta e três fogos, e dez mil seiscentos e vinte moradores; a segunda mil oitocentos e vinte e dois fogos, e doze mil quinhentos moradores; a terceira mil novecentos e trinta e um fogos, e treze mil e duzentos e quarenta e sete moradores: e a quarta mil setecentos e quarenta e nove fogos, e doze mil quatrocentos e sessenta e sete moradores.

Por meio destas Tábuas nos achamos habilitados para conhecer que a população da cidade teve movimento progressivo até ao ano de 1825: pois que confrontando a respectiva Tábua com as dos anos de 1749, de 1788 e de 1801 se depreende que a cidade adquiria quase o duplo da sua população no período de setenta e seis anos volvidos entre as eras de 1749 e 1825.

Mas considerando que dentro do mesmo período a cidade há sido o teatro de graves perturbações da ordem e segurança pública, e de quatro andaços de bexigas e sarampo, que atearam peste nos habitantes, semelhantes à que grassou desde o ano de 1743 até o de 1749 por toda a Província com tanto estrago da humanidade que tirou da população a terça parte, o sobredito duplo autoriza bem o juízo conjectural de que se não tivera existido a funesta influência daquelas causas para retardar o progresso da população a capital da Província contaria no ano de 1825 uma força numérica de moradores muito maior; e hoje não seria notável a diferença de cento e oitenta e dois fogos, e de setecentas e oitenta pessoas, que se deduz da confrontação da Tábua de 1825 com a de 1830.

É verdade que não são as comoções violentas, e uma epidemia grave, as causas únicas, que apoucam uma população; também para isso contribuem consideravelmente o grande número de filhos de lavradores, que se precipitam ávidos de distinções na carreira dos empregos sociais; a infecção impune do trato meretrício; o charlatanismo dos curandeiros ou a imperícia dos que se presumem entendidos na Clínica interna ou Medicina prática; a ignorância das parteiras; e o progressivo número de celibatários exceto as pessoas do celibato clerical, que em nada é desconveniente à população.

Tal é o raciocínio que podemos fazer ao passar em revista as sete mencionadas Tábuas de enumeração da população: as quais todavia não podem ser julgadas exatas em razão das bem conhecidas dificuldades, que se apresentam à execução de um alistamento individual absoluto. Em Portugal muitas têm sido as operações deste gênero, e ainda se não obteve um arrolamento de habitantes ileso de inexatidão. Variando como varia a cada instante a massa dos habitantes pelos nascimentos, pelos óbitos, pelas mudanças de domicílios, e por outras muitas causas, entre as quais igualmente tem lugar os diferentes interesses, que podem haver para sonegar o verdadeiro resultado, não é ato fácil conseguir um alistamento perfeito.

Para podermos dar ao presente artigo uma notícia da verdadeira marcha que segue a população do Pará, era preciso que tivéssemos listas de população Paroquial formalizadas com todo o cuidado de ano em ano, nas quais além da enumeração dos indivíduos e dos fogos, com a especificação da idade das mulheres casadas para se conhecer o número dos que fomentam a população, e por conseqüência dos homens sobre quem o Estado estriba as suas esperanças, se achassem inscritos os nascimentos, os batismos, e os óbitos dos expostos, e dos outros infantes, as criaturas que morrem na aurora da vida, os que falecem antes da idade da puberdade, e finalmente as transições de estância. Por meio pois de Listas assim arranjadas é que somente se poderá conhecer se estacionaria, ou crescente, ou decrescente a população do Pará: e isto mui bem se depreenderá do número de filhos que tiverem brotado de cada associação conjugal, porque sendo eles o renovo da árvore social, esta só pode reputar-se em estado fasto quando cada par tenha quatro filhos, que representem o pai e a mãe.

A população das vilas e dos lugares das Comarcas de Belém e de Marajó, exceto as Vilas da Vigia, de Bragança, de Santarém, de Cametá e de Óbitos, não há tido progresso proporcionado ao da Capital da Província: elas em vez de formarem os três quartos de toda a população acham-se em tal desânimo que indicam caminhar para a mesma desaparição das povoações, que se extinguiram de 1788 para cá: cujas povoações foram os lugares de Alcobaça e de São Bernardo da Pederneira no rio Tocantins; o Lugar de Redondo no Termo da Vila de Bragança; o de Tentugal nas vertentes do Caité; o de Cantanhede entre o Guamá e o Caité; o de Serzedelo no Gurupi; o do Porto Grande acima da Vila de Ourem; o de Penacova abaixo da Cidade na grande enseada que lava as abas da mesma cidade; os de Porto Salvo e Penalonga no Termo da Vila da Vigia; o de Fregoso no rio Jari; e a Vila Vistosa da Madre de Deus no rio Anauarapucu ao sul de Macapá.

Na Comarca do Rio Negro desvaneceram-se os lugares de São Marcelino, da Conceição, de São Philipe e de São Martinho do rio Branco; e a Vila de São José do Javari no Solimões. As vilas e mais povoações que ainda permanecem apresentam-se muito pouco fornidas de habitantes: não há Tábua de população desta Comarca que não patente de ano em ano um decremento sensível: vê-se na de 1821 o número de trinta e quatro mil seiscentos e noventa e dois habitantes, na de 1825 o de trinta e dois mil setecentos e trinta e dois indivíduos, na de 1827 o de dezesseis mil quatrocentos e três pessoas, e na de 1831 o de dezesseis mil duzentos e treze: e por conseqüência no espaço de dez anos a população mediterrânea perdeu o dezoito mil quatrocentos e setenta e nove moradores, perda, que se diz ocasionada da deserção dos indianos, do contágio de sezões e bexigas, e das correrias dos Muras.

Tudo o que fica supra-expressado é cerca da população da Província pode fornecer ao leitor os princípios necessários para formar uma idéia sucinta de qual tem sido o seu andamento: resta-nos dizer que esta população é mesclada de homens brancos, de pretos, de indianos, de pardos, de mamelucos, de curibocas, e de cafuzos. Esta heterogeneidade provém dos brancos haverem aliado o seu sangue com o dos cafres e dos indianos, e da mesma sorte os indianos com os cafres. Da mescla dos brancos com as indianas procedem os mamelucos: da dos

pardos com as pretas os cafuzos, a que em outras partes denominam bujames: e da dos indianos com as mesmas pretas os curibocas.

Destas sete castas de homens a menos quantiosa é a dos Brancos; e a que tem maior força numérica e dos indianos domesticados, adunando-se-lhe o ignoto número dos broncos silvícolas: os quais devemos conjecturar em superior quantidade, dando-se atenção à bem conhecida existência de inúmeros bandos destes homens sem lei, sem rito, que habitam uma não pequena e rica porção territorial fendida pelos rios, Gurupi, Tocantins, Matapi, Anaurapucú, Jari, Parú, Xingú, Tapajós, Trombetas, Uatumá, Jatapú, Anibá, Urubú, Topinambaranas, Maué-assú, Abacaxis, Canumá, Madeira, Purús, Tefé, Juruá, Jutahi, Comatiá, Aucruhi, Jandiatiba, Javarí, Içá, Tunantins, Japurá, Anauéne ou Anavilhana, Maiuuxi, Meriá, Curiuriaú, Cubuti, Cuniabú, Canumau, Mapuuau, Ucuriuaú, Cauaboris, Uajuanã, Marié, Yaupiri, Ucayari ou Uaupés, Içana, Xié e Branco.

As aldeias, que nas margens do rio Negro, do Madeira, do Amazonas, e do Solimões, mostravam em 1788 alguma consistência, eram formadas das Cabidas Silvícolas extraídas da maior parte dos sobreditos rios: elas se denominavam Aneaqui, Baré, Caraiás, Aniána, Baeúna, Pacuri, Comani, Sará, Bari, Anicoré, Aponariá, Tururi, Urupá, Juma, Juqui, Curuaxiá, Pariqui, Ariquena, Turá, Ourupá, Mura, Sorimão, Passé, Uayupi, Irijú, Purú, Catauixi, Jauuma, Tamuaná, Tupivá, Achouari, Manáo, Curetú, Xama, Papé, Juri, Periati, Cocruna, Yauaná, Ambuá, Mariarana, Cirú, Uárú, Uayamá, Yucúna, Araruá, Cauiri, Parauamá, Miranha, Marauás, Cauána, Ugina, Umanuás ou Cambebas, Xomana, Tocuna, Cunamaná, Payana, Jatahi, Tapaxana, Uaraicú, Maruiá, Pariana, Cayuvicena, Içá, Gepuá, Payaba, Tumbira, Cacutapuya, Comatiá, Colinos, Aucruhi, Uraicús, Maiurunas, Páno, Chauuitá, Chinaana, Yameos, Japurá, Cauiyari, Murua, Peridá, Periararuá, Yupiuá Banibá, Coeuána, Purenumá, Majarona, Coeruna, Purenumá, Mondrucús, Aruaqui, Caripuna, Cericuna, Paraviana, Uaranácoácena, Bayana, Uariquena, Mepuri, Maui, Assauianaui, Juruna, Purupurús, Cauaxi, Uacaraua, Muraua, Sapopé, Timbita, Carajá, Gavião, Apinagé, Cupélobo.

Nas selvas dos rios Cananari, Apaporis, Piráparaná, Tenari, Pururéparaná, Tiquié, Teranira, Japuparaná, Murutiparaná, Capuri, Dumariari, Inviraparaná, Urucuparaná, Inuixi, que talham na fronteira do

rio Negro todo o torrão jacente entre o rio Uaupés e o Japurá, habitam os gentios Tabocas, Curutús, Camacumans, Macús, Queuanacans, Manibas, Macumans, Abaná, Jacundá, Cauiaris, Adoriás, Jauarás, Mabius, Moeinons, Uaniás, Seuabonis, Jauhis, Uainhons, Curanis, Aniánas, Decanas, Macúcoena, Uananá, Urinaná, Timanara, Boanari, Mamenga, Panenuá.

No rio Branco a sua gentilidade ocupa aquele sertão da maneira seguinte.

Nas serras e campos, que jazem entre o rio Tacutú e o Repunuri, moramo os Paravilhanos, os Amaribás, e os Aturahis. Nas serras mais orientais ao Oeste do rio Repunuri vivem os Caripunas, os Caribes, e os Macuxis.

Nas serras manentes entre os berços dos rios Mahu e Parime estão os Capixanas.

Nas serras que entremeiam os rios Majari e Parime residem os Oaycás.

Nas vertentes do rio Parime moram os Acarapis.

Nas serras Cunauarú habitam os Tucurujús.

Na serra Cunauarú habitam os Tucurujús.

Na serra Curauti junto às vertentes do rio Majari estão os Arinas.

Nas vertentes de um igarapé, que deflui no rio Uraricoera, assistem os Procotós.

Na serra Anadauari estão os macús.

Nas vertentes do rio Maracá moram os Guimáres.

No rio Caumé assistem aos Aoaquis.

Na nascente do rio Mocajahi habitam os Tapicaris, Saparás, Guajuros, e Chaperos.

Nas serras que formam a cachoeira de São Felipe, moram os Pauxianas.

E no rio Caraterimani residem os Parauanas.

Destes silvícolas as primeiras nove Cabildas mercadejaram em escravos com os habitantes do Surinam, os quais os compravam para fazerem trabalhos dos seus estabelecimentos rurais: hoje que experimentam a justa rejeição desta mercancia, estão reduzidos a uma lavoura circunscrita para matar a fome. Das restantes Cabildas, à exceção dos Macús, que

são ladrões ambulantes, umas tratam com os hispano-americanos e outras com os paraenses, que ali vão em cata das produções naturais.

Todos os supramencionados silvícolas vivem a seu modo na espessura com muita satisfação. Uns são cruéis; trazem sempre empunhado na mão o seu Curabi, que é uma pequena flecha ervada, e ao toque da Diana seus Trocanos, que semelham as caixas de guerra, espalham-se os espias: outros são agriófagos ou comedores de animais ferozes; e outros, melancólicos e desconfiados, cultivam pequenos terrenos em sítios recônditos, e os abandonam depois; semelhantes nisto aos Tártaros de Nogai, conservadoras da liberdade, porque erradios, sempre não assentam morada em que possa prender o grilhão da dependência. Outros há que são acessíveis como os Curutús do rio Apaporis, onde no ano de 1782, sendo invadidos por uma epidemia de enfermidades, quase todos os indivíduos das duas partidas portuguesa e espanhola da Demarcação de Limites, eles foram tratados nas próprias choças de uma maloca destes gentios com um cuidado, desvelo e humanidade, que fez admiração a todos os europeus que ali se achavam. A índole moral destes silvícolas afiança a sua fácil agregação à sociedade dos paraenses, e uma prestança semelhante à dos muras, dos mundurucus, dos jurunas e dos purupurus, os quais todos sacam dos matos as drogas, trabalham nas salgações dos peixes e na extração do azeite dos ovos de tartaruga, e prestam-se à esquipação das canoas dos mercantes.

Os manáos são confederados, e as suas malocas independentes umas das outras. Os timbiras e apinagés do rio Tocantins são piratas; e o mesmo caráter exercitaram os muras do rio Madeira, os quais enquanto não assentaram paz com os paraenses, desalijavam e matavam os navegantes assim dentro do Madeira, do Jamari para baixo, como dentro dos rios colaterais. As cabildas Cauaxi, Uacaraua e Moraua, do rio Juruá; a Sapopé e Jacarétapiá, do rio Tapajós; a Miranha e Umauá, de certos defluentes do rio Japurá; a Cacatapihia, do rio Içá; a Uerequena, do rio Içana; a Aruaqui, do rio Anavilhana; e a Maiuruna, do rio Javari, todas são gulosas de carne humana. E esta última é de todas as antropófagas a mais extremosa na atrocidade e antropofagia, porque os seus indivíduos não só postejam e comem a carne dos seus inimigos, mas ainda despedaçam e devoram os velhos enfermos seus co-nacionais, sem exclusão dos seus mesmos progenitores ou dos filhos, aos quais extinguem a vida

e os comem logo que adoecem gravemente, antes que a enfermidade lhes comece a estilar a carne.

Entre as cabildas que moram no sertão do rio Juruá, há uma denominada Ugina, da qual se refere que todos os homens têm cauda em conseqüência das mulheres terem congresso com os macacos chamados coatás, e por isso chamam a estes selvagens Coatátapiá. Vê-se no roteiro manuscrito do Doutor Arcipreste José Monteiro de Noronha, natural do Pará, que o seu autor inclina-se a ter isto por exato; e para corroborar os fundamentos da credibilidade desta notícia, ele produz o transunto de uma certidão jurada aos Santos Evangelhos do Reverendo Padre Frei José de Santa Thereza Ribeiro, religioso da Ordem calçada de Nossa Senhora do Carmo, que vigariou em 1768 a Igreja de Castro de Avelans.

No mesmo rio Juruá há outro cabilda nominada Cauána, cujos indivíduos pela sua acanhada estatura são comparáveis com os anões.

Entre os cafios selvagens dessas diferentes cabildas, todas as suas pessoas louçainhas consistem na nueza; poucos cobrem o órgão de dar vida a novos seres com uma pequena frontaleira de miçanga, ou de fio torcido de estopa branca extraída da tona do Tururi; e mesmo entre algumas cabildas, como a Tucuna, do rio Içá, as mulheres não escondem o cofre dos deleites da ternura. Só os cambebas fazem para seu uso de pano de algodão roupas talares sem mangas e abertas nos lados mui semelhantes às casulas eclesiásticas; eles são mais alvos que os outros silvícolas, e até menos estúpidos.

As armas defensivas, de que usam os passes do rio Pureus e outros mais silvícolas, são umas adargas revestidas do peito de jacaré ou de couro de anta; e as armas ofensivas são, além dos curabis já mencionadas e das flechas deferidas pelos arcos e zarabatanas, os cuidarús, os murucus e as tamaranas; os primeiros são uma espécie de clavas de cinco palmos de comprimento, chatas, esquinadas, de duas polegadas de largura, e mais grossas para uma das extremidades; os segundos são uma espécie de zarguncho de pau vermelho, com a ponta remontada de diversa madeira delgada, frangível, e ervada; e a última arma é semelhante ao cuidarú.

O veneno vegetal, de que se servem para peçonhentar as ponta das flechas dos murucuas e dos curabis, é extraído de um cipó chama-

do uirari, grosso, escabroso e guarnecido de folhas parecidas com as da maniva. A sua manipulação consiste em mascotar a casca, borrifá-la com água fria, destilá-la e fervê-la ao lume até ficar o sumo espessado em ponto de linimento.

Para aumentar a energia do tóxico, adicionam-lhe sucos espremidos de outros cipós e vegetais que sejam de natureza venenosos.

A característica artificial designativa das diversas cabildas da Centilidade consiste na forma dos sinais a trinta escura, que os silvícolas gravam no rosto e no peito; outros usam de pedacinhos roliços de pau, de penas, chapas de arame ou latão, cacos de louça branca e resina de jutahi, que põem nas orelhas e no lábio inferior perfurado. Os maiurunas trazem cercado o cabelo do alto da cabeça, e o resto desgrenhado.

Assim mais ou menos foram as nações, que hoje figuram mais civilizadas, antes delas passarem do estado da barbaridade ao estado da civilização. A França, no tempo das conquistas de Julio Cesar, era uma das mais supersticiosas e das mais bárbaras da Europa. Os bretões ou ingleses vestiam-se de peles, e todos se pintavam de azul com uma certa larva, para se fazerem horrendos e medonhos na guerra, com os cabelos caídos e grandes bigodes. *Caezar d. lib. 5º – omnes vero se Britani vitro inficiunt, quod cae ruleum efficit colarem: atque hoc horribilio re sunt ir pugna adspectu: capilloque sunt promisso atqua omni parte corporis rasa praeter caput et labrum superius;* – E ainda hoje em Paris o guisado a la crapaudine é uma das viandas mais delicadas nos jantares de opirara ostentação.

No rio Negro, excetos os uaupés e eurequnas, todos os outros não usam de característica alguma no rosto ou no peito; porém, nos costumes pouco diferem das outras cabildas. Os seus regozijos comuns cifram em bebidas soporíferas, que os lançam em torpor letárgico, ou em bebidas vaporosas, que os fazem ebrifestantes. Todos os anos alguns consomem três meses sucessivos em comidas e bebidas, e nada mais fazem nesse trimestre. Quando se aproxima este tempo, que para eles é absolutamente alitúrgico, tratam logo de pescar e caçar antas, porcos e outros brutos diversos, cujas carnes e peixes moqueam em quantidade que chegue para a sua bruta hilaridade trimensal, durante a qual devoram aquelas viandas, bebem e tocam os seus instrumentos musicais estrugidores. Outros silvícolas celebram um oitavario

de flagelação, a que chamam Parasse, no qual se azurravam reciprocamente, tomam paricá,[a] e bebem o payauarú.[b]

Em geral religião alguma os retém; eles não distinguem a existência do Ente eterno, origem de toda a bondade e de toda a sabedoria. A essência moral destes broncos boscarejos da província é tão inferior à dos povos bárbaros, que estes se podem considerar como uma espécie de meia proporcional entre o homem civilizado e o selvagem. Um tão grande fenômeno bem merece que os veros filósofos se ocupem de o explicar.

O Conde de Maistre, em contraposição a Rousseau, sofista perigoso do seu século, mas profundo nas palavras, conceitua que o homem serril dos matos não é o homem primordial, segundo pretendem inculcar as imaginações ardentes do nosso século para apoiar as suas vãs e criminosas declamações contra a ordem social, mas sim o descendente de um homem segregado da grande árvore da civilização por uma prevaricação qualquer, mas de um gênero que não pode mais ser repetido, tanto quanto é permitido julgar, porque ele duvida que se formem novos selvagens. Em suma, este sábio e erudito autor das considerações sobre a França e de outras excelentes obras define que o indiano é um menino disforme, robusto e feroz, no qual a flama da inteligência só interpoladamente dá clarões de luz bem fraca.

Ha grande variedade no idioma dos silvícolas, e muito pouca suavidade na prolação dos seus vocábulos, cuja imperfeição e número assaz limitado induzem a crer que as diversas linguagens gentílicas, bem longe de serem línguas em princípio, como pensam muitos, são e não podem deixar de ser senão línguas antigas estragadas (se não é permitido assim dizê-lo) e perdidas como os selvagens que as falam. Porquanto, sendo certo que toda a degeneração individual ou nacional logo se manifesta por uma degeneração rigorosamente proporcional na linguagem, o homem, perdendo uma idéia, sentimento ou paixão, de que se achava agitado, per-

(a) É uma fruta da árvore deste nome, a qual, torrada e convertida em pó finíssimo, serve de tabaco aos selvagens, que o tomam por meio de um canudo assoprado por outrem.
(b) É um vinho feito de frutas e beiju pelas mulheres.

de igualmente a palavra, que a exprimia, pois ele não pode pensar ou mais ou melhor sem o patentear logo pela sua linguagem vocal.

Os jesuítas fizeram da língua dos tupinambás, que eram a nação do mirante da Bahia ao Pará quando entraram a missionar o Brasil, um romance ou língua geral para se entenderem nas suas aldeias; eles a dicionarizaram e reduziram a uma gramática pequena e imperfeita na sua parte mecânica. A dita língua é extremamente monotônica; e para isso coopera a falta de plural nos seus nomes substantivos, a escassez dos adjetivos, a carência de comparativos e superlativos, e os verbos sem a precisa diversidade de desinência e de modos para exprimir as circunstâncias mais ordinárias das ações por eles significadas.

A provisão de 12 de setembro de 1727, do Conselho Ultramarino, ordenava aos missionários que ensinassem português aos seus prosélitos, e que depois os mandassem amestrar na prática daquelas artes febris, que costumam dar emprego aos braços dos habitantes; e a Lei de 15 de julho de 1752 mandava igualmente ensinar aos indianos a ler e escrever e falar a língua portuguesa, porque eram vassalos do mesmo monarca; e este queria premiar os que se constituíssem beneméritos. Tudo isto iludiu os denominados jesuítas, porque não lhes convinha a comunicação dos indianos com os portugueses.

Quanto à população dos indianos aldeados, a quem os selváticos chamam canicarús, ela manifestamente tem decrescido com andamento vivo; em l720 toda a Província continha 54.2l6, todos adquiridos pelos trabalhos de sessenta e três missões, a saber: 19 dos padres jesuítas, nove dos religiosos de Santo Antonio, 10 dos capuchos da Piedade, 15 dos religiosos carmelitas, sete dos capuchos da Conceição da Beira e Minho, e três dos frades mercenários; hoje (1833) a mesma província numera 32.751 indianos. Nas vizinhanças da capital existiram no primeiro dos dois apontados anos 12.680; e em 1800 havia nas mesmas vizinhanças 5.000, e destes, mais de 2.000 estavam ocupados no corte, conduções e embarque de madeiras, na construção de navios, nas disposições da defesa da cidade, nas embarcações armadas e nas empregadas em diversas diligências. Neste ano de 1833 só existiam 3.491 de ambos os sexos.

A bárbara tirania dos silvícolas muras, em suas contínuas guerras e assaltos contra os outros aborígines, e o quase universal mal-

trato exercido com esta labrusca gente por tantas razões merecedora de outra estimação, e mormente pelo próprio interesse de todos os moradores, que necessitavam e efetivamente tinham uso dos braços dos indianos, ocasionou em toda a província a marcha retrógrada da população das vilas e das aldeias, que estes homens formavam, e por isso não há presente um só lugar indiano, que se não patenteie muito pouco considerável pela sua população. Tal foi o triste efeito da perseguição, que fizeram a estes colonos tanta os muras como muitos homens desarrezoados, imprudentes e intoleráveis pela sua ambição, atropelando os sensatos preceitos do diretório e do alvará de 7 de junho de 1755, a da instrução de 1º de junho de 1791, endereçada pelo Procurador-Geral dos Índios, Marcos José Monteiro de Carvalho Veiga Coelho, aos diretores das suas povoações.

CLIMA FÍSICO

No Pará não há diferença de clima, mas sim diferença de tempo na produção dos frutos. As chuvas mais assíduas principiam regularmente em dezembro ou janeiro, e duram até junho. Na parte superior do Solimões começam no mês de maio; e então surdem as febres intermitentes, as terçãs e as quartãs que devoram os selvagens. Neste tempo medram as águas dos rios e transbordam as margens; e alguns como o Madeira e o Amazonas fazem as viagens incômodas pelo seu grande ímpeto, o qual as canoas e barcos superam por meio da sirga, a que chamam andar a espia; e de tarde são freqüentes e ordinárias as borriscadas desabridas.

Aos meses de agosto, setembro, outubro e novembro, por serem escassamente pluviosos chama-se estio: então reinam os ventos etésios ou gerais, que despontam do primeiro quadrante, e é também quando o amor do sol consegue tostar a erva dos campos, porém, nunca a grenha das árvores, as quais não mudam seu atavio; estão sempre frondejadas. Excetuam-se muito poucas, que ficam nuas, e que depois se refolham; neste número entram o pau d'arco e o arvoeiro, a que muitos chamam Assacú-miri.

Aqui o sol, pelo seu movimento aparente, descreve o arco diurnal de maneira que parece que este astro criador e brilhante mede pela

noite o dia; são imperceptíveis os minutos que diferenciam o tempo, em que ela passa perpendicularmente em março e setembro do tempo, em que ele discorre os outros signos do zodíaco, e por isso pode dizer-se que ele não muda o estilo nos dias.

As noites são ordinariamente assaz frescas, e na declinação das tardes há uma mediana frescura da atmosfera. Nas manhãs, desde que a alva branqueia o Oriente, até que o magno astro central assinale a oitava hora do dia, há uma temperatura suave e deliciosa; fora deste espaço matutino, a mesma temperatura é muito variável, e o fluido ambiente incinde-se gradualmente, ora mais ora menos, e mormente nos dias em que o dito astro ao meio dia passa entre o Zenith e o Equador, em cuja transição ele mais furioso vibra sobre a Terra, os seus ardentes raios aquecendo dela o seio.

Em suma, o clima físico não é experimentado pelos habitadores no grau de temperatura que deveria ter, em razão do paralelo da cidade, segundo a lei da diminuição do fervor solar do Equador para os pólos computada pelo Barão de Humboldt. A inumerabilidade dos rios de grande e mediana cabedal, que vertem fresquidão por toda a parte; os multiplicadíssimo lagos e baías; as chuvas perenes; os ventos nordeste e leste dominantes; e o fluído vital, alma do mundo, derramada pelas bastas selvas; tudo isto reunido liquida e apura os ares, e modifica de tal sorte o clima astronômico deste país eqüidistante entre as duas metas do sol, que o faz não só apto para a vida, mais ainda propício à longevidade. Muitos moradores, que em diversos pontos da província têm branquejado e sucumbido ao peso da consumada velhice, são exemplos demonstrativos desta asserção. As listas paroquiais de 1831 das vilas de Ourem, Colares, Oeiras, Arraiolos, Mazagão, Pombal, Monte Alegre, Santarém, Franca, Obidos, Souzel, da Comarca de Belém do Pará, e da vila de Monforte, da Comarca da Ilha Grande de Joannes, e das vilas de Silves, Serpa, Moura, Olivença, e dos lugares de Maués, Vila Nova da Rainha, Barra, Alvaraens, da Comarca do rio Negro, e das Freguesias da cidade de Bemfica, do Abaité, do Bojarú, do Capim e do Igarapé-miri, todas apresentam em soma 36 homens e 30 mulheres na classe da prolixa idade, isto é, na vitalidade de noventa a cem e mais anos. O primeiro número compunha-se de 11 brancos, oito escravos, 12 indianos, dois mamelucos, dois cafuzos, e um mulato; e o segundo de sete brancas, três

escravas, 15 indianas, três mamelucas e duas mulatas. E no livro dos óbitos da Igreja de Cajari, filial da Mazagão, se viu que ali morrera uma indiana de duzentos anos de idade.

Em geral, na cidade do Pará e seu termo costumam aparecer as mais freqüentes moléstias, que saltam a humanidade, sendo muito raro o aparecimento das febres pestilentas; e quando se manifestam, elas se mostram confundidas no progresso das febres gástricas e biliosas intensas e complicadas, com lesões orgânicas do aparelho intestinal.

As pústulas gálicas e o vírus sifilítico, que faz um estrago lastimoso, são as únicas das moléstias virulentas reinantes.

São mui comuns e freqüentes as enfermidades que invadem o aparelho respiratório; elas vão logo a um acesso perigoso pelo menor descuido; e então alteram-se da tal sorte a força central e a constituição física dos doentes, que eles propendem facilmente para a consumpção e marasmo, o que é mui diferente nos países da Europa.

As moléstias do sistema nervoso em geral aparecem e ficam estabelecidas quando se desenvolvem com vigor; então, não é possível ao médico indicar conforto a este mal por causa da fraqueza dos medicamentos mais apropriados à queixa de que nesta parte do globo terrestre carece a ciência, que tem por objeto a conservação e o restabelecimento da saúde dos homens.

A localidade desta capital, sendo baixa e abobadada, de uma atmosfera ora encalmada ora sortida em umidade e em vapores nitrosos, promove a breve corrupção nas carnes dos animais mortos e induz na constituição física do homem uma debilidade e uma disposição mais pronta para pôr em desarranjo o exercício regular das faculdades físicas, em virtude das quais ele vive e conserva-se. E por isso neste país observam-se numerosas e várias enfermidades, as quais insultam com mais intensidade, e reincidem muito pela má higiene que guarda a grande parte dos moradores. São extremamente poucos os que ainda no estado de saúde usam um regime dietético análogo ao seu ingênito temperamento.

Este caráter das enfermidades assim denotado não é universal na província; experimenta-se o contrário assim no sertão como em diversas partes pouco apartadas da cidade. O Solimões, o rio Branco e o rio Negro, cujas terras são mais elevadas, têm bastantes paragens benignas; no rio Branco os ares são sumamente temperados, e em vários rios

defluentes no Solimões e Negro, há alguns territórios, cujas moléstias de ordinário são sezões, porém, não perniciosas, pois basta quando muito uma onça de quinino para expulsar esta enfermidade. Os indianos espavorizam-se com elas, mas porque a sua pusilanimidade não lhes consente esforço ao aspecto de qualquer doença.

A parte ocidental da fronteira do rio Negro e a setentrional da fronteira do Solimões em diversos tempos têm sido combatidas por tremores de terra. Não se sabe o tempo em que eles acontecem, nem se eles têm lugar depois de grandes calmas, ou logo depois da quadra das chuvas. O que no ano de 1785 sentiu o Coronel Manoel da Gama de Almada andando no reconhecimento da comunicação mais alta do rio Uaupés, o Japurá foi na manhã de 12 de julho pelas oito horas e dez minutos; teve três minutos de duração, e foi muito forte ao princípio; referiu às dez horas e com menos força. Em dezembro de 1827 houve outro em toda a fronteira do Solimões que durou cinco minutos com grande impulso.

PRODUÇÕES NATURAIS DO PARÁ

Nesta província verifica-se exatamente a observação do exímio naturalista Barão de Humboldt a respeito da vegetação e da exabundância de princípio da vida animal nos países, onde o sol dividia o Globo, isto é, que o homem nas terras subjacentes ao círculo equinocial não tem forças para vencer uma prolixa fecundidade, que lhe tapa a face do terreno, e nada mais lhe deixa desimpedido senão o oceano e os rios; e que há muitos inconvenientes físicos, tais como os insetos, vermes e lagartos, os quais em algumas paragens atribulam por extremo os habitantes.

É desmesurada a cópia das mais lisonjeiras produções e comodidades que a natureza campestre oferece no Pará à medicina e às artes. Porém, também é preciso confessar que os seus moradores não colhem todo o benefício possível destas imensas liberalidades, que a mão do Supremo regulador do universo derramou por entre as selvas, pelos vales, campinas, cavernas, grutas, outeiros, montes, serras, rios e lagos. Parece que a profusa e variada perspectiva de tantas produções os soço-

bra, e os enleiam de tal guisa que atalha o desenvolvimento dos dois caracteres distintos de grandeza humana a providência e a perfectibilidade.

Vamos dar em poucas palavras um sumário alfabético das produções dos três reinos; e exporemos o estado em que se acha a agricultura. A qual forneceria grande fortuna a esta província se os seus habitatores se aplicassem de outro modo e com atividade regular a esta fonte inexaurível de riquezas para um povo, que pela sua situação física e natureza do seu terreno tão vantajoso para o comércio e navegação deve ser ao mesma tempo agricultor e comerciante.

MINERAIS

Barro finíssimo de cor roxa, amarela, rúbida e alva, nas abas do Amazonas junto ao igarapé Caquixana, em Caraucuru e Aucruuité, e em outras paragens dos rios defluentes no mesmo Amazonas.

Barro de Paneleiro: dele fazem louça de cozinha depois de misturado com a cinza da casca do caraipé, ou com os fragmentos do ferro forjado, ou com a cinza do casco do jabuti carumbé. O mesmo barro serve nas olarias.

Barro alvo, fino, de que fabricam a mão bacias, gomis, panelinhas com o bojo convexo circuitado de flores do mesmo barro coloridas; também imitam os vultos de vários amimais silvestres, de répteis, e de pássaros; o que tudo pintam de cores diversas, cujo concreto é peculiar e vistoso. Ainda não se conhece se estas argilas são refratárias e por conseguinte impróprias para se fazer louça do serviço da mesa; ou se há outras capazes de se porcelanizarem, e de admitirem o vidrado metálico.

Búzio de campo: há os diferentes. O chamado Japutucitá é alvo com lábios vermelhos. Aquele de que os indianos fazem cornetas chama-se Uatapú. Há outros muito vultuosos a que a dão o nome de Uruá.

Concha de púrpura na costa de vila de Cintra e no rio Arari a flor da terra. Também há concha fóssil nas serras de Pirucaua e Tromahi; e outra concha nominada Sernambi fóssil e não fóssil, entre Camutá e a foz do Tocantins, no rio Canaticú, da costa ocidental da Ilha Grande de Joannes, nos rios Maracaná e Marapani, abaixo do Curuçá, e na costa do Marco até o rio Japerica. Há no rio Giparaná, defluente no Madeira,

uma concha de um marisco semelhante à ostra, da qual os silvícolas se servem para cortar paus delgados.

Cristais em um dos lagos do rio Tocantins denominado dos Apinagés, e no recosto das serras da cordilheira do rio Branco que estão em face do Oriente entre os rios Sururu e Tacutú. Os primeiros destes cristais são estimados inferiores; e os segundos têm a forma mais geral de um prisma exagônico acuminada; eles são brancos, azuis, e rubros, e fáceis de separar da matriz, que os sustenta ou envolve, quer estejam em grupo sobre ela, quer enterrados, todos eles e ainda os que vêm acompanhados de diversos minerais são quase tão formosos como quando passados pelo Tórculo. Dali destacaram em 1787 cristais, que trouxeram unidas a si porções de esmeralda, de pedra e de antimônio.

Chumbo não se há deparado; nem galena, da qual se possa extraí-lo, como a que descobriu nas vizinhanças de Vila Rica em Minas Gerais o Sargento-Mor Engenheiro Guilherme Eschweg, de cuja galena ele de parte que um quintal produziu cento e dez libras de chumbo e sete onças e nove grãos de prata, podendo-se coligir semanalmente cem quintais de chumbo, e extrair-se em prata o valor de 640$000 réis.

Curi: barro de tingir que há nos distritos das Vilas de Cintra, de Arraiolos, de Pombal, de Souzel, e nos rios Caité, Capim, Igarapé Palheta, Tocantins.

Esmeril nas abas das serras jacentes no termo da vila de Bragança, e nas do rio Branco.

Enxofre nos rios Apaporis e Cananari. Acha-se dentro de área negra e com a mesma cor dela nos ditos rios, ou soterrado na tabatinga, mas de cor menos enfuscada um fóssil, que é um mineral, do qual, roçando-se um pedaço com o outro, fere fogo completamente, e nesse momento difunde pelo espaço circunvizinho cheiro de enxofre.

Ferro parece havê-lo no rio Branco onde há pedras manchadas deste metal.

Marcassitas no rio Apaporis e no rio Tiquié ao poente da fronteira do rio Negro.

Ouro no sítio denominado Cumarú, nas vertentes do rio Aracá, nas do Moju, nos rios Curii, Redondo, Pichuna, Cenipaussu, Gurupi, no igarapé Guajará, defluente do rio Carepi, distante meia maré da vila

de Cintra, e na serra das Araras, no rio Japurá, e nas serras do Pacu; porém, não se tem feito exame regular que o certifique. Antigamente operaram-se minerações deste metal no rio das Três Barras, confluente do Tapajós, nas vertentes do igarapé Ueraenga, do qual começa o termo da vila de Bejo, e no berço do igarapé que corre entre a vila de Colares e o mar; de todas estas minerações antigas não há certeza apodíctica; há uma notícia que somente por tradição oral se acha transmitida a alguns dos presentes. Quanto ao outro minerado no rio das Três Barras, o Governador e Capitão General Francisco Pedro Gurjão mandou ao Monarca em 18 de setembro de 1747 sessenta e quatro oitavas de amostra apresentada por João de Souza de Azevedo, seu explorador. Não são pois numerosos os sítios mineiros segundo se acaba de apontar; porém, muito embora a Província toda fosse tão aurífera como o grande e riquíssimo Peru ou como a ilha de Sumatra, no Estreito de Malaca, o lucro que disso colheria bem se pode depreender do prepostero aproveitamento que se há feito das minas do território que decorre de Bragança ao Turiassu. Toda a nação entendida em seus verdadeiros interesses procura ser industriosa e mercantil; e nunca se dedica totalmente à mineração. Que proveito deduziu Portugal das terras de ricas betas de ouro descobertas em 1695 no Brasil? O retardar em si por largo tempo os progressos da indústria, pois que o ouro sacado dessas minas dava toda a facilidade de comprar aos estrangeiros e subsistência e até o luxo. O Pará tem nas suas produções botânicas tesouros mais ricos do que áureas minas; assim essa sua riqueza e seu próprio valor fossem mais bem conhecidos.

Pederneiras nas vizinhanças do lugar de Vimioso, nas abas do Tocantins e Araguaia, e nas do rio Branco. São de várias cores: as vermelhas, que na Europa chamam pirobolos, são de maior grandura. Os silvícolas do Tocantins formam das pederneiras machados e outros instrumentos cortantes. Os pedernais são entre eles o pomo da discórdia; quase sempre contendem uns com os outros sobre a sua possessão exclusiva.

Pedras de amolar nos rios Gurupi, Tocantins, Xingu, Tapajós, e no igarapé contíguo ao lugar de São Pedro no alto rio Negro.

Pedra medicinal na ourela do Amazonas, perto de colina chamada a Velha Pobre. São pequenas pedras orbiculares e da cor do ferro

eruginoso, umas de superfície mui pouco desigual, outras escabrosas; elas têm a singularidade de conter no âmago côncavo solta e grossa, branca ou amarela ou vermelha. Os que se sentem oprimidos de ataques de retenção de urina quebram uma destas pedras, deitam-lhe água dentro e a babem filtrada; outros tiram-lhe a área para a meter em água ao lume, e depois da ebulição bebem a tintura.

Pedra pomes na costa boreal da Ilha Grande de Joannes, e nas praias da Ilhas Caviana e Mexiana a foz do Amazonas. Nos mesmos lugares aparecem pedras cobertas de argila petrificada.

Pedras preciosas como pirópos, diamantes e outras, faltam não obstante constar que em 1758 João Fortes Arzão as achara nas serras, que formam as cachoeiras do Madeira; e que em 1610 Mr. De Bault, um dos quarenta soldados expedidos do Maranhão ao Pará por lá Ravardiere, sob mando do Mr. De lá Blanjartier, topara na terra dos Pacajás com duas pedras, uma como um ovo de pomba, outra menor, pela qual referiram que dava El-Rei de Inglaterra vinte mil libras esterlinas; pedras que uns disseram serem balais, e outros lhe deram diferentes nomes.

Prata não existe: há tão-somente nos rios Tapajós e Tiquié pedras com aparência deste metal; as do primeiro dos indicados rios foram achadas em 1755 por Antonio Vilela do Amaral, que deu uma amostra ao Bispo Dom Frei Miguel de Bulhões, que governava a capital na ausência do General Governador no rio Negro, em cuja amostra remetida para Lisboa não se achou sinal de prata depois de feitas todas as experiências na Casa da Moeda; e as do segundo foram deparadas em 1749 não se sabe por quem. Destas dá notícia o roteiro manuscrito do Arcipreste e Vigário Geral, José Monteiro de Noronha, natural do Pará, já há muito falecido; e não obstante saber-se pelo Tenente-Coronel Manoel da Gama Lobo de Almada a inexatidão de tal notícia, o defunto Cônego André Fernandes da Fonseca se animou a asseverá-la sem citar o documento, em que fundou a sua asserção, e qual a autenticidade do mesmo documento em uma memória, que chegou às mãos do Ministro e Secretário de Estado José Feliciano Fernandes Pinheiro, o qual em aviso de 1º de julho de 1826 recomendou ao Presidente da Província que pusesse diligência fervorosa em aquistar as indicadas pedras, visto que da fundição delas se obtinha excelente prata, segundo afirmava aquele Mursado.

Pedreiras no contorno da cidade e nas praias e ribanceiras do Tocantins e de outros mais rios, cuja verdadeira espécie ainda não está determinada. Há ali pedras alvas, pretas, verdes, todas lisas; pedra amarela, chamada Itacoan, que serve de alisar as panelas feitas a mão; e pedras pintadas de várias figuras. Destas últimas também na ribeira da vila de Serpa; e foram elas o motivo de dar-se a esta povoação em seu primórdio o nome de Itacoatiara. Faltam pedras calcares e mármores tanto simples como jaspeados, ágatas, omiscos, e pedra lioz para obras de lancil, quais as soleiras, ombreira, vergas de pórticos e bacias das janelas de sacada. Há tão-somente pedras pouco duras de lavrar, de cor pardaça, umas vagas, outras de banco, de que usam nas obras de alvenaria, para as quais são excelentes porque conglutinam perfeitamente por meio do enlace da areia e cal quando este é bem preparado. Igualmente usam delas em obras de silharia, não obstante serem insuficientes para isso, e não poderem ser aparelhadas por um processo de aplainamento, que as constitua de superfície polida.

Sal mineral nas belas campinas do rio Branco.

Sal marinho pode havê-lo, como já houve na Bahia Virianduba, hoje chamada das Salinas, avivando-se o trabalho salineiro, de que muito se precisa para poupar a importação deste produto industrial das costas do mar. Porém, é necessário empregar bons marnoteiros e mais oficiais deste ministério a fim de que as salinas produzam sal de melhor qualidade e em maior porção do que as antigas, das quais só no ano de 1750 é que se conseguiu o máximo número, que não passou de 1.200 alqueires.

Talco nos rios Gurupi, Xingu, Tapajós, Içana. Do Xingu o mandou tirar Manoel da Gama, Governador de Macapá, para enfeitar vários móveis do teatrinho que ele fez erigir com o fim de festejar o Capitão General Governador do Pará, João Pereira Caldas, na sua visita àquela praça.

Tabatinga, espécie de greda muito alva e fina: também há azul e roxa: acha-se nos distritos das Vilas de Cintra, de Arraiolos, de Pombal, de Solveu, e nos rios Caité, Capim, Tocantins, no igarapé Palheta, e em outras mais partes. No Solimões ajuntam-lhe a goma líquida da Sorveira para caiar as casas porque lhe dá mais tenacidade.

Tauá: semelhante ao odre. Há de duas cores, amarelo e vermelho. O amarelo sendo queimado dá igualmente tinta vermelha: e tanto um como outro serve de ordinário para figurar cintas nas paredes internas das casas inferiores, e pintar as cimalhas da fachada. Acha-se nas mesmas terras das vilas e rios em que há em Tabatinga.

A respeito de chumbo, estanho, antimônio, cobre, imã, vitríolo, mercúrio, arsênico, zinco e mesmo de alguns outros que ficam mencionados com incerteza, ainda não houve descobertas nem trabalhos montanísticos, pelos quais hábeis mineralogistas decidissem da sua existência, destruindo ou verificando asserções vagas e amplificadas, como por exemplo as que ainda vagam acerca dos preciosos tesouros encerrados nas alpestres montanhas do Paru, e nas serras ocidentais do rio Xingu, acima da Vila de Souzel.

Também o Pará, sendo o país mais hidrográfico do novo hemisfério, não possui uma só água mineral das que se chamam termais, gasosas, sulfúreas, férreas ou marciais, e alcalinas. Cabe aqui referir que na ribanceira da enseada da parte direita, antes e depois de passada a segunda cachoeira do Madeira, há uma terra da tal qualidade que os animais voláteis e quadrúpedes a preferem para seu sustento às plantas e frutas do mato.

VEGETAIS

Fora dos trópicos a observação reflexiva reconhece que a diferença de nível em qualquer país, submetendo-o conforme a sua localidade a uma dessemelhança de climas, faz a vegetação do mesmo país mais ou menos variada. Porém, no torrão do Pará, que é quase todo equatorial, e que a sua diferença de nível não lhe dá essa dessemelhança de climas, pasma como em qualquer parte da Província, o paraense pode ajuntar a roda de si árvores, arbustos e plantas particulares a cada parte do mundo. Neste País a natureza regula de tal sorte o movimento dos sucos vegetais, e de tal sorte fecunda com bafo os germes dados à terra que eles desenvolvem do seu seio aceleradamente novas plantas e árvores frondosas e frutíferas: crescendo nestas de modo semelhante os tenros botões anunciadores dos minos, que a abundância inculca.

O jardim botânico e de plantações, e alguns quintais onde crescem vegetais plantados pela mão prestante do homem curioso, tem dado prova manifesta de que as terras do Pará são favoráveis a quase todas as produções do Orbe. Está conhecido que o ardor do Sol não impede que muitos frutos da Europa prosperem nesta Província; só resta que destes pequenos ensaios se passe a um cultivo mais difuso; e que não esperemos que venham estrangeiros de escalpelos nas mãos e o microscópio patentear-se nossos produtos naturais, que nos dá o nosso solo, e que devemos aproveitar, pois o seu valor e preciosidade podem vir a formar nesta Província o mais rico e opulento dos países conhecidos.

Os diversos naturalistas estrangeiros e que hão esquadrinhado as plantas de uma parte da Província, fizeram tão avultadas coleções que não podemos duvidar de que é exímia a pompa, com que na região fendida pelo Amazonas a natureza assoalha as suas riquezas; ela fecunda e rica, multiplica sem termo as suas produções.

Antes destes naturalistas tinha girado o distrito da Vila de Barcelos, a parte do alto rio Negro e o rio Branco uma Expedição Filosófica de História Natural mandada de Portugal por Aviso de 29 de agosto de 1783, a qual se compunha do Doutor naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, de dois desenhadores José Joaquim Freire e Joaquim José Godina, e de um jardineiro botânico chamado Agostinho Joaquim do Cabo.

Esta expedição, que devia não limitar-se ao mero alcance dos produtos mais comuns ou mais fáceis de encontrar, mas sim escrutar com obstinada curiosidade os incógnitos portentos da natureza, e depois divulgar uma notícia circunstanciada dos despojos das florestas por ela colhidos, ou pelo menos uma nomenclatura lineana das plantas investigadas, na qual víssemos seus nomes, sua virtude e suas propriedades, gastou três anos em pequenas pesquisas botânicas, e deu-se por concluída asseverando que não havia mais a examinar. Martinho de Melo e Castro, encarregado da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, em Aviso de 31 de outubro de 1787, lhe estranhou a demora, no rio Negro debaixo de pretexto de esperar ordens do Ministério, sendo certo que as operações de um filósofo botânico não deviam esperar por direções tão dilatadas para se determinar no que havia de fazer em cumprimento da sua obrigação. Notou-lhe mais o indi-

cado Ministro não só a negligência no ensaiar a plantação da semente do linho cânhamo e da teça, mas também a remessa que lhe fizera tão-somente de alguns peixes, bichos, plantas achadiças e alguns pássaros todos perdidos, não podendo deixar de haver muitos fenômenos extraordinários ou anteriormente não observados, e outras muitas plantas, que certamente seriam arborizadas por quem com mais cuidado e paciência as esquadrinhasse. Nestes termos mandou que aquele investigador da natureza passasse ao rio Madeira, e que em toda a extensão do seu curso explorasse minas e mais produções dos rios como peixes, arbustos d'água, conchas, pedras das cachoeiras e igualmente musgos, lichenes, grama, arbustos, plantas saxatiles e amostras de madeiras.

Desta sorte ficamos privados de ter uma idéia cabal da natureza e préstimo dos nossos vegetais tanto já descobertos como por descobrir. Sendo pois como é muito vasto este artigo, e não podendo fazer uma exposição dele com a propriedade e integridade necessárias, referiremos ao menos tomados em geral os produtos naturais gratos não só à vista, mas ao olfato e palato do homem, que a curiosidade vulgar achar, ou o oficioso acaso deparar. Ei-los.

Aturiá: árvore espinhosa das margens dos rios. Produz frutinhas amargas como favas grandes.

Aruincaá: erva semelhante ao trevo e de cor roxa.

Ayapana: erva aromática, que serve em certos curativos.

Acapu: árvore cuja madeira é duríssima e de cor preta imperfeita.

Ajaraneira: árvore semelhante à precedente, porém mais duradoura que ela.

Angelim: árvore cuja madeira é empregada na construção naval, e também no corte de raios e falcas para os reparos de artilharia. Destas árvores há igualmente no Yauapiri, que se debruça da cordilheira do rio Branco sobre o rio Negro.

Acaricuara: árvore parecida com o Acapu e mais resistente que ele à área, porém de lenho nodoso, de sorte que não permite extração de boas tábuas. Serve para esteios e dá tinta azeitonada.

Anauirá: árvore da borda d'água, cujo fruto tem o mesmo nome, e o lenho excelente para carvão.

Acaraúba: árvore direita que tem no cucuruto uma pequena frondente coma. Serve para haste de flechas e para curativo de sarna, a que chamam coruba.

Aracarana: arbusto vistoso, que tem flores brancas, cheias de filamentos amarelos muito fragrantes, e frutas pequenas azevichadas. Acham-se estes arbustos nas terras da Vila de Colares e nas margens da foz do rio Tefé.

Amapá: árvore alta da beira dos rios que produz fruta muito doce do mesmo nome, vermelha por dentro e enfuscada por fora. Tem leite branco.

Assacu: árvore espinhosa e muito copada, cuja flor e leite são venenos letais.

Açaizeiro: palmeira de tronco fino, que dá fruta pequena e preta em cacho comprido.

Anani: árvore grande da orla dos rios. É produtora de breu, aromático; e serve na construção náutica sendo amarelo, cujo leite é da mesma cor.

Araticu: árvore frutuosa. O fruto é uma espécie de pinha mole, cheia de massa amargosa, amarelada, e venenosa, com caroços da mesma cor da massa: tem a casca fina, verde, com alguns picos brandos e curtos. Há outro araticu branco e doce.

Abacate: fruta do abacateiro semelhante na figura a uma grande pêra, verde por fora, e no interior uma massa esverdeada com grande caroço no centro, o qual serve para tingir e para marcar roupa.

Araçá: fruta da árvore denominada araçazeiro da altura e feitio semelhante à goiabeira.

Abiorana: árvore frutuosa do rio Branco igual ao abieiro.

Ambaubeira: árvore exalviçada, ramos distanciados e pouco espessos. A mansa dá fruto em cachos semelhantes aos da videira, mas os bagos são do tamanho e da cor de um figo preto. Cada cacho contém até cinqüenta bagos e todos doces. Para se comerem tira-se-lhe a tona que é áspera.

Andirobeira: árvore alta que produz ouriços de castanha branca e amargosa denominada andiroba. Serve para remédio, para luz, e para fazer sabão.

Aninga: arbusto da beira dos rios e lagos: tem fruta semelhante ao ananaz, porém mole. Há outra qualidade de aninga chamada aninga-apara: ambas servem de remédio para diferentes moléstias.

Ameandoca: arbusto pequeno de folha vermelha na parte superior e florinha amarela. O cozimento da folha e raiz aplicam aos que vertem sangue pelo genital. Outras chamam a esta planta Oiára-caá.

Arvoeiro: árvore pouco alta que produz umas vagens cheias de grãos pintadas de encarnado e preto, dos quais alguns usam para apontar os ganhos nos jogos carteados. É espinhosa e tem veneno, e por isso lhe dão o nome da assacu-miri.

Auairana: belíssimo arbusto, que há na borda d'agua nas ilhas do Solimões pouco acima do rio Caiamé.

Artimisia: planta pequena de folha recortada.

Arroz bravo: produção espontânea em alguns rios e lagos e pântanos. É alimento e desperdício de vários animais voláteis. Este arroz não tem bondade que o faça apetecido: só por necessidade se pode admitir o seu uso.

Algodoim: arvoreta semelhante ao algodoeiro que produz algodão amarelo, muito próprio para gangas.

Abieiro: árvore que dá fruto nominado abio, redondo, extremamente amarelo e no interior tem massa branca, branda, fresca e doce, envolvendo dois caroços longos. A casca desta tem leite glutinoso: e por isso se come com colher.

Anil: arbusto de folha miúda que serve na tinturaria.

Alcaçus: arbusto cujas folhas têm o sabor do alcaçus europeu.

Andorinha: erva rasteira de folha miúda quase parecida com a erva de rato. Usa-se nos banhos dos que padecem hemorróidas.

Ararani: arvoreta cuja folha serve de remédio antidrópico. Foi mostrada em 1804 pelos Mundrucus, que vieram visitar o Governador Conde dos Arcos.

Avencão: arbusto de folha semelhante à da artimisia com ramos grossos, cuja polpa serve para remédio.

Abutua: árvore pequena, cuja raiz é remédio.

Apii: erva rasteira de folha quase redonda. Serve para remédio.

Bacuri: árvore que dá fruta agridoce. Ela tem casca acitrinada e semelhante à do piquiá na figura. O lenho desta árvore serve na construção náutica.

Bacuripari: árvore da mesma classe da precedente que dá fruta semelhante, porém a casca tem leite amarelo.

Borajuba: árvore cujo lenho é usado na construção naval.

Beribá: fruto de árvore de nome idêntico. A casca é amarela ocupada de picos flexíveis, a sua massa é branca e permeada de caroços pequenos e chatos. Come-se com colher. Tem gosto de nata.

Bacabeira: palmeira que produz fruta chamada bacaba em cachos grandes. O óleo desta fruta é muito fino e doce; pode muito bem servir de azeite.

Bussu: palmeira cujas folhas têm vinte palmos de longor. O fruto nasce dentro de um casulo, que se distende à medida que se desenvolve a fruta na clausura natural. O cacho costuma ter mais de noventa frutas, e quando estas têm chegado à sua maturação desagregam-se do cacho, e cai o casulo, ao qual os indianos chamam tururi e o põem na cabeça como carapuça. Existe destas palmeiras nas ilhas em que as águas das enchentes ondeiam e nas margens do Amazonas até perto do Pará, e daí para cima são raros os bussus.

Baunilha: fruta produzida em vagens por cipó bifecundo.

Baunilha pequena: é uma vagem chata do comprimento de três polegadas, que nasce em uma arvoreta de folha larga e pequena, semelhante na feição do ubim. A dita vagem abre-se quando está madura, então a secam ao sol e fica muito aromática.

Castanheiro: árvore excelsa e de grandes sapupemas. Produz ouriços que contém cada um de doze a vinte castanhas. O seu lenho tem serventia na construção naval, e a tona é estopa que serve para calafate às embarcações.

Capaúba: árvore de tona alva e folha redonda, tem óleo, ao qual é dado o nome da árvore, e uma fava do tamanho de um feijão grande que serve para remédio. De ordinário onde esta árvore mostra protuberância há nela óleo.

Cravo: árvore, cuja casca é droga aromática. Quando a detonam arranjam os despojos em canudos.

Cumaru: árvore retilínea e alta, que produz uma fava muito aromática encerrada em um pequeno ouriço. O tronco tem uso na construção náutica.

Cartelhana: qualidade de anil, que nasce e vegeta nas terras da Vila de Olivença e nas do rio Janaiatuba, que desemboca na margem meridional do Solimões, é árvore alta e de grande folha.

Conduru: árvore cujo lenho se emprega na construção civil e naval.

Cedro: árvore alterosa, cujo tronco dá madeira para construção tanto náutica como civil. Há duas qualidades: vermelho e branco, o primeiro é o melhor.

Caraipé: árvore direita, alta e frondosa no alto e de cerne duríssimo. O melhor é aquele que chamam tarahira-caraipé.

Carajuru: espécie de cipó do sertão cujas folhas servem para tingir e para alguns remédios.

Caraná: palmeira delgada, toda plena de espinhos venenosos. Dá fruto em cachos grandes. A folha é semelhante à do açaizeiro.

Curauá: planta fibrosa semelhante, na forma, ao ananás. Dá uma espécie de linho alvo.

Cauassu: palmeira da qual extraem tinta escura.

Camendara: erva com flores campanuladas, pequenas, vermelhas, raiadas de amarelo, há quem afirme que ela tem a virtude de filtro.

Caroba: árvore alta de casca alva e folha redonda.

Caxinduba: árvore cujo leite é remédio antelmíntico. Dá uma fruta miudinha de cor verde e leitosa, e quando a árvore a tem está venenosa.

Cinzeira: árvore cujo cerne é duríssimo.

Curimbó: cipó grosso de cor encarnada e aromático.

Cururé: pequena planta saxátil do rio Negro, que encerra porção salina talvez maior que a da Fumaria da Europa.

Cajueiro: árvore bem conhecida pelo seu fruto chamado caju, gostoso, sumarento e de suave cheiro, que se desfaz todo em água. Esta árvore tem resina: e dá flores como as do sabugueiro.

Cupuassu: árvore que produz frutas do mesmo nome, e do tamanho e figura de um melão pequeno de casca parda e mui frangível, contendo uma massa branca, agridoce, aderente a certos caroços ordenados em fieiras.

Cunambi: arvoreta pequena que dá fruta semelhante à pimenta da Índia. É venenosa.

Cupiúba: árvore de duas qualidades, vermelha e branca. Da primeira usa-se na construção naval.

Caraipérana: árvore de que fazem carvão.

Cumati: árvore que serve na construção de casas, e a casca dá tinta vermelha.

Cupuahi: árvore que produz fruto pequeno e semelhante ao cupuassu, porém mais doce que ele. O mesmo fruto extrai da árvore o nome.

Cutitiribá: árvore frutuosa. O fruto é muito doce e quase da grandura de um ovo de galinha; tem casca finíssima, e massa amarela circundando um pequeno caroço.

Camapu: arbusto pequeno e produtor de um fruto redondo cor de cana clausurado em um casulo tenuíssimo. Parece com o tonate mourisco.

Cipreste: planta arbustiva de sete palmos de altura, toda roxa, e uniforme na disposição das suas folhas com graça. É boa para ornamento: e as folhas têm duplo préstimo, na tinturaria e na farmácia popular.

Caámembeca: planta arbustiva pequenina de folha verde de uma banda e de outra roxa, e tem nas pontas dos ramos um pequenino cacho verde acompanhado de uma ou duas flores de cor branca e roxa. O seu cozimento serve para hemorróidas.

Curumicaá: árvore alta, cuja folha serve na feitura de beiju grande de forno.

Caucaá: erva que se emprega em alguns remédios.

Cucura: fruta de cor preta mais grossa do que bago de uva, e dá em cacho. A árvore lhe é parecida com a ambaubeira: há grandes e pequenas: estas dão frutas que fazem prurido nos beiços.

Carrapato: arbusto a que outros chamam mamona.

Curé: planta de cuja raiz se tira água destilada odorífera.

Caapiranga: planta que dá tinta vermelha.

Cumaá: árvore do rio Madeira, da qual se tira suco que serve para brear.

Cumacahi: cipó grosso cujas folhas servem para remédio. Tem como o timbó cheiro desagradável.

Cauarucaá: planta que se emprega em várias preparações medicamentosas. Ela tem de seis a oito palmos de altura e a folha redonda e áspera.

Camará de cheiro: planta áspera na folha, de flor miúda, encarnada e branca. A folha serve de remédio.

Caapitiú: árvore que tem uma frutinha mesclada de preto e encarnado. Dizem que algumas mulheres a dão aos seus filhinhos para chupar, e conseguem que ele se deslembrem da mama.

Canabrava: erva que existe na tona d'água de alguns rios. Lança raízes espessas, e alteia-se a seis palmos. Ela é o alimento mais do agrado do peixe-boi.

Caatininga: planta pouco alta, cujas folhas veludosas se empregam em alguns remédios. Tem fruta roxa miudinha.

Curupita: árvore alta e grossa, folha comprida, talo vermelho, leite branco. É planta medicinal.

Cacaoseira: árvore que produz cacau em todas as seguintes paragens do Amazonas: na costa de Tauaná, na enseada de Uarumandiba e em muitas ilhas, mormente na ilha Aramaçá, que é toda um cacoal.

Cuieira: árvore cujo fruto é redondo, de casca lisa e dura, amargo amargoso e semelhante ao da abóbora. O casco deste fruto tem vários usos.

Cumassu: árvore alta de tronco nodoso.

Cipó-catinga: cipó fino, verde, de cheiro desagradável.

Caimbé: arvoreta cuja folha é redonda, e é uma boa lixa para alisar.

Douradinha: erva rasteira de folha redonda que serve para remédio.

Envireira: árvore mole, direita e alta. Tem os ramos no cucuruto: e a casca é fibrosa.

Espadana: erva que nasce no Termo da Vila de Monforte na Ilha Grande de Joannes. Serve nas Tanoas.

Fedegoso: planta de três palmos de altura, folha verde, comprida e áspera, e flor branca.

Frecha: cana lisa sem gomo, dura e leve, de que os silvícolas fazem as suas frechas.

Gapuicu: cipó em que nasce algodão finíssimo como nas árvores o visco ou nos crânios insepultos a úsnea.

Guariroba: palmeira delgada, cujo palmito é agridoce. Há no Tocantins.

Guaraná: fruto de um arbusto trepador. Estando maduro mostra na casca cor enfuscada: a massa é branca, e uma espécie de amêndoa.

Guapohi: qualidade de cipó folhoso. A raiz serve para curativos.

Guapohi bravo: árvore alterosa, pouco grossa, agradável à vista pelas muitas flores amarelas, que brota em cachos. Ela produz umas vagens longas, as quais depois de secas abrem-se, e do interior saem umas folhinhas brancas como penas que são baunilhas.

Ginja: fruto semelhante ao deste nome na Europa, mas azedo.

Guariuba: árvore cujo lanho dá tinta amarela.

Guarijuba: árvore de lenho exalviçada ou preta. O desta segunda qualidade serve na construção náutica.

Goiabeira: árvore frutuosa. Há de duas sortes: uma produz goiabas brancas, e outra vermelhas.

Genipapeiro: árvore folhosa como o castanheiro, mas a flor alva. O fruto quando maduro tem cor pardaça e fica brando e rugoso; dentro compreende alguns pevides. Do sumo servem-se os silvícolas para pintar a corpo: o lenho é excelente para coronhas de espingarda, colheres, e bolas de jogar.

Guajará: árvore que dá fruta semelhante ao abio, porém com mais mucilagem do que ele.

Grama: planta da folha miudinha, e os talos nodosos à semelhança da grama da Europa.

Gergelim: arvoreta pequena, cuja semente é miúda, redondinha, chata e oleosa.

Erva de chumbo: junco miudinho e trepador da cor da piaçava. Nasce na Ilha grande de Joannes: e serve de remédio.

Erva cidreira: planta felpudinha e cheirosa e espontânea, com a mesma característica da hortência.

Jutahi: árvore que produz fruta do mesmo nome, e uma resina que muito se parece com a resina copal. Serve para alguns remédios e para outros misteres. Da casca desta árvore fabricam canoas os selvagens. Dizem os buscantes de drogas das florestas, que todo o mato de cravo, tem boa porção destas árvores: elas são de duas qualidades uma chamada Jutahi-assú, e a outra Jutahi-miri.

Jatibá: árvore, cuja tona emparelha no préstimo com a do castanheiro.

Yupurá: fruta de massa branda, escura e fétida, que produz uma árvore do rio Japurá, de cuja fruta dizem uns que este rio extrai o nome, e outros que ele lhe vem de uma cabida selvática assim denominada.

Jacariúba: árvore da qual o tronco serve para a construção de casas e canoas.

Ipiúba: árvore de igual serventia à precedente.

Jupati: palmeira delgada, longa, de rama parecida com a do Bossu. Nasce em grupos e serve para alguns usos.

Inajarana: árvore da ourela dos rios. Dá fruta que não se come. A casca do tronco é desobstruente.

Inajá: palmeira, que dá fruto da feição de um coco pequeno, e em seringueiros na falta do Urucuri para dar consistência à goma elástica.

Itaúba: árvore grande, que serve para a construção naval.

Jacarandá: árvore de madeira rija, algum tanto aromática, e preta com veias brancas. Serve para obras de marcenaria. Também lhe dão o nome de pau santo.

Ingazeiro: árvore que produz a fruta chamada ingá. Ela é semelhante à vagem da fava, mas longa e arregoada: contém no interior um certo número de caroços pretos, chatos, circundados individualmente de

uma massa contaminosa, alva, fria, doce e saborosa. Há três espécies desta fruta conhecidas pelos nomes ingaxixi, ingasupé, ingacipó. O primeiro é de casca chata, lisa, e curta; o segundo é comprido e arregoado; e o terceiro do mesmo feitio do segundo porém mais grosso.

Ituá: árvore produtora de uma fruta pouco volumosa, compridinha, amargosa e amarela. Há outro ituá, que é roxo e produzido em um cipó.

Jaracati: árvore que dá fruta pequena, amargosa, sem polpa alguma, semente preta como a do marajá, e amarela a cor da casca.

Jacitara: Cipó grande, pouco grosso, espinhoso. Dele sacam talas delgadinhas que servem para várias obras.

Jassapocaia: árvore do rio Madeira, entre cujo cerne e casca se lhe extrai uma como membrana, a qual desfiada e enxuta é uma estopa boa para calafetar. Serve também para fazer fixa a cor do anil.

Jacareruaitaua: cipó esgalhado, cuja folha e casca emprega-se como remédio.

Jatuaúba: arvoreta, que produz fruto em cachos semelhantes ao da videira. A raiz é remédio catártico. Também se julga que ela tem a virtude de facilitar a prolificação das mulheres.

Jaramacaru: planta que vegeta sem ter folhas; rebentam-lhe os ramos uns nos outros; tem ao longo deles espinhos rijos e venenosos de forma de alfinetes, cuja cabeça é revestida de uma finíssima felpa. Algumas mulheres usam destes espinhos na almofada de renda com preferência aos alfinetes. Esta planta serve no curativo de certas enfermidades. Há outra qualidade de Jaramacaru, a que uns chamam Jaramacaru do Sertão, e outros Coração do Diabo; é uma planta, de cujo pé se ramificam muitos bracinhos terminados em uma folha quase redonda, um pouco consistente, e ouriçada de espinhos; ela desfere-se até sete palmos de altura pouco mais ou menos, e serve para certos curativos.

Jauarataceú: árvoreta cuja raiz é remédio.

Jauára-issica: árvore alta e de muita resina cheirosa e semelhante à almecega. Serve de remédio.

Jalapa: planta cuja raiz seca, ralada e peneirada, é remédio.

Juruti-pepena: arbusto mediano e venenoso.

Ipecacuanha: cipó, cuja raiz serve para remédio.

Ipadu: árvoreta de pequena grandura, folha do tamanho da do Louro da Europa.

Jasmim do mato: planta de flor branca, cheirosa: tem leite que serve para remédio,

Jauari: palmeira semelhante ao tucuman, mas a fruta tem cor amarela.

Louro: árvore cujo lenho é empregado tanto na construção náutica como nas obras de marcenaria. Há duas qualidades, vermelho e amarelo.

Lacre: arvoreta, que destila um licor assim denominado. Há branco e vermelho. Serve para remédio.

Maçaranduba: árvore cujo lenho é de cor vermelha. Emprega-se na construção naval. Tem leite no tronco e nos ramos: é saboroso, e torna-se em visco por ser condensativo.

Maiz: planta de que abundam as margens do rio Purus.

Macacaúba: árvore cuja madeira é pintada de vermelho e preto. Usa-se na marcenaria.

Murapinima: árvore cuja madeira é betada de feição que se equivoca com o variegado casco da tartaruga enquanto se lhe não confundem as ondas, com que realça muito a sua qualidade. Destas árvores há muitas no rio Trombetas, em cujas florestas também se acham outras igualmente preciosas.

Mariquitaia: árvore cujo lenho dá madeiras para obras da marcenaria e para a construção de casa e canoas.

Mongubeira: árvore mole, algum tanto semelhante à suamumeira assim na figura como no fruto, mas a cor da felpa contida nele é parda. Dizem os experientes que esta felpa é fresca.

Muraúba: arvoreta de que fazem uso para flechar e arpoar peixe.

Muruti: palmeira elevada, aprumada, de casca grossa e rija, e o cerne um miolo quase semelhante às escovas do coco: no cocuruto desta árvore saem certas canas, que na extremidade deitam uma rama parecida na forma com um chapéu de sol. Produz fruta em cachos; a fruta é um pequeno coco conchado; tem dentro um caroço envolvido em massa amarela.

Mucajá: palmeira que produz cacho de cocos de pouca massa.

Murumuru: palmeira semelhante à pupunheira. Não se come o seu fruto.

Marajá: palmeira produtora de cachos de fruta roxa, agridoce, e parecida com a uva.

Matruz: erva rasteira de folha comprida e miúda. Serve para remédio.

Mentrasto: erva rasteira de folha redonda e pequena. Serve para remédio.

Murápuama: arbusto destituído de folhas, cuja raiz é tida como remédio analéptico ou restaurador de forças abatidas.

Mangue: árvore da beira dos rios, cuja raiz se conduplica com outras derivadas do meio do tronco e do lugar onde se desferem os ramos. A sua tona serve para tingir.

Mucuracaá: erva de mau cheiro, parecida com o das Mucuras. É planta usada em curativos.

Manacan: arbusto pequeno com falha semelhante à do café. É medicinal. Há outro de folha comprida, que chamam Manacan de Veado. Os indianos, e mesmo alguns indivíduos, que o não são, referem que embriagando-se com este segundo Manacan, e converdando nesse estado com mulher pejada, lhe passa a ebriedade, e Urdo imediatamente ao mato caçar Veados, que os acha e apanha-se dificuldade, porque eles não correm de quem se embebeda com o referido Manacan.

Murta: planta de duas qualidades. Uma de folha miúda, veludosa que chamam de parida: a outra sem felpa nas folhas, que chamam de tinta.

Margarita: planta, que produz um algodão finíssimo semelhante à seda.

Mucunan: cipó que serve de estopa e de tinta.

Mangarataia: raiz semelhante ao gengibre, mas de cor amarela, maior que ele, e nada cáustico.

Marajuba: árvore cujo lenho se emprega na construção náutica, e na de casas e canoas.

Murapaúba: árvore de madeira leve que serve na Marcenaria, e em outras mais obras.

Mururé: árvore empinada, de cuja lenho se extrai leite vermelho, o qual dissolvido em certa quantidade de água supre o azougue.

Mururé-miri: planta, que nasce nos lagos, nas terras ensopadas, e ourela dos rios. Ela vaga por alguns rios em grande porção como stratiotes pelo Nilo.

Murápiranga: árvore de madeira vermelha, que se usa na Marcenaria.

Muratauá: árvore, cuja madeira é amarela e serve para trastes de casa e obras náuticas.

Macácanambi: espécie de usnea de cor alvar e de talhe auricular.

Maracujá: fruto de um cipó folhoso. Há duas qualidades, grandes e pequenos: este de cor amarela por fora e aquele verde.

Mangabeira: árvore produtora de frutas nominadas Mangabas, que são uma espécie de sorvas agradáveis. Elas têm leite, que é amargoso quando não estão bem maduras.

Muruxi: árvore frutuosa. A casca serve para tinta. Há o da Mata e o da Campina: este é baixo e sempre opresso de fruta, e aquele é alteroso.

Maparaúba: árvore, que dá fruta de nome idêntico.

Munbaqueira: palmeira pequena, que dá cacho semelhante ao do Açaí, mas vermelho.

Mamoeiro: árvore alta e mole, que produz onde brotam os ramos um certo número de frutas a que chamam Mamões por parecerem na figura quase com um teta. São muito doces junto aos caroços pretos que tem.

Mamaurana: árvore da beira dos rios, que serve para tinta: tem flor encarnada e branca e muito fragrante: a fruta é parecida com o Cupuaçu.

Mandioca branca: arbusto de seis palmas de alto, folha larga e haste grossa: a raiz é semelhante a beterraba, tendo cinco a sete polegadas de diâmetro. Encerra uma substancia farinácea, que seca ao fogo é muito agradável ao palato e nutriente. Desta mandioca é uma qualidade chamada Macaxeira, que se come cozida. Ainda há outras qualidades conhecidas pelos nomes Pacajá, Seis meses, Thereza, Maniva-miri, Engracia, Uruá, Maracuani, Arara.

Mandioca Tucumã: é mandioca amarela.

Mandiocaba: é mandioca doce.

Macucú: árvore, cuja tona serve de tinta, e o tronco para carvão.

Marupá: planta de duas qualidades, branca e vermelha. O denominado Marupá-miri tem raiz medicinal.

Meruncaá: erva rasteira como capim (relva). Serve no curativo de diarréias.

Macacacipó: cipó grosso, cujo leite é aplicado a algumas moléstias.

Muraquetéca: cipó chato e dentadinho toda como serra: tem água cristalina que serve para remédio.

Marianinha: erva rasteira com florinha azul. Serve para banhos dos que padecem hemorróidas.

Maparájuba: árvore excelsa de grandes braços folhosos, semelhante à Massaranduba.

Marátequera: cipó, cuja água calveja a parte do crânio em que ela sucede cair.

Pão Magirioba: planta de espécie febrífuga.

Piquiá: árvore, que serve para a construção naval. A sua madeira não é nociva ao ferro. Produz frutos muito oleoso e pouco polposos: são de figura quase redonda e de casca azeitonada: tem no rego do caroço espinhas, e dentro do mesmo caraça uma pequena massa que também comem. A casca da árvore emprega-se na composição da tinta de escrever. O fruto come-se cozido. Emprega-se também a madeira desta árvore na construção de pinas para os reparos de Artilharia.

Pau d'arco: árvore formosa, que serve na construção náutica e na Artilharia para varais dos reparos. Há duas qualidades de pau d'arco: o da terra firme, cujas flores são roxas, e o da várzea, cujas flores são amarelas.

Pau-cetim: árvore, cujo lenho dá tábuas de cor amarela lustrosa.

Pau roxo: árvore que dá madeira desta cor. Acha-se em diferentes partes, e nomeadamente com abundância nas terras do Lugar de Ayrão no rio Negro: bem como nelas é breu, e lenhos estimáveis.

Pataúá: palmeira, que dá fruto em cachos como a bacaba.

Pau canádea: árvore resinosa, da qual qualquer fragmento incendido na extremidade dá luz clara e perene.

Pumumbuca: arvoreta, que produz fruta semelhante a um cacho de uvas, mas de cor jalde. É o alimento usual da Pomba do mato.

Pindoba: palmeira, que cria um cacho de mais de noventa frutas dentro de um casulo: quando estão maduras desaderem-se do cacho, e então cai o casulo no chão pelo peso.

Piaçaba: palmeira, cujo fruto é oleoso. A tona é composta de juncos muito flexíveis, que cingem em multiplicadas circunvoluções estreitamente o lenho da palmeira, que dele extrai o nome.

Popunha: palmeira, que produz cachos de frutas com pequeno caroço umas, e outras sem ele. São oleosas, e comem-se cozidas.

Pacova sororoca: espécie de bananeira sem tronco: dá fruta que alguns comem.

Pacova catinga: É mais pequena que a precedente: dá fruto em cacho, que serve para tingir de roxa..

Paxiúba: palmeira semelhante ao Açaizeiro. A casca é duríssima.

Paracauáxi: árvore grande, do cujas folhas queimadas o fumo converte em cor preta e da tinta, que dão às linhas de pescar.

Pacuan: erva rasteira, cuja raiz e folhas se emprega em alguns curativos. A água desta planta diz que cura as balidas de olhos. Também a mesma planta serve para tingir de amarelo.

Piripirioca: junco, que tem a raiz cheirosa e serve para remédio.

Pariri: planta semelhante ao trevo. Serve para tingir de roxo.

Pitomba: fruta vermelha e arregoada, que a árvore Pitombeira produz em cachos.

Pá de Macaco: árvore, cuja madeira tem uso na construção de casas e canoas.

Piquiarana: "árvore grande de lenha alvar ou vermelha. Tem fruta parecida ao jenipapo, e por dentro tem no meio de espinhos uma

castanha que se come. A flor é vermelha. A piquiarana vermelha emprega-se na construção naval".

Pau de moquém: árvore pequena, cujas folhas são usadas em curativos.

Pau de breu: árvore, que produz a almecega branca.

Pau de rosa: árvore, cuja madeira é usada na Marcenaria.

Pau mulato: árvore; de que se faz uso como da precedente.

Pau cor de laranja: árvore, cuja madeira é desta cor: acha-se no rio Branco: serve para móveis.

Puruhi: árvore pequena, que dá fruto preto, doce, cheio da semente miúda: ela toma da mesma árvore a sua denominação.

Panema: pequena planta, que tem o préstimo de prestes desvanecer nódoas de tinta de escrever e do ferro.

Paiurá: árvore, que produz fruto semelhante a um coco do tamanho de um ovo de pato, e dentro contém uma grande fava vermelha, que serve para remédio.

Paricá: árvore, que dá fruta em forma de vagem, que denominam Curupá.

Pacaratepú: ervas rasteiras, cujo leite branco é usado como remédio.

Pepino do mato: árvore, que produz fruta parecida ao pepino, porém mais pequena e de cor amarelada. Tem leite branco: serve para remédio.

Paracaúba: árvore, que é o Angelin da várzea.

Puxiri: árvore, que produz uma grande noz, comprehensica de duas amêndoas unidas, as quais dão o mesmo nome da árvore. O muito óleo, que tem esvai-se na operação de as secarem ao lume, restando-lhe dele uma pequena porção. Há puxiri de duas sortes, grosso e miúdo: este é mais delicado assim no gosto como no aroma: é dele que se extrai a casca nominada preciosa. Esta árvore é peculiar dos rios Urubaxi, Uajuaná, Inuuixi, Cauaboris, defluentes no rio Negro. O seu fruto foi colhido a primeira vez em 1775.

Pararauari: árvore alta e copada: o lenho dá madeira branca e leve: serve também na construção de canoas.

Salsa parrilha: cipó que trepa a grenha das árvores, e tem raiz fibrosa e comprida. Produz uma fruta roxa e agradável ao palato: as flores são brancas.

Sumaumeira: árvore alta e grossa, distende os ramos horizontalmente a grande distância, produz fruto, do qual se colhe uma espécie de algodão alvo, que chamam Sumaúma, e que empregam no enchimento de colchões para o tempo de inverno para ser cauda. O dito fruto é como um melão pequeno e longo: no interior tem a Sumaúma circundando a semente. Cortam muitas árvores para formar duas ou três arrobas deste seu efeito.

Seringueira: árvore da várzea, de que se tira a goma elástica pelo estilo aprendido dos Cambebas, que farão os primeiros, a quem virão fabricar esta resina.

Sucuba: árvore alta, que dá leite branco, o qual, e a casca e a raiz servem para remédio. São amargosas a casca e a raiz.

Sumaúma de Macaco: árvore alta, de que nascem umas cabacinhas, e dentro destas há uma felpa semelhante ao Algodoim, a qual dão o referido nome, porque quando as cabacinhas estão verdes servem a glotonia do dito animal..

Sapucaia: árvore grande, que se enche de flores amarelas, bonitas mas destituídas de cheiro algum. Produz fruto quase circular: de casca duríssima, e dentro tem dez repartimentos ocupados de castanhas saborosas tanto assadas como cruas: para haver estas castanhas despega-se uma tampa com que a natureza fecha a boca desta espécie de ouriço: o qual serve também para remédio. O tronco desta árvore é empregado na construção naval.

Sapupira: árvore, cuja madeira tem uso na construção de casas.

Salva do Marajó: arbusto pequeno dos campos da Ilha Grande de Joannes, cuja folha é usada em alguns curativos. Também ali fazem dela vassouras.

Salva do Rio Branco: é superior à precedente.

Sucupira: árvore, cujo lenho emprega-se na construção náutica, e na dos cubos das rodas dos reparos de Artilharia.

Sorveira: árvore, que dá frutos redondos como pomos. Há destas árvores nos campos de Macapá e no rio Negro.

Salsarana: cipó veludoso, cuja raiz é aromática.

Sapateira: espécie de murta de folha menos miúda que serva aos Curtidores.

Solidonia: planta, cuja folha é remédio.

Serralha: erva de dois palmos de altura, folha recortada, cheia de botões pequeninos, verdes e semelhantes na forma à pimenta Malagueta: serve para remédio diurético.

Tatajuba: árvore, cuja madeira é empregada na construção de casas canoas, e embarcações de altura, e também na Tinturaria.

Tauari: árvore excelsíssima e notável pelas suas grandes sapopemas: nome que dão às largas pranchas que as raízes formam alteando-se sobre o lenho em feição triangular com a base do lado das mesmas raízes. A madeira desta árvore é mais leve e de menos dura que a Marapaúba. A tona é muito fibrosa, e distende-se bem. Os indianos cortam da tona pedaços muito delgados, que lhe serve para os seus cigarros.

Tucum: palmeira de tronco todo cheio de agudos espinhas e sem ramo algum, tem no cimo folhas de sete palmas de longor e todas recortadas, das quais se extrai fibras parecidas ao linho para obras de gosto e perfeição e para serventia nas comodidades domésticas dos indianos.

Tururi: árvore majestosa, cuja tona é forte, alva, e distensível.

Tucuman: palmeira, que produz cachos de cocos amarelos e vermelhos juntamente.

Tamacuari: arbusto cuja raiz é remedio.

Tambori: árvore grande do Tocantins, que serve na fábrica de canoas.

Taperebá: árvore ramosa de folhas miúdas: dá fruto pequeno, amarela e agridoce.

Tamacuaré: árvore, cuja madeira serve para ripas de casa.

Timbó: cipó, que há de várias qualidades conhecidas pelos nomes Timbóassú, Timbóhi, e Timbó-titica.

Timbó da capoeira: arbusto pequeno cinzento. A raiz é venenosa.

Taboca: cana rija, cheia de espinhos venenosos e de galhos com folha miúda. Nasce em grupos.

Tacuari: arvoreta de folhas miúdas. Nasce em grupos à maneira das Tabocas. Tem medula, que se extrai aquentando-se ao lume.

Tabúa: espécie de junco grosso e fofo de alguns lagos, de que fazem esteiras. Há de duas qualidades.

Tamanqueira: árvore mole, cuja madeira emprega-se na construção de casas e canoas.

Tamarindo: árvore muito frondosa, que produz fruto do mesmo nome e bem conhecido.

Tajámembeca: erva de folha mesclada de encarnado, que serve de remédio. Há de muitas qualidades, que aplicam como antídoto contra peçonha de répteis.

Taixizeiro: árvore alta que assume este nome de formiga Taixi, que sempre nela reside.

Trevo: erva rasteira de várias qualidades como são o branco, o roxo, o torcidinho, o compridinho, o de topete de Mutum pintado de branco e amarelo, e o de Jacamim.

Violeta: árvore cuja tona serve para tingir: a mesma tona depois de apodrecida dá tinta de carmim.

Veronica: cipó, cuja casca serve de remédio para feridas, deram-lhe este nome em razão da figura da fruta chata e quase circular que produz.

Umiri: árvore, cuja casca é encarnada: e alterosa e copada: produz fruto do tamanho e cor, da azeitona, e algum tanto fragante. Tem óleo de aroma agradável em quanto é novo: depois é insuportável. Também é aromática a casca do lenho.

Uauássú: árvore parecida ao Coqueiro da Índia, e o coco ao Inajá. Há no Tocantins.

Uaissima: árvore delgada de tona fibrosa.

Uassássú: palmeira parecida ao Jupati. Dá cocos que os Indianos comem assados.

Urucuri: palmeira, cujo fruto produzido dentro de uma espécie de curuátá serve aos Seringueiros para consistênciar a goma elástica.

Uacurauareputi: erva rasteira, que tem leite que serve de remédio.

Ubim: arvoreta uliginária, que nasce em maior cópia nos terrenos ensopados. Tem um pequeno tronco parecido com a cana da Índia. As folhas são largas, curtas e bifurcadas e o talo comprido.

Uirari: planta da classe dos cipós. Tem casca áspera e venenosa.

Uacapurana: árvore, de cujo lenho se tira madeira para casas, e da casca tinta.

Upiúba: árvore, de que usam na construção de casas e canoas.

Ucuúba: árvore mole da beira dos rios: tem leite vermelho e medicinal. A fruta é oleosa a ponto de dar luz aplicando-se-lhe, lume: e da mesma fruta se faz uma massa semelhante a cera.

Urupé: espécie de grande usnea nascida na epiderme dos tronos dos Acapús. Envireiras antigas, e Pau de breu, prostados pelo tempo. É branco e de figura quase circular com um pequenino pé, que o prende a tona da árvore.

Umari: árvore de cujo tronco se usa na construção náutica. Tem fruto, que consta só de uma casca fina muito cheirosa que envolve um grande caroço. Há árvores desta espécie que dão frutos grandes, e outras, frutos pequenos.

Uixi: árvore grande produtora de frutos, a que dão igual nome.

Urtiga branca: planta espinhosa, e cheia de água medicinal.

Uarumá-miri: planta que cresce direita com folhas largas.

Uarumá-assú: É grosso o tronco e tem poucos galhos.

Ururina: arbusto pequeno de folha miúda, verde por cima e amarela por baixo; a raiz serve de curativo de feridas; há nas terras da Vila de Colares.

Uarumá-membeca: é baixo e as folhas largas e brandas.

Uacarácaá: espécie de trevo aromático.

Urucu: arvoreta, que produz pequeninos ouriços cheios de grãos, dos quais fazem a massa, que serve na tinturaria.

Uaruáremboia: arbusto parecido com a Abutua: usam dele para dissipar inchações.

Uruariua: árvore odorífera e de préstimo para a tinturaria.

Uajurú: árvore mediana e de muitos galhos, que produz fruta pequena do mesmo nome, roxa por fora e branca por dentro com caroço.

Xurú: árvore produtora de ouriços compridos, cheios de castanhas oblongas.

Xiriuba: árvore, de cujo lenho incinerado fazem boa lexivia para sabão. A árvore desta espécie que dá de oito a quinze paneiros de cinza. O cerne é exalviçado, e a tona enfuscada.

Xiricaá: pequeno arbusto de folha comprida com a beira recortada e dura, que nasce ás reboleiras e serve para remédio.

RECAPITULAÇÃO

De alguns dos referidos vegetais

Palmeiras	*Árvores Leiteiras*
Assaizeiro	Árvoreiro: venenoso
Bacabeira	Amapá
Bussú	Anani
Caraná	Assacu: venenoso
Cauassu	Curupita
Jauari	Caxinduba
Inajá	Massaranduba
Jupati	Mururé
Muruti	Pepino do mato
Macajá	Siringueira
Murumuru	Sucuba
Marajá	Ucuúba
Mumbaqueira	___
Patauá	___
Pindoba	___
Piassaba	___
Popunha	___
Paxiúba	___

Tucum	___
Tucuman	___
Uassassu	___
Urucuri	___
Uauássu	___

Árvores de construção	*Árvores de construção de casas e canoas*
Anani amarelo	Acapu
Bacuri	Ajareneira
Borajuba	Angelim
Castanheiro	Acaricoára
Cedro vermelho	Anauirá
Cumaru	Bacuri
Cupiuba vermelha	Bacuripari
Curijuba preta	Cedro vermelho e branco
Itaúba	Cupiúba
Louro	Conduru
Massaranduba	Cumaru
Pau amarelo	Caraipé
Pau roxo	Cumati
Paranauari	Guariúba
Piquia	Ipiúba
Paracaúba	Jacariúba
Piquiarana vermelha	Jutahi-assú e miri
Pau d'arco	Louro vermelho e branco
Sapucaia	Marapaúba
Sucupira	Marajuba
Tatajuba	Pau de macaco
Umari	Piquiá
___	Paranauari

___	*Árvores de construção de casas e canoas*
___	Piquiarana
___	Sapupira
___	Tamanqueira
___	Tatajuba
___	Tamacuaré
___	Tamburi
___	Ucuúba
___	Upiúba
___	Uacapurana
___	Xiriuba

São estas as madeiras, que julgaram próprias para ambas as construções pela solidez e consistência, que não as deixam empenar depois de lavradas, nem alterar-se facilmente expostas ao ar.

Árvores de construções de móveis	*Árvores de carvoaria*
Cedro	Anauirá
Jacarandá	Caraipérana
Louro	Ingazeiro
Maracuatiara	Lacre
Murapinima	Macucu
Macacaúba	___
Murapiranga	___
Pau setim	___
Pau roxo	___
Pau de rosa	___
Pau Mulato	___
Pau cor de laranja	___

USOS MAIS CONHECIDOS QUE SE FAZEM DE ALGUMAS PLANTAS

Com as folhas do Bóssu cobrem as casa, onde durão mais de dez anos sendo bem colocadas, e fazem agradável o teto da parte interior das casas. Serve igualmente a folha do Ubim para colmar: mas para isso formão previamente panos entrançando os talos das folhas sobre uma fasquia da casca do Assaizeiro, a que dão o nome de Juçara. Da tona da Jacitára formão tiras estreitinhas, que suprem o junco Indiano usado na Marcenaria para as cadeiras de palhinha. A casca do Uarumá-miri e a do Uarumá-membeça servem para tecer chapéus, urupemas, paneiros, aturás, e tipitis. As urupemas quando são uns quadrados pequenos tem o ofício de peneiras, e quando são uns grandes paralelogramos servem à pobreza de rótula nas suas portas e janelas: os aturás são uns cestos cônicos com cinco ou seis pés de pau, que serve nas roças para transportar mandioca ou outro qualquer objeto rural: eles se parecem com os poceiros, de que usam os Vindimadores na Europa: e os tipitis são uns tubos ou espécie de salsichas com uma alça nos extremos que servem de espremer a massa da mandioca, firmando-se uma das alças junto ao coche e estirando-se para o alto a outra por meio de um espeque posto em o fulcro de uma travessa horizontal.

Da casca do Uarumá-assu fazem tupés, que são umas grandes esteiras grossas para secar ao sol o arroz, e outros efeitos agronômicos. A folha do Ubim e do Uarumá-membeça usa-se para empalhar paneiros de farinha, e fazer toldas de canoas. A folha da Pacova-catinga serve para fazer poquecas e para empalhar grosseiramente: serve também para isto a folha do Cauássu.

Da mandioca Tucumã ralada fazem beiju grande de forno: põem sobre a folha do Curumicaá, empalhão-no em um paneiro com a folha do Assaizeiro: passados dois dias usa-se dele diluído em água, ao que chamam Caxiri. Da mandioca branca ralada e socada no pilão fazem uma massa que metem em uma forma de figura circular, de coração, de meia-lua ou de estrela, e põem no forno: a isto chamam beiju-xica, e foi inventado pelas mulheres Portuguesas à semelhança das filhós de massa de trigo. Também da mesma mandioca e da chamada Tucumã fazem argolas a que dão o nome de biscoito. Da mandiocaba fazem mingau. Ao suco da mandioca apertada no tipiti temperado com água e fervido ao

lume depois de tirada a tapioca dão o nome de Tucupi: o qual empregam em várias comidas. O tucupi cru é o que chama Manipueira em outras partes do Brasil, e de mortífero nesse estado. A mistura de farinha de mandioca e água fria é uma bebida, que chamam Ticuára, e que serve quando não há que comer. Da mandioca Tucumã extraem aguardente chamada de beiju.

Da massa do coco Uauássu fazem mingau: e a mesma massa assada serve de pão. Da fruta Guaraná torrada e triturada no pilão e reduzida a massa em figura cilíndrica muito compacta cora os extremos roliços fazem os chamados pães de Guaraná: de um pão destes se tira a porção que se quer ralando-o com a língua de peixe Pirarucu mistura-se essa porção com outra de açúcar e água, e fica preparada a bebida. Há opinião de que a freqüência do seu uso relaxa o estômago, causa insônias e até impotência.

Das Tabocas fazem paus de suspender as redes de transporte: muitos destes são pintados e dourados com esmero vistoso. Das mesmas Tabocas fazem os Indianos as portas das suas flechas. Do Urupúu, e do chamado Macacanambi há pessoas que fazem iguaria lavando os urupés e detando-o em tucupi, ou enfarinhando-os em mandioca miúda, temperados com manteiga de tartaruga, sal e alho, e envolvendo-os em folhas de pacova, a que chamam fazer poqueca, e pondo-os depois a assar sobre brasas. Os Tecuaris servem no uso do cachimbo. A casca do Piquiá empregam na fatura da tinta de escrever. O Caraipé reduzido a cinza serve para misturar com o barro da louça vulgar a fim de suportar o fogo. Da tona do Tauari extraem outra muito delgada que serve de papel para cigarros. Da matéria interna da fruta da Sumaumeira e da Mongubeira enchem colchões. Da casca interior do tronco da segunda destas árvores fazem cordas para as canoas e barcos. Das fibras internas das folhas do Tocum (espécie de linho) fazem os Indianos redes para dormir nominadas maqueiras, e matiris, que são uns sacos de diversas formas e grandura, e tudo isto sem mais máquina que as mãos, fabricando o fio assaz fino e torcido.

O breu de Anani empregam nas puas das flechas. Da casca do Tururi talham sacos, carapuças, e sendaes, que adereçam de plumas. Da casca, que cinge o fruto do Bussu, e que também nominam Tururi, fazem carapuças. Dos braços da Pindoba e do Jupati tiram talas delga-

das, de que fazem velas de canoas, tecendo-as com a casca da Mongubeira. Da Piassaba formam cordoalha de todo o lote. Do leite da Seringueira fabricam a goma elástica. Do curuatá do Urucuri fazem isca para tirar lume. Das brotas do Tucumã tecem esteiras e chapéu. Das hastes do Caraná servem-se para bater o algodão destinado à fiação. Do Cururé fazem sal secando as folhas ao sol, queimando-as e fervendo-as ao ponto de consistência, de que se forma o sal: é desconhecido se ele encerra menor porção de sal alcalino e maior de sal comum ou vice-versa: é verossímil que os indianos do rio Negro aprendessem a extração deste sal dos espanhóis seus confinantes, os quais na Europa teriam visto nos subúrbios de Alicante e de Cartagena, e em outros lugares juntos ao Mediterrâneo secar ao sol plantas marinhas, e ao depois queimá-las e convertê-las em cinza, e extrair-lhe o sal. Talé o processo que observam os referidos indianos com a dita planta: e por isso não estamos autorizados para asseverar que eles naturalmente são tão bons salineiros de vegetais como os dos países civilizados.

Da fruta do Paricá fazem os selvagens uma tabaco que usam nos seus Parassés. Das folias do Ipadu, torradas e reduzidas a pó, e úmidas com a cinza da folha da Ambaubeira, fazem uma substância de cor verde que comem os silvícolas: ele lhes promove uma inação amena, que é para eles a suprema dita.

Da casca do Ingazeiro servem-se para a pintura dos Tacuaris; na qual entra como cola. Da casca raspada do Uirari usa-se na composição da hervadura das flechas. Da Paxiúba tiram juçaras como as do Açaizeiro. Da tona dos braços do Jupati formam feixes que acendem para alumiar em lugar de archotes: nisto é o Jupati semelhante ao Sinxó, madeira oleosa e phlogistica, que ia na serra de Asseri na Índia. Do Pau candeia também usam porque dá luz sofrível. Os antigos antes de conhecido o uso da cera serviam-se em lugar dela das madeiras resinosas e odoríferas especialmente do Cedro: serve de prova o que diz Virgílio, *Eneida* livro sétimo.

Da massa do Abacate fazem uma bebida a que chamam Caribé: e das frutas Açaí, Bacaba, Patauá, Taperebá, Caraná, Muruti, extraem vinhos os quais consistem na tintura das ditas frutas obtida pela fricção de umas com outras da mesma espécie dentro d'agua fria em um alguidar. Do Carrapato, Bacaba, Patauá, Gergelim, e Andiroba fabricam azei-

te: este derradeiro é amargoso, e serve tanto para luz como para fazer sabão: das árvores, que produzem esta fruta, abundam as ilhas da embocadura do Tocantins, as adjacentes à costa meridional da Ilha Grande de Joannes, as da concha da Cidade, as ribeiras de Melgaço, Oeiras, Gurupá, Macapá, e outras muitas partes e terras uliginosas.

Da fruta Jaracatihi servem-se as indianas em lugar de sabão para restituir a roupa à sua primitiva alvura: e também com a erva Santa Maria, ou com a folha do Mamoeiro auxiliam a virtude do sabão na lavadura. Do fruto anauirá fazem os indianos tapioca para os seus mingaus.

Da medula do Miritizeiro fazem várias obras como gaiolas, rolhas e forro de casas: da tona formam os pregos para a primeira e terceira das indicadas obras, nas quais não empregam mais ferramentas do que um fio para serrar e uma faca: o tronco inteiro desmouchado da rama serve de ponte no porto de muitas roças, sendo lodoso, onde o prendem de maneira que com a enchente ele sobrenade. Da resina do caju faz-se um uso contínuo e geral para quantas coisas ocorrem: com ela conglutinam obras ligeiras a imitação e mais estavelmente que a goma arábia: no ministério dos livreiros tem a utilidade da preservação do bicho, que come as encadernações da Europa: e finalmente ela não só cola a madeira com uma firmeza duradoura, mas ainda o próprio cristal. Da resina do Jutahi usam para fazer ligar o barro da louça de fogão aplicando-se tal qual a árvore a produz em quanto a louça tem calor para a derreter, e ficando como vidrada perde o lustro indo ao lume, ou deitando-lhe água muito quente. Do Curauá fabricam a mão cordas para suspender nas casa as redes de dormir: estas cordas duram ordinariamente quatro anos e mais do duplo deste período se elas foram ungidas da tinta muruxi. Antigamente houve um curioso que fez linhas das fibras desta planta, e com elas um par de meias, cujo uso mostrou que eram mais ásperas que as do linho: e no Rio Negro fizeram cordas de rabeca, o que é boa prova da sua rijeza, e por tanto muito conviria tratar da cultura desta planta para com ela fazer-se velame e cordoalha. Também houve outro curioso que fez uma renda do mesmo Curauá.

Da tona do Uaissima igualmente fazem cordas, mas inferiores em qualidade as do Curauá. Pela combustão da Xiriúba obtêm-se as cinzas melhores que há para as Saboarias: de ordinário a incineração de uma destas árvores produz onze alqueires de cinza. Do Cipó-catinga, do

Uacaracaá, das raízes do Cutimbó, de Jauára-taceú, da Salsarana, e do Caure usam as mamalucas para aromatizar a água em que lavam a cabeça. Da última das referidas raízes tiram água odorífera por destilação: e o indiano serve-se da mesma raiz para instaurar a energia dos cães de caça quando se manifestam inertes em levantá-la ou não fariscam ativamente. O mesmo indiano, e ainda alguns indivíduos que o não são, quando andando a caça nas florestas se julgam extraviados costumam fazer cruzes e rodinhas de cipó com tal arte que custe a dar com as portas, e deitar umas e outras para trás sem olhar para onde as botam, e desta maneira dizem que acertam com o caminho de casa, do qual o Curupira os tinha apartado. Chamam Curupira a um Tapuia pequeno de pés às avessas, isto é com o calcanhar para diante e os dedos para trás.

Do Caimbé servem-se para lixar as cuias e os tacuaris. Da baunilha pequena usam as mulheres nos dentes dos pentes. Do Timbó, Timbóasasú, e Timbóhi servem-se para pescar, batendo-os nos rios e lagos: eles embriagam o peixe e o fazem andar a flor da água: estes Timbós são mais destruidores de peixe do que a Coca ou o Trovisco da Europa. Também se servem da folha do Conambi contundida e misturada com pirão d’água e inserida no ventre do bicho do Ingá para carear o peixe a tona d’água. Da Sapateira, Muruxi, e Parecá usam os Curtidores de couros para obra de calçado e correaria. Do Mucunan, Cipreste, Pacova-catinga extraem tinta roxa: do Mangue, Muruxi Mamaurana, Uruariua, Caápiranga vermelha escuro: do caroço do Abacate, Carajuru, Pariri, Urucu, Laca, e tinta encarnada: do Acaricoára tinta verde-escuro: do Anil, e Cartelhana, azul: da Tatajuba, Pacuan, Mangarataia, Guariuba, tinta amarela: do Macucu, e da Murta, tinta preta, e também do Cumati, não porque ele a tenha, pois a sua natural propende para a de púrpura, mas porque toma fixamente a cor preta por meio da evaporação da urina: as pintoras de cuias lançam sobre uma camada de área uma porção de urina, e formam em cima uma espécie de trempe de pão, sobre a qual colocam as cuias logo depois tingidas do Cumati: volvidas vinte e quatro horas estão as cuias pretas muito luzentes, e destituídas do cheiro da urina.

Da casca do cacau e da Ucuúba fazem cinza para sabão. Da mandioca tirada do tipiti e triturada com sal, alho, e pimenta da terra, fa-

zem uma massa, a que chamam Arubé, para desfazer no molho de peixe ou carne no prato.

Da sumaúma de Macaco houve curioso que fez novelo de fio.

PLANTAS USADAS COM O INTUITO DE EXPULSAR AS ENFERMIDADES

Do Guaraná se servem para as diarréias ligeiras, dores de cabeça, e doença de urinas. Porém a sua freqüência relaxa o estômago de algumas pessoas, e causa insônias, e há quem afirme que até promove impotência.

Leite de Curupita para dor no peito e quebradura. Folhas de Xiricaá para retenção de urina. Raiz de Manacan para dores venéreas. Folhas de Ipadú para chá aplicado a dores de barriga ou do estômago. Fava de Cupaúba e de Paiúrá, e a raiz de Marupá-miri para diarréia. Cumacahi combinado com Cauárucaá para banhos dos enfermos de venéreo. Marapuama: remédio analéptico. Andorinha e Meruncaá para banhos dos que padecem hemorróidas. Raiz de Jacareruaitaua para feridas. Doiradinha para emético. Raiz de Jatuaúba ou de Marupá ou casca de Sucuba para remédio catártico. Pacova-catinga para ataques sangüíneos. A cinza da folha do Ararani para hidropisia. Leite de Amapá para dores em certas articulações. Folha de Caroba ou de Corará de cheiro para dores reumáticas. A água extraída por incisão do grelo da Ambaubeira branca para dores do peito, sangue pela boca, e golpes. Polpa de Avencão remédio peitoral, Folha de Aninga da beira do rio para chagas. Talo de Aninga-apára para tolher a grangrena. Leite de Uácurauareputi para dissipar belidas nos olhos. Cinza dos ramos do Jaramacarú para a mesma moléstia do órgão visual. Leite de Pacarátepú ou raiz de Gapuhi para dores de olhos. Leite de Mururé para dores galicas: dá-se em pequena quantidade, e é necessário ter o cuidado de não meter as mãos em água fria ou expor-se ao ar: este leite substitua o azougue. Piripirioca ou Caápitiú para febres. Leite de Massaranduba para dores no peito: muitos em precisão o bebem no café: é preciso parcimônia no seu uso porque ele é glutinoso. Leite de Anani para fraturas. Leite de Pepino do mato para dores. Leite de Macácacipó ou Siringa para deslocações ou luxações. Leite de Sucuba para dores artéticas e inflações. Leite do Jasmim do mato para obstruções. Raiz de Tamacuari rara gonorréias. Folha de Solidônia para

qualquer simples ferida. Leite de Ucuúba para feridas na boca. Raiz do Tajámembéca para resolver pulmões. Trevo roxo ou Aiapana com leite de peito para acalmar dores de ouvidos: a virtude do segundo remédio é soberana. Raiz de Abutua para desopilar e dissolver congestões. Folhas de Abutua para tisanas contra as obstruções hepáticas. Casca da árvore do caju para icterícia preta. Raiz de Camapú com a do Urucu para icterícia amarela. Folha do Arvoeiro para hérnias. Raiz da Jauarataceú para sezões. Jauáraissica com folha de Café para facilitar o mênstruo. Folha de Caatinga com a de Caápitiú para desinflar o corpo. Suco de Jaramacaru para aniquilar os humores que formam a obstrução do baço. Cozimentos dos ramos do Jaramacarú para as inflamações do intestino reto. Leite de Caxinduba, remédio antelmintico. Caúcaá para defluxo asmático. Resina de Jutahi e Carajuru entram na preparação de alguns remédios. Folha de pão de moquém para chá dos que sofreram alguma queda: no dito chá batem um ovo. Água de ouriço de Sapucaia para retenção de urina. Raiz de Urtiga branca para quem lança pela boca. Puxiri fino ralado para vômitos e diarréias. Folhas de Cipreste para indisposições do útero. Com a casca do Birussu se defumam os índios na crença de ficarem isentos das bexigas.

A virtude salutífera das indicadas plantas e de outras, que se não mencionam por não estirar a nomenclatura, tem chegado a notícia dos moradores por meio da pesquisa dos indianos; os quais impelidos pelo sentimento das precisões naturais observaram as produções da natureza, e procuraram distinguir assim aquelas, em que pudessem achar satisfação aos seus desejos, como as que lhe pudessem achar satisfação aos seus desejos, como as que lhes pudessem servir para guarecer as suas enfermidades. Muito conviria que os médicos fizessem destes e de outros vegetais, que se devem herborizar, uma farmácia local, que será mais presentes, e estrenua um expulsar as doenças do que a presente, pela qual de ordinário o aparato de um laboratório farmacêutico se exercita em preparar medicamentos com ervas oficinais, idosas trazida do Hemisfério antípoda. E além disso se evitaria o estrago, que causam os chamados curativos dos curiosos e boas mulheres, os quais todos com as mais benéficas intenções e uso destes remédios do País como adequados para obstar ao progresso fatal de várias moléstias. Remédios, que umas vezes as curam, e outras as agravam, e até mesmo as tornam

mortíferas. Nesta matéria em fim nada há de regular e metódico, particularmente, pelo que pertence a moléstias gerais, sejam agudas o crônicas: nas tópicas porém ou locais externos têm-se notado algumas curas prodigiosas, e por isso os mesmos remédios se qualificam dignos da confiança de qualquer enfermo.

ESTADO ATUAL DA AGRICULTURA

A agricultura do Pará jazeu lânguida e amortecida até o ano de 1670, em que novos lavradores vindo de Portugal empregaram nela os seus cabedais e trabalhos: e apesar da ignorância dos Intendentes Gerais das Colônias, Comércio e Agricultura, criados em 1707, a lavoura cresceu alguma coisa, e por isso animou a Câmara da Capital a pedir ao ministério em 1749 a remessa de navios, que viessem buscar carga porque se estava perdendo uma grande quantidade de gêneros. Em 1758 um animamento positivo e contínuo com a restauração do comércio, de que os habitantes até então estavam escandalosamente segregados, gemendo debaixo da má direção dos referidos intendentes, e do predomínio de seis comunidades Eclesiásticas, cuja maior parte simulando observar o intuito ascético dos seus fundadores só curava de afagar a sua desmedida e incomensurável cobiça, monopolisando os indianos, sobre os quais tinha arrogado domínio exclusivo.

Esvaecidos os empeços deviam os trabalhos agronômicos entrar na direção indicada e autorizada pela proteção de amigo governo. Porém não aconteceu assim; todo esse animamento ficou iludido pelos lavradores em geral, os quais nunca se descartaram pernicioso método dos derribamentos, e dos incêndios das matas debaixo do pretexto de estarem as terras cansadas, e de ser necessário buscar outro lugar para fazer as sementeiras, e por isso jamais quiseram prestar indústria fértil, escolhendo terreno perpétuo de lavoura para colherem dele por meio do estudo e da experiência o partido possível. Com aquele péssimo método, cópia do bruto costume, que tinham os silvícolas na sua acanhada agricultura, cultivaram os Europeus no princípio do seu assento no País, e com este mesmo método ainda hoje os seus descendente fazem derramar suor na agricultamento das terras, sem que a bondade delas lhes possa fazer conhecer a precisão de um novo cultivo, e de uma nova agricultura.

Debalde alguns governadores e capitães generais concorreram ao bem da lavoura distribuindo bons escritos, que contribuíssem para arrancar o agrícola do seu estado principiante e prejudicado, e aplicando meios de perduação e de emulação exclusivos de todo e qualquer ato ostensivo de autoridade a fim de se observarem todas as medidas emanadas do ministério para fomento de uma agricultura não prepostera e desordenada como estava sendo, e a bem da qual ela por extremo necessário fazer ligar o estudo das plantas com o trabalho, que as tem por objeto: único meio de fazê-la chegar ao estado florente, que permite a natureza do terreno.

Uma lavoura errática, que anualmente arrotea e abrasa mostruosas árvores, que são a aristocracia da vegetação, exige um proporcionado número de mão derrubadoras. Ora este número de mãos derrubadoras quer dos Cafres, quer dos Indianos, é o que falta geralmente: mas não obstante esta deficiência tão essencial permanece a lavoura com o seu caráter de parasita de natureza, pois o agricultor não quer empregar diligência alguma, nem ligar a indústria humana com a natureza para argumentar e melhorar as plantas, adaptando os novos métodos, que a civilização vai introduzindo em outros países: métodos, que não podem deixar de produzir exuberantes vantagens em terras como as do Pará refrigeradas e umedecidas por infindos rios.

Frustrânea foi a lição, que se deu no Xingu em 1710, e na Barra do Rio Negro e no Marajó em 1797, de lavrar com arado: este tirocínio não se propagou. Continua portanto o prisco método de holocaustar as matas: e quando o incêndio a rédea solta lavra estrepitoso pelos derrubados e secos arvoredos é grande o contentamento do agricultor porque se vê dispensado de formar coivaras, as quais consistem na fadiga de coligir em pilhas os lenhos escapados ao incêndio, que novo fogo deve tragar.

Qualquer homem reflexivo e de coração benéfico, não pode insentar-se de sentir profunda condolência à vista do alboroto das labaredas desenfreadas, que o lume devolve, arremessando-se pelas ramas de uns troncos a outros com clamorosa fúria e cevando-se em tantas plantas apreciáveis cruelmente derrubadas.

Que de si doux ombrages
Soient exposés á ces outrages!

Se assim clamou indignada a sensibilidade do ingênuo La Fontaine vendo o lenhador, que despoja a floresta de seus enfeites, qual não seria o seu tom afetuoso, e ativo interesse, se ele visse uma queimação de preciosos arvoredos!

Tal tem sido, e está sendo o estado da mais nobre e da mais útil de todas a artes, e que é a principal fonte da prosperidade pública. Que melancólico futuro se apresenta ao agricultor do Pará! As mãos dos Cafres já não podem ser compradas à face do Tratado sobre a extinção da escravatura africana: os escravos presentes continuando o mesmo sistema de trabalhoe tratamento higiênico não podem ter larga duração segundo nos induz a julgar a sua bem sabida força vital, e a ordem do irregular deperecimento dela: e os que vierem com o destino de introdução clandestina caro hão de custar, e a tal preço muito poucos poderão comprar. Recorre aos braços dos indianos serris também não é possível porque não há nenhum sistema efetivo de os civilizar, e os descendentes dos broncos silvícolas antigamente aldeados vivem soltos de toda a polícia, e tão independentes como os seus avós antes de descidos da espessura.

Nesta extrema carência de braços serviçais que fará o lavrador? Lamentar profundamente pesaroso o seu duro capricho obstinado, que não lhe consentiu separar-se do rude método, que lhe fez padecer duplicado destroço nos seus altos arvoredos orgulhosos, e nos seus escravos, cuja moralidade teria seguido a mesma marcha da mortalidade da população branca se houvera praticado outra economia rural, e se tivera empregado o arado e outros instrumentos rústicos, os quais tem por certo a vantagem de pedirem poucos braços, e de fazerem mais fértil o terreno onde o seu uso é constante. Todo o chão coberto das vãs exuberâncias da vegetação rápida, ou de ervas empecíveis ao crescimento das plantas, cujas raízes implexas encodeam a terra, e a furtam à impressão do clima, deve ser aberto pelo arado, e cavado, fossado, revolvido e surribado para que as suas partes internas fiquem postas em contato com a ação imediata da atmosfera. A terra torna-se mais bela pelas lidas do cultivo: ela agudada de mediana cultura se desabrocha em variadas colheitas, e com profusão recompensa essas lidas.

O mesmo prospecto da lavoura atual nada tem de aprazível para quem se acolhe ao seio da natureza, e busca o campo para objeto do recreio mais suave. É severo o quadro, que um roçado dá aos olhos:

e é muito saliente a diferença deduzida do seu paralelo com um terreno lavrado ao modo europeu: neste nada impede o passo a quem põe ele discorre, e naquele apresentam-se miseráveis restos do incêndio, paus metade abrasados, uns ainda manentes nas suas raízes, outros abatidos, que molestam a passagem.

A esta falta de indústria na lavoura adicione-se o apoucamento dos proprietários rurais em fazer um cultivo, que abrace os genêros comerciais e os necessários à vida. A plantagem do arroz e do algodão, é o capital objeto das lidas agrárias nas fazendas adjacentes à cidade: todas as mais plantas são agricultadas em porções mínimas.

Da própria mandioca poucos fazem avultada cultura: esta plantação parece privativa dos cultores de acanhados prédios, pois entre ela é tão certa como a do arroz e do algodão entre os lavradores que possuem escravos.

Outro dano não escasso, que represa a ampliação do comércio da Província, é a inconstância com que os lavradores regulam os seus trabalhos agronômicos, mudando facilmente de um para outro gênero logo que lhe sentem qualquer abate no trato mercantil.

Em nenhuma fazenda se vê um prado artificial, um pomar, que, contenha as árvores pomíferas domésticas e peregrinas, nem as beldades de um horto regular, onde cresça toda a hortaliça que do terreno mostre namorar-se. Viu-se nos quintais dos Ilhéus Açorianos, primordiais habitantes da Vila de Macapá, a hortaliça patenteando toda a fecundidade: os nabos ali vegetaram sem diferença dos da Europa: porém este exemplo não teve a fortuna de os estimular a empreender semelhantes cultivos.

As mesmas agrestes plantas como a salsa parrilha, as palmeiras da piaçaba, as árvores de recendentes gomas e bálsamos salutíferos, de cravo, de baunilha, de óleo, de breu, de estopa, e outras mais que pelos seus usos na vida social são haveres importantíssimos das florestas do Amazonas, e que por isso merecem ser cultivadas em grande, ainda não tem sido reduzidas a cultura e trato regular: continua-se portanto com a sua apanhadura pela matéria com desprezo, trabalho, e ruína das mesmas árvores, as quais ficam perdidas pela bronca maneira de lhes extrair as suas estimáveis produções: maneira, que nos recorda a estúpida bruteza do silvícola prostrando a árvore para empolgar o fruto.

Desta arte se há procedido até o presente em despeito de tem tais ordens do gabinete de Lisboa subseqüentes à provisão do 1º de dezembro de 1677 a cerca do argumento do cacau e baunilha: à Carta Régia do 1º de abril de 1680 sobre a cultura do anil; à provisão de 2 de setembro de 1684 sobre a plantação de cravo e canela nas abas das povoações; e ao alvará de 4 de maio de 1740 sobre os malefícios feitos nas baunilhas pelos pesquisadores de drogas.

O estabelecimento do Jardim Botânico e de Plantações também não provocou a mais leve mudança no antigo sistema agrícola: nem tão pouco inspirou o mínimo desejo de possuir bosques artificiais de madeiras de lei para ocorrer prontamente com lucro certo às precisões e delícias da sociedade. Persiste-se em antepor-se-lhe a difícil e trabalhosa aquisição das indicadas madeiras pela espessura onde dispersas existem, e onde ainda não chegou a guerra da lavoura. Em suma nem para agricultar as plantas, que são de mais imediata utilidade nos usos da vida, serve de incitamento a prosperidade, que há todo o moderno cultivo da cacaueira desde que houve quem se abalançasse a imitar os que em 1740 tinham principiado a cultivar esta noz oleosa d'antes tão disputada no seu apanho pelas ilhas do Amazonas, grata recordação se consagra a esse novo antesignano dos agricultores do cacau: dele se derivou de tal sorte o progresso desta planta que hoje tem metido a fortuna nas casas dos seus cultores, dando lindo enfeite às ribeiras do Amazonas entre as Vilas de Monte Alegre e Obidos.

A plantação, que em certas partes da Província se exercita com mais alguma amplitude, é a de arroz, do algodão, do cacau, do tabaco, do café, e da cana-de-açúcar. Esta última, que em 1667 foi transplantada da ilha da Madeira ao Pará por ordem do Conde de Castello Melhor, primeiro Ministro de Estado e muito zeloso, ativo e desinteressado, não tem sido proporcionalmente tão feliz como na dita ilha, onde a sua vegetação prosperou tanto nesses remotos tempos que ali houve anos em que o quinto do açúcar rendeu ao Mestrado da ordem de Cristo para cima de sessenta mil arrobas. Todas as mais plantas aparecem cultivadas em pequenas porções e por pouco lavradores. Quanto mais estudo e afã requer o tamanho de uma determinada planta mais o lavrador teme entranhar-se na tarefa: as dificuldades o acanham.

O mesmo ano rural, isto é, o tempo de roçar e plantar não é igual para todos os lavradores: uns plantam o tabaco e feijão dentro do espaço de junho a agosto: outros em maio e junho. O algodão, arroz maniva, milho, cana, e carrapato, plantam muitos no tempo que decorre de janeiro a março: outros semeiam o algodão em dezembro, o arroz em janeiro, e o milho e maniva em março. Alguns também fazem plantações de julho até janeiro: quase todos costumam plantar cumulativamente o algodão, milho e maniva: em outras partes observam a regra de fazer os roçados e plantações começando em agosto e concluindo em novembro ou dezembro. A única planta que quase em todo o tempo se pode confiar a terra é a maniva.

Os plantios da cidade, e dos seus arredores são de moderna data: e com tudo eles patenteiam aos olhos do observador inteligente o pouco gosto e saber na sua horticultura, e que nem de todos os moradores mereceram o cuidado de serem possuídos. Vê-se em vários quintais e rocinhas no artigo de árvores frutuosas as que oferecem a manga, o biribá, a ata, o jambo, o abio, o jenipapo, o coco, o abricoque, o abacate, o abacate de caiena verde e roxo, a laranja da china, a laranja tangerina vulgarmente chamada de camutá, a laranja azeda denominada da terra, a jaca, a romã, o limão doce, o limão azedo, o caputi, a fruta da árvore de pão, a banana de São Thomé, a pacova, o pacovi, a banana do Haiti chamada vulgarmente de caiena, cuja massa é de cor da do melão, a banana roxa e a banana branca transplantada de caiena pelo Primeiro Tenente da Marinha João Gonçalves Correa. Uva moscatel e uva preta.

Quanto às hortaliças e frutas hortenses apresentam-se as seguintes. A couve murciana, a tronchuda, a de repolho e a galega, a alface pequena e a grande recortada, a mostarda, o rabão, a chicória, o jambu, a vinagreira, o cariru, o pepino, a berinjela, a abóbora branca, a abóbora vermelha chamada jurumu, a taqueira, espécie de jurumu. pequeno e chato de casca exalviçada e lisa, o feijão e a favinha da várias qualidades a hortelã, a cebolinha, a segurelha, a salsa, o coentro o endro, a alfavaca, o cominho, o quiabo de duas qualidades, o maxixe, o tomate, a melancia, o melão, o ananás grande, a ananás pequeno denominado abacaxi, que é o mais mimoso, a sua eminente doçura sobremaneira o distingue do ananás do resto do Brasil, e por isso mais exa-

tamente lhe cabe o que disse desta fruta o Padre José de Santa Rita Durão no seu *Caramuru,* C. VII, pág. 43.

> Das frutas do país a mais louvada
> é a Régia Ananás, fruta tão boa
> Que a mesma Natureza namorada
> Quis como a Rei cingi-la de Coroa.

Na classe de raízes farináceas há em abundância as que se denominam carácuhi: cará rabo de guariba: caráassu, batata roxa, batata branca, batata amarela, batatamucutaatapiá, meiri, uariá, macaxeira ou mandioca mansa, raiz tajá semelhante ao cará, e há de duas qualidades, uma branca, e outra amarela. Cará do ar, que dá em latada como o maracujá, é de casca parda, quase chato e pouco longo e massa amarela.

As pimenteiras da terra são várias; e as suas respectivas pimentas são denominadas murupi; pequena e dividida em gomos e de cor amarela; pirahibareçá; redonda, pequena, e encarnada; porta da rua: amarela, quase redonda e pouco mais avultada que a precedente; pacova: comprida e amarela; malagueta: bem conhecida de todos; levanta frade: vermelha, mais pequena que a malagueta e do seu mesmo feitio: uariquena: vermelha, longa, redonda e menos caustica que a precedente; jacaré: roxa e pequena; muácara: vermelha, grossa e curta.

De todas as sobreditas frutas e hortaliças não há abundância, que em outras terras farta o mercado, muitas vezes algumas delas são donativos dedicados pela lembrança dos amigos, ou pelos obséquios trato humano.

A matéria me pede aqui seu termo: e todavia não me privarei de fazer uma menção sucinta de algumas flores, que no Pará se cultivam não em jardins de regalo, cuja arte se desconhece, mas nos quintais daqueles que se aprazem de possuir estes tesouros esmaltados do fragante império de Flora. Eis os seus nomes:

Rosa de Alexandria; rosa branca ou mosqueta; rosa mogorim;

rosa do mato; rosa vermelha; cravo rosa; cravo rajado; cravo de quatro espécies; papoula; jasmim do cabo ou flor de general; cachia ou esponja; malmequer roxo; malmequer branco; malmequer de tufo; jasmim da europa meridional; jasmim de caiena; primavera; angélica;

angélica dobrada; adalia; suspiro roxo; suspiro amarelo; caracol; macária; girassol; coral; perpetua branca; perpetua roxa; perpetua encarnada; crista de galo; assucena de duas espécies; melindre branco; melindre encarnada; suspiro de vênus.

Ervas aromáticas. Manjericão de duas qualidades branco e verde; mangerona de folha miúda e graúda; bergamota roxa, e de folha larga e crespa, e de folha recortada; alecrim; malvarosa; alfazema de hastes pequenas e sem espiga; pataqueira; vindicá, a que outros chamam uarumá por ter com ele parecença, e só esfregada é que exala o aroma, esta planta dá também flores cheirosas.

Devem ter menção duas ervas não aromáticas, que pela sua pintura lhe dão lugar entre as flores: uma é verde matizada de branco e chamam-lhe brasileira, e a outra é verde esmaltada de amarelo e encarnado, e por isso tem o nome de papagaio.

ANIMAIS QUADRÚPEDES

Anta: é o maior animal dos matos do Pará. Tem cor parda, é baixo das pernas, e de patas fendidas como as de vaca, o rabo curto, beiço superior mais comprido que o inferior, sustenta-se de frutas e ervas, a carne dizem ser gostosa, a pele é muito rija, domestica-se sendo pequeno a ponto de comer e brincar com os gatos e cães.

Acutipuru: macaco pequenino de pele felpuda de cor do ébano lustroso, as patas veludosas, e longa a cauda, que traz sempre revolta para a frente em feição de penacho. O opulento sono deste animal é objeto da cantiga, com que as indianas costumam adormecer os seus filhinhos. Eis a letra da cantiga no romance destas mulheres: – Acutipuru ipuru nerupecê cimitanga-miri uquêre uarumá – cuja versão diz Acutipuru empresta-me o teu sono para minha criança também dormir.

Capivara: espécie de porco montez sem rabo e de pele coberta de cabelos de cor loura imperfeita.

Cutia: semelhante ao coelho da europa, porém de orelhas redondas e pele menos fina e de cor diferente, pois umas são vermelhas e outras pretas. Das peles deste animal fazem consumo os sapateiros.

Cuati-mundé: é grande e semelhante no corpo a um gato, e na cabeça ao porco.

Coati pequeno: há os de cor branca, ou vermelha ou preta.

Coelho: espécie diferente dos da europa porque tem um pequeno rabo. Acham-se nas terras dos apinagés no Tocantins.

Curiacú: veado pequeno.

Cuatá: mono de pele preta e velosa.

Cuchiú: é de cor negra, cabelo da cabeça apartado naturalmente em dois topetes laterais, e a cauda assas cabeluda, e por isso excelente para espanador, a que de ordinário é destinada quando pream este animal.

Guachini: semelhante ao cuati, porém um tanto desfalcado de pelo. Anda pelos mangues, e sustenta-se de caranguejos e de uaracahirús.

Cão montez: pequeno e de corpo longo.

Guariba: espécie de macaco de pele preta e de pele loura; uma e outra muito se distingue entre as várias castas de macacos pelo costume de gritarem durante a quadra pluviosa formando um eco que se ouve em grande distancia por causa da um canal ou válvula, que tem pegada à traca-arteria, em cujo lugar se demora por algum tempo o ar, que recebe, e este fluido agitado forma então o som. Os machos têm certas continhas no abdômen que dizem os indianos que postas à roda da cintura de quem padece hemorróidas tem a propriedade de guarnecê-las. A gordura deste animal também possui a virtude de desvanecer tumores gálicos. A guariba mãe por onde anda leva os filhos às costas, e nelas os cria como o filandro do Surinam até poderem andar sós, quando sucede morrer a mãe, o pai toma posse da carga. É sempre escravo do ardor que o afoguea porque é animal muito lascivo.

Heá: espécie de macaco. É pequeno, alvação, e notívago.

Hirára: Macaco semelhante ao gato no tamanho e na pele variegada porém, a cauda e as garras são maiores.

Içá: macaco pequeno de boca preta.

Juruna: outra qualidade de macaco de boca preta.

Lontra: anfíbio do Tocantins. Os indianos lhe chamam hiauá-cacáca.

Macaco de prego: animal de sua espécie muito trivial.

Macaco barrigudo: há-os no Rio Negro. São pretos e cinzentos de ventre volumoso.

Onça: semelhante ao gato, mas corpulenta, de grandes unhas, feroz, astuta, e robusta: distingue-se pelo matiz da pele. A de pelo todo vermelho chamam suásuainga: a que é pintada de branco, de preto e de pardo, tem o nome de pacova-sororóca: a de pele azevichada denominam tigre: a pequena mosqueada como a pacova-sororóca é conhecida pelo nome de maracajá: e a grande de cor cinzenta dão-lhe a denominação de tapirahi-auára. Duplica a ferocidade quando está na brama.

Preguiça: animal que anda muito lentamente: o corpo revestido de pelo exalviçado; olhos pretos. Não ofende se não quando lhe pegam, e então com as encurvadas garras não só arranha, mas às vezes as crava de sorte que custa a extraí-las. Come toda a qualidade de folha, e cria os filhos às costas como os macacos.

Porco do mato: de cor parda e pequeno, semelhante ao porco doméstico: tem o rabo muito curto; andam sempre em bandos.

Paca: espécie de porco pequeno, de barriga grande, pés e mãos curtas, unhas semelhantes às do cão; a pele branca ou vermelha raiada de preto ao comprido: é muito boa carne quando esta gorda.

Raposa: animal idêntico aos desta espécie na Europa. Há nos campos do Tocantins.

Sauiá: cutia pequena como arganaz e com cauda.

Sauin: macaco de cheiro, pequeno e de pelo lustroso de cor preta ou cinzenta, ou de pérola, e tem orelhas redondas. Algumas pessoas, que possuem estes animais, os ornam com brincos de ouro nas orelhas.

Taititú: espécie de porco do mato.

Tamanduá-bandeira: assim denominado pela cauda cabeluda sempre alteada: É de cor preta e grandes unhas; as formigas lhe servem de pasto, e para isso tem a língua cilíndrica a comprida. Este animal é adversário da onça; e ambos fenecem quando contendem.

Tamanduahi: é pequeno, felpudo e macio, de cor alvadia ou amarela ou branca mesclada de preto, raras vezes aparece de dia.

Veado do mato: assim, chamado porque não tem hastes; é semelhante às cabras no corpo, e tão lascivo como elas; as fúrias do amor o inflamam todo.

Veado branco: é pequeno.

Veado anhenga: é o que tem hastes.

Veado vermelho:

Veado do campo: distingue-se pelos frondosos cornos. As peles destes animais curtidas duram muito, e são macias: e por isso são comparáveis aos cordovoens.

AVES

Anambé: pequena e delicada pelo complexo de todas as coras: edifica o ninho debaixo do chão.

Araçari: da família dos tucanos; é pequeno.

Arara: encarnada, azul e preta.

Ariramba: fabrica o ninho em tocas subterrâneas: põem dois ovos punge-o vênus no tempo das chuvas: sustenta-se de peixinhos: tem olhos pretos: da mesma cor salpicada de branco a plumagem do corpo, menos o peito, que é de cor tirante a vermelho.

Anacan: de cor vermelha e roxa.

Aracuan: aparece em bandos de três a cinco casais: come quase todas as frutas dos campos; tem este nome que ele mesmo articula; é saborosa a carne; faz ninho alto.

Anú: todo preto; corpo pouco menor que o do pombo; cauda grande; é tido por agoureiro.

Arirana: de cor verde e azul.

Acauan: o corpo tem entre o branco sinais pretos e castanhos, e o peito e o bico são alvos; é adversário das cobras e tido como agoureiro. O bico convertido em pó serve de triaga.

Anucaroca: é maior que o anu e da mesma cor deste, mas a cabeça diferente no feitio, e o bico enfuscado.

Arapapá: malhado de branco e preto como a Pega: é noturno.

Acuraua: voa de noite: vive de bichinhos: faz ninho no chão e ali cria dois filhos, punge-o vênus no verão.

Bem-te-vi: canta pronunciando o nome por que é conhecido.

Beija-flor: admirável pela viveza dos cambiantes mormente vistos por meio do microscópio. Sustenta-se do suco das flores e orvalho. Exercita consórcio no inverno; produz dois filhos, e gasta mais de cinco

semanas na incubação. Há outros de penas todas amarelas e da mesma grandura.

Colhereira: cria-se pelas bordas dos rios, sustenta-se de peixe que busca, tem olhos pretos, e o bico cor de rosa e do feitio parecido a uma colher, e disso deriva o nome que tem. O verão é o tempo em que ela sensível atende o afago à sua própria espécie. Põem dois ovos.

Cujubi: é listado de branco e preto no colo e cabeça, a plumagem no corpo é de cor tirante a vermelho, mais corpulento que a Galinha, bico curto e pernas um tanto compridas.

Curicaca: branco no corpo e na cabeça preto. Da fêmea há quem diga que em certos tempos mostra os indícios da menstruação.

Caracaraes: alimenta-se de bichinhos; põe dois ovos, faz ninho nas árvores o seu tempo da cópula é o inverno, tem olhos pretos e é inimigo das galinhas.

Cardeal: vive alimentando-se de bichinhos, sementes de algumas plantas e de arroz, anda em pequenos bandos, põem dois ovos, tem olhos pretos, é no inverno que ele põem em ação o criador princípio da existência animal.

Carará: cria-se pelas margens dos rios, sustenta-se de peixe, no inverno é o seu coito, cria dois filhos: e tem olhos pretos.

Cauintaú: é ribeirinho e corpulento, tem grandes sancos e uma pequenina haste sobre a raiz do bico, a qual é especioso antídoto contra os ataques de estupor, e preserva das repetições aos que o padecem quando tem a lembrança de o trazerem atado à parte que foi acometida, as pernas ministram com o seu fumo quente quando queimadas a agitação perdida, de sorte que com o uso das defumadoras se chega a conseguir o restabelecimento. Sustenta-se de peixe e de camarões. Referem os indianos que quando se apresenta na beira de algum lago nenhuma outra ave desce a beber água sem que primeiramente ela apague a própria sede.

Carapirá: ave ribeirinha.

Cangatá: sustenta-se de frutas. Há certa estação em que não aparece, faz ninho nos arbustos e cria dois filhos, tem olhos pretos muito vivos. É no verão que o punge vênus. A esta ave chamam também Tem-tem do campo.

Codorniz: pouco diversa da que é conhecida por este nome em outras partes.

Corcovado: pequeno e todo azulado escuro. Dizem que morre quando ouve uma ventosidade.

Ciriema: de cor cinzenta mesclada, só canta quando lhe batem um ferro sobre outro. É ave dos campos do Tocantins.

Corta-água: aquática, deduz o nome de andar quase sempre com o bico pela água.

Curáxiué: cinzento e pernas pretas. Tem bom canto.

Carácarahi: de bico assassino. Aferra com as despiedosas unhas toda a voaria menor para se manter.

Carão: ave das trevas que exprime o seu nome.

Coruja:

Ema: sem diferença das que assim se denominam. Acham-se nos campos do Tocantins.

Guará: plumagem muito agradável pelo vivíssimo encarnado sem mescla de outra cor. O bico é comprido, delgado, e um pouco revolto. Esta ave antes de ter a dita cor apresenta-se primeiramente revestida de penas brancas, depois elas mostram cor negra, e daí a certo tempo passam para cor de rosa, que é a penúltima das quatro com que a natureza se apraz de pintá-la.

Ganso: grande e da cor rosa.

Gavião: ave carniceira.

Gavião real: de cor preta, maior que o precedente, e tem na cabeça as pernas em forma de coroa, faz o ninho em árvores excelsas, cria dois filhos e tem olhos pretos.

Gaivota: os indianos lhe chamam Atiantin. Os ovos desta ave têm casca fina toda cheia de malhas pardas e regras, são muito semelhantes no gosto aos da galinha.

Garça real: grande branca e azul, com plumas esplêndidas, que longas nas costas lhe flutuam, tem os olhos pretos e sustenta-se de camarões e peixinhos nas praias e lagos. Faz o ninho sobre paus altos, no fim do inverno é que o amor a ateia.

Garça pequena: ribeirinha como a precedente, tem corpo menor, e é destituída de plumas grandes nas costas como tem aquela.

Hiúmara: notívago, sua grasnada semelha-se ao som que faz a chita quando a rasgam. Os indianos têm para si que esta ave grasnando ao passar perto da pousada de alguém lhe designa o seu finamento.

Jacamim: verde-negro no dorso e preto no resto do corpo, ou preto na cabeça e peito e o dorso cor de cinza, ou finalmente o dorso e cabeça pretos, e o peito e o bico verdes; estes últimos são do rio Solimões. Esta ave domestica-se facilmente; e então demonstra gênio mesureiro; ela chega-se a qualquer pessoa, abre as asas e agacha-se até coser o peito com o chão; além desta sua cortesia asiática tem a particularidade de absorver pelo orifício adjacente ao uropígio uma pequena porção de ar, que revolve no interior de sorte que estronda com pouca diferença de um rufo de tambor. Ela faz isto quando lhe arremedam a grasnada; também gosta de tomar os pintos às galinhas para os criar.

Jacu: ave que come toda a qualidade de pimenta; é parda e da grandura de uma franga.

Jacutinga: alvacentas e semelhantes à precedente.

Inambu-toró: do tamanho de uma galinha e na cor pedrês, ovo azul. Tem este apelido porque de noite de hora em hora canta a palavra toró.

Inambu-quiá: na cor cinzenta; o ovo é vermelho.

Inambu-péoa: é pequeno e ovo vermelho.

Juruti: pombo cinzento de peito exalviçado.

Jaburu-moleque: ribeirinha, toda branca, de grande colo e longos sancos, e olhos pretos. Sustenta-se de peixe pelos lagos e rios; sente a chama de amoroso transporte no fim do inverno, incuba dois ovos no verão; forma o ninho em árvores altivas e depois de emplumados os filhos voam para o chão, e ali andam algum tempo juntos com os seus generantes aprendendo a pescar.

Japim: pintado de amarelo e preto; em todo o ano arde pela fêmea com o fogo que a ternura acende, é por isso muito prolificante, raro é o mês em que os ninhos deixam de ter filhos ou ovos; nutre-se de insetos e laranjas; anda de uniões compostas de mais de duzentos. Busca árvores altas e laranjeiras para fazer o ninho; é de notar que toda a árvo-

re, em que se acham estes ninhos tem também um de cabas. É alegre e arremedador das outras aves. Os ninhos são tecidos admiravelmente de uma espécie de junco, longos, redondos, e suspensos nas pontas dos ramos de árvores alterosas; e assim dão às árvores uma certa graça.

Japu: parecido com o precedente na mescla das cores; aninha-se nas cavidades das árvores.

Jupará: muito bem enfeitado com a pluma cor-de-rosa.

Japacanin: da grandura de uma galinha; tinge-lhe as penas várias cores de branco e fusco. Esta ave sobe direita ao ar e desce na mesma direção vertical, e tanto na descida como na ascensão ela articula o nome, por que é conhecida. Nutre-se de frutas, de insetos, do mel das flores e do orvalho.

Jacurutu: ave das trevas; de cabeça parecida com o gato. Ela é a que mais apavora quando quebra a mudez noturna com as suas grasnadas lúgubres; alimenta-se de outras aves, que empolga, e de cobras e de toda a qualidade de répteis; o seu triste retiro escuro é nos Tabocais; ali fabrica o ninho; vê pouco de dia, indo-se sutilmente por detrás dela apanha-se; dá de comer aos filhos de noite.

Inhuma: unicórnio do rio Madeira; é eficaz destruidor de veneno.

Jurutauhi: ave notívaga. É das lucífugas a menos medonha; tem a grandura e a cor de uma galinha pedrês, a boca é grande, e solta guinchos que assemelham gargalhadas de quem mofa.

Mutum: ave do tamanho de um peru com pluminhas na cabeça onde as ergue formando um toucado vistoso. Há os pretos e brancos; e também pintado e pequeno, a que chamam Mutum-pinima.

Marreca: ave bem conhecida.

Marreca-pahi: a que tem coroa na cabeça.

Marreca ananahi: a pequena.

Marreca-fanhosa: a que tem o cantar gangoso.

Marrecão.

Maçarico real: anda pelos lagos a mariscar; também de noite passa para os campos em pinhas, comem pedrinhas, voa com muita rapidez, e canta assim de dia e de noite.

Mergulhão: pesca no fundo dos rios e dos lagos.

Mauari: ave ribeirinha como o Jaburu, porém menor que ele, e tem os olhos verdes com um círculo louro.

Maracanan: papagaio todo amarelo.

Murucututu: ave noturna de cor pedrês e olhos amarelos. Há o grande e o pequeno; deste os indianos tiram presságio de qual será o êxito do caso, cujo futuro especulam. A esta gente muito oprimem a fé estúpida em aves reputadas pregoeiras de avisos do mau futuro; o que não nos deve admirar pois o homem ainda o mais alumiado não sabe descartar-se de um temor supersticioso quando a sua esperança a ponto de esvaecer-se apalpa debalde nas trevas em cata de um conforto.

Matintaperera: ave pequena e cinzenta que profere esta palavra.

Maria já é dia: ave pequenina, alvacenta, que diz estas mesmas palavras.

Morcego: ave equívoca, isto é, implume com cabeça de rato. Há os de asas não mesquinhas, e brancos nas vertentes do rio Anibá.

Pavão: ave pequena e delicada na diversa pintura das penas, porém muito menos formosa que a deste nome no outro hemisfério; tem longo bico, e pernas compridas; é ótimo colhedor de moscas; cria-se pelas margens dos rios e lagos; come camarões, moscas e mosquitos; incuba dois ovos, que põe; leva cinco semanas na incubação; no inverno é que sacia o ardor com os ternos assaltos do esposo; faz o seu ninho de barro ou tujuco sobre paus altos e tortos, e quando o está fabricando toma amiúde água no peito para molificar o barro; o seu canto não é desagradável.

Piranha: ave preta assim denominada pelos indianos por ter a cauda da forma de uma tesoura aberta.

Papa arroz: ave pequenina preta; a fêmea é parda, olhos pretos. Põe dois ovos, e os incuba em vinte dias; a sua cópula é no inverno.

Pica-pau: é todo preto, e a cabeça vermelha. Há o grande e o pequeno; a respeito desta ave dizem os indianos que ela se serve de certa erva para despregar a tampa da boca da sua toca quando assim a achar fechada por alguém, e que todo aquele que nessa ocasião apanha a indicada erva pode com ela abrir a porta da prisão em que se achar. Sustenta-se de bichinhos, que indaga na casca podre dos paus; bate a compasso com o bico fazendo um estrondo que se ouve ao longe; faz o ni-

nho nos buracos dos paus; põe dois ovos; no inverno é que se arremessa a unir-se à fêmea.

Papagaio murajuba: de cor amarela, e verde e encarnada.

Papagaio real: testa e os encontros das asas de cor amarela.

Papagaio sertanejo: testa, dorso, e encontros das asas encarnados.

Papagaio curica: um pequeno sinal amarelo na cabeça e nos encontros das asas.

Papagaio moleiro: corpo grande, todo verde.

Papagaio pequenino: corpo pintado de verde e roxo. Todos encubam dois ovos, e fazem os ninhos nos buracos dos Murutizeiros, e andam em grandes bandos. No inverno é que os punge Vênus.

Papagaio de matapi: corpo todo purpúreo.

Periquito: avezinha pertencente à família dos papagaios; entre os periquitos há os de cabecinha encarnada; e outros todos amarelos com algumas penas azuis e verdes; e outros todos de um encarnado vivíssimo, de cuja qualidade há no Tocantins e no Matapi ao sul de Macapá.

Pipira: pequeno de corpo, preto, e de boca enorme.

Pitauan: articula o seu mesmo nome. Pardo por cima, amarelo por baixo, cabeça preta circulada de branco, olhos e bicos pretos.

Piaçoca: pequeno, cor de rosa, e pernas finas.

Pomba: de muitas qualidades. A pintada pelo pescoço com olhos e pernas escarlates é chamada Torcaz, há outras que são todas roxas e as pernas encarnadas; o seu ordinário alimento é a fruta chamada Pumumbuca, menos no inverno que se sustenta da frutinha do Aturiá, e então são amargosas as pombas porque as ditas frutinhas lhe comunica a sua qualidade amarga. Há pombas pequenas cinzentas, que fazem estrago nos arrozais. Todas estas aves fazem o ninho em arvores altas; é no inverno que as punge Vênus; alas são muito esquivas no mato, porém colhidas pequenas nos ninhos, e criadas em casa ficam como as mansas.

Pato do mato: de cor preta com os encontros das asas brancas. Não tem tempo certo de pungir Vênus, pois logo que cria os primeiros filhos continua a praticar nova postura, a qual consta às vezes de vinte e cinco ovos; edifica o ninho sobre paus alterosos, e logo que termina a incubação a fêmea e o macho põem os filhos no chão um a um. Estes

patos são muito fugitivos e indóceis para domesticarem-se, é tanto o seu genial pendor para o mato que tem sucedido meter-se na incubação de patas mansas, e logo que saem da casca as desamparam. A pele do peito destas aves fica excelente para várias obras sendo bem limpa de toda a gordura e estendida por espaço de cinco dias em quinze camadas de água misturada com cinco onças de pedra humo e um molho de casca de Parecá bem contundida. Há outra qualidade de pato do mato denominado Piqui, que é de grandura de um Pombo, porém mais extenso no intervalo dos encontros das asas e as penas têm cor roxa mesclada de cor de ouro muito luzente; esta ave exercita-se como o Mergulhão, e sustenta-se de camarões e matupiris.

Perdiz: nos campos do Tocantins.

Papaterra: pequeno e preto de crista grande.

Quirirú: pequeno de cor amarela riscado de preto.

Rolinha: pomba pequenina; come pedrinhas.

Roussinol: há de três qualidades; e nenhum como o da Europa que emprega da noite as horas em dobro os seus acentos maviosos.

Rendeira: pequenino e alvacento; arremeda com o biquinho no lenho das árvores o som resultante do movimento dos bilros na almofada de renda.

Sururina: pouco diversa do Inambú.

Saracura: anda pelas margens dos rios, come peixinhos, bichinhos, e arroz; fabrica o ninho sobre os arvoredos; é verdoenga no corpo, nas pernas verdes e os olhos pretos e muito cintilantes de maneira que parecem ter cores diferentes. A carne é saborosa. Os indianos chamam a esta ave galinha do mato porque o macho canta as mesmas horas que os galos, e dizem que as Saracuras prognosticam chuva quando cantam, e que também cantam na reporta da maré.

Sigana: do tamanho da precedente, mas parda na cor; anda em bandos pela coma das árvores na beira dos rios.

Socó: preto, pequeno, pescoço longo, boa carne; é ave ribeirinha.

Sahi: maior que o precedente; é azul e pardo.

Surucuá: espécie de pomba de plumagem azul e amarela; tem canto melancólico.

Supi: da grandura média entre o Tem-tem e o Beija-flor, e de cor varia. Ele incessante articula a seu próprio nome, o qual no romance indiano equivale às palavras – É verdade –. Os indianos fazem uma infusão desta avizinha torrada e convertida em pó para medicamento da tosse.

Surucuá-tátá: matizado de amarelo, encarnado e branco.

Téotéo: pequeno e pardo; dá grandes grasnadas; é companheiro ordinário das marrecas nos campos.

Tucano: verde no corpo, peito amarelo, ou peito encarnado orlado de amarelo, ou peito branco circuitado de encarnado, o bico longo. É a única ave que não se empoleira nos ramos das árvores, pendura-se neles.

Tambuiaiá: ave ribeirinha maior que o Jamburú-moleque; corpo branco, cabeça preta, e peito encarnado.

Tujújú: ave ribeirinha de corpo branco e aza e olhos pretos; sustenta-se de peixes; é no fim do inverno que a fêmea contempla o seu amante e não é indiferente a seus transportes, edifica o ninho no cocuruto da grenha das árvores mais proceras; não põe mais de um ovo, e dizem os curiosos que uma vez nasce fêmea e outra macho, e que andam com as mães até formarem um casal. Os Tujújús andam em bandos e há legares como nas vistosas praias do Solimões aonde aparecem em alas concertadas. Há Tujújú que tem de peso para cima de vinte arráteis.

Tamurupará: todo azevichado com o bico da cor carmesim. É esta a única ave que o ardente e habilidoso Japim não arremeda. E dizem os indianos que isto é porque o Tamurupará ameaça o Japim com a cor do seu bico dizendo-lhe que é o sangue, que ele tirou dos seus progenitores.

Tem-tem: ave pequenina de cor verde, e de excelente canto; tem a propriedade de imitar as vozes de quase todos os passarinhos que ouve, quando gorjeia observa-se que se dilata mais de vinte e cinco minutos e alguns há que fenecem cansados do gorjeio; é no inverno que os punge Vênus; põe dois ovos; os seus ninhos são sobre árvores, e feitos como uma casa toda tapada tendo só duas portas, um por cima e outra do lado. As fêmeas são de cor parda tirante amarelo escuro; não cantam, só dão

um pequeno sibilo; nutrem-se de goiabas, pacovas, mamões e frutas de murta; duram empoleirados em gaiolas mais de um ano.

Uaraúna: todo preto; deposita em ninhos dos Japins os próprios ovos para ver sem custo prosperar a preguiçosa prole.

Uaracêuerá: idêntico ao Bem-te-vi na grandura; tem a cor carmesim muito vivo no corpo, e o peito amarelo. Esta ave quando a qualquer hora da manhã se abalança a talhar os ares eleva-se verticalmente, e não desce sem que o Sol chegue ao Meridiano do lugar.

Urubu: todo preto; sustenta-se da carne de todo o animal morto, que tem princípio de putrefação.

Urubu-tinga: todo branco, e olhos pretos. Todos os urubus são dotados de instinto, que os obriga a buscar por toda a parte cadáveres corruptos que lhes aplaquem a fome. O Urubu-tinga logo que percebe exalação cadavérica desce ao lugar dela, onde já acha urubus, os quais não comem sem que ele comece a refazer-se da fome; esta é a razão porque os indianos ajuízam que o Urubu-tinga é o monarca dos urubus. Igualmente dizem que ele se eleva em seu vôo acima da região das nuvens e supersticiosos asseveram que toda a flecha que tem na extremidade penas desta ave acerta o tiro no objeto sobre que é enristada, e finalmente que toda a causa crime que for escrita com a pena, que tem dentro área branca e finíssima, o magistrado há de sentenciar a favor ainda que ela seja injusta.

No alto do sertão da Província, exceto o rio Madeira onde se divisa o menor número de aves todos os mais ricos mormente o Negro, o Branco, e o Solimões ministram amplíssimo suplemento à ornitologia Paraense: nos campos, nas montanhas, e na espessura, que acompanha as margens desses rios, são inúmeras as aves, e de algumas o danoso atavio detém os olhos. Disto já se viu uma prova irrefragável na ótima coleção, que o defunto Coronel Francisco Ricardo Zani, remeteu para o Museu do Rio de Janeiro no ano de 1831. Cuja coleção teria sido completamente preciosa se a operação, com que prepararam aqueles lindos plumosos indivíduos do Reino animal, não tivera estragado um tanto o engraçado e vivíssimo esmalte das pernas, no qual muitos eram rivais do Iris.

É belíssimo entre todos os pássaros do sertão do Pará o denominado Galo da Serra. O seu vulto maior que o de um pombo é emplumado de branda pena cor de ouro brilhante, a crista levantada da

mesma cor enfeitada na orla de vermelho; no vôo transcende o Maçarico e o seu canto assemelha-se ao clangor agudo do clarim Mavórcio. Este pássaro lavra o ninho de terra no íntimo recôncavo dos penhascos ou sobre a superfície das serras, esteja ou não essa superfície vertical ao horizonte; e ficam tão duros que com sobeja dificuldade se pode desmantelá-los; a sua figura tem parecença de um pião da guarita de muralha. Estes garbosos pássaros têm o uso de saírem, uma vez no ano do seu habitual recesso, e aparecerem no contorno das paragens habitadas. Os caçadores referem que eles costumam pousar nas franças de qualquer árvore de empinado tope, e delas descer alguns para formar ao pé da mesma árvore um terreirinho bem limpo em torno do qual deixam remanescer certos pequenos arbustos, em cujas hastes empoleiram-se, e alternos passam de um para outro arbusto, e descem ao terreirinho onde travam ligeira dança até cansar, depois remontam a grenha da árvore, da qual se arremessam outros para exercitarem a mesma coréia genial. Tendo todos acabados de brincar arrancam dali deixando um companheiro de atalaia, o qual raras vezes abandona o lugar antes de ser substituído; e se acontece que o caçador o mata, ou se ele próprio se ausenta os galos elegem logo outra árvore. Estes pássaros são muito variáveis no alimento, diariamente buscam cibato em todos as árvores fecundas.

O destro caçador para os prear tece muito sutis no mesmo lugar que eles preparam para os seus brincos, ou espreita a ocasião em que eles gozam as delícias do banho nas correntes junto aos penhascos, à sombra dos quais lhe faz pontaria para que lhe chegue o tiro. E quando por qualquer destes modos nada consegue mete um pedacinho de folha de Ubim entre duas palhetas de Uarumá, e as aplica à boca, e assopra de tal sorte que arremeda o canto do Galo da Serra, e por este reclamo obtém que esta ave se aproxime, e venha a ser vítima do som da morte.

A fêmea destes pássaros é totalmente diferente na cor das penas, ela equivoca-se muito com uma galinha preta.

PEIXE

Arauaná: comprido, estreito, chato, escamoso e espinhoso; não tem mau sabor; cria e agasalha na garanta os filhos logo depois de

saídos da ova: a língua é uma boa grosa para ralar: acode aos sibilos do pescador.

Acará: chato e redondo. Há outro, cuja cabeça é comprida.

Acará-acangapuá: outra espécie de Acará.

Anujá: comprido e amarelo. É gostoso.

Aracu: é semelhante à Tainha, escamoso, menor e mais-farto de espinhas que ela, e na sua mesma espécie difere na cor porque uns são brancos, outros pretos, e outros pintados como cobra.

Arraia: de quatro espécies nominadas Jaburana, Cuati, Auitatá, Jamanta: esta ultima é grande, mas não como a que aparece nos mares dentre Trópicos.

Arraia de fogo: a que tem na pele manchas coloridas. Todas elas têm ferrões na parte posterior do corpo muito venenosos.

Barbado: peixe do Tocantins semelhante à Piramutaba e maior que ela.

Baruruá:

Bagre: branco, ferrão grande e venenoso: há o grande e pequeno.

Bacu: dorso enfuscado, e a barriga amarelenta: escamoso.

Camorim: comprido, chato, pouco branco, escamoso.

Caranha: escamoso, e semelhante ao Tambaqui.

Cuiúcuiú: é um Bacu preto.

Carauátahi: peixinho com três grandes ferrões.

Curiman: espécie de Tainha grande de escama metade branca e metade preta.

Curimatá: escamoso, branco, e do comprimento de dois palmos.

Curupeté: semelhante ao pacu.

Chicote: pele lisa, grande, comprido, a semelhante ao surubi.

Carassassú:

Dourada: pele lisa e de cor segundo o seu nome: é grande.

Gurijuba: de pele amarela sem escama. Faz-se grande consumo deste peixe ou fresco ou seco ou salmourado. Ele tem entre a cabeça e a barriga por baixo do buxo uma grude alva, que é objeto de exportação: desta grude, que é superior as *icthyocollas* da Rússia, algumas

pessoas usam no café, lançando uma pequena porção para precipitar ao fundo o pó.

Ituhi:

Jutuarana:

Júјú:

Jandiá:

Jaraqui: de escama miúda, grande, a branco.

Jaú: do feitio do Jandiá, e maior que ele.

Leitão: peculiar do Rio Madeira: e dizem ser gostoso.

Mandubé: pequeno, branco, cabeça chata, é muito saboroso.

Mandihi:

Matupiri: peixinho parecido com a Sardinha.

Mussú: semelhante à Lampréa.

Mapaiari:

Mandi:

Mapará:

Marapatá: espécie de Tainha pequena de escama semelhante à da curiman.

Pacutinga:

Piruará:

Pírandirá:

Pacu:

Piráhiapéoa: cetáceo de cinco palmos de comprimento: parece pão pintado.

Pirapema: grande, esguio, escamoso, branco: quando é visto saltar fora d'água, que o faz com força e com freqüência, conta-se de certo com o cardume de sardinhas que vem adiante dele.

Pescada: preta e branca.

Piramutaba:

Pacamon: vive pelas taliscas dos rochedos.

Piranha: cujos dentes são muito cortantes.

Puraquê: da feição do cobra, pele lisa, farto de gordura, ovíparo, cria os filhos entre as guelras, tem de ordinário oito palmos de com-

primento e dois de grossura: há os de peso de mais de quarenta libras. Tem este peixe a terrível qualidade de privar de toda a ação o corpo, que chega a tocar. Neste fenômeno do seu choque elétrico é igual às tremelgas das costas da Europa e da grande Península Africana, mas não na figura porque a Tremelga tem parecença da Arraia.

Piranambú: de excelente gosto.

Piratiquêra: espécie de Tainha pequena.

Pirára.

Pirápucú: grande, branco, roliço, e de escama miudinha.

Pirábanha: branco oblongo, chato, largo, e de escama miúda.

Pirápitinga: grande, chato, escamoso, e de bom sabor.

Piráarára: grande, escamoso, e vermelho.

Piráandirá: tem no queixo inferior dois dentes agudos e compridos, e o focinho parecido como do Morcego.

Pirarucu: depois de seco, a cor é semelhante à do bacalhau, mas é diverso no sabor. Deste peixe os lavradores fazem provisão para os seus escravos, e dele também comem as tripulações das canoas do comércio interno. O mesmo peixe cria e agasalha os filhos entre as guelras: a sua língua é uma excelente lima para ralar guaraná, puxuri, cumaru, semente preciosa, e outras coisas semelhantes.

Pirauíba: cetáceo volumoso e oblongo. Quando ela é pequena e não excede o tamanho de três palmos, chamam-lhe filhote, e então, têm de algumas pessoas particular apreço. Contudo nem este, nem outros não escamosos como ele, ninguém que tenha regime dietético se atreve a comê-los assiduamente porque sabe que todos fazem espessos os humores, obstam a transpiração, e causam elefantíase ou asquerosas e corrosivas crostas na pele.

Peixe-boi: peixe mais singular que todos os do Amazonas, da sua cabeça semelhante à de uma vitela lhe proveio a sua denominação imprópria, seu tamanho é de quinze a vinte palmos, tem duas nadadeiras, a feição de mãos perto à cabeça, não sai em terra, levanta somente a cabeça para pastar a erva das margens dos rios; a fêmea tem peitos, em que amamenta os filhinhos, que traz unidos a si, tem o gosto e aparência de carne, enchem potes para o consumo popular da mesma assada ou frita conservada em azeite das banhas do mesmo peixe, a carne assim

preparada é chamada mixira; e da mesma carne fazem chouriços gostosos com as suas tripas. Há outros peixes-bois que diferem destes na corpulência, que é maior, e na gordura e toucinho, cuja quantidade é tal que muito pouca carne se lhe divisa, a estes chamam peixes-bois de azeite porque só servem para isso. Nos lagos do distrito da Vila de Faro há muitos desta qualidade, e alguns tamanhos que de um se pode extrair quase uma pipa de azeite.

Surubi:

Surubiú:

Sarapó: pequeno, longo, do feitio de cobra.

Sardinha: grande e pequena, uma e outra diversa da de Portugal; os indianos lhe chamam apapá.

Tucunaré: escamoso, enfuscado, do tamanho de uma tainha grande.

Tambaqui: preto, redondo, e o gosto é quase semelhante ao do pirapitinga: difere só na escama, que é mais grossa e amarelada.

Tatuarana:

Tainha:

Tarahira:

Tamuatá-Cambeoa:

Tamuatá-Cupim: é mais saboroso que o precedente.

Uaqui:

Uaquihi:

Uaracu

Uaracapuri: peixinho esguio e preto.

Uritinga: como um bagre, mas branco.

MANEIRAS DE PESCAR

Os indianos e mamelucos pescam nos rios, nos lagos, nos igarapés e nas baias, com rede, com flecha, com anzol em caniço ou linha, com timbó, timbó-assú, timbohi, cunambi, arpão, cacuri, pari, matapi, gapuia, camina, maçará, pessá e moponga, destes diferentes meios de arte

sutil, com que eles ardilosos aparelham ao peixe laços inevitáveis e com que obtêm certa e segura subsistência, eis a idéia da maior parte deles.

O timbó, timbó-assu e timbohi, batido nos rios como em outras partes do Brasil praticam com o tingui embriaga o peixe e o traz à flor d'água. Estes cipós são mais destruidores da espécie piscativa do que a coca ou o trovisco da Europa.

O cunambi misturado com pirão d'água e misturado no ventre do bicho do Ingá atrai o peixe à tona d'água, e então é tomado em um paneirinho sempre pronto para esta apreensão.

O cacuri é uma espécie de cesto feito de jupati com a boca afunilada, de onde o peixe que por ela entra não pode sair. Em outras partes do Brasil dão ao cacuri e nome de giqui, com o cacuri tem semelhança a Nassa da Europa, que é um vaso de pescar feito de vimes e diferente do botirão, com que pescam lampreiras.

O pari é uma esteira de marajá com a qual se cruza o igarapé, atando-a em varas cravadas a que chamam paritás.

O matapi é semelhante ao cacuri, porém é mais alongado.

A gapuia consiste em fazer o que chamam mucuóca que é atravessar o igarapé com aningas e tujuco encostado em paus cravados a fim de não passar toda a água, e em bater o timbó para fazer andar o peixe sobreaguado se o lugar é algum tanto aquoso, e se tem pouca água o peixe é tomado à mão dentro dela.

A canina é uma armadilha, que consiste em uma vara fincada por uma extremidade, e pela outra forçadamente acurvada e presa dentro da água em um gancho de pau disposto de sorte em um pequeno cesto atado na mesma extremidade da vara que logo que o peixe toca na ceva a vara desprende-se e vem ao seu estado natural trazendo acima o peixe dentro do cesto.

O maçará é um pari com porta para o peixe.

O pessá é uma pequenina rede em um arco de pau e pendente de uma vara, com a qual a meneiam dentro da água. O pessá não difere muito de uma rede, a que em outros lugares do Brasil chama jareré.

A moponga é alvoroçar a água com os braços afim de fazer remontar o peixe o igarapé para onde está estendida a rede, ou para onde intentam construir mucuóca.

MARISCOS

Acari: de uma só concha com um orifício, que lhe serve de boca.

Aviú: semelhante ao camarão, e menor que ele, e saboroso. Ele existe no rio Tocantins.

Caranguejo: na costa oriental da entrada do Pará.

Camarão: na costa oriental da entrada do Pará, e nos rios adjacentes à cidade.

Caramujo: na costa oriental da entrada do Pará.

Itan: parecido com a ostra, porém maior que ela. Há no rio Tocantins.

Peixe-Cavalo: marisco de quatro a cinco polegadas de comprimento, chato, de cabeça parecida com a do cavalo tendo uma pequena tromba e cauda semelhante à da sereia. Ela lhe serve de meio para mover-se como cobra na água; cria-se e aparece nas raízes das xiriubeiras que estão dentro da água; serve para curar diarréia e acha-se na costa das Vilas da Vigia, e Cintra.

Lagostim: na costa de Macapá

Mexilhão: na costa oriental da entrada do Pará.

Ostra: na costa oriental da entrada do Pará, também há em alguns lagos e bocas de alguns igarapés, da qual se pode tirar madrepérola.

Sarará: parecido com o xiri, porém pequenino; é alvo e não recortado o casco; o vermelho chamam sarará-pérola.

Uaracahiru: espécie de pequeno caranguejo vermelho. Xiri: gênero de caranguejo; é pequeno, corpo e pernas chatas, vermelho por cima, alvo por baixo, e casco recortado; a carne e gordura é mais saborosa que a do caranguejo.

RÉPTEIS

Acutibóia: cobra da cor da pele de Cutia.

Ararabóia: cobra vermelha. É bastante venenosa: o seu veneno é dissolvente. Sustenta-se de lagartos e de otda a qualidade de sevandijas, que apanha.

Bóia-seca: cobra anfisibena ou bicipite, isto é, que tem duas cabeças, uma em um extremo e outra no outro extremo.

Boiassú: cobra anfíbia e corpulenta qual palmeira enorme: devoradora de todo o animal: tem olhos grande e mui luzentes como o rubim de Ceilão.

Cascável: cobra que estrondeia com a cauda: tem as vértebras forradas de uma tonasinha córnea.

Camaleão: ovíparo: a sua postura consta de mais de vinte e quatro ovos: faz covas nos areais e debaixo do chão para incubação: tira os filhos no verão: o tem do seu coito é no fim do inverno: acabado o período da incubação sobem os filhos às árvores, e ali principia a comer folhas, que são a sua vivenda. Os indianos comem este animal e nele tem um apetite, que muito lisonjeia o seu palato.

Coral: cobra anfíbia venenosa.

Cururubóia: cobra que de ordinário existe junto á raiz das árvores revoluta de modo que parece um sapo.

Caninana: cobra volumosa muito peçonhenta, de pele tricolores azul, verde e branco.

Jibóia: cobra, que mata envolvendo-se na vítima, comprimindo-o a esmagar e depois de a humectar com a boca, engole-a. Quando Veado a vê corre três vezes na frente dela aproximando-se-lhe a ponto de ela o prear que para isso se distende toda.

Hiautibóia: cobra, que se envolve formando um disco de maneira que figura um Jabuti: e por isso os Caçadores para não pagarem com a própria vida o seu engano senão primeiro com um pau.

Jararaca: cobra de cabeça chata, e com as escamas pintadas de branco e roxo: é mui venenosa.

Jararaquinha: de cauda amarela: cobra pequena, que só difere da Jararaca na cauda.

Jaquiranabóia: cobra longa três polegadas com um ferrão mortífero peito que canta como Cigarra. Os Indianos quando lhe ouvem o estridor queimão logo algodão ou trapos, e com esta fumigação a fazem retirar. Esta cobra é um pequeno amphitera.

Jacuruarú: espécie de Sarão grande de dorso preto e peito amarelo. A pele é aplicada a dores Venéreas; e a gordura serve para desarrei-

gar estrepes por mais enterrados que estejam. Este animal quando luta com a cobra ainda a mais pujante em peçonha nunca é por ela despojado da vida, porque logo que se sente muito mordido corre ao mato em cata de um contraveneno incógnito aos curiosos, que opera igual efeito ao da erva Mongus, com que na Europa o animalejo deste nome, inimigo de cobra, dá remédio á mordedura dela.

Parauáboia: cobra pintada com as cores do Papagaio.

Surucucu: cobra tão peçonhenta que ainda depois de morta o seu dente é ocisivo. Entre os Indianos voga a fabula de que as Pacas procedem destas cobras, porque nunca virão que este réptil ofendesse aqueles animais, mas sim que vive com eles amigavelmente.

Surucurana: cobra que é Surucucu não verdadeiro.

Sacahiboia: cobra que é da cor do Sacahi. Dizem que só tem veneno durante um mês do ano, e qual ele seja ignora-se.

Sucurijú: cobra anfíbia, e a maior de todas. Mata por meio de apertura atlética cingindo o corpo do animal que se propõem tragar, e cravando o ferro da ossuda: dizem que este réptil com o seu humor salivoso unge e lubrifica o corpo constritos e quebrado, e ainda que ele seja grande todo lentamente o engole: depois estira-se em um retiro, e ali jaz inerte e abatido até que lhe apodreça o ventre e despeça tudo quanto tragou. Efetuado este despejo aparta-se daquele lugar, e começa a reformar-se, crescendo-lhe a carne, estendendo-se -a pele, e restituindo-se á pristina forma. Esta mesma notícia transmitia o ilustre Jesuíta José de Anchieta na sua Carta Latina dirigida ao seu Prelado à cerca das Produções do distrito da Cidade de – São Paulo: sobre cuja noticia Diogo de Toledo Lara Ordonez, Correspondente da Academia Real das Ciências de Lisboa, e ilustrador da dita Carta, se expressa dizendo que sempre a conceituara fabulosa. Muitos Leitores sem dificuldade estarão por esta opinião. Dizem que a gordura desta cobra é excelente para contusões.

Tucanoboia: cobra, que nas cores tem semelhança com o Tucano vermelho.

Tarahirabóia: cobra anfíbia, que não tem peçonha.

Teiúcema: lagarto pequeno e pele lisa, pardaça e luzente. Este réptil é uma espécie de cosmético para as Indianas; as quais roçam com ele a cara para que lhe não nasçam espinhas.

Teiucataca: lagarto pequeno de pele escamosa, alvo no ventre e negro no dorso.

Tamacuaré: lagarto pequeno parecido na cor com o precedente mais a pele é lisa. Os Indianos servem-se deste réptil umas vezes para curar dispnéia, e outras para compor os seus filtros, persuadidos de que com eles restituem a si os agrados das inconstantes. Não são os Indianos os únicos que dão assenso a estes amavios: também há no Mundo muita gente, que a eles se assemelha na crença de um prestígio que devia ser julgado:

Supersticioso embuste, último asilo
De encanecidas enrugadas Velhas,
Que as bandeiras venaes da torpe Vênus
Invalidas largarão.

Segundo o exprimiu o General Stockler na Ode sétima das suas Poesias Líricas.

Uácuáboia: cobra do campo

SAPOS

Cururú: grande, de cor negra: tem pelo dorso várias proeminências pequeninas cheias de leite, as quais sendo batidas com um pau arrojam o leite, cujas espadanas acertando de rociar os olhos do ofensor lhes promovem a paralisia, e cobrem com denso véu os globos. A pele deste animal amfíbio sendo recemtirada dizem que serve para curar alporcas.

Aru: grande e gordo e azevichado; tem os intestinos semelhantes aos do peixe: vive nos igarapés e Lagos, e todo o ano se ouve o seu alarido.

Cunauarú: grande e negro e menos asqueroso que todos os outros: os olhos são da cor do vermelhão, porem menos vivo. Quase sempre reside em cima dos troncos das arvores: e dá-se a conhecer pela voz cunan que repete amiúdo em tom lantativo: e no lugar que ocupa tem por peanha a resina, que destila, cuja peanha chamão panela. Esta

resina é usada em diferentes mezinhas: e sendo queimada despede de si um aroma agradável.

Catáca: grande e verde-negro: mora sobre paus: a palavra por que ele se faz conhecido é a mesma da sua própria denominação que ele articula.

Juué: pequeno e de cor tirante a pardo. Ele assiste nos igarapés e lagos: os indianos o comem de tucupi. Este sapo só vozeia durante um mês no ano.

Juhi: pequeno, mas à sua voz desmedidamente forte: nunca vozeia sem estar pousado em paragem ensopada.

Mocotó: grande e preto. A sua estância é nos lodaçais: tem tempo certo de exercer o seu alarido, e tem a notabilidade de engolir brasas quando as encontra ou lhas botam.

CRUSTÁCEOS

Jacaré: anfíbio ovíparo. Faz o seu ninho de folhas e paus secos: põem muitos ovos: está sobre eles em algumas horas do dia e da noite, e noutras esconde-se perto, e como sentinela vigia, dando de quando em quando gemidos. Ele exala almíscar insuportável: da gordura fabricam azeite os moradores da Ilha Grande de Joannes, onde ha a mesma fartura deles que se observa em alguns rios e lagos da Província. Este crustáceo aquático é maior que o Crocodilo: alguns têm três braças de comprimento: é valente, sagaz, traidor, e muito furioso quando atalaia os ovos: depois do homem o seu maior adversário é a onça: naturalmente teme-a tanto que imóvel se deixa devorar paulatinamente quando por ela se vê preado. No verão é o tempo em que o punge Vênus. Logo que saem os filhos da casca o pai e a mãe os conduzem ao lago ou rio mais visinho para ali principiarem a comer peixinhos e frutas.

Jacarétinga: pequeno, e de menos almíscar. Algumas pessoas o comem.

Jabuti: animal, que é um gênero grande de Cágado: a sua concha superior é muito curva, e o fígado um bocado saboroso.

Jabuti-aperema: pequeno, redondo.

Mussuan: espécie de Jabuti pequeno e oblongo.

Tatu: animal que habita debaixo do chão, onde tem muitas portas. O homem mais forçoso não tira dessas portas a um tatu puxando-o pelo rabo, porque ele crava as unhas na terra, e abre as suas conchas, nas quais se segura: e para isso ele não faz porta larga, mas sim quanto lhe seja bastante para entrar e sair. Tem olhos rajados de preto, e pardo; sustenta-se de tucumans, e mucajás, e também de minhocas, para o que ele fuça como os porcos. Nas suas moradas habitam muitos, e levam para dentro delas muitas folhas secas e frutas para comer. Ignora-se o tempo em que o punge Vênus, porém pelo inverno aparecem muitos pequenos atrás e das mais. É animal que se domestica, e come arroz e bebe leite. Os que se domesticam são ladrões, pois furtam o que podem apanhar. Também fazem dentro das casas covas para sua habitação. De ordinário não saem mais que uma vez no dia;

Tatu-assú: é o maior.

Tatu-bola: o de concha grande e redonda.

Tatu-péba: o pequeno.

Tartaruga: anfíbio ovíparo, de que é imensa quantidade no rio Solimões, no rio Branco, no Madeira, no Tocantins, e outros. A sua carne é saborosa antes da desovação, porque sendo agarrada logo depois de acabar a postura não tem bom sabor por estar magra, e até morre logo. Dos ovos e das banhas fazem azeite, a que chamam manteiga, e que é um objeto de máxima importância na província em virtude do uso geral para as luzes e para a pobreza temperar os seus comeres, cada postura deita de oitenta a cem ovos e às vezes mais; o tempo do fabrico das manteigas é no mês de novembro até dezembro; também tem sido feitas em março quando nos indicados meses o rio enche e alarga as praias como aconteceu em 1794; porém esta enchente assaz prematura sendo um fenômeno extraordinário, não o é o estrago exercido anualmente no viramento das tartarugas, pois que por exemplo virando-se quatrocentas unicamente aproveitam oitenta e às vezes menos, e desta arte fazem maior o prejuízo do que o proveito. O apanho dos ovos nas praias é feito pelos indianos deste modo: cada um deles munido de um feixe de varinhas adelgaçadas na ponta decorre ao longo da praia cravando-as à direita e à esquerda da direção que leva, e deixando-as fixadas no mesmo sítio em que notou na extremidade delas os vestígios da porção amarela dos ovos; e acabado este sondamento todos eles surribam a área da inu-

mação assinalada pelas varinhas e apanham os ovos, os quais são depois pisados e fervidos em tachos. Tal é a arte de colher os ovos, e de fabricar as manteigas. Há três qualidades de tartaruga conhecidas pelas denominações de Matamatá, Tracajá e Acambéoa. A primeira é de concha tuberosa e cheia de excrescências, tem pescoço e cabeça por extremo longos, vive nos lagos, põe os ovos pelos matos, e não os inuma; a segunda é pequena e de concha mais conversa; quando as praias começam a descobrir surdem a desovar, cuja postura chega até vinte quatro; a membrana deles é alva; e a terceira tem a concha quase chata, destas exubera o rio Xingu, elas costumam encovar os ovos nas praias das ilhas, que jazem entre a Vila de Souzel e a primeira cachoeira. No Solimões costumam conservar as tartarugas em poços.

Tartaruga de concha mosqueada: aparece na costa do Caité, e na foz do Gurupi, e entre a foz deste rio e a Bahia de São João formada pelos rios Iririassú, Tromai e Pirucaua. A sua pesca não é objeto freqüente da ambição de ninguém e por isso a concha deste anfíbio é uma mercadoria constante e não de pouco preço que a importação abrange.

INSETOS

Aquiqui: formiga pequena de cabeça preta e o resto vermelho. Pessoa há que come esta formiga em tucupi pouco fluído.

Aranha: de oito pernas, de oito olhos, e de dois dentes grandes, e por baixo destes mais duas pernas que lhe servem de mãos; esta aranha não é peçonhenta antes útil dentro das casas pois tem a indústria de frear as baratas e outras sevandijas. Ela choca mais de quatrocentos ovos no entre seio de um casulo, que traz aderente barriga durante a incubação.

Aranha caranguejeira: é muito venenosa, morde com dois dentes grandes que tem; os seus cabelos também tem sua espécie de veneno, e quando ferem formam inflamações e bolhas cheias algumas de tumor sorroso. Tem casulos em que trazem para cima de mil e tantos ovos, dos quais nascem outras. Os ditos casulos andam pegados às mesmas aranhas até que saiam os filhos.

Abelha: há as de diversa espécie em certas árvores, cujo mel é excelente assim em propriedades físicas como em virtudes. Em algumas

paragens as abelheiras são perseguidas pelas hiráras. A cera da abelhas do Solimões é negra.

Besouro: há os de diversas qualidades que se alimentam de excremento dos animais. Alguns tem duas hastes aforquilhadas na extremidade, e são de cor de azeviche e do cumprimento de duas polegadas. Outros besouros há grandes de cor de cobre, cujas asas depois de secas parecem uma espécie metálica pela sua consistência: e é tal o seu luzimento que já deu lugar serem folhetas de ouro. Destes besouros fazem os silvícolas diques, com que se ataviam.

Borrachudo: mosca de cabeça vermelha, que mordendo sutilmente tira sangue.

Crisálida: esmaltada de amarelo e verde ou toda cor de ouro polido. Delas saem as borboletas; e muitas assaz grandes, e mui singularmente louçãs.

Centopéia: grande e pequena. Esta é uma espécie de fera, que de ordinário se cria debaixo do chão, corre aceleradamente, e quando a pungem como doida assalta quem a inquieta.

Cupim: pequeno, vermelho, cabeça escura, roedor da madeira e da roupa e nisso extremamente destruidor. Há outro todo branco, maior que o piolho.

Curunuá: aranha pintada de preto e branco. Faz pousada subterrânea nas roças de maniva, cuja porta defronta com o Oriente, e está tapada com uma teia, na qual todos os dias de manhã ela vem postar-se ao olho do sol em seu aparecimento no horizonte. Os indianos consultam esta aranha, que parece ignícola, para saberem onde existe qualquer no chão junto à porta certos riscos, e colocando neles pãezinhos e grãos de milho.

Carapanã: mosquito odioso que assalta o homem com o seu ferrão ao som do seu tenaz zumbido;e é tão importuno que não só morde de dia, mas ainda de noite na hora do sono, e é tão valente na agressão que passa qualquer roupa por mais dobrada que seja, menos a seda bem tapada.

Caba: espécie de vespão que quando pica forma grandes dores, inchação, e pruído.

Cauajuba: qualidade de caba que punge com uma tromba que tem na ponta da parte oposta à cabeça; é venenosa, e em alguns indivíduos a picada causa contração de nervos.

Formiga de fogo: assim chamada por ter a cor deste elemento, e parecer que queima quando pica.

Formiga doida: de que há duas qualidades, uma branca, e outra preta; a branca é pequena, e a preta no vulto é igual à de fogo. A formiga doida exercita a sua atividade na cata do açúcar e de tudo quanto participa dele; quando muda de estância conduz os ovos na boca.

Giquitaia: formiga vermelha e miúda. Existe ordinariamente no interior das fendas ou nas carcomas dos paus; é assaz aflita a sua mordedura, só se desvanece a impressão passando-se um tição vivo ao de cima da parte insultada.

Gafanhoto: há os no rio Branco de mais de palmo de cumprimento.

Jundubi: aranha pequena e branca. Mata a planta, em que assenta a sua teia.

Jatium: mosca incomodante.

Jacina: espécie de borboleta de corpo fino, e comprido, com a extremidade posterior volumosa, e pernas delgadas e longas e com asas de uma tenuíssima teagem, cuja cor é azul-claro e a do corpo parda.

Mutuca: mosca grande, que morde de dia e faz chaga.

Mutucuna: mosca mais ativa que a precedente.

Muruçoca: espécie de carapaná.

Mariuim: uma esquírola de mosca na grandura que ao pôr-do-sol mais ordinariamente aflige com as suas picadas.

Mucuin: bichinho por extremo pequeno e vermelho, que se aferra às pernas do homem e prue nimiamente, e que só é expelido com lavatório de aguardente de cana.

Pium: mosquito de corpo menor que o caparanã, e de ferrão cruento; morde de dia e não de noite; com a picada faz chaga, à qual precede máxima dor; qualquer roupa preserva das suas agressões, e por isso para os indianos, que andam nus no mato, são venenosas as picadas deste inseto. A flor que ele mais gosta de libar é a do assacu.

Põe-mesa: semelhante ao gafanhoto, mas todo verde ou todo amarelo, corpo fino e comprido e pernas longas.

Sará-sará: formiga vermelha e de ampla cabeça.

Saúba: formiga de duas espécies, uma chamada da roça, e a outra de asas; a primeira faz casa de terra nos roçados e nas capoeiras, em cuja casa denominada tepecuin ordinariamente reside também a cobra bóia-asseca; esta formiga é dessoladora das lavouras feitas nas capoeiras; a segunda é muito agradável aos indianos, eles separam a parte mais volumosa do corpo, assam na frigideira e comem. Esta também é daninha ativíssima; infesta em várias partes as produções vegetativas de tal maneira que parece que algum incêndio as tragou; ela despoja com pasmosa rapidez em poucos momentos qualquer árvore de todas as suas folhas; e tem acontecido que durante uma noite transfere para o celeiro comum à sua espécie quase toda a farinha de mandioca contida em um alqueire.

Tamiuá: espécie de percevejo grande com asas e de cor mista de verde, branco e pardo, superior a ele no fétido cheiro; mata a planta, a que se apega.

Taixi: formiga vermelha e menor que a de fogo; mas a sua mordedura é mais dolorosa.

Tracuá: formiga vermelha e preta: a vermelha é do tamanho da saúva, e acertando com um baú de roupa faz-lhe o mesmo estrago que costuma fazer o cupim. A matéria, de que a Tracuá fabrica a sua casa, tem entre os indianos a serventia de isca; para isso eles preparam a dita matéria, lavando-a em lexivia feita de cinza da casca do cacau, e com esta lavadura ela transmuta a primeira cor vermelha em amarela, e fica em aptidão de receber prontamente as cintilas feridas com fuzil de pederneira para se acender lume.

Tucandêra: Formiga toda preta, cuja picadela dói por extremo; e dizem que se desvanece a dor olhando-se logo para o céu.

Varejeira: mosca vulgar bem conhecida.

Outros muitos vários entes semelhantes ao oução vagueiam nas folhas, na úsnea das árvores, e na superfície das águas quietas. Mil viventes arestas ali se criam e fervem; elas nascem com a manhã, e têm à noite da efemérica vida o prazo extinto.

Entre os insetos prejudiciais de nenhuma utilidade há o chamado bicho-dos-pés; ele é pretinho, pouco maior que oução que se cria como as pulgas, e que como elas salta nas pernas e entra nos pés fazendo dor ou pruído, e quando se tira já crescido está cheio de lêndeas.

MOLUSCOS

Caracol: é rojador e tem escuma tenaz, como bem se conhece.

Candiru: pequeno, delgadinho, pele lisa, cabeça chata. Introduz-se facilmente nas partes sexuais de qualquer pessoa que urinar dentro d'água. Há outro candiru, que é maior: e esse come as iscas dos anzóis.

Turu: cria-se nos mangues e xiriubas caídas na borda d'água. Tem o corpo cilíndrico, branco cumprido, e alvo, e a cabeça negra e duríssima. É semelhante ao gusano em perfurar as embarcações. Algumas pessoas o comem cozido como peixe e temperado com azeite e vinagre.

Ura: branco, e comprido, brota das lêndeas, que deixa nas feridas a varejeira, o Pium, e outros insetos. Há moluscos desta qualidade que tem cabelos.

ANIMAIS ÚTEIS AOS TRABALHOS, TRANSPORTE, E SUBSISTÊNCIA DO HOMEM

Passemos agora aos animais, de que se tira maior vantagem na vida social.

O gado vacum, sócio fiel das lidas agronômicas, que é de grande proveito para o alimento saudável e nutrimental, que ministra a sua carne à populaçao em geral, e suas peles às artes, não forma hoje na Ilha Grande de Joannes manadas tão quantiosas como nos tempos passados.

Em alguma das fazendas de gado desta Ilha fabricam queijos, os quais têm o cincho semelhante ao usam na Província de Minas Gerais; mas estão muito longe de igualar-se aos queijos da indicada Província na coagulação ou consistência do leite, como na duração da boa qualidade dela. E portanto pode-se dizer que no Pará as vacas não fornecem os presentes, que em outros países costumam dar, porque ainda não se de-

parou com a arte de tirar do leite delas o queijo e a manteiga, em cujos efeitos se dispende dinheiro, que se alonga da Província.

O gado cavalar, que também é de suma utilidade, pelo seu préstimo geralmente notório, não tem mais trato que aquele que é pura e simplesmente obra do seu abandono à natureza. Não há cuidado algum de que haja bons garanhões para ter a melhor raça, poucos são de marca e completamente de boa conformação, e quase todos espantadiços e pouco casquicheios. São raros os murzelos e os baios de cabos pretos e raríssimos os que são betados com cores diversas. A cor mais comum é a dos russos e castanhos.

A ignorância dos princípios de veterinária concorre muito para a mortandade destes animais, de cujo curativo não se trata assim nas fazendas da Ilha Grande de Joannes, como nos engenhos de açúcar assentados em diversos rios.

As cabras e ovelhas apresentam-se em pequenos rebanhos nos sítios, em que são vistas retouçar e tosar a erva, umas e outras não são da melhor casta. As peles são desprezadas e o mesmo acontece com o velo do gado lanígero, que nem ao menos o empregam em encher os colchões das camas. Do leite nunca se ensaiou fabricar queijo; apenas ordenham as cabras para o leite ter uso no café ou no chá.

Os porcos são ordinariamente de corpo mais avultado que os de Portugal, mas a sua ceva é tão mal cuidada que nem a carne, nem o toucinho, são como podem ser onde há tantos meios de os criar. Os melhores e os mais grados são os mantidos dentro de possilga, porém destes a quantidade em qualquer sítio ou fazenda, avulta menos que a dos outros porcos, dos quais o número assim mesmo nunca chega a formar vara.

De aves caseiras, isto é, de galinhas e patos há grande fartura, de perus menos.

APARÊNCIA, CAPACIDADE E CARÁTER MORAL, DOS NATURAIS DO PARÁ

É sem dúvida que o conhecimento moral dos homens individualmente considerados é de suma dificuldade e, portanto, mereça o meu juízo desculpa se em tão delicado assunto ele for severo ou indulgente.

Os homens são em geral de estatura mediana e os lineamentos do corpo regulares, quase todos têm os olhos e os cabelos pretos e a pele tão alva que prova que a alvura não é alheia deste clima. Pode-se dizer que na maioria são de vigorosa constituição física e rara obesidade, isto é, são raros os que arrastam corpulência fofa e muito raras as lesões orgânicas ou os acidentes essenciais na forma externa do corpo.

Em geral as mulheres têm olhos de vivo lume, pálpebras bem fendidas, gesto engraçado, talhe esbelto, pé pequeno, e agilidade e decência nos movimentos do corpo. Estes donativos da natureza, estas esperanças da sociedade, que abrem no peito brecha, e convidam o homem à união conjugal, desenvolvem-se com muita antecipação, e começam a emurchecer-se depois de padecidos os incômodos durante a gestação e a criação do primeiro filho.

Os paraenses em geral são essencialmente dóceis, amantes das delícias dos festins, do repouso e branduras da vida, e com todos gasalhosos. A franqueza e a sinceridade, o amor da liberdade e da ordem, e o horror da perfídia e da lisonja, são as principais feições, pelas quais o caráter da maior parte deles se distingue. Fora da província eles desenvolvem a sua habilidade intelectual, procurando constantemente aumentá-la por meio da mais séria aplicação ao estudo e adquirem aquelas maneiras polidas, porque se distinguem na Europa os mais amestrado no civil tratamento. Isto demonstra que não lhes falta gênio e disposição de entendimento para as ciências e para as belas artes e se no seu solo pátrio não patenteiam toda a extensão das suas faculdades racionais é porque nele faltam estabelecimentos, em que se promova e difunda a instrução indispensável aos homens, que se destinam aos empregos públicos da administração do Estado, e aos progressos da agricultura, da mineralogia, da indústria e do comércio.

Em suma, as qualidades e talentos, que caracterizam o espírito dos paraenses, são tais que facilmente podem colher todo o fruto da habilidade e perícia de quem se proponha a instruí-los. Havendo pois mestres hábeis pelo seu saber e dotados de talento verdadeiramente clássico, que exponham clara e metodicamente as doutrinas que constituírem o objeto da Cadeira, cuja regência lhe for confiada, os talentos dos paraenses com esta direção discreta no princípio do seu desenvolvi-

mento não se hão de fatigar em vão, nem padecer acanhamento, que os inutilize.

As mulheres são espirituosas, a sua modéstia natural não dá lugar a que se suspeite do seu pudor, dedicam-se às importantes fundações de mães de família, e são distintas pela fidelidade conjugal. Nelas é quase geral a capacidade para o lavor de bordar, de cozer e de bilrar sofríveis rendas e de lavrar de agulha ou de penas atavios de flores.

Os costumes, usos, estilos, festas populares, tudo é quase o mesmo que se observa entre os povos do continente Português Europeu seus progenitores.

Quanto aos trajes e jóias, que lisongeiam a feminil vaidade, a moda européia é quem os regula. Só as mamalucas não mudam o seu modo de trajar, elas usam uma saia de delgada caça ou de seda nos dias de maior luxo, e uma camisa, cujo toral é de pano que mais sombreia do que cobre os dois semiglobos que no seio balançando se dividem entre as finas rendas que contorneiam a gola. Estas roupas são quase uma clara nuvem que ondeando inculca os moldes do corpo. Botões de ouro ajustam o punho das mangas da camisa, pendem-lhe do colo sobre o peito cordões, colares, rosários e bentinhos do mesmo metal; a madeixa é embebida em baunilha e outras plantas odoras entretecidas nos dentes de um grande pente de tartaruga em forma de telha com a parte convexa toda coberta de uma lâmina de ouro lavrada, sob cuja circunferência oscilam meias luas, figas, e outros deixes de igual preciosidade à da lâmina: e na testa pele raiz do cabelo circula um festão de jasmins, malmequeres encarnados, e rosas mogorins. Neste guapo alinho, e descalças realçam estas mulheres seus atrativos naturais, e conquistam vontades entranhando na alma meiga ilusão, que o repouso lhe quebra.

Vestidas de saia e camisa e descalças andam todas as mulheres escravas, e todas as mulheres livres, pretas, mulatas, cafusas, curibocas, e indianas.

Os indianos aldeados são férteis em expedientes na navegação interna e na cata das produções imediatas da natureza: gostam por extremo de bebidas espirituosas: cometem excessos graves na sua embriagues. Neles o sentimento moral, a que chamamos Amor, é tal que não se ofendem de ciúmes: casam sem se estorvar muito com a honra, cerram os olhos a tudo: e da educação dos filhos não curam: a sua regu-

lação de subsistência é comer tudo em um dia, e nada reservar para o outro: a Ticara na falta absoluta de comida lhes aplaca os brados da fome; querem antes isto na doce inação das suas palhoças do que a fartura que podem gozar no mister ancilar dos brancos. Em ponto de religião mostram a mesma indiferença e desmazelo que no mais. A festa do Apóstolo São Tomé insinuada pelos Jesuítas é a única que eles fazem não por devoção mas por mero folguedo. Dias antes pedem esmolas para a celebração dela conduzindo na mão uma pequena imagem do Santo Apóstolo, e levando na frente uma bandeira branca com a efígie do mesmo Santo, e junto de quem a empenha um outro vai tocando com a mão direita um tamborilo seguro ao corpo pelo braço esquerdo, e contemporaneamente soprando uma gaita[a] dedilhada pela mão esquerda. Na noite de Natal e na véspera e dia da festa, que é uma das oitavas, o juiz e a juíza caminham à Catedral precedidos do Toriua, a que outros chamam Sairé: o qual é um semicírculo de cipó de seis palmos de diâmetro quadripartido com uma cruz, e um espelho em cada uma dessas partes e outra cruz no meio da periferia. Todo este artefato é cingido de algodão batido, e adereçado de malacachetas e fitas, e aderente a seis pequenas varas também cobertas de algodão batido, as quais seguram três índias, sendo a do meio denominada mestra, e pega outra índia na ponta de uma longa fita que está atada no alto do Toriua por baixo da cruz: esta índia vai saltando para um e outro lado após da mestra, e também para diante dela, e volve ao seu lugar: todas cantam ao mesmo tempo várias letras na sua língua geral sendo as primeiras as seguintes:

Itá camuti pupé neiássúcaua pitanguê puranga ité. Estribilho: e Jesus e Santa Maria.

Santa Maria cuian puranga, imembuira iauerá iuaté pupé, oicou curussá uassú pupé, ianga turama rerassú. Estribilho. E Jesus e Santa Maria.

Romanceadas estas letras a primeira diz – Em uma pia de pedra foi batizado o Menino Deus.

E a segunda: Santa Maria é uma mulher bonita: o seu filho é como ela: no alto céu numa cruz grande para guardar a nossa alma.

(a) Diferente da que chamam Momboia-xió; a qual é uma taboca com três furos, e uma língua de tucano em lugar da palheta: o som mavioso e sonoro deste instrumento tem provocado em algumas pessoas tristeza e pranto.

As Indianas umas são bisonhas, e outras tem agradável e natural sinceridade: riem-se com satisfação pura quando se lhes indaga os nomes e usos das coisas: são de interessada liberalidade: fazem presentes de fruta, beijus, galinhas, frangos, e outros plumíferos domésticos a fim de aquistar por isto algumas coisas. São destituídas do pejo natural do sexo feminino.

Os dois sexos são dotados de uma tal sensibilidade física que freqüentemente os convida a congresso. A moleza, o ócio, e a preguiça dominam a indústria e o trabalho, que deveriam praticar com tantas produções ricas do país para o bem do gênero humano. Eles satisfeitos com a sua tenuissíma vitualha não cogitam em mais nada, nem providenciam a futura subsistência.

Há entre eles muita franqueza: qualquer conterrâneo seu que chega de fora posto que nunca o vissem logo o admitem à comida, e tratam com a mesma singeleza como se há muito vivesse em comum no seio da família.

Em suma no indiano a inteligência nunca se argumenta: ele em virtude das suas faculdades físicas vive, e conserva-se miseravelmente: em virtude das suas faculdades intelectuais não combina; não raciocina, sente e entende muito circunscritamente e em virtude das suas faculdades morais pratica as suas ações com a mera intenção de contentar a sua vontade nos limites da estupidez e da insensibilidade.

Deste conceito à cerca dos costumes e meneio da vida dos indianos não dissentem todos aqueles que os tem observado de perto: e deste alguns até o tem escrito, como são o Bispo Dom Frei Caetano Brandão, e Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, Ouvidor e Intendente Geral da Capitania do Rio Negro.

Estes Indianos fazem pular na memória de quem os considera o pensamento de Montesquieu – que há países onde os homens valem nada.

FORMA ANTIGA DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA E CIVIL

Em 1616 foi começada a edificação da Cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará por Francisco Caldeira de Castelo-Branco, a quem o General Alexandre de Moura logo depois de haver conquistado

o Maranhão aos franceses seus usurpadores tinha mandado na qualidade de capitão-mor do descobrimento do Grã Pará debaixo da justa cláusula de fazer obediência a Jerônimo de Albuquerque em atenta consideração deste homem benemérito ter pisado ovante no rio Miary e no Forte de Itapari os grandes Lírios, que La Touche ardido caldilhara.

Desde essa época da edificação da cidade até o ano de 1626 foi governada a província por Capitães-Mores do Maranhão, e estes subordinados ao Governo Geral do Brasil, que na dita era se achava nas mãos de Mathias de Albuquerque: cuja subordinação cessando no indicado ano não cessou a do Pará ao Maranhão, a qual permanece até os dias de 1652.

O primeiro General Governador do Maranhão e Pará Francisco Coelho de Carvalho foi quem concedeu em 1627 à Câmara da cidade da segunda das referidas capitanias uma légua contada da Cidade como centro para pascigo, e para aforar em utilidade das rendas do Conselho.

Representação da maioria dos habitantes levada pela Câmara da Cidade de Belém ao conhecimento d'El-Rei e dos seus Ministros contra arbitrariedades ilícitas, e ofensas manifestas de direito pessoal exercidas por alguns governadores do Estado do Maranhão, obtiveram do Soberano o Rescrito de 23 de fevereiro do supramencionado ano de 1652, o qual dividiu o Governo Geral do Estado em duas Capitanias principais do Maranhão e do Grão-Pará com independência jurisdicional uma da outra.

Na mesma data foi nomeado Capitão-Mor do Pará Ignácio do Rego Barreto, o qual teve poucos sucessores na administração independente, porque o Gabinete de Lisboa, conhecendo que o pedimento que o induziu a fazer a divisão das Capitanias não tinha sido tinto da verdade acerca das opressões individuais ou destemperada severidade das ordens dos generais governadores do Maranhão, e que antes convinha apertar os vínculos da dependência, que anteriormente unia as duas Capitanias, instaurando as antigas relações políticas, cuja administração existisse nas mãos de um só homem revestido como subdelegado do Monarca neste País de uma autoridade política idêntica à dos governadores das outras Capitanias do Brasil, nomeou em 25 de agosto de 1654 Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Pará a André Vidal de Negreiros, Mestre de Campo de Infantaria da Cidade da Bahia,

Fidalgo da Casa Real, Comendador de São Pedro do Sul e Alcaide-Mor das Vilas de Marialva e Moreira, o qual muito se havia assinalado no socorro que prestou a João Fernandes Vieira, insulano funchalense tão estrênuo que soube qualificar-se imortal asserto da liberdade de Pernambuco vigorosamente sopeada pela tirania dos holandeses.

A cidade de São Luís era a residência habitual dos encarregados do Governo Geral do Maranhão e Pará: eles depois de receber o bastão vinham à cidade de Belém, onde igualmente eram investidos da autoridade superior, e se demoravam enquanto as circunstâncias do tempo inculcassem a precisão de não partir senão quando por falta de negócios desordinários fossem levados a praticar a tornada para a cidade do Maranhão. Havia no Pará para esta temporária assistência dos Governadores e Capitães Generais um casa denominada Residência sita na mesma paragem em que existe o atual Palácio, e de cuja casa ainda hoje mantêm o título a travessa, que o vulgo chama da Sé porque passa pela espalda deste templo.

Na ausência do Governador e Capitão General substituía-o na administração pública o Capitão-Mor da cidade, em que o mesmo General não assistia.

Em 1673 transferiu o Governador e Capitão General Pedro Cezar de Menezes a sua residência do Maranhão para a cidade de Belém, onde a continuarão os seus sucessores, menos Gomes Freire de Andrade: o que deu lugar ao decreto de 23 de março de 1688, que ordenou que o General Governador fizesse a residência no Maranhão como cabeça que era do Estado, e como se achava explícito no Regimento dado a Artur de Sá de Menezes. Depois do indicado decreto assistiram na cidade de São Luís todos os que sucessivamente tomarão as rédeas do governo do Estado ate o ano de 1737, no qual João de Abreu Castello Branco, por ordem da Corte assentou no Pará a sede do Governo Geral das duas Províncias.

Pelo Decreto de 11 de julho de 1757 se criou a Capitania do Rio Negro:[a] e se nomeou para ela um Governador particular subalter-

(a) Dou este nome por ser o que ao depois ficou subsistindo: por quanto o apontado Decreto estabelecendo esta Capitania deu-lhe o título de São José do Javari, e esta mesma denominação se expressou na patente passada ao primeiro Governador.

no do Governador e Capitão General do Estado do Pará. Criação provocada pelas informações sugestivas dadas ao Ministério de El-Rei pelo General Francisco Xavier, o qual tendo passado em 1754 a prevenir na fronteira do rio Negro os alojamentos e os víveres, que eram necessários para ali hospedar os Comissários de Sua Majestade Católica, e proceder com eles as demarcações na forma do Tratado de Limites em cumprimento dos despachos expedidos em 30 de abril de 1753 pelo Secretario de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos Thomé Joaquim da Costa, pelos quais fora nomeado Principal Comissário e Plenipotenciário para as Conferências das ditas demarcações, conheceu pela própria inspeção que sendo aquelas terras assaz remotas da cidade, e que havendo nelas diversas povoações, que davam esperanças de outra consistência, e que tendo na sua confinidade espanhóis inquietos e ambiciosos de novos estabelecimentos no país estranho, era muito conveniente e indispensável que ali se assentasse um Governo subalterno, que fazendo crescer a felicidade dos seus moradores pela ampliação do comércio, pudesse ao mesmo tempo comprimir com a sua presença aqueles suspeitosos e nocivos vizinhos, ou ocorrer mais prontamente a atalhar o progresso da entrada por qualquer parte, onde eles pretendessem fazer efetivo algum estabelecimento.

No ano de 1772 terminou o Governo Geral do Pará e Maranhão: as duas Províncias foram separadas, tendo cada uma seu Governador e Capitão General.

Durante o tempo decorrido de 1737 a 1823, andou a jurisdição administrativa da Província nas mãos de doze Governadores e Capitães Generais, de cuja cadeia formou o último anel o Conde de Vila Flor: houve no mesmo período duas Juntas de Governo Provisório segundo a Lei de 12 de dezembro de 1770 e duas Juntas Administrativas da Províncias instaladas na conformidade da Constituição Política de 1820.

Os governadores munidos de Patente Régia que teve o rio Negro até o ano de 1824, em que se converteu esta Província em simples Comarca, foram o Coronel Joaquim de Mello das Póvoas, que começou a governar em 7 de maio de 1756; o Coronel Joaquim Tinoco Valente; o Brigadeiro Manoel da Gama Lobo de Almada; o Coronel Engenheiro José Simões de Carvalho, que faleceu no lugar de Vila Nova

da Rainha de uma indigestão de ovos de tartaruga antes de tomar posse; o Chefe de Divisão José Joaquim Vitório da Costa; o Major Manoel Joaquim dos Passos; e o Coronel de Artilharia Antonio Luiz Pires Borralho, a quem a mudança do sistema político vedou ir tomar posse. Entre o 1º e o 2º governador houve três interinos: o Major Gabriel de Souza Filgueiras, o Coronel Nuno da Cunha Ataíde Varona e o Tenente-Coronel Valério Correa Botelho de Andrade; entre o 2º e o 3º um Governo Interino segundo a Lei de 12 de dezembro de 1770; e entre o 3º e o 5º um Governador Interino, o Tenente-Coronel José Antonio Salgado.

Os Governadores e Capitães Generais perceberam até o ano de 1749 o soldo de seis mil cruzados, dos quais vinham dois de Lisboa adiantados em efeitos. Depois do dito ano receberam os mesmos seis mil cruzados, todos em espécies cunhadas: e do ano de 1760 até 1790 tiveram o soldo de sete mil cruzados. Da última era em diante começaram a vencer quatro contos de reis, que lhes mandou dar a provisão do Régio Erário de 12 de fevereiro de 1790, ficando apagadas todas as propinas e emolumentos, que até ali faziam parte essencial da sua vivenda. E pelo Decreto de 14 de novembro de 1802, e provisão do erário de 15 de junho de 1803, passaram a perceber quinze mil cruzados.

O soldo dos Governadores do rio Negro nunca excedeu a quantia de dois contos de reis.

O Pará teve o título de Capitania nos dias do derradeiro dos três Filipes de Espanha, em cujas mãos esteve o cetro português, e de cuja insidiosa política durante doze lustros brotaram conseqüências fatais aos interesses e costumes dos portugueses como às ciências e artes, que entre eles se cultivavam.

Este título de capitania dado não só ao Pará todo, mas inda a algumas porções dele, como Caité, Cametá, Vigia, Cabo do Norte, Ilha Grande de Joannes, já se achava no Brasil desde que Dom João III, adotando o plano, conforme o qual se havia povoado as Ilhas da Madeira e dos Açores, dividira o meio-dia do Brasil até o rio da Prata em capitanias, e as doara aos fidalgos e a outros cidadãos beneméritos do Estado, com a obrigação de fazerem a despesa do transporte e estabelecimento de colonos. Ele assim o praticou não só por haver entendido que os marítimos assentos das possessões ultramarinas do novo continente haviam de importar exorbitantes somas à Real Fazenda, mas também por ter

visto a ineficiência das providências dadas tanto na provisão passada na Vila de Castro Verde a 20 de novembro de 1530, como na Carta Régia dirigida a Martim Afonso de Souza quando incumbido de examinar a costa do Sul do Brasil, e de estabelecer colônia naquela parte onde julgasse interessante. A cujo respeito nos mesmos diplomas se continha o distinto objeto de dar terras às pessoas, que quisessem povoar e cultivar, porém, nos termos das datas de sesmaria de Portugal segundo a ordenação do reino acerca dos concessionários.

Com a mesma denominação de capitania permaneceu o Pará no reinado de Dom João IV, não obstante este Rei ter elevado o Brasil em 1645 à categoria de principado, fazendo-o pertencer ao herdeiro presuntivo da Coroa; e só teve o título de província pelo diploma de 16 de dezembro de 1815, que investiu o Brasil na dignidade de reino depois da translação da Senhora Dona Maria Primeira com o seu augusto filho, o Príncipe Regente Dom João, e toda a sua real família para a cidade do Rio de Janeiro, em conseqüência da perfídia e aleivosa invasão do Exército Hispano-Francês, com que a desmedida ambição e a política em grau supremo imoral do Imperador dos franceses intentava transtornar para sempre a monarquia portuguesa.

As causas cíveis e crimes, que até o ano de 1660 eram pleiteadas perante o Ouvidor do Crime e Cível do Maranhão, no que os moradores do Pará não gozavam do privilégio de foro do seu domicílio, passaram a ter do dito ano para cá um ouvidor próprio, e uma Ouvidoria-Geral e Juízo dos Feitos e Execuções da Fazenda criada pela provisão do Conselho Ultramarino de 15 de abril de 1715, e alvará de 18 de outubro de 1760. O ouvidor teve o ordenado de seiscentos mil réis pela indicada provisão do Conselho Ultramarino, e a propina de cento e cinqüenta e um mil e duzentos réis por outra provisão do mesmo conselho, passada aos 16 de maio de 1742, cuja propina era paga pelo pesqueiro da Ilha Grande Joannes, e depois da extinção deste pesqueiro pelos cofres públicos; e teve mais a quantia de trezentos mil réis de ajuda de custo, por Carta Régia de 14 de agosto de 1779, para quando saísse em correição da comarca, e além dessa ajuda de custo na mesma ocasião se despendia o equivalente da ração quotidiana a cento e sessenta réis por dia, assim com o ministro como com os oficiais de Justiça e dois criados, e também o salário dos empregados nas canoas da Correição.

Percebia mais o ouvidor três por cento como Juiz dos Feitos e Execuções, deduzidos na forma do alvará de 18 de outubro de 1760, dos devedores tardios por execução no dito Juízo.

A Ouvidoria-Geral e Juízo dos Feitos e Execuções da Fazenda compunha-se de um escrivão, que vencia a propina de setenta e nove mil e duzentos réis; de um meirinho, que tinha igual propina; e de um solicitador do Juízo dos Feitos, que ganhava o ordenado de sessenta mil réis. O primeiro emprego foi criado por provisão do Conselho Ultramarino de 16 de maio de 1742; o segundo por provisão do mesmo conselho de 4 de maio de 1724; e o terceiro por provisão da Junta da Fazenda de 21 de maio de 1819.

O aumento que sucessivamente foi tendo a província em sua população e relações mercantis inculcou a necessidade de mais magistrados públicos; e por isso foram instituídos os lugares de letras seguintes: um juiz de fora da cidade pela Carta Régia de 5 de maio de 1753, dirigida ao Senado da Câmara da mesma cidade, a cujo magistrado a provisão do Conselho Ultramarino dava o ordenado anual de 400.000 réis; um ouvidor corregedor do rio Negro, que também devia servir de provedor da Fazenda, por decreto de 30 de junho de 1759, e provisão do Conselho Ultramarino de 2 de julho do dito ano, com o ordenado de seiscentos mil réis, e ajuda de custo de cento e sessenta e oito mil e quinhentos e setenta réis, pela referida provisão em consideração da falta de emolumentos, e aprovada por provisão do Régio Erário de 21 de março de 1780; o escrivão da Provedoria, que também servia de contador, tinha o ordenado de cento e trinta e três mil réis, que lhe mandou dar a provisão do Erário de 9 de julho de 1773, a qual autorizou o método de arrecadação, e os lugares criados pela Junta da Fazenda para a indicada Provedoria; o escriturário ajudante percebia o ordenado de cinqüenta mil réis, e o almoxarife dos armazéns, oitenta mil réis, ambos pela supramencionada provisão do Erário de 9 de julho de 1773; e finalmente um ouvidor da Ilha Grande de Joannes ou Marajó, pelo alvará de 17 de agosto de 1816, a cujo ouvidor se adjudicou no parágrafo segundo do dito alvará da criação desta Comarca o ordenado idêntico ao dos outros dois corregedores, e a Junta da Fazenda em portaria de 7 de julho de 1821 lhe outorgou a propina igual à do ouvidor da cidade, e a Junta do Governo Civil Provisório, fundando-se na Carta Régia de 14 de agosto

de 1779, lhe conferiu em portaria de 3 de agosto de 1821 para quando andasse em correição cento e cinqüenta mil réis de ajuda de custo, e as mesmas despesas com o escrivão, meirinho, criado, e índios remadores, especificadas na dita Carta Régia.

Por estas criações, de diferentes magistrados, que as circunstâncias dos tempos fizeram crer necessárias, se vê que a divisão civil e administrativa da província chegou a ser demarcada em duas comarcas e uma província subalterna, que eram a Comarca de Belém do Pará, e a do Marajó, e a Província do rio Negro, na qual havia um governador dependente do General do Pará, um ouvidor corregedor e uma Provedoria de Fazenda.

Além dos referidos magistrados públicos destinados a representar o soberano no exercício das gravíssimas funções do poder judicial, havia um outro Ministro denominado Superintendente-Geral das Colônias, Comércio e Agricultura, que vencia o ordenado ou mantimento de oitocentos mil réis. Este emprego foi estabelecido em 1707 para fiscalizar a polícia das povoações já assentadas, e das que de novo se plantassem, e para animar e dirigir no prático e no especulativo os cultivadores descaídos e atrasados, e propor os meios facilitantes da lavoura e do comércio interior. A extinção deste emprego efetuou-se em 1763, por haver mostrado a experiência que quase todos os homens, que vinham exercitá-lo, em vez de serem os tutelares e os diretores da agricultura e comércio, eram antes os seus maiores empecilhos, não só pelas suas imprudências e muitas vezes desacertos nos objetos do cargo, mas pelo fátuo capricho com que intentavam figurar independentes da jurisdição do Governador e Capitão General. Desta arte aqueles intendentes, não dando ao Regimento da sua instituição a indefectível e fidelíssima execução, constituíram frustrâneas as vistas do legislador. Fenômeno este da classe dos ordinários em uma grande parte dos executores das mais bem combinadas medidas, e das mais ajuizadas providências.

Todas as contendas judiciais tinham recurso ordinário em última instância à Casa da Suplicação de Lisboa; e depois da translação do trono para o Rio de Janeiro ao Tribunal da Relação da Cidade do Maranhão em virtude do Alvará com força de lei datado aos 13 de maio de 1812, que deu Regimento ao dito Tribunal. E para sentenças definitivas das causas crimes estava instituída pela Carta Régia de 28 de agosto de

1756 uma junta destinada a exercer em certos artigos a jurisdição privativa do Desembargo do Paço. Ela compunha-se do Governador e Capitão General, Presidente da mesma junta, do Ouvidor, do Juiz de Fora, e de quatro Jurisconsultos, e não os havendo de quatro vereadores do Senado da Câmara. A mesma Carta Régia autorizava os Governadores e Capitães Generais a convocar para esta Junta em casos urgentes outros Vogais além dos expressamente designados na dita Carta Régia para a decisão de negócios daquela repartição.

Aos Governadores e Capitães Generais tocava ter o cuidado de vigiar sobre a conduta dos Magistrados, e de adverti-los primeiro do que publicar contra eles demonstração alguma, e depois primeiro do que publicar ao Soberano os desatinos, em que eles se deslizassem, a fim de que a suprema e real Jurisdição desse as convenientes providências. Eles podiam suspender os Magistrados: mas não cabia na sua autoridade reintegrá-los, porque a expressa determinação da Carta Régia de 16 de setembro de 1779 fazia dependente de nova Mercê do Soberano essa reintegração. Em suma era muito recomendado que os Governadores deviam ter sempre em vista que para os povos respeitarem os executores das leis, e reconhecerem a fiel imparcialidade, com que se lhes distribuía a justiça, era necessário que se conservasse a independência dos julgados, e que houvesse a mais particular atenção em zelar a conduta dos Magistrados.

Quanto aos indianos aldeados, eles até o ano de 1755 eram sujeitos à administração temporal dos Regulares, e pela justíssima e imortal lei de 6 de junho do dito ano até 1798 foram regidos segundo os preceitos econômicos de um diretório, e deste ano até em diante considerados soltos de toda a direção alheia, e somente para mais facilidade de se contar com eles para o serviço público obrigados a uma organização de uns como Corpos Militares comandados por Mestres de Campo Brancos e compostos de Companhias com Oficiais também Brancos.

A arrecadação da Fazenda dos defuntos e ausentes, órfãos, Capelas, e Resíduos, fazia-se pelo mesmo regimento de 10 de dezembro de 1613, que regia esta matéria nas terras do estado do Brasil: um Provedor, um Escrivão, e um Tesoureiro, compunham a respectiva Provedoria. Depois da criação do lugar de Juiz de Fora ficou este sendo o Juiz dos órfãos, e o Provedor dos defuntos e ausentes, Capelas, e Resíduos.

Os negócios concernentes às Rendas e Despesas da Província eram antigamente tratados em uma Provedoria denominada dos Contos sujeita ao Conselho Ultramarino: esta Provedoria compunha-se de um Provedor, que também servia de Vedor da Tropa, e exercia jurisdição contenciosa segundo a Carta Régia de 5 de setembro de 1760, e de um Almoxarife, de um Contador dos Contos, de um Escrivão dos Contos, de um Escrivão da Fazenda, e de um Meirinho da Fazenda.

O Provedor vencia anualmente	350$000
O Escrivão da Fazenda	160$000
O Almoxarife	80$000
O Contador	80$000
O Escrivão dos Contos	50$000
O Meirinho da Fazenda	18$000

O Contador dos Contos também percebia por ano as propinas de vinte alqueires de sal, uma resma de papel, cento e quarenta Tainhas secas por mês, um cesto de Tainhas de moura, e vinte Aparús[(a)] de peixe de moquém por mês.

O Almoxarife tinha de propinas vinte alqueires de sal por ano, e cento e sessenta Tainhas secas e um cesto de Tainhas de moura mensalmente.

O Escrivão da Fazenda era subsidiado com as propinas de vinte alqueires de sal, e de uma resma de papel anualmente, e de um cesto de Tainhas de moura por mês.

As inveteradas desordens, que caracterizaram de péssima a Administração desta Provedoria, deram justo e veemente motivo para ser extinta e substituída como foi no dia 2 de janeiro de 1773 por uma Junta de Fazenda e uma respectiva Contadoria, criadas pela Carta Régia de 6 de julho de 1771.

O Corpo desta Junta constava do Governador e Capitão General como Presidente dela, e de um Escrivão da Receita e Despesa do Tesouro, de um Tesoureiro, de um Procurador da Coroa e Fazenda, do Ouvidor-Geral, do Juiz de Fora e do Intendente da Marinha e Armazéns Reais.

(a) Paneiros feitos de cipó chamado Timbo-assú.

O Escrivão Deputado tinha novecentos mil reis de ordinária anual pagos trimensalmente: o tesoureiro a ordinária anual de quinhentos mil reis pagos no mesmo estilo: e o Procurador da Coroa e Fazenda 240$000 reis, e a propina de 79$200, que lhe foi concedida pela Provisão do Conselho Ultramarino de 10 de fevereiro de 1733.

A Junta da Fazenda competia toda a jurisdição voluntária: e ao Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda pertencia a jurisdição contenciosa na forma das leis de 22 de dezembro de 1761: também tocava única e privativamente à mesa desta junta o meneio de todas as concernências da Administração, Arrecadação, e Distribuição da Fazenda e Fisco Real, observando tanto as leis, que regulavam a forma das entradas das rendas quer fossem de transações, quer dos subsídios, e da alfândega, contratos, arrendamentos, e outros reditos virtuais e efetivos, como as leis que prescreviam a formalidade, segundo a qual se deviam pagar pelo cofre todas as despesas do corpo político do estado a que eram aplicados os rendimentos.

A mesma Junta pertencia verificar o saldo dos balanços, e das tabelas anuais com o saldo deduzido dos Livros da Receita e Despesa do Tesouro, asa no Cofre existia tudo conforme a resulta aritmética dos balanços coligidos dos Livros.

Nos balanços entravam muito especificadamente as Rendas e Despesas, que tinham entrada e saída pela Caixa.

E nas Tabelas expandia-se a Receita e Despesa, declarando-se resumidamente quanto a Receita com distinção de cada um dos seus artigos a importância anual da mesma Receita, a soma do que entrou por cada artigo naquele ano, e o que ficou em dívida de cada um assim cobrável como em execução, ou sólida; e quanto a despesa o orçamento da importância anual de cada artigo distintamente, o que se dispendeu ou pagou no dito ano por cada artigo, e o que efetivamente se ficou devendo. É nesta tabela das reduções da conta geral que se costumava adicionar observações proveitosas ou para o melhoramento da Receita, ou para suprimir qualquer despesa inútil, ou finalmente para a mais fácil e suave arrecadação.

A Contadoria compunha-se de um Contador, de um Primeiro Escriturário, de seis Segundos Escriturários, de quatro Amanuenses, de saia Praticantes, de um Porteiro da Junta da Fazenda, de um Contínuo da mesma, e de um Moço, que também servia de Correio.

O Contador tinha a ordinária anual de	450$000
O Primeiro Escriturário	300$000
Cada um dos seis Segundos Escriturários	180$000
Cada um dos quatro Amanuenses	144$000
Cada um dos seis Praticantes	120$000
O Porteiro	180$000
O Contínuo	80$000
O Moço	80$000

N.B. – O Contador percebia a propina de 79$200 réis, que antigamente pertencia ao Contador dos Contos por Provisão de 10 de fevereiro de 1733.

Estes empregos conforme o Regimento da sua instituição eram destinados à pronta expedição dos negócios pertencentes ao expediente da Contadoria, e à escrituração das Contas da Fazenda debaixo das ordens do Contador.

A escrituração e formulas de contabilidade nesta Contadoria eram as mercantis por Partidas dobradas: cuja escrituração sem dúvida é a mais isenta de erros e subterfúgios, e a mais breve para menear cabedais.

Todos os que ocupavam ofícios, empregos ou cargos cívis ajuramentados, prestavam juramento de bem servir: isto é, juravam de desempenharem exata e fielmente as especiais atribuições reguladas nos regimentos dos ofícios, empregos ou cargos, que exerciam.

Passemos agora à indicar a composição de outras repartições da Administração e Arrecadação da Fazenda, e vários ramos da força pública, com a menção dos ordenados respectivos aos indivíduos, que deviam exercer os empregos designados para cada uma das mesmas repartições subordinadas à autoridade administrativa.

ALFÂNDEGA

Pessoal deste estabelecimento

Um Juiz do econômico, que anualmente tinha de retribuição ordinária	200$000
Um Administrador	400$000
Um Escrivão da Mesa grande com a gratificação anual de	40$000

Um Selador, que percebia os emolumentos de 10 réis por cada Selo.

Um Escrivão da abertura, que vencia anualmente 40$000 réis de gratificação, e 60$000 de ordenado: tudo .... 100$000

Um Feitor .... 60$000

Um Escrivão da Balança .... 60$000

Um Escrivão da Entrada .... 60$000

Um Fiel da Balança .... 60$000

Um Tesoureiro .... 300$000

Um Meirinho .... 18$000

Oito Guardas do Número: cada um com o ordenado anual de .... 60$000

Um Olheiro .... 80$000

Dezesseis guardas supranumerários, que percebiam 600 réis de emolumentos diários a bordo dos navios na forma da Lei.

Um Guarda-mor.

A mesa da Alfândega foi estabelecida por Ordem Régia de 19 de junho de 1720: tendo sido ereta a Casa da alfândega em junho de 1653.

O Juiz do Econômico foi criado por determinação do supremo Congresso Português, e deu se lhe os emolumentos aprovados pela Provisão do Régio Erário de 8 de novembro de 1779, que até à época da criação deste lugar pertenciam ao Juiz de Fora e da Alfândega.

O Escrivão da Mesa grande também servia de Escrivão da receita do tesoureiro da alfândega: ele além da gratificação acima indicada tinha 130 réis por cada despacho, que lançava de entrada e de saída, e 7$040 réis pelas quatro visitas dos navios, a de entrada e descarga, a de pronto a receber, e pronto a partir, tudo permitido pela Provisão do Erário de 8 de novembro de 1779.

O Escrivão da abertura percebia das partes 60 réis de emolumentos de cada despacho.

O Feitor tinha 60 réis de emolumentos pelo trabalho de extrair os bilhetes.

O Escrivão da balança tinha mais 120 réis de emolumentos de cada despacho de peso.

O Escrivão da entrada recebia mais 200 réis de cada lanchada de descarga a exemplo da alfândega do Maranhão.

O Fiel da Balança tinha das Partes dez réis de emolumentos pelo trabalho de por a Arruela nos volumes, em que é prática se por.

O Meirinho tinha a propina de 151$200 réis: ele segundo a provisão do Conselho Ultramarino servia cumulativamente de Porteiro, e por isso lhe pertencia 160 réis de emolumentos por cada capa de fardo dados pelas partes: e por Assento da Junto da Fazenda de 30 de junho de 1778 ficou percebendo pelas quatro visitas dos navios 5$280, cujo Assento foi autorizado pela Provisão de 8 de novembro de 1779. A propina supradeclarada era paga pelas rendas do Pesqueiro da Ilha Grande de Joannes na forma estabelecida pela Provisão de 11 de agosto de 1758.

Cada um dos Guardas do Número ganhava mais 600 réis por dia quando empregado a bordo dos navios que entravam no porto, e 320 réis pelas conferências dos embarques fora de casa de ver o peso, onde também serviam alternos.

O Guarda-mor vencia emolumentos iguais aos que se davam ao Guarda-mor da alfândega da Cidade do Maranhão: e eram 6$400 de cada embarcação, e 1$200 por cada embarque de fazenda em qualquer navio, em que era reexportada.

INTENDÊNCIA DA MARINHA

Denominação dos empregados

Intendente da Marinha e Armazéns Reais, que vencia de ordenado anual pagos a quartéis na mesma folha da Junta da Fazenda como Ministro dela	800$000
Escrivão da Intendência	300$000
Apontador dos obreiros de terra	200$900
Apontador dos obreiros do mar	100$000
Porteiro, que servia também de Correio	80$000

O lugar de Intendente foi estabelecido em 5 de janeiro de 1773 pela Junta da Fazenda regulando-se para isso pelo Alvará de 3 de março de 1770, que criou um para o Arsenal naval da Bahia; e nomeou a

mesma Junta para este lugar o Provedor que havia sido da Fazenda Real, anexando-lhe o cargo de Vedor da Tropa com o mesmo ordenado e propina, que antes vencia o dito Provedor. Este estabelecimento foi aprovado em Provisão de 8 de julho de 1773, declarando-se na mesma provisão que assim se conservasse até sua Majestade Fidelíssima dar a outra providência.

A Mesa da Intendência da Marinha foi criada pela Carta Régia de 6 de outubro de 1797.

O Escrivão da Intendência também servia de Escrivão da Vedoria geral das Tropas, como havia servido o Escrivão da Fazenda e Provedoria antiga: não tinha por isso gratificação ou estipêndio algum, mas sim recebia de emolumentos pelo registro das Patentes dos Oficiais indistintamente 960 reis de cada um.

Os apontadores de terra e mar foram estabelecidos por acordo da Junta da Fazenda em 17 de março de 1798.

ARMAZENS

Dos Materiais, dos Mantimentos, e das Munições

Um almoxarife, que tinha anualmente	400$000
Um escrivão das madeiras	240$000
Um dito dos mantimentos	240$000
Um dito dos generos	240$000
Um comprador	200$000
Três fiéis: cada um	150$000

O governo destes armazens, que antigamente era do Provedor da Fazenda Real, pertência ao Intendente da Marinha na conformidade da disposição do Alvará de 3 de março de 1770 ampliado por outro igual Diploma de 12 de agosto de 1797.

NB – O Escrivão da primeira classe recebia mais 50$000 réis de gratificação que a Junta da Fazenda por seu despacho de 22 de setembro de 1827 estabeleceu em compensação do acréscimo de trabalho de acompanhar a polvora pública, e a dos particulares para os armazéns

do Depósito no sítio do Aurá, e de fazer a escrituração separada da terceira classe.

ARSENAL NAVAL

Seus Empregados

Um Capelão com o ordenado anual de.	180$000
Um Pagador de terra e mar	300$000
Um Patrõ-mor	600$000
Um Guarda-Portão	80$000
Um Construtor	876$000
Um Contra-Mestre.	192$000
Um dito de Carpinteiros de machado	344$000
Um Mestre de Calafates	344$000
Um dito Polieiro.	287$000
Um. dito Ferreiro	287$000
Doze Oficiais de Ferreiro: cada um	157$000
Vinte Oficiais de Polieiro: cada um.	143$000
Cento e vinte Oficiais de Mancebos e Aprendizes de Carpinteiro: cada um	157$000
Dez Serradores: cada um	91$000
Seis Tanoeiros: cada um.	143$000
Cinqüenta Serventes para o serviço do Arsenal, e Embarcações: cada um	68$000
Um Patrão da Galeóta	120$000
Oito Marinheiros da primeira classe: cada um	120$000
Seis ditos da segunda classe: cada um	96$000
Seis Grumetes da primeira classe: cada um	57$000
Quatro Mandadores de Carpinteiro de machado: cada um.	287$000
Dois ditos de Calafate: cada um	287$000
Trinta Oficiais de Mancebos, e Aprendizes de Calafate: cada um.	172$000

O Capelão foi estabelecido por Decreto de 7 de março de 1811, e Aviso do Ministro da Marinha de 23 de julho de 1818.

O Pagador por Acordo da Junta da Fazenda de 17 de março de 1798.

O Patrão-Mor por Decreto de 25 de janeiro de 1803.

O Guarda-Portão por Provisão da Junta da Fazenda de 18 de abril de l798.

O Construtor por Nomeação do Infante Almirante Dom Pedro Carlos de 9 de maio de 1809.

O Contra-Mestre por Provisão da Junta da Fazenda de 7 de junho de 1819.

O Contra-Mestre dos Carpinteiros de machado por Nomeação da Junta da Fazenda de 8 de outubro de 1817.

O Mestre de Calafates por Nomeação do Ministro da Marinha de 7 de fevereiro de 1821.

O Contra-Mestre dos Calafates: o Mestre Polieiro: o Mestre Ferreiro: os doze Oficiais de Ferreiro: os vinte Oficiais de Polieiro: os cento e vinte Oficiais de Mancebos e Aprendizes de Carpinteiro de machado: os dez Serradores: os seis Tanoeiros: os cinqüenta Serventes do Arsenal e das embarcações: o Patrão da Galeóta: os oito Marinheiros da primeira classe: os seis Marinheiros da segunda classe: os seis Grumetes da primeira classe: os quatro Mandadores de Carpinteiro de machado: os dois Mandadores da Calafate: e os trinta Oficiais dos Mancebos e Aprendizes de Calafate: todos pela Carta Régia de 8 de julho de 1771.

Para o serviço de polícia do Arsenal existia dentro do seu recinto uma Companhia de Pedestres criada à vista da permissão expressa na Carta Régia de 12 de maio de 1798.

HOSPITAL MILITAR

Pessoal d'este estabelecimento

Um Regente, que vencia anualmente . . . . 216$000
Um Capelão . . . . 60$000

Um Almoxarife . . . . 240$000
Um Escrivão. . . . . 160$000
Um Fiel. . . . . 80$000
Um Comprador
Um Ajudante do Comprador
Um Físico-mor
Um Médico substituto
Um Cirurgião-mor . . . . 250$000
Um Boticário . . . . 240$000
Dez Enfermeiros
Um Cozinheiro

O Regente do Hospital foi criado pela Junta da Fazenda em seu acordo de 19 de abril de 1806.

O Capelão sobre o ordenado, que fica expresso, tinha a gratificação de 146$000, réis, Esta Capelânia foi instituída por Carta Régia de 9 de dezembro de 1814.

O Almoxarife foi criado por Provisão do Conselho Ultramarino de 11 de junho de 1751.

O Comprador ganhava 160 réis de salário diário, e 80 réis de ração quotidiano.

O Ajudante do Comprador tinha 120 réis por dia, e 80 réis de ração.

O Físico-mor foi concedido por Carta Régia de 30 de maio de 1753: o seu mantimento de 500$000 réis anuais erão pagos pela Câmara da Cidade do rendimento do meio real de carne verde, que ela arrecadava em virtude da Provisão do Concelho Ultramarino de 11 de julho de 1751 para o dito fim.

O Médico substituto foi dado por Carta Régia de 18 de agosto de 1800: ele vencia 300$000 réis por ano pagos na mesma forma, por que o era o precedente.

O Boticário além do seu ordenado tinha de gratificação 146$000 réis.

Cada um dos dez Enfermeiros vencia 300 réis diários e 80 réis de ração.

O Cozinheiro tinha vencimentos idênticos aos do Comprador.

SECRETARIA DO GOVERNO

Seus Empregados

Secretário com o mantimento anual de.	480$000
Oficial-maior	240$000
Segundo Oficial	240$000
Terceiro Oficial	140$000
Dois Amanuenses: cada um	160$000
Dois Moços Correios: cada um.	150$000

Este pessoal, de que se compõem a Secretaria do Governo da Provincia, foi estabelecido pelas Cartas Régias de 2 de outubro de 1800, e de 26 de outubro de 1818, exceto o número dos Moços Correios, o qual foi dado pela Junta Provisória do Governo Civil instituída por Decreto de 27 de setembro de 1821.

A Secretaria foi criada por Decreto de 9 de abril do 1688, e Regimento da mesma data, que marcava emolumentos ao secretário sem lhe designar ordenado algum pela Real Fazenda: depois teve nova composição por Carta Régia de 30 de janeiro de 1703, cuja composição era de um Secretário que vencia o ordenado de 240$000 réis, e 30$000 réis de aposentadoria, e de dois oficiais, primeiro e segundo, vencendo cada um o mantimento de 120$000 réis.

Antes da época da criação da secretaria, o secretário era da nomeação do Governador e Capitão General, a cuja família ficava pertencendo como feitura sua, e por isso não tinha assento quando ao pé dele secretariava. Depois da indicada época houve o Governador Artur de Sá de Menezes, que compeliu a fazer o mesmo, o Secretário de Nomeação Régia: e sobre isto se fez representação, à qual ocorreu Provisão de 17 de abril de 1691, que declarou que os secretários nomeados por El-Rei tivessem assento em cadeira rasa no despacho e negócios do Governo, e que não fossem tratados como até então, pois que se devia considerar neles maior autoridade e preeminências.

O Secretário vencia pela Real Fazenda 300$000 reis, de aposentadoria além do supramencionado ordenado de 480$000 réis, o qual

lhe havia sido arbitrado depois de abolido o Diretório das Povoações Indianas pela Carta Régia de 12 de maio de 1798 em consideração a que por esta supressão lhe ficava igualmente invalidada a pensão de 60$000 réis, que recebia da Tesouraria geral dos Índios, em retribuição de ser o Procurador deles: emprego que se achava criado desde, 1748 para solicitar as causas da liberdade, e tudo o mais a bem e proveito dos mesmos.

CORREIO GERAL

Oficiais encarregados da arrecadação e
distribuição das cartas confiadas à fé do Correio Geral

Administrador, que vencia por ano	150$000
Escrivão	120$000

Este estabelecimento foi criado pelo Alvará de 20 de janeiro de 1796, e provisão do Erário de 5 de março do mesmo ano, para facilidade e segurança da comunicação mercantil, e correspondências amigáveis.

TREM DE ARTILHERIA

Pessoal deste estabelecimento

Diretor com a gratificação anual de	240$000
Um Oficial encarregado da guarda das armas e instrumentos bélicos com a gratificação de	146$000
Escrivão	120$000
Fiel	146$000
Sargento do Trem	129$000

Este Trem foi fundado por Portaria de 17 de novembro de l806, do Governador e Capitão General na conformidade da Carta Régia de 26 de abril de 1803 da criação do Corpo de Artilharia, e segundo o Plano do Trem de Lagos de 15 de Junho de 1795 e Decreto da mesma data.

O Diretor vencia além do soldo da sua Patente a gratificação referida, que lhe era dada pela indicada Carta Régia.

O Oficial encarregado da guarda dos efeitos Militares tinha a gratificação mencionada em retribuição do seu trabalho, e para assim se

poupar à despesa de um ordenado para o Almoxarife, que se deixou de nomear.

O Escrivão foi nomeado pelo Governo interino em 13 de maio de 1817: e por despacho da Junta da Fazenda em 22 de dezembro de 1821 lhe foi designada à gratificação acima descrita.

O Fiel foi estabelecido por Portaria de 17 de novembro de 1806 do governador e capitão-general. Este lugar e de escrivão foram criados na forma do Planto do Trem de Lagos supramencionado.

O Sargento do Trem segundo o primeiro parágrafo do dito Plano vencia de saldo 94$900 réis, e de Etape 27$375, e de farinha de munição 7$300, o que tudo adicionava a quantia, que fica expressada.

CORPO MILITAR

O Corpo Militar do Pará na metade do século décimo sétimo compunha-se de quatro Companhias avulsas de Infantaria assoldada: e em 1711 as multiplicou o Governador e Capitão General Cristóvão da Costa Freire criando uma Companhia de Artilharia, que o Ministério Português reputou legítima. Os indivíduos, que compunham estas Companhias na conformidade da estatuída organização, eram 40 na classe de soldados, 4 na de cabos de esquadra, 2 na de sargentos, 2 na de tambores e na de oficiais um capitão e um alferes.

No mesmo tempo se organizou um Corpo de Ordenanças conforme as bases do sistema, que El-Rei Dom Sebastião adotara quando pretendeu dar à Nação portuguesa uma Constituição Militar: este Corpo composto de seis companhias, das quais uma se chamava da Nobreza por distinção para os filhos e netos dos cidadãos, era submetido ao mando de um coronel, que tinha um sargento-mor seu imediato.

Além dos oficiais das cinco companhias assoladas haviam oficiais entretidos, oficiais de guarda-costa, oficiais de nomeação dos generais governadores, e oficiais denominados engenheiros, que eram incumbidos das fortificações, e como tais obrigados a dar conta do estado delas, declarar o que faltava por fazer, que obras seriam necessárias, e o custo delas. Tanto os entretidos, como os da nomeação dos governadores, eram empregados em serviços acidentais, e no comando das fortalezas, onde permaneciam à vontade dos mesmos governadores, ou até

que se apresentasse algum oficial encarregado por El-Rei do mesmo comando.

O dito Corpo de Infantaria passou depois a ser composto de sete Companhias com as duas, que em 1712 por ordem da Corte vieram remetidas de Pernambuco pelo Governador e Capitão General Dom Fernando Martins Mascarenhas, sendo a sexta de Artilharia, e a sétima destinada como a presídio da pessoa do General. Estas Companhias nunca tiveram a determinada força orgânica: e mesmo sofreram decremento tal que se viram reduzidas ao número de 232 homens, e destes existiam 96 de guarnição movediça nas fortalezas, e 136 presentes em armas para todo o serviço.

No armamento destas tropas introduziu-se em 1709 o uso das espingardas de trinta alarmes, e foram abolidas as armas de mecha, e mosquetes, que até então manejavam.

O saldo era pago pelo cofre do almoxarifado, onde entravam os rendimentos dos dízimos, que foram aplicados para esta e outras despesas: e o Pão de munição pagava-se em tainhas do Pesqueiro da Ilha grande de Joannes, dando-se duas por dia a cada Soldado. Quanto a Fardamento, este era provido conforme os meios descritos na provisão de 4 de abril de 1739 do Conselho Ultramarino, que autorizou o Governador e Capitão General para vedar aos moradores a entrada nos rios Curiaú, Piritua, Carapanatuba e Arauari da Costa de Macapá, todos abundosos de vários produtos naturais, mormente de cacau, a fim de que aos ditos rios pudessem ir todos os anos duas ou três canoas com soldados para trazerem daquele território defeso as drogas úteis dos seus matos, das quais se tomaria conta, e os lucros provenientes da sua venda se despenderiam no fardamento da tropa.

Tal era o pé de tropa do Pará, e tais os meios da administração econômica militar, desde longo tempo até ao ano de 1750, no qual o Governador e Capitão General Francisco Pedro Gorjão teve ordem da Corte para levar as ditas companhias avulsas à composição e formatura de regimento como em Portugal. Porém, aquele governador não executou este régio mandado; e na sua réplica ponderou a El-Rei, por intervenção do Ministro de Estado da Repartição, que as companhias dos regimentos em Portugal tinham tenentes, e as do Para só se compunham de capitão e alferes, e que os mesmos regimentos tinham três oficiais su-

periores, um ajudante, um cirurgião e um capelão; e como a adoção de todos estes postos exigia satisfação dos respectivos soldos, e os reditos, que entravam no almoxarifado, consistindo unicamente nos dízimos, que eram deputados para o pagamento dos soldos, salários, e côngruas anuais, eles não eram suficientes para estas novas despesas, pois tinham já tantas aplicações que não podiam contentá-las.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado reproduziu a este respeito as mesmas notas do seu predecessor, e foi então que em Lisboa levantaram de novo dois regimentos de infantaria, que entraram na cidade do Pará no dia 19 de julho de 1753, um com a denominação de Regimento da Cidade, e o outro com a de Regimento de Macapá, porque era destinado a guarnecer a Praça de Macapá, que ia ser edificada, e a dar destacamentos para a fronteira do rio Negro, do rio Branco e do rio Solimões.

O soldo e fardamento destes dois corpos vinham de Lisboa; e esta remessa cessou em 1775 por já haverem rendas locais, que podiam alimentar esta despesa.

Em 1802 o Ministério Português, considerando nas disposições do governo Francês pouca compatibilidade com a permanência do seu antigo sistema político, e, por conseqüência, que era preciso de antemão fazer as prevenções, que a sua prudência lhe indicava como indispensáveis para a segurança dos limites do Pará e da colônia de Cayena, mandou expedir do Rio de Janeiro para a cidade do Pará o regimento de infantaria denominado de Extremoz, e com ele ficou acrescentada a Força Armada da Província.

No fim do ano subseqüente incorporou-se a esta guarnição um corpo de artilharia, o qual na conformidade da Carta Régia da sua criação, datada de 26 de abril do mesmo ano, compunha-se de quatro companhias, e de um estado-maior, cuja total força numérica era de 300 homens. Antes do aparecimento deste corpo os soldados dos regimentos de infantaria exerciam as funções da mais ordinária parte prática do serviço desta Arma, assim no parque como nas baterias. A sua criação foi solicitada pelo Governador Dom Francisco de Sousa Coutinho, e era muito necessária.

Em 1818 se criou um esquadrão de cavalaria, do qual era o primeiro comandante o Governador e Capitão General da Província.

Desta arma já em 1774 se havia formado uma guarda do Governador chamada Piquete, que se compunha de dois oficiais, cinco oficiais inferiores, e vinte soldados, os quais todos eram praças dos regimentos de infantaria. Esta guarda eqüestre, organizada sem ordem régia, foi dissolvida em 1791 pelo Governador Dom Francisco de Sousa Coutinho, à vista do aviso de 25 de agosto de 1782, e sub-rogada por outra composta de milicianos, porém, que teve efêmera existência, pois o General seu criador a desmanchou pouco antes de entregar ao sucessor o bastão.

O imperfeito sistema dos terços auxiliares de infantaria, e o de cavalaria de Macapá, que haviam sido organizados em 1752 e em 1761, passou em 1801 na forma do alvará de 1º de setembro de 1800 a ser convertido em uma organização regular intimamente conexa com a constituição militar da tropa de linha. Em virtude desta nova organização os ditos terços foram denominados Regimentos das Milícias, e formados de homens compreendidos na idade de dezoito a quarenta anos, que, não tendo emprego público incompatível com este serviço, possuíam a disposição necessária para ele; e que por serem casados, por excederem a idade de trinta anos, ou por algum privilégio estavam isentos do serviço da tropa da primeira linha.

Os fins da criação das milícias eram o reforço da tropa regular, e como estes corpos milicianos não podiam estar em atividade permanente sem disturbar toda a ordem municipal, econômica e civil dos distritos, a que pertencessem, o legislador lhe regulou o tempo das suas reuniões regulares e metódicas, tanto para facilitar a sua instrução como para apresentar-se em revistas e inspeções, e que quando fossem obrigados a operar ativamente receberiam o soldo igual ao da tropa regular.

Os oficiais dos corpos desta natureza eram escolhidos entre os habitantes de qualquer modo abastados, à exceção do major e do ajudante, que voluntariamente saíam da primeira linha para a segunda; e eram estes dois oficiais especialmente incumbidos da disciplina dos seus respectivos corpos.

Quase coetânea com a nova organização das milícias, e posterior à extinção do Terço Auxiliar de Cavalaria de Macapá, foi a criação da Legião Miliciana da Ilha Grande de Joannes, tendo sido estabelecido antes dela em 1798 nove corpos de ligeiros com o fim de conservar em

alguma sujeição e ordem a disponibilidade dos indianos, que acabavam de ser desprendidos do governo econômico do Diretório anulado pela Carta Régia de 12 de maio do referido ano. Com este estabelecimento dos ligeiros o General Governador julgou supérfluo o Corpo das Ordenanças e por isso o desfez, passando muitos dos indivíduos, que o compunham, para os novos corpos.

Tanto da primeira linha como da segunda, eis a repartição dos seus corpos. Na capital da Província a Guarnição dela constava de três regimentos de infantaria, numerados de um a três, segundo a Lei de 19 de maio de 1806; de um corpo de artilharia, de um esquadrão de cavalaria, de dois regimentos de infantaria de milícias, de duas companhias de milicianos artilheiros subordinadas ao Comandante do Corpo de Artilharia de Linha, e de um Corpo de ligeiros.

Fora da mesma capital havia o Terceiro Regimento de Infantaria de Milícias na Vila de Camutá; o Quarto Regimento da mesma classe tinha as suas Companhias disseminadas pelas Vilas de Macapá, Gurupá, Mazagão, Monte-Alegre e Santarém; a Legião Miliciana composta de artilharia volante, de cavalaria, e de infantaria na Ilha Grande de Joannes; e dos seis corpos de ligeiros, o primeiro na Vila da Vigia, o segundo na Vila de Camutá, o terceiro na Ilha Grande de Joannes, o quarto nas Vilas de Porte, e Melgaço, o quinto na Vila de Gurupá, e o sexto na Vila de Santarém. E, finalment, três corpos no rio Negro, um de milícias e dois de ligeiros.

As tropas de primeira linha tiveram sucessivamente os mesmos soldos, que foram regulados para o Exército de Portugal pelos regulamentos de 15 de novembro de 1707, e de 18 de fevereiro de 1763, e de 16 de dezembro de 1790; todas as vantagens da última regulação foram melhoradas pelo decreto de 22 de abril de 1821, que estabeleceu novos soldos e etapas para os oficiais, oficiais inferiores, e mais praças do Exército do Brasil.

Basta o que fica referido quanto ao antigo decrépito sistema adulterado por inumeráveis e inveterados abusos, que se lhe introduziram, e que por isso concitaram a reforma legítima da pública administração, e o melhoramento da ordem política. Passemos ao objeto do Título seguinte.

FORMA ATUAL DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA E CIVIL

Depois da tornada do Senhor Dom João VI, no dia 26 de abril de 1821 para a cidade de Lisboa dois meses posteriores ao ato deste Monarca ter acedido a nova ordem política, que estabeleceram os Regeneradores de Portugal já constituídos em Corpo Representativo Nacional; e de ter mandado pelo seu Real Decreto de 24 de fevereiro do indicado ano prestar juramento de obediência às bases da Constituição, em que trabalhavam as Cortes Gerais, Extraordinárias, e Constituintes da Monarquia congregadas em Lisboa, bem como a Constituição que sobre eles havia de ser fundada por aqueles cidadãos encarregados de tão augusta tarefa, era tal a crise dos interesses do Brasil e tais as fases dos sucessos políticos que o Senhor Dom Pedro, Príncipe Real e Regente deste Reino, viu-se demovido a entoar o grito da Liberdade Brasileira, que foi escutado com sinais espontâneos de satisfação e alegria além de toda a exageração, e a apartar da sujeição de Portugal esta importantíssima Parte da grande Península Americana Meridional, constituindo-a em um Império dando-lhe independente, e dando-lhe um sistema Brasílico acomodado às luzes do século, e conveniente à urgência das circunstâncias; de cuja existência política e firme e constante seguro o Tratado de Reconhecimento do mesmo Império de 29 de agosto de 1825 ajustado pela Mediação de sua Majestade Britânica entre Sua Majestade Imperial e sua Majestade Fidelíssima, ratificado pelo Senhor Dom Pedro Primeiro no dia imediato, e mandado observar por Decreto de 10 de abril de 1826.

Apareceu nesta Província a Constituição Política do Império do Brasil, e logo a promessa de obedecer-lhe, e respeitá-la, foi vigorisada pela Santidade do Juramento, que a tornou sagrada. Os paraenses não podiam deixar de a reconhecer e jurar cheios de júbilo e penetrados do respeito devido a um ato tão venerando, vendo que ela seria assaz robusta para melhorar a condição moral e política da Nação brasileira, manter a sua independência, e perpetuar a sua felicidade; em suma que ela seria o paladio dos três preciosíssimos bens quais a liberdade cordata e nobre, a segurança, e a propriedade titulada, cuja maior estabilidade possível e o objeto capital das Leis Constitucionais. Por esta Constituição pois foi considerada simples comarca a Província do Rio Negro; e por isso a divisão civil e administrativa da província do Pará compreen-

de atualmente três comarcas as quais são a de Belém do Pará, a de Marajó, e a do Rio Negro. Delas falaremos adiante sucessivamente.

O posto culminante da ordem administrativa da Província é o Presidente, o qual pela Carta de Lei de 20 de outubro de 1823 tem a continência militar dos antigos governadores e capitães-generais, e o salário anual de oito mil cruzados pagos a quartéis na folha da repartição do Ministério ao Império. Pertence ao Imperador a escolha e designação da pessoa, em cujas mãos deve depositar-se a autoridade superior incumbida de exercer todos os atos da administração do Governo político da Província. Deste exercício o mesmo Imperador o pode afastar quando convenha ao bem do serviço do Estado.

Há um Conselho do Presidente composto de seis homens eleitos pela mesma forma, por que se elegem os Deputados do Congresso Nacional Legislativo. Este Conselho celebra anualmente uma sessão ordinária de dois meses ou de três sendo preciso; fora desta sessão anual o Presidente da Província ocorrendo circunstâncias melindrosas ou casos extremos, que careçam de consulta, pode convocar alguns destes Conselheiros para assim obter mais probabilidade de acertar na direção dos negócios públicos da maneira mais conveniente à geral felicidade.

Qualquer dos membros deste Senado Consultivo é responsável quando em conseqüência do seu voto propalado em sessão o Presidente se arredar da carreira legítima da administração pública, ou se derivar detrimento para terceiro.

Cada um destes consultores vence 192$000 réis nos sessenta dias que dura a sua congregação.

O Secretário deste Conselho, mas sem aí exercer sufrágio, e o Secretário do exercício do Poder Executivo da Província cujo emprego é também da escolha e designação do Imperador, e permanece enquanto ele o julga conveniente.

Os negócios acerca dos quais se faz necessária a presença do Conselho, e nos quais ele tem juízo deliberativo, e o Presidente o de qualidade; bem como os negócios, que não exigem a cooperação do mesmo Conselho, e nos quais ele sufraga consultivamente, acham-se especificados na Carta de Lei de 20 de outubro de 1823, que é a de criação dos Presidentes das Províncias do Império.

Há também outro Conselho denominado Conselho Geral da Província composto de vinte e um cidadãos escolhidos na mesma conjuntura, e da mesma maneira por que o são os representantes da generalidade dos membros do Estado. Os seus atributos legais consistem na proposição, discussão, e deliberação sobre os negócios mais interessantes da Província, formando projetos peculiares, e acomodados a sua situação física e urgências.

Este Conselho congrega-se anualmente: e a celebração das suas sessões dura dois meses ou três se nesta dilatação concerta a máxima parte do mesmo Conselho.

No dia primeiro de dezembro da instalação anual do Conselho Geral o Presidente da Província assiste a ela junto do Presidente do mesmo Conselho, e à sua direita em assento igual; e então instrui o Conselho Geral do estado da administração pública, e das prudentes e discretas medidas, que a Província necessita para ter as vantagens proporcionadas ao acerto da combinação das medidas, que o dito Conselho deve discutir.

O Presidente da Província, o Secretario, e o Comandante das Armas, não podem ser eleitos membros do Conselho Provincial.

Tudo o mais que concerne à norma das sessões, ao teor de votar, à polícia, e à nomeação dos empregados no serviço do Conselho, está prescrito na Carta de Lei de 27 de agosto de 1828.

Os empregados no serviço deste Conselho são um porteiro, um oficial do expediente, registro, e guarda dos livros da secretaria, e dois ajudantes da Casa do Conselho.

O porteiro ganha 24$000 réis de ordenado permanente pela provisão do Presidente da Província de 19 de novembro de 1829 em observância do Título 7º do artigo 91 da Carta de Lei de 27 de agosto de 1828, devendo cumprir as obrigações descritas no artigo 92 da referida Carta de Lei.

O Oficial do expediente vence a gratificação de 30$000 por mês durante o tempo de sessão. Cada um dos ajudantes tem a gratificação mensal de 15$000 réis no tempo da atividade do Conselho.

Na capital da Província, e em cada uma das suas vilas, há uma Câmara Municipal, à qual compete o governo econômico e posturas po-

liciais dentro dos naturais limites assinalados à sua jurisdição territorial sem a mais leve mescla de jurisdição contenciosa. A Câmara Municipal da metrópole da Província é composta de nove vereadores; e a das vilas de sete. Eles são eleitos em Assembléias Paroquiais na forma das instruções autorizadas pelo decreto datado do primeiro de dezembro de 1828. O Presidente destas câmaras é um dos vereadores que se distinguir entre eles pela maioria de votos. É da competência das Comarcas Municipais nomear o seu secretário, um procurador, um porteiro, um ou mais fiscais e seus suplentes cujos empregados servem quatro anos, período marcado para o exercício das funções dos vereadores. Tudo quanto diz respeito às obrigações destes empregados, às funções municipais, às posturas de polícia e aplicação das rendas do Conselho, acha-se estatuído pela Carta de Lei do primeiro de outubro de 1828.

O Poder Judicial compõe-se de juízes, e de jurados, assim no civil como no criminal. Esta instituição criada pelas leis constitutivas da sociedade tem leis particulares, que a regulam; e para o procedimento jurídico cumpre-lhe observar as leis a este respeito emanadas da Assembléia Geral, e sancionadas pelo Imperador.

Para começo dos processos há um juiz da paz, e um seu suplente em cada freguesia. Estes Magistrados Municipais, que nos fazem recordar os Avindores criados por El-Rei Dom Manoel no seu Regimento de 20 de janeiro de 1519, são eleitos pelo mesmo tempo e matéria, por que se elegem os vereadores das Câmaras Municipais; e os atributos de tais Magistrados estão designados nas Cartas de Lei de 15 de outubro de 1827, e de 8 de junho de 1831.

Os Juízes de Direito são os Magistrados públicos, que ficam apontados no lugar que trata do antigo governo; e acrescendo o Juiz de Fora da Vila de Camutá que foi criado por imediata resolução de 29 de novembro de 1824, e por Carta Imperial de 19 de janeiro de 1825 com ordenado igual ao do Juiz de Fora da cidade.

Os recursos forenses tocam privativamente à jurisdição da Relação do Maranhão.

Para julgar das causas da liberdade da imprensa há um Conselho de sessenta juízes de fato, cuja congregação só tem lugar havendo causas a ajuizar, ou quando extraordinariamente o Promotor do Juízo entende comprometida a segurança do Estado. O Juiz de Direito é

quem por editais designa o dia em que deve congregar-se o júri. A Lei da Liberdade da Imprensa e o Decreto de 12 de novembro de 1828 dão a norma ao procedimento deste Conselho.

Quanto à administração, arrecadação, distribuição, contabilidade e fiscalização de todas as rendas públicas da Província, tudo deve ser feito por uma tesouraria criada pela Lei de 4 de outubro de 1831, cuja lei ainda não teve observância nesta Província porque se não tem concluído o exame do estado da atual arrecadação e distribuição das suas respectivas rendas nacionais segundo está prescrito na mesma lei.

Esta tesouraria, que é subordinada ao Tribunal do Tesouro Público Nacional, compõe-se de um Inspetor da Fazenda, de um Contador, e de um Procurador Fiscal e tem uma Contadoria, uma Tesouraria, e uma Secretaria.

O Inspetor da Fazenda é o Chefe da Tesouraria da Província: ele despacha diariamente os negócios do expediente. O Contador, e o Procurador Fiscal, assistem ao despacho, tendo somente voto consultivo. Eles são responsáveis pelos seus pareceres, que forem contrários às leis, ou contra os interesses da Fazenda, de terceiro se forem manifestamente dolorosos.

Pertence ao Inspetor da Fazenda a fiscalização da arrecadação, administração, distribuição, e contabilidade das Rendas da Província; compete-lhe a prática das deliberações do Tribunal do Tesouro, a inspeção de todas as Administrações, Recebedorias, e Pagadorias das rendas públicas da Província, e dar ao Presidente em Conselho o Balanço da Receita e Despesa do ano findo, e o orçamento do ano futuro, e o mesmo ao Conselho Geral da Província até o dia 6 de dezembro, devendo também ministrar ao mesmo Conselho as dilucidações, que ele julgar necessárias.

O Contador da Fazenda debaixo da direção do Inspetor é quem regula na Contadoria o trabalho da escrituração e compatibilidade das rendas públicas da Província, tendo por base a escrituração mercantil por partidas dobradas, e toma conta a todos os administradores, contadores, exatores e distribuidores das mesmas rendas, quaisquer que sejam as suas denominações.

Toca ao Contador fazer passar as quitações, que se derem às estações, ou indivíduos, subscrevendo-as depois de examinadas; fazer escriturar pelo oficial-maior o Diário, e o Livro Mestre e determinar os livros auxiliares, que forem precisos para facilitar a escrituração do mesmo Diário.

O Procurador Fiscal é o membro da Tesouraria da Província que interpõe o seu juízo por escrito sobre todos os negócios da tesouraria, que versarem sobre objetos de comprimento de lei: pertence-lhe promover o contencioso da Fazenda Publica, fiscalizando as execuções dela, indicando os meios legais para compelir os devedores tardios, e representar a negligência dos juízes encarregados das mesmas execuções, e propor todas as medidas que entender necessárias para o melhoramento da administração, arrecadação, distribuição e fiscalização das rendas públicas.

O Tesoureiro da Fazenda é o Guarda do cofre da Tesouraria da Província: ele cuida debaixo da direção do Inspetor da Fazenda de receber, guardar e distribuir todas as rendas públicas, que forem arrecadadas na Província e apresenta ao Inspetor da Fazenda nos dois primeiros dias de cada semana o Balancete do Cofre da semana precedente, e o de cada mês autenticado com os competentes conhecimentos em forma e assinados por ele, e pelo primeiro escriturário, que lhe serve de escrivão.

A Secretaria é a repartição por onde o Inspetor da Fazenda faz expedir suas resoluções e ordens. Além do expediente a seu cargo compete-lhe igualmente a expedição dos Títulos, ou Diplomas dos empregados da Fazenda da Província, a escrituração das condições dos contratos e administrações de rendas nacionais, e seus respectivos alvarás de corrente. O número de livros necessários para a escrituração é determinado pelo Inspetor da Fazenda.

A correspondência da Tesouraria da Província com o Tribunal do Tesouro, a deste com aquela, faz-se pelo intermédio do Presidente da Província, o qual pode fazer as observações que julgar convenientes.

Todas as disposições do Alvará de 26 de junho de 1808 nos Títulos 3º 4º 5º 7º e 8º fazem parte integrante desta lei em tudo que por ela não fica revogado.

Na correspondência oficial, requerimentos, e mais papéis, que forem à Tesouraria, tem o Inspetor da Fazenda o tratamento de Senhoria, se outro maior lhe não competir.

REPARTIÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA

Esta repartição consta do mesmo numero de empregados que se acham descritos debaixo de igual título na parte que trata da forma antiga da administração econômica e civil; e só há a notar que atualmente o porteiro percebe desde junho de 1832 ordenado de 300$000 réis.

Mesa das diversas rendas e consulado

Um administrador com o ordenado de.	800$000
Um escrivão	640$000
Um tesoureiro	560$000
Quatro escriturários: cada um	480$000
Dois amanuenses: cada um	400$000
Quatro guardas: cada um.	240$000
Oito agentes: cada um	120$000

Há também um patrão do Escaler do Consulado que vence 400 réis diários: e quatro Marinheiros, dos quais cada um ganha uma pataca por dia.

Esta mesa das diversas rendas e consulado foi criada por decreto e instruções de 4 de fevereiro de 1823, e estabelecida no Pará por Provisão do Tesouro Público de 22 de janeiro de 1831.

Os Reditos desta Mesa no ano de 1832 somaram 109:290$482 réis.

Mesa da Estiva

Um administrador com o salário anual de	600$000
Um escrivão	500$000
Dois feitores: cada um	400$000
Quatro guardas: cada um.	180$000

Esta Mesa foi estabelecida por decreto de 31 de março de 1821: e principiou o expediente do seu despacho em 18 de outubro de 1828.

Os emolumentos dos despachos, que se fazem por esta Mesa, são pagos nas Repartições da Alfândega a que eles competem na forma expressada na respectiva lei.

Os feitores e os guardas, pagam novos direitos na conformidade do Regimento da Chancelaria e percebem somente o ordenado.

CORREIO GERAL

Um administrador com salário anual	400$000
Um ajudante do dito	300$000
Um praticante e porteiro simultaneamente............	200$000
Um correio..................................	146$000

Esta organização é conforme o decreto de 11 de julho de 1831.

ARSENAL DE GUERRA

Diretor	$
Ajudante do diretor	$
Almoxarife	$
Escrivão	$
Escriturário.................................	$
Amanuense..................................	$
Fiel	$
Apontador	$
Porteiro....................................	$
Ajudante do porteiro	$
Cinco guardas dos armazéns......................	$
Pedagogo dos aprendizes menores..................	$

Para estes lugares, exceto o diretor e seu ajudante, foram nomeados os empregados na escrituração da Intendência da Marinha e Armazéns extintos pela Carta de Lei de 15 de novembro de 1831 com os mesmos salários que ali venciam até que o Supremo Congresso Nacional aprove os que foram designados pelo Presidente em Conselho.

Vejam-se esses salários nas ditas repartições no antigo governo.

O diretor e o seu ajudante vencem o soldo das suas patentes e a gratificação de segunda classe conforme a tabela do decreto de 28 de março de 1825.

O Arsenal de Guerra foi criado por decreto de 21 de fevereiro de 1832 e Regulamento da mesma data para a sua administração geral. O estabelecimento deste arsenal principiou nesta província no primeiro de julho do mesmo ano reformando-se o antigo Trem de Artilharia.

Pelo dito regulamento pertence ao diretor a administração geral do arsenal, sendo sujeito ao presidente da província, cujas ordens faz executar; e nada pode dar ou franquear para fora do arsenal sem ordem por escrito do mesmo presidente.

Ao ajudante do diretor toca particularmente a direção das oficinas, a educação dos menores, substituir o diretor no seu impedimento, e outras mais obrigações descritas no regulamento.

O arsenal deve constar de cinco armazéns: o primeiro de artilharia, e seus pertences; o segundo do armamento de infantaria e cavalaria; o terceiro do equipamento geral; o quarto, de matérias-primas; e o quinto de objetos manufaturados.

As oficinas são vinte e uma, e estas divididas em sete classes: a 1ª consta de carpinteiros de construção de reparos de máquinas; de carpinteiros de obra branca; de torneiros; e tanoeiros; a 2ª de coronheiros: a 3ª de ferreiros, serralheiros e espingardeiros; a 4ª de latoeiros, instrumentistas, e funileiros; a 5ª de corrieiros, seleiros, e sapateiros; a 6ª de alfaiates, bandeireiros, e barraqueiros; e a 7ª de pintores, escultores, desenhadores e gravadores.

Esta é a classificação e organização das oficinas, que a lei estatuiu tanto para o Arsenal de Guerra da Corte do Rio de Janeiro como para os Arsenais de Guerra das Províncias designadas na mesma lei. Porém, atualmente no arsenal desta província não operam todas as oficinas acima indicadas porque se não acham estabelecidas segundo a urgência que delas há.

Pelo mesmo regulamento deve haver dentro do recinto do arsenal um certo número de menores fixado pela presidência da província

à vista da consignação decretada para as despesas destes menores e do número e importância das suas oficinas.

Os expostos, os órfãos indigentes e os filhos de pais que apenas têm os meios absolutamente precisos para acudir as suas necessidades reais e as da sua família, são os únicos a quem o regulamento concede hospício para serem educados na qualidade de aprendizes do arsenal de guerra.

O pedagogo tem a seu cargo debaixo da inspeção do ajudante do diretor a educação moral, e arranjos domésticos dos menores; cuida da comida, lavagem da roupa, e mais objetos indispensáveis, e para este fim deve morar na mesma casa onde eles se acharem alojados.

A pedagogia compreende o ensino das primeiras letras pelo método lancasteriano, e o desenho; e depois de instituídos em uma e outra coisa os menores devem ser aplicados a qualquer arte ou mister para que tenham natural inclinação com gênio e desejo de aproveitar.

Todos os utensílios, e mais objetos necessários, bem como pedras, papel, tinta, penas, lápis, réguas, exemplares, tabuadas, livros, &. são fornecidos à custa da caixa do arsenal.

ARSENAL NAVAL

Diretor com o soldo da sua Patente	$
Escriturário das oficinas que vence	150$000
Patrão-mor	$
Construtor	$
Apontador	$
Guarda-portão	$
Mestre	$
Contramestre	$
Serventes	$
Contramestre e marinheiros	$
Patrão da Galeota	$
Marinheiros da 1ª e 2ª classe	$
Grumetes que servem de remeiros	$

O diretor foi estabelecido pelo decreto de 27 de março de 1832, que suprimiu a Intendência da Marinha e Armazéns, e que orde-

nou que os trabalhos do arsenal se façam debaixo da direção de um oficial do Corpo de Marinha Imperial nomeado pelo presidente da província, e de modo que tanto no material como na mão-de- obra se não despenda quantia que transcenda a de dois contos de réis.

O escriturário das oficinas foi criado pelo presidente da província em 5 de julho de 1832.

Todos os mais empregos faziam parte integrante dos que compunham este ramo da força pública no antigo governo; e os seus respectivos salários são os mesmos de então.

A Companhia de Pedestres, que fazia o respectivo serviço policial, foi abolida pela portaria do presidente da província dirigida à Junta da Fazenda em data de 30 de junho de 1832; e pelo ofício do mesmo Presidente com igual data ao comandante da referida companhia.

Quanto aos armazéns suprimidos pelo decreto acima indicado a Junta da Fazenda no dia 18 de julho de 1832 acordou nomear um comissário e um escriturário para o expediente do provimento dos efeitos necessários às diversas repartições, cujo provimento só pode ser efetuado pelo dito comissário, recebendo ele ordem explícita subscrita pelo escrivão deputado da mesma junta, ao qual dali em diante pertence interinamente o despacho deste estabelecimento provisório.

Foram também extintas as três fábricas de madeira, que eram a de Monte Alegre, estabelecida em 27 de junho de 1799, a do rio Ubá, estabelecida em 21 de maio de 1828, e a do rio Moju estabelecida em 17 de maio de 1830.

Neste arsenal desde o ano de 1761, em que ele foi fundado, até o de 1821 se acrescentou aos vasos da Real Armada uma Nau de 74, cinco Fragatas de 44, quatro charruas, quatro brigues, e doze chalupas artilheiras; e no de 1826 se começou a construção de uma fragata, que ainda se conserva envasadura.

PAGADORIA DAS TROPAS

Um pagador . . . . 300$000
Um escriturário . . . . 200$000

Esta Pagadoria foi estabelecida por Decreto de 10 de abril de 1832.

O pagador é sujeito ao presidente da província, ao qual ele se dirige em todos os casos, em que na Corte do Império o deve fazer o Diretor do respectivo Arsenal de Guerra ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, segundo se acha especificado no Regulamento da Pagadoria das Tropas da Corte e Província do Rio de Janeiro, por cujo Regulamento se deve reger o Pagador das Tropas do Pará em tudo o que toca ao pagamento, expediente, e mais obrigações no dito regulamento enunciadas.

Por intermédio do presidente da província recebe esta Pagadoria as ordens do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, ao qual ela é subordinada.

O escriturário entra na formatura da pagadoria conforme o artigo 3º do Regulamento, que assim o estatui para as Guarnições compostas de dois Corpos de Tropas do Exército. O mesmo artigo também prescreve que haja mais de um escriturário por cada dois corpos que acrescerem.

O pagador recebe pessoalmente da Junta da Fazenda, ou da Tesouraria Geral quando esteja organizada, o dinheiro, com que ele deve fazer o pagamento das tropas, e despesas militares.

HOSPITAL REGIMENTAL

Um ajudante	$
Um amanuense com a gratificação mensal de	6$000
Um cirurgião-mor além do soldo a gratificação de	25$000
Dois ajudantes do dito: cada um com a gratificação mensal de	30$000
Um médico consultante com a gratificação mensal de . .	40$000
Enfermeiros: cada um com a gratificação diária de	$100
Cozinheiro e uma partida de faxina	$

O agente é um oficial subalterno escolhido à pluralidade de votos pelo Conselho Administrativo do Batalhão que estabeleceu o alvará de 12 de março de 1810; e tem de gratificação a dispensa de todo o

serviço durante o tempo da agência hospitaleira, a qual é de três meses para cada nomeado. As compras das dietas, o reparo e lavagem da roupa, a limpeza e desinfecção das enfermarias e outros mais objetos necessários, são feitas pelo agente; e para isso ele recebe do Conselho de Administração o dinheiro preciso. A arrecadação, fornecimento e distribuição desses gêneros, estão debaixo da sua responsabilidade, e imediata inspeção; e o modo da sua entrega diária também se acha explícito no Regulamento do Hospital, assim como todas as outras suas obrigações.

O amanuense é um oficial inferior nomeado pelo Comandante do Batalhão. Além do mapa diário das dietas, e da escrituração nos livros do hospital, tem a obrigação de acompanhar os facultativos durante as suas visitas, e deve vigiar os enfermeiros, e fiscalizar a cozinha e governo dos empregados nela, e ter a seu cargo tudo o mais que lhe atribui o Regulamento do Hospital.

O médico consultante só vai ao hospital quando é convocado pelo cirurgião-mor, o qual o deve chamar todas as vezes que ocorrerem casos graves. Para o serviço de um até dois hospitais a lei concede um medico consultante; e quando existe mais de um hospital regimental deve haver um professor hábil para a prática das grandes operações nomeado pelo Governo com o titulo de diretor dos hospitais regimentais, cuja inspeção lhe é marcada no Regulamento, e por ela tem a gratificação mensal de sessenta mil réis.

O capelão é um de qualquer batalhão que o cirurgião do dia convocar oficialmente.

Os enfermeiros são escolhidos na classe dos soldados pelo Comandante do Batalhão. O número deles é de um para cada quinze doentes e as suas obrigações estão especificadas no Regulamento do Hospital.

O cozinheiro e a partida de faxina, são extraídos dos soldados pelo Comandante do Batalhão. A partida de faxina é destinada à condução de água e de mantimentos e de outros objetos relativos ao serviço externo do hospital.

O Hospital Regimental foi estatuído por decreto de 17 de fevereiro de 1832, que aboliu os hospitales militares, e deu regulamento na mesma data para este novo estabelecimento.

Para as despesas da cura dos doentes se estabeleceu que entrasse no cofre do Conselho Administrativo do Batalhão os vencimentos de Pret e Etape pertencentes às diversasp, que precisassem de cura.

Os oficiais podem curar-se neste hospital; e nesse caso perdem metade do soldo. O fornecimento dos remédios é feito pelo boticário que o tenha arrematado em hasta celebrada perante um conselho extraordinário composto do comandante das armas, dos comandantes dos corpos, do diretor dos hospitais regimentais e dos cirurgiões-mores.

SECRETARIA DO GOVERNO DA PROVÍNCIA

Compõe-se esta Repartição de pessoas em número idêntico ao que existia no tempo do antigo sistema político; os ordenados individuais são também os mesmos exceto o Secretário, que pela Carta de Lei de 20 de outubro de 1823 passou a ter o mantimento de 1:400$000 réis.

CORPO MILITAR

A Força Militar da Primeira Linha, que ultimamente havia no antigo regime político e civil do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, reduziu-se em 1827 à composição de dois Batalhões de Caçadores distintos pelos números 24 e 25, e de um Batalhão de Artilharia de Posição assinalado com o número 12; tudo na conformidade do decreto de 1º de dezembro de 1824, que estabelecera a nova organização do Exército do Brasil.

Atualmente (1833) a Força Armada é composta de dois Batalhões, um de Caçadores abalizado com o número 16, e o outro de Artilharia de Posição distinto pelo número 5, cuja força orgânica foi acrescentada passando de quatro a oito Companhias a fim de poder dar destacamentos para as Províncias do Maranhão e do Piauí.

A este Batalhão de Artilharia está adida uma Companhia de Artífices com exercício no Arsenal de Guerra: e presentemente ela tem um número de praças por extremo inferior ao da sua lotação determinada pela Lei de 24 de novembro de 1830 da fixação das forças de terra.

Há mais uma Companhia de Guardas Municipais Permanentes composta de cem homens, número insuficiente para quando medidas de precaução exijam fecundar a cidade de dia e de noite com patrulhas.

Há também um Batalhão de Guardas Nacionais, tanto na cidade como nas vilas, regulado segundo a força numérica da população local; o da cidade consta de oito companhias, quatro no seio da mesma cidade, e quatro dentro do seu termo.

Os guardas municipais permanentes foram criados pelo decreto de 22 de outubro de 1831; e os guardas nacionais pela lei de 18 de agosto do mesmo ano, e decreto de 25 de outubro da 1832, que trata de renovar ou alterar o que se achava prescrito ao mesmo respeito naquela lei.

Com a criação destes guardas nacionais ficaram invalidados e supervacâneos todos os regimentos de milícias da província.

O governo da Força Armada circunscrito à disciplina e regime econômico da tropa é confiado pela Carta de Lei de 20 de outubro de 1823 a um Oficial General ou Superior, que então se determina Comandante das Armas. E pelas Instruções de 8 de abril de 1826 lhe foram especificados os limites da sua jurisdição. A este oficial pelo decreto de 17 de fevereiro de 1825 compete além do soldo da sua patente, cavalgaduras, e mais vencimentos a ela relativos, e a gratificação mensal de duzentos mil réis; porém, pela Lei de Orçamento de 15 de novembro de 1831 se lhe agorentou esta gratificação, convertendo-a na quantia da oitenta mil réis, e dando-lhe quatro cavalgaduras, uma e outra coisa estabelecidas para o Comando de Brigada pela tabela mandada observar pelo decreto de 28 de março de 1825.

Para o conhecimento e decisão dos delitos cometidos pela Força Armada, e processados e julgados nos Conselhos da Guerra estabelecidos pelos capítulos X, do Regulamento de Infantaria, e II, do Regulamento de Cavalaria, de 18 de fevereiro de l763, e regulada a sua prática pelo critério do Alvará de 4 de setembro de 1765, há uma junta de justiça estabelecida pela Carta Régia de 29 de novembro de 1806. Esta junta forma-se do Presidente da Província, de três Magistrados, ou na sua falta de três Jurisconsultos, ou na falta destes de três Vereadores da Câmara Municipal, e de três Oficiais de maior Patente da capital com exclusão do Comandante das Armas e dos Oficiais que compuseram o

Conselho de Guerra. A Sentença desta junta é dada à execução sem mais recurso algum de revista do procedimento jurídico criminal e do respectivo juízo legal.

SUCINTO BOSQUEJO HISTÓRICO DO CORPO MILITAR DO PARÁ

Vários períodos da História do País manifestam clara e evidentemente que a Força Armada do Pará sempre na guerra soube cortar grossíssimos louros de valentia.

Os franceses, os holandeses e os ingleses, que ora uns ora outros em diversos tempos ensaiaram plantar colônias, guarnecendo as margens do Amazonas e algumas ilhas do arquipélago da sua foz com Fortalezas e Casas Fortes, que lhes segurassem a posse do território, e a corrente do rio correspondente ao mesmo território para facilidade de seu recíproco socorro, e para abrigo das suas feitorias em caso de ataque, confiados igualmente na cooperação mecânica dos índios do Cabo do Norte e da Costa boreal da Ilha grande de Joannes, nunca puderam reduzir a efeito as suas vistas ambiciosas porque o destemido arrojo do soldado paraense, a quem nenhum vulto de perigo descorçoa, lá ia fracassar as suas fortalezas e as suas casas reforçadas, e pôr em desbarato e logo em fuga desentoada os seus navios, cujo grande porte não acanhava o ânimo da tropa posto que embarcada em canoas ligeiras, as quais nesses tempos antigos eram as Escunas ou Brigues mais azados para todos os movimentos e operações por água.

Os oficiais militares dessa época sabiam bem o modo, porque podiam servir-se da força das extraordinárias defesas, que a natureza liberaliza a este País; neles luzia para a resistência o verdadeiro sistema de operações adaptadas aos princípios gerais da Topografia e extensão dos meios da Província; e como a sua máxima era ser a presteza quem acondicionava o surtir das empresas, por isso as suas disposições de guerra foram sempre coroadas de êxito feliz.

Este mesmo espírito militar desferido debaixo de um considerável grão de energia por aqueles antigos soldados, que rociaram as esbranquiçadas espadas do Amazonas com o seu valente sangue que impávidos verteram despedindo da vida a numerosos inimigos até aqueles

mesmos, que se emborcavam nas ondas para fugir nadando, também se patenteou fora do horizonte da Província duas vezes igualmente esforçado; e desta arte as Tropas Paraenses figurando com egrégia fortaleza no teatro da guerra constituíram-se dignas de ocupar a mais gloriosa plana nos fastos da sua Província. A primeira prova de valor em combates acerrimamente pelejados além do âmbito da Província, foi no ano de 1642 quando marcharam a auxiliar os moradores da cidade de São Luís do Maranhão, que debaixo do mando de Antonio Teixeira de Mello reunião muito ferrenha briga com o Governador holandês Pedro Político para desassombrar o território da presença dos seus pérfidos invasores e quebrar os afrontosos ferros em que gemiam cruelmente atados. E a segunda foi produzida na invasão da Colônia Francesa de Caiena validamente presidiada; a qual viu-se ocupada depois de padecer o brio dos ataques, que reduziram e co-angustaram os franceses à necessidade de renderem com efusão de sangue as asas Baterias mais dignas do seu desvelo para disputar a irrupção pelas entradas do continente, que dirigiam à capital da Colônia; da qual efetivamente as tropas paraenses se apoderaram no dia 14 de janeiro de 1809 tendo sido assinada a Capitulação no dia 12 do referido mês e ano.

A disciplina da Força Armada do Pará, que foi a mesma que em 1661 o gênio militar do Marechal Schomberg havia infundido no Exército Português, e a mesma que depois fora estabelecida pelo Regimento de 20 de fevereiro de 1708, caiu em langor e declinação progressiva assim no intervalo, que mediou entre os referidos anos, como no intervalo volvido entre 1708 e 1753: então se viu o refugo da República alistado para a defesa do estado; as deserções freqüentes; nenhum temor das Leis Militares contrastar o ânimo de tais soldados; os Comandantes sem meios de sustentar a sua autoridade; e os Oficiais inábeis, uns por sua idade provecta, outros porque a deterioração da saúde os fizera sair do indispensável grau de atividade, outros cuja idoneidade consistia em terem feito despesa em reparos e construção de fortalezas para exercerem os postos por tais requisitos conferidos, e outros finalmente por se ocuparem em misteres desconformes da profissão militar, em cujo número houveram dois alferes, um que era alfaiate e outro ferreiro, os quais ultimamente pediram a sua exclusão do serviço.

No fim do segundo dos apontados intervalos a presença dos dois Regimentos de Infantaria levantados de novo na cidade de Lisboa para formarem a guarnição regular do Pará mudou inteiramente a face da lastimosa situação de uma tropa de debilitada em força, composta de Oficiais sem instrução, e de Soldados sem disciplina, sem roupa, e sem armas suficientes. A estes dois Regimentos foram adunados os oficiais Inferiores, e Soldados, que das relíquias ainda subsistentes das Companhias avulsas se devia aproveitar e habituar de novo os exercícios militares segundo o seu estado de vigor e atividade: e os Oficias foram contemplados na presença de exatas informações, a que mandou proceder o Monarca, sobre os seus préstimos, serviços, e antiguidades, para a numerosa promoção, que abrangeu a Oficialidade Européia e americana e que se publicou em 12 de janeiro de 1754.

Era de esperar que a disciplina chegasse a estabelecer-se com sólida firmeza se os chefes destes Regimentos, que eram Oficiais dignos não fossem tão brevemente desviados do Comando para irem governar o Maranhão, e Ceará, e o Piauí. Ainda bem não tinham os ditos Regimentos um ano de estada já o Brigadeiro Gonçalo Pereira Lobato, Chefe do Regimento denominado da cidade, se viu destinado a ir, como foi, governar a província do Maranhão.

Desta curta permanência dos primeiros chefes e oficiais superiores no governo dos mencionados Regimentos resultou entibiar-se pouco a pouco a disciplina, e introduzirem-se na sua constituição interna quase as mesmas alterações essenciais, que haviam reduzido em tempos antigos as companhias avulsas ao estado de não poderem ser o instrumento da defesa da Província. Um tanto atalhou o progresso desta decadência a ordem do Gabinete dirigida em 1773 ao Governador e Capitão General João Pereira Caldas para dar à execução o Regulamento de 18 de fevereiro de 1763, que fora dado em Portugal para o exercício e disciplina dos Regimentos do Exército então submetido ao mando do Marechal General Conde de Lippe, o qual acabava de mudar inteiramente a Constituição Militar Portuguesa pela adoção dos princípios da Constituição Prussiana, cujo Regulamento resumido era aquele que o indicado General do Pará recebera para o fazer praticar.

A observância da lei e norma deste Regulamento não esteve muito tempo isenta de negligências, e de introduções abusivas em prejuí-

zo e perturbação da disciplina. E dos dois Regulamentos o intitulado de Macapá mais atrasamento padeceu em sua instrução durante o diuturno espaço de tempo que residiu destacado na vila de Chaves com o pretexto dali poder guarnecer mais prontamente quaisquer pontos da foz do Amazonas em caso de urgente conjectura. Essas negligências pois e introduções abusivas tiveram tal força que nem ainda depois da aparição do Regimento denominado de Estremoz expedido do Rio de Janeiro em princípio de 1803 foi possível com este ótimo exemplário de disciplina melhorar o exercício e a instrução do Regimento, que guarnecia a cidade.

A isto ocorreu o Ministério Português mandando o Brigadeiro Jerônimo José Nogueira de Andrade com o título de Comandante das Tropas para nesta qualidade exercitar os Corpos do seu Comando, e promover a instrução dos oficiais seus subordinados, e ter vigilância e cuidado na conservação das fortalezas, armas, munições, e mais apetrechos de guerra.

O Governador e Capitão General José Narciso de Magalhães de Menezes, que pouco depois sucedeu na administração da Província ao Conde dos Arcos, com o qual aquele Brigadeiro viera de Lisboa, cooperou acérrimo para erigir sobre tantas ruínas, que caracterizavam o triunfo da negligência, o verdadeiro método de servir, instituindo as Tropas na Arte Militar. Então se viu emendar radicalmente os defeitos admitidos e predominantes, e estabelecer-se o legítimo pé dos diversos corpos, os quais progressivamente se foram animando do melhor espírito militar, sendo ao mesmo tempo providos do necessário, e adiantando-se tanto a instrução nos princípios fundamentais das evoluções e no manejo das armas, que as manobras eram executadas com a devida precisão e celeridade, e por este estado de instrução e agilidade, que tanto os subsidiou na invasão de Caiena, adquiriram a glória de poderem ser considerados dignos de ombrear com as melhores Tropas da Europa.

Os mesmos Regimentos de Milícias chegaram a estar a par dos Regimentos de Primeira Linha tanto em perícia, como em disciplina.

Foi então, (1808) que também o Corpo de Artilharia de Linha teve o seu Campo de Instrução, onde recebeu lições sobre o uso prático de artilharia pesada, que guarnece as baterias de Sítio, de Praça, e de Costa; sobre as manobras de Baterias de Campanha; sobre as Manobras de Força; sobre o modo de conduzir, embarcar, colocar, vestir, atracar,

desatracar, cavalgar e descavalgar; e sobre a Teoria prática da Balística em todas as circunstâncias ordinárias, que na guerra se apresentam, para que se constituísse percuciente; isto é, para que ela fosse nos seus tiros furiosamente certeira sem lentidão ou grande intervalo de uns a outros. É este o objeto especial do seu uso; e é só assim que ela deixando de ser um espantalho fatal aos que a arrastam pode ser considerada a primeira Arma de um Exército, e como tal decidir a luta decretóriamente. Foi neste sentido que disse o Conde de Maistre,

Au moindre interêt qui divise
Ces foudroyantes majestés,
Bellone porte la reponse,
Et toujours le salpêtre annonce
Leurs meutniéres volontés.

O soldado paraense além de sofrer sem murmurar os mais assíduos trabalhos, os sóis ardentes, e as impetuosas chuvas, possui ainda duas preciosas qualidades, que caracterizam um excelente guerreiro, a frugalidade, e a submissão cega e material. A primeira facilita a mobilidade das forças ativas, não exigindo grande aprovisionamento de munições de boca, que de ordinário embaraça a celeridade das Tropas destinadas a operações longínquas: e a segunda concorre muito para o bom efeito dos planos de campanha, em cuja execução a História da Guerra nos diz que muitos Oficiais distintos pela extensão do seu gênio militar viram transtornado o seu projeto pela falência desta submissão no momento mais oportuno, em que eles tiveram a possibilidade de executar as disposições relativas ao seu plano.

Ainda que se não deva amar a guerra porque ela considerada à luz de uma filosofia desassombrada de preocupações é merecedora de toda a detestação, com tudo como o estado político e moral de todos os povos do globo, que habitamos, não augura a possibilidade deles existirem para todo o sempre naquela situação plácida e fausta, em que o célebre Francisco de Voltaire diz[a] que estivera a Europa depois da paz de Aix-la Chapelle feita em 1748 até o ano de 1758, deve-se ter a atenção e

(a) Siecle de Louis XV. Cap. 31.

respeito com os homens, que se consagram ou são chamados para o exercício das Armas. Cidadãos, que por uma profissão particular protegem as propriedades, a honra e as próprias vidas dos seus concidadãos; isto é, que expõem a sua vida a defesa externa, e no apoio da ordem interna da sua nação, merecem distinções e honras, e não abatimento e desprezo; porquanto desses dois objetos, a que eles são dedicados pelo Governo, dependem a conservação, a prosperidade, e o aumento da sociedade civil.

Não basta pois afetar que se não despreza o militar; deve-se-lhe mostrar que bem longe de aviltá-lo, e degradá-lo das honras, que lhe concedem as Novas Ordenanças, e mais Regulamentos, há pelo contrário com ele toda a consideração e zelo. É do grau de estima que cada Governo dá à Força Armada que se deriva o seu apreço público. E não se julgue que sem exército permanente regulado segundo a opinião geralmente adotada entre as nações cultas se possa fazer jogo vantajoso com as relações políticas e mercantis dos outros povos da Terra; relações que não cessam de concitar colisão de interesses entre todos eles. José II, de Alemanha quando lhe indicaram a demolição de todas as Praças de Guerra e Fortalezas do seu Império porque a conservação delas exigia muita avultada despesa respondeu: "Quando às outras Nações praticarem o que acabo de ouvir, eu sem hesitação as imitarei". E nós à semelhança da maneira de pensar deste Imperador diremos que quando todas as nações polidas mantêm Tropas regulares é imprudência indesculpável não fazermos o mesmo.

ESPECIFICAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES GENERANTES DOS CABEDAIS DA PROVÍNCIA

O nutrimento do Cofre da Tesouraria da Província dimana das seguintes instituições produtoras das rendas atuais.

1ª As miunças e os dízimos dos gêneros de exportação cuja administração foi regulada pela Carta Ministerial expedida ao Provedor da Fazenda em 22 de agosto de 1758, e pelas Provisões do Erário de 25 de novembro de 1778, e de 28 de julho de 1783, e Assento da Junta da Fazenda de 20 de dezembro de 1791, que foi aprovado pela Provisão do Erário de 16 de janeiro de 1793, e de 6 de setembro de 1803, e depois

pela Carta Régia de 28 de julho de 1808, e ultimamente pela Provisão do Tesouro Nacional de 6 de agosto de 1825.

2ª O dízimo e quatro por cento do gado *vacum,* e *cavalar*: cuja arrecadação foi estabelecida pela Provisão do Conselho Ultramarino de 2 de junho de 1728, e pelo Termo de 4 de maio de 1757, no qual os criadores se obrigaram de seu próprio movimento sem outra alguma consideração mais que a da sua vontade a pagar quatro por cento para se utilizarem do gado chamado "do vento" nos arrebanhamentos gerais.

3ª Os direitos de quinze por cento da Alfândega impostos pela Carta de Lei de 24 de setembro de 1828.

4ª Os direitos de ancoragem e tonelada regulados pelo Alvará com força de lei de 25 de abril de 1818.

5ª O Selo das Fazendas de importação estatuído pela Provisão do Tesouro Nacional de 27 de junho de 1824, e pela Carta de Lei de 6 de outubro de 1828.

6ª O imposto de dois por cento de exportação proposto em 1787 pelos comerciantes da cidade do Pará para as obras da Alfândega e sua conservação, e aceitado em 1796, e posto em recebedoria na entrada do ano de 1797, e ultimamente pelo Alvará de 25 de abril de 1818.

7ª A terça das Câmaras Municipais exigida pela lei de 22 de dezembro de 1761, e pela de 11 de outubro de 1766.

8ª A décima dos prédios urbanos da Província estabelecida pelo Alvará com força de lei de 7 de junho de 1808 e por outro igual Diploma de 3 de junho de 1809.

9ª Os reditos das fazendas de criar denominadas São Lourenço, Arari e Santo Antônio na IIha de Marajó, seqüestrada aos extintos mercenários por aviso do Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos de 24 de março de 1794 expedido na conformidade da impetrada Bulla Pontifícia de 12 de novembro de 1787, e pela Provisão do Erário de 1795.

10ª O subsídio literário de uma pataca em cada cabeça de gado *vacum* regulado pelo Alvará com força de lei de 10 de novembro de 1772, e pelas Cartas Régias de 17 de outubro de 1773, e de 23 de agosto de 1805.

11ª O imposto de cinco réis em arrátel de carne verde estabelecido pelo Alvará de 3 de junho de 1809.

2ª O redito do cacoal de Vila Franca arrecadado em virtude da Carta Régia de 12 de maio de 1798. Este cacoal pertencia ao chamado Comum da indicada Vila, e foi incorporado aos Bens do Estado por determinação da mencionada Carta Régia, que derrogou o Diretório do governo econômico dos indianos.

13ª O Selo dos Papéis, e Décima de Heranças e Legados, ordenados pelos Alvarás de 10 de março de 1797, e 24 de abril de 1801, de 27 de abril de 1802, de 24 de janeiro de 1804, e de 17 de junho de 1809.

14ª A Siza dos Bens de raiz estabelecida pelo Alvará de 3 de junho de 1809, e resoluções de 16 de fevereiro, e de 16 de setembro de 1818, e Alvará, de 3 de junho de 1829.

15ª A meia-siza dos escravos ladinos determinada pelo Alvará de 3 de junho de 1829.

16ª O imposto de meio real em arrátel de carne verde para quartéis militares regulado pela Provisão do Conselho Ultramarino de 16 de junho de 1761, e pela Resolução de 17 de abril do mesmo ano, e pela Provisão do Erário de 11 de fevereiro de 1792.

17ª O Imposto para auxiliar o Banco do Brasil estabelecido pelo Alvará de 20 de outubro de 1812, e pela Provisão do Tesouro Nacional de 30 de setembro de 1825, e Resolução de S.M.I. de 12 março de 1823 tomada em Consulta do Conselho da Fazenda.

18ª A venda da pólvora pública ordenada pelo Alvará de 21 de abril de 1801, e pelo Aviso do Secretário de Estado dos Negócios da Guerra de 26 de julho de 1808.

19ª A receita do horto das especiarias criado pela Carta Régia de 6 de junho de 1809.

INSTITUIÇÕES QUE FORMAM A RECEITA SUPLEMENTAR TEMPORÁRIA DO COFRE DA PROVÍNCIA

1ª O subsídio anual do patrimônio público do Maranhão ordenado pela Provisão do Erário de 16 de abril de 1794, e pela Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de 11 de junho de 1824.

2ª Os emolumentos da secretaria do governo da Província exigidos por imediata Resolução Imperial de 11 de dezembro de 1824, e pela Provisão do Tesouro Nacional de 5 de fevereiro de 1825.

3ª A quota-parte para a Capela Imperial regulada pelo Alvará de 20 de agosto de 1808.

4ª O adimento, que em observância da Provisão de 5 de março de 1831 ministra o Cofre da Província do Maranhão para o Arsenal naval do Pará.

5ª A Contribuição para o Tribunal da Junta do Comércio estabelecida pelo Alvará com força da Lei de 15 de julho de 1809.

Todas as rendas derivadas das instituições supra-referidas montaram a 279:793$569 réis dentro do ano econômico volvido do primeiro de julho de 1831 ao último de junho de 1832.

RAMOS DA FORÇA PÚBLICA SUSTENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICA

Os objetos de despesa, que a Tesouraria da Província deve sustentar, são os seguintes: que vão expressadas em uma espécie de pauta, onde serão vistas com distinta separação as repartições, a que eles pertencem.

NA REPARTIÇÃO DO MINISTÉRIO DO IMPÉRIO

1º O Presidente da Província, a Secretaria do Governo e o seu material relativo ao expediente.

2º O Conselho Geral da Província.

3º O Conselho do Presidente.

4º A instrução pública.

5º Os estabelecimentos públicos.

6º A catequese dos indianos.

7º As obras públicas.

8º Os objetos de despesa contingente.

Importou a despesa desta Repartição em 15:585$649 réis no ano econômico contado do primeiro de junho de 1832.

NA REPARTIÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

1º O bispo: os seus oficiais da Mesa Eclesiástica e do exercício Episcopal: o Lava-pés, e Propinas.

2º A catedral, fábrica, obras e alfaias.

3º Os párocos das freguesias do bispado.

4º Os empregados na Comarca de Belém do Pará; dito na de Marajó e ditos na do rio Negro.

5º As despesas destas repartição a 18:102$799 réis no supramencionado ano econômico.

NA REPARTIÇÃO DO MINISTÉRIO DA MARINHA

1º Os soldos, meio-soldo, e comedorias do Intendente da Marinha e Armazéns, e dos oficiais e mais praças das embarcações da Imperial Marinha.

2º Os salários dos oficiais da Intendência da Marinha, Armazéns, e Arsenal.

3º Os soldos, comedorias, e jornais dos empregados no Arsenal.

4º As fábricas do corte de madeiras, e condução delas.

5º As rações dos marinheiros do Arsenal.

6º O costeio de embarcações nacionais, fabrico e o mais preciso.

7º Os pilotos práticos da Barra.

8º A companhia de pedestres.

9º O comissário das três classes de armazéns.

10º As embarcações da Imperial Marinha aportadas na obra da cidade.

11º Os objetos de despesa fortuita.

A quantidade de dinheiro dependida nesta repartição dentro do indicado ano econômico foi de cinqüenta e nove contos setecentos e sessenta e nove mil setecentos e cinqüenta e oito réis.

N. B. Os artigos 2º, 4º e 8º do primeiro de julho de 1832 em diante já não são objetos de despesa nesta repartição, porque foram extintos.

NA REPARTIÇÃO DO MINISTÉRIO DA GUERRA

1º Os Oficiais do Estado-Maior do Exército: a Tropa Regular: Luzes dos Quartéis e dos Corpos de Guarda: os Oficiais de Praça e de Registros.

2º Os oficiais e mais praças no gozo de reforma.

3º Os oficiais de soldo, e tambores, e pífanos dos Corpos Milicianos.

4º O Hospital Regimental da Capital da Província; o da Praça de Macapá: e o da Barra do Rio Negro.

5º O arsenal de guerra.

6º O Monte Pio, o meio-soldo das viúvas e as tensas.

7º As várias despesas militares.

8º A despesa acidentária.

Importou a despesa desta Repartição em 153:009$463 réis no mesmo ano econômico.

NA REPARTIÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

1º Os ordenados de dois deputados da Junta da Fazenda, e dos oficiais da respectiva Contadoria, e o material do seu expediente.

2º Os salários dos empregados da Alfândega e da mesa das diversas rendas e consulado, e da mesa da estiva, e o material do seu expediente, e propina do meirinho.

3º Os salários dos empregados da provedoria da Praça de Macapá e seus armazéns, e os salários da provedoria da Comarca do Rio Negro.

4º Os ordenados dos empregados na arrecadação do Selo do Papel, e Décima de Heranças, e novos direitos de oficiais e Alvarás.

5º Os salários dos empregados da administração dos bens seqüestrados aos expulsos mercenários, e manutenção das fazendas de gado *vacum* e *cavallar*.

6º O ordenado do administrador do cacoal de Vila Franca, e seu costeio.

7º O exator das carnes verdes e o administrador da venda da pólvora.

8º O subsídio de um senador e três deputados do Corpo da Representação Nacional.

9º As tenças remuneratórias.

10º As pequenas despesas de diferente natureza.

11º A Comissão do Administrador dos Dízimos, e quatro por cento e ordenado do escrivão, e o costeio.

Consistiu em 32:743$742 réis a importância da despesa desta repartição no já referido ano econômico.

Conglomerando as despesas individuais das cinco mencionadas repartições se vê que a totalidade da despesa do cofre da Província foi de 279:211$411 réis.

REFLEXÕES SOBRE A RECEITA E DESPESA

Passando em revista as rendas da Província dentro do tempo decorrido de 1803 a 1832 vê-se claramente que as do ano de 1832 se avizinharam de 300:000$000 de réis; e que as do ano econômico contado de julho de 1830 a junho de 1831 quase que montam a trezentos contos de réis e meio; e as de cada um de todos os mais anos pouco se avantajam de 200:000$000. Consideradas as despesas efetuadas no mesmo período de vinte e nove anos se reconhece que no ano de 1803 o balanço positivo da Fazenda só teve a vantagem de 162$160 réis; que no ano de 1812 remanesceu a quantia de 3:960$432 réis; no de 1816 a de 1:318$805; no de 1823 a de 9:690$24; no ano econômico de 1830 a 1831 a de 314$811; e no ano econômico de 1831 a 1832 a despesa não só produziu vácuo no cofre, mas ainda padece uma deficiência de 43:336$61 réis, que tolhe satisfazer a integridade da maior parte da mesma despesa. Sendo ainda de notar que no ano econômico de 1830 a 1831 mais próspero que os outros na Receita e menos afracado pelos objetos de despesa remanescesse no cofre a pequena quantia de 314$811 réis; e que no ano de 1823 não assomando a Receita a 300:000$000, e existindo uma Força armada superior em número de Corpos se visse no balanço positivo da Fazenda a vantagem de 9:690$24 réis.

Esta mesma razão, que mostram entre si as Rendas e Despesas anuais dentro do indicado período de vinte e nove anos, flutuou também nas operações do Dever e do Haver em todo o tempo volvido de 1749 a 1803. Jamais a ordem totalmente nova, que nos intervalos apontados substitui o antigo e adulterado regime econômico, foi tão feliz que visse sem interrupção resplandecer igualmente o zelo do serviço do Príncipe, e o amor da pública utilidade, nem germinar o necessário acrescentamento do Patrimônio da Província, com qual ela pudesse emparelhar com os gastos.

Em maio de 1749 em virtude do decreto de 12 de junho de 1748 principiou a correr a moeda de ouro, prata, e cobre, do mesmo valor e cunho da moeda regulada pelo sistema monetário do meio-dia do Brasil; até então os gêneros tinham valor fixo e estimação de espécies cunhadas, e com eles se pagava aos empregados de todas as classes as quantias dos seus mantimentos. Do dito ano de 1749 em diante começaram os saques de moeda do Erário de Lisboa, que montavam avultadas somas tiradas do giro, e sujeitas ao risco do mar. Saques, que o Régio Gabinete determinara a fim de que neles tivessem acurrimento as despesas instituídas; porquanto a escassez dos meios da Fazenda do Estado era tal que os rendimentos não só eram sorvidos pela voragem das despesas, mas nem ainda alentavam ou preenchiam a metade delas.

Além destes saques também a Junta da Fazenda do Maranhão era precisada pela Provisão expedida do Erário na data de 2 de junho de 1783 a remeter para a Junta da Fazenda do Pará o rendimento dos bens confiscados aos proscritos jesuítas a fim dela socorrer as despesas do Pará com as quantias indispensáveis prudentemente reguladas. Depois pelo decreto de 15 de janeiro de 1790 se determinou ao Erário a remessa anual de vinte contos de réis em moeda brasílica, e que a Junta da Fazenda do Pará pudesse sacar até outra igual quantia sobre o Régio Erário; e tudo isto sem invalidar as remessas, que já se achavam ordenadas do produto das rendas do Maranhão. Seguiu-se ainda a Provisão de 16 de abril de 1794, que ordenou à Junta da Fazenda daquela Província que enviasse anualmente para o Pará 40:000$000 de réis integrados pelas sobras da Fazenda Real, e pelo Cofre do Fisco já aplicado ao mesmo fim pelas Provisões de 2 de junho de 1783, e 18 de julho de 1789. E pelo decreto de 21 de maio de 1802 se mandou que todas as somas clausuradas nos Cofres

dos Defuntos e Ausentes assim do Pará como do Maranhão e Piauí se conservassem no Cofre da Fazenda do Pará por empréstimo feito debaixo da legalidade especificada no mesmo decreto. A cessação deste empréstimo foi designada pela Provisão de 22 de setembro de 1804. E finalmente pela Provisão de 20 de fevereiro de 1824 expedida à Junta da Fazenda do Maranhão se mandou continuar a prestação anual de 40:000$000, que havia sido consignada pela provisão do Erário de 16 de abril de 1794 para conforto dos Cofres do Tesouro Público.

Portanto, o breve quadro dos dois períodos tomados desde a época da introdução das espécies metálicas até aos nossos dias patenteia clara e incontestavelmente a fatal perseverança do estado descarnado do Patrimônio da Província. Se a gerência na administração e arrecadação de tudo quanto constitui este patrimônio tem sido em todos os tempos má ou não, como pretendem muitas pessoas, é coisa que ignoramos. Nós temos ouvido tanta coisa, e tão variadas e até contraditórias entre si, que presumimos que muito pouca gente faz a este respeito inteira justiça; mas o que sabemos de certo é que não há dinheiro que baste para esvaecer dívidas e para alimentar as partes integrantes ou frações, em que se subdivide a despesa, quando os rendimentos assim totais como parciais sofrem deterioração e quando não há desvelo e atividade em fazer exatas e produtivas cobranças das rendas por meio ou de boas administrações quer simples, quer interessadas, ou pelo método de pequenos arrendamentos parciais que dados com boas fianças se cobrem exatamente e também quando o crédito público não é conservado ileso e intacto por falta de esmero e eficácia em pagar com a maior exação em épocas fixas os juros dos empréstimos, e as dívidas celebradas.

O cofre mais amplo e pleno não satisfaz as vontades de quem com vaidosa mão usa gastos desmesurados sem fruto da República. Notavelmente rico era o Erário de Portugal nos dias que decorreram de 1722 até 1745. Nele haviam entrado 116 milhões e meio em moeda de prata; 410$734 marcos de ouro e diamantes; 20$739 marcos, 5 onças, 2 oitavas, e 12 grãos de prata; 501$432 arráteis, 10 onças, 7 oitavas de cobre para converter em moeda, e para liga das peças de ouro e prata; 2$388 quilates, 2 1/2 grãos de diamante não lapidados; e diferentes peças de ouro e prata: tudo isto se desperdiçou por tal modo que em 1750 acontecendo a morte do Rei já se achavam tão despecuniados os cofres

que para a despesa do seu jazigo foi necessário que um particular socorresse com o empréstimo da quantia pedida para as exéquias funerais de um dos reis mais ricos da Europa.

GÊNEROS E EFEITOS QUE SÃO OBJETO DE EXPORTAÇÃO

Algodão
Arroz grosso
Arroz miúdo
Azeite de andiroba
Aguardente de cana
Aguardente de anis
Borracha
Bacias pintadas
Cacau
Cravo
Café
Crajuru
Couros de boi
Castanha doce
Jutai-issica
Louça de Camutá
Mel
Maqueiras
Milho
Óleo de cupaúba
Puxiri
Piassaba em rama
Piassaba em amarras
Peças de madeira
Pranchas de espinheiro
Pranchas de madeira

Canela
Chifres
Carrapato
Cumaru
Cuias pintadas
Cavalos
Doces
Farinha da terra
Farinha seca
Grude de peixe
Guaraná
Gomma
Gergelim
Guariuba
Redes de algodão
Rolos de pano de algodão
Salsaparrilha
Samaúma
Sebo
Tapioca
Toros de madeira
Taboado
Tabaco de fumo
Tauá
Tacuaris
Tabocas

Pós	Urucu
Rodas de cipó	Vaquetas
Ripas	Varas para latadas
Remos	

Os portos para onde atualmente dão saca aos expressados gêneros e efeitos são os de Lisboa, Porto, Gibraltar, Salém, Nantes, Liverpool, Londres, New York, Alexandria, Barbadas, Cayena, Maranhão, Ceará, Pernambuco.

QUADRO DA IMPORTÂNCIA DA EXPORTAÇÃO

No ano de 1789	286:085$618
Dito de 1796	297:429$127
Dito de 1799	343:672$853
Dito de 1806	785:323$941
Dito de 1816	578:928$575
Dito de 1819	452:715$633
Dito de 1827	488:253$758

Todas as importâncias descritas neste quadro tomamos dos mapas originais da alfândega do Pará, dos quais por fortuna possuíamos copias escritas de nossa própria letra, e dos quais hoje nenhum existe na secretaria da província. E advertimos que os valores dos artigos da exportação foram calculados adunando ao preço médio do custo as despesas de comissão, os direitos de saída, e outros dispêndios de embarque; compreende-se também na exportação anterior translação da Sede da Monarquia Portuguesa para a Europa, os artigos, que por serem importados pelo Governo para os arsenais de terra e mar, casa da moeda, e fábricas de Portugal, eram isentos de direitos.

GÊNEROS E EFEITOS QUE SÃO OBJETOS DE IMPORTAÇÃO

Aguardente	Alfazema
Azeite	Arcos de ferro

Alhos
Alcatrão
Aço
Azeitonas
Açúcar
Breu
Bonetes
Bolachinha
Carnes de porco ensacadas e presuntos
Chá
Chapéus
Cera em pão
Cera em velas
Cebolas
Condeças

Água de colônia
Aduelas
Bacalhau
Bolacha
Brochas de pintor
Charutos
Cabos de linho
Chumbo
Calçado
Crivos
Celins e arreios
Ciminhos
Cobre
Chumbo em grão
Caximbos
Drogas

Doces
Drogas de botica
Espelhos
Espadas
Espermacete
Fazendas de lã, de seda, de algodão e de linho
Fateixas
Farinha de trigo
Figos
Ferraduras
Ferragens de toda a qualidade
Ferro em barra
Folhas de cobre

Orchata
Oratórios
Pedra de cal
Passas
Papel
Pederneiras
Palitos
Pesos de bronze
Pomada
Pedra de amolar
Pimenta
Queijos
Quinquilharias
Relógios
Rapé

Ferro coado em obras
Genebra
Guitarras
Girofe
Graxa
Erva doce
Louça
Legumes
Licores
Lambiques
Massas
Manteiga
Móveis de casa
Molhos de conserva
Marmelada
Óleo de linhaça
Obras de ouro e prata
Obras de cobre
Sal
Sementes de flores
Sebo
Sardinhas
Cerveja
Sabão
Tintas
Terebentina
Terçados
Tabaco em pó
Taboado de Pinho
Toucinho
Tintas preparadas
Vinho
Vinagre
Violas
Vidros
Vergalhão

Os portos, dos quais são importados os gêneros e efeitos, que ficam enunciados, são os mesmos para onde se exercita a exportação.

QUADRO DO CUSTO DE IMPORTAÇÃO

No ano de 1789	317:860$642 reis
Dito de 1796	330:464$055
Dito de 1799	285:352$664
Dito de 1806	652:559$302
Dito de 18l6	480:183$905
Dito de 1819	299:1O3$013
Dito de 1827	322:582$566

Os valores dos artigos da importação foram deduzidos do preço médio do primeiro custo nos portos, de que partiram os navios,

argumentando os direitos de saída, despesa de comissão e frete, sem contar os direitos pagos na entrada no porto do Pará.

COMÉRCIO INTERIOR

A circulação dos produtos do trabalho dos homens, que em muitos países não é animada de facilidade em razão da falta de boas estradas, de canais e rios navegáveis, está inteiramente desassombrada na Província do Pará de todos os empeços; pois que sendo ela uma região na qual as estradas e caminhos são rios e igarapés, é por eles que se tem feito as comunicações interiores, e se farão leis do ordenador do universo; portanto os moradores da Província subsidiadas por estas afortunadas qualidades topográficas e pela fertilidade e variedade das produções do seu terreno, podem constituir e entreter um comércio de magna importância.

É pois pelo rios que se exercita todo o trato mercantil interior; Canoas e barcos são os veículos que andam no meio das mercadorias. As canoas são do porte de menos de mil arrobas até mais de duas mil, e o número dos seus remeiros ordinariamente costuma ser de cinco índios nas de menos de mil de arrobas, de sete índios nas de mil até mais mil arrobas, e de nove índios nas de mais de duas mil arrobas. O uso dos barcos é de moderna data; na verdade são eles muito mais interessantes à navegação dos dilatados sertões da Província.

As Vilas de Cumatá, Vigia, Macapá, Monte-Alegre, Santarém, Óbidos, e os lugares de Turiassu e da Barra do Rio Negro, são os pontos mais comerciantes do interior. Advertindo que o lugar de Turiassu não exerce o seu tráfego para a cidade do Pará, mas sim para a do Maranhão, que lhe está mais vizinha, e lhe oferece mais fácil comunicação por meio dos barcos e sumacas, que transportam o seu arroz e algodão, cujos gêneros fazem um grande suplemento ao comércio do Maranhão, e desta correspondência ativa do Pará só reporta o proveito dos dízimos.

Os negociantes da cidade do Pará mandam levar de mercadoria para as vilas mencionadas os gêneros de importação; e delas recebem em permuta os produtos naturais, sacados dos matos, e os produtos da indústria. Eles também tratam com os lavradores do termo da cidade,

os quais vendem àqueles os seus efeitos agronômicos e recebem o valor venal parte em moeda, e parte em fazenda e víveres.

Pelos rios do mesmo termo da cidade giram alguns homens em pequenas canoas, que andam de roça em roça a vender os gêneros manufaturados para o consumo popular e os mais necessários nos usos da vida. A estes homens dão o nome de regatões.

Quase todo o comércio do sertão é erradio; os traficantes não fazem assento estável nas vilas com o intuito de ali efetuarem as operações da sua indústria comercial, esperando que os lavradores conduzam os seus efeitos rurais; pelo contrário eles se reduzem a manter uma canoa tripulada de índios para girar os sítios dos lavradores estabelecidos em diversos rios e lagos, fazendo permutações de gêneros não só com os mesmos lavradores, cuja maioria menos instruída está sempre exposta às fraudes mercantis, mas ainda furtivamente com os seus escravos, vendendo-lhes aguardente, pela qual eles tanto anelam, e para possuir não hesitam em roubar a seu senhor produtos do trabalho agrário.

Conhecer quanto este maneio, que dão ao comércio interior, seja pernicioso, e por isso merecedor de redução a outra praxe, está dentro dos termos a qualquer compreensão assinalados.

COMÉRCIO EXTERIOR

Este comércio faz-se com as nações, de que a pouco fizemos menção, e com algumas províncias marítimas do Império, em navios próprios ou de consignação.

Quando no século décimo sétimo o meio-dia do Brasil indicava fixar o começo de um comércio mais ativo, foi então que o Pará, coitado, encetou a carreira comercial, e nela deu os primeiros passos com bastante vacilação e estreiteza. A agricultura pouco genérica, muito atrasada; a mania das explorações de minas de metais preciosos depauperando os aventureiros, e desviando-os da lavoura de negociações de permutação; e o domínio e monopólio dos frutos das terras arrogado e sustentado sob vários pretextos por quase todos os religiosos que dirigiam índios, foram nesses antigos tempos o gravíssimo estorvo da prosperidade do comércio do Pará. Se os habitantes desta Província tivessem corrido parelhas com esses religiosos nas vantagens, que a sua astuta

prepotência usurpara, quero dizer, se os paraenses não fossem detidos por afrontar a ambição daqueles padres decerto não os veriam regurgitar no seio da abundância, e ao mesmo tempo a triste e muito saliente diferença entre os seus haveres, e os deles; diferença que bem se patenteava o paralelo dos edifícios dos ditos cenobitas com os dos outros moradores; os destes debaixo de toda a aparência da pobreza, e os daqueles traçados com amplidão, e ornados ricamente, e tudo à custa dos gêneros boscarejos só por eles na maior parte coligidos, e para a Europa exportados.

Desta arte não é de maravilhar que quando dos portos do meio-dia do Brasil se soltavam as frotas, como a da Bahia em 1695 composta de quarenta navios grandes, e aferravam as correntes do Tejo com o ventre cheio dos gêneros e efeitos d'aquelas terras Brasílias, houvessem apenas três navios ocupados em igual tráfego de Lisboa para o Pará; pois é certo que só em 1733 é que houve carga para sete navios; e desse ano em diante o dito número foi tendo paulatino incremento.

Esta miséria tão real como as causas que lhe deram origem, continuou até ao meio século décimo oitavo; então o monarca, que acabava de ser exaltado ao Solio dos seus Maiores, cogitando de aumentar o comércio e a agricultura do Brasil, e empregando para isso medidas judiciosas e ativas, e vendo que o Pará em uma e outra coisa precisava de providências diversas, pois tinha noções claras de que as deploráveis, inveteradas e extremas enfermidades desta Província provinham sobretudo dos Jesuítas nunca se embaraçarem das censuras fulminadas nas Bulas de Paulo III e de Urbano VIII, nem das leis promulgadas em vários reinados, para se fazerem absolutos senhores da liberdade, do trabalho e da comunicação dos indígenas, sem os quais nada se podia fazer em termos competentes, e tendo igualmente notícia de que se achava impedido o efeito da providência da Bula Pontifícia de 20 de dezembro de 1741, mandou para logo publicá-la simultaneamente com as suas leis de 6 e 7 de junho de 1756 tudo a favor da liberdade daqueles miseráveis racionais até então impiamente usurpada por esses padres comerciantes monopolistas e a favor da agricultura e do comércio usurpado pelos mesmos padres de modo que tinham absorvido em si quase tudo e reduzido os povos à extrema miséria privando-os dos obreiros.

Sabemos que eles tiveram grande parte na Colonização do Brasil; e também sabemos que segundo a sua constante observância de princípios alheios do seu instituto eles podiam ter na dita colonização impureza de intenções. Robertson, que escreveu acerca deles com todo o critério e imparcialidade disse que eles na sua conduta equilibraram bens e males.

Uma das medidas que o monarca pôs logo em ação foi o estabelecimento de uma companhia de comerciantes de grosso trato em Lisboa a qual concedeu proteção e os necessários privilégios e impôs a condição de aumentar a cultura e o comércio e os estabelecimentos públicos da Província como objeto capital da sua instituição ocorrendo desta maneira a proposta que lhe haviam feito os habitantes do Pará em fevereiro de 1754 e a representação que sobre a mesma proposta lhe dirigiram os negociantes de Praça de Lisboa para todos juntos animarem com a união dos seus cabedais o cadáver que apenas existia desta Província para promoverem nela a propagação da fé e o bem comum dos seus moradores e para abrirem ao mesmo tempo mais um caminho e um amplo espaço ao consumo das mercadorias de comércio que da Europa se transportam até a América para o uso dos outros povos que são civilizados mercadorias que homens nus, descalços e silvícolas, até ali não consumiam porque ignoravam até a existência delas.

Este sistema econômico durou até o primeiro ano depois do finamento do Rei e então foi extinta a Companhia do Pará e Maranhão e a administração dos seus fundos confiada a uma junta criada pela rainha Dona Maria I, para liquidar as contas dos acionistas. E é de supor que isso tivesse lugar ou porque a direção da dita companhia não realizasse as vistas da autoridade suprema que a fundara ou porque os ministros do poder soberano não a julgassem conveniente ao sistema da sua administração. Com quer que fosse e sem tropeço de duvida: 1º que esta companhia efetuou todas as despesas do seu instituto. 2º que até hoje se conservam abertas nos seus livros as respectivas computações mercantis e que por conseguinte os acionistas estão despossuídos de uma parte dos cabedais que formaram bolsa social. 3º finalmente que a agricultura e o comércio do Pará surdiram da mesquinhez e definhamento em que jaziam vindo enfim alguns a medrar com cabedal e crédito.

De então para diante cresceu o numero dos lavradores e dos negociantes; a tirada de gêneros comerciais fez-se mais aparente nas Praças de Lisboa e Porto e se o comércio tendo tido depois a liberdade de fazer singrar seus navios soltos, isto é, sem dependência de navegação em corpo de Frota não avançou como devia e podia, também não declinou.

Muito poderia cumular o cabedal da Província o ouro de Goiás e de Mato Grosso se os comerciantes quiserem mercadejar com aquelas Províncias centrais; alguns, mas muito poucos, empreenderam mais pelo impulso dado por alguns Generais Governadores do que por vontade própria estabelecer um trato entre si e os de Mato Grosso e Goiás que os ligasse pelas relações de recíprocos interesses.

A este respeito o Sargento-Mor Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra escreveu um discurso sobre a urgente necessidade de uma povoação na cachoeira do Teotônio do rio Madeira para facilitar o utilíssimo e indispensável comércio, que pela carreira do Pará se devia fomentar para Mato Grosso, de que resultaria a prosperidade de ambas as Províncias. Este discurso foi escrito com a perfeição conveniente à importância do assunto, e saiu luz vulgar em uma obra periódica intitulada *O Patriota* que ocorreu em 1814 e 1815.

Debalde os mercadejantes do Pará sabiam que o ouro de Minas Gerais não só atrairia povoadores para as suas fragosas serras, mas ainda fora a ocasião e o motivo que o Rio de Janeiro teve para ver pulular um comércio que libertou de escassez de moeda a cidade de São Sebastião, que hoje ergue a fronte coroada de edifícios célebres pela sua magnificência no seio da ampla e vistosa enseada de Niterói; debalde os rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira davam a estes homens a possibilidade de penetrar o coração do Brasil; a força de inércia, e a estreiteza do espírito mercantil, levou quase a todos a preferir o comércio com Lisboa e Porto a um mais amplo maneio de fazenda, que fizesse propender em proveito da Praça do Pará o ouro das vizinhas Províncias centrais. E assim se manteve até à época da transplantação da sede da monarquia portuguesa da europa para a cidade metropolitana do Brasil; época memorável tanto porque a liberal política do Príncipe Regente franqueando o comércio do Brasil aos povos de todas as regiões do mundo abriu para os portugueses americanos o fecundo manancial de riqueza e prosperidade, como porque a política dos gabinetes das nações

mais alumiadas adquiriu na dita transplantação do Sólio mais um elemento para os seus cálculos cujos resultados nenhum homem de entendimento reflexivo e costumado a refletir deixara de antever que hão de influir na sorte do mundo universo.

Desde a referida época as relações comerciais do Brasil adiantaram-se de sorte que o iam colocando no estado mais florente, a que pela indústria agrária se pode chegar. Os Mapas das Alfândegas das Províncias Meridionais levam isto à máxima evidência. É pena que o Pará, País o mais distinto pelas diferentes drogas preciosas, não tenha copiado aquelas Províncias no aproveitamento dos donativos da natureza, com que elas se adiantaram.

Transportemos a este lugar dos quadros da exportação e importação as importâncias somente de três anos; e sejam estes os que me parecem suficientes para dar a conhecer no paralelo seguinte qual tem sido o andamento do comércio do Pará.

PARALELO DO VALOR DA EXPORTAÇÃO COM O DA IMPORTAÇÃO

Exportação	Em 1796	Importação
97:429$127 réis		2330:484$055 réis
	Em 1806	
785:323$941		652:559$302
	Em 1819	
452:715$633		299:103$013

São pois extremamente necessários os desvelos em melhorar o comércio e a agricultura por meio de uma bem dirigida aplicação e assiduidade no trabalho destes dois ramos da força pública. A importância e a utilidade do comércio manifestam-se em toda a luz; do comércio procedem a força e a riqueza de um estado quando o mesmo comércio é tratado de modo que se não caia ou na indolência da apática ou na diligência de satisfazer com riquezas a sofreguidão; no primeiro caso não se goza nem da mediana, e no segundo dá-se existência à ruína do Estado.

DIVISÃO ECLESIÁSTICA DA PROVÍNCIA E SUA HIERARQUIA CLERICAL

A Província foi constituída em diocese sufragânea ao patriarcado de Lisboa pela Carta Régia de 24 de maio de 1724 e decreto de 26 do indicado mês e ano em virtude da Bula *Copiosus in Misericórdia* de 13 de novembro de 1720 do Chefe visível da Igreja Romana Clemente XI, obtida por El-Rei Dom João V; e a Matriz de Nossa Senhora da Graça ereta em Catedral com todos os direitos, honras, privilégios, de que gozam as Sés Episcopais do Reino.

Segundo a Provisão de 2 de maio de 1758 do Bispo Dom Frei Miguel de Bulhões, e a Provisão de 16 de novembro de 1807 do Bispo Dom Manoel de Almeida de Carvalho, a linha divisória da Diocese pela banda da Província do Maranhão é o rio Gurupi, e pela banda da Província de Goiás é a cachoeira do Tocantins denominada Seco do Curuá.

A diocese está dividida em três Vigararias Gerais. A primeira é a da Metrópole da Província, e abrange na sua circunscrição a Freguesia do Abaeté: a do Acará; a da Boa Vista; a do Bujará; o Lugar de Baião; o de Benfica; a Vila de Beja; o Lugar de Barcarena; o dos Breves; a Vila de Bragança; a de Camutá; o Lugar da Cachoeira; o de Condeixa; a Freguesia do Capim; a da Campina na Cidade; a Vila de Chaves; a de Cintra; a de Conde; a Freguesia do Guamá; o Lugar de Gurupi; a Freguesia do Igarapémiri; a do Irituia; a Vila de Monsarás; o Lugar de Mondim: a Freguesia do Muaná; a do Moju; a Vila de Melgaço; a de Monforte; a Nova de El-Rei; o Lugar de Odivelas; a Vila de Ourem; a de Oeiras; o Lugar de Ponta de Pedras; a Vila de Portel; o Lugar de Piriá; o de Rebordelo a Freguesia da Sé; a Vila de Salvaterra; a de Soure; o Lugar das Salinas; o de Santarém Novo; a Vila da Vigia: o Lugar de Villar; e o de Vizeu.

O Vigário Geral reside na cidade; e é sempre um dos Ministros do Cabido.

A segunda Vigararia Geral é a do distrito do Baixo Amazonas; a qual foi instituída pela provisão de 17 de agosto de 1821 do Reverendíssimo Bispo Dom Romualdo de Souza Coelho em virtude das especiais atribuições do Episcopado. Formam a jurisdição desta Vigararia Geral a Vila de Alemquer; a de Álter do Chão; a de Almeirim; o Lugar de Aveiro;

a Vila de Arraiolos; a de Boim; o Lugar de Carrazedo; a Missão de Curi; a Vila de Exposende; a Franca; a de Faro; a de Gurupá; o Lugar de Itaituba; a Missão de Juruti; a Vila de Mazagão; a de Macapá; a de Monte Alegre; a de Óbidos; o Lugar de Oiteiro; a Vila de Porto de Mós; a de Pombal; a de Souzel; a de Santarém; a Missão de Santa Cruz; o Lugar de Tapará; a Vila de Veiros; o Lugar de Villarinho do Monte; o de Uxituba.

A residência do respectivo Vigário Geral é na Vila de Santarém: ele também exerce as funções de vigário da mesma Vila.

A terceira Vigararia Geral é a da Comarca do Rio Negro, a qual foi criada pelo Bispo Dom Frei Miguel de Bulhões em 13 de abril de 1755, e confirmada pelo Monarca em Carta sua de 18 de junho de 1760, para facilitar aos moradores daqueles sertões a pronta administração da justiça, e o conhecimento e solução das suas causas, evitando-lhe as dificuldades e demoras em recorrer à Metrópole da Província em razão da distância em que estão, e poucas ocasiões daquele distrito para a mesma metrópole. Esta Vigararia Geral abrange em si o Lugar de Atuma; o de Airão; o de Alvellos; o de Alvarães; o da Barra; a Vila de Barcellos; o Lugar da Boa Vista; a Vila de Borba; a Missão de Canumá; o Lugar de Carvoeiro; o do Castanheiro Novo; o do Carmo; o de Castro de Avelães; a Vila de Ega; o Lugar de Fonte Boa; a Missão de Jatapu; o Lugar de Lamalonga; a Missão de Maués; a Vila de Moura; o Lugar de Moreira; o de Nogueira; a Vila de Olivença; o Lugar de Poiares; o Lugar de Santa Ana; o de Santa Bárbara; o de São Bernardo do Camanau; o da Senhora das Caldas; o da Senhora da Guia; o de Santa Isabel; o de São Joaquim; o de São João Batista do Mabé; o de São Jerônimo; o de São José de Marabitanas; o de São Joaquim do Cuani; o de São João do Crato; o de São João do Príncipe; o da Senhora do Loreto ou Maçarabi; o de Santa Maria; o de São Miguel do Iparana; o de São Marcelino; o da Senhora de Nazareth do Curiana; o de São Pedro; a Vila de Silves; a de Serpa; a de Thomar; o Lugar de Tunantins; o da Tabatinga; a Missão de Vila Nova da Rainha.

A residência do Vigário Geral é o Lugar da Barra; onde também é vigário da respectiva igreja.

A menção das Vilas e dos Lugares, que formam cada uma das sobreditas Vigararias Gerais, não é feita segundo a ordem natural Topográfica, mas sim conforme a ordem alfabética das suas denominações.

O Vigário Geral do Rio Negro recebe da Tesouraria da Província o ordenado de duzentos e quarenta mil réis anuais; e o da Comarca do Pará percebe oitenta mil réis.

Os Vigários das Freguesias têm a côngrua de duzentos mil réis estabelecida pelo Alvará de 5 de junho de 1820 e Provisão do Erário de 8 de agosto do mesmo ano.

Os missionários vencem trezentos mil réis.

Além dos três Vigários Gerais há mais três empregados no expediente eclesiástico, os quais são o Promotor, o Escrivão da Câmara Eclesiástica, e o Meirinho; este percebe vinte mil réis de ordenado, e igual quantia o Promotor. O escrivão é pago pela bolsa Episcopal.

O cabido compõe-se de vinte e seis ministros repartidos em três hierarquias. A primeira de cônegos graduados; a segunda de cônegos simples; e a terceira de beneficiados. Os quais todos segundo os Estatutos dados em 1727 pelo Primeiro Bispo Dom Frei Bartholomeu do Pilar autorizado para isso pela *Bulla – Copiosus in Misericordia* – entram nas funções do Culto Divino constituindo um só corpo na união de um só Ministro o mais graduado; e na razão das funções e dos deveres regulam os mesmos estatutos todos os direitos e privilégios comunicados a todos os membros das hierarquias, de que se compõe o Colégio dos cônegos sem diferença alguma de votos nas deliberações e negócios capitulares.

Na hierarquia dos cônegos graduados estes se distinguem entre si pelas denominações de Arcedíago, Arcipreste, Chantre, e Mestre-Escola: o Arcedíago tem o ordenado ou côngrua de quatrocentos mil réis e as outras dignidades a de trezentos mil réis dos quatorze cônegos, que formam a segunda hierarquia, seis são presbíteros, quatro diáconos e quatro sudiáconos: a côngrua destes cônegos é de duzentos e setenta mil réis, e a de cada um dos oito beneficiados de cento e cinqüenta mil réis.

O Corpo Capitular *in limine fundationis* constava de mais seis Canonicatos, quatro da ordem do Presbiterado, dois da ordem do Diaconato, e oito Benefícios. Tanto estes, como aqueles foram cassados em 13 de novembro de 1787 pela *Bulla Ingeniosa Reginarum Ilustrium* do Papa Pio VI, que então presidia na Igreja. *Bulla* expedida na forma da proposta feita pelo Bispo Dom Frei Caetano Brandão.

Tem mais a Catedral para seu serviço e ofícios religiosos nove capelães cantores, cada um com 140$000 réis de ordenado: onze capelães acólitos, cada um deles com 120$000: dois Mestres de Cerimônias, um do Prelado com o vencimento de 140$000 réis, e o outro do Cabido com 100$000 réis: quatro Tesoureiros, dois dos Pontificais um deles com 140$000 réis e o outro com 100$000 réis, dois do Cabido, um com 140$000 réis e o outro com 100$000 réis: um Organista com 150$000 réis: dez acólitos cada um com 70$000 réis e seis serventes, dos quais um é porteiro da massa e ganha 100$000 réis, três são guardas e cada um vence 80$000 réis, e dois são sineiros, cada um com 100$000 réis. Há um Armador: mas este é pago pelo rendimento aplicado às despesas da sacristia e reparos da igreja.

A quantia de um conto de réis fornecida anualmente pelo Cofre da Província em virtude da Provisão de 16 de março de 1804 do Erário Régio, que a mandou prestar para a despesa do culto; e a quantia do arrendamento da Fazenda de criar na Ilha Grande de Joannes, e a do aluguel de um prédio, que serviu de Aljube são o único patrimônio, que a Sé possui.

COMARCA DE BELÉM DO PARÁ

BREVE NOÇÃO DA SUA TOPOGRAFIA

A Comarca de Belém do Pará é banhada pelo Oceano Atlântico, e a sua costa marítima que também é da Província, reparte-se naturalmente em duas na foz do Amazonas, uma denominada de Barlavento, e a outra de Sotavento. A de Barlavento principia da Baía do Turiassu, e acaba em Ponta do Pinheiro, da qual se avista a cidade como surgida da água; e a de Sotavento começa do rio Carapanatuba abaixo dos rios Piritua e Curiaú, que jaz à vista da Praça de Macapá, estira-se para o Cabo do Norte, e termina no rio Oiapoque em cujo entremeio há rias pelas quais se difundem o rio da Pedreira, os Igarapés Gegituba, Araquiçaba, Piratuba, os rios Sucuriju, Arauari, Carapaporis, Maiacaré, Calcoena, Quanani, Cassipuré. No Arauari em 1640 assentou a capital da Capitania do Cabo do Norte o Capitão-Mor João Velho do Valle de ordem do Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão-Pará Bento Maciel Parente, Donatário do mesmo Cabo.

Toda a costa é rasteira e pouco segura para a navegação de vasos de grande porte; as ilhas de areia, os alfaques, e os parcéis, constituem a sua índole hidrográfica. Os parcéis, que ouriçam a entrada do Pará até em rosto da Vila de Colares, são o de Bragança defrontante com a curvidade da costa entre a Ponta da Tijoca e a Ponta do Taipu; o da Tijoca a oeste do de Bragança; o de São João ao sul da Tijoca; o Jagodes entre o de São João e o de Santa Rosa, que está paralelo à costa oriental do Cabo de Mauari e não muito afastado dela, e o da Coroa seca jacente na fronte da Vila de Colares.

Algumas eminências, como as serras Jutaí e Emburanonga, que os navegadores de altura divisam, não jazem na ourela do mar, estão empinadas no fundo da ampla baía do Piriá por detrás do ramal de ilhas adjacentes ao continente mascarado por elas. Há só na ilha do Piraussu, que demora a leste da costa do Marco, uma ponta alta e alcantilada, que tem o nome da mesma ilha. Há também a ilha do Atalaia, cuja ponta pouco difere em altura da do Piraussu.

O ramal de ilhas que forma a antiface do continente de barlavento oferece vazios ou interrupções de várias extensões reguladas pela situação relativa das mesmas ilhas; esses vazios, que se afiguram aos mareantes enseadas genuínas da terra firme chamam-se vulgarmente baías, e os seus nomes, começando da parte oriental são os seguintes: Turiassu, Mutuoca, Carará, Maracassumé, Pirucaua, Tiromaúba, São João, Gurupi, Piriatinga, Cotimboque, Cupuatiba, Senamboca, Punga, Caité, Manigituba, Cutipuru, Miriquiqui, Japirica, Piramiri, Pirabas, Inajás, Arapipó, Virianduba ou Salinas, Maracaná, Marapani, Piracaimbaba, Cujutuba. Desta baía para cima a natureza com pouca diferença prossegue a mesma antiface de ilhas, entre as quais são pontos distintos a foz do rio Curuçá, a ponte da Tijoca, São Caetano, Taipu, Barreta, Vila da Vigia, Vila de Colares, Baía do Sol, Chapéu Virado, Ponta do Mosqueiro, Baía de Santo Antonio, Ponta do Pinheiro, Fortaleza da Barra e a Concha da Cidade. Entre as sobreditas baías, umas ficam estanques de água na vazante, menos as paragens mais suborizontais chamadas poços, nos quais de ordinário ficam os peixes, e nos quais as aves aquáticas fazem a sua pesca; e outras mostram que por elas se metem rios disparatados do continente. As deste caráter são Turiassu, São João, Gurupi, Piriauna, Piriá, Caité, Japirica, Piramiri, Pirabas, Maracaná, Marapani.

Na costa de sotavento, já também ao sul do Cabo do Norte, uma corda de ilhas paralela à terra; elas são conhecidas pelos nomes de Maracá, Tururi, Ilha Nova ou da Penitência, Bailique entre a parte austral da foz do Arauari e a ilha das Cutias, Jaburu, Panema, Limão, Curuá, que entesta com a ilha Assaituba. Ao nascente desta corda demora a ilha de Bragança, a qual divide os dois ótimos canais da barra do Amazonas descobertos em 1802. Ao norte da ilha de Bailique jaz um grande parcel.

Além das ilhas mencionadas existem na mesma foz do Amazonas, perto à costa boreal da ilha grande de Joanes, as ilhas dos Machados e Camaleões; subjacentes ao círculo equinocial, as ilhas das Frechas, Juruá, Mexiana, Jurupari, Saracura, Carás, Porcos, fronteira à vila de Macapá; e pouco separadas do dito círculo para o norte as ilhas Caviana, Pacas, Janaucu, Arraias, Pedreira, junto à costa do Macapá.

São algadiças na maior parte as ilhas tanto da costa de barlavento como da foz do Amazonas, onde o seu número transcende a quarenta; mangues e xiriubas formam a balsa, que sobre o seu âmbito se levanta e iguais a estas são as árvores, que vestem as margens das gargantas dos rios, que se despenham na costa do Cabo do Norte.

Numerosos bandos de guarás, de garças, de mauaris e de outras aves de longo bico encavado em longo colo, costeiam de dia as praias selvosas de todas as supramencionadas baías e das ilhas, e perto da noite em tropel buscam a terra firme. É costume das aves, assim da costa como do interior, terem um lugar certo em que pernoitem, e outro em que busquem cibato; todos os dias de manhã pelas seis horas dirigem-se ao pasto, e então se diz que elas vão para a comedia, e depois das cinco e meia da tarde recolhem-se, e se diz que vão para o dormitório. Os pontos em que está compreendida toda a costa de barlavento e sotavento, são as bocas dos rios Turiassu e Oiapoque; e a distância retilínea entre elas é de cento e sessenta e cinco léguas; e os pontos entre os quais demora a boca da barra do Pará são a Ponta da Tijoca, na costa de barvalento e a Ponta do Mauari da Ilha Grande de Joanes; a distância de uma a outra é de dezoito léguas. O Turiassu discrimina o Pará do Maranhão, e o Oiapoque é a barreira natural que divide o mesmo Pará da colônia francesa de Caiena.

Limita-se a Comarca do Amazonas pela montanha dos Parintins na sua margem direita ou meridional na latitude austral 2º30’ e lon-

gitude 321º30'; e pela boca superior do rio Nhamundá que deflui no mesmo Amazonas pela sua margem esquerda ou setentrional na latitude meridional 2º16'30" e longitude 32lº15'. No interior do país vulgarmente se conta por baías todos os lugares em que os rios formam colo de ampla extensão; tais são na comarca de que tratamos, as baías de Marapatá e do Limoeiro distintas pela ilha Uraraí, que ocupa o centro da foz do Tocantins; a baía de Mortigura comumente chamada de Marajó porque também por ela se faz o trânsito para a costa meridional e ocidental da ilha do Marajó; baía larga e dilatada, que tem bancos de areia, recifes, e uma imensidade de ilhas, cujo confuso enleio posto que faça recreadora a navegação contudo exige piloto experimentado para não transviar do vero caminho; infamam esta baía os reiterados naufrágios acontecidos na sua larga travessa. Adiante dela jazem a baía de Paracuba, e a dos Bocas, que termina na garganta do rio Parauaú, vulgarmente dos Breves, e que como o rio Guamá e alguns mais apresenta uma certa porção maculada de Mururé, planta aquática semelhante à erva denominada Auapi, do rio Sararé, de Mato Grosso erva de folha larga e grossa que ramifica e emaranha os talos de maneira que para aclarar passagem às canoas grandes é preciso decepá-los com facão ou foice. Seguem-se a baía dos Bocas, as do Vieira e Vieirinha, que fazem parte integrante do Amazonas ao ocidente da Ilha Grande de Joanes; a baía do Uanapu, na qual entornam as suas águas, os igarapés Camoí e Laguna, sendo o primeiro destes comunicável com o canal do Tajapuru, que tem saída no Amazonas 14 léguas abaixo da Vila de Gurupá, e é composto de ilhas dispostas de modo que por elas entram águas do Amazonas e formam vários rios, que todos desembocam nas baías referidas, e o segundo capaz de comunicação no inverno com o igarapé Ipucuruí, que se difunde no mesmo Amazonas entre Gurupá e o igarapé Miritíteua; a baía de Souzel; e finalmente a baía de Vila Franca, pouco diversa da precedente na grandura.

Os lagos de considerável âmbito são o de Arauari; o de Piraátiba, ao norte do precedente e muito mais piscoso do que ele; os lagos dos campos de Macapá; o lago de Paraucuara acima da Vila de Almeirim: os lagos de Urubucuara na dilatada planície das fraldas de umas serras da cordilheira do Paru; os lagos de Gurupatuba maiores que os de Urubupuara, e guarnecidos de viçoso arvoredo; os lados de Uruá na margem

austral do Amazonas entre as Vilas de Monte Alegre e Santarém; o lago do Surubiú, povoado de ilhas: o lago curunu acima da baía de Vila Franca: o lago das campinas duas léguas acima do sítio de Parícatiba, na margem direita do Amazonas ou dez léguas abaixo da Vila de Óbidos: o lago de Juruti: o lago do Uaxituba: e os lagos do Nhamundá, que se comunica com a boca do rio das Trombetas por um braço navegável.

Os rios que têm o empeço de cachoeiras são o Gurupi, Piriá, Guamá, Tucantins, Pacaiá, Uanapu, entre o qual e o Pacaiá jaz um furo chamado Pacajaí, Arauani logo acima do lugar chamado Prainha, Anauarapucu, Jari, Xingu cuja ourela até ao rio Maruá é espinhada de restingas de pedra, e as cachoeiras começam acima do rio Tucurui, Jaraucu que deságua no Aquiqui, braço do Amazonas, Curuá junto às barreiras de Coçari pouco acima de Monte Alegre, Tapajós, Trombetas, Nhamundá. Todos os mais rios da Comarca são isentos de penhascos, que se oponham à sua navegação.

As serras e montanhas são as do Jutaí, Oiteirapuá, Emburanonga na vasta Baía do Piriá, a Caterina no rio Gurupi, as dos 7 rios Tromahi e Pirucaua, a do rio Urubucuára, as da cordilheira do Paru, as do rio Xingu das quais se debruçam sobre ele os rios Maníuba, Ará, Tucurui, Acaraí, e Píri, a de Monte Alegre no rio Gurupatuba, as do rio Tapajós, e a dos Parintins na margem do Amazonas fronteira à boca superior do rio Nhamundá.

Esta montanha dos Parintins assumiu este nome dos silvícolas assim denominados, que a habitaram. Altos arvoredos a enramam a sua lomba, que é uma planura, onde dizem ter existido uma aldeia dos ditos Parintins fundada pelos jesuítas e que os mesmos aldeianos se revoltaram contra os que lhe ministravam a doutrina, queimaram as casas esboroaram a igreja, enterraram os sinos e transfugiram para as brenhas. Ainda dura na circunvizinhança a tradição oral de que em todas as noites de Natal se ouvem os sinos soterrados.

Esta comarca não é país colinoso; as montanhas e serras que ficam mencionadas, estão muito distantes entre si; portanto elas não limitam a perspectiva, antes são vistosas assomadas da espaçosa planura do país. Galgando-se o cimo de qualquer empinado monte folga-se de olhar paisagem arrebatante.

CABEÇA DA COMARCA DE BELÉM

Cidade de Santa Maria de Belém do Gran-Pará, na qual repousa a cabeça da Comarca e da Província.

Esta cidade jaz assentada em distância de vinte e cinco léguas geográficas da Ponta da Tijoca na orla marítima da curvidade oriental da estendida abra começada a uma légua acima da cidade pela coadunação dos rios Guamá e Acará, o primeiro já adunado ao Capim desde a Freguesia de São Domingos da Boa Vista distante da cidade 16 léguas, e o segundo também já unido ao Moju desde a distância de 6 léguas da mesma Cidade.

A esta coadunação de rios serão os naturais e próprios indígenas da terra o nome de Guajará, que ainda persevera.

Os primeiros portugueses transplantados a tinham denominado Rio de Belém, deduzindo este nome da invocação da Virgem de Belém Patrona tutelar da cidade. Mas em rigor geográfico é o Guamá quem devia manter o seu nome até a ilha de Tatuoca, onde o Tucantins associado com os rios Cupijó, Araticu, Puruaná, Panaiva, Mucajá, Jacundá, Jacarajó, Acutiperera, Uanapu, Pacaiá, Iriuaná, dispanados da costa do continente situado entre Camutá e Gurupá, se ajunte com ele, e ambos defluem no oceano correndo por entre a costa 7 do continente da capital e a costa oriental da Ilha Grande de Joanes; porque o dito continente é uma pequena península principiada da Vila de Ourem, onde um trato florestal de 5 léguas discrimina o berço do rio Caité das águas do Guamá, o qual e o mesmo Caité cingem às terras deste continente.

Porém como os antigos na imposição de nomes aos rios da Província não se regulavam por princípios geográficos, mas sim por mera vontade sem outra regra mais do que o seu capricho; e sobretudo pelo que ouviam aos indianos, os quais tinham e têm o costume de apelidar um mesmo rio com diferentes nomes, chamado de um modo desde a sua foz até à boca de um qualquer confluente, daí para as suas vertentes lhe dão outro nome; por isso se nota grande impropriedade na designação de qual de três ou quatro correntes aglomeradas é a principal pela sua constante direção atendida desde a fonte, de que ela derrama a sua enchente. O mesmo rio Amazonas, que é um dos mais bem apontados, em toda a extensão do seu curso padece anomalia em sua denominação, pois ordinariamente lhe cha-

mam Solimões da garganta do rio Negro para cima, não havendo para isto outro motivo mais do que terem sido habitadas as suas abas naquela paragem pelo Gentil Solimões. Ora se a este mesmo rio Amazonas déssemos os nomes das diversas cabildas silvícolas mais predominantes, que habitaram algumas porções da sua extensão, muito poucos poderiam facilmente conhecer para logo o Amazonas sendo enunciado com arbitrária aceitação ou escolha nessa récova de nomes.

A posição Geográfica da cidade é no paralelo austral 18', cruzado pelo meridiano 328º25', oriental ao primeiro meridiano da Ilha do Ferro.

A fronteira da cidade tem a figura de um cotovelo, que a terra estende sobre as correntes do Guajará; de cujo cotovelo o lado que defronta com a barra é de 800 braças, e o outro lado até ao Arsenal da Marinha de 600. Neste lado a praia não tem cais e no outro há uma de pedra, que decorre do Convento de Santo Antônio até defronte da boca da Travessa das Gaivotas, e uma rampa a que o vulgo chama ponte das pedras, mal ideada, acanhada e incompleta, que existe quase no centro da ribeira jacente entre a dita travessa e o referido cotovelo, e que tem sempre maior freqüência popular.

Divide-se a cidade em duas Freguesias: uma da Sé e a outra da Senhora Santa Anna da Campina. A primeira teve princípio em 1616: compõem-se hoje de 699 domicílios; e a segunda foi estabelecida em 1727 e consta de 1$236 casas. O solo é quase um plano porquanto os dois bairros pouco diferem do olival. O Largo da Matriz da Campina é mais alto que o da Sé seis palmos, e o aparta mento estes dois Templos de 376 braças. Entre os dois bairros decorre por meio do Largo de Palácio da praia ao alagadiço chamado Píri terreno baixo ao olival do mesmo Píri; e deste começa terra firme, que dirigindo-se para leste chega a ter quinze palmos de altura: igual terreno baixo existe ao Oriente do bairro da Campina entre a praia e o Largo da Pólvora e a dita terra firme, que se estira do Píri para o Nascente. Tal é a índole topográfica da terra que sustém a cidade; e cuja altura sobre a preamar pouco excede a vinte palmos da banda do Largo de Santo Antônio e a trinta da banda do Largo da Sé.

No bairro da Campina a terra é amarela e arenosa; e no da Sé a maior parte vermelha e cascalhuda.

Consta a cidade de 35 ruas de largura conveniente em umas e minguada em outras; dez são por ora meros caminhos recém-abertos, dos

quais algum estio sendo de raríssimo uso pela sua má qualidade, e pelos algares procedidos das enxurradas e vinte e cinco são orladas de edifícios na maior parte polidamente construídos e simples; muitos de um andar e poucos de dois; as mesmas ruas imperfeitamente alinhadas, muitas destituídas de calçada, e outras mal empedradas, porém todas assinaladas desde 1804 com uma inscrição alva em campo negro do respectivo nome nas esquinas, e os edifícios distintos pelo número escrito na verga da porta à semelhança das denominações das ruas. As quais são as seguintes: Rua do Açougue; da Boa Vista: do Norte; de São Boaventura; estas três estão na frente marítima; Rua do Espírito Santo; dos Cavaleiros; do Aljube; da Atalaia; Longa; de Alfama; da Barroca; dos Ferreiros; de Santo Amaro; do Bom Jardim; Nova do Piri; de São José; dos Mercadores; Formosa; de Santa Anna; das Flores: do Bailique; da Cruz das Almas; dos Quarenta e oito; de Belém: esta rua está em projeto; Rua de Santo Antonio; das Mercês; de São Vicente; do Pão d'água; de São Vicente de Fora; Nova do Príncipe; Nova da Glória; Nova da Princesa; dos Mártires.

As ruas comunicam-se por 31 travessas, das quais só 18 são contornadas de casas. Eis os nomes de todas: Travessa da Residência; de S. João; de Água de Flor; dos Cavaleiros; da Vala; da Praça; da Queimada; das Caneleiras; do Arsenal; do Pelourinho; do Bailique; de Caetano Rufino; do Espírito Santo; de Santo Antonio; dos Mirandas; das Gaivotas; do Açougue; da Misericórdia; do Passinho; da Piedade; das Eleições; dos Carros; da Pedreira; dos Inocentes; das Flores; de São Vicente; da Olaria; da Glória; da Praia; da Estrela e de São Matheus, na qual se extremam as duas Freguesias, principiando a da campina, do lado oriental, e do lado ocidental a da Sé.

Os largos são 12; cinco grandes, e sete pequenos: estes são o de Santo Antonio, o de Santa Anna, o das Mercês, o da Trindade, o do Rosário, o de São João, o do Carmo e aqueles são o da Pólvora, o dos Quartéis, o de Palácio, o da Sé e o de São José, entre os quais o da Pólvora é o maior, e depois deste o de Palácio, cuja área foi determinada pelo General José da Serra, o qual para esse fim comprou o alagadiço por onde corria um esteiro ou pequeno Igarapé, que do mar entrava no Piri pelo sítio, em que hoje está a Casa do haver do peso. Ele tem 60 braças de largura e 85 de comprimento.

A cidade não é iluminada nas noites do interlúdio; o Palácio do Governo e alguns negociantes usam de placas reverberatórias.

Não há chafarizes, que adornando a cidade disparem jorros de água perene: 10 poços os substituem, seis de pedra e quatro forrados de madeira com bocais da mesma, e uma bica enterrada de dois canos de pedra, para a qual se desce por duas escadas laterais de cinco degraus de ladrilho: obra esta que foi construída em 1801. Além destes poços públicos há outros particulares, que são francos.

O estado de relação, em que se acha a polícia do país pelo lado da higiene e da mobilidade pública é mau por se não evitar o bafo maligno das valas do Piri sempre ocupadas de águas estagnadas, e por se empedrar as ruas escavadas pelas chuvas.

As igrejas do bairro da Sé vulgarmente chamado da cidade são a Catedral de Nossa Senhora da Graça; a Capela de São João Batista, a Igreja de Santo Alexandre, que foi dos jesuítas; a de Nossa Senhora do Monte do Carmo dos Religiosos da mesma Senhora; a de Nossa Senhora do Rosário; a de São Boaventura, que foi dos religiosos da Conceição da Beira e Minho; e uma capelinha de Santa Rita de Cássia defrontando com a cadeia. E no bairro da Campina a Matriz da Senhora Santa Anna; a Igreja de Nossa Senhora das Mercês, que foi dos religiosos da mesma Senhora; a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Minas; a de Santo Antonio dos Capuchos; a da Santíssima Trindade; a Capelinha da Travessa do Passinho, pertencente aos herdeiros do seu fundador Ambrosio Henriques; e a capela suburbana de Nossa Senhora da Nazareth do Desterro.

A Catedral é a primeira das construções notáveis: ela é de abóbada, cuja altura tem nove braças na vertical do seu fecho; o prospecto é simples mas elegante pelas suas proporções, pelo retábulo do nicho em que está a imagem da Senhora de Belém, e pelas torres de dezoito braças e meia de estatura e coroadas de um zimbório e lanterna fingida; tem 30 braças e seis palmos entre o limiar da portaria e o retábulo do altar-mor; na largura da nave principal seis braças; na do presbitério cinco braças e um palmo; no comprimento do mesmo presbitério treze braças e meia; entre o vestíbulo e as grades do cruzeiro há cinco altares de cada lado, dois no cruzeiro, que são um do Sacramento e o outro da Senhora de Belém; os rétabulos de todos os altares são de talha aperolada e dourada, todos menos o da Senhora de Belém, que tem imagens, e o do Sa-

cramento, que só tem o trono fechado em uma cortina, são ornados de grandes e bons painéis; a cornija é de cor de pedra lioz e corre por cima de capitéis dourados, que coroam as pilastras dos intervalos dos altares; há no presbitério dois coretos, um defronte do outro para os músicos, e outro no vestíbulo. As sacristias do bispo e do cabido estão à direita e à esquerda da capela-mor; amplas são e claras; o teto da primeira é de volta de sarapanel, e o da segunda era de estuque, hoje de madeira; paralelamente as paredes da nave principal há dois corredores largos que terminam no cruzeiro junto aos altares dele; no da esquerda estão as casas chamadas das Capas e uma escada, que conduz à Casa do capítulo dos Cônegos e do seu Arquivo; no corredor da direita está a Sacristia do Cura e uma escada que dirige a uma casa onde o subchantre dá lições de Psalmódia e a outra casa do consistório dos Irmãos do Sacramento; cinco portas dão entrada para esta basílica, a primeira no frontispício, a segunda por baixo da torre da direita não da frente dela, mas ao lado, a terceira do mesmo modo colocada por baixo da outra torre, a quarta junto à sacristia do bispo, e a quinta perto da sacristia do cabido.

É sem dúvida elegante, aprazível e amplo este templo para o culto da piedade católica; nele o cabido conspícuo no exercício da religião desempenha com dignidade, fervor e zelo o alto ministério de suas funções sagradas conforme os ritos e celebridades eclesiásticas da Basílica de Santa Maria de Lisboa. Os vasos sagrados e alfaias são ricos; as vestimentas e mais peças tocantes ao culto da religião e adorno dos altares estão em parte carecendo de uma substituição conveniente à pompa e uso dos sacramentos.

Segue-se à Catedral em merecimento de arquitetura a Igreja dos Carmelitas, a qual é também de abóbada; a sua fachada está formada de pedra de Portugal; tem duas naves, a principal e a do cruzeiro; os altares estão entre colunas dóricas; falta-lhe reduzir ao mesmo estilo de arquitetura a capela-mor, que ainda persevera da antiga igreja, que desmoronaram em 1766; e que foi fabricada à custa do seu padroeiro o Coronel das Ordenanças da cidade Hilário de Moraes de Betencourt.

Depois desta apresenta-se logo a da Freguesia da Senhora Santa Anna igualmente de abóbada e do feitio de uma cruz grega coroada de uma cúpula e lanterna; o retábulo do altar-mor é um artefato que ilustra o Alvanéo que o fabricou; tem bons painéis no Altar do Sacramento e no

das Almas. É pena que esteja desfigurado o frontispício desta bela igreja depois que lhe derrocaram duas das quatro colunas laterais da portaria para lavrar duas torres, que sobre não serem delineadas no gosto da traça do templo foram causa eficiente de sofrer a abóbada uma longa fenda, e que se acham completas, servindo em seu lugar um campanário mal ideado e pobre, que construíram defronte da portada. Não foi só este o insulto que a ignorância se arrojou a fazer a este nobre edifício; antes das torres já lhe tinham levantado uma casa para o consistório da Irmandade do Sacramento no mesmo lugar designado pela planta para as torres, e já lhe tinham construído no vestíbulo um coreto para os músicos.

Também é digna de menção a Capela de São João Batista que é de forma poligônica regular de oito lados e coberta de abóbada; tem três altares, cujos quadros são de fácil e laborioso pincel de Pedro Alexandrino de Carvalho; o seu prospecto é adornado de quatro colunas dóricas e duas pirâmides quadriláteras com uma estrela de ferro no vértice. O desenho não lhe deu torres: tem somente um pequeno campanário de alvenaria junto à sacristia.

A Igreja de Santo Antonio dos Capuchos, ainda que no ordinário gosto destes padres, é de abóbada e bem construída.

Dentro do termo da cidade há nove freguesias cujos oragos e sítios respectivos são os seguintes: a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Lugar de Bemfica no rio Mauari, a de São Francisco Xavier do Lugar de Barcarena no rio Gebrié; a de Nossa Senhora da Conceição do rio Abaité; a de Santa Anna do Igarapé-miri; a do Espírito Santo do rio Moju; a de Santa Anna do rio Bujaru; a de Santa Anna do rio Capim; a de São José do rio Acará; e a de São Domingos da Boa-Vista na junção dos rios Guamá e Capim chamada Guajará.

Além das confrarias, que contribuem para o culto do santíssimo sacramento das duas freguesias da cidade, há na Igreja dos Carmelitas Calçados uma decente capela administrada por uma Confraria de Nossa Senhora do Monte do Carmo, uma Confraria do Senhor Jesus dos Passos, e a de São Miguel, a de Nossa Senhora do Livramento formada de homens pardos e a de Santa Efigênia de homens pretos, a Confraria de Nossa Senhora do Rosário na Igreja consagrada à mesma Senhora, a Confraria de Nossa Senhora de Belém na Sé, a Confraria de São João Batista e a de Nossa Senhora das Dores na Capela do dito San-

to, na qual antes de ser reedificada esteve a Freguesia de Nossa Senhora da Graça desde que caiu em ruínas a primeira, que havia sido construída no largo hoje denominado da Sé, e por isso o Primeiro Bispo ali colocou a Sede Episcopal em 21 de setembro de 1724, e ali se conservou até 24 de dezembro de 1755 em que se transferiu o Santíssimo Sacramento para a nova Catedral fabricada no sítio em que hoje a vemos, e que tendo sido principiada em maio de 1748 se achava no dito ano de 1755 edificada até o arco da Capela mor: a Confraria de Nossa Senhora da Boa Morte na Igreja de Santo Alexandre do extinto Colégio dos Jesuítas, e na mesma Igreja a Confraria da Misericórdia, que ali se colocou em 1798 em virtude de Ordem Régia, deixando a sua Igreja, que fora ereta em 1650 no lado Oriental da rua de Santo Antonio pouco distante do Convento dos Mercenários, e que por descuido caíra em ruína: a Confraria Militar do Senhor Santo Cristo na Igreja de Nossa Senhora das Mercês dos expulsos Mercenários, de que tomou posse em 1798 largando a Igreja de Santo Alexandre, para a qual segundo a impetrada Ordem Régia havia passado no dia 16 de dezembro de 1790 da sua Ermida, que fora levantada de boa taipa de pilão junto ao Forte hoje denominado Castelo; nesta mesma Igreja das Mercês estão as Confrarias de Pardos de São Pedro, da Redenção das Almas, e da Conceição, a Confraria de Pretos de Nossa Senhora do Rosário, e outra de São Benedito na Igreja da mesma senhora pertencentes aos ditos pretos, e por eles atualmente em nova edificação com mais decência do que a antiga construída ao pé da primeira, que demoliram em 1725: na segunda Ermida destes pretos esteve a Freguesia da Campina desde o ano de 1727 em que foi criada até que a Irmandade do Sacramento teve pronta a Igreja própria, que principiou a lavrar em 1761, segundo a excelente planta dada por Antonio José Lande para despejar a dita Ermida, onde mais não podia continuar tanto pela sua estreiteza como pela sua constante dissonância entre as duas Confrarias; a Confraria da Santíssima Trindade na Igreja dedicada a este Mistério de Fé, a Confraria de São Francisco de Assis com boa Capela na Igreja dos Capuchos; nesta mesma Igreja estão também a Confraria de Jesus, Maria, José, de Pardos, a de Santa Rosa de Lima de Mamelucos e a do Senhor Jesus dos Navegantes, a cujo altar todas as sextas-feiras se dirigem muitos devotos. E finalmente a Confraria de Nossa Senhora de Nazareth do Desterro na sua capela suburbana.

Os conventos, que diversas comunidades religiosas fabricaram, são seis: três à borda d'água no lado da cidade, que defronta com a barra, dois na ribeira, que corre ao sul, e um no âmbito da cidade da banda do mato perto de um igarapé, que do mesmo convento recebe a denominação.

Dos que foram lavrados na ourela do mar, o primeiro foi o de Nossa Senhora do Monte do Carmo no princípio de 1626 pelos Carmelitas Calçados, formando com o de Maranhão uma Vigararia Provincial subordinada e conexa com o Capítulo Provincial de Lisboa. Para esta fundação deu o Capitão-Mor Bento Maciel Parente a sua casa situada no fim da Rua do Norte. Em 1696 fez-se novo Convento de taipa de pilão, e em 1708 levantou-se o atual, que ficou incompleto e muito irregular. O segundo foi o de Santo Antonio em junho de 1626 pelos Capuchos, que deixaram o seu hospício ereto em agosto de 1617 no Sítio de Una arredado para baixo da cidade três quartos de léguas. O segundo convento que eles fabricaram, e que existe, é bem edificado e bem conservado. O Terceiro o de Nossa Senhora das Mercês e Redenção dos Cativos em 1640 por Frei Pedro de la Rua Cirne, religioso da Ordem Calçada da denominação da mesma senhora, entre o Convento de Santo Antonio e o cotovelo da frontaria da terra; este convento é grande e não concluído. O quarto, o de Santo Alexandre, em 1653 pelos Padres da Companhia de Jesus na vizinhança do Forte do Santo Cristo hoje denominado Castelo, cujo Convento é amplo, mas de construção não ultimada. O quinto, o de São Boa-Ventura, erguido pelos religiosos da Conceição da Beira e Minho em 1706 sem ordem régia no sítio antigamente chamado o Porto do Tição dentro das sessenta braças, que deu José Velho para esta fundação, contadas do Igarapé da comedia dos peixes-boi para baixo: este convento é um pequenino hospício, que nenhum estudo e primor custou à arquitetura. E o Sexto o de São José em 1749 pelos religiosos da Piedade que já se achavam na Província desde 1693 e senhores do hospício de Gurupá feito de ordem régia para uma missão de Capuchos da Arrabida, que se não verificou. Este convento é aquele que não foi fabricado na ribeira da cidade: ele está situado na parte superior do referido Igarapé da comedia dos peixes-boi, cuja denominação depois de levantado este convento ficou substituída pela de São José Orago

da respectiva Igreja. O desenho deste edifício é segundo o estilo dos Capuchos, e a sua execução ficou incompleta.

Dos mencionados conventos o de Santo Antonio e o do Carmo ainda têm religiosos, mas em número extremamente pequeno, e esses quase todos fora do retiro de Claustro, Vigariando Freguesias do Bispado. Quanto aos religiosos dos outros conventos: os da Piedade retiraram-se em 1759 para Portugal, dando à execução o Aviso de 5 de fevereiro de 1758, o qual quebrou a sua residência na Província pelo motivo de comportamento pouco de acordo com os deveres, que a qualidade de Cenobitas lhes impunha. Os da Conceição da Beira e Minho recolheram-se no mesmo ano de 1759 ao convento da sua Ordem na cidade do Maranhão em virtude do aviso de 12 de abril de 1758. Os Padres da Companhia embarcaram presos para Lisboa em 1760 em conseqüência da lei de 3 de setembro de 1759, que os proscreveu. E os mercenários transferiram-se em 1794 para os conventos da sua Ordem no Maranhão na conformidade do Aviso de Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos expedido em 24 de março do mesmo ano, que igualmente mandou seqüestrar todos os seus bens.

As bocas por onde caía o dinheiro nas mãos dos jesuítas eram as suas Fazendas da Tabatinga, de São Caetano no Município da Vigia, de Burajuba, de Jaguarari no rio Moju, de Gebrié no rio deste nome, de um Cacoal no Igarapé de Maria Nunes, de uma Fazenda no rio Guamá, de cinco fazendas de criar gado vacum e cavalar na Ilha Grande de Joannes, e de um Pesqueiro no rio Tocantins pouco abaixo da praia do Embiral. O patrimônio dos mercenários compunha-se da Olaria de Tucunduba, que deram ao Hospital da Caridade, da Fazenda de Val de Caens, da de Santa Anna na foz do rio Arari, e de outra dentro do mesmo rio, da de São Pedro, dos Retiros São João, São José, Guajará, São Jerônimo, da Fazenda de Santo Antonio na costa boreal da Ilha Grande de Joannes, da de São Lourenço no Paracauari ordinariamente chamado Igarapé Grande, e da Roça de São Macário aderente a esta fazenda. Os Carmelitas foram possessores de pingues dádivas: hoje ainda são proprietários da Fazenda do Cabresto no Igarapé de Santa Cruz, que lhes doou o Capitão Domingos Rodrigues Cabresto, de uma fazenda de gado no rio Camará de Marajó, da Fazenda de Pernambuco no rio Guajará doada por Lourenço Malheiro Correa, da

Engenhoca, de Santa Thereza de Monte Alegre dada pelo Monarca, e dos Sítios Bom-jardim e Valverde. As rendas dos Religiosos da Piedade, e dos da Conceição da Beira e Minho, consistiam nas esmolas, que aquistavam, e no que adquiriram nas Aldeias de suas Missões. Os Religiosos de Santo Antonio tem nas suas esmolas dos moradores as suas rendas: e hoje a Lei de orçamento de 15 de novembro de 1831 no parágrafo 8º artigo 38, Capítulo 12 os despossuiu das propinas de Tainhas e da Ordinária de 150$000 réis, que lhes foram dadas pela Provisão do Conselho Ultramarino de 12 de agosto de 1752, e principiadas a receber pela ordem de 24 de fevereiro de 1759 do General Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

No Convento de Santo Antonio estão em atividade duas escolas: uma gratuita de Gramática Latina ensinada pelo digno religioso e venerando ancião Frei Antonio de Santa Thereza, e outra do ensino mútuo paga pela Tesouraria da Província.

No Convento das Mercês a maior parte do primeiro pavimento é ocupada pela Alfândega e Mesa da Estiva, sendo a antiga sacristia onde existe a mesa grande; e no segundo pavimento da banda do mar está a Casa da Praça do Comércio, que em 1819 o Conde de Vila Flor permitiu arranjar e mobiliar à custa dos negociantes, que lhe requereram o estabelecimento da dita casa; e no mesmo pavimento está também aquartelado o Batalhão de Caçadores nº 16.

No Convento dos Padres da Companhia a parte mais nova serve de Palácio Episcopal desde o ano de 1773: o resto é ocupado pelo Seminário Eclesiástico; o qual foi criado por alvará de 20 de março de 1751 com sujeição ao Ordinário, e colocado nas casas de dois pavimentos sitas na extremidade da rua do Açougue sobre o mar da banda da Travessa dos Mirandas compõem-se, e administrado de Ordem do Bispo pelos jesuítas até o momento em que foram expulsos; e então foi trasladado para a parte primogênita do Convento destes padres, e passou a ser governado por um Reitor Clérigo Secular amovível.

O patrimônio deste Seminário compõem-se da quantia anual de 200$000 réis fornecida pelo Cofre da Província, de 756$000 réis oriundos de aluguéis de prédios urbanos, e da pensão anual de 60$000 réis paga pelos Porcionistas: cujo número não é prefixo, e no qual entram sempre quatro que são mantidos à custa da casa, e por isso distintos dos

outros por uma divisa verde com três pontos brancos colocada em uma das pontas da estola encarnada que trazem sobre a sua vestidura talar azul claro; e os que têm esta divisa gozam de preeminência sobre os outros. Neste seminário por determinação do Bispo Dom Frei Miguel de Bulhões residem os Meninos do Coro como pensionistas.

No Convento do Carmo acha-se estabelecida a Sala das Sessões do Conselho Geral da Província.

No hospício de São Boaventura esteve a Intendência da Marinha: e nele moraram todos os intendentes até o tempo da sua abolição. Em torno deste hospício da banda da terra corre uma bastida de Acapu; e todo o espaço por ela encerrado é o Arsenal da Marinha desde 1761, em que o General Governador Manoel Bernardo de Mello e Castro escolheu e designou a sua ribeira e praia para o estaleiro da nau Belém, fazendo erguer telheiros e mais edifícios necessários, e deixando de estabelecer ali o Hospital Militar segundo a Carta Régia de 18 de junho de 1760.

O Convento de São José há tido diferentes usos. Ali estava uma Companhia de Pedestres; passou depois a ser Quartel do Corpo de Artilharia, fazendo-se-lhe as obras necessárias. Novas acomodações se lhe ampliaram para o apropriar a um Alojamento do Esquadrão de Cavalaria. Também serviu de depósito de pólvora; e de prisão de criminosos; e no tempo anterior a tudo isto (1767) teve uma olaria, da qual chegaram a existir restos até o ano de 1803.

Há também uma Casa de Educandas estabelecida pelo Bispo Dom Manoel de Almeida de Carvalho no ano de 1804 em benefício das Meninas Gentias, que na sua visita do sertão fez transportar para a cidade; das quais já hoje não existe nenhuma por terem morrido umas, e casado outras. A manutenção desta casa até o tempo, em que S. Majestade o Imperador lhe deputou em provisão de 26 de julho de 1824 a ordinária de 200$000 réis, foi subsidiada de algumas pessoas, que com louvável zelo deram esmolas deputadas para as despesas indispensáveis, as quais não podia comportar a pequena renda de 129$000 réis de umas propriedades de casas; despesas, em que também entra o aluguel da mesma casa, em que moram as educandas, e que pertence ao patrimônio do Seminário Eclesiástico.

Um Procurador Clérigo e um Capelão servem gratuitamente esta Casa de Educandas com subordinação ao Prelado. Consta presente-

mente a dita casa de uma regente e mestra, de seis educandas pobres, de sete Porcionistas, pagando cada uma a ordinária de 25$000 réis anuais, de três serventes, e de três escravas.

Os edifícios públicos são o Palácio do Governo, a Casa do abolido Hospital Militar, a Casa da Aula de Artilharia, o Hospital da Caridade, o Arsenal de Guerra, os Armazéns da Marinha, a Cadeia, os Quartéis e o Horto Botânico.

O Palácio do Governo é um edifício, que não se acha em contigüidade com algum outro: na sua arquitetura houve gosto e certa elegância, menos na comodidade da distribuição interna das casas, a qual foi regulada pelo Governador, que em 1767 o mandou lavrar. É de três pavimentos: tem espaçoso átrio e mediano jardim. No primeiro pavimento estão a capela, diversas casas, algumas delas ocupadas pela junta da fazenda, contadoria, pagadoria, cozinha, cocheira, e cavalariça: no segundo onze grandes salas, oito aposentos, e um salão, do qual a entrada exterior está no centro da arcada, em que termina a ampla escada despartida no terço da altura em duas, que fenecem na arcada do vestíbulo, e que recebem luz de quadro janelas, cujas ombreiras firmam-se no mesmo plano de uma varanda descoberta, que em bom tempo serve de dar serventia e passagem mais breve de um para outro lado sem ser preciso circular o corredor: e o terceiro é uma só casa, que ocupa o centro da frontaria: e a parte oposta é toda uma varanda somente descoberta nas extremidades, de cujo centro se desce para o jardim por duas escadas de ladrilho reunidas em um tabuleiro de sacada, sendo a dita varanda o remate da espalda deste edifício, que por bem traçado e suficientemente vasto ilustra a cidade.

A Casa do abolido Hospital Militar é um edifício de dois pavimentos de 14 braças de frente e 19 de fundo compreendido o patim, no qual há um poço cuja água somente servia para a cozinha e lavagem de roupa. Ela tinha sido do Domingos da Costa Bacelar, que a ergueu para seu próprio uso à borda d'água no lado ocidental do Largo da Sé. O General Fernando da Costa Ataíde Teive julgando-a apta para Hospital dos Militares tanto pelo sítio, como pelo pouco dispêndio e trabalho, que seria preciso para ordená-la conforme a este emprego, mandou em 1765, à Provedoria dos Contos que a comprasse por sete mil cruzados, em que os Louvados a avaliaram pelo seu intrínseco, localidade, e interesse, que

o proprietário tiraria dela. Compra, a que se viu precisado o dito General pelas representações do médico e do cirurgião, nas quais estes diretores da saúde pública o informaram que o seu predecessor antepondo o Castelo ao Hospício de São Boaventura para o estabelecimento do Hospital Militar pela razão do incômodo, que experimentariam os enfermos com o rebombo das Oficinas do Arsenal, eles no lugar escolhido estavam de pior condição, porque uns faleciam pelo mal cômodo e muito calor, e outros tinham lento progresso na saúde, recaindo pelo ar infecto, que respiravam em casas, pequenas e soterrâneas, com infrutuosa e máxima despesa da Fazenda.

A Casa da Aula de Artilharia é uma casa ordinária de sobrado de duas frentes, uma para o largo de palácio, e outra para a travessa da residência. Este prédio, que ao depois passou a ser possessão da fazenda do Estado, o Governador Francisco Pedro de Mendonça Gurjão tomou de aluguel em 1748 para dele fazer Armaria das Armas mal guardadas no Palácio do Governo já muito arruinado, onde as havia depositado, o senhor de pancas no ano de 1713, removendo-as do antigo Armazém da Pólvora. Depois de adjudicados ao fisco os bens dos mercenários o Governador Dom Francisco de Souza Coutinho mandou depositar estas armas e todas as mais munições e petrechos de guerra dentro de uma pequena parte do convento destes padres, a qual fez arranjar aproveitando os abides da antiga armaria, e lhe deu o título de parque. O Conde dos Arcos estabelecendo na dita casa a aula do corpo de artilharia, criado no mesmo tempo, em que se lhe confiou o governo da Província, deu motivo a que dali em diante fosse enunciada com a referida denominação. No segundo pavimento foram colocadas as escolas de matemática e sua aplicação à artilharia, de desenho e de gramática latina, e uma pequena biblioteca para uso dos alunos das duas primeiras escolas, e os instrumentos topográficos, e os da prática da teoria do tiro: O primeiro pavimento foi ocupado por duas escolas, uma de primeiras letras e outra de filosofia racional e moral, e pelo depósito ou guarda de todos os papéis relativos à antiga provedoria dos contos. Atualmente está em uma parte do primeiro pavimento o cartório do correio geral, e em uma das salas do segundo pavimento a escola do ensino mútuo do bairro da Sé. A biblioteca do corpo de artilharia e os instrumentos foram arrojados para uma das trapeiras do Palácio do Governo: e os papéis da antiga provedoria foram para a conta-

doria, onde as suas estantes os suportam. O estado da ruína do indicado edifício brada por concerto, do qual se não cura.

O Hospital da Caridade é um edifício de trivial arquitetura: a sua fachada apresenta três janelas entre duas portas no primeiro pavimento, cinco janelas de sacada e balcões de ferro no segundo, e duas de peitoril no terceiro: e a planta consta de dois quadrados ligados por um paralelogramo, cuja base tem os dois terços da largura do terreno. No primeiro pavimento do quadrado da frente sobre o qual levantaram os dois sobrados está a casa, que se destinou para a botica, e o corredor da entrada: no segundo pavimento a sala do consistório dos Irmãos da Caridade, e a casa do cofre: e o terceiro é todo uma sala. No primeiro pavimento do quadrado da espalda do edifício duas casas desiguais para enfermarias quando seja preciso, uma galeria, com pilares e balaústres de madeira, e latrina de fácil escoamento e com vestíbulo entre as portas: debaixo deste pavimento há outro todo lajeado, onde se acha a cozinha e aposentos dos escravos com janelas e porta para um cais de cantaria com escada: no segundo pavimento há uma sala e outra menos larga, ambas para enfermarias sendo preciso, galeria igual à debaixo, e latrina. O primeiro pavimento do paralelogramo, que une os dois referidos quadrados, é uma enfermaria assoalhada de táboas até a coxia, da qual o soalho é de ladrilho: o segundo é uma grande casa e galeria, para a qual guiam duas escadas largas reunidas em um tabuleiro de sacada, uma que principia na contigüidade da cancela da garrida fronteira à porta da entrada do hospital e a outra da parte oposta. A dita grande casa é uma enfermaria, que tem vinte e um cubículos sem porta, mas que se fecham com cortinas de lençaria da Ásia, e suficientes cada um para conter o leito: e tem no fim da coxia um altar com retábolo de talha dourada e contornado de uma balaustrada: esta enfermaria tem saída para o consistório, para as casas da parte que olha para o mar, e para a galeria do patim por duas portas, uma correspondente ao centro da enfermaria, e a outra defronte do lado direito do altar. A enfermaria das Mulheres é no terceiro pavimento do quadrado da frontaria: a ela se vai por uma escada que da galeria do patim se dirige por cima da casa do cofre. Nesta mesma enfermaria há uma janela coberta com gelosia, da qual assistem as enfermas à missa, que se diz no sobredito altar.

Este Hospital, que fundou o Bispo Dom Frei Caetano Brandão dentro de pouco tempo e com vitória de grandes e quase insuperáveis dificuldades, foi aberto no dia 24 de julho de 1787: e nessa ocasião houve um tríduo festivo praticado com a possível esplendideza, para a qual nada despendeu o recém-formado patrimônio do mesmo hospital.

Ele não é administrado hoje pelos Irmãos da Caridade, nem governado pelo Ordinário, conforme o seu instituto, mas sim pela Santa Casa da Misericórdia: aparentes razões, com que adrede souberam ilaquear, induzir em erro o Ministério em 1809, conseguiram a irrevogabilidade da extorsão.

Formam o patrimônio deste hospital várias propriedades de casas; uma fazenda de criação no rio da Sé e outra igual na ilha da Cavianna; uma fazenda denominada Guajará no rio Capim, na qual lavram sessenta e oito escravos; e uma olaria no igarapé Tucunduba.

O Arsenal de Guerra é o mesmo antigo Trem de Artilharia, que o Governador José Narciso de Magalhães de Menezes mandou construir em 1806, observando o que a este respeito ordenara a Carta Régia de 26 de abril de 1803: cuja construção ele determinou que começasse do parque estabelecido pelo Governador Dom Francisco de Souza Coutinho no Convento dos Mercenários, e que findasse no Beco do Açougue. Por efeito desta determinação o edifício do Trem veio a abranger todo o segundo claustro incompleto do mencionado convento: e quanto à disposição interna ela é a seguinte. O sobrado contém a casa da escrituração da contabilidade e do expediente, a armaria, os armazéns das munições e mais efeitos militares de infantaria, e cavalaria, e as oficinas dos alfaiates, sapateiros e serralheiros: e no pavimento térreo estão os armazéns das peças de artilharia, dos petrechos e dos projéteis, o laboratório pirotécnico, a ferraria com três fragas, e no pátio dois telheiros, em um dos quais trabalham os carpinteiros de construção de reparos e obra branca, e no outro há para obras fusóreas um pequeno forno com três foles, no qual se liquescem os metais, uma cova de serrar madeira com serra braçal, e uma pequena cisterna e almágega.

Os armazéns da Marinha são umas casas com um só pavimento e telheiros feitos de boas madeiras do chão e do ar, que mandou erigir à borda do mar em 1729 o Governador Alexandre de Souza Freire defronte do Palácio de sua residência denominando-os Casa das Canoas,

e designando repartimentos necessários, dos quais uns eram para o conchego dos indianos remeiros, outros para armazéns de munições navais, e o resto servia para a construção e guarda das canoas. Deu-se a esta Casa das Canoas um patrão-mor com 120.000 réis por ano, e um ajudante, que também o era das fortificações, com 46.800 réis anuais. Depois da criação da intendência da Marinha estabeleceram-se ali os armazéns das três classes sem se perturbar no mais o arranchamento antigo. Presentemente está em uma destas casas, que foram dos indianos remeiros, a mesa das diversas rendas e consulado: em outra o comissariado interino do provimento dos efeitos necessários às diversas repartições da economia pública, e na que servia de quartel ao extinto Corpo de Polícia assiste o Quinto Corpo de Artilharia de Posição.

A cadeia é uma casa alta ordinária de cinco janelas de sacada: foi principiada em 1737 e acabada em 1750: no primeiro pavimento estão os enxovias, e no segundo a sala da variação, a secretaria, o aposento do carcereiro, casas de reclusão e de segredo: tem o frontispício na rua dos Mercadores, que vulgarmente se chama da Cadeia em razão dela, e a espalda na rua da Boa Vista ou da Praia como mais geralmente eles chamam. O âmbito deste edifício, que é mais amplo do que o da primeira cadeia construída no largo da Matriz depois chamado da Sé, consentia melhor repartição interna da que se lhe deu: o que tudo bem mostra que o aparelhador em vez de ter em vista a fácil conservação do aceiro e salubridade a fim de dar ao edifício a elevação competente, e às enxovias e mais casas a capacidade relativa a um número razoável de presos libertos e escravos só traçou e construiu esgastulos de tristeza, de tormento, e de hábito empestador.

Os quartéis são uma longa casa térrea de duas águas, da qual todo o lanço longetudinal da banda do largo é acompanhado de uma alpendrada de curta largura sobre esteios de Acapu esquadriados, que servem de pilares: a sua estrutura foi a das tulhas: entretanto são eles os que têm servido de aposentadoria ora de um, ora de dois regimentos de infantaria desde o ano 1779, em que foram construídos, e todavia melhores que os primeiros pois eram telhados com folhagem.

O horto botânico, que foi estabelecido em 1798 em virtude da Carta Régia de 4 de novembro de 1796, é um espaço quadrado de cinqüenta braças em cada quadra nas terras de São José pertencentes à Fazenda Real por doação de Hilário de Souza e sua Mulher todo cingido

de valado com tapume vivo de limão, cujo centro um poço ocupa com parapeito de alvenaria, que o contorneia; o qual era coberto por um grande teto de telha acoruchado, e do qual por meio de uma bomba se fazia a irrigação das plantas. Da casa deste poço pavimentada de ladrilho vermelho e alvo e guarnecida de poiaes partem renques de plantas domésticas e forasteiras já aclimatizadas, que se cruzam com outras, e dentro dos quadriláteros, que elas formam, existiam latadas e bosquetes de várias flores, que em torno adereçavam o espaço interior, e também algumas drogas necessárias ao homem que prova desmancho na saúde.

O seu primeiro Diretor foi Mr. Grenoullier, emigrado francês a quem se confiou a delineação deste horto destinado a viveiro e educação das plantas, por haver notícia de que ele era um bom engenheiro agrícola. Todavia o que ele praticou manifesta talentos botânicos, que mui pouco se ilustraram no Pará: não é preciso ter lido Tournefort, Adanson, Jussieu, Avellar Brotero, e Rodrigues Sobral, fiéis oráculos de um mundo pleno de milagres da natureza, para conhecer que este horto não tem a mais remota analogia com qualquer outro estabelecimento do mesmo gênero. Faltam-lhe a extensão e arranjamento competente; e carece de muitas plantas úteis e interessantes, e mesmo algumas das mencionadas por Aubelet na sua História das Plantas da Guiana: em suma ele não tem uma piscina ou alverca para as plantas aquáticas, nem uma opulência verdadeiramente médico-botânica. Ele chegou a ter dentro do seu recinto 2$362 plantas em número de 82 espécies diversas, e fora do recinto e perto a ele 441 em número de 51 espécies diferentes entre si e as do interno do recinto: a maioria de todas constava de algumas das indígenas e das já cultivadas em Caiena, de onde vieram, e de outras triviais das matas da Província e de facílimos cultivos pela proximidade do clima, em que nasceram.

Já há muito que este Jardim Botânico cessou de ser o objeto de proveito e diversão pública: hoje nada mais patenteia do que as tristes resultas da incúria, e em lugar do antigo coruchéu aparece uma ignóbil casa junto ao poço, em a qual moraram as lavadeiras do extinto Hospital Militar, que eram escravas de uma das fazendas de criação do domínio e senhorio público da Ilha Grande de Joannes.

Também no Piri chamado pelos antigos Alagadiço da Juçara, do qual o Conde dos Arcos fez sair estradas de passeio agradável contornadas de airosas mangabeiras, a junto ao cruzamento das duas princi-

pais pela sua extensão um espaço hortado, no qual se cultivam árvores aromáticas transplantadas da Gabriela, jardim de Caiena.

Aquele horto de caneleiras e outras plantas índicas, que deve a sua existência à Carta Régia de 6 de junho de 1809, é pequeno e mal disposto, e tão mal dirigido que a mesma canela, árvore tão amiga do influxo do sol, e que no Pará vegeta rápida e prodigiosamente, mostra que quem a cultiva não tem idéia alguma da sua natureza e das regras instrutivas da sua horticultura, e por isso ela tem aqui menos óleo essencial, e não é de tão boa qualidade como o da Ilha do Cilão. É igualmente defeituosa a operação do seu estonamento e expurgação da casca.

Deu-se ao mesmo horto um administrador, e um jardineiro: este vencia de salário e ração 160 reais diurnos na forma da sobredita Carta Régia, e aquele o ordenado anual de 200$000 reis por provisão do General Governador do primeiro de julho de 1810: cujo ordenado foi alçado a 300$000 reis pelo decreto de 5 de janeiro de 1824. Falecido o provido a Junta da Fazenda acordou que se desse provisionalmente à administração ao Cabo de Esquadra do Batalhão de Caçadores nº 24, que servia de feitor, e vencesse a gratificação de 100$000 réis além do soldo e mais vantagens inerentes à sua praça. Acordo este completamente racionável: porque se o defunto administrador nada sabia do objeto da sua administração, também o feitor que lhe sucedeu no emprego, não deixava de ser-lhe idêntico, na ordem da aptidão. Presentemente está tomado de renda.

Tanto este horto como o Jardim Botânico, e o mesmo Piri, se tudo fosse tratado debaixo de outra ordem sistemática, facilmente se congraçaria a utilidade com a aprazibilidade acreditando-nos com os estrangeiros inteligentes, que tais lugares visitassem. Porém hoje que a Câmara Municipal tem mudado a disposição da superfície do Piri pela circunscrição de terrenos dados em foro, e pelo abrimento de ruas e travessas, que não se pode conjeturar quando serão circuitadas de casas, estão abortadas todas as esperanças de amenizar e utilizar o melhor desafogo da cidade, isto é, a localidade mais apropriada para um passeio público indispensável aos habitantes de uma cidade quase subjacente ao círculo equinocial.

Este Piri ainda mesmo antigamente não deixou de ser considerado debaixo das relações da utilidade e da comodidade; em 1771 o Major Engenheiro Gaspar João Gerardo Gronfelts deu ao Governador Fernando da Costa de Ataíde Teive um plano bem inferido da sua localidade: ele ajui-

zou que em vez de empregar trabalhos hidráulicos para obter a exsicação desta lezira era melhor ir com a indicação da natureza, e aperfeiçoar a sua obra, fazendo um lagamar, que as águas da fundação do rio e as ascendentes no fluxo do mar naturalmente ocupassem. Para este lagamar ele dava três entradas, duas já apontadas pela natureza na paragem do Arsenal da Marinha e na do Ver o Peso, e uma que devia ser aberta por detrás da casa do Pépe e passar pela testada do antigo cemitério e da Igreja da Trindade então inexistente para se aproveitar a comunicação do Igarapé do Reduto já principiada pela natureza, que a levou na direção do Pau d'água até atravessar a boca da estrada, que hoje se chama da Nazareth, e que então tinha ponte e portão. O perímetro do lagamar, e as entradas para ele deviam ter um cais de pedra todo cingido de uma ala de árvores fecundas intermeadas de árvores de ornato. Para se fazer efetiva a possibilidade deste plano ele lembrou que a despesa se fizesse pelo público obrigando os moradores a pagarem tanto por cada reino das suas canoas quer do comércio interior do transporte dos efeitos agronômicos, as quais teriam no lagamar estância segura e independente da guarda dos escravos, pois que esta tocaria ao registro da entrada quando assim conviesse ao possuidor da canoa, e nesse caso as velas, remos, e leme seriam recolhidos na casa do registro. Este tributo deveria durar até cerrar o pagamento da despesa total; acrescentando o dito engenheiro alemão que esta obra se executar ele assegura que a cidade de Belém do Pará ficará sendo mais bela que a adriática Veneza tão celebrada.

A Topografia do mesmo Piri também provocou o jesuíta João Daniel a enunciar a sua obra manuscrita intitulada Tesouro descoberto no rio Amazonas que a cidade do Pará era tão ampla que formava duas, uma a Oeste do Piri, e a outra a Leste. O que ele por amplificação chistosa chamava Cidade a Leste do Piri é o bairro de Campina, o qual tomou este nome por ser edificado em terreno fora da cidade, e dela ser separado pelo Piri e pelo esteira ou igarapé, que do mar entrava no mesmo Piri pelo largo do Palácio do Governo. Eis a genuína razão do nome Campina dado ao novo bairro em seu nascimento; e não porque dentro dele houvesse existido esse principal capim, contendor do Principal Pará-assú, como alguns afirmam, sem se poder assinar nos fastos da Província uma época, em que tivesse lugar a contenda figurada entre aqueles dois Principais sobre a possessão de um terreno, que em nada se abalizava das ilhas e terras adjacentes; quando ainda supondo-a verdadeira não obstante nada

nos transmitirem a este respeito os Anais Históricos do País, jamais depois de Francisco Caldeira Castello Branco ocupar o terreno podia este edificador da cidade denominar bairro da Campina em memória do expelido Principal Capim um lugar vestido de excelsa floresta, e que só doze anos depois de principiado o assento da mesma cidade é que começou a ser despojado do seu longevo arvoredo. É mais verossímil que o rio Capim tomasse este nome do dito Principal; e se é assim nenhuma necessidade se pode presumir que ele tivesse de abandonar o seu graciosíssimo rio para vir empenhar-se em luta com o Principal Pará-assú a fim de adquirir a posse exclusiva de um terreno que não lhe ministrava vivenda.

A cidade do Pará é aberta pela parte da terra; foi circunvalada em 1793; hoje não há vestígio dessa circunvalação. Junto do porto à língua d'água tem um pequenino forte denominado de São Pedro Nolasco, que imita no seu contorno de um coração a forma, e que foi edificado em 1665; tem mais uma bateria com o nome de Santo Antonio formada em 1793 conforme as novas idéias de Montalembert a qual em 1807 foi sistematizada com o antigo Reduto de São José, obra de faxina plantada em 1771 na batente das ondas do mar a pouca distância da mesma bateria; e finalmente o castelo, que é um pequeno forte, que se construíu no acabamento do ano de 1615 sobre a ponta de terra, em que termina o langor marítimo da cidade fronteiro à barra, e que teve o nome de Forte do Santo Cristo. É impropríssima a denominação de castelo, que lhe deram; porque o seu recinto é diminuto: compete-lhe a de bateria, e quanto ao sistema o das baterias de costa.

A situação de todas estas obras de fortificação parece de suma importância para a segurança da capital e do seu porto, mas não está na mesma razão o desenho delas; e além disso as suas ruínas são muito notáveis mormente as do Forte de São Pedro Nolasco e da Bateria de Santo Antonio. O castelo dista desta bateria 515 braças; e o Forte de São Pedro Nolasco tem entre si e o castelo o apartamento de 210 braças.

O Forte de São Pedro Nolasco tem a seu cargo receber da Fortaleza da Barra a transmissão dos anúncios de aparição de navio feitos da Vigia da Ponta do Pinheiro, a quem os dá a Vigia da Ilha da Tatuóca na conformidade dos que se patenteiam na Vigia do Chapéu Virado, a qual é a primeira, que pelo determinado sistema de sinais anuncia o aparecimento de qualquer embarcação de altura.

Pela parte do mar não é a cidade defendida, porque só tem a chamada Fortaleza da Barra de figura circular, cuja bateria unicamente pode servir para os regozijos públicos, e para os cortejos da etiqueta. Esta fortaleza, que circundam as ondas do Guajará, está edificada desde 1686 sobre a extremidade do banco mergulhante de pedra, que se estende de Val de Cãns para baixo; cuja extremidade cobre-se pelas águas ascendentes no fluxo do mar, e está próxima ao canal, em que resvalam os navios, que apontam ao porto, e dista da cidade 3$725 braças craveiras. Ela tanto pela qualidade dos materiais como pelo seu curto âmbito e sistema de fortificação não inculca ser destinada à defesa da entrada do porto; e portanto não é debaixo deste ponto de vista uma fortaleza marítima, que reúna em si todos os meios precisos para repelir eficazmente qualquer ataque naval.

No ano de 1738 tinha-se principiado a ereção de um fortim sobre estacada na ponta setentrional de uma ilha, que jaz oblíqua contra a Fortaleza da Barra, de cuja ilha está quase cingido o canal dos navios, sendo por isso o melhor lugar que podiam escolher para remediar a insuficiência ou antes a nulidade da dita fortaleza. O indicado fortim era um paralelogramo, cujos lados maiores tinham vinte braças: ele chegou a ter cinco peças encaretadas: e como não foi concluído, o mar pode desfazê-lo.

Em 1822 o Governador das Armas José Maria de Moura ajuizando ao justo a conveniência de uma bateria plantada na vizinhança da Fortaleza da Barra, que a cobrisse da parte da ribeira oriental, obstando às tentativas do inimigo, designou a ponta de Val de Cãns para assento desta bateria, a qual foi construída de faxina, e cavalgada de quatro obuzes de seis e nove polegadas. Já não existe esta obra.

O estabelecimento de Instrução Pública, base da moral e da civilização, tem somente dois graus distintos. O primeiro compreende as escolas destinadas ao ensino da arte de ler e escrever, e dos princípios e regras fundamentais da aritmética e das verdades morais do catecismo: cujas escolas servem de preliminares aos estudos maiores, e delas precisam aos homens, que vivam em sociedade civil qualquer que seja a sua condição, estado e profissão. Os segundos graus contam as escolas de gramática latina, de filosofia racional e moral, de teórica, de geometria e de língua francesa: as quais são destinadas a dispor os noviços do Instituto Literário para o estudo próprio das ciências assim especulativas como práticas, e de todo o gênero de erudição. A escola do idioma francês pode

habilitar a mocidade para instruir-se na sua correspondente literatura: e debaixo deste ponto de vista faz-se assaz sensível a falta de uma escola de língua inglesa, a qual no sentir dos sábios é indispensável estudar-se para se poder adquirir instrução do manancial de luzes, gosto, e critério que encerra a literatura da grande Albion.

Tem conexão com este estabelecimento de instrução pública o Seminário Eclesiástico: nele ensina-se latinidade, teologia especulativa, moral, liturgia e música coral, a fim de habilitar para o sagrado ministério do sacerdócio a mocidade paraense.

Tal é a ordem sucessiva da instituição nacional sobre a instrução gratuita da mocidade desta Província: a distribuição das indicadas escolas é que se vai referir.

ESCOLAS DE PRIMEIRAS LETRAS

NA COMARCA DE BELÉM DO PARÁ

Seis na cidade: uma do ensino lancasteriano(x) no bairro da Sé com professor, outra igual no bairro da Campina com professor, e quatro do antigo ensino individual, três de meninos, e uma de meninas(xx) e todas quatro sem professor.

Uma em cada uma das vilas seguintes. Na Vigia, com professor: em Santarém com professor: em Cintra com professor: em Oeiras sem professor: em Melagaço com professor: em Bragança com professor: em Ourem sem professor: em Macapá com professor: em Mazagão com professor: em Garupa sem professor: em Monte Alere sem professor: em Óbidos com professor: em Faro sem professor: em Alemquer sem professor: em Porto de Mós sem professor: em Franca sem professor: em Nova de El-Rei com professor; nos lugares de Turissú, e Baião; e nas freguesias do Abaité e do Igarapé-miri, tudo sem professor.

(x) Não tem prosperado no Pará este método de ensino simultâneo; e seja qual for o motivo o que é certo que os respectivos mestres tratam de instruir os meninos na arte de ler e escrever pelo antigo ensino separado.

(xx) Esta escola foi dada a uma senhora de merecimento, que foi examinada na forma da lei: porém nunca tirou provimento, e ensina recebendo duas patacas mensais por cada discípulo; e o duplo se ao mesmo tempo as institui em cores e bordar de fio de seda ou ouro.

NA COMARCA DE MARAJÓ

Uma na vila de Monsarás sem professor: uma na freguesia da cachoeira com professor: uma na vila de Chaves sem professor: e uma na freguesia do Muaná sem professor.

NA COMARCA DO RIO NEGRO

Uma na vila de Barcelos: outra na vila de Moura: outra na vila de Borba: outra na vila de Olivença: outra na Missão de Vila Nova da Rainha: outra no Lugar da Barra: e outra na Missão dos Maués. Todas as referidas povoações estão sem professor.

O ensino não é uniforme em toda a Província: em muito poucas destas escolas menores se ensina a Gramática Portuguesa de Lobato, a Aritmética de Bezout, o Compreendido do Catecismo da Religião Cristã do Bispo de Montpellier, e outros livros elementares. As convenientes noções das virtudes naturais e sociais em nenhuma escola são dadas. O caráter da escritura britânica serve de tipo nos traslados, que nestas escolas se dão a quem aprende.

ESCOLAS DE LÍNGUA LATINA

Duas na cidade; uma no bairro da Sé e outra no da Campina, e ambas com professor.

Uma na via da Vigia, outra na vila de Cametá e outra na vila de Santarém; e todas três com professor.

O novo método de Pereira, a gramática de Lobato, as fábulas de Pedro, Virgílio, Tito Lívio, Cícero, Horácio e Ovídio, estão designados para instrução dos alunos destas escolas, cujo curso dura três anos.

ESCOLA DE RETÓRICA

Uma na cidade com professor.

O Extrato da eloqüência de Quintiliano, a Arte Poética de Horácio, o Tratado do Sublime de Longino e as Orações de Cícero, são as obras que estudam durante um ano aqueles que passam a matricular-se nesta escola como discípulos.

ESCOLAS DE FILOSOFIA RACIONAL E MORAL

Uma na cidade com professor.

O curso dura só um ano; e nele os cursistas aprendem a lógica e a metafísica de gênese, a filosofia moral ou ética de início, e a análise de alguns discursos filosóficos de Cícero.

ESCOLAS DA LÍNGUA FRANCESA

Uma na cidade sem professor desde a sua criação.

ESCOLAS DE GEOMETRIA

Uma na cidade, mas vaga desde que foi estabelecida.

Há na cidade uma aula de matemática e sua aplicação à artilharia, que está fechada desde o ano de 1823 por circunstâncias, cuja menção não pertence a este lugar.

Eis o honorário, que cabe a cada um dos professores das Escolas supramencinadas.

PRIMEIRAS LETRAS

ENSINO SIMULTÂNEO

"O professor tem o honorário de 300$00

ENSINO SEPARADO

O professor vence	150$000
A mestra de meninas	400$000

N. B. Atualmente o cofre da província nada despende com a escola das meninas, porque estas são quem ministram o honorário à sua mestra.

GRAMÁTICA LATINA

Na cidade o honorário do Professor.	400$00
Na vila de Santarém	300$000
Nas vilas de Cametá e Vigia.	200$000

RETÓRICA

O professor percebe o honorário de 240$000.

FILOSOFIA RACIONAL E MORAL

O professor tem o honorário de . . . . 300$000.

N. B. As cadeiras de filosofia, e retórica, e da língua latina tem um substituto, a quem se devolve a sua regência quando alguma delas esteja vaga, ou impedida por moléstia do professor efetivo. Este substituto percebe o honorário de 200$000 réis.

Apresentando pois o precedente quadro do sistema de instrução e escolas públicas 24 vilas, 3 lugares, 4 freguesias, e 2 missões, que foram contempladas na distribuição do ensino gratuito de ler e escrever; e indicando o mesmo quadro que das povoações compreendidas desta distribuição ainda estão sem mestre 14 vilas, 3 lugares, 3 freguesias, e as 2 missões; e compondo-se a Província de 44 vilas, 61 lugares, 10 freguesias, e 7 missões, que atualmente estão desfalecidas de escolas de primeiras letras, e portanto aqueles povos acham-se privados dos princípios essenciais, de que depende a sua felicidade individual, e aos quais tem igual direito como indivíduos sujeitos a um mesmo governo. Convém sem dúvida estabelecer escolas do primeiro grau em número igual ao dos povos por que eles pelos mui arredados intervalos das suas situações estão mui despartidos uns dos outros; porém como isso faria gravosa a despesa necessária para a manutenção da instrução pública, pode-se conciliar uma e outra coisa dando-se uma cadeira de ler e escrever às povoações, que por menos arretadas de duas outras ou três melhor convenham à fácil e cômoda instrução de um número proporcionado de estudantes.

Há longo tempo que as vilas indianas estão privadas do benefício das escolas de ler e escrever; e esta pobre gente no exercício dos empregos de Luiz e de Vereador da Câmara vendo-se empecilhada da ignorância procedida desta falta não sabe como haver-se no cumprimento das funções dos cargos do seu município, e para responder aos escritos de ofício do Governo ou de alguma das autoridades subalternas precisa descobrir quem leia e responda a fim de satisfazer nesta parte às suas obrigações. Quantos males não podem afetar sensivelmente a causa

pública exercitando empregos judiciais, e municipais homens analfabetos. Projetos de ambição e de partido sem a mínima dificuldade chegam por meio de tal gente à verificação.

São numerosos os fatos provenientes da ignorância dominante nas vilas dos indianos por efeito da deficiência das escolas do primeiro grau da instrução pública. Entre eles conta-se que um morador da Vila de Santarém apenas abordara com a praia da Vila de Boim, onde se enderaçara com o desígnio de chatinar algumas drogas do mato, se lhe apresentará um indiano, que na qualidade de porteiro o notificará para comparecer na Câmara sem demora. Pronto o porteiro virou as costas sem dar tempo à mínima desculpa; e logo voltou com cinco homens da sua mesma cor enfuscada; eram eles os oficiais da Câmara daquela vila, os quais lhe ordenaram que os acompanhasse. Entraram todos na choupana, que servia de Paço do Conselho, e ali um deles presidente do Senado proferiu que há quatro dias andavam cuidadosos em buscar uma pessoa que lhes lesse um ofício do Presidente da Província. Depois de lido mandou a Câmara que o intérprete lavrasse a reversal como entendesse, a qual foi firmada de cruz por toda a Câmara sem ela querer o enfado de ouvir a leitura. Concluída a ação de cerrar e lacrar a Carta, o Senado conduziu à canoa o seu fortuito secretário; e no dia subseqüente de manhã pessoalmente o presenteou com peixe fresco e caça, agradecendo-lhe muito o grande serviço que com eles praticara.

Esta anedota é corrente na Vila de Santarém; e ela me foi transmitida por pessoa sisuda, e verídica.

LISTA DA CLASSIFICAÇÃO DOS ESTUDANTES DA CIDADE DO PARÁ NO ANO DE 1832

Nas duas escolas de ensino mútuo	135
Nas duas de Gramática Latina	28
Na de Retórica	7
Na de Filosofia	23
Todas as escolas	193

No número dos estudantes de Filosofia estão abrangidos 15 matriculados em 1832, e 8 no de 1831.

Em três escolas de ler e escrever, cujos mestres dão ensino voluntário e particular, aprendem cento e setenta e oito meninos; este número unido com o das escolas precedentes faz a soma de trezentos e setenta e um indivíduos, que se aplicam ao estudo das letras.

A escola das meninas, que como já fica dito não pertence ao Estado, é freqüentada por vinte e duas.

Os honorários dos professores das diversas cadeiras do ensino público são pagos pelo rendimento do Subsídio Literário; e quando este os não pode preencher as outras rendas suprem com o necessário para inteirar o pagamento das escolas em atividade.

As escolas públicas tanto da cidade como das vilas devem ser veladas por inspetores escolhidos e designados pela respectiva Câmara Municipal, e pelos seus fiscais. A estes compete o cuidado de ver se os professores das escolas dos seus distritos sobem à cadeira nos dias, que não são feriados, e pelas horas marcadas para os dias letivos quer de manhã quer de tarde, e passar-lhes certidão de atividade a fim de poderem receber os seus honorários; e aqueles devem visitar e inspecionar assiduamente o regimen, ordem de ensino, e polícia interna das escolas, e o fruto que os discípulos colhem da habilidade e perícia de quem os instrui, ou se os professores mostram negligência e pouco zelo no exercício de suas funções; e devem informar a Câmara Municipal de tudo que acharem digno de louvor ou de correção com toda a individuação que a natureza de cada objeto permitir, tendo especial cuidado com o procedimento moral e civil dos mesmos professores.

Disto se depreende que para o desempenho desta importante comissão os inspetores devem ser homens ativos, perspicazes, notavelmente instruídos, e de boa morigeração, gravidade e sisudeza de caráter. As Câmaras Municipais à vista das informações dos inspetores e dos fiscais devem subministrar de três em três meses ao Presidente da Província esclarecimentos verídicos e exatos acerca dos trabalhos individuais do Magistério.

Toda esta vigilância sobre a conservação e ordem das escolas de pública instrução é estatuída pelo aviso de 2 de setembro de 1831.

Não há uma biblioteca inerente às escolas estabelecidas que como parte essencial do ramo da instrução pública ofereça nos seus livros um auxílio pronto, perene e proporcionado aos estudos da mocida-

de, que queira consultar esses registros fiéis dos conhecimentos dos homens que os compuseram. Nem as livrarias dos dois conventos podem servir por estarem falidas de livros; principalmente a dos Religiosos de Santo Antonio, da qual só aparecem as estantes, que suportaram a maior porção, que falta e que constitui a mais numerosa do que a dos Carmelitas. Entre os ditos capuchos nem manuscritos existem; todos os que haviam foram remetidos ao Cronista da Ordem de lisboa. Das livrarias, que foram dos Jesuítas e dos Mercenários, já nada remanesce.

Faltam bibliópolas, ou livreiros; apenas se conta com três lojas de mercadores, onde se acham abecedários, e pequenas obras elementares para uso dos meninos, e os livros clássicos de Gramática Latina, de Retórica e de Filosofia, e também livros místicos, obras de devoção. Agiológios, e novelas destituídas de filosofia e de moralidade, que lisonjeiam as paixões mais comuns, e outras em que os bons costumes e o bom senso não são respeitados.

Também não há um encadernador; suprem dois escravos dos religiosos do Carmo.

Atualmente há três imprensas particulares; uma destas é a primeira na ordem da bondade dos tipos, contudo não tem a beleza nem a forma elegante que se acha nas edições de França, Itália, Inglaterra, e Espanha. Desde 1821, em que começou nesta Província o trabalho tipográfico até o presente não se há visto um prelo, que ao menos possa entrar em comparação com os prelos estrangeiros de segunda ordem; e ainda menos se tem visto a publicação de uma obra verdadeiramente instrutiva. Desta generalidade devem excetuar-se as Pastorais do Reverendíssimo Bispo. Aqui a maravilhosa arte de imprimir só tem servido para copiar editais, ofícios das autoridades públicas, proclamações, anúncios, folhas e meias folhas volantes, a que dão o nome de periódicos, e nos quais lançam com destemida pena desaforadas gravunhas.

Do meio do século décimo sétimo para cá começaram a aparecer escritos periódicos; e hoje se acham prodigiosamente multiplicados porque nisso se ocupam muitos homens, das suas paixões e dos seus prejuízos, não têm em seu coração arraigados os princípios da probidade, sem a qual ningém é digno do nome de cidadão. São entes que só tem aptidão para desentranhar do centro da sua malevolência calúnias e desatinos concebidos em frase que só respira raiva, rancor e ódio, sem

a mínima sombra do bom senso. São uns morrihentos rafeiros, que nestes dias corruptos da desgraça buscam com seus ladros molestar o cidadão honrado e pacífico.

A cidade numera dois jurisconsultos sem exercício de cargo ou lugar judicial; dois rábulas; dois médicos; quatro cirurgiões; nove boticários; vinte negociante matriculados; dezesseis negociantes estrangeiros; setenta e duas lojas de fazenda; cento e vinte e seis tavernas: cinco pequenas lojas de ourives; oito botequins; cinco bilhares; quinze lojas de sapateiro; vinte lojas de alfaiate; oito lojas de barbeiro; dez ferrarias; nove lojas de marceneiro: uma tanoa: dois relogeiros: três penteeiros; um caldeireiro e picheleiro; um funileiro dezenove seges e carrinhos; quatro casas de pasto assim chamadas, e duas destas são semelhantes aos armazéns da Boa Vista, de que se lembra o lépido e polido Tolentino pintando uma bulha de dois bêbados. Há também pedreiros, e carpinteiros de construção civil e náutica: exceto os ofícios indicados faltam todas as mais artes fabris.

O desenho, a pintura, a escultura, a arquitetura civil, a gravura e a música; nenhuma destas belas artes tem escola estabelecida a benefício da mocidade; não existem portanto os meios que facilitem o desenvolvimento de algum gênio paraense, que se possa distinguir na arte dos tintoretos na habilidade dos canovas na escultura, no gosto dos arquitetos da França, Inglaterra, Alemanha, na destreza de um Audouin ou Bovinet na gravura, e na imitação do gênio Harmônio italiano na teoria musical, na composição, na música instrumental, e na música vocal.

SÍTIOS SUBURBANOS

O sítio da Nazareth é um largo quadrilátero de setenta e quatro braças de longor, que assume este nome de uma ermida com grande alpendre plantada naquele ponto e dedicada a Nossa Senhora debaixo daquela denominação, cuja imagem primitivamente era venerada em uma espécie de armário enfeitado dentro da pobre casa de um homem pardo chamado Plácido, morador único daquele sítio, aonde iam alguns devotos em certo dia de cada semana rezar e depor ofertas de cera.

Depois do falecimento deste homem passou a imagem para o domínio de um Antônio Agostinho, cuja devoção desejosa de dar à

mesma imagem um santuário decente pôs diligência e conseguiu da religião e piedade de várias pessoas a ereção da primeira ermida, que naquele lugar se consagrou à Senhora. Os restos desta ermida dados os usos profanos ainda hoje são vistos por detrás da Nova Ermida, que edificaram nos dias de Dom Francisco de Souza Coutinho.

Anualmente em outubro ou novembro durante os dias do quarto à lua cheia e a devota confraria nesta ermida constituída festeja o seu Orago com novena e missa solene. No primeiro dia da Novena a Imagem da Senhora é conduzida para a sua Ermida em uma Berlinda de Capela do Palácio do Governo, onde na manhã desse dia a depositam para de tarde se fazer a sua trasladação, a que chamam Sírio, porque nessa ocasião devotos de ambos os sexos a precedem concertados em alas, uma de seges, e duas de cavaleiros. No tempo dos Capitães Generais Governadores eram eles os que fechavam este religioso séquito indo a cavalo logo após a imagem.

Durante a festa há uma feira de quinquilharias e bebidas.

A mais antiga estrada que envia a este sítio começa do Largo da Pólvora na proximidade do velho cemitério: é plana, sem calçada, e tem trezentas e noventa e seis braças de extensão. Toda a sua beldade consiste no mato arbustivo de um e outro lado interrompido na beira por algumas casas baixas e ordinárias, e outras menos que isso: cujo teor é constante até mesmo do mesmo sítio da Nazareth, onde existem seis casas.

Há outra estrada menos larga, que mandou abrir o General José Narciso de Magalhães de Menezes; a qual partindo da adjacente do Pau d'água termina na estrada da Nazareth em o lugar da Memória, assim denominado em razão do obelisco de pau, que ali mandou levantar o Governador José de Nápoles Tello de Menezes no ano de 1782. Hoje deste obelisco permanece somente o pedestal por ser de pedra, e dele em cada uma das quatro faces está entaldada uma inscrição da língua dos antigos romanos; a inscrição da face paralela à estrada é a seguinte:

Tustitiae, amicitia
Concordia
Bonae Fidei
Et
Felicitati
Publicae.

A este mesmo pedestal do derrocado obelisco, que por isso figura verdadeiramente um cipó, também conduz a rua da Glória, uma das três, que a Câmara Municipal fez abrir em 1827 entre o Igarapé do Reduto e o das Almas.

Do Largo da Nazareth continua a antiga entrada quase na mesma direção; e dela se derivam vários caminhos, que conduzem a sítios mais e menos distantes.

O primeiro caminho do lado direito vulgarmente chamado da Pedreira guia para a Rocinha denominada Carrapicheiro, para a de Mata-te Bem, para o sítio da Pedreira, onde há uma olaria e um engenho de descascar arroz movido por cavalos, tudo erguido na beira do rio, que banha as ribeiras da cidade, e para Tucunduba, onde a Confraria da Misericórdia tem uma olaria, e um lazareto sem precauções observadas com gente seqüestrada do seio da população. Para o estabelecimento deste lazareto a dita Confraria deprecou a El-Rei cinco loterias de quarenta mil cruzados cada uma, as quais lhe foram concedidas em aviso de 13 de outubro de 1815.

Entre os referidos pontos há diversas palhoças de gente pobre.

O segundo caminho do mesmo lado direito guia a várias rocinhas, e comunica com o da Pedreira.

O terceiro caminho também do lado direito é de serventia da Rocinha de Queluz, propriedade do Seminário do Bispado, e atualmente sem meneio algum. Adiante deste caminho há outro do lado esquerdo, que dirige à borda do mar defronte da Fortaleza da Barra e que por isso é denominado caminho da Barra. Da boca deste caminho para diante segue a estrada principal até ao Igarapé Utinga, onde na margem citerior há um prédio descuidado há longo tempo, e na margem ulterior um tanto mais abaixo o Engenho de Murutucu, que é boa fazenda. A descida deste igarapé para o referido engenho é assaz agradável; ela toda se faz até à ponta do pasto por baixo de um toldo tecido pelos ramos das árvores uns com os outros todos enlaçados. De um e outro lado os assaizeiros são numerosos.

Desta mesma estrada, que fenece o Igarapé Utinga, partem dois caminhos, um que se dirige ao Caité e que vulgarmente é chamado do Maranhão, e o outro, que guia à margem direita de um braço do igarapé do Aurá, cuja boca jaz na margem direita do rio Guajará três léguas acima da cidade. No dito braço existe o Armazém Geral da Pólvora denominado de

São Francisco do Aurá, que foi construído em 1791 por ordem da Corte segundo a planta adjunta à mesma ordem para não dar mais cuidado o temor das conseqüências, que poderiam seguir-se da inflamação da grande porção de pólvora, que se achava acumulada no antigo armazém tão próximo à cidade se por qualquer incidente ele viesse a incendiar-se.

O Conde de Villa-Flor mandou demolir este armazém da cidade; e como a sua consistência firmeza resistisse às alavancas e picaretas foi necessário atroá-lo com peças de artilharia para se obter uma pronta demolição. Caiu em terra este antigo edifício militar, que em 1713 o Senhor de Pancas Cristovão da Costa Freira fizera construir com um arranjamento interior assaz bem concebido. No largo, a que o demolido armazém dava o nome, era preciso mais aquele espaço para o jogo das manobras da tropa.

Tanto o caminho do Aurá, como o do Maranhão, e o da Barra, têm tido a mesma conservação, que outras muitas coisas; neles as pontes de madeira todas entroncadas e os emaranhados troncos das árvores prostradas pelas ventanias, negam a passagem a qualquer ente humano ou qualquer bruto.

Do referido Largo da Nazareth também corre outro caminho para a Rocinha chamada do Ambrosio por ter sido o seu proprietário o defunto Coronel Ambrosio Henrique; este caminho atravessa outro que da memória guia a diversas rocinhas, que deixo de expressar, e da indicada Rocinha de Ambrosio ele entra no caminho da Olaria, o qual principiando da rua dos Mártires por detrás do Reduto, e cruzando o igarapé do mesmo Reduto, e as novas ruas da Glória, do Príncipe, e da Princesa, e o Igarapé das Almas, fenece no Igarapé do Una, que tem moradores.

CONTORNO MARÍTIMO NO ROSTO DA CIDADE

Nas ribeiras dos subúrbios da cidade, que na parte do Nordeste decorrem desde a mesma cidade até à boca da Barra, existem 1º a Rocinha chamada Olaria, que jaz pouco abaixo do Reduto de São José. 2º a Rocinha da Viúva do Desembargador Pombo, que está no lado esquerdo da boca do Igarapé do Una, e que defronta com a Olaria do Comendador Rozo no lado direito do mesmo Igarapé. 3º o sítio de Penacova, onde em 1617 aparecia na frente do mar uma aldeia de índios cha-

mada de Una, e onde os religiosos de Santo Antonio ergueram a sua primeira residência com o nome de Hospício, que durou 9 anos. Este sítio foi denominado Penacova pelo Governador José de Nápoles Tello de Menezes quando em 1782 quis avivar a antiga Aldeia de Una com gente colectícia na classe dos índios e mamelucos. Hoje ali se patenteia em lugar dessa Aldeia uma Olaria e quatro casas palhoças de indianos descendentes dos primordiais habitantes daquele ponto. 4º O sítio de Val de Cãns, onde há um engenho de açúcar, outro de descascar arroz, uma olaria, casa de recreio, e capela, que tudo foi propriedade dos mercenários e passou em seqüestro para o domínio e senhorio público, e depois foi vendida por sessenta mil cruzados pagos a prazo. 5º O Igarapé Arapari, que tem moradores. 6º O sítio de Tapaná, onde há uma Olaria pequena, cujas terras terminam no Igarapé Paracuri. Defronte deste sítio ainda jaz uma pequenina porção da graciosa ilhota dos Piriquitos contínua ao canal que o mar em trinta anos tem dissipado; nela houve uma bateria transitória de quatro peças levantada em 1793, da qual em 1803 ainda existiam vestígios. Acima do sítio de Tapaná sai ao mar perto do igarapé da fome outro igarapé chamado Domingos em razão de ali ter morado um índio nomeado Domingos, e não longe da sua boca há uma paragem na margem direita, onde rebenta borbulhando com suave murmúrio um grande jorro de água cristalina, da qual nos tempos passados se enchiam barris, e se transportavam diurnamente para o uso dos capitães generais na canoa da Fortaleza da Barra, que quase entesta com a boca do dito Igarapé. 7º Finalmente a Ponta do Pinheiro chamada do Mel pelos antigos, na qual a Corporação de Santo Elias teve uma fazenda denominada de Nossa Senhora do Livramento pelo primeiro possuinte e doador Sebastião Gomes de Souza, a quem no ano de 1701 o Tenente General Fernão Carrilho, a cujo cargo estava o governo do Maranhão e Pará, havia concedido a sesmaria das terras, que correm do Igarapé Paracuri até à Ponta do Pinheiro entrando pelo rio Mauari acima obra de uma légua. A incúria promoveu a esta fazenda o seu grande depreciamento; e este facilitou a venda a um morador, que lhe deu melhor aparência. É muito aprazível a situação desta fazenda: ela está arrendada três lagoas da cidade, e dá a gozar tanto da banda da Ponta do Mosqueiro donde surgem os navios, que emborcam a barra, uma perspectiva tão farta de beldade que parece que a natureza a formou para encher de de-

lícias o desejo. Na adjacência desta Ponta do Pinheiro jaz a boca do rio Mauari, que tem muitos moradores, cuja maioria vive pobremente; este rio foi em outro tempo por extremo piscoso, hoje se acha estragado pelo efetivo uso do Timbó; uso nunca interrompido e sempre grato à preguiça pela facilidade de apanhar o peixe.

No lado fronteiro às ribeiras, que ficam descritas, jaz uma turva de ilhas de vária grandeza abastecidas de arvoredo, que correm umas com outras do norte para o sul com declinação ao sudoeste, e que se denominam Tatuoca, Catijuba, Jutuba, Paquetá-mirim, Urubuoca, Paquetá-Assu, Patos, Arapiranga, Mucuras, Fortim, Jararacas, e Onças; algumas destas ilhas têm moradores uns na auréola das mesmas ilhas, e outros dentro dos seus igarapés, onde tem molinotes e outros estabelecimentos agrários. Destas ilhas a maior e a mais adjacente à cidade é a das Onças; ela dista mil setecentas e setenta e três braças do Castelo da mesma cidade, cuja distância é contada do Engenho do defunto Tenente-Coronel Farias ao indicado castelo.

À turba das referidas ilhas vai ajuntar-se uma, que pouco a pouco se tem formado quase na direção do fio da água defronte da Fortaleza da Barra entre ela e a ilha do Fortim; hoje está vestida de junco, de tabuá, e de algumas xiriubas, que se acham em começo de crescimento. Esta nova ilha é de massa úmida e flexível. Acham-se designados o Igarapé de Una, o Convento de Santo Antônio, o Forte de São Pedro Nolasco e o Castelo, para abalizarem o seio do porto em três distintos ancoradouros; sendo entre o Igarapé de Una e o Convento de Santo Antônio o ancoradouro de franquia; entre Santo Antônio e o Forte de São Pedro Nolasco o de descarga para onde se aduanam e lealdam os efeitos comerciáveis, que entram para terra; e entre este forte e o castelo o de receber carga.

O porto é de pouco difícil embocadura, limpo, amplo e profundo de modo que o podem aterrar navios de todo o porte, e quase beijar em terra.

A praia da cidade é mais de cascalho e de saibro que de área desde o Reduto de São José até o castelo; e daqui até o Arsenal da Marinha à recepção do porto do Carmo e sua adjacência tudo o mais é praia de tujuco. Deste também consta toda a praia, que decorre do dito Reduto para baixo da Barra, menos os pontos de Penacova, Val de Cãns, Tapaná e Pinheiro.

ALISTAMENTO GERAL DOS HABITADORES
DAS DUAS FREGUESIAS DA CIDADE NO ANO DE 1832

Freguesia da Sé

Brancos

Homens desde a infância até à provecta idade 1.431
Mulheres da mesma maneira consideradas 1.143

Escravos

Homens desde a infância até à provecta idade 1.683
Mulheres da mesma sorte consideradas 1.259

Indíos, Pretos e Mestiços livres

Homens desde a infância até à provecta idade 250
Mulheres do mesmo modo consideradas 200

Totalidade dos Brancos 2.574
Dita dos Escravos 2.942
Dita dos Indíos, Pretos e Mestiços livres 450
Todos os habitadores da Freguesia 5.966

Freguesia da Campina

Brancos

Homens desde a infância até à provecta idade 1.740
Mulheres da mesma maneira consideradas 1.329

Escravos

Homens desde a infância até à provecta idade	1.569
Mulheres da mesma maneira consideradas	1.204

Indíos, pretos e mestiços livres

Homens desde a infância até à provecta idade	344
Mulheres da mesma maneira consideradas	315
Totalidade dos brancos	3.069
Dita dos escravos	2.773
Dita dos índios, pretos e mestiços livres	659
Todos os habitadores da freguesia	6.501

Em ambas as Freguesias

Número total dos brancos	3.171
Dito das mulheres desta raça	2.472
Dito dos homens escravos	3.252
Dito das mulheres escravas	2.463
Dito dos índios, pretos e mestiços livres	594
Dito das mulheres destas raças	515
Todos os habitadores da cidade	12.467

N.B. A população branca da Freguesia da Sé compreende 703 casados, 1.871 solteiros, 41 eclesiásticos, 71 militares e 19 empregados civis; e a da Freguesia da Campina contém 821 casados, 1.427 solteiros, 19 eclesiásticos, 86 militares e 31 empregados civis.

Vilas e Lugares da Comarca de Belém

Arraiolos: Vila fundada na margem oriental do rio Tocré sobre uma colina jacente cinco léguas acima da boca do mesmo rio, o qual deflui na aba setentrional do Amazonas. Ele é estreito mas alarga-se em diversas partes; o arvoredo das suas margens é ora espesso ora aberto: dá

grata sombra aos viajantes de quando em quando, e na mesma alternativa deixa ver campos, lagos, várzeas e colunas abastadas em árvores de vistosa grenha. Defronte da sua boca existe uma ilha chamada Comandari cortada de oito igarapés, que pertence ao distrito da Vila; e na proximidade da mesma boca estão duas ilhetas rasas e alagadiças, entre as quais dois baixos de vasa, e pelo meio deles corre um canal de três braças de fundo que estende-se pelo rio Tocré, a quem vulgarmente apelidam de arraiolos.

A Vila não tem ruas: consta de uma única praça orlada de 28 moradas, que são todas humildes, e frágeis as paredes; e fora deste contorno aqui e ali tem mais cinco também de teto de folhagem. No centro desta praça está fincado um esteio de Acapu, a que chamam Pelourinho.

A igreja tem teto de telha; e foi edificada em louvor da Sagradíssima Virgem do Rosário.

Antes de ser vila era Aldeia de Tocré; nome do rio que deram àquela terra quando os religiosos capuchos instituíram no catecismo os Silvícolas, que quiseram entrar na nossa Santa fé.

Foi criada Vila em 20 de fevereiro de 1758 a cujo ato assistiu o Governador e Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado com o Desembargador Corregedor Pascoal de Abranches Madeira Fernandes. O seu distrito começa na ilha das Velhas, e acaba nas vertentes do rio Tocré.

A população é composta de 425 vizinhos: a saber 203 brancos, 20 escravos, 182 índios e 20 mamelucos; cujos números distintos compreendem ambos os sexos. Dentro do distrito da vila fora do rio Tocré não há moradores nem roças deles.

As terras são aptas para a vegetação do café, da mandioca e do arroz; porém o trabalho da cultura é assaz pequeno. Plantam mandioca somente a necessária para o seu próprio alimento; o café pouco cuidado lhe merece e o arroz ainda menos. Desta planta no tempo do Diretório dos indígenas cuidava-se tanto que ainda hoje denominam igarapé do arrozal o igarapé que sai na Costa do Amazonas acima do igarapé Tupanaquera, e que então servia para essa plantação.

O trabalho agrário destes índios nunca transcende a plantação dos gêneros de primeira necessidade no grau de abundância suficiente

para sua sustentação; e por isto a maior extensão de mato que queimam não passa de cem braças de comprimento e de setenta de largura, e a menor de treze braças de comprimento, e doze de largura. Além desta tal qual lavoura eles também colhem das florestas do seu distrito castanho doce e estopa, e buscam a salsaparrilha nas serras do rio Jari acima das cachoeiras; e remam as canoas dos mercadejantes com quem se ajustam.

Não há muito tempo que esta Vila cessou de ministrar índios para os trabalhos da Ribeira da Praça de Macapá, os quais para isso eram designados revesadamente pelo Juiz Ordinário.

A esta Vila costumam ir comprar os gêneros silvestres alguns moradores das Vilas de Macapá, Mazagão e Gurupá.

Da foz do rio Tocré até a Praça de Macapá estira-se a costa setentrional do Amazonas ao nordeste.

Almeirim: Vila plantada na margem esquerda ou setentrional do Amazonas sobre terra alta e limpa.

Deu-se esta graduação em 1758 à Aldeia do Paru a qual denominaram assim por demorarem detrás dela as serras do Paru em disposição de cordilheira; cuja denominação de Paru toma aquela costa até a perder na de Macapá.

Um semicírculo de palhoças e no centro uma pequena igreja de pedra e cal coberta de telha, que dedicaram a Nossa Senhora da Conceição, formam esta Vila, cuja população é indiana e composta de trezentos e cinqüenta indivíduos de ambos os sexos. Número pouco aparente, e assaz desconforme daquele que verossimilmente hoje deveria existir em conseqüência do suplemento de população, que recebera nos tempos passados com os índios transferidos do rio uacarapi, onde em distância de duas léguas da sua foz eles tinham feito assento.

Estes índios de Almeirim são fartos de peixe, de boa farinha, e de caça; tem cacau sem cultivo e nas serras bastante produção de salsa, cravo e breu.

Junto do porto e à borda d'água houve um forte de pedra e barro, que mandou fabricar a despesas suas o Governador da Fortaleza de Tapajós Manoel da Mota e Siqueira para dar ao país a maior proteção possível, segurar aquela parte da navegação interna e facilitar os movi-

mentos defensivos dos moradores. As ruínas deste forte que se acham debaixo de arvoretas emaranhadas, que a própria terra brotou de si, ainda mostram a situação dele, e indicam ter sido desenhado e construído por pessoa, que da arte de fortificar tinha alguma luz por uso.

Alter do Chão: vila criada em 1758 e situada seis léguas acima da Vila de Santarem na proximidade de uma empinada colina de agudo cume, que jaz sobre um lago pouco afastado da margem direita do rio Tapajós.

Em outro tempo havia sido Aldeia de Borari.

A população consta de brancos e índios em número de oitocentos e dezoito, e de dez escravos.

Nossa Senhora da Saúde é o Orago de uma pequena Matriz, cujo teto é coberto com telha.

As casas, a cadeia e a casa da câmara, tudo tem telhado de folhagem.

Os moradores não vivem naquele feliz estado, que a situação local da sua vila e a natureza do seu terreno lhe indicam permitir; eles não tiram vantagem da grande fertilidade das terras; a plantação mais ordinária é a da mandioca.

Aveiro: lugar assentado pelo General Governador José de Nápoles Tello de Menezes em 1781 com duzentas pessoas sobre terra plana na margem direita do rio Tapajós acima de Santarém 31 léguas.

É sujeito à jurisdição da Vila de Pinhel.

Duzentos e setenta e três indivíduos brancos e índios, e quarenta escravos são os moradores deste lugar.

A igreja é dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

Nenhuma das casas dos habitantes tem o teto coberto de telhas; só na igreja se divisa este material.

Os índios, que fazem a maior força numérica da população, e também o único recurso para o trabalho do país, vivem na maior miséria, porque nem eles buscam colher proveito da lavoura e da pesca, nem as autoridades locais tratam de contrariar ou modificar esta torpe preguiça de maneira que os seus efeitos venham a ser extintos ou pelo menos consideravelmente diminuídos; e sobre assim não praticarem ainda deixam de proteger esta pobre gente contra a desmedida ambição de

quase todos os mercadejantes; os quais servem-se deles para extrair e preparar os gêneros silvestres, e não os subsidiam a fazer algum estabelecimento, de que subsista a sua família com a comodidade proporcionada ao seu trabalho. Eis aqui como as causas físicas que influem no destino dos indígenas são auxiliadas por causas morais e políticas para os fazer ainda mais infelizes. Desta arte é impossível que jamais se estabeleça união de interesses e combinações de trabalhos, e por conseqüência a necessária relação entre as necessidades e as faculdades naturais dos homens e dos de cor baça.

Alemquer: vila fundada em 1758 e situada sobre terra plana da margem oriental do lago Surubiú muito semelhante ao de Gurupatuba: o Amazonas lhe mete um braço, e por outro recolhe as águas, que descem das serras à planície. Neste lago há bastantes ilhas e muito peixe; a sua entrada geral defronta com o sítio de Paricátiba na direita do Amazonas 8 léguas distante de Santarém.

O lago Surubiú comunica-se com o rio Curuamanema, que despeja no Amazonas duas léguas abaixo da Vila de Obidos, e com outro rio, que também difunde as suas águas no Amazonas quase defronte da foz do Tapajós. Estas comunicações são por canais que a natureza abriu. Quando este lago está vazio apresenta uma amplidão coberta de erva rasteira, que parece uma alcatifa verde e bela.

A população consta de mil duzentos e oito vizinhos de ambos os sexos, e quatrocentos e quarenta escravos.

Foi antigamente Aldeia de Surubiú, e então mencionada pelos Capuchos da Província da Piedade.

A igreja é dedicada a Santo Antônio, e telhada; todas as casas dos moradores, a cadeia, e a casa da câmara, são cobertas de folhagem, dispostas com regularidade, e aceadas, em três ruas.

Os moradores cultivam mandioca e cacau; e tem maior numero de fazendas de criação do que os moradores de Vila Franca. Foi no ano de 1744 que puseram gado vacum naquelas grandes e boas campinas da sua vizinhança.

Barcarena: lugar fundado na margem setentrional do rio Gebrié, ou Curuçá como lhe chamam outros, sobre terreno baixo distante duas léguas para dentro da sua boca, a qual jaz na borda do furo ou canal de

Carnapijó, que discrimina as terras de Barcarena da ilha das Onças, que entesta com a cidade.

Habitam este lugar e seu distrito quatrocentos e quarenta e cinco indivíduos, dos quais cento e trinta são escravos.

O distrito deste lugar compreende o igarapé Murucupi, o furo Atituba, a ilha Xírituba, o canal de Carnapijó e o igarapé Acaraú.

A igreja é consagrada a São Francisco Xavier.

Este Lugar pertence ao termo da cidade: ele foi uma fazenda dos padres da companhia, e então tinha o nome do mesmo rio Gebrié.

Bemfica: lugar situado na margem esquerda de um pequeno braço do rio Mauari sobre terreno pouco alto, e distante sete léguas da cidade, a cujo termo ele pertence. Foi da administração dos jesuítas.

Consta de novecentos e oitenta e cinco vizinhos. Eles cultivam mandioca para seu alimento, e pescam.

Nossa Senhora da Conceição é o Orago da Igreja: a qual se acha em um terreiro circuitado de palhoças, em que mora aquela gente.

Breves: lugar sujeito à jurisdição da Vila de Melgaço, e situado na margem oriental do rio Parauaú sobre terra baixa.

Os moradores são em número de duzentos e vinte e sete: eles cultivam mandioca, pescam e vão aos matos em cata de óleo, breu, estopa: e as mulheres pintam cuia, e fazem louça de cozinha, bacias, jarros, e outras galanterias de barro.

Ordinariamente as canoas do comércio sertanejo esperam maré no porto deste lugar, e compram alguns dos referidos efeitos, aves domésticas, e frutas das mais comuns, que também ali há.

A pequenina Igreja deste lugar é dedicada à Senhora Santa Anna. A mesma igrejinha é telhada com folhagem.

Bragança: vila assentada sobre terra medianamente empolada na margem esquerda ou ocidental do rio Caité três léguas acima da sua foz jacente na Costa de Barlavento.

O Governador e Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado criou esta vila em 1753 sobre as ruínas da Vila de Souza, a qual no dito ano apenas contava seis palhoças, e para ali havia "sido trasladada em 1664 do rio Gurupi, onde fora fundada em 1628 e o seu território constituído Capitania e Donataria de Gaspar de Souza, cujo

apelido serviu para a denominação da mesma vila. A pedido deste Governador o Ministério português mandou povoar a nova Vila de Bragança com famílias e homens solteiros ilhéus angrenses e michaelenses.

Três ruas paralelas ao rio, e contornadas de casas cobertas com telha, constituem a vila: nela há um pequeno lago defronte da freguesia, e outro maior detrás desta igreja, onde está a cadeia.

Compõem a população quatro mil quatrocentos e oito brancos de ambos os sexos, quatrocentos e oitenta e dois escravos, e mil oitocentos e oitenta e cinco índios e mestiços livres, o Orago da Igreja é Nossa Senhora do Rosário.

Os moradores cultivam bom café, algodão, e mandioca: alguns possuem fazendas de criação nos campos, que jazem na parte posterior da vila. A pouca extensão a diminuta propriedade dos ditos campos para criação de gado vacum tolhem o seu aumento: há no rio Aramajó dentro do termo da vila campos assaz extensos e excelentes para a multiplicação do gado, e contudo ainda não houve quem se resolvesse a estabelecer ali fazenda. A inércia não pára nisto: ela também veda que se exercite um comércio mais amplo, para o qual há tudo quanto o pode permitir.

Junto a esta vila e ao norte dela há uma aldeia denominada de Vimioso, cujos primeiros povoadores vieram do rio Gurupi. Atualmente a sua população é bem pequena.

Baião: lugar dependente da jurisdição da Vila de Camutá. Ele está situado sobre terra alta na margem direita do rio Tocantins duas marés acima da indicada vila.

Compõem-se de mil e quinhentos vizinhos: e de trezentos e oito fogos.

A Igreja é dedicada a Santo Antônio.

O cacau, o café, o algodão, o arroz, e a mandioca têm ali cultivo regular; alguns moradores são também fazendeiros de gado; e as mulheres são industriosas como as de Camutá na pintura das cuias e dos taquaris.

Beja: vila indiana criada em 1758, e situada a duas léguas de distância da Vila de Conde na entrada do rio Abaeté de parte da costa ocidental da baía de Mortigura chamada comumente de Marajó. Ela foi

aldeia chamada Sumaúma, e Missão dos Padres, que professavam seguir o Instituto de Santo Ignácio de Loyola.

Trinta e nove casas palhaças, que acompanham o âmbito de um grande largo, formam esta vila: a igreja, que é consagrada a São Miguel, tem do mesmo modo o teto de palha.

O distrito da vila começa do rio Ueraenga, e acaba no rio Jurumá, que a separa da Freguesia do Abaeté.

Oitocentos e oitenta e seis índios e mamelucos fazem toda a população da vila e seu distrito.

Esta gente lavra pequenas roças só para sua sustentação; mesmo não chegam para todo o ano: as plantas de costume são a maniva para farinha; muito poucos agricultam pequenas quantidades de café, arroz, e cacau: outros vão à cidade vender couceiras e estacas de acapu, e algum arroz, mas isto sucede poucas vezes.

O solo do território é propríssimo para a cultura de muitas plantas; assim houvesse trabalho regular: a negligência que é moléstia endêmica, não os deixa sair do regaço da misérrima indigência; e é tal esta negligência que até lhes ata as mãos para não colherem os frutos das mesmas cacaueiras, e cafeeiros por eles plantados.

Boa-vista: Lugar dependente da jurisdição da Vila de Gurupá, e situado abaixo do igarapé Macupá na terra firme, que corre de Vilarinho do Monte para a boca do Xingu. É aprazível de maneira que desempenha bem a sua denominação.

Deste lugar a Porto de Mós gastam-se cinco horas de caminho.

Os habitantes são em número de trezentos e noventa e cinco, que é a soma resultante da união das seguintes classes: duzentos e dezoito brancos, treze escravos, vinte e três mestiços, cinqüenta e nove índios e oitenta e dois mamelucos.

O terreno do distrito é próprio para mandioca, café, tabaco, cacau: as várzeas e as ilhas para cacau, arroz, feijão, cana, e algodão.

Os gêneros silvestres são o cacau, e o breu: e os de indústria azeite de andiroba, redes de toda a qualidade, e aguardente de beiju.

O Vigário da vila de Porto de Mós tem a seu cargo pastorar também este lugar não obstante ele pertencer ao termo da Vila de Gurupá.

Boim: vila assentada na borda esquerda do rio Tapajós sobre uma dilatada e aprazível planura seis léguas antes de chegar à Vila de Pinhel.

Consta a população de setecentos e oitenta índios e mamelucos.

Estes moradores no emprego, que fazem do tempo, não diferem dos das outras povoações do Tapajós: todos volvem a vida na mais extrema miséria: a caça é em geral o seu sustento aventureiro, e para havê-la à mão tem toda a destreza, que adquirem desde que se lhe abre a flor da idade.

O primordial predicamento desta vila foi de Aldeia de Santo Ignácio, cuja localidade povoaram de fogo morto os poucos Tupinambás, que faziam a aldeia do Lago Uaicurapá dez léguas ao interior do rio Topinambaranas e que os jesuítas fizeram entrar no redil da Igreja Católica.

Cintra: vila plantada na esquerda do espaçoso rio Maracaná sobre serra sobranceira a ele e distante três léguas da foz do mesmo rio, a qual jaz na ourela do mar da costa de barravento.

Tem uma só praça, e quatro pequenas ruas, que são a do Mar, a das Flores, a Direita, e a do Espírito Santo: nas quais há cento e vinte e três casas, oitenta e duas telhadas, e quarenta e uma de palha.

A Igreja é dedicada a São Miguel.

Esta povoação antes de ser vila havia sido uma aldeia chamada de Maracaná, que pertencia ao número das Missões dos Padres Jesuítas.

O distrito desta vila principia do berço do rio Marapanim, e acaba na baía Japerica.

Formam a população da vila e seu termo 4.768 vizinhos na maior parte indianos, os quais poucas vezes buscam a vila. Eles manufaturam farinhas, fabricam sabão e cal de sernambi, e pescam nas bocas dos rios, baías, e igarapés alternadamente em certos meses do ano.

As terras próximas à costa são boas para algodão, mandioca, mamona, arroz; e as do interior para café, cacau, cana e arroz.

Collares: vila criada em 1757, e assentada em distância de 9 léguas da cidade sobre uma planície pouco alterosa de uma ilha contígua à costa da península da cidade; entre cuja costa e a dita ilha volve-se o rio Tabapará vulgarmente chamado da Vigia por que por ele navegam os que por dentro se dirigem a esta vila.

Quarenta e três brancos, dezoito escravos, cento e dezenove mestiços, cento e setenta e cinco índios, e cento e vinte e nove mamelucos, são os moradores da vila e seu distrito. A pesca, e a plantação da maniva, fazem o objeto principal das lidas desta gente.

Nossa Senhora do Rosário é o Orago da Igreja, cujo teto é de telha.

Todas as casas à exceção de três são telhadas com folhagens.

No tempo, em que foi Missão dos Padres da Companhia, era aldeia dos Tupinambás; dos quais ainda hoje conserva o nome um igarapé jacente a pouca distância do igarapé Uaracê.

Nesta vila existiu antigamente um registro, do qual iam soldados a bordo dos navios, que demandavam o porto da cidade, e deles não desembarcavam antes de ferrarem o porto para como guardas vigiarem os descaminhos dos direitos da alfândega, que se pudessem praticar no intervalo desta vila à cidade. Muito tempo há já que se acha este registro na Fortaleza da Barra. Pela praia junto à vila corre uma proeminência de área alva matizada de araçaranas e outros arbustos; e entre ela e a vila volve-se um igarapé de ótima água, que nasce a pouco mais de meia légua de trás da mesma povoação, e busca o mar pela esquerda desta passando para a direita, por onde acaba o seu curso. Uma ponte de pau sobre o dito igarapé, e uma escada de pedra na ladeira do sítio da vila, formam a comodidade do uso do seu porto. Tem mais dois caminhos: um de uma légua de extensão, que dirige ao porto de Paquetuba, pelo qual entram na vila os que a buscam por dentro e não pela costa; e o outro, que é muito mais longo, conduz atravessando uma extensa campina ao Tajurú, onde residem vários moradores.

Camutá: vila situada a 2º32’ de latitude Sul e 327º22’ de longitude, e assentada em plano pouco elevado sobre a margem esquerda do rio Tocantins treze léguas acima da sua foz.

Três ruas paralelas ao rio, e dois largos, o da Matriz e o das Mercês formam esta vila, cuja população em 1749 se continha em uma pequena rua de casas humildes e só duas com cobertura de telha; ainda em 1786 o Bispo Dom Frei Caetano Brandão visitando esta vila a achou pouco agradável por ter a maior parte das casas coberta de folhagem, e despida de todo o alinho, assim por fora, como por dentro.

A sua primeira fundação foi em paragem anterior da que hoje ocupa; a qual ainda se distingue pela denominação de Camutá-tapera: cuja fundação teve lugar no ano de 1635; e nesse mesmo ano também o seu território foi confirmado pelo Monarca em Capitania e Donataria de Feliciano Coelho: o qual deu à vila o nome de Vila Viçosa de Santa Cruz de Camutá.

Habitam esta vila e seu termo 8.068 vizinhos e 1.382 escravos. A maior parte assiste na vila só pela Semana Santa e outras festividades maiores: durante o mais tempo vive dispersa pelas ilhas circunstantes em seus cacoais e roças, onde lavram mandiocas, cacau, algodão, arroz, tabaco, urucu, cana-de-açúcar, fazem muito azeite para uso do candeeiro da castanha andiroba, que colhem pelas ilhas, e fabricam cal de conchas fósseis. As mulheres pintam muito bem cuias e taquaris, e fazem bacias e gomis de argila branca pintados de um modo tão peculiar que não deixa de agradar à vista, e da mesma argila também formam jabutis, pombas, tartarugas e tatus, tudo matizado do mesmo gosto das bacias.

A Matriz há inaugurada a São João Batista. Além desta e da Igreja do Hospício, que foi dos Religiosos Mercenários, há uma pequena e soturna capela dedicada à Senhora Santa Ana.

Gozam os moradores de ares saudáveis, horizontes alegres, águas claras e saborosas do rio, abundância de peixe, e toda a sorte de caça nas margens do rio e das ilhas. Tal é a fertilidade, que a natureza espontaneamente oferece: e de mais se gozaria se houvesse maior cultura naquelas terras todas de admirável disposição para todo o gênero de lavouras.

Há quem diga que as águas do Tocantins contêm uma tão sutil porção ou qualidade petrificante que ocasiona o achaque de pedra aos que usam dela.

Ilustra-se esta vila com o nascimento, que nela tiveram o Reverendíssimo Bispo, que atualmente enobrece a Diocese do Pará, e o presente Metropolita do Império, que ocupa a sede da Bahia. Os vindouros sem dúvida hão de queimar sobre a sua sepultura o incenso, de que se constituirá credora a memória de prelados tão respeitáveis pelo seu saber e assinalada virtude.

Da dita vila em distância de quase uma légua do mesmo continente à parte do norte está um lugar de indianos e mamelucos denominado de Azevedo, o qual tem uma igreja dedicada a Nossa Senhora do Socorro.

Há neste lugar 73 fogos. Ele foi antigamente, conhecido pelo nome de Aldeia de Parejó: e era mui buscada por causa dos seus moradores serem os de melhor préstimos para o serviço de vogar canoas.

Conde: vila assentada sobre terra alta e pedregosa na margem meridional da baía de Marajó, distante quatro léguas da boca do furo Atituba, pelo qual se comunica o rio Carnapijó com a dita baía.

Esta vila consiste em uma pequena corda de casas palhaças em torno de uma igreja, cuja excelente construção bem merecia que houvesse outro cuidado na sua conservação. Ela foi lavrada pelos jesuítas depois que ali ergueram uma aldeia denominada de Mortigura.

Duzentos e setenta e um indianos, quarenta e três mamelucos, e oitenta e seis mestiços, compõem toda a população da vila e seu termo, o qual se compreende entre o rio Ueraenga e o igarapé Murucupi. Esta gente faz farinha de mandioca e pesca.

No tempo, em que esta vila era aldeia, encorporaram-se com os seus habitantes os indianos Tupinambás e Potiguaras, com os quais se tinha fundado uma aldeia na margem direita do Tocantins pouco menos de uma maré de viagem acima de Camutá-Tapera.

Carrazedo: lugar pertencente à jurisdição da Vila de Gurupá, e situado sobre a planura de uma ribanceira pouco elevada da terra firme ao sudoeste da referida vila.

Este lugar formado de casas palhaças situadas à discrição individual era antigamente conhecida pela denominação de Aldeia de Arapijó: e então se achava missionada pelos Capuchos da Piedade, os quais ali tinham um sofrível hospício, cujas ruínas ainda se chegaram a ver até o ano de 1786.

Tem uma igreja dedicada a São José, e telhada com folhagem: na visita desta igreja em 1785 achou o Bispo Dom Frei Caetano Brandão uma casula de algodão grosso do país, tinta de muruxi, a que davam o nome de vestimenta roxa.

A população é indiana, e consta de 401 indivíduos de ambos os sexos.

Curi: missão estabelecida em 1799 na margem esquerda do rio Curi, do qual ela assume o nome, e o qual se entorna no Tapajós pela sua margem direita acima de Aveiro.

Nesta missão situada dentro do termo da Vila de Pinhel residem 4 brancos, 996 indianos, e 14 escravos: nos ditos indianos não se divisa o menor, sinal de civilização: a sua mudez, que de nenhuma sorte os descontenta, a qualidade misérrima das suas moradas, e a maneira de volver a vida, tudo patenteia a mesma estúpida ruteza dos seus progenitores.

Sendo isto manifesto, e fácil de justificar, pode-se dizer que o missionário congruado pelo cofre da Província não é o mais próprio para aquele ministério, e que as autoridades, que o toleram, mostram que igual cuidado lhe merecem os objetos do público e geral interesse.

A Santa Cruz é o Orago da Igreja: a qual além de ser muito pequena e telhada com folhagem, não é decente para o culto de um sinal tão venerável, que nos recorda onde se consumou o mistério da redenção do gênero humano.

Espozende: vila de indianos, que foi aldeia de Aramucu missionada pelos religiosos de Santo Antonio: ela está assentada em distância de pouco mais de três léguas da Vila de Arraiolos na adjacência de uma colina jacente na margem direita do rio Aramucu, braço do rio Tocré.

Este rio Aramucu é muito tortuoso, pouco largo, e pouco fundo: igapós e perizais constituem o caráter das suas margens. Tanto ele como os seus igarapés são no inverno muito pouco abundosos de peixe: só no verão há fartura de pescado.

Umas 25 casas palhaças postas em renque aos dois lados da igreja também coberta de palha, e na face de tudo isto um pau a prumo, a que chamam pelourinho, eis a Vila de Espozende: e é de notar que este pelourinho sendo o mesmo que levantaram no ano de 1758 quando se lhe deu predicamento de vila aonde tenha existência a despeito de todos os inconvenientes das sensíveis alterações, que o tempo e o estado da atmosfera produzem em todo o gênero de madeiras.

Outeiros, campinas, e arvoredos, formam o prospecto agradável, de que gozam os moradores.

O termo desta vila começa da boca do rio Aramucu, e acaba em uns caranazeiros e igapós próximos às cabeceiras do mesmo rio.

O número dos moradores não passa de 363: eles plantam maniva, para a qual são muito idôneas aquelas terras, vão às matas do distrito extrair castanha doce e estopa: quanto à salsaparrilha buscam-na entranhando-se pelas serras do rio Jari além das cachoeiras, no que são mais ativos que os de Arraiolos, e ajustam-se com os que vivem de comércio ambulante para lhes remarem as canoas.

O Orago da sua Igreja é Nossa Senhora da Conceição.

Franca: vila fundada em 1758 sobre a margem de uma dilatada baía, que jaz ao oeste da Vila de Santarém em distância de 8 léguas contadas até à praia da vila.

Foi no seu começo aldeia do Cumaru e missão dos jesuítas.

Os vizinhos são em número de 2.730: que há a totalidade dos brancos, dos indianos, e dos mestiços de ambos os sexos: o número dos escravos chega a 152.

As plantas de mais constante cultivo são a maniva e o cação. Alguns moradores são também proprietários de pequenas fazendas de criação.

Exceto as casas da câmara, da cadeia e da igreja, que são telhadas, todas as mais têm o teto de folhagem.

A extrema fartura de peixe, que a natureza beneficia liberaliza nos lagos, que circundam a vila, provocou o estabelecimento de um pesqueiro, que foi aprovado em Provisão do Erário datada aos 28 de julho de 1783. O lucro deste pesqueiro tendo sido dado por certa renda no princípio de janeiro do dito ano até o fim de dezembro de 1800 a Junta da Fazenda o administrou imediatamente por um homem da sua escolha do 1º de janeiro de 1801 em diante, e hoje acha-se extinto por deliberação do Supremo Congresso Nacional.

No território desta vila há também um cacoal plantado na margem meridional do Amazonas em paragem, que faz parte do intervalo do sítio de Paricatiba à Vila de Óbidos, e que tem na sua espalda o grande lago, em que esteve o referido pesqueiro, cujo administrador tinha junto à Matriz da vila uma casa de depósito do sal e do peixe. Deste cacoal tomou posse a Junta da Fazenda desde o momento, em que se

deu este destino aos bens denominados do comum da mesma vila em virtude da Carta Régia de 12 de maio de 1798, que afirmou o Diretório dos Indígenas.

A Igreja é consagrada a Nossa Senhora da Conceição.

Faro: vila ereta em 1758, e situada sobre uma margem arenosa e setentrional do lago, a que dirige o rio Nhamundá, 8 léguas para dentro da sua foz, a qual jaz na aba esquerda do Amazonas com duas entradas, a inferior seis léguas acima da boca do rio das Trombetas e a superior pouco acima da montanha dos Parintins.

Adjacente a esta boca superior, do Nhamundá demora no Amazonas um rilheiro, que os naturais chamam caldeirão, e que é objeto de cautela para os navegadores.

São habitantes desta vila 1.989 indivíduos brancos, indianos, e mamelucos, e 93 escravos.

Todas as casas desta gente são palhaças. A cadeia, a casa da Câmara, e a igreja se são de telhados.

São João Baptista é o Orago da Matriz.

Foi antigamente Aldeia de Nhamundá, a qual missionaram os Padres Capuchinhos da Piedade.

Cultiva-se cacau, café, e maniva: e há algumas medíocres fazendas de criação.

Os lagos do distrito são fartos de peixe-boi, pirarucu e tartarugas.

Teve nos dias do Diretório uma Olaria do Comum.

Esta vila é a derradeira povoação da comarca no Amazonas: e a margem setentrional do rio Nhamundá é o limite que a separa da comarca do rio Negro.

Foi junto à garganta do referido Nhamundá que umas indianas com as suas flechas ajudaram os seus maridos em 1539 a insultar a Francisco de Orelhana: o qual por causa desta varonil intrepidez do rio nome de Amazonas.

A posição geográfica da boca do rio Nhamundá veja-se na noção da topografia da comarca.

Gurupi: lugar assentado na margem esquerda do rio de nome idêntico seis léguas acima da sua garganta.

Esta lugar teve no seu princípio a denominação de Vera-Cruz do Gurupi dada pelo seu fundador o General Governador Francisco Coelho de Carvalho em 1627.

A população consta de indianos: os quais não transcendem o número de 223. A pesca, e a plantação de mandioca, é quanto lhes basta para a sua subsistência.

A Igreja é dedicada a São José: Ela tem o teto de folhagem, e acha-se arruinada.

Os moradores antigos pediram ao referido Governador a ereção de um Convento de Carmelitas: e tendo-se dado sítio e duas léguas de terra não chegou a ter efeito a intentada fundação.

Gurupá: vila criada em 1639 e situada na margem austral do Amazonas em plano de quatro braças de altura distante 14 léguas para cima do furo ou canal do Tajupurú sobre a terra firme da costa, que do dito furo corre aos rumos do sul, sudeste, e sudoeste.

A sua posição geográfica é a latitude meridional lº46'e a longitude 325º24'.

Trinta e sete casas palhaças, e sete telhadas, formam duas ruas, uma denominada de Santo Antonio, e a outra de São José e duas pequenas praças, a do Pelourinho, e a da Aldeia contígua da parte do sul, cuja primitiva denominação foi a de Mariocay, e cujos indianos desde a sua fundação eram aplicados ao serviço da guarnição da fortaleza, e depois sujeitos à administração dos Capuchos da Província da Piedade.

A Igreja, cujo Orago é Santo Antonio, não é telhado com folhagem.

O termo da vila começa do furo do Tajupurú, e acaba no igarapé Macupá acima do lugar da boa-vista.

Formam a totalidade de moradores 828 Brancos, 248 escravos, 117 mestiços, 183 indianos, e 80 mamelucos.

Os que são lavradores plantam maniva, arroz, milho, café, algodão, e tabaco: e, os que comerciam, vendem salsa, cravo, café, cacau pirarucu, e castanha doce, Destes gêneros o cacau e o café são do termo da vila, a salsa dos distritos das vilas de Almeirim e Arraiolos, o cravo

do rio Xingu e também das duas vilas precedentes, o pirarucu dos lagos de Monte Alegre, e a castanha doce das vilas de Arraiolos e Espozende. Também fabricam azeite de andiroba, aguardente de beiju, e redes de toda a qualidade.

O continente da vila é bom para a plantação do cacau, algodão, arroz e feijão: e as ilhas fronteiras vulgarmente chamadas do Gurupá para a da mandioca, café, cacau e tabaco.

A maior parte desta ilha é inabitável, por que são sujeitas às inundações do inverno, e sem embargo disso são abundantes de pacas, cutias, veados, porcos, e de cacau espontâneo, que os moradores aproveitam no tempo da colheita.

A criação de gado vacum não tem ali apaixonados: só a cultura dos gêneros referidos é quem absorve alguma atenção; apenas é uma fazendinha, onde aparecem dezesseis cabeças e também uma manada de porcos.

Na entrada da rua de Santo Antonio da banda do porto sobre a beira do rio defronte dos escolhos pouco empinados acima d'água ainda são vistos os vestígios de um pequeno hospício, que havia sido principiado de Ordem Régia em 1692, e de que tomaram posse no seguinte ano os religiosos da Província Capucha de Nossa Senhora da Piedade.

Também os carmelitas fundaram nesta vila um conventinho no ano de 1645: e o demoliram em 1674 por causa de uma peste, que arredou muitos moradores assustados dela.

Há na direita da vila à borda d'água uma fortaleza com o nome de Santo Antonio do Gurupá obrada com alguma luz da arquitetura militar. Ela foi plantada em 1623 pelo Capitão-Mor do Pará Bento Maciel Parente depois de terem sido batidos os holandeses, que guarneciam casas fortes por eles alçadas para abrigo das suas feitorias e da navegação do Amazonas.

Era tal a avidez desta gente dos Estados Gerais das Províncias Unidas, e era tão subsidiada pelos silvícolas do Cabo do Norte e da costa setentrional da Ilha Grande de Joannes que no artigo peixe-boi carregavam dele mais de vinte navios no ano.

Como cessasse a necessidade, que havia suscitado a construção desta fortaleza, passou ela a figurar de registro da navegação mediterrâ-

nea assim na ida como na volta, meramente para que servisse de alguma coisa: e não porque o considerassem como o melhor ponto para este objeto, pois é bem sabido que o Amazonas naquela paragem oferece muitos trânsitos fora da vista da mesma fortaleza.

Itaituba: lugarete plantado na margem direita do rio Tapajós, e sujeito à jurisdição da Vila de Pinhel.

É indiana a população; e consta de 398 indivíduos.

As casas são todas umas palhaças, e colocadas sem mais alinhamento, união, ou medida, que a que ensina o gosto de tal gente. A igreja é pequenina e telhada: o seu Orago é Nossa Senhora da Conceição.

Juruti: missão, que extrai este nome de lago, em que foi estabelecida no ano de 1818: cujo lago jaz na margem austral do Amazonas pouco arredado dela para dentro, e da montanha dos Parintins, que lhe demora à esquerda.

Ali habitam 385 indianos, mundurucus e maués de ambos os sexos debaixo da direção de um missionário congruado como o de Curi.

A Igreja é consagrada a Nossa Senhora da Saúde, e filial de Matriz da Vila de Faro.

Na circunvizinhança deste lago são as florestas abundosas de salsa e cravo.

No mesmo lago também residem alguns brancos, que fabricam guaraná, farinhas de mandioca, agricultam algodão, e sacam da espessura salsa e cravo.

Melgaço: vila criada em 1758, e situada na margem baixa e ocidental de uma ilha próxima à Vila de Portel, e pertencente ao grande arquipélago, que jaz entre a Ilha Grande de Joannes e a terra firme, que corre do igarapé do Limoeiro para a dita Vila de Portel.

Cinco mil setecentos e dezenove é a força numérica dos vizinhos da vila e seu termo: os quais sendo individualizados nas suas classes naturais dão 1.021 brancos, 1.140 escravos, 1.078 mestiços, 1.440 indianos, e 1.040 mamelucos.

As moradas desta gente na vila são informes, irregulares, e desmanteladas. O melhor edifício exceto a igreja eram as casas, que foram hospital dos jesuítas, as quais ainda existiam em 1785; hoje estão desconstruídas.

A maior parte dos moradores vive pelos matos daqueles torrões alagadiços, raras vezes buscam a vila. Alguns chefes de família têm tido tal aderência à sua palhoça que só levaram as suas crianças ao batismal lavacro depois destes vingarem oito ou mais anos de idade.

As plantas, que têm cultura mais constante na lavoura desta gente são a mandioca e o algodão.

A Igreja é dedicada a São Miguel, é boa, é mantida em aceito e arranjo.

Esta vila antes de o ser era uma aldeia chamada de Aricuru missionada pelos jesuítas.

Macapá: vila ereta em 1752, e assentada na ourela esquerda do Amazonas em distância de quarenta e uma léguas do Cabo do Norte sobre o solo pouco eminente de uma estendida planície com larguíssima vista, excelentes ares e iguais águas.

A posição geográfica desta vila é o paralelo boreal, três minutos cruzado pelo meridiano 326º.

A população compõe-se de 1.238 brancos, de 242 indianos, de 341 pardos, de 737 pretos, escravos e livres: cujos números reunidos constituem a totalidade de 2.558 moradores.

A Igreja é dedicada a São José. Ela foi edificada à custa da Fazenda Real e os seus primeiros ornamentos vieram de Lisboa por aviso de 12 de abril de l760.

A Casa da Câmara, e a do vigário também foram levantadas a despesas da mesma Fazenda Real.

A fim de evitar que nesta vila se perpetuasse o uso de telhar as casas com folhagem houve antigamente uma olaria, em que se fabricava telha, ladrilho, louça de cozinha, potes para água, e potes chamados de manteiga, para favorecer os habitantes, os quais se viam obrigados a comprar estes efeitos na cidade por excessivo preço, fazendo assim uma despesa sem lucro.

Foi sempre muito dominante o gosto de telhar as casas com folhagem, ainda hoje tendo a vila 348 casas, que formam dez ruas pequenas e duas praças de mediana grandeza, tudo delineado pelo Desembargador Corregedor João da Cruz Diniz Pinheiro, contam-se 24 casas telhadas, e 342 colmadas de Bossu.

Há nesta vila treze lojas de mercador de retalho, e dezoito tavernas.

Os efeitos agronômicos, os sacados do mato, e os manufaturados, que exportam, são cacau, cravo, algodão, arroz, sabão, feijão, pano grosso e fino de algodão, boas toalhas e guardanapos do mesmo pano, azeite de andiroba, milho, couros de boi, de veado, e de cutia, sola, toras de macacaúba, castanha doce, galinhas, patos, tartarugas, manteiga de tartaruga, aguardente de cana, gado vacum e cabrum. Em distância do alcance de ponto em branco natural de uma arma de infantaria está apartada da vila e à direita dela sobre a borda da água a Praça de São José de Macapá. Ela é um quadrado de fortificação rasante pelo sistema de Vauban: das obras exteriores tem aquela, que cobre a cortina fronteira ao campo na qual está a porta, cuja fachada indica que a solidez e a força constituem o seu caráter arquitetônico; e quanto às outras, nunca mandaram vir os materiais, com que elas galgassem a seu remate. Está espinhada de oitenta e seis peças de artilharia de bronze e de ferro dos calibres de 36, de 24, de 12, de 9, de 8, de 6, de 4, de 3 e de 2. Os edifícios militares, as cavernas, os armazéns de víveres e da pólvora, o hospital, a capela e o trem, todos estes acessórios essenciais têm uma excelente distribuição e construção.

O cuidado na conservação desta praça é nenhum: há mais de dez anos que ela se acha ameaçada de grave ruína, que lhe promove o Amazonas solapando o plano natural do sítio do baluarte da Conceição, de modo que pouco tardará que não arruíne de todo.

É de recente data a extinção da Provedoria desta praça, a sua criação havia sido regulada pela Junta da Fazenda à vista da Carta Régia de seis de julho de 1771 e aprovada pela Provisão do Erário de 9 de julho de 1773. Ela constava de um provedor comissário, que percebia o ordenado de 100$00 anuais, de um almoxarife dos armazéns, que vencia 50.000 réis, de um escrivão dos armazéns e ponto dos operários, que ganhava 80.000 réis, e de um fiel dos armazéns, que vencia 60.000 réis.

A receita desta Provedoria derivava-se da décima dos prédios urbanos, da siza e meia siza, do selo do papel, do selo pano de algodão, do contrato da aguardente de cana, da marchanteria, do dízimo do gado vacum e cavalar, do subsídio literário, e do curativo dos escravos dos moradores no hospital, que a praça tem fora do seu recinto ao pé da ri-

beira sua anexa, a qual é um longo telheiro na aba do rio, onde estava o açougue do gado do dízimo da vila de Chaves, e onde havia oficiais de carpinteiros e ferreiros, e se construíram canoas.

Todas as rendas públicas, que faziam a receita da província, andavam em administração, exceto o contrato da aguardente; a despesa da arrecadação não passava de oito por cento. Estas rendas eram aplicadas às pequenas obras da praça, manutenção do hospital, e a várias providências, que a urgência do serviço requeresse como necessárias.

Todas as terras, que circundam a vila, são pela natureza liberalmente dotadas. Os rios, que despejam na sua costa, são piscosos em demasia, e os matos, que vestem as margens desses rios e as ilhas são abastados de cacau, cravo, salsa, estopa, breu, óleo, castanha, baunilha, castanha de andiroba, madeiras finas, e de toda a sorte de volateria e monteria.

Estendem-se até ao rio Calções, e até às serranias do Paru Campinas perfeitamente planas à vista, tendidas de rios e de lagos amplíssimos, e semeados de ilhotas de mato, das quais em algumas fazem plantações.

Os moradores têm as suas roças e fazendas de criação e engenhos de moer canas para aguardente e mel, nos rios Macaquari, Matapi, Frechal, Maruanú, Anauarapucu, Camihipi e nos igarapés de Curiau, Bacuré, Munguba, Ponte, Piritua e nas ilhas jacentes em face da vila.

O mesmo primitivo desleixamento dos habitantes, que até ao tempo de agora tem impedido o aumento de uma vila tão favorecida pelo antigo Governo, e cujo território possui todos os elementos naturais suficientes para constituir uma cidade rica e próspera, é quem a despeito da reconhecida bondade das Campinas para o pacigo do gado tem igualmente obstado ao adiantamento das fazendas de criação. Tanto é verdade que sendo a introdução do gado vacum e cavalar coletânea com a fundação da vila somente aparecem hoje 52 fazendas e estas com tão diminuto gado que a ferra de 1821 só compreendeu l$039 cabeças de gado vacum, e 90 cavalar.

Mazagão: vila fundada em 1770 sobre a margem setentrional do rio Mutuacá, cuja foz existe na margem boreal do Amazonas nove léguas ao sul de Macapá.

Os seus primeiros moradores foram 114 famílias das que evacuaram a praça de Mazagão levantada nas fronteiras de Duquela na costa ocidental da África ao sul do estreito de Gibraltar, e foram transferidas para o Pará onde deviam formar uma vila com o mesmo nome da dita praça na beira do Amazonas perto da vila de Macapá, na qual se achava erguida de pouco a principal, ou por melhor dizer, a única fortaleza da província, a fim de puderam acudir-lhe prontamente quando o exigisse a urgência da situação defensiva da sua guarnição. Providência esta tão acertada como designativa da confiança, que mereciam ao Governo uns homens que à vista da ordem de evacuação sentindo e respeitando a força moral do juramento de fidelidade e obediência, que a seu rei tinham prestado, não puderam continuar a defender uma praça, onde por tantos anos fizeram tremular nos seus altos baluartes as sagradas Quinas sem nunca serem conculcadas pelos rudes africanos bravos.

Tem presentemente esta vila 498 brancos de ambos os sexos, 325 escravos, 181 mestiços, e 148 indianos, cujos números unidos assomam à totalidade de 1.152 moradores.

Eles vendem arroz, algodão, cacau silvestre das ilhas vizinhas, e outros efeitos, que vão sacar dos matos dos rios Anauarapucu, Maracá Jari, e Cajari.

Há nesta terra o costume de sangrarem-se os homens e as mulheres todos os anos na véspera de São João Batista com o fito de dar estabilidade à saúde.

Não há na vila igreja alguma; a primeira acha-se desmantelada há mais de trinta anos e desde então tem suprido uma casa particular, em cuja fronte levantaram um alpendre para colher maior concurso de povo.

O Orago da Igreja é Nossa Senhora da Assunção. Os vasos sagrados e alfaias são os mesmos, que foram da Igreja de Mazagão na África; entre eles alguns são ricos, e a banqueta é belíssima.

Depende da jurisdição desta vila o lugar de Santa Ana do Cajari assentado na margem do rio Cajari duas léguas acima da embocadura, que jaz na margem setentrional do Amazonas acima do rio Mutuacá.

Nela habitam 84 indianos de ambos os sexos.

A igreja é pequena e paupérrima.

Detrás do mato, que cinge esta pequenina povoação e perto dela correm boas Campinas.

Os moradores são fartos de peixe e caça, plantam maniva e algodão e extraem cravo.

Monte Alegre: vila criada em 1758, e assentada sobre a planície do viso de uma montanha, que jaz na esquerda do rio Gurupatuba em distância de duas léguas da sua garganta, a qual está na margem esquerda do Amazonas.

Aldeia de Gurupatuba era o nome, com que se qualificava esta povoação antes do referido ano, ela era missionada pelos Padres da Piedade.

Compõem-se a população de 1.780 vizinhos brancos e indígenas, e de 290 escravos.

Os principais moradores são proprietários de fazendas de criação e de grandes plantios de cacauzeiros, os quais eles principiaram no ano de 1784. Só a criação do gado vacum não há tido aumento, porque às vezes sofre a perseguição dos morcegos.

Os indianos são de préstimo na extração da salsa e do cravo, na pesca, e noutros trabalhos.

As mulheres são laboriosas na costura, fiam algodão, fazem redes, fabricam e pintam com graça e delicadeza bacias e gomos de argila branca, cuias e taquaris.

Quase todas as casas são telhadas com folhagem.

A matriz é dedicada a São Francisco de Assis, ela foi um bom edifício, limpo e decente, atualmente trata-se da sua reedificação. Há mais duas pequenas igrejas, das quais uma serve de matriz.

Nas partes da vila, que entestam com o nascente, oferece-se à vista a perspectiva de altas serras e nas partes fronteiras ao Sul vê-se numerosos e amplos lagos formados pelo Amazonas e as coleadas voltas, que ao longe vai fazendo o mesmo rio, realçando vistosamente aquele alegríssimo País.

Pertence à jurisdição desta vila a fronteira margem austral do Amazonas, nela há um sítio chamado Barreiras de Cuçari perto da boca do rio Curuá, cujo sítio tem moradores indianos e as suas mulheres são

dotadas do mesmo curioso engenho das da vila para fabricar e pintar louças, cuias, taquaris.

Houve na fralda do sítio da vila uma fábrica de serrar cedros para o arsenal da marinha, a qual durou mais de trinta anos.

Nova de El-Rei: vila criada em 1758 e situada sobre a margem esquerda do rio Curuçá cinco léguas acima da Ponta de Tapari, tendo a vista em um horizonte muito limitado pela proximidade do arvoredo, o qual com tudo é muito agradável.

Esta povoação antes de ser vila era denominada Aldeia de Curuçá.

A população atual consta de 1.392 vizinhos distintos em 224 brancos, 202 escravos, 274 indianos, 547 mamelucos e 145 mestiços.

Toda esta gente vive da pesca e da lavoura limitada a poucos gêneros, como farinha, arroz, café, para os quais é bom o terreno.

Nossa Senhora do Rosário é o Orago da Igreja, ela foi construída com a amplidão, mas não foi bem conservada, deixaram-na arruinar e reduzir-se à metade.

Esta povoação no tempo dos jesuítas era a melhor de todas as que eles administravam, nela então viviam entretidos muitos indianos na manufatura de panos de algodão, na fabricação de telha e cal, e nas pescarias tão próprias em um sítio por extremo piscoso, os restos de todos esses estabelecimentos ainda chegaram a ser divididos no ano de 1786. Depois da expulsão daqueles padres, os indianos deixando cair as casas, não curando de erguer outras, e situando rocinhas pelos matos, puseram a vila quase erma.

Odivelas: lugar criado em 1757 e assentado sobre terra pouco eminente da margem esquerda do assaz vistoso rio Tabatinga, que tem a sua boca sete léguas ao norte da Vila da Vigia.

O seu primordial nome foi o de São Caetano, que lhe atribuíram os regulares denominados Companheiros de Jesus quando ali estabeleceram uma fazenda. Este antigo nome ainda persevera na enunciação vulgar.

Os moradores são em número de 335: eles vivem da pesca em razão da abundância do peixe; e aqui com especialidade porque é o melhor, sobretudo o camorim. Também trabalham em algumas plantações;

eles têm vários cafezais, cacauais, arrozais, e outros plantios, tudo em pequeno ponto, detrás do bosque alto, fresco, e viçoso, que cinge as margens deste e dos vizinhos rios; e que por isso os constituem deliciosos.

O número de fogos não passa da 190.

Todas as casas são palhaças; e em rosto delas, e de uma igrejinha bonita consagrada a Nossa Senhora do Rosário, existe um largo amplo, regular, e limpo, que faz toda a graça da povoação.

Ourem: vila assentada sobre uma planície da margem direita do rio Guamá fronteira à segunda cachoeira chamada antigamente da casa forte: a qual é pouco fremente, a toma a largura do rio, tendo só da parte direita um canal de uma braça de largura no tempo em que está desinchado em cabedal.

Principiou-se em 1753 a fundação desta vila com 150 indianos tomados a diversos contrabandistas, e com famílias e homens solteiros açorianos. Celebraram-se mais casamentos, do que podiam esperar-se da aurora de uma nova vila.

A sua jurisdição começa na boca do igarapé Jacundaí, e entesta no igarapé de Bragança.

Deu-se para o assento da vila um terreno de 700 braças quadradas; e para o patrimônio da Câmara 800.

É composta a vila de cinco pequenas ruas denominadas do Maranhão, de São Bernardo, de Bragança, dos Anjos, e de Santo Antônio, e de uma praça chamada do Espírito Santo de 70 braças de comprimento e 25 de largura, tendo no centro o Pelourinho, e a Matriz em um dos menores lados, que está da banda do Nascente. As casas telhadas são 50 inclusas a cadeia e a Câmara, e as colmadas de folhagem dez. O Desembargador Corregedor da Comarca Feliciano Ramos Nobre Mourão assistiu ao traçamento das ruas e à demarcação do termo.

Na parte da praça oposta à igreja ainda existem os vestígios de uma casa forte lavrada à custa de Luís de Moura em 1727, que a comandou no posto de Capitão adquirido tanto por esta obra, como pelos seus serviços praticados em Pernambuco e no Pará.

A população forma-se de 669 vizinhos: dos quais 232 são brancos, 160 escravos, 194 indianos, 23 mamelucos e 60 mestiços.

Algodão, arroz, tabaco, aguardente de cana, mel, açúcar, farinha, milho, feijão, café, cacau, e polvilho, são os efeitos agronômicos, que os moradores enviam para o mercado da cidade. Na extração das drogas boscarejas ninguém labuta à exceção de algumas madeiras para construção de canoas e para obras caseiras. Só os moradores de outros distritos é que vão pelo Guamá às vertentes dos rios Piriá e Gurupi para extrair óleo de cupaúba, e pelo mesmo Guamá transportam esta droga em ubás feitas das toras das árvores, porque assim menos tempo gastam do que por outro qualquer rio.

As terras do termo em parte são idôneas para a cultura de todas as plantas; e em parte rejeitáveis por estarem embutidas de igapós, pântanos, e alagados e lamacentos paus traspassados de águas periódicas, e também por serem dominadas pelas saúvas.

Nestas terras não há campos: e por isso os moradores não possuem rebanhos de gado grosso; somente no rio Irituia há um morador que apascenta no contorno do seu prédio rústico um pequeno número de bois e vacas, que para os preservar dos morcegos pratica todas as cautelas excogitáveis.

Desta vila estão lançados dois caminhos, um para o Maranhão que se acha mal conservado, e o outro para a margem direita do rio Caité perto do seu berço; em cuja margem existiu o lugar de Tentugal, e onde ainda se conserva ao pé de duas palhoças habitadas uma pequenina casa solitária, que serve de albergaria aos que trilham aquele caminho nomeado estrada de Bragança. Foi assentado o mencionado lugar em 1753 com o fim de ali haverem sempre prontas canoas de transporte para a Vila de Bragança. Para melhor serventia entre Ourem e Tentugal alargou-se a senda, que corria pelo interior da mata no intervalo destes dois pontos; e desta arte ficaram comunicáveis sem empeço algum o Caité e o Guamá de sorte que os moradores daquele rio podem eximir-se dos perigos da costa marítima transportando para a cidade todos os seus gêneros agronômicos com grande facilidade pelo Guamá.

A dita estrada acha-se em bom estado: ela tem três braças de largura e obra de cinco léguas de comprimento, que estão marcadas em postes fincados na beira, e decorre por uma floresta fendida de grutas, pelas quais se deslizam arroios de águas claras e límpidas, que placidamente resvalam por baixo de esplanadas de madeira, que servem de

pontes aos viandantes; floresta belíssima e tão densa que abobadando a estrada embarga a vista do Céu.

A igreja paroquial da vila é consagrada ao Espírito Santo.

Há no termo mais duas freguesias; uma no rio Irituia dedicada a Nossa Senhora da Piedade, e a outra no rio Guamá defronte da primeira cachoeira (remontando o rio) dedicada a São Miguel.

A primeira, que foi uma capela lavrada por Lourenço de Souza Pereira; junto a sua casa, é contada entre as freguesias da diocese há mais de setenta e sete anos; porém até hoje o vigário se não acha congruado pela Tesouraria da Província por lhe faltar a criação legal.

Fazem a população desta freguesia 348 brancos, 108 escravos, 153 indianos, 126 mamelucos, 170 mestiços.

As plantações ordinárias destes moradores são as do arroz, algodão, maniva, feijão, tabaco, e carrapato.

A segunda freguesia foi ereta sobre a margem direita do rio Guamá em um terreno plano e baixo de sessenta braças quadradas dado por Agostinho Domingues de Siqueira.

Esta freguesia abraça o espaço, que medeia entre o igarapé Jurujaia e o igarapé Castanhal.

Moram no dito espaço 302 brancos, 442 escravos, 22 indianos, 78 mamelucos, e 227 mestiços.

Esta gente cultiva arroz, algodão, milho, feijão, tabaco, maniva, café; e extraem da espessura óleo, madeiras, cravo, timbó, timbó-titica, timboassú, estopa, castanha doce, jabotis, e enviras de diferentes qualidades.

Para diante desta freguesia não passa o fluxo do mar na quadra das chuvas.

A população supramencionada da freguesia de São Miguel não é arrolada exatamente, porque o respectivo vigário entendendo mal a permissão dada pelo ordinário aos seus paroquianos habitantes dos igarapés Jurujaia, Jabuticacá, e Jacundaí, pertencentes à sua igreja, para se desobrigaram da quaresma na freguesia de São Domingos da Boa Vista por lhes ficar esta mais perto, não os descreve como lhe cumpre na lista de população. E disto resulta aparecer nas listas da freguesia de São Domingos mais moradores do que realmente tem.

Oeiras: vila criada em 1758, e assentada sobre uma vistosa planície de uma ilha situada ao oeste da baía dos Bócas entre as embocaduras dos rios Cupijó e Puruaná.

Foi Aldeia de Araticu em razão do grande rio deste nome, que a banha; e foi missionada pelos jesuítas. Ela e as outras denominadas Aricuru e Arucará eram nomeadas vulgarmente Aldeias dos Bócas. A primeira situação desta aldeia foi em paragem pouco arredada da boca do rio Panaiva.

Três mil novecentos e quarenta e quatro indivíduos constituem a sua atual população; cujo número estremadas as raças compõem-se de 192 brancos, de 323 escravos, 630 mestiços, de 1.826 indianos, e de 973 mamelucos.

Na vila os melhores domicílios são os do vigário e dos moradores brancos; as casas dos indianos desmerecem este nome: são palhoças abertas, feias, e nada limpas: e assim mesmo não aparecem as que deviam existir, porque eles vivem embrenhados pelos matos. Ao princípio diziam que assim o praticavam para escapar às portarias de serviço: mas hoje que estas já se não dão que desculpa justificará o seu embrenhamento?

A igreja é inaugurada a Nossa Senhora da Assunção: ela é de telhado, espaçosa, e de bom pé direito, porém acha-se padecendo danificamento.

Outeiro: lugar criado em 1758, e assentado na planura do viso de uma montanha com ladeira de molesta subida, que já na margem direita do rio Urubucuara sete léguas acima da sua garganta, a qual está sita na margem esquerda do Amazonas acima do rio Paru.

Aldeia de Urubucuara era o antigo nome deste lugar, que é dependente da jurisdição da Vila de Monte Alegre. Quando tinha a primitiva denominação os padres de Santo Antônio da Província da Estremadura a missionavam. Ela estranhou o nome do rio, em que foi plantada: rio, que é um braço do Amazonas lançado pela terra dentro ao noroeste, e na distância de seis horas de voga derramado em vários lagos sobre uma vasta planície jacente nas abas de umas serras pertencentes à cordilheira do Parú: cujos lagos em os períodos pluviosos se convertem em um sobremaneira amplo, profundo, e habitado de jacarés, de cobras enormes, e de copioso peixe de toda a variedade, que o Amazonas produz.

Em meia ladeira da montanha há um penhasco, do qual jorra uma fonte de água muito diáfana e saborosa, e muito diurética segundo afirmam. Do viso, em que está a povoação, esta tem para a banda do norte e leste a vista de várias serras, e para a banda do sul a de bosques, lagos, e planícies, cujo complexo faz um prospecto deleitável.

A população consta de 194 pessoas livres, e de 20 escravos.

A igreja é inaugurada a Nossa Senhora da Graça: abrange breve espaço, e tem teto de palha.

As casas dos moradores são todas caiadas colocadas em terreno limpo, e telhadas com folhagem: e não obstante o incêndio, que em 1649 quase destitui de casas a povoação, continua a mesma construção de madeira e palha.

As matas são fartas de cacau, de salsaparrilha, de caça volátil e quadrúpede.

Óbidos: vila criada em 1758, e situada na latitude meridional de 1º 51' e na longitude de 322º21'30''. Sobre a lomba de uma não muito elevada montanha, que na margem do Amazonas corre pelo espaço de três léguas ate à foz do rio Trombetas.

Formam a população desta vila e seu termo 2.987 pessoas livres, e 1.294 escravos.

Os moradores da vila habitam casas arruadas; e suposto que algumas sejam colmadas de folhagem, contudo tem seu alinho, o que tudo com uma boa praça, que tem, faz uma vivenda agradável.

A Matriz é consagrada à Senhora Santa Anna. Além desta igreja há outra de menor extensão; ambas são telhadas: e com igual material também se acham cobertas quase todas as casas dos habitantes.

A maioria dos lavradores cuida muito do cultivo das cacaueiras: esta planta aparece em muitas partes do termo. Também fazem plantações de café, maniva, algodão, milho, e feijão, porém tudo em quantidade medíocre. Outros há que possuem terras de lavoura e de gado vacum e cavalar.

Na terra da mesma elevação, em que está a vila, e na distância de 180 braças, existiu antigamente uma fortaleza apelidada de Santo Antônio de Pauxis, que foi edificada de taipa de pilão e com alguma irregularidade à custa de Manoel da Mota e Siqueira, Governador da For-

taleza de Tapajós. Ela era guarnecida de um destacamento do Pará comandado por um capitão e um tenente. Foi em 1749 que começou a mostrar ruínas nos ângulos e na cortina da parte do rio. A mesma fortaleza, posto que pela elevação do sítio dominasse a passagem do rio, não podia atalhar nela a navegação proibida, porque o sistema de canhoneiras não permitia às peças de artilharia fazer os tiros por baixo do horizonte pelos ângulos que o declive da montanha exigia: e deste modo aquela fortaleza não era chave capaz de fechar aquele estreito do Amazonas não só a todo o arrojo interno, perturbador da ordem, mas ainda a qualquer projeto de invasão estrangeira.

A vila antes de o ser tinha sido uma aldeia dominada de Pauxis: nela missionaram os padres capuchinhos da Província da Piedade: e às vezes se agregavam a ela alguns descimentos de silvícolas, que dos mesmos padres recebiam a doutrina. Um destes descimentos em 1747 praticou enormidades e delitos, a cujo castigo se evadiu transfugindo para a espessura do Trombetas. E no ano de 1787 para aqui vieram morar todos os indivíduos que tinham assentado pousada e contubérnio debaixo da denominação de lugar de Arcozelo na margem direita do rio Curuamanema seis léguas acima da sua foz, a qual existe na margem esquerda do Amazonas duas léguas abaixo da vila.

No ponto, em que está fundada a vila, e em que a natureza dispôs o terreno para um alvo diferente, tem o Amazonas um passo estreito de mil braças de largura de margem a margem, e de fundo mais de trezentas de quase uma légua de correnteza.

Até este ponto é sensível o fluxo do mar: ele se dá a conhecer meramente pelo entufamento das águas um pouco acima do ordinário nível do rio. Ora discorrendo o dito fluxo pelo espaço de 248 léguas, que media entre esta vila e a foz do Amazonas, é isto um fenômeno talvez único no mundo conhecido.

Fazem assaz precioso o termo da vila o Cacioyri, os lagos, e os dois paranamiris: eles são fontes de riqueza, das quais podem resultar imensos benefícios. Do modo por que se olha para as dádivas da natureza é que se deriva a fortuna ou a desgraça do comércio interno.

Piriá: Lugar situado sobre plano pouco elevado na margem direita do rio Piriá dez léguas acima da sua foz.

É muito pouco populoso: apenas ali vive o número de 53 indianos e mamelucos, os quais pescam e cultivam maniva quanto basta para a sua sustentação.

O Orago da Igreja é São José.

Portel: vila criada em 1758, e situada ao nascente sobre uma ponta da terra firme em rosto de uma espaçosa e amena baía distante quatro léguas ao sudoeste da Vila de Melgaço.

Antes deste predicamento era Aldeia de Arucará missionada pelos Padres da Companhia depois que o Padre Vieira a formou com alguns ingaíbas extraídos da Ilha Grande de Joannes.

Uma igreja de duas naves de pau, grande, pintada no teto e paredes, dedicada a Nossa Senhora da Luz, e colocada no meio de uma comprida ala de casas, umas de girau, outras disformes, negras, e arruinadas, constitui a perspectiva da vila.

Nesta e seu termo habitam 2.170 brancos, indianos, e mamelucos, com 80 escravos.

Destes moradores a maioria vive vida enbrenhada pelos matos e por isso o vigário não pode conseguir um arrolamento exato dos seus paroquianos. Todos eles exercitam a mesma lavoura dos do Termo de Melgaço; e são como esses remissos em empregar os seus esforços para desempeçar os igarapés, que habitam, dos madeiros, que o tempo neles lança; e assim os deixam abandonados à natureza sem advertirem que deste abandono devem resultar os danos, que estão sofrendo, e que vão continuando e diminuindo a sua capacidade para a navegação interna do país.

Esta vila em 1786 padeceu uma assaltada do Gentio Mondrucu na qual perdeu alguns moradores.

Porto de Mós: vila ereta em 1758, e situada sobre a orla direita do rio Xingu em terreno ao nível da água, e distante seis léguas do lugar da Boa Vista.

Contém 198 casas palhaças, em que assistem 151 brancos, 53 escravos, 336 indianos, e 281 mamelucos: cujas raças numericamente aglomeradas fazem a totalidade de 758 vizinhos.

O primeiro título desta povoação foi o de Aldeia de Maturu: então era missionada pelos religiosos da Província da Piedade. Acima da

mesma povoação os jesuítas também aldearam muitos silvícolas descidos das florestas do Xingu.

A situação da vila é agradável, o porto desafogado, e o terreno do termo fértil e apto para a plantação de todos os vegetais. Os mesmos bosques têm grande porção de cravo.

A Igreja é dedicada a São Braz.

As casas de folhagem e os tujupares, tudo colocado na praia patenteia que os moradores passam a vida em grave indigência. Debalde a natureza lhes oferece meios para volverem seus dias em melhor condição: o seu trabalho não vai além do mesquinho necessário para as primeiras necessidades da vida, ou seja colhendo os frutos espontaneamente produzidos, ou seja pela pesca, ou pela caça, ou quando muito plantando maniva por meio de uma cultura rude e grosseira. Daqui vem que esta gente desde que tem acabado o trabalho, de que depende o seu necessário absoluto, se entrega à preguiça e à indolência como os brutos sem saber em que empregar o seu tempo e os seus braços.

A mesma indolência lhes ata as mãos para não abrirem um poço, de que tanto necessitam a fim de não serem insultados de febres e corrupções durante as anuais enchentes do rio, cuja água bebem. Cumpre notar que estas doenças não só se desenvolvem nas povoações do Xingu, mas também nas de muitos rios da Província, onde os moradores não fazem poços para o uso da água. E é natural que assim aconteça pois os grandes rios desde o princípio do seu transbordamento até que revertam ao seu leito estão impregnados do Al-kali-fixo, e saã pestilenciais pelos corpos imundos, que lavam e levam consigo.

Pombal: vila criada em 1758, e assentada na margem direita do rio Xingu sobre terra pouco alta, três léguas acima da Vila de Souzel.

Foi Aldeia de Pirauiri missionada pelos jesuítas.

O seu distrito demarcado pelo Corregedor da Comarca Pascoal Abranches Madeira Fernandes compreende duas partes, uma que decorre do rio Maxipana ao rio Maxuacá, e a outra que se estende do rio Piri ao rio Omarituba.

A aparência desta vila oferece um largo denominado de Pelourinho com nove casas palhaças e treze tujupares e uma igreja inaugurada a São João Batista também com teto de folhagem.

A totalidade dos moradores da vila e seu termo forma-se de um branco, de 8 escravos, de 629 indianos, e de 176 mamelucos.

Eles plantam só mandioca para comer, e para fabricar aguardente de beiju, em que estragam muita massa; do café não tratam, sendo as terras aptas para ele; e se porventura algum se lembra de plantá-lo não passa de um abreviado terreno.

É aqui onde mais se distinguem as indianas em aceitar quantos amantes são do seu agrado; e para isso basta verem-se escassamente dadivadas: nenhum ciúmes entre eles lavram, e à volta uns dos outros sem contenda e ainda sem murmúrio tomam praça.

Os panos de algodão, ferragens, pólvora, e outros artigos de consumo certo, que ali levam os mercadores de Gurupá, Mazagão ou Macapá, são permutados pelos gêneros silvestres, que eles vão extrair dos matos para amansar os gritos da extremada penúria.

Desta vila para cima a maré não monta.

Pinhel: vila criada em 1758, e situada sobre a margem esquerda do Tapajós em distância de vinte e quatro léguas acima da Vila de Alter do Chão.

Aldeia de São José era o título, que distinguia esta povoação antes de ser graduada em vila. Foi missão dos jesuítas.

Oitocentos e sessenta e cinco indivíduos livres e dezesseis escravos fazem o número de todos os moradores.

As casas desta gente são todas telhadas com folhagem e todas uns mesquinhos habitáculos.

A sua lavoura não avulta: submergidos em languidez só deles os arranca o pungente estímulo da fome.

A Igreja é dedicada a São José: ela é telhada, e assaz pequena.

Os Indianos, que moram no Alto Tapajós, apelidam-se mutuamente hiapiruara, que quer dizer – gente do sertão – e os que habitam a parte inferior do mesmo rio denominam-se Canicarús para se distinguirem daqueles.

Salinas: lugar criado em 1781, e situado sobre a baía do mesmo nome, que o adquiriu pelas salinas que a Real Fazenda ali teve, perdendo a denominação de Virianduba, que antigamente tinha.

A dita baía é arenosa e aparcelada: tem três bocas interiores com canais de pouca altura; a primeira é a do igarapé São Paulo, a segunda a do igarapé Irindeua, e a terceira a do igarapé Merámuipi.

Este lugar é sujeito à jurisdição da Vila de Cintra; e nele sempre residiram os pilotos práticos da barra.

A sua posição geográfica é o paralelo austral 34' cortado pelo meridiano 330º 22'.

Os habitantes são em número de 25 brancos, de 30 escravos, e de 460 indianos e mamelucos.

Esta gente sustenta-se da pesca, e das suas pequenas roças.

A Igreja, cujo Orago é Nossa Senhora do Socorro, tem teto de telha; e com o mesmo material são cobertas algumas casas dos vizinhos, e todas as mais tem cobertura de folhagem.

As pessoas empregadas no ministério de encaminhar os navios tanto na entrada como na saída são um piloto prático, um seu ajudante, um segundo ajudante, e dois praticantes. O piloto prático foi criado por assento do 1º de março de 1798 da Junta da Fazenda em conseqüência do aviso de 21 de maio de 1787 do Secretário de Estado dos Negócios do Reino; e vence 600$000 réis anuais. O ajudante deste prático estabelecido pela Carta Régia de 20 de março de 1821 percebe o ordenado de 240$000 réis. O segundo ajudante vence o ordenado de 120$000 réis e de ração diurna 29$200 réis. E os dois praticantes cada um ganha 60$000 réis, e uma ração diária igual à do segundo ajudante. Tanto este como os dois praticantes foram instituídos com o piloto prático da mesma data.

Hoje os mencionados práticos estão dirigidos em duas turmas: uma, que reside na cidade, e outra nas salinas. A primeira é incumbida da saída dos navios, e a segunda da entrada deles.

Santarém Novo: lugar fundado em 1796 no termo da vila de Cintra sobre terra pouco alta da margem esquerda do rio Maracaná acima do igarapé Unuçu, do qual começa o distrito deste lugar e distante obra de dez léguas da foz do rio.

Sessenta casas palhaças habitadas por 292 indígenas constituem toda a povoação.

A pesca, e o cultivo da mandioca são o ordinário objeto do trabalho destes moradores.

A Igreja é consagrada ao culto de Nossa Senhora da Conceição.

São João de Araguaia: registro instituído em 1797, e situado entre a Praia do Tição e o Seco do Bacabal sobre uma ribanceira da margem direita do rio Tocantins à vista da foz do rio Araguaia, que lhe demora na parte oposta acima dele.

Este registro apresenta umas casas palhaças colocadas com independência de toda a disposição regular, nas quais assistem o comandante, os soldados, o cirurgião e o capelão. Ele foi estabelecido não só para baldar os extravios do ouro, as fugas dos escravos de Camutá para Goiás, e as agressões dos Timbiras, Carajás e Apinagés, habitantes das margens daquele rio, mas também para refocilamento das pessoas, que empreendem tão trabalhosa viagem através daquela vasta extensão selvagem, bruta.

Souzel: vila criada em 1758, e que antes deste predicamento era Aldeia de Aricari missionada pelos jesuítas, e que tem o seu assento nas abas de uma serra jacente na margem de uma baía, que forma o rio Xingu cinco léguas acima da Vila de Veiros.

Esta vila aprazível pela sua localidade, e lastimosa pela pobreza dos seus habitantes, consta de uma praça, em que fabricaram a igreja, e de suas ruas desfalcadas de casas, que apenas tem 14 tujupares e 10 casas de sebe sem emboço telhadas com folhagem. Telha só aparece no teto da igreja, e do hospício, que foi da Ordem Regular Jesuítica. De cujo hospício a parte, que dá serventia interior para a igreja e coro, ocupa a viúva do Capitão de Milícias Ignácio Leal, que a comprou em praça, e a outra parte é habitada pelo vigário.

Fora do âmbito da vila, e dentro do seu distrito numeram-se 96 casas palhaças.

Toda a povoação compõem-se de 6 brancos, de 3 escravos, de 173 mestiços, de 399 indianos, e de 100 mamelucos.

As terras da banda da vila são montanhosas; há serras fáceis de galgar; cuja sumidade é ocupada de formigas, e outras serras sem recosto, que sobem íngremes e tão direitas de todas as partes que parecem que as foram talhando ao picão. Na margem oriental o terreno é rasteiro

e apto para café e maniva, da que fazem plantios acanhados. Perpassada a Ilha de Santa Maria avista-se o território liberto de serras, e montanhas. A costa do sul é uma chapa de terra preta e baixa, e idônea para todos os vegetais: porém acha-se deserta por causa dos Gentios Juruna e Mondrucu, os quais ali vinham de quando em quando trucidar e roubar.

Nenhum dos moradores possui terras próprias: todos plantam onde lhes apraz, e só o fazem para seu alimento; no que empregam pouca mandioca, porque sempre destinam a maior porção dela para ser convertida em aguardente de beiju; a qual vendem, e na qual se enfrascam o que muito de uso lhes acontece.

Também vão rio acima, e pelos seus colaterais, catar as drogas mais correntes no comércio.

O cravo, café, e farinha ordinariamente são transportados pelos moradores das Vilas de Gurupá, Mazagão, e Macapá que vão comprar ali indicados efeitos como obras de ferro, panos de algodão e outros gêneros alienáveis.

A Igreja é dedicada a São Francisco Xavier.

Santarém: vila criada em 1754 e edificada na margem direita do rio Tapajós junto da sua embocadura sobre terreno com doce declive para a ribeira, onde ele pouco difere do nível do rio, o qual descarrega as suas águas no Amazonas pela sua margem meridional.

A posição geográfica desta vila é o paralelo austral 2º27' cortado pelo meridiano 323º12'.

Ela havia sido Aldeia do Tapajós missionada pelos Padres da Companhia: consta de três ruas paralelas ao rio e cruzadas por igual número de travessas, todas contornadas de casas de alvenaria e de bom exterior, e algumas de dois pavimentos ao estilo da cidade. Tem uma igreja de conveniente extensão inaugurada ao culto de Nossa Senhora da Conceição, plantada em uma pequena praça que termina na praia; é de moderna data o seu lavramento, e não obstante dever pouco à arquitetura é limpa, clara e a melhor das igrejas das povoações mediterrâneas.

Habitam esta vila e seu termo 3.985 vizinhos brancos, 112 indianos e mamelucos, e 1.270 escravos.

Em uma vila, que é o empório do comércio do Rio Negro e de Mato Grosso nunca construíram casa de câmara e cadeia, um chafa-

riz, nem poços para uso da água: e como a do rio apesar de cristalina não é profícua à saúde mormente durante o período do desatamento das chuvas vão buscá-la ao Amazonas em pequenas canoas chamadas montarias. E nisto estão desde que ali se elevou a primeira casa sem lhes importar a nota de que se há neles verdadeiros sentimentos do bem público não são suficientes para excitar em seu espírito estímulos capazes de os moverem a construir fontes, ou pelo menos a facilitar o uso da água de algum dos igarapés dos arredores, entre os quais parece merecer a preferência da escolha o igarapé do Irurá tanto pelo curto apartamento, em que se acha do contorno da vila, como pelas águas louvadas de boas.

Distinguem-se aqui certas mulheres pela indústria, com que fazem boas esteiras de palhinha fina e pacarás, os quais são uns pequenos baús de folhetas de madeira leve cobertas por dentro e por fora de palha do grelo de inajá tecida e pintada de diversas cores, cujo matiz é donoso.

A lavoura da maioria da povoação considerada na sua totalidade não acredita muito aqueles habitantes, nem lhes dá o lucro, que poderiam fruir se aproveitassem terrenos tão férteis e aptos para produzir os gêneros de primeira necessidade em grau suficiente de abundância. Os gêneros de cultura, a que se aplicam são o cacau, café, tabaco, algodão, milho, feijão, maniva; mas tudo, exceto o cacau, em porções tais que apenas suprem o necessário absoluto.

O cacau divisa-se em quase todas as terras, que não são firmes: porém suposto que plantem as cacaueiras nas várzeas, e nas ilhas próximas das fazendas sitas nas terras firmes impróprias para a plantação do cacau, todavia as cacaueiras não vegetam, nem produzem quanto hão de produzir sendo acarinhadas por cultivo diverso do atual.

Também alguns possuem fazendas de criar gado vacum e cavalar, as quais são pouco consideráveis; eles poderiam ter longas manadas se estabelecessem as fazendas em paragens de pasto mais suculento, onde as enchentes do rio menos destruição fizessem no gado.

Repreensível e deplorável descuido tem havido de se não atalhar o progressivo desenvolvimento da lepra entre aqueles habitantes. Um malvado possuído deste mal elefântico muito de propósito se pro-

pôs disseminá-lo pelos seus semelhantes em retribuição de o ter adquirido em prazeres de fácil colheita.

Sobre o cimo de uma ribanceira de pedra na aba do rio à direita da vila ainda existem os remanescentes de uma fortaleza de figura quadrangular elevada em 1697 à custa de Manoel da Mota e Siqueira; o qual em retribuição desta despesa foi agraciado com o governo vitalício da mesma fortaleza.

O primitivo destino desta fortificação foi o de vigiar e defender a passagem do Amazonas: mas não se advertiu que entre este rio e a dita fortificação demoravam diversas ilhas, por entre as quais podiam navegar as canoas ocultas à vigilância. Depois ficou servindo de ponto de um destacamento, que ocorresse aos ataques, que os Gentios incomodassem as povoações vizinhas.

Defronte da referida fortaleza na esquerda da vila à borda do rio jazem as relíquias da antiga Aldeia do Tapajós, da qual pela surda se vão ausentando os indianos e com bastante razão, visto que não há quem olhe para esta gente, que aliás é indispensável para o trabalho material do país.

Esta aldeia tem as suas casas bem arruadas e com asseio, o seu assento é mais agradável e mais lavado dos ventos que o da vila, porque não está como esta ao subir da colina da fortaleza e, ou seja por isso, ou porque a mesma colina não permite por aquela parte estender-se a vila, é certo que hoje em vez de apresentar-se dilatada para o campo, que corre além da espalda da vila, tem-se estirado para a banda da aldeia, onde os brancos compram aos indianos as suas casas palhoças, e as transformam em domicílios acomodados.

Santa Cruz: missão estabelecida em 1799 pelo Governador do Pará Dom Francisco de Souza Coutinho, e sujeita à jurisdição, da Vila de Pinhel, e situada na margem direita do rio Tapajós sobre terra chata pouco acima do lugar de Aveiro.

Consta de 59 palhoças; nas quais assistem 4 brancos, 536 índios de ambos os sexos, e 14 escravos.

A igreja é pequenina, e telhada com folhagem, e dedicada à Santa Cruz.

Os indianos desta missão extraem salsaparrilha, cravo, e guaraná tanto no distrito da Vila de Pinhel como nas terras interiores da mesma vila.

Turiassu: lugar criado em 1754 e situado sobre terra pouco alta na margem esquerda do rio Turiassú, e próximo ao cotovelo que ali forma a mesma margem, cujo rio demarca a terra paraense, do Maranhão, e a sua foz dista da cidade 74 léguas pela costa.

Duas pequenas ruas paralelas ao rio circuitadas de casas palhaças, e de algumas com teto de telha, e uma pequenina casa telhada com folhagem chamada igreja é tudo quanto aparece, e dá consistência a este lugar.

A sua população considerada simultaneamente com a do distrito contínuo do Parauá compõem-se de 987 brancos, de 1.000 escravos, e de 566 mestiços.

A lavoura, posto que circunscrita ao arroz e algodão, é algum tanto lucrativa. Era cada safra, um ano por outro, exportam os lavradores para o Maranhão ao redor de 3.000 sacas de algodão, de 12.000 alqueires de arroz.

Em 1797, 1805 e 1809 estes moradores requereram a mercê de ser investido aquele lugar na graduação de vila e ter um juiz de fora, porém eles vendo-se indeferidos sem indicação da causa moral ou política, que lhes resistia, mudaram de intento e passaram a pedir ao Monarca no Rio de Janeiro que o seu lugar e o seu respectivo distrito fizesse parte integrante da província do Maranhão, com cuja capital as suas relações comerciais estavam estabelecidas desde o momento, em que eles as tentaram com êxito frutuoso, e para onde convinha em todo o tempo sustentá-las em atenção à breve distância e menor risco. Teve este pedido despacho idêntico ao da primeira pretensão. Desgostosos nunca trataram de erguer boas moradas, nem de fabricar uma igreja proporcionada às suas posses.

A pequenina casa chamada igreja tem um altar, no qual se acha colocada a imagem de São Francisco Xavier, a quem tomaram por padroeiro. O vigário é nomeado pelo Bispo do Maranhão, o qual alimenta com o pasto espiritual e com a doutrina católica este lugar com todo o território, que decorre até o rio Gurupi.

Tapará: lugar situado na margem direita do rio Xingu uma légua acima do lugar de Boa Vista.

Habitam ali 18 brancos, 10 escravos, 69 indianos, e 42 mamelucos.

Tanto este lugar, como o da Boa Vista são pastorados pelo vigário da Vila de Porto de Mós.

Vizeu: lugar assentado sobre terra pouco alta na margem esquerda do rio Gurupi cinco léguas acima da sua garganta.

Assistem ali 172 indianos. Eles não são nem lavradores nem pescadores; plantam maniva, pescam e caçam quando chegam para comer; e assim vivem contentes no seio de grave indigência.

A Igreja é dedicada a Nossa Senhora de Nazaré.

Um só sacerdote exerce as funções de pároco nesta igreja, e nas de Piriá e Gurupi.

Vigia: vila criada em 1693, e assentada em muito bom sítio sobre terreno plano e rasteiro na margem direita do rio Tabapará, e distante da cidade 15 léguas.

Esta vila, a que os indianos chamam Uruytá, tem seis ruas pequenas, e uma delas, que conduz à Matriz, calçada há pouco tempo. Os moradores da vila e seu distrito fazem o número de 5.130 de cujo número 2.120 são brancos, 329 escravos e 2.681 mestiços.

Pouco crescimento tem tido esta povoação, por que ainda se protesta como nos tempos remotos a falta de meios; e que não podem consertar as casas, que se arruínam; e outros nem acabam as que principiam.

Aqui fundaram os jesuítas, em 1702, uma igreja ampla e um colégio para instrução da mocidade, e nele formaram um grande número de clérigos. Também os mercenários em 1733 a pedido da Câmara e o povo estabeleceram um pequeno hospício consagrado a Nossa Senhora da Conceição, e no ano de 1734 os carmelitas calçados lavaram o hospício e igreja. Por disposição da Carta Régia de 11 de junho de 1761 a igreja dos jesuítas passou a ser a freguesia na conservação da qual tiveram os moradores tão pouco cuidado que dentro de 25 anos ela padeceu ruína, nem acabaram logo a igreja que começaram a fabricar no meio da vila em razão de ali ser mais cômoda ao povo: nesse mesmo

tempo igualmente se mostram danificadas as igrejas e hospício dos mercenários e carmelitas, sendo muito notável que os segundos destes religiosos conservassem até depois do ano de 1786 o seu hospício a despeito do aviso de 1º de abril de 1739 que o mandava desmoronar.

Há só uma igreja aonde os moradores vão dedicar seus dons votivos, e tributar humilde culto à soberana Virgem de Nazareth, padroeira da matriz e da vila.

O cultivo do café e da mandioca, a pesca, e o fabrico do sabão e da cal sernambi, são objetos do trabalho mais usado desta gente.

No termo desta vila e no fundo chamado Mamaiacú existiram duas aldeias indianas mencionadas pelos regulares da Companhia: as quais foram qualificadas lugares, um com o nome de Porto Salvo, e o outro com o de Penha Longa. Muito contenderam os ditos regulares com especiosos pretextos contra esta criação: mas baldados foram todos os seus esforços. Hoje os referidos lugares estão reduzidos a ermos; e neste estado caíram desde 1786, em que ainda o de Penha Longa se compunha de 14 casais de indianos, mulatos e mamelucos, e os de Porto Salvo de 200 indianos.

Vilarinho do Monte: lugar criado em 1758, e subordinado à Vila de Gurupá, e assentado na mesma terra firme da dita vila e do lugar de Carrazedo, do qual está obra de 4 léguas apartado.

Antes desta denominação era Aldeia de Cauiana, e administrada pelos Capuchos da Piedade.

A população não transcende o número de 566 pessoas: das quais 340 são brancos, 48 escravos, 10 mestiços, 133 indianos, e 35 mamelucos.

A Igreja é consagrada à Santa Cruz: tem teto de telha, e acha-se erguida em um pequeno largo, e de um e outro lado em forma de semicírculo umas casas palhaças.

Veiros: vila criada em 1758, e situada na margem direita do rio Xingu sobre uma dilatada baía do mesmo rio entre a Vila de Porto de Mós e a de Souzel.

Foi Aldeia de Itácurucá missionada pelos jesuítas.

O termo desta vila demarcado pelo Ouvidor Corregedor Pascoal de Abranches Madeira Fernandes principia do rio Acaí na margem

oriental e acaba no rio Maxipana, e na margem ocidental começa o rio Acaraí, e finda no rio Piri.

Tem só uma rua orlada de 13 casas de sebe sem emboço, e de 23 tujupares, tudo telhado com folhagem: igual teto tem a casa da Câmera.

A Igreja é sofrível, e dedicada a São João Batista.

Os moradores são 2 brancos, 66 mestiços, 371 indianos e 36 mamelucos.

Esta gente compreende sempre a lavoura dentro dos limites do necessário para o seu parco alimento; eles possuem terras próprias, lavram aonde querem.

As terras da margem oriental mormente dentro dos rios defluentes no Xingu são idôneas para toda a planta; a incúria as faz inúteis; as terras da margem ocidental são estimáveis pela fecundidade, porém estão desertas porque os moradores agradaram-se mais da parte oriental: até alguns, que habitavam o rio Maruá, abandonaram esta vivenda, e outros vieram situar-se na boca do mesmo rio.

Nas duas ilhas jacentes na boca do rio Maxipana assistem desde 1821 muitos indianos: ali em torno dos tujupares plantam milho, maniva e algum café: outros fazem estas plantações dentro do indicado rio, e nele não assentam morada receosos do Gentio Mondrucú e Juruna, que de quando em quando aparecem para trucidar e roubar.

Este teor de plantar é geral nesta gente: e também é usual entre eles o estrago da mandioca na feitura da aguardente de beiju, com a qual se embriagam, e deixam de ter maior porção de farinha para vender.

Não longe do rio Maxiana há um poço no rio Xingu, aonde vão pescar piraíbas, e volumosas arraias.

Uxituba: lugar plantado na margem direita do rio Tapajós acima da missão de Santa Cruz.

Consta de 48 palhoças habitadas por 485 indianos, dois brancos e quatro escravos.

A igreja é uma capelinha telhada: o seu Orago é Nossa Senhora da Conceição.

Estão pois nesta comarca engastadas 31 vilas, 17 lugares, 13 freguesias, 3 missões, e 1 registro: todos estes povos eu os enumerei alfabetados por me parecer esta a melhor ordem da sua menção.

TÁBUA RECAPITULATIVA
DA POPULAÇÃO DA COMARCA DE BELÉM DO PARÁ

Freguesia da cidade

A da Sé

Moradores Livres 3.024
Escravos 2.942

A da Campina

Moradores Livres 3.748
Escravos 2.773

Freguesias campestres pertencentes à cidade

A de São Domingos da Boa Vista

Moradores Livres 882
Escravos 1.047

A do Rio Capim

Moradores Livres 992
Escravos 663

A do Rio Bojarú

Moradores Livres 799
Escravos 915

A do Rio Acará

Moradores Livres 1.539
Escravos 1.437

A do Rio Mojú

Moradores Livres 1.429
Escravos 1.728

A do Igarapé-miri

Moradores Livres 1.734
Escravos 1.839

A do Abaité

Moradores Livres 2.425
Escravos 1.639

A de Barcarena

Moradores Livres 472
Escravos 365

A de Bemfica

Moradores Livres 913
Escravos 72

Vila de Arraiollos

Moradores Livres 405
Escravos 20

Vila de Almeirim

Moradores Livres	305

Vila de Alter do Chão

Moradores Livres	818
Escravos	10

Lugar do Aveiro

Moradores Livres	273
Escravos	40

Vila de Alemquer

Moradores Livres	1.208
Escravos	440

Lugar dos Breves

Moradores livres.	227

Vila de Bragança

Moradores Livres	6.365
Escravos	482

Lugar de Baião

Moradores Livres	1.500
Escravos	450

Vila de Beja

Moradores livres.	886

Lugar de Boa-Vista

Moradores Livres	382
Escravos	13

Vila de Boim

Moradores Livres	708

Vila de Collares

Moradores Livres	466
Escravos	18

Vila de Cintra

Moradores Livres	4.319
Escravos	465

Vila de Camutá

Moradores Livres	8.068
Escravos	1.382

Vila de Conde

Moradores livres	400

Lugar de Carrazedo

Moradores livres	401

Missão de Curi

Moradores Livres	1.000
Escravos	14

Vila de Espozende

Moradores livres. 363

Vila Franca

Moradores livres. 2.736
Escravos 152

Vila de Faro

Moradores livres. 1.989
Escravos 93

Lugar de Gurupi

Moradores livres. 223

Vila de Gurupá

Moradores livres. 1.208
Escravos 248

Lugar de Itaituba

Moradores livres. 398

Missão de Juruti

Moradores livres. 385

Vila de Melgaço

Moradores livres. 4.615
Escravos 1.104

Vila de Macapá

Moradores livres. 1.963
Escravos 595

Vila de Mazagão

Moradores livres	827
Escravos	325

Vila de Monte Alegre

Moradores livres	1.780
Escravos	290

Vila Nova d'El-Rei

Moradores livres	1.190
Escravos	202

Vila de Ourem

Moradores livres	509
Escravos	160

Freguesia do Irituia pertencente à Vila de Ourem

Moradores livres	807
Escravos	108

Freguesia de São Miguel pertencente à Vila de Ourem

Moradores livres	629
Escravos	442

Vila de Oeiras

Moradores livres	3.621
Escravos	323

Lugar de Odivellas

Moradores livres	335

Lugar de Outeiro

Moradores livres	342
Escravos	20

Vila de Obidos

Moradores livres	2.987
Escravos	1.294

Lugar de Piriá

Moradores livres	53

Vila de Portel

Moradores livres	2.170
Escravos	80

Vila de Porto de Mós

Moradores livres	705
Escravos	53

Vila de Pombal

Moradores livres	806
Escravos	8

Vila de Pinhel

Moradores livres	865
Escravos	16

Lugar das Salinas

Moradores livres	485
Escravos	30

Lugar de Santarém Novo

Moradores livres. 292

Vila de Souzel

Moradores livres. 678
Escravos 3

Vila de Santarém

Moradores livres. 3.985
Escravos 1.270

Missão de Santa Cruz

Moradores livres. 540
Escravos 14

Lugar de Turiassú

Moradores livres. 1.553
Escravos 1.000

Lugar de Tapará

Moradores livres. 129
Escravos 10

Vila da Vigia

Moradores livres. 4.801
Escravos 329

Lugar de Vizeu

Moradores livres. 172

Lugar de Vilarinho do Monte

Moradores livres	518
Escravos	48

Vila de Veiros

Moradores livres	475

Lugar de Uxituba

Moradores livres	485
Escravos	4

Cidade, e as suas Freguesias campestres

Moradores livres	17.957
Escravos	15.420

Nas trinta e uma vilas, dezessete lugares, duas freguesias, e três missões

Moradores livres	72.810
Escravos	11.541
Todos os moradores livres da Comarca	90.767
Todos os escravos	26.961
Totalidade dos moradores	117.728

TÁBUA

Das distâncias da cidade às povoações da Comarca de Belém do Pará

Da Cidade do Pará às povoações seguintes

	Léguas
À Vila de Arraiolos	95
À Vila de Almeirim	99
À Vila de Alter do Chão	168

	Léguas
À Vila de Alemquer	180
Ao Registro de Araguaia	115
Ao Lugar de Aveiro	193
À Freguesia do Abaité	12
À Freguesia Acará	20
À Vila de Bragança	54
À Vila de Beja	14
À Vila de Boim	186
À Freguesia de Barcarena	4
À Freguesia de Boa Vista (São Domingos)	16
À Freguesia de Bojarú	15
À Freguesia de Bemfica	7
Ao Lugar de Baião	56
Ao Lugar de Boa-Vista	94
Ao Lugar dos Breves	45
À Freguesia do Capim	30
À Vila de Collares	9
À Vila de Cintra	28
À Vila de Camutá	45
À Vila de Conde	11
Ao Lugar de Carrazedo	88
À Missão de Curi	197
À Vila de Esposende	98
À Vila Franca	173
À Vila de Faro	212
À Vila de Gurupá	88
Ao Lugar de Gurupi	62
À Freguesia de Irituia	32
Ao Lugar de Itaituba	196
À Missão de Juruti	195

	Léguas
À Freguesia de Igarapé-miri	27
À Freguesia de São Miguel da Cachoeira	26
À Vila de Melgaço	58
(Indo pela foz do Amaz.)	91
À Vila de Macapá (Indo pela bahia do Marajó)	80
À Vila de Mazagão	68
À Vila de Monte Alegre	128
À Freguesia do Mojú	17
À Vila Nova Del-Rei	22
À Vila de Ourem	43
À Vila de Oeiras	42
À Vila de Obidos	182
Ao Lugar de Odivellas	21
Ao Lugar de Outeiro	119
À Vila de Portel	64
À Vila de Porto de Mós	100
À Vila de Pombal	119
À Vila de Pinhel	192
Ao Lugar de Piriá	62
À Vila de Souzel	116
À Vila de Santarém	162
Ao Lugar das Salinas	35/23
Ao Lugar de Santarém Novo	32
Ao Lugar de Turiássú	84
Ao Lugar de Tapará	96
À Missão de Santa Cruz	195
À Vila da Vigia	15
Ao Lugar de Viseu	66
Ao Lugar de Vilarinho do Monte	90
À Vila de Veiros	111
Ao Lugar de Uxituba	199

N. B. As distâncias notadas na presente Tábua são computadas segundo a navegação, e não em linha reta; elas excedem as distâncias retilíneas umas vezes ao redor de 14 léguas, outras muito menos do que isto.

COMARCA DE MARAJÓ

Sua descrição topográfica e histórica

Esta comarca compreende toda a Ilha Grande de Joannes; a qual nos tempos mais remotos chamava-se geralmente Ilha dos Nheengaibas por serem de línguas diferentes e dificultosas as muitas cabildas gentílicas que nela tinham habitáculo. Esta denominação caiu logo em desuso, e passou para a de Ilha Grande de Joannes, nome apelativo de uma dessas cabildas, e tem permanecido simultaneamente com o nome de Marajó, o qual sendo privativo da parte austral da ilha o vulgo o faz transcendente a toda ela sempre que a anuncia.

Esta ilha jaz na propinquidade da linha equinocial quase paralelamente a ela entre a extremidade oriental da costa de Gurupá e a costa ocidental da península da Cidade do Pará, tendo a parte arrostante ao norte três léguas e um terço no seu afastamento da sobredita linha e a parte diametralmente oposta distante oito léguas e um terço da cidade.

As águas dos rios Trianá, Pacaiá, Uanapu, Acutiperera, Jagarajó, Jacundá, Mucajá, Panaiva, Puruaná, Araticu, Cupijó, Tucantins, disparados da terra firme, que corre de Camutá para a costa oriental de Gurupá, todas lavam as praias meridionais e parte das ocidentais desta ilha, repartindo-se por entre uma imensidade de ilhas jacentes entre as referidas praias e a terra firme, e estendidas em diversos rumos com baías e canais entre umas e outras, e correm para o oceano por entre a costa oriental da mesma ilha de Joannes e a costa da península da cidade já engrossadas com as águas do rio Guajará, que a elas se aduna seis lagoas abaixo da cidade, e que é a permisão dos rios Guamá, Capim, Acará, Moju, e de outros que nestes defluem.

A costa boreal e parte da ocidental da ilha o Amazonas banha com as suas correntes, intrometendo pela segunda uma pequena porção delas, que abisma no agregado das sobreditas águas.

Deste modo se vê que a terra firme em que se acha elevada a cidade tem entre si e a extremidade oriental da costa de Gurupá um amplíssimo arquipélago do qual a natureza fez cabeça a Ilha Grande de Joannes, dando-lhe lados para todos os rios, que franqueiam comunicação com a gema do Brasil; e supondo-se desaparecido este arquipélago restaria uma abra de 56 léguas de boca e 18 de fundo entre a Ponta do Taipu e a terra oriental de Gurupá em contato com o Amazonas e com o oceano, e no lado oriental dela a Cidade do Pará contígua à foz do Guajará. À vista desta descrição é de esperar que cesse a incerteza com que até aqui se tem escrito sobre a situação da Cidade do Pará, dando-a uns assentada na margem do Guamá, outros na do Tocantins e outros na foz do Amazonas.

Tem esta ilha no seu âmbito 144 léguas e 2/3 a saber: da Ponta do Mauari ao rio Arari 23 léguas, do Arari à boca dos Breves 30, desta boca ao rio Cajuna 43, e deste à Ponta de Mauari 48 2/3. A dita Ponta de Mauari forma com Macapá e o Cabo do Norte quase um triângulo isósceles, porque ela dista do segundo destes dois pontos 65 léguas e do primeiro 65 1/3.

Por toda a ilha se estendem terras chans repartidas em campos de viçoso pasto retalhados de rios, que dão inúmeras entradas e saídas, e em pequenos grupos de àrvores de frondosa grenha e em balsas espessas, que servem de grinalda à ilha Grande porção do seu solo de inútil para todo o gênero de lavoura necessária à sustentação da vida humana por ser em partes apaulado, e durante as chuvas com tanto excesso que o gado trilha poucos espaços enxutos.

A costa oriental e a meridional são crespas de penedos; têm alvos areais extensos, altas ribanceiras que as àguas cavam, e rochedos alcantilados; a costa ocidental apresenta alagadiços em muitas partes: e a costa sententrional, a que vulgarmente chamam contracosta, é desabrida, e interpoladamente com o mesmo caráter das outras desde a Coroa do Simão até a proximidade da baía do Jacareassu manente abaixo da baía do Vieira e Rabo de Cão.

Os rios, cujas gargantas jazem no âmbito da ilha começando da parte superior do sítio de Marauaru na baía dos Bocas são os seguintes: Gurupá, Mutuaçá, Piriá, Canaticu, Pacujatá, Paracuúba, Muaná com o seu confluente Anabiju, Camotins, Atuá com o seu confluente Anajás, Tauá, Tucumanduba, Marajó-assú, Jaburuacá, Gurupatuba, Arari, Caracará,

Camará, Paracauari, Araruna, Cambu, Juraú, Gaiapuaua, Ganhoão, Arapixi, Jururaparaná, Jurupucu, Cururu, Cajuna, Pururé, Hiapixá, Mapuá, Pixipixi, Macacos, Parauaú.

Deste último se passa aos furos ou canais melancólicos do Jaburu e Tajupuru, compostos de uma quantidade de ilhas dispostas com tal direção que franqueando entrada a algumas águas do Amazonas dão por isso trânsito para o mesmo rio tanto aos que intentam ir a Macapá, como aos que pretendem montar o rio para Gurupá.

De todos os referidos rios da ilha o Anajás não tem pequeno curso; porém o mais belo, mais povoado de fazendas e de maior curso é o Arari; o seu manancial é um lago de nome idêntico, o qual não dista muito dos Mondongos, pantanal que prossegue da fazenda da Ponta de Mauari até a nascente do rio Cururu; tem na sua foz uma ilha que lhe dá duas entradas, uma debaixo e a outra de cima, a primeira assume o nome de Santa Anna da fazenda dos expulsos Mercenários, e a segunda da fábrica, que ali houve de curtumes; sete léguas acima da sua foz tem uma cachoeira que fica imersa na enchente sem impedir o nado às canoas.

O exemplo dos religiosos mercenários, que foram os primeiros estabelecedores nesta ilha de fazendas de gado vacum e cavalar, despertou a Provisão de 27 de outubro de 1702, que determinou aos moradores do Pará que transmutassem das suas roças para a ilha o seu gado vacum e cavalar trazido de Cabo Verde em 1644. Assim se cumpriu em 1703; e a multiplicação deste gado foi tal que na Páscoa de 1726 começou-se a vender carne de vaca em açougue na cidade, e passou a haver grande extração de carnes enxercadas e moxamas, e grande aumento nas rendas do Estado pelo dízimo do gado. Foi então que cessou de fazer pendor na gente pobre e mesquinha a necessidade de adquirir carne selvagem para seu sustento.

Os fazendeiros com a sua desmedida ambição de marcar com o seu ferrete todas as reses, que podiam arrebanhar, suscitaram o aviso de 13 de junho de 1765 da Secretaria de Estado dos Negócios Transmarinos, que estatuiu uma inspeção geral e perpétua das fazendas de criação debaixo de um sistema acomodado às singulares circunstâncias da ilha; e regulou em proveito do inspetor 3% da importância da vacaria e do gado cavalar, que tocasse à real fazenda pelo dízimo deduzido da fera total em cada ano, cujo pagamento se faria no momento em que ele legalizasse competentemente as suas relações na presença da Junta da Fazenda.

Competia ao mesmo inspetor girar todos os currais; informar-se do gado arrebanhado e formalizar os mapas especiais para conferir com os fazendeiros a fim de ver se ocultavam algum gado em prejuízo da Fazenda do Estado; também lhe concernia vigiar os campos, e examinar se matavam os touros bravos dentro dos lugares coimeiros e se entravam alguns vadios a praticar roubos e destruição nos gados.

Até o ano de 1803 acharam-se assentadas fazendas na costa setentrional entre os rios Cajuna e Ganhoão, na Ponta do Carmo, na de Camarão-tuba, na de Mauari, no igarapé São Miguel, nos braços de Camará nomeados Taporuquara, Cararaquara, Quió, Cararapó, em Maratacá braço de Paracauari, nos braços do rio Arari apelidados Murtucu-miri, Tarumás, Mauá, Goiapi, Anajás-mirim, Saparará, Moirim, e na máxima parte dos rios que já ficam supramencionados. O número destas fazendas era de 226; depois decresceu este número de maneira que hoje somente assoma a 38 na costa setentrional a 75 no resto da ilha, e por conseguinte está ela desfalecida de 113 fazendas.

No triênio volvido de 1756 a 1759 a produção da vacaria rendeu ao dízimo no ato da ferra o número de 7.416 reses; no decorrido de 1801 a 1803 a mesma operação distintiva compreendeu 9.499 reses; no de 1807 a 1809 teve o número de 15.830 reses; e no de 1825 a 1827 o de 9.935.

É portanto sem a mínima sombra de dúvida que a diminuição da vacaria princiciou no intervalo, que mediou entre o terceiro e o quarto dos indicados triênios; e que o último deles patenteia uma notável minoração na quantidade das reses, e na quantidade das fazendas; pois que havendo em 1825 cinqüenta e seis fazendas na costa setentrional, e noventa e duas nos campos, que dali se dilatam para o sul e para o oeste, e tendo-se marcado 3.993 reses, já no ano subseqüente de 1826 o número das fazendas na costa setentrional reduzia-se a 44 e nas outras paragens a 86; e a ferra não ultrapassou o número de 3.226 reses; e no ano de 1827 contavam-se 38 fazendas na dita contracosta e 75 no restante da ilha e o número da ferra viu-se circunscrito a 2.716 reses e por conseqüência houve naquele triênio a rápida e considerável perda de 35 fazendas e de 1.271 reses.

A visível diferença numérica que caracteriza o avultoso estrago de gado em todas as fazendas desde aquele derradeiro triênio é infelizmente produzida por uma concorrência cumulativa de causas específi-

cas, cuja numeração se reduz às cinco, que vão já ser declaradas. A 1ª são as onças, que pream o que podem. A 2ª os atoleiros, que sorvem as reses, que por eles acertam de passar. A 3ª a falta de aplicação de medicamentos ao gado moroso, porque a ninguém lhe importa ter notícia das moléstias mais ordinárias dos gados, seus sintomas e curativo. A 4ª os salteadores, que há tempos não cessam de fazer excursões sobre as manadas para rapinar gado, e descozer-lhe a carne para a secar e recolher em pacotes; e a 5ª os fazendeiros, uns que banqueteiam com manjares de quanta rês podem agadanhar, ou que chacinam para vender, submergindo nos rios a cabeça e o couro para ofuscar a veracidade do latrocínio, o qual sem essa submersão ou outro qualquer sumiço seria logo reconhecido pela simples inspeção ocular da marca estampada, que é o índice demonstrativo do dono; outros que são assíduos na fabricação de carnes secas, couros vacarias e de boi, lançando os escravos por aqueles campos para matarem os touros e todas as mais reses, quando deveriam mandar fazer esta chacina nos touros amontoados e difíceis de ferra; e outros, que freqüentemente extinguem as novilhas bienais, chamadas aralhas para seu regalado repasto, e que vendem novilhos denominados garrotes por não terem bois em número que contente as grandes e reiteradas vendas que o seu interesse desmesurado traça efetuar.

Um tão extraordinário bovicídio desfalcou as fazendas de tal sorte que a máxima parte das que existem só apresenta armentinhos.

É pois esta ilha um ponto importante pela sua situação física, pelos gados de que faz abastecimento a cidade, e pela produção de multiplicadas aves diversas, muito peixe, muita veação, e vegetais particulares. E falando especificamente, dali se exporta para a cidade as frutas bacuris, mangabas, salva, erva de chumbo, feno de tanoa, aguardente de cana-de-açúcar, cuja cultura faz-se com pouca vendagem, carnes secas e salmouradas, couros, cornos, sebo em pão, porcos, marrecas salgadas, mossuans, azeite de jacaré e de andiroba, gado vacum e cavalar, o qual também os ingleses e franceses têm transportado para venderem aos moradores de leste e oeste do arquipélago antilhano.

Ela foi criada em 1665 uma donataria e baronato para condecorar o douto, honrado, e fiel Conselheiro Antonio de Souza de Macedo. Em 1755 passou a ser incorporada aos domínios da Coroa: em cujo ano era o Barão Donatário Luiz Gonçalo de Souza Macedo, Alcaide-Mor

da Vila e Castelo de Freixo de Nemão, Comendador das Comendas de Santiago de Souzellos da Ordem de Cristo, e de Santa Eufemia da Ordem de São Bento de Aviz. Por Alvará de 8 de maio de 1811 teve um juiz de fora do civil, crime, e órfãos com jurisdição nas Aldeias Índicas da Costa. E pelo Alvará de 17 de agosto de 1816 foi constituída comarca, suprimindo-se-lhe o lugar de Juiz de Fora.

Cabeça da Comarca de Marajó

Vila de Marajó: cabeça de comarca denominada com igual nome.

Esta vila foi criada em 1811, e situada na margem do rio Arari em um sítio, a que ainda chamam Santa Maria, e passou em 1816 a ser Cabeça de Comarca estabelecida no mesmo ano.

Em nenhum destes dois predicamentos a situação em que fincaram um mourão de pau chamado pelourinho, pôde adquirir nem ao menos aquele número de habitantes, que se enxerga no lugar mais tenuemente povoado da Província. Isto pouco acredita as informações e planos que foram postos debaixo dos olhos do Supremo Governo sem cabal conhecimento da localidade, e sem respeito ao centro das comunicações estabelecido há mais de meio século entre aqueles insulanos na freguesia da Cachoeira.

Tanto o Juiz de Fora antes da supressão deste lugar como o Ouvidor Corregedor nunca residiram na chamada vila de marajó; ambos fizeram assento na indicada freguesia, a qual pela sua posição central, população e relações de interesses, era o único ponto da ilha, aonde melhor cabia o exercício das funções do Magistrado público.

VILAS E LUGARES

Da Comarca de Marajó

Cachoeira: freguesia criada em 1747, e situada sobre almargeal na margem esquerda do rio Arari, a qual extraiu o nome da Fazenda do Capitão-Mor André Fernandes Gavinho, seu fundador, que lhe havia dado essa denominação pela cachoeira, que o rio tem naquela paragem arredada sete léguas da foz do mesmo rio.

Uma centena de casas em renque à borda do rio quase todas telhadas e uma pequena igreja são colocadas no centro, é tudo quanto constitui a perspectiva desta freguesia.

A dita igreja é dedicada a Nossa Senhora da Conceição.

Formam o número dos moradores 130 brancos, 2.802 indianos e mestiços e 518 escravos; os habitáculos desta gente estão dispersos por diferentes lugares do distrito paroquial.

Em 1791 requereram que a sua freguesia fosse sublimada à graduação de vila, para cujo fim prometiam alçar as suas casas em dois anos, e em três os que menos cabedal tivessem, visto que dentro de menor período se não podia edificar em razão do território ser pouco farto de madeiras e das mais achegas para obras de edifícios. Não teve bom despacho este sedimento talvez por entender-se que era motivo válido para a negativa ser aquele distrito carente de madeiras e de outros materiais, como os mesmos pedintes não deixavam de manifestar.

Condeixa: lugar fundado na margem esquerda de um igarapé, cuja boca faz quase uma légua distante da vila de Monsarás.

Atualmente é composto de dez casas telhadas com palma e sujeito à jurisdição da referida vila; e no tempo anterior a sua presente denominação era Aldeia dos Guajarás.

Consta a população de 86 vizinhos indianos. A igreja tem o título de Nossa Senhora da Conceição, é de telhado, e pequena.

Chaves: vila criada em 1758, e plantada na costa setentrional da ilha ao ocidente da Ponta de Mauari obra de 42 léguas e 2/3.

Foi aldeia dos Aruans mencionada pelos religiosos de Santo Antônio.

Moram nela e seu termo 1.853 pessoas; quantidade expressiva da congregação numérica de 44 brancos, de 1.362 indianos e mestiços e de 447 escravos.

Todo o domicílio tem teto de palma menos a igreja, cujo Orago é Santo Antônio.

A esta vila no tempo antigo achegaram-se os poucos moradores do Lugar de Parada, o qual primitivamente tinha sido Aldeia de Cajuna por ser colocada na garganta do rio assim chamado, a qual demora

seis léguas ao ocidente da vila. Também ali esteve aquartelado quinze anos o Regimento de Infantaria de Lima denominado de Macapá.

Quando sopram ventanias, elas são clamorosas e revolvem as dunas da praia e arremessam rolos de areia.

Monsarás: vila criada em 1757 e situada a leste do Lugar de Candeixa na costa meridional da ilha sobre terra pouco alta.

De primeiro esta povoação foi Aldeia de Caiá, cuja denominação ainda muitos usam.

Os capuchos a missionaram.

Todos os obstáculos à exceção de três são telhados com folhagem.

A igreja tem telha e é consagrada a São Francisco de Assis; tem na frente um bom terreiro, que fenece no mar, onde antigamente lhe construíram um cais de pedra que o descuido consente arruinar-se quase todo.

A população não é numerosa, consta de 857 indivíduos cujo número decomposto nas raças que o formam dá 88 brancos, 11 pretos, 190 indianos, 130 mamelucos, 67 curibocas, 43 cafuzos e 249 escravos.

A maioria desta população vive em sítios distantes e muito raras vezes procura a vila; eles dão-se a uma lavoura abreviada, à navegação interna, à pesca e a algumas das artes fabris, nas quais com tudo muito diminuto número se ocupa, Uma parte das mulheres ou faz a sua própria plantação ou é marcenaria,

Monforte: vila criada em 1757 e situada sobre uma ponta eminente da costa oriental da ilha em uma localidade agradável e alongada de Monsarás obra de uma légua.

Esta povoação chamou-se Aldeia de Joannes porque os seus íncolas primeiros foram os silvícolas deste nome. Também deles toda a ilha assumia o mesmo nome.

Cento e trinta e oito casas colmadas de palma e dispostas em ordem regular compõem esta vila.

Toda a população forma-se de 33 brancos, de 31 mamelucos, de 367 indianos, de 109 mestiços e de 124 escravos.

A igreja é dedicada a Nossa Senhora do Rosário, e no acaio, nas pinturas, nas alfaias e nos ornamentos a melhor das administradas pelos religiosos de Santo Antônio.

Mondim: lugar situado perto da Vila de Soure no rio Paracauari, que verte na costa oriental da ilha três léguas ao norte da vila de Monforte.

Foi aldeia de São José até o tempo em que se lhe impôs o nome atual e deixou de ser administrada pelos padres de Santo Antonio.

Os moradores são em número de 230: as suas moradas são todas de palma.

A pesca é a sua ocupação permanente porque dela subsistem todos e poucos a fazem para vender.

Muaná: freguesia erguida sobre almargeal na beira do rio deste nome seis léguas acima da sua boca, a qual demora na costa ocidental da ilha.

São Francisco de Paula é o Orago desta igreja.

Dentro do recinto paroquial assistem 3$021 vizinhos livres e 503 escravos.

Fronteiro à boca do rio jaz um grupo de pequenas ilhas, cuja grande proximidade a este rio constituindo-as em uma subordinação geográfica à Ilha Grande de Joannes as fez dependentes da freguesia, e iguais na denominação ao mesmo rio. A maior parte do referido grupo é despovoada.

Ponta de Pedra: lugar situado sobre terra pouco alterosa da costa meridional da ilha.

O seu antigo nome era o de Mangabeira; e este persevera no uso popular não obstante a propriedade da segunda denominação, que lhe foi dado em razão dos penedos, que cingem aquela porção da costa.

Compõe-se este lugar de 102 casas palhoças colocadas em um terreiro, do qual se goza a espraiada vista da baía sobre que ele está plantado.

A população tem a consistência de 815 moradores.

Nossa Senhora da Conceição é o Orago da igreja.

Rebordelo: lugar situado na costa oriental da Ilha da Caviana, e distante da vila de Chaves 8 léguas. A dita ilha tem 15 léguas e 2/3 de

comprimento, e de maior largura 12 léguas e 2/3 e está afastada duas léguas da contracosta da Ilha Grande de Joanes. Segue-se em grandura à Caviana a Mixiana, que tem 14 léguas de comprimento e 5 1/3 de largura, e dista 2 léguas e 2/3 da mesma contracosta.

Havia sido precedentemente este lugar Aldeia de Piyé: hoje depende da jurisdição da Vila de Chaves.

Os moradores são todos indígenas e o seu número assoma a 279. Eles são todos indigentes que não podem restabelecer a sua pequena igreja dedicada a São Joaquim, a qual se vê desconstruída porque mais não podia resistir à destruição que lhe fazia o tempo auxiliado pelo desleixo.

Todavia cumpre notar que a sua indigência é toda voluntária; porquanto eles não curam da lavoura do cacau, mandioca, arroz e algodão, para que são bastante aptas as terras daquela ilha, nem tiram proveito da pesca em cuja arte tem destreza nativa.

Nesta ilha tem uma fazenda de gado o Hospital da Caridade da cidade.

Salvaterra: vila criada em 1757 e assentada na margem ocidental da garganta do rio Paracuari, que deságua na costa oriental da ilha em distância de 11 léguas e 1/3 da ponta da Mauari.

Antes deste predicamento tinha sido aldeia dos Sacácas pertencente às missões dos capuchos.

É povoada de 46 brancos, de 296 indígenas, de 71 mamelucos, de 11 mulatos, de 16 curibocas, de 26 cafuzos e de 31 escravos.

Cento e duas casas palhoças são a morada destes vizinhos que se acham bem situados sobre um plano que lhes dá um amplo prospecto de mar, cujas vagas lambem as suas belas praias, e encerram fartura de peixe.

A igreja é inaugurada a Nossa Senhora da Conceição; é telhada, não pequena, e ornada suficientemente.

Soure: vila criada em 1757 e situada na margem oriental do rio Paracauari meia légua arredada para cima da vila de Salvaterra, da qual é vista.

Foi Aldeia dos Marauanazes.

Compõe-se de 42 casas telhadas.

Tem 316 vizinhos dos quais 26 são brancos, 44 indianos, 83 mamelucos, 40 mulatos, 7 curibocas, 11 cafuzos e 155 escravos. A igreja é dedicada ao Menino Deus, e tolerável.

Dentro do distrito desta vila na boca do igarapé Araruana se estabeleceu um pesqueiro de tainhas e gurijubas para subsistência da cidade e de muitos lugares da província por provisão de 12 de março de 1691 do Conselho Ultramarino. Tinha este pesqueiro além de um oficial subalterno ou oficial inferior, que feitorizava os respectivos trabalhos, um administrador na cidade, um armazém de venda e um vendedor. Dos reditos do mesmo pesqueiro se fazia uma dedução, que servia de gratificar os ditos empregados e de satisfazer o custo do maneio. Esta administração, que como se acaba de referir não era simples mas interessada, cessou no ano de 1818; adaptou-se o sistema dos arrendamentos por arrematação e houve arrematante ao tempo decorrido de 1819 a 1821; terminando este triênio reviveu no princípio de 1822 a antiga administração na cidade. E no primeiro de julho de 1827 a Junta da Fazenda extinguiu os lugares da dita administração, e ordenou que a feitoria remetesse o peixe aos armazéns da Marinha para seu provimento, e que eles dispendessem no maneio da mesma feitoria o que ela exigisse.

Finalmente foi extinto o pesqueiro. Seja qual for o motivo que necessitou a praticar isto é indubitavelmente certo que as pescarias colantes, que hoje fazem alguns moradores das Vilas de Collares, Vigia, e Cintra não apresentam na cidade a mesma cópia de peixe seco e salmourado; e além disso elas estragam sobremaneira o peixe, porque sendo os lanços abundosos como sempre acontece, não chegam às mãos de tão poucos pescadores para preparar o peixe apanhado; salgam o que podem, e o resto dana-se nas praias e nutre as aves aquáticas que afeitas a esta desperdiçada pitança revoam continuamente em torno dos lugares em que avistam pescadores.

Só o extinto pesqueiro é que pelo seu método de empregar os indígenas podia estar sempre provido suficientemente de aruãs, mestres na arte piscatória, e nela não menos capacitados de que exercendo na boca de seus uatapús atroadores os peixes atraídos pelo som destes búzios vinham logo emalhar-se nas redes por eles lançadas; qualquer outro indivíduo não pode coligir e conservar indígenas em número bastante para uma pescaria sedentária, porque nem os aruãs se sujeitam a ajuste

nenhum, nem os que empreendem pescarias têm meios de sustentar o número de braços precisos.

Villar: lugar situado sobre a costa meridional da ilha em distância de meia légua do lugar de Ponta de Pedra.

Foi antigamente Aldeia dos Goianazes.

A população é indiana, e não excede o número de 95 pessoas. Ela tem a mesma vista do lugar que lhe está próximo; e há entre eles um caminho à beira d'água aprazível, porque nele se oferece aos olhos do viandante a variada perspectiva já de uma campina semeada de mangabeiras e bacurizeiros, já vistosas porções de florestas, já uma praia arenosa juncada de pedras e já uma vasta baía, que lambe a costa.

Teve uma igreja de palha que nunca reedificaram.

São cinco vilas, e cinco lugares e duas freguesias, que a extensão da comarca de Marajó sustém. Exclui do número das vilas a cabeça da comarca porque o seu assento designado ainda se vê ermo.

__________ x __________

TÁBUA RECAPITULATIVA DA POPULAÇÃO
DA COMARCA DE MARAJÓ

Freguesia da Cachoeira

Moradores livres 2.932
Escravos. 531

Lugar de Condeixa

Moradores livres. 86

Vila de Chaves

Moradores livres. 1.406
Escravos 447

Vila de Monsarás

Moradores livres. 608
Escravos 249

Vila de Monforte

Moradores livres. 540
Escravos 124

Lugar de Mondim

Moradores livres. $230

Freguesia de Muaná

Moradores livres. 3.021
Escravos 503

Lugar da Ponta de Pedra

Moradores livres. 815

Lugar do Rebordelo

Moradores livres. 279

Vila de Salvaterra

Moradores livres. 466
Escravos 31

Vila de Soure

Moradores livres. 211
Escravos 155

Lugar de Villar

Moradores livres	95
Todos os moradores livres da comarca	10.689
Todos os escravos	2.040
Totalidade dos moradores	12.729

x

TÁBUA

Das distâncias da Cidade do Pará às diferentes porções da comarca de Marajó

Da Cidade do Pará às povoações seguintes	Léguas
À Freguesia as Cachoeira	15
Ao lugar de Condeixa	10
À Vila de Chaves	68 1/3
À Vila de Monsarás	9
À Vila de Monforte	10
Ao Lugar de Mondim	13 1/4
À Freguesia do Muaná	24
Ao Lugar de Ponta de Pedra	12
À Vila de Salvaterra	14 2/3
À Vila de Soure	13 1/2
Ao Lugar de Rebordelo	66
Ao Lugar de Villar	12 1/2

COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO NEGRO

Breve noção da sua topografia

Esta comarca, que é das três divisões imediatas da Província do Pará a de mais avultada corpulência, limita-se nas mesmas larguíssimas raias, que a demarcavam quando era província dependente daquela,

isto é, ela principia dos confins já apontados da comarca do Pará no Amazonas e acaba na linha convencional que discrimina a região amazônia do território do Peru, de Quito, da Caribana e da jurisdição de Staboech, capital da Guiana Britânica, e da de Paramaribo, capital da Guiana Holandesa. Cuja linha começando na extremidade oriental da cordilheira do rio Branco dirige-se à serra Pacaraima da extremidade ocidental da mesma cordilheira, e serra Cucuí do rio Negro, desta passa às catadupas do Rio Cunhari confluente do rio dos Enganos ou Cumiari, e daqui endereça-se obliquamente para a Tabatinga e deste ponto corre pelo rio Javari acima até o paralelo da catarata de Santo Antônio do Rio Madeira.

É longa de norte a sul 256 léguas geográficas e 331 na sua maior largura, pois se acha entre o paralelo aquilonar 4º e o paralelo austrino 8º 50' e entre os meridianos 305º e 321'33".

A natureza constituiu esta comarca opima e refeita em muitas riquezas; ela ali patenteia variadas e majestosas cenas e alardes magna profusão de brutos de todas as espécies, de peixes, de anfíbios, de insetos, de indivíduos multiplicadíssimos da espécie vegetal, todos de especial beleza e utilidade, e de pássaros de vária grandeza e da mais peregrina especialidade na cor e no atilado esmalte da plumagem. Nota-se mais nesta terra empolada de montes, e malhada de amplos lagos, e comada de muitas e apinhadas florestas, uma estrutura exterior que prende a atenção pelo tamanho de fragosas serras e espesseiras de brenhas, cerros, eminências e assomadas pelas enormes catadupas, pela aprazibilidade, positura soberba e graciosa das praias e ribanceiras aformosentadas de selvas monstruosas e pela confusão de risonhos grupos de ilhotas, por entre as quais decorrem os canais da navegação, e finalmente pela vistosa amplidão das enseadas e baías.

São fora de algarismo os rios, que umedecem esta Comarca de rara amenidade; numeram-se cataratosos os seguintes: Japaru, Madeira, Japurá, Javari, Negro, Uaupés, Capuri, Içana, Cananari, Cunhari, Cumiari, Apaporis, Xié, Jutaí, Cauaboris, Branco, Urariquera e Uraricapará.

A cordilheira do rio Branco é não só a mais cheia de serras e montes intermeados mas ainda a maior, pois só a porção que naquela parte abarca a fronteira ocupa oitenta léguas de leste a oeste; ignora-se-lhe a grossura porque não foi possível aos geógrafos da última demarcação

de limites tomar as latitudes boreais do reverso da mesma cordilheira nos rios que defluem no Orenoco. E também se desconhece a altura deste majestoso espinhaço de montes sobre o nível do mar por falta de bons barômetros para fazer a avaliação e calculá-la segundo a fórmula de M. La Place ou segundo os métodos de aproximação de M. Leopold de Buck e do Barão de Humboldt.

Há no mesmo rio Branco outras muitas serras isoladas, isto é, que não se acham em contigüidade com alguma corda de montanhas.

São igualmente notáveis as colinas alegres que rodeiam a margem aquilonar da soberba entrada do rio Negro; a montanha do Jacamim de figura cônica reta jacente na direita do rio Negro abaixo da povoação de Santa Izabel; as serras do rio Marauiá, que se entorna no rio Negro pela margem esquerda acima de Maçarabi; a serra Tenui entre os rios Içana e Xié; a serra Cucuí acima de Marabitanas na margem setentrional, que serviu de baliza interina na última demarcação de limites, cuja posição astronômica é o paralelo boreal 2º cortado pelo meridiano 309º 43'; as serras do rio Cananari e os estreitos abismos que a natureza cavou entre calvos rochedos cavalgados pendendo sobranceiros cujo espetáculo estupendo notar-se não pode senão entre suspensões e assombros; e os penedos da pasmosa cachoeira da furna no rio Apaporis; e finalmente o monte Tacamiaba, que entre os que jazem nas vertentes do Nhamundá se distingue pela sua desmesurada altura, e pelo freqüente combate dos ventos, que o fazem estéril.

Se o filósofo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira em vez de descortinar no rio Negro em 1787 as suas excursões botânicas, pondo-se à espera de resposta do ministério à sua ociosa pergunta sobre o que havia de fazer em cumprimento da obrigação de um investigador da natureza, tivesse penetrado os rios Japurá, Cumiari, Apaporis e Cananari, teríamos hoje uma pintura e uma descrição tanto dos rochedos do Cananari e da furna do Apaporis como da catarata do Uviá. Não tinha a Corte de Lisboa notícia alguma destas obras da natureza; se a tivesse faria ir o mesmo naturalista a examiná-las, e não o mandaria logo para o rio Madeira, onde depois lhe ordenou que visse a caverna bipartida do Morro do Presídio de Nova Coimbra denominada Gruta do Inferno pelo Sargento-Mor Engenheiro Ricardo Franco de Almeida Serra, seu primordial escrutador e descritor. Essa gruta e outras suas contíguas

achadas pelo Tenente-Coronel Engenheiro Joaquim José Ferreira e pelo Ajudante Francisco Rodrigues do Prado, não são produções mais elegantes e admiráveis da natureza do que as que viram os geógrafos e exploradores da demarcação de 1780 e 1790 nos rios supramencionados e no rio Uapés e seus colaterais.

As correntezas mais impetuosas são no Madeira as das restingas de pedras nos volteios das enseadas, a das ilhas de Carapanátuba, a da ilha das Araras, a de Mataurá, e a de Urupuni; no Amazonas a das Barreiras de Cararaucu na beira esquerda acima do Lugar de Vila Nova da Rainha, a de Puraquecuará (buraco dos Puraqués) seis léguas acima da saída superior do Matari, à qual evitam os viandantes navegando o espaçoso canal do Uaquiri na margem austral do Amazonas entre o rio Madeira e a proximidade superior da confluência do rio Negro; a das Lages, onde o rio Negro opera a permissão das suas correntes com as do Amazonas; no Solimões a de Juruparipindá (anzol do Diabo) acima do sítio Guajaratibá; a de Aruanacuára (buraco do peixe Arauaná) abaixo da boca inferior do Japurá chamada Cudaiá; a de Maicoapani entre as bocas inferior e superior do riacho Acaricuára ou Camadu a de Mutumcuará; a de Sururuá entre a ilha Marauá e a margem setentrional; e a de Canariá entre a terra do mesmo nome e a ilha Timboti; e no rio Negro as de Maçarabi, Castanheiro e Camanau.

Os lagos mais consideráveis são os seguintes: o lago Uiacurapá na margem oriental do rio Topinambaranas dez léguas acima da sua foz; o lago Uricurituba no rio Mauá-assu; os lagos Canacaré e Macuara, cuja propinqüidade comunicável os faz denominar um só nome, que é o de Saracá: nome do rio, que por eles passa e desemboca na margem esquerda do Amazonas. Os lagos Saraimo, Uanari, Puemam, Jacaré, Juruparipirá (peixe do Diabo) é Tucunaré do rio Madeira; o primeiro na margem ocidental, acima do rio Baeta, o segundo na mesma margem, acima do rio Arraias, o terceiro do lado do segundo acima do rio Ypauanama, o quarto na margem oriental entre os rios Machado e Macassipé, o quinto acima do rio Urupuni, e é o único que contém copiosamente peixe de extraordinária insipidez, quer guisado com temperos, quer assado, e o sexto na mesma margem entre os rios Macassipé e Tanari. O lago de El-Rei fronteiro à Ponta de Puraquecuara. O lago dos Autazes no rio do mesmo apelido; nele há amplas campinas e abundância de pei-

xe-boi, tartarugas e vários peixes; os silvícolas muras têm ali roças de mandioca, milho e frutas, de que vivem dentro dos limites das suas precisões, que eles como todos os mais boscarejos naturalmente estreitam sem nunca exceder o grau de modicidade que julgam suficiente. O lago de Manacapuru na esquerda do Solimões não muito distante do rio Paratari, que lhe está acima na margem oposta. O lago Tabauam na ribeira ocidental do rio Purus. O lago Taracajá na margem esquerda do Amazonas acima do rio Manacapuru. O lago Janamá, na margem setentrional do Solimões antes de chegar ao rio Tefé um dia, de vogamento. O lago Caninitiba na vizinhança do rio Içá. O lago Caiari acima da Vila de Olivença na margem esquerda do Solimões fronteira à costa, em que está plantada a dita vila. O lago Maracanatiba na direita do Solimões entre o sítio que ocupou a Vila de São José do Javari, e a boca deste rio. O lago Atininani, que comunica a boca mais inferior do Japurá com o rio Unini, o qual deságua na margem direita do rio Negro, não sendo a comunicação toda fluvial, tendo também trajeto por terra. O lago Curuá abaixo do rio Juruá na margem direita do Solimões. Os lagos Amaná e Aiama entre os quais demora a língua de terra chamada Imari, onde esteve assentada uma povoação índica; as terras do primeiro lago são assaz pingues, e as suas águas habitadas de numeroso pescado e as suas orlas abundantes de salsaparrilha, cacau e outras produções vegetais que fazem objeto de comércio. Os lagos Camopi e Maraá na margem setentrional do Japurá; o primeiro comunicável por terra com o rio Uiniuini e o segundo do mesmo modo com o rio Urubaxi. O lago Capacu, para o qual dá trânsito o rio Juruá, que tem a boca na margem meridional do Solimões abaixo do lugar de fonte boa, e no qual lago o Comissário Espanhol Requena das Demarcações teve abusivamente grandes estabelecimentos de roças de mandioca e de pescarias sedentárias e um arsenal de canoas. O lago Capiitibá, na margem aquilonar do Solimões acima do riacho Xomana. O lago Uniboni na margem austral do rio Içana acima do ponto em que ele se disparte em dois ramos um para o sul que não varia de nome e outro para o norte que nomeiam Caiari. O lago Cudaiás, que é extenso receptáculo de vários lagos da boca inferior do Japurá. Os lagos de Hiurubaxi na margem austrina do rio Negro quase fronteira ao Lugar do Castanheiro Novo. O lago Canapó no rio Negro entre a Vila de Moura e o Lugar de Carvoeiro. O lago Curiocu na margem

esquerda do rio Branco e o lago Mossu na margem direita do mesmo rio, e ambos antes de chegar à boca do rio Uanauau, que entra no rio Branco pela sua margem esquerda. Os lagos do rio Atauí, que deflui no rio Padauari. E os lagos do rio Uarirá, que sai no rio Negro e tem as suas fontes próximas ao rio Japurá.

A máxima parte do solo da comarca é alto e enxuto; grande porção das margens dos rios é oprimida de abundância aquosa; e as ribeiras como as do Madeira, Solimões e Negro, que por alterosas não são ensopadas, padecem freqüentemente o derrubamento de terras que a corrente concava, o que tem sido algumas vezes funesto às canoas, as quais com a necessidade de romper menos agremente o fio, que a veia do rio leva, avizinham-se, um tanto, as praias, e ficam por isso oferecidas à grenha das árvores, que as terras concavadas trazem consigo ou que arrancam e levam de roldão as freqüentes trovoadas com refregas de ventos iracundos.

Cabeça da comarca do rio Negro

Barra: lugar compreendido na jurisdição da vila de Serpa e situado na ribeira oriental do rio Negro duas léguas acima da sua foz sobre terreno proeminente ao rio, cujos arredores igarapés cristalinos recortam. Deste ponto se goza amplo prospecto.

A sua posição em latitude e longitude é o paralelo 3º3’ cruzado pelo meridiano 317º48’.

Das casas que este lugar tem no seu âmbito, o maior número tem cobertura tecida de ramage, e com a mesma se acham telhados o palácio dos antigos governadores, a provedoria, o quartel e os edifícios de uma pequena ribeira de construção de canoas e batelões. São cobertos com telha a olaria, o hospital militar, os armazéns da provedoria e os dos meios de guerra como aramas e pólvoras e algumas casas dos moradores. Tudo isto forma onze pequenas ruas e uma praça. Há duas igrejas: uma pequenina, e outra que é a matriz, cujo Orago é Nossa Senhora da Conceição. Ela foi levantada em 1695 pelos missionários carmelitas, que então começavam a instruir nas disciplinas da piedade católica os silvícolas do rio Negro; Governador Manoel da Gama Lobo de Alamada a reedificou e amplificou.

A população consta de 347 homens brancos, 327 mulheres brancas, 415 mamelucos, 415 mamelucos, 797 homens baços l.042 mulheres da mesma raça, 215 escravos, 164 escravas, 225 mestiços e 206 mulheres desta casta; todos os números de gente livre somam 3.809 e os dos escravos a 379.

O número de fogos 232.

Os moradores importam quase todos os gêneros, que têm consumo na capital da província e exportam peixe seco, manteiga de tartaruga, mexira, anil, cacau, café, tabaco, salsa, crajuru, puxiri, casca preciosa, óleo, estopa, cordame de piassaba, maqueiras singelas e outras enfeitadas de penas, armas e trastes da gente boscareja; o que tudo junto faz a omnimoda abundância que entra neste lugar tanto de várias partes do mesmo rio Negro como do Solimões e que o constitui uma das terras de maior grossura.

No centro deste lugar em paragem alterosa e à borda do rio jaz um pequeno forte denominado de São José erguido à custa de Manoel da Mota e Siqueira com o destino de registrar e defender a entrada do rio. Dentro do seu recinto, que é quadrangular, de muralha pouco apta para ser coroada de artilharia e destituída de fosso, contém uma casa telhada, quatro peças, duas de bronze de calibre um e duas de ferro de calibre três, as quais foram tiradas da vila de Barcellos.

A força numérica da tropa, que para este lugar destacava a guarnição da cidade do Pará, era de 270 homens, dos quais se formavam pequenos destacamentos para presidiar as fortificações da fronteira do rio Branco, do rio Negro, do rio Solimões, o posto do rio Iça e os registros da missão de Vila Nova da Rainha e do rio Madeira.

Os pontos de Abacaxis, Canumá, Maués, Missão de Vila Nova da Rainha, Ilhas adjacentes, Atumá, Jatapu, Serpa, Purús, Coari, Nogueira, Fonte Boa, Olivença, Tabatinga, Barra, Poiaes, Moreira, Camanau, Curiaana, São Miguel, São Joaquim, Santa Ana, São João Batista e rio Branco, os quais sem dependência de grande lavor agrícola se desentranham em plantios de tabaco, café, algodão, canela, mandioca, arroz, anil, cana-de-açúcar e várias frutas; e tem nas suas florestas abundância de cravo, cacau, guaraná, salsa, óleo de cupaúba, puxiri, baunilha, casca preciosa e madeiras finas; tudo patenteia que o chão da comarca não é magro, mas que de suas posses e de trabalho humano é cabal para pro-

duzir quanto valha para o uso da vida. As terras do alto rio Negro são preguiçosas na vegetação do arroz, porém mais enérgicas na do algodão do que na do café. Estes dois gêneros últimos podem produzir muito no rio Branco, em cujo fértil chão os silvícolas não desdenham cultivá-los nas suas acanhadas roças, igualmente ali nasce e cresce sem languidez a mandioca como provam algumas plantações de maniva. Mas sobretudo o cacau e o anil, que brotam incultos, e medram de sorte que podem entreter grande saca. A mesma espontaneidade na germinação do anil também se observa no rio Negro mas tão excelente e lindo como ele.

É abundantíssima a pesca e também a caça tanto de altaneria, como rasteira.

As terras do Lugar da Barra são aptas para algodão, cacau, café, milho, arroz, mandioca e árvores pomíferas, são superiores na fertilidade às terras da margem oposta. As suas produções industriais não passam das seguintes: pano grosso de algodão, redes do mesmo, redes chamadas maqueiras por serem feitas dos filamentos das plantas linhosas, cordame de piaçaba, anil, guaraná, azeite de tartaruga, mixira e chouriços de peixe-boi, peixe de salgação, telha e ladrilho.

O território desta comarca foi titulado Capitania de São José do Rio Negro pelo decreto de 11 de julho de 1757 em conseqüência de ponderações maduras postas na presença do Monarca pelo Governador e Capitão General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e o assento do governo particular desta Capitania foi estabelecido na aldeia de Mariuá então elevada ao título de vila com a denominação de Barcelos.

Em 1791 o Governador do Rio Negro Manoel da Gama Lobo de Almada, que nunca desfitou do bem público os olhos, e que por isso se constituiu exemplo de governadores recomendável aos séculos eternos, transferiu desta vila para o Lugar da Barra o assento do Governo, entendendo que a situação topográfica do dito lugar era mais cômoda e vantajosa para o comércio e para o meneio da administração dos negócios políticos e civis daqueles dilatados sertões. Em 1799 efetuou-se a translação do Governador para a Vila de Barcellos em virtude da Ordem Régia de 2 de agosto de 1798. Por outra Ordem Régia foi designado em 1804 o Lugar da Barra para assento do Governo, o ouvidor

e corregedor da comarca depois de tomar posse na Vila de Barcellos vinha residir também neste lugar, e igualmente nele assistia o vigário geral.

Depois da admissão da Carta Constitucional Brasileira foi convertida a Capitania em simples comarca e continuaram a morar no Lugar da Barra: o ouvidor e o vigário geral. O Presidente da Província em 1825 quando expediu o Capitão de Caçadores Hilário Pedro Gurjão para Comandante Militar desta comarca, julgando que também convinha que existisse no Lugar da Barra a Câmara Municipal da Vila de Barcellos, determinou que ela passasse a residir no dito lugar desta deliberação. Deu ele parte ao ministério com as razões, que a isso o moveram, e em aviso de 8 de outubro de 1825 lhe foi aprovada esta disposição.

A distância de 83 léguas e meia que aparta o Lugar da Barra da Vila de Barcellos, e o grande incômodo e despesa, a que eram constrangidos os membros do Corpo Senatorial daquela vila para virem exercitar os seus cargos fora do distrito da mesma vila em um lugar tão remoto e subordinado à jurisdição da Vila de Serpa, tudo isto aconselhava a inadmissão da proposta disposição e se haviam circunstâncias que exigissem a permanência de um Senado Municipal no Lugar da Barra, essas senão as mesmas, que deviam conspirar para constituí-lo em vila, e até porque para esse predicamento não lhe faltavam requisitos tanto da parte da sua posição geográfica, como do comércio e da população, cujo número de fogos jamais deixou de ter aumento e pelo que teve desde 1814 a 1825 houveram 6 por ano de acréscimo.

Como a Câmara Municipal de Barcellos quisesse assumir no Lugar da Barra a administração pública de toda a comarca entendendo que esse era o fim da sua residência no dito lugar, o Barão de Bagé, Presidente do Pará, a fez voltar para o ponto próprio da sua jurisdição e desta sorte dissipou a aparência de uma junta administrativa, que a indicada Câmara estava representando no Lugar da Barra.

Este lugar foi o primeiro engastado no Rio Negro pelos missionários carmelitas. Antes dele já em 1669 o Capitão Pedro da Costa Favella havia fundado uma aldeia com indianos tarumás na espaçosa enseada, que jaz acima do referido lugar, sendo ajudado o dito capitão pelo padre mercenário Frei Theodosio e pelos aruaquizes missionados pelo mesmo padre.

VILAS E LUGARES

Da Comarca do Rio Negro

Airão: lugar dependente da jurisdição da Vila de Moura, na margem direita do rio Negro sobre terreno assaz sobranceiro, quatro léguas superior à Ponta de Pedras, a que vulgarmente chamam Igrejinhas, e quarenta e quatro acima da foz do dito rio.

Foi antigamente Aldeia do Jaú, nome do igarapé, que molha este lugar: hoje conta somente 35 mamelucos, 26 mamelucas, 84 índios, 96 índias, uma preta escrava e 5 mestiços. No ano de 1788 continha em duas ruas 180 fogos; estes diminuíram de sorte que já no ano de 1826 só haviam onze no meio de uma planície salpicada de ruínas.

O primeiro assento deste lugar foi na grande enseada citerior das primeiras ilhas chamadas de Anavilhana, nome corrupto do rio Anauena, que em fronte delas se entorna no rio Negro pela margem setentrional: o dito assento denominava-se Tarumá em razão dos silvícolas deste apelido, que ali viviam juntamente com os antropófagos, Aruaquis, habitadores do rio Anauene, os quais, depois se desarmoniaram de maneira que hostilizaram os Tarumás até exterminá-los daquele ponto.

A Igreja é dedicada a Santo Elias: a sua cobertura é tecida das ramas de palmeira.

Arvellos: lugar dentro do termo da Vila de Ega fundado em terreno plano e alto na margem direita do rio Coari obra de quatro léguas acima da sua foz sobre uma ampla baía formada pelos rios Urucu e Arauá, que se lhe unem pelo ocidente. Este lugar distante 145 léguas da foz do rio Nhamundá, confim oriental da comarca no Amazonas, teve o primeiro assento no canal de Paratari sobre a margem esquerda oito léguas acima da sua entrada inferior: deste ponto transmigrou para a margem direita do riacho Uanamá meia légua acima da boca; dali transferiu-se para a paragem de Guajaratiba doze léguas acima do rio Manacapuru, e daqui passou para o rio Coari, onde permanece, e teve primeiramente o título de Aldeia de Coari: em cujo tempo nela esteve Mr. de la Condamine quando em 1744 desceu o Amazonas para a Europa.

Numera-se na sua população 41 homens brancos, 38 mulheres brancas, 88 mamelucos, 75 mamelucas, 51 índios, 61 índias, 5 escra-

vos e 3 escravas: tudo em uma só rua, que corre entre umas barreiras medianas e um igarapé, cujas águas são louvadas de boas.

Já teve 300 fogos: hoje só tem 168.

A Igreja é consagrada a Senhora Santa Anna: tem cobertura de telha os domicílios são cobertos de ramagem.

As multiplicadas formigas, que infestam as terras, acanham muito a abundância que poderia gozar este lugar: também o molestam com freqüência desabridas trovoadas: e a distância de 4 léguas, que o separa do Amazonas, não lhe permite a comunidade de utilizar-se das suas ilhas, que são muito aptas para várias plantas.

Há ali ananases singulares na doçura e na variedade das espécies.

Ainda no ano de 1780 existiam neste lugar, alguns indianos descendentes dos belicosos Jurimauás, que benignamente hospedaram o Capitão-Mor Pedro Teixeira na tornada da sua memorável viagem a Quito começada em outubro de 1637: nesse tempo aqueles silvícolas ocupavam magna extensão de terreno, e as ilhas adjacentes pouco acima da enseada do Camará. Em 1709 eles formavam uma povoação, que jazia defronte do rio Juruá em paragem nominada Tayaçutiba.

Alvaraens: lugar situado em distância de 199 léguas da foz Nhamindá, confim oriental da Comarca do Amazonas, junto à margem nascental do rio Urauá defluente na ourela meridional do Solimões abaixo do lago de Capacu sobre uma empola de terra, de que se goza um agradável prospecto no dito Urauá e na ilha fronteira estante no colo do Solimões.

Duas léguas acima deste lugar jaz a ponta de Parauari: acerca da qual padeceu palmar equivocação Mr. de la Condamine, afirmando que defronte dela e não no rio Napo e que Pedro Teixeira fixara o marco, que havia servir de divisão entre as Colônias de Portugal e Castella.

Plantou-se a primeira vez esta povoação na margem setentrional de um furo, que comunica o Japurá para o lago Amaná: neste primeiro assento a maioria dos índios abandonou, a vivenda, porque nela se via inquietada pelo Gentio Mura, e as relíquias foram transferidas por Giraldo Gonçalves de Betencourt para o sítio atual, onde ele amplificou a sua tênue população com os índios, que atraiu do Japurá.

Presentemente 15 homens brancos, 9 mulheres brancas, 24 mamelucos, 37 mamelucas, 92 índios, 87 índias, um escravo e três escravas são os vizinhos deste lugar vulgarmente denominado Caissara desde o tempo, em que ali como em curral infelizmente se guardavam os índios trazidos do Japurá para serem vendidos como escravos na cidade.

Os domicílios desta são todos cobertos de folhagem, e colocados com má disposição: o número deles não passa de 28, tendo já sido de 120.

A igreja é telhada com rama: e tem por Orago a São Joaquim: a capela-mor é forrada de moroti pintado, e de tal arte feito este forro que parece outra qualidade de madeira.

As terras deste lugar têm ganho para a mandioca, cacau, café e anil.

De ordinário aflige os moradores a praga do carapanã e pium.

Barcellos: vila criada em 1758 pelo Governador do Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e capital da extinta Capitania do Rio Negro, tendo sido até então aldeia de Mariuá missionada pelos carmelitas depois que o Principal Camandre da Cabilda dos Manaus a rogos de sua mãe convocou um dos ditos missionários, que encontrou andando à pesca.

A sua posição em latitude e longitude e o paralelo austrino 58' cruzado pelo meridiano 314º42'.

A situação local é na aba meridional do rio Negro acima da sua foz 85 léguas sobre terreno distinto pelo empolamento de três medianos outeiros entre uma campina ao nascente e o rio Maruari ocupam-se ao poente. O porto é vistoso e plácido.

Conta esta vila sob a sua jurisdição os Lugares de Poiares e Moreira.

A Matriz é dedicada ao culto de Nossa Senhora da Conceição.

Os moradores ocupam-se na manipulação das manteigas de tartaruga, na pesca do peixe-boi, no cultivo do café, no plantio do arroz e algodão para seu uso doméstico: e as mulheres pintam cuias e tacuaris, e fabricam louça de cozinha.

As terras podem abastar a tudo porque são acobertadas de vastos arvoredos de ótima madeira, e capazes de desentranharem-se em

plantações de café, mandioca, anil, arroz, algodão, laranjas, ananases, sorvas, maracujás, araçazes e hortaliças.

A população consta de 58 brancos de ambos os sexos, de 100 mamelucos, de 227 índios, de 44 escravos e de 18 pretos e mestiços.

Atualmente, existem 22 fogos, e no ano de 1780 quatrocentos e sessenta, dos quais os que eram dos brancos formavam duas ruas, uma à margem do rio principiada da banda da Campina e continuada pelo outeiro, em que ainda jaz a Matriz, e a outra direita ao igarapé: e os que eram dos índios compunham dois bairros, um sobre os dois outeiros na espalda da rua, que ia ao igarapé, dentre os quais e o rio haviam duas ruas, e além do mesmo igarapé o outro chamado Aldeinha, cujas ruas eram divididas em angular feição pela esquadria. Uma ponte atava o outeiro da Matriz e aquele, que lhe está próximo. Ainda se divisa na Campina os curtos fragmentos da casa da pólvora: e na rua da Matriz os do longo Palácio[X] que servia de pousada ao governador, ao vigário geral, e ao ouvidor; os do quartel da tropa; os dos edifícios de uma grande ribeira das canoas; e os do excelente cais de madeira: e aponta-se os sítios, em que foram alçados o hospício carmelitano chamado Palacete, o armazém Real, que era bem arquitetado, a fábrica de panos de algodão, e a olaria. Tal é a imagem epigramática do estado de civilização, que está dando esta terra.

No recinto desta vila nasceu Bento de Figueiredo Tenreiro Aranha, mui distinto pelo engenho lírico, de que o dotara a natureza. Há impressas deste homem já há muito falecido duas obras em verso, e uma em prosa: entre os seus manuscritos há uma Ode Pindárica ao Governador Gama do Rio Negro fraseada com tanta energia de expressão e pompa de harmonia que ela só pode servir de base, em que assente o seu merecimento poético com tal firmeza que nenhuma censura o possa derruir.

A esta mesma vila foi duas vezes o Governador e Capitão General do Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado em conseqüência da Carta Régia de 9 de maio de 1753, que o havia feito Principal

(X) Assim sempre chamaram à casa da residência dos Generais Governadores, não obstante a Ordem de 27 de novembro de 1730, que vedava dar-lhe esse nome.

Comissário e Plenipotenciário para as conferências da Demarcação de limites do Brasil setentrional na conformidade do Tratado de 1750 com a Espanha, uma no ano de 1754 e a outra no ano de 1758. Cujas conferências sempre foram iludidas pelos padres jesuítas coma manobras tais que muito cuidado implantaram no espírito do Marquês de Pombal segundo se depreende do contexto da sua carta de 17 de março de 1755 dirigida ao sobredito General, na qual ele remata dizendo – visto que com esta Potência Eclesiástica nos achamos em tão dura e tão custosa Guerra. Também na mesma vila residiu o General de Mato Grosso João Pereira Caldas com o encargo de Plenipotenciário e Comandante Geral da Expedição da Demarcação, que segundo o Tratado de 1777 devia trabalhar no Rio Negro sobre a definitiva regulação de confins das terras, que caíam no tombo de El-Rei de Portugal. Acerca destas demarcações veja-se o meu *Compêndio das Eras do Pará*: aqui só adicionarei a transcrição da carta do General Manoel Bernardo de Mello e Castro reversal à que lhe dirigira Dom José Iturriaga, Governador do Orinoco e Primeiro Comissário das Demarcações, para que fizesse retirar as tropas, que guarneciam o Rio Negro desde a catadupa do Corucovi para cima, porque aquelas terras eram possessão da Espanha. Ei-la.

"Exmº Senhor. Mui Senhor meu, em conseqüência do amor, com que Sua Majestade Católica firmou a paz com a Coroa Fidelíssima, recebi a Carta de V. Exª em data de 20 de maio do ano corrente como uma produção do cordial afeto e sincera aliança de amizade novamente estabelecida entre os Augustos Príncipes nossos Amos, e por Eles mandado alternar entre os vassalos de ambas estas amabilíssimas Coroas: correspondência, que me é tão agradável como sensível a matéria, que contém a carta de V. Exª pois transcendendo do poder das nossas jurisdições inteiramente nos priva de a tratar, quanto mais de a resolver sobre um importante assunto reservado aos nossos monarcas, que fizeram a paz, e às potências, que a garantiram. Pretende V. Exª que eu mande retirar os destacamentos das tropas, que guarnecem as margens do rio Negro desde a cachoeira do Corucovi para cima, e restituir os índios das povoações com o absoluto motivo de serem estes da devoção de Espanha, e aquelas terras dos seus mesmos domínios. Permita-me V. Exª que em defesa da verdade dê a V. Exª as notícias, que qualificam esta causa, ainda que as não suponho novas ao conhecimento e instrução de V. Exª

pois as terá adquirido em todo o tempo, que serve a Sua Majestade Católica nesta parte da América.

A possessão do Rio Negro é tão antiga na Coroa Portuguesa que principiou logo com o domínio das mais colônias, que tem neste Estado; sendo todos os vassalos dele os que de tempo imemorial o navegaram sempre, desfrutando todos os anos os haveres, que produziam os sertões de ambas as suas margens com tão eficaz curiosidade que continuamente estendiam a sua navegação pela mãe do rio muitos dias de viagem acima da boca do Caciquiari, e por várias outras bocas, que tem o mesmo rio, de sorte que em todo este tempo foi o Rio Negro encoberto não só ao domínio mas também ao conhecimento espanhol, que ignorando totalmente a sua situação hidrográfica questionava a sua origem, e a sua direção até o ano de 1744, em que curiosamente a quis indagar o Padre Manoel Romão religioso da Companhia de Jesus, e Superior das Missões, que dirigia a sua Congregação do rio Orinoco, vindo por ele a entrar no rio Caciquiari, aonde encontrou uma tropa portuguesa; na sua companhia desceu até o rio Negro, aonde fez pouca demora, e donde logo voltou dizendo que ia desenganar os moradores do Orinoco de que as suas águas pagavam feudo às correntes do rio Negro até então desconhecido dos castelhanos, não só pela via do Ciaciquiari, mas pelas dos rios Juinda, Passaviça, Tumbú, Aké, que também do Orinoco correm a entrar no rio Negro, cujas diferentes águas sulcaram sempre as canoas portuguesas por serem usuais à sua posse, e incógnitas à notícia espanhola.

Desta experiência, que fez o dito religioso, não surtiu ação alguma da parte da Espanha com que presumisse legitimar a sua posse imaginária até o ano de 1759, em que com o motivo das Reais Demarcações mandou V. Exª ao Rio Negro o Alferes Domingos Simão Lopes, o Sargento Francisco Fernandes Bobadilha, e outros espanhóis, a saberem do arraial português destinado para as conferências das Reais Demarcações: e eles de caminho vieram com clandestinas práticas persuadindo os índios à sua comunhão, e formando em algumas povoações dos principais casas com o pretexto de prevenirem armazéns, em que recolhessem as bagagens do seu respectivo corpo quando descesse para o arraial das conferências; com esta ocasião se estabeleceram na povoação de São Carlos, e dela se estendeu o Sargento Francisco Fernandes Bobadilha

pela barra do rio Negro até à primeira povoação dos Marabitanas, que há pouco tempo abandonou queimando os índios as suas mesmas rústicas habitações. Estes são os princípios de que V. Exª quer deduzir a pretensão ao rio Negro: e estas são as razões da nossa parte a que V. Exª chama violências praticadas no tempo da boa amizade.

À vista de uma e outra justiça parece que V. Exª, não só se desculpa, mas juntamente se obriga a fazer-lhe a reconvenção para que V. Exª mande retirar os destacamentos das povoações de São Phelipe, e mais povoações praticadas do Caciquiari para baixo por se terem introduzido todas nas dependências do rio Negro. Este requerimento, que legitimamente faço a V. Exª, acompanhará a carta, que proximamente darei a Sua Majestades Fidelíssima para a comunicar a Sua Majestade Católica.

Com que horror e escândalo da razão não ouviria V. Exª outra semelhante proposta se eu lhe fizesse para que mandasse evacuar de tropas e índios os distritos do Orinoco? É certo que este pensamento por injusto causaria em V. Exª, um admirável assombro, pois afetava querer dispor e governar o prédio alheio.

No Tratado anulatório dos limites, e neste último das pazes, convieram os nossos príncipes que as coisas se conservassem no estado antecedente: isto é, antes da Negociação dos Limites, e antes do rompimento da guerra, e a observância de ambos estes Tratados é outra razão para nos conservarmos na mesma forma, em que estivemos sempre antes destas duas assinadas épocas.

Se estas duas razões assim como convencem o entendimento persuadirem a vontade de V. Exª, estou certo que V. Exª desistirá da empresa, que por todos os títulos está recomendada só ao Poder Real e amigável convenção dos nossos respeitáveis monarcas, em cuja soberana e Fidelíssima presença porei na primeira frota a carta de V. Exª para que vista a sua matéria a trate Sua Majestade Fidelíssima com a Corte Católica, e a deliberação, que sobre ela as duas Majestades forem servidas acordar, a participaremos reciprocamente, executando as ordens, que nos dirigirem a este respeito, e por elas terei eu mais ocasiões de possuir a honra e correspondência de V. Exª e de lhe votar a rendida, sincera, e fiel vontade, com que o desejo servir, Deus Guarde a V. Exª muitos anos.

Grão-Pará, 26 de agosto de 1763. Manoel Bernardo de Mello e Castro.

Exmº Sr. Dom José Iturriaga".

Não é menos digno de aqui ter lugar o transtorno da carta do General João de Abreu Castello Branco, com que ele repeliu os Padres Carlos Brentano e Nicolau de La Torre, Procuradores da Província de Quito da Sociedade de Jesus, os quais pretendiam provar que não pertenciam à monarquia portuguesa, as terras do Amazonas água abaixo desde a foz do rio Napo até a Aldeia dos Cambebas, hoje Vila de Olivença. Ela é a seguinte.

"Na Cidade de Belém capital desta Província do Grão-Pará me foram presentes as cartas de Vossa Reverendíssima e do Reverendo Padre Carlos Brentando, as quais faço resposta por atenção devida a Vossa Reverendíssima e à matéria, de que trata.

Queixa-se Vossa Reverendíssima com bastante clamor de uma preparação Militar, que diz se dispunha contra essas missões, e como estou bem informado que não houve a tal disposição, devo entender que este alarme, que inquietou a Vossa Reverendíssima nasceria daquele preciso desassossego, que nos espíritos bem regulados causa a consciência de uma injustiça, suposto haverem Vossas Reverendíssimas excedido os seus limites com ofensa dos Estados.

Neste discurso me confirma a insuficiência dos fundamentos, com que Vossa Reverendíssima procura justificar um tão notório excesso: pretendendo Vossa Reverendíssima em primeiro lugar sustentar com a força das Bulas Apostólicas, que proíbem com graves censuras a guerra nestas Índias, ainda quando a houvesse por outras partes. No que me parece supõe Vossa Reverendíssima duas proposições bem extraordinárias. A primeira é, que seja lícito ocupar o alheio, é proibido recuperá-lo, como no caso presente. A segunda, que as Bullas Apostólicas tenham mais virtude no rio das Amazonas do que no rio da Prata; onde vimos há pouco tempo, estando em paz as duas Coroas por todas as partes, se não duvidou fazer a guerra, e passarem as tropas castelhanas a atacar uma praça de Portugal, concorrendo para esta empresa um corpo considerável de índios comandados por padres da Companhia de Jesus, a quem não fizeram obstáculo as graves penas do mandato Apostólico.

Mal satisfeito deste fundamento, parece que recorre Vossa Reverendíssima a outro, que considera mais forte, exortando a que se exercitem nos movimentos militares tantos índios, perdendo-lhe com os exercícios, de que não são capazes, o tempo, que poderão aproveitar, instruindo-se na vida cristã, e quando Vossa Reverendíssima com os seus reverendíssimos padres queiram conter-se nos seus justos limites, posso prometer a Vossa Reverendíssima e estarão tanto mais seguros, quanto mais desarmadas as terras de Sua Majestade Católica; pois conforme as ordens, que tenho da Corte de Lisboa, não seria eu menos criminoso se intentasse ofender as suas fronteiras, do que consentir que se insultem as deste Estado. Nestes termos conseguirá estar tão livre de perturbação por essa parte, como está pela parte dos franceses de Caiena e dos holandeses do Suriname, aonde não confina com os padres da Companhia de Jesus; os quais por não serem reputados por mais que humanos nas suas esclarecidas virtudes, foi necessário que tivessem o defeito de serem perigosos vizinhos.

Não é da minha profissão disputar o direito da Bula Pontifícia, em que Vossas Reverendíssimas se fundam, para ampliar os domínios de Castela até às muralhas do Grão-Pará; mas devendo-se regular pela prática, que é a conseqüência do direito, me causa grande admiração que Vossas Reverendíssimas não façam escrúpulo recorrer a um fundamento, de que nunca se quiseram valer os mesmos Reis Católicos, a quem a Bula foi concedida, em todos quantos Tratados se tem concluído a duzentos e tantos anos entre a Coroa da Espanha e outros soberanos, que tem ocupado domínios, e comércios dentro da parte concedida pela tal Bula, tanto nas Índias Orientais, como nestas. Nem me consta que a Coroa da Espanha pretendesse restituição alguma em virtude da Bula do Papa Alexandre VI sendo certo que os seus ministros e embaixadores estariam cabalmente instruídos em os direitos, e interesses da mesma Coroa.

Nem eu sei como o mesmo Pontífice, que não pode segurar a sua própria família uma porção da Itália, pudesse dar tão liberalmente a metade da ordem da terra à Coroa da Espanha, condenando uma tão grande parte do mundo a eternizar-se nas trevas da gentilidade do ateísmo, sem poder receber outra luz mais que a que lhe mandasse pelos horizontes de Cádiz, ou de Corunã.

Consta-me que algumas Bulas Pontifícias as aceitaram ou recusaram os príncipes segundo o que se acomoda aos seus interesses e para eu entender que a de Alexandre VI se não admito em Portugal basta ver o que escreve um autor castelhano contemporâneo, qual é Garibay na vida de El-Rei Dom João II, de Portugal no Cap. 25, e na de El-Rei Dom João III no Cap. 31, aonde conclua que depois de se oferecer da parte dos castelhanos trezentas e sessenta léguas mais a Portugal além das cem que declara a Bula não quiseram os ministros portugueses admitir esta oferta, e se dissolveram sem conclusão as conferências, que se faziam sobre esta matéria entre Elvas e Badajós. De sorte que considerem Vossas Reverendíssimas, a virtude de tal Bula. É certo que as convenções, comércio e conquistas que têm alterado a sua observância, são tantas que se não pode duvidar estar derrogada a prática dela no uso das nações. E como os reis de Castela não julgaram ser necessário fazer memória desta bula nos seus tratados com outros príncipes, parece que bem deviam Vossas Reverendíssimas fazer o mesmo nas suas cartas.

Para eu mostrar a Vossas Reverendíssimas o lugar onde confinam os domínios de Portugal e Castela no rio das Amazonas, não hei de recorrer a linhas mentais, que só existem na imaginação, nem me quero valer do que dizem os escritores portugueses, os mesmos tratados, que Vossas Reverendíssimas alegam, e um autor castelhano apaixonado contra os portugueses e padres da Companhia de Jesus, me parece que serão bastante para persuadir a Vossas Reverendíssimas.

Mas nenhum destes documentos é necessário para que conste a Vossas Reverendíssimas que a Coroa de Portugal esteve sessenta anos sujeita, mas nunca incorporada à Coroa de Castela. Obedecia ao Rei da Espanha, mas pela Corte de Lisboa se expediam as ordens para todas as províncias e Governos. Com a mesma notoriedade constaram a Vossas Reverendíssimas as inumeráveis perdas, que nesta sujeição padeceu a Coroa de Portugal, não só nas Índias Orientais, onde perdeu um império, que hoje faz a opulência da República de Holanda, mas também nestas Índias, onde os mesmos holandeses ocuparam as praças principais do Brasil e Maranhão, fabricando três fortalezas no rio das Amazonas, com que chegaram a senhorear-se da melhor parte deste grande rio. Pedia a razão, e também a política que o pouco que restauravam ou adquiriam os portugueses ficasse pertencendo à mesma Coroa, sendo uma tê-

nue compensação das suas calamidades. E assim entenderam e aprovaram os Reis Católicos, tanto na recuperação e descobrimento do Brasil, como no do rio das Amazonas, onde depois de haverem as armas portuguesas expugnado as fortalezas acima referidas expulsado outras nações de herejes, que navegavam o mesmo rio, vieram diferentes ordens dos Governadores do Maranhão e Pará para que executassem este descobrimento, o que não oculta o Padre Manoel Rodrigues, Procurador-Geral dos índios na sua História do Maranhão liv. 6 cap. II. Até que ultimamente o Governador Jacome Raimundo de Noronha mandou em virtude das mesmas ordens (não da Real Audiência de Quito que nunca as podia passar a terras da Coroa de Portugal) ao Capitão-Mor Pedro Teixeira que com um corpo de infantaria paga e índios que ocuparam setenta canoas, pusesse em execução este descobrimento.

Não refiro a Vossas Reverendíssimas o sucesso da navegação de Pedro Teixeira, porque da mesma história e relação do Padre Cunha constará a Vossas Reverendíssimas o imenso trabalho, e constância, com que prosseguia esta empresa, e as grandes despesas, perigos, sangue, e vidas de oficiais soldados portugueses, que custou o feliz complemento dela e só quisera que ponderasse Vossa Reverendíssima, o fundamento que pode ter a Audiência Geral de Quito para arrogar à sua jurisdição os descobrimentos feitos pelo Estado do Maranhão e Grão-Pará à custa das vidas dos portugueses e em serviço da Coroa de Portugal e por ordem de El-Rei de Castela, a quem então estava sujeito.

Bem creio da candidez de Vossa Reverendíssima que há de convir em que este descobrimento devia ceder em aumento do Governo que o conseguiu, e que a posse, que na volta de Quito tomou o Capitão-Mor Pedro Teixeira em nome de El-Rei Philipe IV pela Coroa de Portugal na presença de dois padres da Companhia Castelhanos e do maior número de homens brancos que se tem visto nessas partes, foi um ato não somente justo, mas aprovado naquele tempo tanto por castelhanos como por portugueses; e por isso remeto a Vossa Reverendíssima o traslado dele.

Bem vejo que dirá Vossa Reverendíssima que o Capitão-Mor Pedro Teixeira era naquele tempo vassalo de El-Rei de Castela, e que havendo tomado posse em nome do mesmo rei para este, é que adquiria aqueles domínios. Ao que respondo que sim adquiriu o domínio para

Sua Majestade Católica, mas unido e incorporado na Coroa de Portugal, e como pelo artigo 2º do Tratado da Paz concluído em 13 de fevereiro de 1668 cedeu El-Rei Católico a El-Rei de Portugal tudo o que tinha e de que estava de posse esta Coroa antes da guerra, que principiou no ano de 1640, é certo que se compreendem nesta cessão os domínios de que tomou posse pela Coroa de Portugal o Capitão-Mor Pedro Teixeira no ano de 1639, e especialmente sendo tão justa e tão natural a aquisição, se conservou sempre a mesma posse enquanto a não perturbaram os padres da companhia.

Por esta razão é que o Reverendo Padre Carlos Brentano quando se vale do Tratado de Utrecht alega um documento contra si mesmo, porque naquele tratado se nomeiam especificamente todos os lugares, que restitui uma Coroa à outra, e quanto ao mais se conveio em que as raias e limites de ambas as Coroas ficassem no mesmo estado, em que se achavam antes da guerra, como tudo se vê do 5º artigo do mesmo tratado. E não é isto somente o que tem contra si o mesmo reverendo padre na paz de Utrecht, que alega; porque com mais clareza achará no Tratado de Paz entre El-Rei de Portugal e El-Rei de França, que sem embargo de estarem os interesses deste monarca mais unidos que nunca aos de Castela reconhece que as duas margens do rio das Amazonas tanto meridional como setentrional pertencem em toda a propriedade, domínio e soberania a Sua Majestade portuguesa; que estes são os próprios termos em que fala o artigo 10 do dito tratado.

Mais razão teve o dito reverendo padre para censurar o Alferes José de Mello quando este sem mais desculpa que a de soldado, em que a ignorância é por direito um privilégio, erradamente adiu ao de Westphalia, em que na verdade não houve ajuste entre Portugal e Castela. Mas se o mesmo reverendo padre examinasse bem os artigos V, e VI, do Tratado de Paz concluído entre El-Rei de Castela e a República de Holanda em Munster não afirmaria que nos Congressos de Westphalia se debateu somente o exercício livre das seitas de luteranos e calvinistas diria antes com toda a certeza que aos calvinistas e luteranos sacrificou El-Rei de Castela na Paz de Westphalia todos os domínios católicos da Coroa de Portugal nas Índias Orientais e Ocidentais, e que o mesmo lugar, em que o dito reverendo padre e Vossa Reverendíssima escreveram as cartas, a que agora respondo, foi cedido solenemente aos holandeses

sem embargo da Bula do Papa Alexandre VI, a qual quando estivesse em observância bastavam os dois artigos, de que remeto a Vossa Reverendíssima a cópia, para ficar para sempre derrogada.

Se as armas dos portugueses não expulsassem do rio das Amazonas as nações de hereges, que o ocupavam, como confessa um deles João Lait citado pelo Padre Manuel Rodrigues no livro 6º, Cap. II, da sua História do Maranhão, onde diz *Tam Angli, et Hyberni, quam nostri Belgi a Portugalis et Pará venientibus inopinato oppressi,&c*. Não estariam talvez Vossas Reverendíssimas em paragem de moverem aos holandeses as mesmas dúvidas que movem aos portugueses, porque este era o intento daquele tratado tão ímpio e tão indigno de um Rei Católico, que sem temeridade se pôde discorrer que deu motivo a que a Justiça Divina transferisse a Coroa de Espanha da Família Real, em que estava, para outro Rei, que desempenhou o título de Cristianíssimo com o extermínio de muitas mil famílias de hereges, que não quis por vassalos seus.

Em conseqüência de tudo conheceram Vossas Reverendíssimas quanto estimo a sua opinião a respeito da nulidade de confissões e sacramentos por falta da jurisdição espiritual: pois que os limites do Estado do Pará estão clara e distintamente estabelecidos por essa parte: e se os do Bispado de Quito estão duvidosos da mesma história do Padre Manoel Rodrigues acharam Vossas Reverendíssimas que diz ele no Livro 6º Cap. 12. "Los Portuguezes del Pará se contentan con subir por las Amazonas hasta las islas de los Mauás &". Donde a expressão se contentam parece que inculca modéstia e que com justiça podiam passar adiante. E se isto não basta creio que bastará para Vossas Reverendíssimas o que diz o seu Padre Visitador Geral do Livro 1º Cap. 7º da mesma História do Maranhão, em que fazendo a descrição da jurisdição de Quito afirma que o seu Bispado compreende duzentas léguas: diferença grande das mil e trezentas, que assina a mesma história desde Quito até ao Grão-Pará; e assim devem Vossas Reverendíssimas fazer um grande reparo nesta importante parte das cartas que escreveram, e reconhecendo que não há para onde recorrer da sentença, que deram contra si mesmos, será grande infelicidade não a executarem.

A oferta do Capitão General meu antecessor ao Senhor Presidente, da Audiência de Quito atribuo eu a um lance ainda que excessivo de cortesia Militar, em que esperava ser correspondido pela generosidade

espanhola, e ao qual mais prudentemente não quis corresponder o dito Senhor Presidente: mas eu com grande desejo de que me aceitem a palavra me atrevo a fazer a Vossas Reverendíssimas, uma mais ampla oferta, e é que não pretendendo Vossas Reverendíssimas, aumentar domínios temporais, como verdadeiros seguidores de Cristo, cujo reino não era deste mundo, e devendo o mesmo mundo estar patente para a pregação do Evangelho a todas as criaturas dele, não somente consentirei que Vossas Reverendíssimas estendam as suas doutrinas até as muralhas do Pará, mas lhes franquearei as portas assegurando-lhes nesta cidade toda a veneração e respeito devido a Vossas Reverendíssimas Deus guarde a Vossa Reverendíssima muitos anos. Pará, a 18 de novembro de 1737.

Boa Vista: lugar situado na margem direita do rio Negro, acima da sua foz 148 léguas sobre planície alta e muito espairecida na curvidade de uma longa enseada. É subjugado à autoridade da Vila de Thomar.

Estabeleceu-se este lugar com indianos da Povoação de Castanheiro Velho, e de Camundé: a primeira situada na direita do rio Negro 176 léguas acima da sua foz; e a segunda na margem direita do rio Marié próxima a sua foz: ambas não existiam em 1823.

De trezentos fogos, que teve, restam 18 todos cobertos de folhagem: da qual também o é a matriz, que foi reedificada por Manoel Rodrigues de Sá habitante do mesmo lugar.

Nossa Senhora da Saúde é o Orago da Matriz.

Os moradores são em número de 118.

Com esta denominação de Boa Vista há também na foz do rio Içá um lugarete de 16 fogos em uma rua contendo 130 índios, assentado por Manoel Cordeiro do Couto sobre uma planície sobranceira ao rio obra de 5 braças, e distante 262 léguas da foz do Nhamundá, confiam oriental da Comarca do Amazonas: o mesmo fundador ergueu ali uma capela dedicada a Santo Antônio, e ao pé dela uma casa pronta de tudo para pousada do vigário quando ali for.

A situação deste lugarejo além de ser aprazível tem uma copiosa nascente de água límpida e fria. Ele é sujeito à Vila de Olivença.

Neste mesmo rio 9 léguas acima da sua embocadura está um posto militar situado sobre terra alta 4 braças: consta este posto de um

quartel para 11 soldados, outro para o comandante; e de uma capela consagrada a Nossa Senhora do Carmo, que foi ereta de ordem do Governo, e tudo coberto de folhagem. Tem duas peças de ferro de calibre um.

Próximo à foz do mesmo Içá esteve no cimo de um outeiro uma povoação denominada de São Fernando, que ali de ordem do General do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive se fundou em 1768 com os silvícolas tarianas e cayuvicenas descidos do rio Tunantins. Ela começou a desaparecer no ano de 1778.

Borba: vila criada em 1756 e assentada sobre a planície de umas barreiras no meio de uma enseada da margem oriental do rio Madeira fronteira a uma ilha prolongada ao comprimento do rio, e distante 26 léguas da sua foz, cuja posição geográfica é o paralelo austral 3º 23' cruzado pelo meridiano oriental ao da ilha do Ferro 318º 52'. Antes do atual predicamento era aldeia do Trocano. As hostilidades, com que os silvícolas muras em outro tempo atribularam os moradores, foram a ocasião que os determinou a praticar uma quadruplicada transmigração: pois que tendo sido inquietados pelos ditos silvícolas no primeiro assento do rio Jamari passaram para o sítio denominado Camuan na boca do rio Ji-paraná (rio do Machado) daquele transferiram-se para outro sítio acima da boca do rio Baeta, a cujo sítio ainda dão o nome de Borba a Velha, e desta paragem passaram para aquela, em que presentemente demoram. Ainda depois da vila e no ano de 1774 se viu perseguida dos silvícolas jumas, que por serem velocípedes escapavam às diligências empregadas para lhe retribuir aos roubos e matanças, que faziam nas roças aos descuidados.

Esta vila jaz em 4º 23' de latitude meridional e em 318º 7' 16'' de longitude referida à da ilha do Ferro.

Consta a sua população de 33 homens brancos, 26 mulheres brancas, 88 mamelucos, 65 mamelucas, 73 índios, 76 índias, 28 escravos, 19 escravas, 21 mestiços livres, e 28 mulheres desta raça. Os domicílios desta gente ocupam um largo oblongo, tendo na frente uma igreja dedicada a Santo Antônio.

Teve antigamente 650 fogos: em 1824 apenas patenteava 33.

Desta depopulação são prova evidente as laranjeiras, limoeiros, e outras árvores frutíferas, que se acham entre o mato dos arredores.

Foi missão dos religiosos da companhia, em cujo tempo o padre para viver seguro de alguma invasão de gentio tinha a sua moradia entrincheirada de estacada.

Os ares são aprazíveis e salutíferos, menos quando o rio principia segundo vulgarmente se diz os seus repiques de enchente: porque então aparecem sezões mais ou menos fortes.

As terras são aptas para cacau, arroz, tabaco, mandioca, e várias plantas e árvores hortenses.

Os lagos circunvizinhos produzem a frouxo grande cópia de pescado miúdo e grosso.

Aqui fazem molhos de tabaco excelentes e ornados de uma espiral de penas de várias cores, com que mimoseiam a algumas pessoas.

Desde o ano de 1757 até o de 1801 residiu nesta vila um destacamento comandado por um oficial subalterno para facilitar e apoiar a comunicação para Mato Grosso, de cujo comércio com o Pará ela devia ser o interposto, e para castigar as invasões dos muras.

Nesta vila teve pousada a 3ª partida da demarcação de limites destinada a operar em Mato Grosso: ela se compunha dos engenheiros Ricardo Franco de Almeida Serra e Joaquim José Ferreira, e dos astrônomos Antônio Pires da Silva Pontes e Francisco José de Almeida e Lacerda. Ainda são visíveis os sinais do edifício, que ali se fabricou para residência dela; e dos mesmos sinais se depreende que ele era regular e amplo.

O Monsenhor Pizarro na sua profusa e exata Coleção de Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Tom. IX pág. 11 Nota 15, ajunta a esta diligência das demarcações o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira e dois desenhistas. Incorreta notícia o conduziu a esta menção: o dito investigador da natureza saiu de Lisboa no ano de 1783 com os ditos desenhistas e com um jardineiro botânico não para ser subordinado ao Plenipotenciário e Principal Comissário das Demarcações, mas para trabalhar como Chefe de uma expedição filosófica de História Natural, e receber do Governador do Pará as ordens do Ministério relativas ao assunto de sua comissão.

Tem a vila dentro de sua jurisdição a Missão de Canumá, e o lugar de São João do Crato.

Canumá: missão situada na direita do rio Canumá acima da sua embocadura quatro léguas sobre una curvidade, que pouco se encolhe, de uma ampla baía.

Desta povoação foi o principiador Joaquim de Anvers da Costa Corte Real em 1802; ele coadunou um certo número de silvícolas Mondrucús, e os aldeou no referido sítio, e plantou algodões. Em 1804 o Governador Conde dos Arcos a criou missão na conformidade da Carta Régia de 12 de maio de 1798 com sujeição à Vila de Borba.

O número de seus habitantes compõem-se de 33 homens brancos, 24 mulheres brancas, 32 mamelucos, 40 mamelucas, 49 indianos, 45 indianas, 5 escravos e 3 escravas. E o número dos domicílios é de 180; eles são de pau e barro e cobertos de palma.

O título da Igreja é Novo Carmelo; ela foi erguida na contigüidade da borda do rio.

O rio Canumá abunda em muitos gêneros nativos nele, como são cravo, cacau, salsaparrilha e guaraná; ele despeja as suas águas no furo ou canal chamado Urariá, que dá serventia para o rio Madeira pela espalda da corda de ilhas que corre do rio Topinambaranas para cima. No mesmo canal também desembocam os rios Abacaxis, Apoquitiba, Maué-assú (neste defluem os rios Urapari, e Carauï) Maué-miri, Massari, e Andirás. Na boca do primeiro destes rios tiveram os jesuítas uma missão: os alicerces da igreja, que era de pedra e barro, e as paredes do hospício, ainda foram vistas em 1824 no grêmio do mato.

O mesmo rio Abacaxis é rico de cravo, de óleo de cupaúba, cacau, guaraná; e é mui povoado de homens de pele bronzeada. As terras do Canumá são aptas para maniva, algodão, arroz, anil, e árvores frutíferas.

Carvoeiro: lugar sujeito à jurisdição da Vila de Moura; é assentado 66 léguas acima da boca do rio Negro sobre uma língua de terra alta na margem direita do mesmo rio, onde desemboca o rio Caburis lambendo o dito lugar.

Foi antigamente Aldeia de Aracari fundada pelos missionários carmelitanos; teve três assentos: o primeiro na margem oriental do rio Caburis, o segundo na margem direita do grande colo matizado de ilhotas que faz o rio Negro logo abaixo da foz do mesmo Caburis, em cujo

assento se lhe aderiu a aldeia que existia no rio Aranacuá, e o terceiro na atual paragem.

Compõe-se a população de 6 mulheres brancas, 92 mamelucos, 98 mamelucas, 139 índios, 186 índias, e 2 mestiços. Toda esta gente ocupa 22 fogos, e esses nem todos habitados, porque a maioria vive pelos matos em seus sítios. Em 1790 existiam 380 fogos, uns dispostos em uma rua longa na direção da igreja, e outros dispersos em torno dela. Também houve aqui uma grande fábrica de panos de algodão.

A Igreja é inaugurada a Santo Alberto, e telhada de folhagem, e descompaginada.

Castanheiro Novo: lugar sob a jurisdição da Vila do Thomar, e plantado pelos missionários carmelitanos na esquerda do rio Negro, 153 léguas acima de sua foz.

Dois homens brancos, 18 mamelucos, 24 mamelucas, 50 índios, e 60 índias, são toda a população deste lugar, que chegou a ter 700 fogos, e que hoje só tem 11.

Houve aqui uma fábrica de anil com armazéns e habitáculos de operários, cujas ruínas se fizeram visíveis até o ano de 1826. E nesse mesmo ano também mostrava só o frontispício a igreja, que era dedicada a Santo Antônio de Lisboa.

Carmo: Lugar situado na esquerda do rio Negro 160 léguas acima da sua foz sobre uma grande enseada de uma dilatada baía.

Foi Aldeia do Camará missionada pelos carmelitas: os quais deram Nossa Senhora do Carmo por Orago da Igreja, que hoje não existe; e não se conhece já o sítio em que esteve.

De 300 fogos só lhe restam 8 habitados de 38 índios e 37 índias, que formam a população deste lugar pertencente ao termo da Vila de Thomar.

Há outro lugar de igual invocação, o qual é dependente da Vila de Moura, e está situado na margem direita do rio Branco 32 léguas acima da sua foz sobre uma planície 4 braças elevada ao rio entre o riacho Turimauane e o rio Caraterimani.

Formam a sua população 9 mamelucos, 14 mamelucas, 50 índios, 71 índias, 6 homens mestiços, e 5 mulheres desta raça.

Fogos 16: todos existentes em uma frente sobre o rio. Antigamente houve mais ruas, das quais aparecem sinais: bem como as árvores frutíferas, que em grande número se divisam em diferentes lugares, indicam una cultura devida a muitos braços.

A igreja deste lugar é uma casa, na qual nem cruz há.

Castro de Avelans: lugar situado na margem direita do Amazonas 274 léguas acima da foz do Nhamundá confim oriental da comarca no dito rio sobre dois outeiros, cujo terreno fronteiro a uma ilha é desigual e pantanoso em dias pluviosos e quase rodeado pelo igarapé Yauivira, que lhe fica ao nascente. O ponto em que está a igreja, é enxuto por ser mais alto.

Este lugar teve seis assentos. O primeiro na costa apelidada Pucatapaxirú; o segundo no furo de Enviratiba; o terceiro em sítio fronteiro ao riacho Aruti; o quarto no intervalo que medeia entre os dois riachos Maturá, e Maturacupacá; o quinto na vizinhança do rio Tunantins; e o sexto no sítio supradescrito.

Pouco distante deste lugar e na mesma costa estão as grandes barreiras de Aucruité.

Consta a população de 4 mamelucos, 6 mamelucas, 20 índios, 24 índias e 3 mestiços.

Teve 180 fogos, dos quais remanescem 10.

Da prosperidade antiga é ainda testemunha um campo amplo cheio de ruínas e de árvores frutíferas onde aparecem pastando algumas cabeças de gado vacum, de cabras, e de porcos.

A igreja coberta de folhagem é dedicada a São Cristovão. Acha-se caindo a pedaços.

Ega: vila cuja categoria foi elevada a aldeia do rio Tefé em 1759 pelo Governador do Rio Negro Joaquim de Mello e Povoas. Ela está assentada na margem oriental do indicado rio uma légua acima da sua garganta e 184 superior à foz do rio Nhamundá confim nascental da Comarca do Amazonas, sobre uma ampla baía em terreno desigual e curvo e pouco sobranceiro à água entre um cotovelo de terra ao poente, e um igarapé ao nascente, cujas ribanceiras são mui reverdecidas e copadas de arvoredos densíssimos;

A população coletivamente considerada é de 384 vizinhos; mas especificamente contemplada consta de 32 homens brancos, 27 mulheres brancas, 67 mamelucos, 83 mamelucas, 76 índias, 9 escravos, e 13 escravas.

Quase todas as casas são telhadas com folhagem; e acham-se colocadas com bastante irregularidade. Elas não passam do número 63: e em torno o terreno patenteia malhas de ruínas que verificam a tradição de que no ano de 1777 tinha esta vila uma rua à beira do rio e duas outras assaz longas, perpendiculares à praia.

As terras são idôneas para a vegetação da mandioca e de outras muitas plantas úteis: e tem bons campos para gado grosso.

É a posição geográfica desta vila o paralelo austral 3º17', cruzado pelo meridiano 312°34'.

A Igreja é dedicada a Santa Thereza de Jesus. Foi a principal missão dos carmelitanos. O vigário serve cumulativamente esta igreja e a do lugar de Nogueira: diz missa cedo na vila para ir dizer ao dito lugar.

A primeira fundação deste povoado antes da atual qualificação foi na ilha dos Veados defronte do canal Giparaná, o qual corre entre a Ponta de Parauari e o rio Juruá.

Tem esta vila dentro da sua alçada os lugares de Arvellos, Nogueira, Alvaraens, e Fonte Boa.

Houve ali um curioso, que fez um órgão, cujas flautas eram de tabocas: ao som deste instrumento as índias cantavam missa nos domingos e dias santos, e nos sábados os salmos, hinos, e antífonas das completas em concertada harmonia.

Teve aposentos da mesma vila a quarta partida de demarcação, que trabalhou no rio Negro desde 1780 a 1790 sobre a regulação dos limites das possessões portuguesa e espanhola naquelas partes: ela era formada do comissário Theodósio Constantino de Chermont, dos engenheiros Henrique João Wilckens, Euzébio Antônio de Ribeiros, dos astrônomos José Simões de Carvalho, e José Joaquim Victório da Costa.

Também foi a esta vila em 1784 o General Plenipotenciário João Pereira Caldas conferir com o comissário Dom Francisco Ferreira sobre prosseguir a demarcação pelos rios Japurá e Cumiari e não pelo Apaporis.

Fonte Boa: lugar plantado 230 léguas acima da foz do rio Nhamundá, raia oriental da comarca, em uma ribanceira cinco braças levantada com pequena frente, e barrancosa pelos lados, sobre a margem oriental do igarapé Caiarai meia légua acima da boca, a qual demora na ourela direita do Amazonas, e entesta com a boca Manhana, pela qual sai o furo, que corre do Japurá pelo Aumine, furo semelhante aos dois chamados Manamina e Mina, que partem do Japurá para o Amazonas.

Este lugar foi a primeira vez fundado na margem oriental do riacho Capuri que se entorna na margem oriental do riacho Merointiba, o qual defronta com o riacho Manaruá: o segundo assento foi no riacho Merointiba; o terceiro no riacho Taraquatiba; o quarto na margem meridional do Amazonas contíguo ao riacho Mujuitiba; e o quinto e último no igarapé supramencionado no mesmo lugar de uma antiga povoação de índios: onde os moradores não gozam da belíssima vista do Amazonas, tem mau porto no tempo da vazante, e tristeza constante no aspecto do igarapé, e perenes enxames de pium.

A população consta de 10 homens brancos, 5 mulheres brancas, 52 mamelucos, 42 mamelucas, 86 índios, 6 mestiços livres, 7 mulheres da mesma classe, 2 escravos e 3 escravas.

Trinta e cinco fogos fazem uma pequena praça, onde em 1776 já tinham existido duzentos; ainda em 1826 se viam ali vestígios de casas, e laranjeiras, limoeiros, e outras árvores pomíferas atabafadas no mato.

As terras são inexaurivelmente férteis e abundosas de mandioca, milho, e frutas: tem pastos para animais, mas não aproveitados: apenas algum gado vacum ali, se vê tosar a relva.

As mulheres fabricam panelas, potes e grandes talhas, a que chamam gabaças: e fazem vinhos de ananases, de milho, de mandioca, de macaxeira, e de outras frutas e raízes, e também cuidam muito da criação de galinhas.

A Igreja é de palha, e dedicada a Nossa Senhora de Guadalupe.

Jatapu: missão plantada sobre uma planície não baixa e apartada 44 léguas da foz do Nhamundá raia nascental da comarca no Amazonas, na esquerda do rio Jatapú pouco acima da sua embocadura, a qual jaz na

margem esquerda do rio Uatumá sobre uma baía ampla, que ali faz este rio.

Deu princípio a esta missão em 1819 o Principal dos Parintins Manoel Antônio da Silva, erguendo casa para si, e uma pequena igreja dedicada a Santo Antônio, em torno da qual estabeleceu 22 domicílios para 350 indianos, que deviam ser esclarecidos pelos resplendores da celestial disciplina.

Pertence esta missão à Vila de Silves.

O rio Jatapú é opulento de cravo, guaraná, breu, e óleo de cupaúba: e não se sabe de que produções mais ele é abondoso porque não tem sido explorado até as suas vertentes em razão do temor que há dos gentios ferinos, que o habitam logo acima da primeira catadupa, que demora doze léguas anterior da sua foz, e que é desmesurada.

Os índios desta missão extraem breu, óleo de cupaúba, e plantam mandioca e tem extrema desteridade na pesca, e caça, de que vivem comendo tudo quanto apanham sem que esses manjares os entoje.

Lamalonga: lugar assentado dentro da jurisdição da Vila de Thomar sobre uma vistosa cabeça jacente na margem direita do rio Negro 125 léguas acima da sua foz sobre a extremidade de uma estendida planície muito própria para uma grande povoação.

Foi antigamente aldeia do Principal José João Dary, que a fundou separando-se do Principal Alexandre de Souza Cabacabari, com quem vivia na Vila de Thomar mal contente e desabrido.

Consta a população de 6 homens brancos, 3 mulheres brancas, 27 mamelucos, 44 mamelucas, 59 índios, 70 índias, e 1 escravo.

Esta gente fabrica cordame de piaçaba, planta café, mandioca, arroz, milho, algodão somente para o seu próprio consumo e saca dos matos breu, puxiri, e faz teias de pano grosso de algodão.

Todas as casas são telhadas com folhagem: elas são em número 13, e mal compostas. É o que resta de 350 fogos, que já teve.

A igreja, que as ruínas derrubaram, acha-se suprida com uma casa pouco decente na qual se vê um altar muito semelhante a uma mesa. O Orago é São José cuja imagem falta.

Os moradores gozam de ótima perspectiva, de ares salubres, de boa água do vizinho igarapé, e de fácil caça em uma ilha jacente em rosto do mesmo lugar e habitada de inúmeras aves e passarinhos.

Maués: missão criada pelo Governador do Pará o Conde dos Arcos segundo a disposição da Carta Régia de 12 de maio de 1798 dentro da jurisdição da Vila de Silves no mesmo povoado erguido em 1800 pelos Capitães de Ligeiros José Rodrigues Porto e Luis Pereira da Cruz com 243 famílias dos silvícolas Mondrucús e Maués, às quais deram os meios de alçar as suas casas palhaças, e ferramentas de lavoura, e fabricaram a igreja.

A situação deste povoado é sobre um pouco levantada empola de terra de uma enseada na direita do rio Mauá-uassú, cuja embocadura jaz no furo ou canal Urariá, pelo qual da banda do rio Tupinambaranas se pode sair do rio Madeira 13 léguas acima da sua foz.

O rio Maué-uassú é viscoso nas vazantes: as suas terras têm cravo, cacau, guaraná, salsaparrilha, óleo de cupaúba, belas madeiras, caça, e pastos para gado; também são aptas para algodão, café, cacau, mandioca, e frutas.

A população consta de 82 homens brancos, 36 mulheres brancas, 74 mamelucos, 84 mamelucas, 533 índios, 709 índias, 28 mestiços livres, 18 mulheres do mesmo lote, 44 escravos, e 19 escravas. Toda ela forma uma praça longa, da qual partem as ruas começadas.

Os mondrucus encostados no seu ócio raros fabricam roças de farinha para seu alimento e para adquirir a pouca e insignificante roupa, com que cobrem a nudez. E dos Maués apenas a décima parte não entorpecida com repouso emprega o tempo em lavrar o pouco a que se reduz o seu miserando nutrimento, e não se sujeita ao mister ancilar, à exceção de alguns, que vão ao mato em cata das produções naturais, sendo estipendiados para esta diligência: eles prezam o ócio e buscam a crápula pelo uso do sumo da mandioca depois da fermentação espirituosa. Com estes índios foi proibido em 1769 pelo Governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive, ter tratados mercantis em razão da sua má fé e das mortes, que por desmesurada e flagiciosa maldade fizeram em alguns indivíduos, que entre eles foram chatinar. A circular deste General a todos os Diretores do Pará e Rio Negro à cerca de referida proibição faz honra ao saber dos índios e do aumento das suas povoações.

Os brancos são os que laboram em alguma lavoura, porque neles menos remissidade há: eles cultivam café, mandioca, cacau, tabaco, algodão, de cujos gêneros o último é só para o seu consumo doméstico, e quanto aos outros a sua quantidade de ordinário é tal que anualmente o dízimo deles rende para cima de 130 arrobas de tabaco, de 260 arrobas de peixe, de 200 arrobas de café, e de 180 alqueires de farinha.

No ano de 1832 tinham os lavradores nas suas granjas 129.000 pés de café, 23.700 cacauzeiros, 245.000 pés de tabaco e 58.900 algodoeiros.

A igreja é inaugurada a Nossa Senhora da Conceição: tem teto de telha, e com este material são cobertas também algumas casas, e todas as outras com folhagem. Ela tem um cemitério distante, para o qual conduz uma estrada circuitada de árvores frutíferas.

Perto desta missão uma planície amena e pouco alterosa sustem um corpo de palhoças ou povoação de 118 vizinhos brancos, índios e homens de mesclada espécie, e escravos: cuja povoação uns a chamam Capela do Bom Retiro em razão da que ali se acha fundada pelo Padre João Pedro Pacheco, e munida do competente diploma dado pelo Bispo Dom Manoel de Almeida de Carvalho, e outros a denominam Massari em atenção ao rio deste apelido, junto ao qual ela se patenteia.

Para patrimônio da indicada capela deu o reverendo fundador um cafezal de 200 pés.

Moura: vila ereta em 1758 pelo Governador do Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, e situada na aba direita do rio Negro sobre terreno baixo e pedregoso em distância de 57 léguas da foz do mesmo rio, e seis acima da foz do rio Jauápiri, que se debruça da cordilheira do rio Branco.

O primeiro assento desta povoação foi na margem direita do rio Uarirá, que se difunde no rio Negro pela sua margem austral, entre o lugar de Moreira e a Vila de Thomar: dali se transladou para a presente situação.

Esta vila, que em outro tempo foi Aldeia dos Caricahis, fundada pelos missionários carmelitanos, contém dentro da sua alçada os lugares de Airão, Carvoeiro, e os lugares do Rio Branco, Santa Maria, Carmo e São Joaquim.

Os moradores são em número e classes os seguintes: 13 homens brancos, 11 mulheres brancas, 53 mamelucos, 37 mamelucas, 118 índios, 141 índias, 11 mestiços, 15 mulheres desta raça, 10 escravos, e 7 escravas.

No ano de 1789 teve uma fábrica de fiar algodão, e 280 fogos distribuídos por uma espaçosa praça com três ruas, uma imediata à igreja, outra dirigida ao nascente, e outra ao poente, a qual era orlada de laranjeiras e limoeiros. Hoje não tem a fábrica: e o número de fogos em decrescimento chegou a 30.

Alguns dos moradores vão ao rio Branco buscar tartarugas: outros pescam e plantam café, cacau, arroz, algodão, e mandioca. As mulheres pintam cuias com pouco esmero.

A Igreja é coberta de palma, e dedicada a Santa Rita de Cássia.

As casas, umas são de telhas, e outras de folhagem.

Moreira: lugar pertencente à jurisdição da Vila de Barcellos; fundado pelos missionários carmelitas, e situado na direita do rio Negro 102 léguas arredado da sua foz sobre uma planura de terra rasa e graciosa em vista pelo prospecto do rio desvestido de ilhas.

É povoado de 8 homens brancos, 5 mulheres brancas, 48 mamelucos, 41 mamelucas, 57 índios, 72 índias, 4 mestiços livres e um escravo.

As casas são telhadas com palma e a igreja é coberta com telha; o seu Orago é Nossa Senhora da Conceição.

As terras são aptas para a cultura do café, cacau, tabaco, mandioca, algodão e anil.

Há vestígios de que antigamente os lares eram em número que formava duas praças e duas grandes ruas. Nesse tempo foi multiplicada a produção do algodão, tabaco, e anil. Hoje não há essa fartura agrária: nem dos 470 fogos que teve, permanece ao menos a décima parte.

O primeiro assento deste lugar, que havia sido aldeia denominada de Cabuquena em razão de seu Principal que assim se apelidava, foi na vizinhança da Vila de Moura quando ela se achava na margem do rio Uarirá: dali transmigrou-se para a localidade atual debaixo da conduta do referido Principal José de Menezes Cabuquena.

Foram supliciados com forca neste lugar em 1758 os Principais de Lamalonga João Damasceno e Ambrosio, e o índio Domingos, cabeceiras e condutores de uma terrível conjuração e rebelião de índios por sentença da Junta de Justiça proferida em processo legal à vista dos corpos de delito e exata devassa, a que procedeu o Desembargador Ouvidor Geral Pascoal de Abranches Madeira Fernandes, que para estes atos de Justiça no dito ano remontara o rio Negro com o Capitão General do Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Eles assim pagaram a grande figura, que fizeram no odioso e abominante quadro das maldades humanas. Eis o que haviam praticado. No primeiro dia de junho de 1757 invadiram a casa do missionário de Lamalonga, que não acharam; desconstruíram-lhe os móveis todos; espargiram na igreja os santos óleos; roubaram os ornamentos e vasos sagrados; derruíram a Capela mor; e lançaram fogo à povoação, que rapidamente pelas chamas foi comida: no dia 24 de setembro já aliançados com muitos índios, com o Principal Uanocaçari e com o Principal Mabé do lugar do Poiares, dirigiram-se ao lugar de Moreira, mataram o missionário carmelitano Frei Raimundo de Santo Eliseu, o Principal Cabuquena, e outras pessoas, perpetraram latrocínios, e queimaram a igreja: no dia 26 do mesmo mês marcharam contra a Aldeia de Bararoá (depois Vila de Thomar) que acharam abandonada pelo destacamento comandado pelo Capitão de Granadeiros João Telles de Menezes e Mello, despojaram da sua pequena preciosidade a igreja, destroncaram a cabeça da imagem de Santa Rosa para ser posta na proa de uma canoa, incineraram o resto sobre o altar, e deram a aldeia às chamas: passaram depois à margem fronteira do rio, onde mataram dois soldados, escapando outros, que ali se achavam com mais pessoas, retiraram-se para a ilha de Timoni. Nela cuidaram de afoguear mais índios para o crime, e depuseram no auxílio deles firme esperança de perpetrarem obras muito maiores na Vila de Barcellos, Capital do Rio Negro, que então se achava com o seu destacamento desfalcado dos soldados, que se tinham sublevado agramente contra o seu Major Comandante Gabriel de Souza Filgueiras, que por esse mal feito haviam transfugido a Caribana espanhola.

Estes indianos de feroz condição tentando o último dado da guerra, foram profligados com grande morticínio seu ao pé da ilha quase em fronte à embocadura do rio Apeaná pelo Capitão Miguel de Siqueira

o qual naquela refrega executou preclaras façanhas de militar esforço, perdendo dos seus somente um soldado, cujo nome de batismo se escondeu para nós debaixo do nome do seu cargo da milícia, e o Sargento Agostinho José Franco, que manifestou avultados abonos de sua valentia.

Deram ao referido capitão com extremadas significações de gosto os parabéns de tão insigne vitória sobre uns indianos, a quem olhavam como dignos de serem raspados da Capitania.

Nasceu o princípio desta furiosa turbulência da quebra da mancebia do sobredito índio Domingos feita pelo Missionário arredando dele a amasia.

Nogueira: lugar dependente da jurisdição da Vila de Ega, é situado na assomada de um cabeço sobre a margem oriental da baía do Tefé, duas léguas apartado da mencionada vila, e 186 da foz do Nhamundá, extremo oriental da comarca no Amazonas.

Tomou o atual assento em 1753, tendo existido a primeira vez na margem do Solimões, que medeia entre o rio Tefé e o lugar de Alvarães: e a segunda na Ponta de Parauari, cujo nome conservou no seu derradeiro assento até deixar a denominação de aldeia. Desta Ponta de Parauari se estendia em remotos tempos a Aldeia dos Curucicuris, na qual esteve Pedro Teixeira capitão-mor da expedição exploradora do Amazonas a Quito, remontando o mesmo Amazonas em 1638, e lhe impôs o nome de Aldeia do Ouro por ter visto aqueles aborígines, com pendentes do dito metal na orelha e no nariz, e comprou algumas pranchas dele, que era de finíssimo quilate segundo se reconhece em Quito. Neste mesmo Parauari em 1709 o jesuíta espanhol João Batista Sana, e outros da mesma roupeta aprisionaram o missionário português e os brancos, que encontraram: daqui foram assaltar a povoação de Taiaçutiba de silvícolas Jurimauas, e seguidamente as povoações dos Cambebas, com o desígnio de formar com eles a povoação de São Joaquim.

Este sucesso deu lugar a que o General do Pará Cristóvão da Costa Freire expedisse no mesmo ano de 1709 uma escolta às ordens de José Antunes da Fonseca, o qual prendeu o referido jesuíta e outras pessoas e recobrou o missionário e os portugueses, e destarte se desforçou e recuperou a posse perturbada injustamente pela mencionada invasão.

Esta Ponta de Parauari é um ponto geográfico da província, que Mr. de la Condamine no diário da sua viagem de Quito ao Pará de

volta para a Europa fez notável pela sua opinião falsa de ser ela e não o rio Napo onde o sobredito capitão-mor encravara o padrão em abono da posse, que ele tomara do Amazonas até ali para a Coroa de Portugal.

Vivem neste lugar de Nogueira 13 homens brancos, 5 mulheres brancas, 39 mamelucos, 43 mamelucas, 126 índios, 114 índias, 4 mestiços livres, e 2 escravos.

Esta gente habita 51 casas palhaças alçadas com irregularidade: entre elas existe intervalos apodíticos da tradição oral, que afirma que ainda no ano de 1777 tinha este lugar duas ruas e muitas casas isoladas da banda do igarapé Meneroá, que flui pelo sul da povoação: acrescentando a mesma tradição que as casas assim dos brancos, como dos indianos, eram caiadas com tabatinga combinada com a goma da sorveira para lhe dar maior perseverança.

A Igreja tem a invocação de Nossa Senhora do Rosário: e tem a particularidade de estar o respaldo do altar decorado com pinturas feitas pelas índias: as quais além desta habilidade tem a de musicar, pois costumam enquanto se diz missa cantar com muita suavidade várias rezas.

As terras tem gênio para diversos plantios e para pastos.

Olivença: vila ereta em 1759 pelo Governador do Rio Negro Joaquim de Mello e Povoas, e plantada na margem direita do rio Amazonas sobre uma planície circulada de íngremes barreiras de uma grande empola de terra de 14 braças de altura e distante 290 léguas da foz do Nhamundá, confim oriental da Comarca do Amazonas;

Posição em latitude e longitude o paralelo austral 3º30’ cruzado pelo meridiano 308º48”.

Teve o seu primordial assento na margem direita do Solimões em paragem, que defrontava com a ilha Tuguaru três léguas abaixo do Javari: o segundo assento foi no ponto superior meia légua ao igarapé Pacuti na mesma margem direita do Solimões: desta paragem se transferiu para a margem esquerda do dito Solimões: e daqui passou a coadunar-se com os moradores da aldeia de São Pedro situada uma légua abaixo do igapapé Camatiá: e desta aldeia saiu a formar assento separado na vizinhança da mesma aldeia.

A sua antiga população foi a maior de todas as povoações engastadas no Alto Amazonas: entrou em decremento no ano de 1778 em

diante: e hoje forma-se de 9 homens brancos, 10 mulheres brancas, 68 mamelucos, 51 mamelucas, 105 índios, 121 índias, 29 mestiços livres, 37 mulheres desta raça, 11 escravos, e 4 escravas.

A igreja é dedicada a São Pedro e São Paulo; ela é a melhor da comarca; contudo não ficou isenta do defeito de todas as outras, em cuja fábrica nunca entraram as riquezas da matéria e adornos, tanto na arquitetura exterior, como na interior.

Esta vila antes de o ser foi aldeia dos Cambebas.

Todas as casas têm teto de folhagem, menos cinco que são telhadas.

As terras têm gênio para frutas e para outros gêneros de agricultura; as ilhas circunstantes abundam em cação silvestre e o rio fornece numerosos peixes, sobretudo peixe-boi no tempo da enchente.

Na aba de dois cabeços adjacentes à vila jazem dois grossos penedos, que contem dois mananciais perenes de excelente água vertente.

Poiares: lugar sujeito à jurisdição da vila de Barcelos, situado na margem direita do rio Negro acima da sua embocadura 78 léguas entre as rios Uanari da parte debaixo e Baruri da parte de cima sobre uma ampla planície de um cabeço, da qual se goza o agradável prospecto de um estendido horizonte, de que faz parte o rio ali sete léguas larga e ermo de ilhas.

Até pouco alem do meio do século décimo oitavo foi este lugar de muitos índios, e brancos bem estabelecidos; os seus domicílios formavam duas ruas e quatro travessas. Hoje ele patenteia um painel de dez casas palhoças circunfusas de uma igreja de palha com paredes desaprumadas e desbranqueadas, e um mato denso clausurando em seu colo numerosas laranjeiras, limoeiros, bananeiras, castanheiros e outras árvores frutíferas, que são outros tantos produtivos monumentos de habitáculos inexistentes, o mesmo acontece com o gado vacum, que ali cresceu pelos bons pastos do terreno, e que está sendo morto a tiro pelos viandantes, que dele se aprovisionam sem estorvo de ninguém.

Toda a consistência atual deste lugar consiste em 5 homens brancos, 4 mulheres da mesma cor, 28 mamelucos, 30 mamelucas, 43 índios, 60 índias, 1 mestiço livre, 1 mulher do mesmo lote e 1 escravo.

Esta gente fabrica manteiga de tartarugas, pesca peixe-boi e pirarucu, planta café, para o qual tem as terras gênio propriíssimo; também plantam algodão e mandioca, mas só para o seu uso doméstico.

A igreja é inaugurada a Santo Ângelo.

Este Lugar no seu principio foi Aldeia do Cumaru; e então porque ali dançavam os gentios também lhe chamavam Jurupariporaceitaua, que equivale a dizer lugar das danças do Diabo.

A administração da fazenda teve ali um amplo armazém.

Santa Anna: lugar sujeito à Vila de Thomar, e situado sobre terreno agradável e fecundo na margem esquerda do rio Negro 208 léguas acima da sua foz.

Os moradores são em número 20 índios e 25 índias.

Tem 9 fogos: resto de 290 que teve.

Falta-lhe igreja; uma casa térrea ordinária sem adorno a supre.

Santa Bárbara: lugar situado a pouca distancia do de São Miguel do Iparana na esquerda do rio Negro 205 léguas acima da sua foz sabre terra sobranceira ao rio e amena em vista.

Consta a sua população de 71 índios, 50 índias e 1 mameluco.

A igreja é dedicada a Santa Bárbara.

Os moradores a fabricaram depois que as ruínas da primeira tocaram o ápice.

O Vigário Geral do Rio Negro, Doutor José Maria Coelho, visitando esta igreja não lhe achou uma imagem nem uma cruz. Este padre viu em 1823 os povos do rio Negro, em 1824 os do Amazonas pertencente à sua vara, e em 1825 os do rio Solimões; e escreveu estas suas visitas, de que deu uma cópia ao Reverendíssimo Bispo da qual se tem extraído outras.

Na frente deste lugar está a décima quinta catadupa chamada Caranguejo; abaixo desta jaz a denominada Paredão, que é a décima quarta remontando o rio.

São Bernardo de Camanau: lugar situado sobre terras campinas medianamente altas na esquerda do rio Negro 193 léguas acima da sua foz.

Compõem a sua população 6 mamelucos, 2 mamelucas, 11 índios e 23 índias.

Conta 7 fogos. Teve 390.

A igreja, que era dedicada a São Bernardo, existe desmoronada pelo desleixamento.

Ante o portelo deste lugar acha-se a oitava cachoeira apelidada Cojubí: bastantes penhascos a cingem e a corrente impetuosa nelas faz rudo estrondo.

Senhora das Caldas: lugar assentado na margem esquerda da embocadura do rio Cauaboris, o qual descarrega as suas águas no rio Negro pela ourela esquerda 169 léguas acima da sua foz.

Foi estabelecido em 1785 pelo General Plenipotenciário das Demarcações João Pereira Caldas com o objeto de observar e fazer aviso da descida dos Hispano-Americanos por aquele rio.

A população forma-se de 8 mamelucos, 10 mamelucas, 19 índios e 21 índias.

A igreja, que era dedicada a Nossa Senhora das Caldas, já perdeu o ser.

Os matos de limoeiros e outras frutas saborosíssimas e cheirosas, que se manifestam em diferentes partes do campo, são monumentos perenais da passada grandeza desta povoação, que segundo a tradição oral cantou 400 fogos.

Os moradores plantam mandioca para seu nutrimento; e vão à cata da casca preciosa, de que abunda o mesmo Cauaboris, e à da salsaparrilha, breu e piaçaba, de que são fartos os rios circunvizinhos.

São Filippe: lugar pouco arredado da foz do rio Içana, e situado na margem direita do rio Negro 213 léguas acima da foz.

Conta 9 mamelucos, 7 mamelucas, 19 índios e 27 índias.

Remanescem 4 fogos de 320, que teve.

Boa escolha fizeram os Missionárias Carmelitanos desta situação para fundarem uma igreja que dedicaram a São Filippe.

A dita igreja inexiste há muito tempo e raros apontam o plano do sítio, que ela ocupou.

São Gabriel da Cachoeira: lugar subjacente ao círculo equinocial na longitude 309º57' sobre a aba de um morro alcantilado da margem esquerda do rio Negro 199 léguas acima da foz.

Formam o número de seus moradores 3 brancos, 10 mamelucos, 8 mamelucas, 53 índios, 68 índias e 2 mestiços livres. É quanto aparece de uma povoação longeva, que se compunha de duas compridas ruas, das quais uma terminava na praia grande.

A boa igreja, que os Missionários Carmelitas inauguraram a São Gabriel, está assaltada de ruínas que tendem a fazê-la baquear.

Contíguo a este lugar há um forte, que se apelida como ele e que foi construído em 1763 de ordem do General do Pará Manoel Bernardo de Mello e Castro, contra as pretensões dos Hispano-Americanos. Ele é de figura pentagonal irregular, da qual o maior lado, que defronta com o rio, é uma cortina, que prende dois meios baluartes; no meio está a porta, que simultaneamente serve ao forte e ao quartel, o qual com o calabouço, corpo de guarda e armaria, abraça toda a cortina. Os lados menores não têm flanqueamento; eles são uma singela parede de pedra e argila que é o material de toda aquela fortificação. Falta-lhe o fosso, esplanada, e obras exteriores; não tem canhoneiras para mais de 16 peças de artilharia, e ainda essas hão de ser de calibre inferior ao meridiano, e portanto incapazes de contrabater. As guaritas são três, e de tijolo cobertas de telha. O estado das peças, das carretas e de tudo o que são anexas do forte, como o quartel, armazéns e ribeira, é lastimoso; e o armazém da pólvora é uma pequenina casa de pedra coberta de telha e enterrada no meio do recinto sem segurança nem resguardo.

Quanto ao exterior do forte na sua espalda surge perto uma serra, que é um ponto dominante sobre o mesmo forte, cuja situação parece apta para defender o passo ao inimigo por entestar com a duodécima cachoeira, que ali atravessa o rio formando um boqueirão, que a veia d'água passa arremessando-se com máximo ímpeto fremente; cuja cachoeira por certo de algum modo embaraça um inimigo inexperto em passar estes obstáculos; porém ele pode iludir esta arduidade saindo em terra sem risco por cima do lugar chamado o Caldeirão, e dali descer embuçado ao abrigo da espessura.

Ora este lugar do Caldeirão nunca teve, nem tem um reduto de fachina, que o defenda; porquanto o Forte de São Gabriel sem esta

obra fica insuficiente, bem como no tempo da defensa é muito preciso levantar uma bateria no já referido ponto dominante, do qual se descobre o interior do Forte até à raiz do muro, e se divisam os defensores, que em tais circunstâncias estão como nus de anteparo. Há ainda outra razão de conveniência para se dever ocupar o dito ponto dominante, e é que dele se descortina uma grande extensão do rio, e por isso é um ótimo lugar de atalaia.

Abaixo do mesmo forte defronte da praia grande demoram a décima e undécima cachoeira, das quais a de maior corpulência chama-se Crocubi, e vulgarmente do Bento.

Senhora da Guia: lugar pertencente ao Termo da Vila de Thomar, e assentado sobre um outeiro próximo da boca do rio Içana na margem direita do rio Negro 217 léguas e ½ acima da sua foz.

Moram ali 9 mamelucos, 7 mamelucas, 46 índios, 65 índias.

A igreja é consagrada a Nossa Senhora da Guia; ela é coberta com folhagem e desornadíssima; foi erguida pelos moradores pouco depois de ter caído a primeira.

O número de 600 fogos, de que se compunha, reduziu-se a 8.

Junto ao portelo deste lugar jaz a décima sexta, que é a derradeira na parte superior do rio.

Santa Isabel: lugar dependente da alçada da Vila do Thomar, e fundado pelos missionários carmelitanos na margem esquerda do rio Negro 141 léguas acima da sua foz sobre uma campina alterosa e extensa, e de ampla vista, que se espalha pelo âmbito de uma baía e 3 léguas de largura.

A população não passa de 6 homens brancos, 4 mulheres brancas, 18 mamelucos, 14 mamalucas, 62 índios e 82 índias.

As pousadas são telhadas com folha de palma e com a mesma é também coberto o teto da igreja, a qual é dedicada a Santa Isabel, e distinta por duas cruzes, uma alteada na extremidade anterior da cumieira, a outra no adro, que é um quadrado eqüilateral.

Existem vestígios das duas grandes ruas, que antigamente ocupava uma povoação mui florescente.

As terras são aptas para maniva e outras mais plantas úteis, e para anil, cuja fécula colorante era ali objeto de grande manufatura, tendo para isso uma boa fábrica.

Deste lugar inclusivamente até a serra Cucuí acima de São José de Marabitanas se chamava nos tempos passados parte superior do rio Negro e toda ela constituía um distrito militar subordinado ao Governador do Rio Negro.

Na adjacência deste mesmo lugar habitou antigamente o nefário Ajuricaba, principal dos Manáos e flagelo dos Índios Aldeados do Rio Negro seus conjuntos pela pátria natural, o qual se aliançara com os holandeses de Surinam, aonde ia pelo rio Branco permutar com eles os índios, que fazia escravos por meio de assíduas e poderosas correrias praticadas nas aldeias discorrendo pelo rio Negro à frente de uma esquadra de 25 canoas com a Bandeira dos Países Baixos.

O General do Pará João da Maia da Gama avisado em 1725 do rodar daquele malfeito expediu em socorro das povoações índicas do Rio Negro, que não deviam ficar inultas, um corpo de infantaria ao mando de Belchior Mendes de Moraes, o qual também foi comissionado pelo Ouvidor-Geral do Pará José Borges Valerio para devassar daquelas calamidades, e levou ordem do General para repreender com bastante rigidez o Ajuricaba e seus irmãos Dejari e Bebari, colegas nos flagícios, fazê-los entregar os prisioneiros que tivessem, guarnecer as povoações, e remeter a devassa para servir de instrução à representação, que devia ser dirigida ao Monarca.

Em 1727 uma força armada sob as ordens do Capitão João Paes do Amaral segundo a determinação do Gabinete de Lisboa incorpora-se no rio Negro com a de Belchior Mendes de Moraes, profliga os Manáos, e aprisiona 2.000 índios com o seu caudilho auricaba, o qual escapou do patíbulo por se afogar no rio, lançando-se a ele com os ferros que o cingiam depois de tentar uma sublevação com os prisioneiros da canoa da sua condução.

Muito tempo pareceu impossível aos Manaos a morte do seu Principal Ajuricaba; eles esperavam a sua vinda com ânsia igual ao amor e obediência que lhe tinham prestado.

São Joaquim: lugar subordinado à Vila de Moura, e situado sobre terra alta e ampla em campinas na margem esquerda da garganta do

rio Tacutu vizinha da do rio Urariquera, os quais formam o corpo do rio Branco 98 léguas acima da boca mais oriental do mesmo rio Branco, e 154 acima na foz do rio Negro.

A sua população consiste em 46 índios e 48 índias. No número desta gente também se compreendem alguns vaqueiros e soldados casados.

Padeceu este lugar em 1792 um incêndio, que tragou a maior parte dos domicílios, e a mesma Igreja, que era dedicada a São Joaquim, salvando-se apenas da voracidade das chamas o cálice, o cibório e a pedra de ara. Depois deste triste sucesso nunca mais a população chegou a ter o antigo número de fogos; hoje numera somente 13.

São quantiosas as cabildas de broncos silvícolas, que moram na circunvizinhança; nenhuma delas pode vir de dia a este lugar sem ser divisada de muito longe em um horizonte tão dilatado e raso.

Ante o mesmo lugar na ponta de terra manente entre o rio Tacutú e o rio Urariquera está uma fazenda nacional de gado vacum e cavalar denominada São Bento: na margem esquerda do Tacutu junto ao lugar há outra fazenda de criação chamada São Joaquim; e na margem direita do Tacutú pouco acima do mesmo lugar a terceira fazenda de criação intitulada São Marcos. Nestas fazendas há 11 vaqueiros, que com as suas famílias fazem o número de 50 pessoas; já tiveram 100 vaqueiros, dos quais uns morreram e outros ausentaram-se porque lhes faltou o Governo com o provimento de farinhas.

As ditas fazendas tinham sido estabelecidas pelo Governador do Rio Negro, Manuel da Gama Lobo de Almada, muito abaixo deste lugar, a primeira na direita do rio Branco sobre uma grande altura com uma capela dedicada a São Bento; e as duas outras acima da primeira na mesma margem do rio Branco.

Pouco depois deste estabelecimento fundaram em 1794 fazendas de gado no mesmo rio Branco os Capitães José Antônio de Évora e Nicolau de Sá Sarmento. Hoje estão desvanecidas estas fazendas.

Por falta dos precisos vaqueiros está por domesticar uma infinidade de bois, cavalos e jumentos naqueles vastíssimos campos com pastos propriíssimos para a sua criação. As onças, cujo número é prodigioso, lhe promovem perene exercício.

Na contigüidade deste lugar sobre a ribeira do rio na latitude boreal de 3º 1' e longitude oriental à Ilha do Ferro de 317º está um Forte igualmente denominado de São Joaquim, que foi construído em 1775 em observância do mandado régio de 14 de novembro de 1752; ele é de pedra e barro e pequeno de maneira que lhe falta as dimensões precisas para o jogo das peças de artilharia.

A figura deste forte é de um paralelogramo, do qual um dos lados maiores está ao longo da margem, e tem quase em meio comprimento um reitrante reto e curto onde não consente mais de uma peça de artilharia para flanquear o resto do mesmo lado; debaixo de idêntica disposição se acha o lado oposto. Quanto ao pequeno lado, em que está a porta, ele apresenta uma cortina em cujas extremidades estão formados dois meios baluartes; igual ordenança tem o lado oposto. O perímetro está dividido em 16 canhonheiras; destas só dez estão cavalgadas de peças de artilharia de ferro e de bronze do calibre de seis até um.

Entre estas armas pirobalísticas existem três pedreiros que foram tomados aos Hispano-Americanos com o posto militar de São João Batista, que eles defendiam; e duas de bronze de calibre um, que na Cidade do Pará se fundiram em outubro de 1763 debaixo da direção do Tenente-Coronel Theodozio Constantino de Chermont.

Em suma o forte é imperfeito tanto no material como no sistema do polígono defensivo. Não é assim quanto ao sítio sobre que ele foi construído; ali o terreno não está sujeito a inundações, e o canal do Tacutu é mais navegável que o do rio Urariquera, o qual é crespo de cachoeiras; portanto o Forte defende os canais destes rios pelos quais pode haver comunicação do rio Branco com as nações confinantes. Ele é a fortificação mais bem conservada das fronteiras.

São João do Mabé: lugar situado dentro do Termo da Vila de Thomar sobre um campo largo e sobranceiro na margem esquerda do rio Negro 229 léguas e ½ acima da sua foz.

Trinta e um índios e 38 índias fazem a população deste lugar, cuja situação é idônea para a saúde e deleitável aos olhos.

Teve 480 fogos, restam quatro.

São João Batista é o Orago da igreja. Acha-se esta derruída pela incúria; o mato lhe tolda o sítio onde esteve.

São Joaquim Coani: lugar pertencente ao distrito da Vila de Thomar, e plantado na margem direita da foz do rio Uaupés jacente na aba direita do rio Negro 206 léguas acima da sua barra.

É profícua a sua situação pela abundante fartura de pescado, e graciosa pelos plainos povoados de verdes, viçosas plantas que se estendem em torno.

São moradores deste lugar 64 índios, e 58 índias.

Já teve 780 fogos; hoje tem 12.

Esta gente quando é estipendiada pelos brancos extrai da espessura breu, crajurú, salsaparrilha e fabrica farinhas, e também faz obras de pena a seu modo e ralos de pedra, os quais consistem em uma prancha de pau com pedrinhas engastadas e seguras por meio de um grude vegetal nas pequenas cavidades, que abrem simetricamente na mesma prancha; estes ralos nunca se desmancham.

O Orago da igreja era São Joaquim. Ela acha-se desconstruída: e mal se divisa o sítio, em que a ergueram os missionários carmelitas.

Não obstante esta falta dos indianos Uaupés quando têm notícia da aparição de algum ministro do culto da religião em qualquer dos lugares da circunvizinhança de São Gabriel da Cachoeira querem conjungir-se com as suas concubinas, partem logo em demanda do presbítero conduzindo a elas e os filhos e pedem que estes sejam metidos no redil da igreja com as águas do batismo e que o amor que une seus pais seja autorizado pelos vínculos sagrados do matrimônio. Tudo isto é o efeito do que contraíram da Santa Cristandade.

Os ditos missionários também erigiram outra igreja sob a invocação de São Jerônimo no mesmo rio Uauapés além da cachoeira do Pirá. Já não existe esta igreja; mas alguns indianos domésticos, e alguns brancos cuidam de fabricar nova igreja.

Não se sabe ao certo o número dos vizinhos desta povoação acima da mencionada cachoeira, porém ajuízam não ser pequenos os que tem visto os aparecimentos daqueles indianos nas suas toscas festas.

São José de Marabitanas: lugar sujeito à jurisdição da Vila de Thomar e assentado em um cotovelo de terra que pouco boja na margem direita do rio Negro 9 léguas acima da foz do rio Xié, e 245 ½ acima da embocadura do rio Negro.

Este lugar é o que está mais contíguo ao final termo do rio Negro e não é tão salubre como o de São Gabriel da Cachoeira.

A sua posição geográfica é o paralelo aquilonar 1º38’, cortado pelo meridiano 309º40’.

A população é composta de 3 homens brancos, 6 mulheres da mesma cor, 21 mamelucos, 22 mamelucas, 47 índios, e 60 índias.

Chegou a ter 1.580 fogos, hoje só patenteia 22.

A igreja foi inaugurada a São José pelos missionários carmelitanos, e constituída matriz daquele distrito. Acha-se metade dela desmembrada pelo pouco desvelo no culto divino, que é quem tolera o mofino e indecoroso estado dos edifícios destinados aos atos públicos de religião devidos por gratidão e esperança a um deus ordenador do imenso globo do universo.

Na falta de vigário nas Vilas de Barcelos a de Thomar e nos lugares do alto rio Negro, e nos do rio Branco, foi incumbido o vigário deste lugar de Marabitanas de pastorear todas as igrejas de Poiares inclusive para cima e as do rio Branco; e note-se que a igreja de Marabitanas está alongada da de Poiares 167 léguas e 1/2 e da de São Joaquim do Rio Branco 287 e 1/2.

Os silvícolas marabitanas, que povoaram esta terra de fogo morto, deram na ocasião a tomar deles este vocábulo, o qual a enunciação vulgar transmitiu em Marabitanas.

As terras manifestaram todos os sinais de não serem infernais, e o grande corpo de casas que já teve o prova.

Quase circundado por este lugar está um forte de madeira replenado de terra de igual denominação à do mesmo lugar cuja figura é um quadrado, do qual o lado sobre o rio tem dois baluartes com seu terrapleno e doze cachoeiras; o resto do perímetro é um muro dividido em seteiras para a espingardaria, e o lado oposto ao dos baluartes faz no centro um redente. Externamente tem quatro baterias: a 1ª de São Pedro, a 2ª de São Luiz, a 3ª de São Simão e a 4ª de São Miguel; destas, a 2ª e a 3ª não podem faltar no tempo da enchente do rio porque ficam imersas. Esta fortificação foi malconcebida; e está mais malconservada, exceto o quartel e a casa da pólvora; o seu mesmo armamento era artilharia, que consta de 19 peças de ferro dos calibres de 4, de 3, de 2 $^{1}/^{2}$, e de 1 $^{1}/^{2}$,

só apresenta 4 capazes de laborar. Dentro deste forte há um poço de pedra, que tem notável curiosidade de água nativa.

São João da Crato: lugar dependente da alçada da Vila de Borba, e fundado em 1802 sobre a margem esquerda do rio Madeira abaixo do rio Jamari no sítio de uma Maloca de um Capitão Mura plantada entre a praia do Tamandoá e a boca do Lago Puneam, 140 léguas acima da referida vila.

O primeiro assento deste lugar foi na boca do rio Jamari. Alistou-se em 1798 habitantes entre as famílias indianas do rio Negro e entre os encarcerados nas cadeias de Portugal com o desígnio de construir vila logo que a população o merecesse pelo seu natural progresso.

No ano subseqüente (1799), foi nomeado Ouvidor Interino do Rio Negro o Doutor Luiz Pinto de Cerqueira, e mandado exercer no Jamari as funções deste cargo com a especial incumbência de dirigir o estabelecimento desta recente colônia que se julgou necessária tanto para facilitar a translação das canoas de comércio por um deserto duro, rude, selvagem de 490 léguas, que medeia entre a garganta do Madeira e da capital de Mato Grosso, como para conter as incursões dos Hispano-Americanos na parte superior do rio Purus e na de outros que descarregam as suas águas no Amazonas.

Dois anos volvidos este Magistrado reverteu enfermo à cidade em virtude da licença impetrada para curar-se e foi encarregado do comando do registro e de dar a efeito as instruções relativas ao estabelecimento da nova colônia o Capitão de Granadeiros do Regimento de Infantaria de Linha denominado da cidade Marcelino José Cordeiro.

Este oficial vendo que todos os que para ali iam depois de 20 ou 30 dias de residência apareciam com o semblante desfigurado e uma cor lívida e hidrópica na epiderme do seu corpo que de ordinário eram atribulados de febres intermitentes que os destruíam com obstruções, hidropisias, inchaços, câmaras, diarréias de sangue, inflamações dos intestinos, do estômago e icterícia, sendo menos freqüentes as febres contínuas, agudas, biliosas e podres, escorbutos, erupções cutâneas e feridas ascosas, e acrescendo a tudo isto a esterilidade geral das mulheres, que estancava a propagação da espécie, propôs e obteve do General do Pará a mudança do sítio, o que ele para logo executou transplantando os que escaparam no Jamari à truculência de um clima inimigo da humanidade.

A experiência mostrou depois que se no segundo assento deste lugar os transbordamentos do Madeira não motivaram as mesmas moléstias sobreditas também não deixaram de ocasionar males pouco menos destruidores e de fazer girar uma chusma de insetos, cuja mordedura suscitava chagas insanáveis.

O número dos colonos que abandonaram o Jamari e formaram este lugar não transcendia o de 160 indivíduos de ambos os sexos; no ano de 1803 constava de 94 e, dali por diante, sempre a menos até reduzir-se a 9. O próprio capitão, que se havia fascinado na escolha com a bela aparência da localidade, ali fechou em 1803 o círculo de seus dias.

Tão melancólicas circunstâncias, que uma sábia política e prudente economia podiam paulatinamente esvaecer, suscitaram do Governo a lembrança de confinar ali os indivíduos que incorressem em seu desagrado ou em grave suspeita.

São José: lugar situado acima do Sítio da Capela na esquerda do rio Negro, 172 léguas acima da sua foz sobre terra pouco empolada, mas que oferece à vista tal prospecto que lhe dignifica a localidade.

Compõem este lugar 88 índios de um e outro sexo.

De 800 fogos, que ali existiram, restam 16.

Os missionários carmelitas levantarão a igreja, cujo Orago é São José. Esta igreja desabou e os moradores fabricaram outra de folhagem, e exígua, porque também são eles extremamente escassos de bens.

Senhora do Loreto: lugar assentado dentro da jurisdição da Vila de Thomar sobre um cabeço na margem direita do rio Negro 165 léguas acima da sua foz.

A denominação mais vulgar deste lugar é a de Maçarabi.

Deste ponto para riba, apresenta o rio penedos pelas margens e pelo meio; no porto deste mesmo lugar, há cachopos e uma impetuosa corrente, que incomoda e pede bom piloto prático.

Consta a população de 11 mamalucos, 5 mamelucas, 43 índios e 64 índias.

Foi de 700 fogos, numera 9.

A igreja e a fábrica de anil e de algodão, tudo derruído.

Os campos sem cultura.

Há dentro do distrito deste lugar, na margem esquerda do rio, um sítio de José Monteiro das Chagas chamado de Capela em razão do que ele construiu e inaugurou a Nossa Senhora do Socorro, cuja capela serve de paróquia aos habitantes de Maçarabi, Carmo e rio Cauaboris, por estarem caídas as igrejas destes lugares.

No dito sítio da capela numeram-se 154 vizinhos.

Entre a foz da Cauaboris e o portelo de Maçarabi demora a 5ª cachoeira recheada de penedos, e no mesmo portelo a 6ª cachoeira.

Santa Maria: lugar sujeito à jurisdição da Vila de Moura, e situada sobre terra medianamente relevada na margem esquerda do rio Branco 16 léguas acima da sua boca mais oriental e 72 remoto da foz do rio Negro.

Fazem a sua população 1 homem branco, 12 mamelucos, 8 mamelucas, 131 índios, 111 índias e 1 mulher curiboca.

Numerou 65 fogos, hoje 12.

A igreja dedicada a Santa Maria é uma lástima: paredes descaiadas, portas e cobertura de folhagem.

No distrito deste lugar e na mesma margem esquerda do rio, estão as roças de farinha para provimento da Guarnição do Forte de São Joaquim.

Este Lugar de Santa Maria foi plantado pelo Principal Prudente Gonçalves, o qual reunia os índios errantes tanto da antiga povoação de Santa Maria, que esteve assentada na margem esquerda do mesmo rio perto do igarapé Jarani, como de outras povoações derelitas, cujas localidades ainda são conhecidas entre os igarapés Caiamé e Tacune na esquerda do rio Urariquera e próximo ao igarapé Sereré na esquerda do rio acima da cachoeira de São Felipe e na margem direita do rio perto do igarapé Mocajahi; e sendo ainda denominada praia do sangue a de um delas onde os índios praticaram um grande morticínio quando se revoltaram, acolhendo-se depois nos últimos recessos da cordilheira, na qual de ordem do Governador Manoel da Gama os bateu o Tenente Leonardo José Ferreira, e conduzia presos 75.

Durante a vida do sobredito principal a população tinha paulatino progresso; porém depois do seu falecimento decresceu muito. O mato pulou no terreiro, que as palhoças ocupavam.

São Miguel do Iparama: lugar dependente da Vila de Thomar, e assentado na margem esquerda ou setentrional do rio Negro 203 léguas acima da sua foz sobre um outeiro contornado de campos de viçoso pasto, que ao longe se rematam em serras coroadas de arvoredo esbelto.

Onze mamelucos, 7 mamelucas, 36 índios e 44 índias, formam a população deste lugar, que deve a sua iniciativa aos missionários carmelitanos. Eles também fundaram a igreja, dando-lhe por Orago São Miguel.

Já não subsiste esta igreja. E 800 fogos, que chegou a ter este Lugar, estão reduzidos a 4.

Em rosto do mesmo lugar patenteia-se a décima terceira cachoeira apelidada Caldeirão, que tem este nome pelo remoinho da água, que parece sorvê-la e depois a expele com ímpeto. Por este teor bem lhe cabia a denominação de Charide.

São Marcelino: lugar sujeito à jurisdição da Vila de Thomar, e situado sobre terra prominente à ribeira esquerda da foz do rio Xié, que jaz na margem austral do rio Negro 234 léguas e 1/2 acima da sua foz.

Fazem a sua população 2 mamelucos, 5 mamelucas, 20 índios e 13 índias.

Fogos 6: remanescente de 400, que teve.

A igreja, que era dedicada a São Marcelino, jaz lançada por terra: dela ainda há vestígios.

Senhora de Nazareth do Curiana: lugar pertencente ao distrito da Vila de Thomar, e plantado na margem esquerda do rio Negro entre São Bernardo de Camanau e São Gabriel da Cachoeira na 197 léguas acima da foz do mesmo rio sobre uma planície grande e bela.

Tem ali morada e contubérnio, 10 mamelucos, 13 mamelucas, 39 índios e 33 índias.

Fogos 6. Quando tinha 800 apareceram consideráveis lavras de anil e algodão, para as quais aquelas terras eram de grande aptidão.

A igreja descompaginou-se até aos alicerces. O seu Orago era Nossa Senhora da Nazareth.

Dentro do espaço, que medeia entre este lugar e a cachoeira Cojubi demora a 9ª, cachoeira chamada as Furnas em razão do profundo

covo, que tem cada um dos três penedos de grande volume, que a formam.

São Pedro: Lugar sujeito a jurisdição da Vila de Thomar, e situado na margem esquerda do rio Negro 180 léguas acima da sua foz, sobre paragem vistosa, e pouco inferior à boca do rio Miuá, e fronteira ao sítio, que ocupou o lugar de Santo Antonio de Castanheiro Velho.

Consta a sua população de 11 mamelucos, 12 mamelucas, 32 índios e 41 índias.

Tem 10 fogos depois de ali existirem 600.

A igreja foi dedicada a São Pedro; construíram-na os missionários carmelitas quando estabeleceram este lugar. Um incêndio fortuito a tragou. Os moradores levantaram outra de teto de folhagem, e destituída do necessário.

Entre este lugar e o intervalo dos sítios, em que estiveram assentados os lugares de Santo Antonio do Castanheiro Velho, e de São João Nepomuceno do Camundé demora a 7ª cachoeira.

Silves: vila ereta em 1759 pelo Governador do Rio Negro Joaquim de Melo e Povoas, e assentada com a face para o Oriente sobre a fralda de uma colina adjacente a outra mais excelsa, coroada de majestosas árvores, em uma das elevadas ilhas de terra firme, de que está malhada o amplo e formoso lago de Saracá, que jaz 9 léguas para dentro da margem boreal do Amazonas, e neste deflui por seis diversos furos ou canais, que lhe dão ingresso, dos quais o primeiro da banda de baixo dista 38 léguas da foz do Nhamundá, praia oriental da Comarca no Amazonas.

Posição em latitude e longitude o paralelo austral 2º, 44’ cruzado pelo meridiano 319º 21’.

Para esta vila quando era Aldeia de Saracá passaram os índios da aldeia da boca do rio Uatumá missionada pelos religiosos mercenários em razão da inúmera praga dos insetos conhecidos: e o mesmo praticaram os moradores da Aldeia Anibá estabelecida na margem ocidental da foz do rio Anibá defluente no mesmo lago de Saracá.

A população compõem-se de 73 homens brancos, 67 mulheres da mesma raça, 114 mamelucos, 152 mamelucas, 427 índios, 775 índias, 13 mestiços livres, 4 mulheres desta raça, 86 escravos e 81 escravas.

Estes moradores salgam peixe, de que o lago é copiosíssimo; fabricam farinhas de mandioca; plantam arroz, algodão, cacau, café; cujas últimas plantações foram começadas em 1774 nas margens dos sobreditos canais: e apesar dos assaltos, que faziam os Muras nas roças, vinte e dois moradores chegaram a contar em 1829, dezoito mil e novecentos pés de café, 26.300 cacaueiras.

Dedicam-se particularmente à plantação do tabaco, que é reputado como preexcelente: eles arranjam bem os molhos, e os adereçam de penas quando os destinam para mimo.

A máxima parte desta gente vive nos seus sítios, e raras vezes busca a vila.

Os domicílios estão dispostos de modo que formam um largo comprido, em cujo centro se alça a igreja com a casa da Câmara em rosto, e um cais quase todo descompaginado.

As ilhas circunstantes têm gênio para todo o gênero de plantações: e os mesmos canais do lago para o Amazonas, são propríssimos para cacau, café, e algodão, que é finíssimo.

Toda a bondade destas terras é contrastada pela praga dos insetos, e dos morcegos.

Serpa: vila criada pelo Governador do Rio Negro Joaquim de Mello e Povoas em 1759, e plantada sobre uma planície larga e sobranceira ao rio de uma ilha jacente na margem esquerda do Amazonas, que leva a ribeira desta vila 3 léguas abaixo do Aibú, quinto furo de Saracá, ou 48 léguas acima da foz do Nhamundá confim oriental da Comarca no mesmo Amazonas.

Posição em latitude e longitude o parelelo austral 3° 3'. Cruzado pelo meridiano 319° 9'.

Esta vila foi uma aldeia chamada dos Abacaxis: e outros também a denominaram Itacoatiara, porque a sua ribeira se acha semeada de pedras pintadas e formadas variamente. Ela teve cinco assentos: o primeiro no rio Mataurá, confluente do Madeira 25 léguas acima da Vila de Borba: o segundo no rio Canumá, que deflui no furo Urariá: o terceiro no rio Abacaxis, que também deságua no dito furo: o quarto na margem direita do Madeira pouco abaixo da boca do mesmo furo, a qual jaz 12 léguas arriba de garganta do Madeira, e da comunicação para a boca do

rio Tupinambaranas, vulgarmente apelidada boca inferior do Madeira: e o quinto na supramencionada paragem de Itacoatiara.

Quando se achava no terceiro assento foram-lhe coadunados os índios Turás; os quais tendo pedido paz depois de batidos em conseqüência das hostilidades por eles praticadas nas aldeias de Canumá e Abacaxis se sujeitaram à condição, que expôs em 1716 o Governador do Pará o Senhor de Pancas de fixarem residência na segunda das indicadas aldeias.

Organizam a população 60 homens brancos, 54 mulheres da mesma cor, 71 mamelucos, 98 mamelucas, 171 índios, 210 índias, 29 mestiços livres, 36 mulheres da mesma classe, 40 escravos e 39 escravas.

Teve 1.200 fogos em 1778, formando uma vistosa e ampla praça da feição de um paralelogramo, conta hoje 42 fogos.

Os domicílios, a casa da Câmara, e a igreja tudo tem cobertura de folhagem.

O Orago desta igreja é Nossa Senhora do Rosário.

Os moradores fazem venda de peixe seco ou salmoeirado, de café, guaraná, tabaco, manteiga de peixe-boi, e de tartarugas, de que há muita cópia, e são corpulentas; e vão à espessura as suas produções mais cursáveis no comércio.

As terras são aptas para café e tabaco, e também para quadrúpedes do gênero dos ruminantes.

O porto da vila é profundo mesmo na proximidade da terra: e tem na sua frente uma correnteza voraginosa.

Thomar: vila ereta pelo Governador do Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 1758, é situada em uma larga e bela planície sobre a curtividade de uma enseada na margem direita do rio Negro 120 léguas acima da sua foz. A dita planície da banda de cima da vila eleva-se gradualmente, e forma altas barreiras.

Posição em latitude e longitude o paralelo meridional 16' cruzado pelo meridiano 313º 32'.

A sua primeira fundação foi na mesma margem perto da foz do rio Chiuará, e afrontada com a ilha Timoni.

Esta vila foi anteriormente Aldeia de Bararoá.

Consiste a população em 69 homens brancos, 4 mulheres da mesma raça, 72 mamelucos, 79 mamelucas, 90 índios, 112 índias, 2 mestiços, 3 mulheres desta classe, 2 escravos, e 6 escravas.

Número de fogos 13.

Em 1779 contava 780 fogos dispostos em três ruas: das quais a mais próxima ao rio sofria ruína porque ele desmorona a terra, que amolece e quebra.

A casa da Câmara e cadeia, e os mais edifícios menos a igreja são telhados com folhagem.

Desmancharam em 1823 a igreja para fabricar outra. O seu Orago é Nossa Senhora do Rosário.

Os moradores aplicam-se às culturas de café, e cacau: e tiram salsaparrilha e cupaúba do rio Atauí, que deflui no rio Padauari, cuja boca demora diante da vila na margem esquerda do rio Negro. Também fabricam cordão de piaçaba.

A terra é vertente em copiosas águas, e tem gênio para a mandioca e frutas: e entre estas muito se distinguem pelo tamanho e sabor os ananases e abíos.

Tunantins: lugar dependente da Vila de Olivença e situado na foz do rio Tunantins, que descarrega as águas no Amazonas pela sua margem setentrional 256 léguas acima da foz do Nhamundá, confim oriental da Comarca no Amazonas.

Habitam este lugar 1 homem branco, 1 mulher da cor, 10 mamelucos, 12 mamelucas, 19 índios e 22 índias. E são os que restam de 195, que existiram em 1825.

Tem 17 fogos.

Fundou este lugar José Antônio de Morais, e lhe fez uma capela coberta de palha, que dedicou ao Espírito Santo.

Tabatinga: lugar situado sobre terra alta 3 braças, é plana, e fendida por igarapés em três faixas um pouco alagadiças na beira esquerda do Amazonas, onde ele assaz se estreita 2 léguas acima da embocadura do Javari, e 314 acima da foz do Nhamundá, raia oriental da Comarca no Amazonas.

Foi assentado pelo Major Domingos Franco em 1766. É o final termo da Comarca e da Província do Pará ao Ocidente. Gozasse ali

aura salutífera, e um prospecto elegante: vê-se da parte debaixo a boca do Javari, da parte de cima as ilhas de Xanarié, da parte da espalda do lugar a planície estendida, e ao pé frustrâneo esforço das correntes do Amazonas em aluir a muralha nativa que reveste a ribanceira desfrontante com a igreja.

A posição geográfica deste lugar é o paralelo austral 4° 14', cortado pelo meridiano 308° 15'.

A população compõe-se de 1 homem branco, 1 maluco, 3 mamelucas, 45 índios e 42 índias. Reduziu-se a isto um lugar, que em 1825 tinha 336 vizinhos, e anteriormente muito maior número.

Todos os habitáculos são cobertos de palma. Desta também o é a igreja, que foi consagrada a São Francisco Xavier.

As terras são escuras, mas no âmago sucosas, e aptas aos animais ruminantes.

Pouco antes da plantação deste lugar no mesmo ano de 1766 tinha estabelecido ali o Alferes Francisco Coelho, comandante do registro da vila de São José do Javari, um destacamento composto de 9 soldados e um sargento, para ver e registrar as canoas, que vogassem para a povoação castelhana de Nossa Senhora do Loreto, ou outras do mesmo governo subalterno de Mainas e do geral de Quito: porque havia observado o dito Alferes que remontavam o rio algumas canoas sem procurar o registro da vila.

O Governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive não só aprovou a medida daquele comandante do Javari, mas ainda parecendo-lhe o sítio idôneo para defender o passo aos espanhóis mudou para ele o destacamento da vila de Javari, e fez alçar debaixo da mesma denominação do recém-plantado lugar um forte: o qual foi construído na parte mais proeminente da planície em rosto do antigo quartel do comandante, mediando entre um e outro uma larga área. Ao lado esquerdo deste quartel, que é coberto com telha, está o rio: e ao direito jazem a igreja, os quartéis dos soldados, um arruinado e outro principiado, e os restos de uma casa e armazéns erguidos pela Companhia de Comércio a fim de tecer por este interposto estabelecimento os tratos e contratações tanto com os habitantes do Alto Amazonas, como com os hispano-americanos. Estes edifícios serão cobertos de telhas e bem construí-

dos: os seus resíduos duraram até o ano de 1827, e entre eles as portas e as ferragens indicavam, que não tinha havido pobreza na sua fabricação.

O forte é um hexágono irregular de madeira grossa de 7 palmos de projeção vertical, e destituído de reparo interno, de paliada, e de esplanada: servem de fosso de uma parte do rio, e que mete por ela uma corrente quando enche: entre a borda desta cortadura e o forte existe um mato densíssimo.

Nove peças de artilharia é toda a força em armamento desta espécie, que ali se acha: quatro de bronze do calibre 6, e duas de ferro do calibre um, estão no recinto do forte, e 3 de bronze do calibre 1 ½ cavalgadas em cepos juntas à porta do quartel do comandante, o qual no ano de 1827 até não tinha uma bandeira para alçar no seu chamado forte .

Vila Nova da Rainha: missão situada sobre a terra mediocremente alta de uma ilha pertencente ao sistema de ilhotas jacentes ao longo da ribeira austral do Amazonas, entre o rio Madeira e o rio Tupinambaranas: cuja a ilha do lado, em que se acha engastada a missão é lambida pelas correntes do Amazonas, que lhe dão um excelente porto, e pelos outros lados é lavada por uma porção de águas derivada do furo ou canal Urariá e chamada vulgarmente rio Ramos, que dividindo-se em dois braços entra no Amazonas por cima e por baixo da mesma ilha, a qual demora 12 léguas acima do rio Nhamundá, confim oriental da Comarca no Amazonas.

Ali moram 83 homens brancos, 69 mulheres da mesma cor, 88 mamelucos, 73 mamelucas, 471 indianos, 499 indianas, 37 mestiços livres, 29 mulheres da mesma raça, 58 e 32 escravas.

Número de fogos: 306 todos na maioria telhados com palmas.

A igreja de telha é dedicada a Nossa Senhora do Carmo.

Os moradores cultivam mandioca, café, cacau, guaraná, tabaco e algodão. No ano de 1829 as roças de 89 lavradores continham 114.400 pés de café, 58.000 cacauzeiros, e 1.090 pés de algodão.

Esta missão é o último povo da comarca nos seus confins orientais, é sujeita à jurisdição da Vila de Silves. Ela deve sua indicativa ou primordial assento a José Pedro Clodovil, que em 1803 congregou um certo número de silvícolas Maués e Mundurucus atraídos com dis-

pêndio seu e trabalho, e lhe deu o nome de Tupinambaranas que quer dizer Tupinambá não verdadeiro: cujo nome foi pelo Governador do Pará o Conde dos Arcos para a denominação atual quando a estabelece ampliando os descimentos, e encarregando de agregar ao redil muitos Gentios e Carmelitas Frei José das Chagas, que então missionava a Povoação de Canumá.

Em 3 de setembro de 1818 vinte e nove moradores subscreveram o seu nome em uma petição, que endereçaram a El-Rei para que sublimasse esta missão à graduação de vila, obrigando-se eles a edificar à sua custa casa de Câmara e cadeia. Também na mesma petição trataram de acompanhar a Câmara da Vila de Silves e dezenove vizinhos da mesma vila no seu perdimento ao trono de ser constituído o Governo subalterno da Capitania do Rio Negro em Governo Geral, e de lhe criar uma Junta de Fazenda, e de promover para este novo Governo o Major do Estado Maior do Exército Manoel Joaquim do Paço, que então era o Governador daquela Capitania.

A ilha em que está erguida a missão, não difere das outras do sistema em ser por maravilha fértil: todas são uns torrões, em que a riqueza natural provoca a atividade do homem. Se ele por meio de uma doutrina rural bem entendida fizer uso industrioso de tantas produções da terra e das águas poderá não só tirar muita abundância, mais ainda enfastiar o apetite humano com a superfluidade.

Uatumá: lugar situado na esquerda do rio Uatumá 5 léguas acima da sua foz: a qual demora na margem setentrional do Amazonas interior das altíssimas e belas barreiras de Cararaucú, e 30 léguas acima da boca superior do Nhamundá, confim oriental da Comarca no Amazonas.

A fundação deste lugar e de uma capela de palha, mas limpa, e dedicada a Senhora Santa Ana, foi concebida a realizada por Crispim Lobo de Macedo em 1814, o qual obteve do Bispo Dom Manoel de Almeida de Carvalho uma Provisão para levantar a dita capela.

Os moradores são os silvícolas Pariquis, que o fundador do lugar atraiu para o formar. Eles extraem das florestas breu, óleo de cupaúba, plantam mandioca, pescam e caçam com muita indústria: não se ocupam no cravo nem guaraná, havendo um e outro em cópia grande nas matas do rio. Esta gente boscareja usa de uma faixa de 3 dedos de largura em ambas as pernas obtida na epiderme por meio de uma pre-

cinta: e assim aquela parte de menos baça que o resto do corpo. As mulheres também observam esta moda.

É a comarca engastada de 8 vilas, 40 lugares e 3 missões e lugares em palhaças embrenhadas nas florestas, e em palhaças de girão situadas em ilhas mais idôneas para vivenda de animais aquáticos do que de homens: e muitas vezes algumas dessas povoações estão quase ermas como observaram em 1820 uns viajantes estrangeiros na Vila de Barcellos, onde não viram mais criaturas do que um preto e um cão, porque tudo o mais estava pelas suas roças.

TÁBUA RECAPITULATIVA
DA POPULAÇÃO DA COMARCA DO RIO NEGRO

Lugar da Barra

Moradores livres	3.809
Escravos	379

Lugar de Airão

Moradores livres	241
Escravos	1

Lugar de Arvellos

Moradores livres	354
Escravos	8

Lugar de Alvarais

Moradores livres	264
Escravos	4

Vila de Barcelos

Moradores livres	403
Escravos	44

Lugar da Boa Vista no Rio Negro

Moradores livres. 118

Lugar da Boa Vista no Amazonas

Moradores livres. 130

Vila de Borba

Moradores livres. 410
Escravos 47

Missão de Canumá

Moradores livres. 223
Escravos 8

Lugar de Carvoeiro

Moradores livres. 523

Lugar de Castanheiro Novo

Moradores livres. 154

Lugar do Carmo no Rio Negro

Moradores livres. 75

Lugar do Carmo no Rio Branco

Moradores livres. 155

Lugar de Castro de Avelans

Moradores livres. 57

Vila de Ega

Moradores livres	384
Escravos	22

Lugar de Fonte Boa

Moradores livres	280
Escravos	5

Missão de Jatapu

Moradores livres	350

Lugar de Lamalonga

Moradores livres	209
Escravos	1

Missão de Maués

Moradores livres	1.564
Escravos	63
Moradores livres da Capela do Bom Retiro	118

Vila de Moura

Moradores livres	399
Escravos	17

Lugar de Moreira

Moradores livres	235
Escravos	1

Lugar de Nogueira

Moradores livres	344
Escravos	2

Vila de Olivense

Moradores livres. 430
Escravos 15

Lugar de Poiares

Moradores livres. 172
Escravos 1

Lugar de Santa Anna

Moradores livres. 45

Lugar de Santa Bárbara

Moradores livres. 122

Lugar de São Bernardo da Camanaú

Moradores livres. 42

Lugar da Senhora de Caldas

Moradores livres. 58

Lugar de São Filipe

Moradores livres. 58

Lugar de São Gabriel da Cachoeira

Moradores livres. 144

Lugar da Senhora da Guia

Moradores livres. 127

Lugar de Santa Izabel

Moradores livres. 186

Lugar de São Joaquim

Moradores livres. 94

Lugar de São João Batista do Mabé

Moradores livres. 69

Lugar de São Joaquim do Coani

Moradores livres. 122

Lugar de São José de Marabitanas

Moradores livres. 159

Lugar de São João do Crato

Moradores livres. 9

Lugar de São José

Moradores livres. 88

Lugar da Senhora do Loreto ou Maçarabi

Moradores livres. 123

Sítio da Capela

Moradores livres. 154

Lugar de Santa Maria

Moradores livres. 264

Lugar de São Miguel do Iparana

Moradores livres. 98

Lugar de São Marcelino

Moradores livres. 40

Lugar da Senhora de Nazaré do Curiane

Moradores livres. 95

Lugar de São Pedro

Moradores livres. 96

Vila de Silves

Moradores livres. 1.627
Escravos 167

Vila de Serpa

Moradores livres. 729
Escravos 79

Vila de Thomar

Moradores livres. 431
Escravos 8

Lugar de Tocantins

Moradores livres. 65

Lugar de Tabatinga

Moradores livres. 92

Missão da Vila Nova da Rainha

Moradores livres	1.349
Escravos	90

Lugar do Uatumá

Moradores livres	332
Todos os moradores livres da Comarca	17.881
Todos os escravos	962
Totalidade dos moradores	18.843

RECAPITULAÇÃO DA POPULAÇÃO DAS TRÊS COMARCAS

Comarca de Belém do Pará

Todos os moradores livres	91.307
Todos os escravos	26.975

Comarca do Marajó

Todos os moradores livres	10.689
Todos os escravos	2.040

Comarca do Rio Negro

Todos os moradores livres	17.881
Todos os escravos	962

MASSA TOTAL DOS MORADORES DA PROVÍNCIA DO PARÁ

Moradores livres	119.877
Escravos	29.997
Totalidade	149.854

I. N. B. – Na totalidade dos moradores livres da Província estão compreendidos 32.751 índios de ambos os sexos.

II. N. B. – O número de escravos é muito pouco mais de um quarto da população livre: pequeno para o trabalho material da Província, e grande considerando-o debaixo das mesmas vistas do Barão d'Humboldt, o qual no seu Ensaio Político sobre o Reino da Nova Hespanha Liv. 1: Cap. 1: pág. 221 dando aos Estados Unidos um milhão de escravos, que diz ser o sexto da população livre, considera embaraçados os mesmos Estados. E nestes termos o número de escravos no Pará é superior ao daquela parte da América em proporção às respectivas populações livres de um e outro país.

III. N. B. – O cálculo da superfície da Comarca do Rio Negro dá o número de 76.884 léguas quadradas: e querendo-se determinar a relação que tem esta superfície com a povoação se achará que ela é a de 0,24508 habitantes por légua quadrada, quociente décima da expressão:

$$\frac{18.843}{76.884}$$

A uma tal força numérica de uma população disseminada em um terreno, que se acha com ela na expressada relação, bem se pode aplicar o que disse Virgílio descrevendo o naufrágio da nau de Urente quando o herói da Epopéia sulcava o mar Toscano.

Apparent rari nantes in gurgite vasto.

Poucos nadar se vem na amplidão do mar.

IV. N.B. – A anexação dos números dos povos das três comarcas mostra que se acham engastadas no vastíssimo da Província do Grão-Pará 44 vilas, 61 lugares, 11 freguesias e 7 missões.

RECAPITULAÇÃO NUMÉRICA DAS POVOAÇÕES

Fogos e Habitantes da Comarca do Rio Negro

Rios	Povoações	Fogos	Habitantes
Negro	26	552	8.031
Branco	3	47	679
Uaupés	1	11	122

Rios	Povoações	Fogos	Habitantes
Xié	1	6	40
Amazonas	13	876	5.265
Madeira	2	36	601
Canumá	1	180	336
Mauéassú	1	282	1.699
Furo Uarirá	1	17	253
Uatuma	1	18	332
Jatapú	1	22	485
Totalidade	51	2.047	17.881

N.B. – No ano de 1788 o número de fogos da comarca era 29.568: perde ela 27.521 no tempo volvido entre o indicado ano e o de 1832.

No número dos habitantes não está encerrado o dos escravos: ele é o mesmo que já ficou inscrito na Recapitulação da População das três Comarcas.

TÁBUA

DAS DISTÂNCIAS DA CAPITAL DO PARÁ ÀS POVOAÇÕES DA COMARCA DO RIO NEGRO

Da Cidade do Pará às Povoações seguintes:

	Léguas
Ao Lugar de Airão	320
Ao Lugar de Arvellos	350
Ao Lugar de Alvaraens	404
Ao Lugar da Barra	278
À Vila de Barcellos	361
Ao Lugar da Boa Vista	424
Ao Lugar da Boa Vista na foz do Içá	467
À Vila de Borba	283
À Missão de Canumá	265
Ao Lugar de Carvoeiro	342

	Léguas
Ao Lugar do Castanheiro Novo	429
Ao Lugar do Carmo	436
Ao Lugar do Carmo do Rio Branco	364
Ao Lugar de Castro de Avelans	479
À Vila de Ega	389
Ao Lugar de Fonte Boa	435
À Missão do Jatapú	249
Ao Lugar de Lamalonga	401
À Missão de Manués	238
À Vila de Moura	333
Ao Lugar de Moreira	378
Ao Lugar de Nogueira	391
À Vila de Olivença	495
Ao Lugar de Poiares	354
Ao Lugar de Santa Ana	484
Ao Lugar de Santa Bárbara	481
Ao Lugar de São Bernardo de Camanaú	469
Ao Lugar da Senhora da Calda	445
Ao Lugar de São Filipe	489
Ao Lugar de São Gabriel da Cachoeira	475
Ao Lugar da Senhora da Guia	493
Ao Lugar de Santa Izabel	417
Ao Lugar de São Joaquim do Rio Branco	430
Ao Lugar de São João Batista do Mabé	505
Ao Lugar de São Joaquim do Cuani	482
Ao Lugar de São José de Marabitanas	517
Ao Lugar de São João do Crato	423
Ao Lugar de São José	448
Ao Lugar da Senhora do Loreto ou Maçarabi	441
Ao Lugar de Santa Maria	348
Ao Lugar de São Miguel do Iparana	479
Ao Lugar de São Marcelino	510
Ao Lugar da Senhora de Nazareth do Curiana	473
Ao Lugar de São Pedro	456
À Vila de Silves	252

	Léguas
À Vila de Serpa	253
À Vila de Thomar	396
Ao Lugar do Tunantins	461
Ao Lugar da Tabatinga	526
À Missão de Vila Nova da Rainha	217
Ao Lugar do Uatumá	240

TÁBUAS

DAS DISTÂNCIAS DA CAPITAL DA PROVÍNCIA ÀS SUAS FORTALEZAS E REGISTROS

Da Cidade do Pará aos pontos seguintes:	Léguas
Ao Forte de Nossa Senhora das Mercês da Barra da Cidade de Belém	1
Ao Registro de São João de Araguaia	115
À Praça de São José de Macapá indo pela Ponta de Mauari	91
E indo pelos Breves	80
Ao Forte de Santo Antônio e Registro de Gurupá	88
Ao Forte de São José da Barra do Rio Negro	278
Ao Forte de São Joaquim do Rio Branco	430
Ao Forte de São Gabriel da Cachoeira	475
Ao Forte de São José de Marabitanas	517
Ao Forte de São Francisco Xavier da Tabatinga	526

LISTAS HIDROGRÁFICAS

DOS RIOS DA PROVÍNCIA DO PARÁ QUE TÊM MAIOR NÚMERO DE DEFLUENTES

Advertência

A enumeração dos rios e riachos ou igarapés, que arrojam as suas águas por uma e outra margem de cada um dos rios descritos das

seguintes listas hidrográficas, é feita na mesma ordem natural, em que eles se apresentam a quem penetra pelo rio acima.

Não vão mencionados nas mesmas listas todos os esteiros e igarapés porque sobre ser o seu número inexprimível uns não têm nome, e outros são apenas conhecidos de alguns moradores do distrito: e por conseguinte seria vão esforço querer relatar o seu número infindo.

LISTA HIDROGRÁFICA I

Rios e Riachos, que engrossam o Rio Tocantins

Margem direita
ou
Oriental

Icatu: riacho, que tem defronte da boca uma ilha povoada, a qual dão o nome de Tauré.

Limão: riacho. É habitado na boca.

Matacurá: dito. É povoado até perto das duas vertentes.

Cachoeirinha: dito, que assim se chama por defrontar com uma pequena cachoeira, que faz acima da Matacurá. Tem moradores.

Patos: riacho. É mais povoado que o precedente.

Arapera: riacho.

Maru: dito. Já não tem a povoado de Aruans, que ali se formou em 1793.

Tauá: riacho.

Caganxa: dito.

Ipitinga: dito.

Margem esquerda
ou
Ocidental

Crumijó: riacho. É habitado.

Tapau-ucu: dito. Tem moradores.

Tabatinga: dito. É povoado.

Trucará: riacho.

Ilha dos Santos: dito.

Caraipé: dito

Micuroca: dito.

Almas: dito, que defronta com o sítio de Arroios.

Arara-miri: riacho.

Arara-grande: dito.

Arapari: dito, fronteiro à sexta cachoeira, remontando o rio.

Pucuruhi: riacho.

São Miguel: riacho.

Remansinho: dito, que tem a boca na parte superior da oitava cachoeira na subida.

Pirocaba: riacho.

Margem direita
ou
Oriental

Cunauá: dito, que desemboca defronte da cachoeira do mesmo nome.

Macauan: riacho.

Jacundá: dito. É habitado de índios do mesmo nome.

Pirabanha: riacho.

Áreas: dito.

Surubi: dito.

Manoel Alves Grande: rio divisor das Províncias do Maranhão e de Goiás: sai dos campos de Pastos Bons e desemboca acima da Corolina. Na sua foz plantou o Governador da segunda das Províncias mencionadas Fernando Delgado Freire de Castinho de Castilho, um presídio protetor do comércio e navegação.

Manoel Alves Pequeno: rio.

Sono: dito, que é habitado pelos gentios Cherentes, e Chavantes.

Crixá: rio.

Manoel Alves: dito.

Palma: dito.

São Félix: riacho.

Preto: rio.

Maranhão: dito, que conflui muito abaixo da cachoeira do Facão,

Margem esquerda
ou
Ocidental

Água da Saúde: dito, assim denominado por serem as suas águas medicinais segundo opinião dos que lhe impuseram este apelido.

Lago Vermelho: riacho, que conduz a um lago deste nome. É habitado por Gentio/Cupélobo.

Tacaiunas: rio, que deságua acima da cachoeira – boqueirão do Tauiri.

Araguaia: dito, que dirige o Mato Grosso, separando esta Província da de Goiás, pelo Oriente. Sessenta léguas acima da sua foz uma assaz longa ilha chamada de Santa Ana o biparte; e perpassada ela o rio toma o nome de Rio Grande: ele é habitado de gentios Carajás, Caiapós, Tapiraqués e outros. Tem campos e matas: estas são abundantes de caça e de castanha doce. Os seus ares são pouco saudáveis. Neste rio desembocam outros muitos.

Lageado: riacho, que extrai o nome da cachoeira, que lhe atravessa a boca.

Canabrava: rio acrescentado com as águas dos rios Taboca e Santa Theresa.

Margem direita ou Oriental	*Margem esquerda ou Ocidental*
e passa por entre os arraiais de Água Quente e de Traíras.	*Curriola*: rio
Almas: rio que dinama de uma das serras da Chapada Grande.	*Conceição*: riacho.
	Aranha: dito.
	Vaivém: dito.

Nota

Posição geográfica da foz do Tocantins o paralelo austral 1°55' cortado pelo meridiano 327°34'.

Dista esta foz da capital do Pará 31 léguas: e tem 8.998 braças craveiras de largura. Ela abraça uma ilha, da qual o apelido é Uraraí: chamam baía do Limoeiro a parte da mesma foz que fica ao esnoroeste, e à que fica no rumo oposto dão o nome de Marapatá.

Nasce este rio na serra dos Veadeiros da Chapada Grande do Brasil, e corre ao Norte despenhando-se pela parte oriental da capital de Goiás não muito distante do rio Parnaíba; do qual está separado por umas campinas fendidas de muitos riachos, que acabam formando todos os rios que vão desaguar no Oceano pelos campos do Maranhão, Cumá e Caité; cujo sertão entre Parnaíba e o Tocantins pode ser atravessado em 15 dias da jornada, segunda afirmam os que o tem trilhado.

A dita Chapada Grande principia entre a barra do rio Parnaíba da Província do Piauí e a serra da Ibiapaba no rio Camosi da província de Ceará; corre do Norte ao Sul declinando ao SE, forma minas dos Cariris, busca o rio de São Francisco, em cujo alvo ergue a ingente cachoeira de Paulo Afonso, e para a banda da Bahia apresenta os territórios betados de ouro da Tacobina, do rio das Contas, do Fanado, do Serro do Frio e das Gerais: daqui volta para o Norte e forma o Paracatu, minas da Província de Goiás e as vertentes do rio Preto, Irusui, Parnaíba e termina entre o Pará e Maranhão, estendendo-se a Leste do rio Tocantins.

A maré neste rio sobe 42 léguas acima da sua foz: distância, que fenece pouco abaixo da cachoeira Tapaiunacuara.

Na embocadura do Tocantins a cor das águas é verde desmaiada: e elas são muito cristalinas em um copo, e saborosas.

Quem desta embocadura o remonta acha que o seu rumo é a Sudoeste e ao Sul.

As cachoeiras começam a empeçar o rio, de Alcobaça para cima, e denominam-se: a 1ª Tapaiunacuára: a 2ª Guariba: a 3ª Vita a eterna a 4ª Tucumanduba: a 5ª Uerapepoaquima: a 6ª Cunauá: a 7ª Pitaoca: a 8ª Chiqueiro: a 9ª Inferno: a 10ª Furo da Itaboca ou Arrependido: a 11ª Tortinho: a 12ª, José Correa: a 13ª Cachoeira Grande: a 14ª Apinagé: a 15ª Cajueiro a 16ª Capelinha: a 17ª Valentim: a 18ª Mandupixuna: a l9ª Puraquecuara: a 20ª Praia Alta: a 21ª Boqueirão do Tauiri: a 22ª Seco Grande: a 23ª Defuntinha: a 24ª Tauirizinho: a 25ª Mãe Maria: a 26ª Serra Quebrada: a 27ª Seco do Curuá: a qual é o limite comum do Pará e Goiás.

Antes desta série de cachoeiras há uma nominada Cachoeirinha, que demora contígua ao rio Matacurá. Em todas elas nasce um arbustozinho aromático e semelhante ao alecrim na forma com florezinhas pouco brancas. Dão-lhe o mesmo nome de alecrim.

Entre esta cachoeirinha e 1ª cachoeira estão o Paranamiri, ex-povoação, o sítio do Muru lugarete de índios na esquerda do rio o sítio do lugar de São Bernardo da Pederneira na direita, e o sítio do lugar de Alcobaça: entre a 1ª, e a 2ª fica em frente à ilha Arapapá, o sítio em que esteve o Registro de Arroios: entre a 8ª e a 9ª está o rebojo chamado Remansinho, e adiante Remansão: entre a 9ª e a 10ª está a ilha Jutaí e o igarapé Arapari e paralelamente à 1ª a ilha Tocantins: entre a 17ª e a 18ª estão repartimento das Salinas, e o rebojo da Saúde: entre a 19ª e 20ª o rebojo Sumaúma: entre a 21ª e a 22ª o rio Morto, em que estão a praia da Rainha, o lago Vermelho, e o rio Tacaiunas: entre a 25ª e a 26ª estão o Bacabal, São João de Araguaia, e a praia do Tição na direita, Viraçãozinha, e Viração grande (praias de tartarugas) a praia do Embiral e as Laginhas: e entre a 26ª e a 27ª Santo Antônio, ilha Botica, que teve povoação, e que defronta com uma de Apinagés.

Acima da 27ª estão a Carolina Velha, despovoada, as três barras formadas por duas ilhas, o Tauirizinho, Carolina Nova e povoações de um e outro lado.

O riacho Caganxa, supra-referido, é assim denominado porque nele morou um homem deste apelido. Acima dele meia légua jaz uma

ilha chamada Tauayurim, que faz em rio vazio grande praia de área e uma pequena cachoeira: defronta com esta ilha uma terra firme alta, estendida para o Oriente, a que chamam Tapaiunacuara.

O riacho Ipitinga é dilatado, e chega às terras do rio Moju. Pouco acima lhe fica a ilha Arapapá, e próxima a esta a ilha Mauariroca, que tem uma alta pedra, e logo adiante a ilha Uariuacuara, em cuja ponta há uma grande pedra oca, na qual sem impedimento pode entrar um homem. Estas ilhas e a das Antas e a Tucumandeua, todas jazem defronte da praia grande que principia na parte ocidental um quarto de légua acima da ilha do Arco, assim chamada porque antigamente nela acharam paus próprios para arcos de flechar, e tem duas léguas de comprimento. Na extremidade superior desta terra houve uma povoação chamada de Arapari.

O riacho Cunauá vem de serras perto das cabeceiras do rio Moju: entre este e o riacho São Miguel demora a ilha Pitauanoca que tem defronte no rio um poção farto de tartarugas no tempo delas.

O riacho Macauan é dilatado, e dá no rio Moju segundo dizem.

O riacho Caraipé está uma légua acima do sítio em que esteve o Registro de Alcobaça: tem cachoeira.

O riacho Pucuruí tem uma grande cachoeira, e divide-se em dois um para o Sul e outro para o Ocidente: deste há quem diga que vai às cabeceiras, do Pacajás.

O riacho Água da Saúde tem este nome não só dos antigos, mas ainda dos gentios, que também lhe prestam tal fé que tendo eles alguma enfermidade grave por mais distantes que morem ali se vão lavar, e dizem que tornam a recuperar a sua antiga saúde.

Acima da ilha dos Cocos principia a do Tocantins, e defronte desta está outra quase toda de pedras, tendo somente os canais por onde devem passar as canoas; que por isso se lhe chama furo de Itá-uoca, que é o mesmo que dizer na língua geral racha ou vão de pedra: hoje dão ao dito furo – em lugar deste nome o de Itaboca. Tem quatro canais: o 1º fica encostado à terra firme na parte ocidental, e tem o nome de furo dos Mineiros: o 2º chama-se o Frechal por ter defronte um frechal em que dão as correntezas: o 3º chama-se dos Capitarís por ter uma porção de tartarugas machos a que dão este nome: o 4º denomina-se Tapera dos Padres da

Companhia, por ficar vizinho ao estabelecimento, que tiveram estes religiosos naquela parte da margem oriental do Tocantins.

O rio Araguaia tem quatro cachoeiras entre a sua foz e os Carajás muito abaixo da ilha de Santa Anna: todas têm canal, e ficam anegadas no tempo das águas.

A primeira notícia moderna deste rio foi dada pelos ditos Carajás ao General Governador do Pará Dom Francisco de Souza Coutinho em 1792 quando os atraiu à cidade e os mandou acompanhar até à sua povoação para os preservar de insultos dos outros Gentios, e para certificar-se do que informavam e prometiam.

Pelo que diziam os mesmos Carajás julgava-se o Araguaia impraticável mas depois por meio de Thomaz de Souza Vila Real se soube que da última Povoação dos Carajás para cima não há mais obstáculo, e que até o rio tem mui fraca corrente, pelo que mais facilita a sua subida.

Segundo o dito Thomaz de Souza são 48 léguas de Alcobaça à foz do Araguaia, desta à primeira Povoação dos Carajás 61, e desta à foz do rio Vermelho 211: vindo a ser de 320 léguas a total distância de Alcobaça à foz do rio Vermelho: a cuja distância unindo-se 50 ou 60 léguas, que será pouco mais ou menos distante Alcobaça da cidade do Pará será conseqüentemente de 400 léguas a navegação do Pará ao rio Vermelho: abaixo do qual desembocam o rio dos Ferreiros e o Crixá no braço oriental Araguaia chamado Bananal, que é todo destituído de cachoeiras.

São vistosas as margens do Araguaia pelas serras mais ou menos afastadas, pelos igarapés, que dirigem a grandes frechais, que não da natureza das que usam os índios domésticos, mas de umas a que chamam Camayuua, e pelas campinas abundantes de Mangabeiras. Ali se acham pedras brancas, que imitam as de Cantaria:

Da foz do Tocantins ao Registro de São João de Araguaia decorrem 84 léguas; e da mesma foz à primeira cachoeira 44: a diferença das referidas distâncias é o espaço espinhado de penedias até ao dito Registro.

São risonhos os horizontes, e salutíferos os ares na maior parte deste rio.

As ilhas não diferem da terra firme na pasmosa disposição para todo o gênero de lavouras: em toda a parte é admirável a fertilidade, que a natureza espontaneamente oferece: dessas ilhas a mais ampla e

mais opulenta de animais de volateria e montaria, e de árvores úteis é a chamada Tocantins.

Nas praias de fina área, e junto às cachoeiras jazem pedras exalviçadas belamente betadas, pedras pretas, alvas, verdes, amarelas que dão o nome de Itacoan, e todas estas diferentes pedras mui resplandecentes; e também cristais brancos, e ouro nas taliscas de algumas cachoeiras, e até mesmo na língua d'água no período do refluxo do rio.

Todo o rio e os lagos das suas ourelas são extremamente piscosos.

O primeiro missionário, de que a História faz menção haver entrado neste rio, foi o Padre Capucho Frei Christovão de Lisboa em 1625.

Em 1669 Gonçalo Paes e Manoel Brandão giraram e correram as terras do Tocantins ate à foz do Araguaia, esquadrinhando minas de ouro ou prata.

Em 1673 um Mestre de Campo Paulista chamado Pascoal Paes de Araújo, é cabeça de uma Bandeira, que formou à sua custa, desceu o Tocantins na diligência de cativar os Guarajús. O Governador do Pará Pedro Cezar de Menezes, atendendo ao seu pedimento de proteção mandou a socorrê-los o Capitão Francisco da Mota Falcão, mas sem ordem explícita bater a bandeira do Mestre de Campo. O dito Capitão regressou com um descimento de Tupinambás feito sem a menor prema.

Nos princípios de l675 "remontou o Tocantins até às terras dos Guarajús o Padre Antonio Rapozo Tavares vindo de Lisboa cometido da inquisição do mesmo rio e da pesquisa de metais preciosos. Tornou à cidade depois de padecer fadigas trabalhosas e estéreis.

De ordem do Governador do Pará Bernardo Pereira de Berredo remontou o Tocantins em 1720 o Capitão Diogo Pinto da Gaia a explorar o rio Araguaia: em cuja exploração ele não transcedeu um cento de léguas.

No ano de 1721 o jesuíta Manoel da Mota vagou o Tocantins até passar o boqueirão do Tauiri e penetrar o rio Tacaiunas para missionar tanto os silvícolas de quem este rio assume o nome, como os Guaranizes.

O primeiro registro da navegação do Tocantins foi estabelecido em 1782 pelo Governador do Pará José de Nápoles Tello de Menezes: cujo registro foi plantado coevamente com um lugarete denominado Alcobaça na margem direita em sítio citerior da 1ª cachoeira, e tinha

a incumbência de evitar os extravios do ouro de Goiás, as fugas dos escravos de Cametá, desviar as agressões dos Silvícolas Timbira, Carajá, Apinagé, Gavião, e refocilar os viandantes. Junto dito lugarejo estava construído pelo Major Engenheiro João Vasco Manoel de Braun um forte de fachina com o apelido de Nossa Senhora de Nazareth cavalgado de seis peças de artilharia do calibre menor que o mediano.

Em 1797 o ajudante do regimento da cidade Joaquim José máximo de ordem do General Governador do Pará Dom Francisco de Souza Coutinho começou em junho do dito ano a estabelecer junto à grande cachoeira da Itaboca um novo registro, reunindo a ele os moradores da Pederneira e Alcobaça, depois de demolir o sobredito forte anexo ao segundo destes lugares: mas achando na designada situação inconvenientes físicos árduos de esvaecer passou com o assentimento do Governador a colocar o registro para baixo daquela cachoeira na margem adjacente ao igarapé Arapari e fronteira à ilha Tucumanduba. Pouco tempo depois novas ordens o fizeram transmutar o registro para uma ribanceira de mais de cinco braças de altura na margem direita do Tocantins entre o seco do Bacabal e a praia do Tição, onde tem à vista a foz do rio Araguaia, e dar-lhe o nome de São João de Araguaia.

O dito rio Araguaia tem a foz entre Leste e Sueste, barreiras brancas dentro dela.

Com a enchente são invisíveis as praias, algumas coroas e quase todos os recifes: e com a vazante são as correntezas perigosas por estarem as pedras insubmergidas, e muitas à flor d'água excetas as cachoeiras principais, que em todo o ano se manifestam.

O tempo mais oportuno para subir parece ser logo depois da Páscoa, e para descer o da maior cheia.

LISTA HIDROGRÁFICA II

Rios e riachos que se aglomeram com o rio Amazonas.

Margem direita ou Meridional

Tajupuru: canal composto de ilhas jacentes entre a Ilha Grande de Joannes e a terra firme que corre para Gurupá: a posição geográfica da boca deste canal é o paralelo austral 55' cortado pelo meridiano 326° 10' a sua direção é ao oessudoeste e está fronteira a umas ilhas estantes a uma légua de distância que correm quase de Norte a Sul: a outra boca está da banda dos Breves, e no rumo de nor-nordeste. Da dita boca do mesmo canal à dos Breves são 33 léguas, e à cidade 75. É por este canal que saem no Amazonas as canoas que navegam da cidade do Pará para os povos do mediterrâneo da Província.

Marajó-miri: riacho.

Miritíteua: dito.

Pucuruí: dito.

Singu: rio. Veja-se a Lista III.

Urucuricaia: braço do Amazonas que conflui com a boca do Xingu.

Aquequi: braço do Amazonas, que dez léguas abaixo do canal Mauari-ajurapára se introduz pela terra

Margem esquerda ou Septentrional

Matapi: rio ao sul da praça de Macapá, e pouco acima dela: é povoado de broncos silvícolas: tem cravo, cacau, breu, estopa, e outras mais drogas naturais.

Anauarapucu: rio dirigido de um dos lagos da Guiana Brasileira pouco alongado do berço do rio Oipoque: tem salsa, cacau, breu, estopa e muita madeira de macacaúba.

Mituacá: rio.

Cajari: rio.

Maracapucu: rio que tem as mesmas produções naturais precedentes.

Jari: rio penhascoso e abundante de várias produções naturais: e de maus ares: os mesmos Aruaquizes habitantes das suas vertentes não se animam a descê-lo senão em tempo calculado e raras vezes.

Baquiá: rio.

Muruxana-tuiupeteua: riacho.

Uassacuera: riacho.

Mararu: rio.

Murumurupucu: riacho.

Sarapoé: rio.

Margem direita ou Meridional

firme, e vai sair na margem ocidental do Xingu fronteira à da Vila de Porto de Mós: neste Aquequi deflui o rio Jarauú, que corre paralelo ao Xingu, e que é cataratoso e piscoso e farto de cravo.

Uruará: rio que tem extensos lagos.

Curuá: rio.

Tapajós: dito. Veja-se a Lista IV.

Topinambaranas: rio, cuja foz demora na latitude austrina de 2º 51' e na longitude de 321º 9': ele corre do sul para o norte pelas terras que medeiam entre os rios Tapajós e Madeira: as suas matas são produtoras de cravo, cacau, salsaparrilha, guaraná, óleo: há nele um lago nomeado Uaicurapá, que é piscoso.

Andirás: rio de curso paralelo ao Topinambaranas.

Massari: rio, cuja direção é semelhante à do precedente.

Maué-miri: rio.

Urariá: braço do Madeira, nele desembocam os rios Maué-uassú, Apoquitiba, Abacaxis, e Canumá: no maué-uassú defluem pela sua margem direita os rios Caraui e *Urupari*: e do Canumá parte uma comunicação para o rio Madeira a qual sai na margem oriental deste

Margem esquerda ou Septentrional

Cujuba: dito.

Macaco: dito.

Tocré: rio, que se debruça das serras do Parú, dispostas em forma de cordilheira, cuja direção é no rumo de oessudueste, segundo o qual buscam o continente do Cabo do Norte: tem veação, e salsaparrilha, cacau, castanha, breu.

Tupanaquera: riacho.

Ucarapari: rio.

Parú: dito. É o único que tem nome daquela serrania de formidável grandeza.

Urubucuara: braço do Amazonas, que entra pela terra dentro ao noroeste e a 7 léguas de distância difunde-se formando vários lagos sobre dilatada planície da cordilheira do Paru: estes lagos são por extremo piscosos, e se convertem, no inverno, em um extensíssimo e profundo: nos mesmos lagos tanbém, vivem muitas cobras, sucurujus, jibóias, bóia-ussus.

Gurupátuba: braço do Amazonas semelhante ao precedente, e como este forma lagos, porém mais amplos.

Cuieiras: igarapé do qual assume o nome a costa em que ele descarrega

Margem direita ou Meridional

rio 30 léguas arriba da Vila de Borba.

Madeira: rio. Veja-se a Lista V.

Uautás: rio populoso de Muras e comunicado com o Madeira por um canal à Vila de Borba: tem duas bocas, a inferior 2 léguas acima da ponta de terra baixa ao ponente da barra do Madeira e a superior 23 léguas acima da inferior.

Ararabá: riacho que forma um lago amplo.

Purus: rio opulento de cacau, salsaparrilha, oléo, tartarugas, peixe-boi; as sessões invadem os que intetam colher estas e outras produções suas. Ele é de água branca: as margens em grande parte são campinas, onde se vê muito mais mandioca: despenha-se de umas serras do norte de cusco, antiga capital dos infortunados Incas: tem 5 bocas - 1ª que é a principal desta duas léguas para cima do sítio Guajaratiba e a sua posição geográfica é paralelo asutrino 3º 45º cruzado pelo meridiano 316º30º; a 2ª é conhecida pelo nome de Paratari: a 3ª chamada Cochiuará é afastada 6 léguas de lá, tem pedras, muito pescado e

Margem esquerda ou Septentrional

sua águas: é perigosa esta costa por ser sem acolhida para as borrascas, e qualquer vento encosta as canoas à terra e facilmente se alagam e perdem: o dito igarapé é o único asilo que há nesta paragem do Amazonas, a qual se costeia correndo em rumo de Sudoeste e Sul.

Catauari: rio.

Surubiú: dito. Ele tem duas embocaduras, pelas quais entorna as águas oriundas de umas serras isoladas, formando na planície a elas contígua um máximo lago muito matizado de ilhas e algumas que têm campinas.

Curuamanema: rio.

Trombetas: dito. Ele tem a entrada ao nordeste: é cataratoso e povoado de silvícolas: as suas matas são abundantes de paus preciosos e com especialidade de Murápinima. A posição geográfica da sua foz e o paralelo austral 1º 39' cruzado pelo meridiano 322º 7' 30''.

Nhamundá: rio que os antigos indígenas chamavam Cunuriz. Ele é o limite comum das comarcas do Pará e rio Negro: tem duas bocas, das quais a inferior dista 6 léguas

Margem direita ou Meridional

tartarugas: a 4ª é denominada Coyuana e dista 6 léguas acima da 3ª: e a 5ª apelidada Aruparaná demora na enseada do Camará.

Camará: rio paralelo ao Purus.

Mamiá: rio de água escura e fértil em cacau. Pouco antes de chegar a este rio jazem as ilhas que habitaram os Jurimauás e que bom acolhimento praticaram com Pedro Teixeira, na sua tornada de Quito ao Pará.

Coari: rio de água preta na aparência. É farto de peixe e de tartarugas, que soterram os ovos em belíssimas praias de areia alva e limpa; as matas têm salsaparrilha e oléo de cupaúba. Unem-se a este rio, pelo ocidente para formar uma grande bacia pouco acima da sua foz, os rios Urucúparaná e Arauá: a dita foz demora na latitude austral 4º3' e longitude 314º18'. Acima da mesma foz estão as ilhas Jurupari e Juçaras, onde constantemente fazem as tartarugas o seu desovamento e por isso ali se faz anualmente muita manteiga.

Uariaú: riacho.

Cuanu: dito.

Margem esquerda ou Septentrional

do rio Trombetas e a superior 14 léguas da inferior e está na latitude de Sul de 2º 16' e na longitude de 321º 12' 30''. É semelhante ao rio Surubiú em formar um lago como os de Gurupatuba e Urubuquara: em comunicação com a boca do rio Trombetas por um braço, que não freqüentam pelo receio de cair em um rilheiro a que dão o nome de Caldeirão. Foi na boca deste rio que Francisco de Orellana se viu acometido de uns homens naturais e próprios indígenas da terra acompanhados de suas mulheres e pela varonil intrepidez delas mudou ao rio da sua navegação o nome de Orelhana que primeiramente lhe dera, para o de Amazonas; lembrando-se dessas célebres habitadoras das ribeiras do Termodoonte.

Cararaucu: rio do qual assumem o nome umas alterosas barreiras na adjacência da sua foz.

Uatumá: rio de água preta que corre quase de norte a sul: na sua foz há uma impetuosa corrente. Defluem neste rio pela margem esquerda 5 léguas acima da foz o

Margem direita ou Meridional

Catuá: rio, que logo acima da costa do Mutumcoára corre entre outeiros abundantes de salsaparrilha.

Taruá: igarapé. Entre ele e o Catuá as terras da margem são baixas e cheias de cacaueiros.

Camuçuá: riacho.

Giticaparaná: dito.

Itauarana: dito.

Caiamé: rio caudaloso. Tem cacau, salsaparrilha, pirarucu e outros peixes de extrema grandura.

Pupunha: riacho.

Genipava: dito.

Senembyparaná: dito.

Tefé: rio majestoso de alvíssimas praias, desce do sul para o norte. Uma embarcação grande pode navegá-lo pelo tempo de dois meses. Tem salsaparrilha e cacau; é piscoso; as terras são fecundadas e os campos aptos para manadas. A sua foz está na latitude austral de 2º16'30'' e na longitude de 312º39'.

Urauá: riacho de água escura. São excelentes as suas terras para mandioca e outras plantas.

Cupacá: lago de ampla boca: as águas são pretas, comunica-se com o rio Juruá e é abundante de cacau, salsaparrilha e óleo de cupaúba.

Margem esquerda ou Septentrional

rio Jatapú com o rio Capúcapú, que lhe entra pela margem direita e 35 léguas acima da confluência do Jatapú o rio Pirápitinga pela mesma margem esquerda. Os bosques do Uatumá são ricos de cravo, guaraná, breu, óleo de cupaúba e também de insetos inúmeros, este mesmo caráter de abundância natural tem os rios seus defluentes e deles o Jatupu encerra uma corpulenta catadupa 36 léguas acima da sua foz e muitos broncos silvícolas.

Saracá: lago jacente 9 léguas além da margem e que se entorna no Amazonas por seis diversos canais na extensão de 13 léguas e meia; pelo sexto canal chamado Arauató resvala também o rio Urubu e no mesmo lago desemboca o rio Anibá. Ao 5º Canal chamam Aibu. O Urubu é difícil no apanho das drogas silvestres pelas cachoeiras e gentios que tem. O Anibá é farto de peixes e apresenta mais insetos e morcegos do que vegetais prestantes.

Matari: rio com duas bocas, a superior afastada por entre ilhas 5 léguas da inferior demora 6 léguas abaixo da ponta de pedras

Margem direita ou Meridional

Yautó: igarapé.

Acaricuara: rio, que tem duas barras: a primeira dá o nome de Camadu e a segunda demora junto de um pequeno lago acima da boca do lago Sauiá. Na adjacência superior da primeira barra corre o canal de Maicoapani, cujas margens são fertilíssimas de cacau e o mesmo canal copioso de peixe-boi.

Baré: riacho.

Sauiá: lago.

Juruá: rio que volve das propinqüidades de Cuzco, dirigindo-se do sul ao norte com uma undação dilatada e impetuosa. São pretas as suas águas; é penhascoso; tem salsaparrilha e cacau; nele há uns silvícolas chamados Cauánas que parecem anões, pois são de tão curta estatura que não passam de 5 palmos verticais; há também outros silvícolas denominados Uginas, que têm rabo de 3 a 4 palmos, assim o recontam muitos; o crédito porém que aplicar se lhe deve à discrição do judicioso fique. A posição geográfica da foz deste rio é o paralelo austral 2º45' cruzado pelo meridiano 311º36'. Por ele subiu a capital do Peru

Margem esquerda ou Septentrional

Puraquecoara (buraco dos Puraqués). Nesta ponta são perpétuas, grandes correntezas.

Negro: rio de cuja foz para cima chamam ao Amazonas, Solimões. Veja-se a lista VI.

Uariaú ou *Guariboca*: furo 6 léguas acima da foz do rio Negro, que dá trânsito às canoas grandes do Solimões para o rio Negro na estação das chuvas.

Manacapuru: rio de água preta que tem lagos piscosos, salsaparrilha, cacau, óleo de cupaúba. Antes de chegar a este rio jaz o sítio dos Caldeirões, em que há plantações de café, que são da nação e logo acima do mesmo rio está o pesqueiro de tartarugas e peixes para a tropa da barra do rio Negro. Também antes de chegar a este rio atua uma correnteza por extremo rápida.

Uanuri: riacho

Piriquitos: dito.

Mauaná: dito,

Guanamá: dito.

Maroimtiba: dito.

Cudaiás: lago que por duas bocas se descarrega no Amazonas. Neste

Margem direita
ou Meridional

em 1580, tendo descido pelo Jutaí, o General Pedro de Ursua, Cavalheiro Navarrez, 2º descobridor do Amazonas, de ordem do Vice-Rei Marquês de Canhete, para explorar minerais, frutos e silvícolas do Alto Amazonas.

Juraí: riacho.

Caiarás: dito de pequeno curso. É melancólico.

Umanapiá: riacho.

Campina: dito, que nasce de um lago e serpeia por uma grande campina até desaguar no Solimões. No dito lago, dizem haver medonhas serpentes.

Gurumati: riacho.

Puruini: dito.

Manaruá: dito.

Icapó: dito.

Mujuitiba: dito. Na sua contigüidade colhem os viandantes frutos das árvores, que plantou a povoação de Fonte Boa quando ali existiu.

Jutaí: rio de vasta boca, da qual a posição geográfica é o paralelo austral 2º36' cortado pelo meridiano 310º46'30". Ele paralelamente ao Juruá debruça-se das serras de Cuzco para o Norte, junto às quais há campinas amplas e

Margem esquerda
ou Septentrional

lago entram as águas do lago Atiuini, ele é abundante de salsa.

Tininga: rio.

Juçaras: braço do Solimões reputado vulgarmente. 2ª boca do Japurá.

Carapanatuba: furo.

Amaná: lago que por duas bocas esparge ao Solimões as suas águas. Este lago comunica-se com o lago Aiamá, que está para o centro, e com o Cudaiás.

Copeiá: braço do Solimões reputado. 3ª boca do Japurá.

Uananá: braço do Solimões vulgarmente tido por 4ª boca do Japurá.

Japurá: rio. Veja-se a lista IX.

Manhana: braço do Solimões, que se comunica com o Auatiparaná. Ele é espaçoso e parecido a um rio de undação sossegada, as suas águas são enfeitadas de arvoredos, que lisonjeiam agradavelmente a vista.

Uaranapu: braço do Solimões, que se comunica com o Japurá, dando-lhe a cor das suas águas.

Auatiparaná: boca de comunicação do Solimões para o Japurá, acima deste há outra mais ocidental e entre ambas faz a costa chamada Mina. Na dita boca mais ocidental

Margem direita
ou Meridional

tosadas de gado vacum. As águas são cristalinas e gostosas apesar da sua cor aparente ser escura corre placidamente a sua volumosa undação. Pouco acima da foz há muita salsaparrilha.

Capatana: riacho.

Maturá: dito. Junto a ele esteve antigamente uma aldeia de Caiuvicenas, os quais receberam do Governador do Pará Alexandre de Souza Freire a punição que mereciam pela morte que deram ao seu missionário.

Muturacupacá: riacho.

Patiá: dito.

Iauivira: dito.

Acurui: dito. A sua água é na aparência escura, mas na realidade é cristalina e excelente.

Jandiatiba: riacho.

Comatiá: rio de água preta. Habitam nele os silvícolas Colinos, que são velocípedes; na foz deste rio a terra oriental que é alta, e a oposta que é baixa, fazem um belo prospecto.

Pacuti: riacho.

Macapuana: dito.

Juruparitapera: dito.

Janaiatuba: rio.

Margem esquerda
ou Septentrional

os geógrafos da demarcação de limites erigiram em 1781 um padrão.

Taracuatiba: riacho.

Tijucupaba: dito.

Caquixana: dito. A sua boca demora entre barreiras encarnadas.

Tunantins: rio pequeno, mas habitado de vários silvícolas.

Itaqui: riacho que rega terras férteis.

Içá: rio. Veja-se a lista X.

Caninitiba: lago.

Xomana: riacho.

Quiriá: dito.

Suacá: dito.

Amaniatuba: rio fronteiro à Vila de Olivença.

Igarapé que conduz à Tabatinga.

2º dito.

3º dito.

Margem direita
ou Meridional

Javari: dito. É caudaloso e corre de Sul ao Norte; tem a foz na latitude austral de 4°18' e na longitude de 307°54'. É penhascoso e farto de cacau, salsaparrilha; nele encravaram um padrão em 1781 os geógrafos da demarcação de limites e acima deste padrão na margem oriental do rio termina a divisão limitrófica da província com os Hispano-Americanos pelo Sul, cuja divisão é tirada do ponto médio do Madeira na direção verdadeira de leste-oeste.

Nota

O rio Amazonas brota nas fraldas da altíssima cordilheira que extrema o território dos Quixos do território da cidade de São Francisco de Quito e depois de receber o rio Ucaiale rola para o Levante atravessando os fragosíssimos rochedos inferiores do empinado sistema Andes. Ele se desafoga e pára nas longas águas atlânticas, engolfando-se nelas muito inclinado ao rumo do Norte por uma só boca malhada de numerosas ilhas debaixo da zona equinocial, onde a dita boca considerada entre a ponta de Mauari na Ilha Grande de Joannes e a foz do rio Arauari afastada 32 léguas de Macapá tem 56 léguas e 2/3 de amplitude, ou 65 considerando-se a mesma boca entre o Cabo do norte e a dita Ponta de Mauari.

A extensão de sua carreira desde o ponto em que se abisma no amplíssimo bojo do oceano até ao lugar de São Francisco Xavier da Tabatinga, meta ocidental da província, é de 544 léguas. A direção em geral desta carreira é no rumo Leste e aos lados dela faz o rio giros ou excursões já para o Norte já para o Sul, e destas a mais austral é onde tem barra o Javari.

Toda a costa desde a praça de Macapá até ao rio Oiapoque consta de 98 léguas, a cujo número assomam os intervalos seguintes: de Macapá ao rio Carapanatuba 3 léguas; de Carapanatuba ao rio da Pedreira, 5; deste rio ao rio Arauari, 24; de Arauari ao rio Maiacaré, 37 1/3; de Maiacaré ao rio Calções Calçoene ou Vicente Pinzon, 2 1/3; de Calçoene ao rio Quanani, 6; do Quanani ao rio Cassipuré, 22; e do Cassipuré ao rio Oiapoque, 8 1/3.

Da boca, do rio Negro para cima dão ao Amazonas o nome de Solimões: esta parte superior assim nomeada e tida erradamente pelo Memorista Monsenhor Pizarro, Tomo IX, pág. 126. Nota 46 como uma província que forma um governo subalterno do Pará. O Solimões é parte integrante da província do rio Negro, hoje comarca do mesmo nome.

As correntes são esbranquiçadas turvas e imundas e a sua velocidade é de 4.645 braças por hora. À vista desta rapidez julgue-se quão descansada e apresurada descera uma canoa posta na veia do rio sem vela nem remas, levada só do tesão da corrente como em ombros alheios e quanto afanosa será a sua navegação a remo água arriba.

Este rio com o seu grossíssimo cabedal de água doce ufano empuxa para muito longe a do oceano e nunca as suas águas são mescladas com as salgadas pela enchente da maré.

É apertado o seu curso em quatro paragens: a 1ª no território dos Hispano-Americanos interior da cidade de Borja, que é um serro penhascoso de 13 braças de largura e de 3 léguas de extensão, ao qual dão o nome de Pongo, que no idioma dos Mainas quer dizer porta; a 2ª na Tabatinga, derradeiro povo do Amazonas na fronteira do Pará com o Peru, onde a margem oposta se acha dentro da jaculação de uma espingarda do adarme da Infantaria; a 3ª na costa do Canária formada de terras altas e rochedos toldados de matas frondosas; e a 4ª em rosto da Vila de óbidos, onde pela disposição daquele terreno tem mil braças de largura e um légua de comprimento; que neste espaço se possa achar a profundidade do álveo porque bebe mais de 300 braças de sonda.

Pela amplidão admirável de suas correntes estão espalhadas enúmeras ilhas de diversa grandura, na maior parte, inundadas quando o rio nas cheias de inverno incha em cabedal.

As ilhas Mixiana, Caviana e Aramaçá sobrepujam muito as outras em magnitude: a primeira tem 14 léguas de longor; a segunda, 15

2/3 e ambas pertencentes ao arquipélago da foz, e a terceira, 6 léguas de comprimento, jacente no espaço compreendido entre a Vila de Olivença e o rio Javari, nela produz sem cultura a natureza grã cópia de cacau. Outras ilhas cujas diversas produções oferecem à vista, em todo o tempo, espetáculos variados, ali se acham risonhas e majestosas perspectivas da natureza, que acendem a imaginação e que entretêm a alma, em uma espécie de contínuo entusiasmo e lhe proporcionam infinitos gostos. Há outras amicíssimas pelas vistosas praias e pela graciosa verdura de árvores diferentes entremeadas de ambaubeiras e junto d'água florescentes arbustos e vários frútices tudo disposto em elegante ordem e outras despidas de bosques, acobertadas em partes de floridos canaviais e em partes de grupos de ambaubeiras com seus claros tapizados de cana brava de um verde primoroso e de ervas e plantas de recendente cheiro. Além destas, há outras de pedra em forma de colinas ao longo da costa adjacente à parte superior da Vila de Almeirim, entre as quais se abaliza a Velha Pobre, assim chamada por ser toda calva de erva.

As margens deste rio constam de singulares barreiras, de pântanos de terras baixas e alagadiças, de alterosas ribanceiras e de matos em algumas paragens tão espessos, que esquivos a todo o raio do Sol, apenas algum clarão de escassa luz lhe penetram.

Tudo quanto ale patenteia em toda a sua undação maravilhosa contenta os olhos de quem lhe sulca as ondas, os seus quadros banham de singular recreio o observador não nos dias em que o se nega aos olhos escondido e coberto de nuvens conglomeradas, mas nos dias em que ele se deixa ver claro e formoso com toda a pompa de seus raios.

Neste rio sem parelha encara-se um bosque denso de árvores longevas de estatura remontada às nuvens, de árvores que reúnem com a beldade uma fragrância, que enche de suavidade o olfato: de árvores que de ordinário estão cobertas de patos bravos e de outras aves, que causam impressão risonha e de árvores florescentes e abundantes de glúten nas quais as abelhas fabricam imensa quantidade de mel. Vê-se que ele aceita o rico feudo de numerosos rios caudais, vê-se grande copiosidade de espécies piscativas e de caça do mato e vê-se grande multidão de pássaros de gentil plumagem, de insetos papilionáceos muito loucas e de vegetais, uns que são o mimo dos sentidos e outros que são o cavo das precisões da vida.

Se nas mesmas margens se encontram muitos espaços embarcados de vultosos troncos e ramos de árvores ou arrojadas ao rio por furacões desatinados ou arrunhadas da terra que desaba continuamente em grandes porções e outros cheios de árvores de maravilhosa celsitude, que ameaçam momentânea queda, porque o terreno está pouco estável, as raízes descarnadas e a água escavando diariamente, assim o estão indicando, também há espaços em que muito se empolam as escarpadas barreiras vermelhas e amarelas de cararaucu, caquixana, aucruuité e mutumcoára, reveladas pela frondosidade dos bosques, que coroam os seus cabeços e aparecem vistosos canaviais que os indígenas fabricam as suas flechas; e há outros espaços compostos de alagadiços cobertos de cana brava junto d'água, tendo por detrás terras altas e ervosas com malhas de arvoredos e solvas e outros ornados de sublimadas e gentis sumaumeiras, mongubeiras, tucuns, açaizeiros e de árvores que são a aristocracia da vegetação e vê-se as lindas enseadas do Camará, do Uarumandiba, acostado Uaratapera, que toda se desfaz em cacau, a costa de Tauaná toda de terras eminentes e distintas pela soberba pompa de cacauzeiras, a costa da Tabatinga, a do Mutumcoára de altas e formosas barreiras, a costa, Mina, a do Canária e os canais Urariá, Uaquiri, Ji-paraná, Andirá Maicoapaní, Tarara, Eviratiba, tudo de aprazível prospecto e de sa fertilidade das terras e abundância de pesca e caça. Em país de tanta bondade, com recheio de toda a casta de frutos, pode-se facilmente mandar em degredo à misérrima indigência.

Há no meio do rio coroas de areias, a que chamam praias; elas são visíveis totalmente no tempo da vazante, que aponta em setembro, sendo a maior força da enchente em maio, então estão rodeadas de marrecões, patos, mauaris, mutuns, gaivotas; marrecas, tutujús, cararás e abastadas em ovos das gaivotas e em ovos de tracajás e tartarugas. A primeira destas coroas que vê quem remonta o rio, e a que demora seis léguas acima do rio Trombetas e são muito espairecidas são as de coanipiti, de tarará e araçatiua.

A natureza distribuiu de tal sorte os rios que emborcam as suas águas no Amazonas, que por eles se pode ir a muitas partes do continente americano meridional, as mais notáveis destas comunicações fluviais são as do Amazonas para o arquipélago Antilhano e para o rio da Prata. O caminho, que guia ao primeiro ponto é o rio Negro, o Cassi-

quiari e o Orenoco e o que dirige ao segundo é o Madeira, o Guaporé, o Alegre, o Aguapeí com o permeio de um curto trânsito terrestre deste para aquele, o Jauru e o Paraguai.

A serra Aguapeí que jaz na latitude austrina de 16°3' na longitude de 318° 30' é o berço do rio Alegre, que deflue no Guaporé na parte ulterior da cidade de Mato Grosso e também o é do rio Aguapeí, que deflui no Jauru confluente do Paraguai nas abas desta serra e ao nascente dela há só uma lagoa de intervalo entre os rios que dali se debruçam e é este espaço o que interrompe o caminho aquoso do Amazonas ao Prata. Este intervalo o Governador de Mato Grosso Luiz de Albuquerque intentou em 1773 dispô-lo de modo que ficasse cômodo para o comércio e a capital de Mato Grosso, fazendo subir as águas do Aguapeí varadouro distante uma légua abaixo das duas cachoeiras de que despenham os dois rios nascidos da já dita serra. Este trabalho não abarbou o fim proposto.

Perigos e afano custoso abrangem a navegação deste rio água acima. Multiplicadas as impetuosas correntezas fazem avagarar a subida e para vencer a remo menos agramente o seu furibundo impulso é necessário aproximar mais a canoa da margem, a qual a espaços segundo o seu estado não desluz todo o receio. As baixias e restingas de que é alastrado o fundo em algumas partes, não permitem muitas vezes bater o remo, é preciso então passar a canoa, as varas, cujo meio também é necessário para surdir avante a embarcação ao rodear as praias de algumas ilhas e se o fundo é baixo saltar em terra, e atando uma corda ao mastro puxar por ela.

As árvores, que as correntes trazem, infundem grande cuidado porque o seu embate causa tais movimentos à canoa que a faz dar. Nos paus ocultos junto da margem, também se engasga a embarcação e se algum está de ponta para ela fá-la naufragar. A freqüência de tempestades acompanhadas de trovões e repelões de vento faz correr as canoas sumo trance e verem-se a pique de se estroncarem com os paus ou de se perderem quebrantadas nos baixos e sirtes se não existisse o magno encadeamento de ilhas, as quais convidam os navegantes afiançando marítimo regresso.

A todos estes perigos se ajuntam as invasões de numerosas coortes de insetos mortificantes carapaná, pium, marium e mutuca.

O Amazonas é navegável para canoas possantes desde a foz até Jaen de Bracamoros.

As fauces deste espantoso rio tiveram o nome de mar doce que lhe deu Vincente Pinson depois de ter embocado o rio Calções, do qual ele atribuiu o seu nome, que ainda hoje aparece em alguns mapas.

Nos dias de El-Rei Dom João III, deu vista também das mesmas fauces o aventureiro Luiz de Mello da Silva, filho do Alcaide-Mor de Elvas, tendo-se desgarrado com o tempo da sua derrota em Pernambuco.

Os indígenas chamavam ao Amazonas – Paranauassu.

No alto Peru os espanhóis aplacaram-lhe o nome de Maranhão julgando que assim ficaria entalhado na memória o apelido do seu conterrâneo que o descobrira. Francisco de Orelhana no começo de sua deserção da expedição de Gonçalo Pizarro impôs seu apelido ao Amazonas e depois de ter sido atacado defronte da boca do rio Nhamundá pelos silvícolas acompanhados de suas mulheres, o nome que lhe dera trocou pelo Amazonas por achar analogia entre estas habitadoras das ribeiras Taermodoonte e aquelas mulheres selváticas.

Entrou neste rio em 1623 o Capitão Luiz Aranha de Vasconcellos para o sondar e reconhecer os sítios ocupados pelos holandeses, ingleses e franceses.

O primeiro resgate de escravos indianos praticado no Amazonas foi em 1627, pelo Capitão Pedro Teixeira, de ordem do Capitão-Mor do Pará, Manoel de Souza de Eça.

O Protonauta do Amazonas a Quito foi Pedro Teixeira, em 1637, sendo encarregado do descobrimento deste rio até a cidade de São Francisco de Quito, no Peru, com essa viagem e com o que nela obrou abriu ao seu nome perene fonte de ingente glória. A luz deste seu feito não se extingue com o sopro dos séculos.

O primeiro convento erguido neste rio em 1645, pelos religiosos do Carmo, que o fabricaram em Gurupá, onde desde 1632 já existia a primeira freguesia que se estabeleceu no mesmo rio.

A quadra das chuvas principia no alto Amazonas em maio.

Todos os rios mencionados na Lista II e nas suas subseqüentes assomam ao número de 389 e é este o dos rios de nome conhecido de que o Amazonas é o receptáculo natural dentro da plaga paraense.

LISTA HIDROGRÁFICA III

Rios e riachos que embocam no rio Xingu

Margem direita ou Oriental	*Margem esquerda ou Ocidental*
Curauatá: riacho	*Umarituba*: rio
Arapari: rio	*Ará*: dito
Tamanduá: riacho	*Tucuraui*: dito
Acaí: rio	*Acaraí*: dito
Maruá: dito	*Piri*: dito
Maxipana: dito	
Maxuacá: dito	
Tucanacoára: dito	
Turumiri: dito	

Nota

O Xingu tem o seu berço ao norte das vertentes do Cuiabá na latitude de 12º 42' e na longitude de 323º. A sua direção é do sul ao norte entre o Tocantins e o Tapajós, seus paralelos, entre si e o Tocantins os rios Pacajás e Uanapú também paralelos. A sua foz jaz na latitude austral 2º 7' e na longitude 325º 30'.

São deliciosos os horizontes, e formosa e agradável a foz deste rio; ele rola com rapidez e acaba no Amazonas com grande largura e profundidade.

As suas águas na superfície têm a cor ferruginosa; feridas pelo remo mostram-se cristalinas; e nas margens são diáfanas de maneira que em uma braça de fundo se percebe o que está nele.

Do rio Arapari para cima até a primeira cachoeira existem ilhas; e algumas com boas praias onde vão aquáticas tartarugas encovar

os ovos. Quando com as chuvas incha o Xingu estas são alagadas, mas não totalmente, porque há paragens nas quais se pode fazer plantações e edificar. Nas duas ilhas jacentes na boca do rio Maxipana há Tujupares habitados e plantios de milho, maniva e café.

Desde o rio Acaí até o rio Maruá cujo manancial jaz em uma dilatada campina toda a margem do Xingu apresenta alcantis e restingas de pedra e por isso navegam pelo meio.

As terras da margem oriental são rasteiras; as da margem ocidental são colinosas e têm serras, umas fáceis de galgar, ou sem recosto e mui recamadas de alcantis e outras cuja cima é estância de formigas.

De muitas e formidáveis cachoeiras é empeçado o Xingu a poucos dias de viagem na sua subida; a fragor medonho da primeira retumba na altura do rio Tucuruí. É por este rio que anualmente desce o gentio para se prover de ferramentas, que granjeiam com arcos, flechas, algodão, redes e pássaros.

Perpassada a ilha de Santa Maria avista-se o terreno liberto de serros e montanhas. A parte do sul é uma chã de terra preta e baixa; acha-se deserta por causa das incursões dos silvícolas Jurunas e Mondrucus.

Da Vila de Pombal para cima não é sensível o fluxo de sua maré.

Os rios que deságuam no Xingu são abundantes nas drogas mais correntes no comércio, mormente em cravo.

Os moradores não exercitam diligência alguma em remontar as cachoeiras; somente a quem delas desfrutam anualmente as margens, que abundam em pesca, em caça baixa e de veação.

Em 1625 entraram os holandeses no Xingu e nele plantaram uma fortificação de faxina sobre uma assomada entre os rios Piri e Acaraí, fronteira a um poço em que hoje os moradores pescam piraíbas e arraias.

Em 1662 começaram os jesuítas a missionar a gentilidade deste rio.

LISTA HIDROGRÁFICA IV

Rios que fazem a sua difusão no rio Tapajós

Margem direita ou Oriental

Curi:
Rio desapelidado.
2º Dito.
3º Dito.
4º Dito.
Três Barras.
Azeredo.
Ouro.
Apiacás.
Mumbariara.
Cauaína.
Arinos: nele tem barra o rio do Sumidouro e o rio Preto, ambos na margem austral; as suas vertentes estão quase beijando as do Xingu e umas e outras jazem quase vizinhas das nascentes dos rios Cuiabá e Paraguai. Em uma jornada de 12 léguas se passa do Arinos para o Cuiabá, e em menor jornada para o Paraguai.
As primeiras minas deste rio foram descobertas em 1745 pelo Mestre de Campo Antonio de Almeida Falcão.
Pacuruína: nele entra pela margem setentrional a reunião dos rios Jacuruína e Salinas.

Margem esquerda ou Ocidental

Uarapium: as terras da margem ocidental da foz deste rio terminam na espalda do de Vila Franca.
Rio desapelidado.
Tenuína.
Juína-miri.
Camararé: nele define o rio Cararana.
Juína: nele desemboca o rio Quatro Casas.
Oca:

Nota

O rio Tapajós com o Juruena, que o constitui, tem as cabeceiras nas serras dos Parecis, ao ocidente das do rio Guaporé situadas no terreno mais excelso do Brasil; destas serras ele rola para o Setentrião paralelamente ao Xingu. As suas correntes são escuras mas em fundo de duas braças deixam divisar as áreas e os seixinhos da margem.

A situação geográfica da sua foz é o paralelo austral 2º 29' cruzado pelo meridiano 323º 15' e a largura de 2.998 braças craveiras.

Este rio extrai o nome dos silvícolas denominados Tapajós que antigamente desceram das possessões castelhanas no alto Peru e tomaram assento na parte contiguamente superior ao sítio que hoje ocupa a Vila de Alter do Chão. Estes silvícolas eram menos broncos e menos bravos e infestadores que os outros indígenas; entre os quais muito abalizavam os Muturicus na valentia. As últimas hostilidades que eles praticaram nos povos do Tapajós ajudados das suas mulheres, foram em 1773 em cujo tempo também combateram o Comandante da Fortaleza da foz do rio sem pavor do fogo que ele lhes fez por um largo espaço de tempo.

É penhasco o Tapajós. Cinco dias de navegação para cima das suas faces o estorva grande número de catadupas e muito difíceis de montar. Na proximidade delas ou as águas ou os ares causam doenças segundo dizem os que ali vão apanhar cravo e outros gêneros da espessura.

As terras que este rio retalha apresentam logo da foz do mesmo rio para cima de grandes lagos, campos, colinas e montes.

Os sobreditos campos dos Parecis terminados na fralda da serrania que corre da altura de 14º para o norte e para o poente assumem este nome de uma cabilda de silvícolas assim chamados, que foi desbaratada e extirpada do solo pátrio com bastante feridade por freqüentes tropas saídas do Cuiabá a explorar ouro.

Em 1626 entrou o Capitão Pedro Teixeira neste rio a fazer resgates de escravos indígenas bravos em companhia de um religioso capucho e a testa de 28 soldados e avultado número de índios.

Começaram em 1668 os padres da companhia a plantar aldeias neste rio e chegaram a administrar cinco.

Em 1747 João de Sousa de Azevedo desceu das terras setentrionais de Mato Grosso pelo Sumidouro ao Arinos, no qual havia em-

bocado com Pascoal Arruda em cata de ouro e voltando este seu companheiro para o capital da sua capitania intentou ver se deparava com o mesmo metal em outra paragem e com este pressuposto seguiu a undação do Arinos e entrou no Tapajós, do qual se dirigiu à Cidade do Pará em 1749, com o ouro achado.

O aparecimento deste homem provocou a curiosidade do Governador do Pará, Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, para exigir dele notícias topográficas de Mato Grosso: e a este fim foi chamado ao Colégio Jesuítico, onde disse tudo quanto sabia da matéria e referiu que a descoberta das Minas de Mato Grosso fora praticada pelo Sargento-Mor Antônio Fernandes de Abreu no que se não mostrou cabalmente noticiado porque o verdadeiro descobridor de Mato Grosso foi em 1734 o sorocabano Fernando Paes de Barros, com o seu irmão Arthur Paes; e o dito Sargento-Mor só viu o descoberto país em companhia do mencionado Fernando Paes em conseqüência de ser mandado pelo Brigadeiro Antônio de Almeida Lara, Regente de Cuiabá, a examinar o novo país.

Este mesmo Azevedo escreveu a 16 de janeiro de 1752 uma memória sobre o Tratado de Limites de 1750 entre as duas Coroas do último ocidente da Europa e deu-a ao Governador do Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o qual enviou para a Corte.

LISTA HIDROGRÁFICA V

Rios e riachos que se ingerem no rio Madeira

Margem direita ou Oriental

Ariupaná:
Araras: riacho
Mataurá: rio, cuja barra jaz 30 léguas acima da Vila de Borba; por ele é comunicação para o rio Canumá, que é o mais acidental dos quatro que descarregam as suas

Margem esquerda ou Ocidental

Canal do Uatás: 4 léguas superior a Vila de Borba.
Ararani: riacho
Mauassatuba:
Capaná: tem comunicação 32 léguas acima de sua foz pela margemsetentrional do rio Purus.

Margem direita ou Oriental	*Margem esquerda ou Ocidental*
águas no furo Urariá pelo qual os moradores do lugar de vila Nova da Rainha vão à parte superior da referida vila mais prontamente do que remontando o Amazonas para entrar pela foz do Madeira.	*Baeta*.
Anahngatini:	*Maguarani*: riacho
Matapí: riacho	*Arraias*.
Unicoré.	*Ypauanema*.
Marmelo.	*Aponião*: riacho que tem boas terras para as lavouras. Nele esteve a primeira aldeia que foi engastada no Madeira e que teve a invocação de Santo Antônio; dali se retirou para a boca de um riacho que desemboca no meio de uma enseada logo acima do rio Jamari, onde se denominou do Trocano e dali se retirou para o sítio em que hoje vemos a Vila de Borba por causa das hostilidades dos Muras. Ainda se acham neste segundo deixado lugar limões, laranjas bicais e outras frutas.
Araxiá.	*Maparaná*.
Arauapiava.	*Ferreiros*: assim chamado em razão dos silvícolas denominados Ferreirus gente pacífica que pasta aquele território.
Pirajauara.	*Abuná*: rio o mais ocidental do Madeira; tem 300 braças de largura na boca, a qual dista da foz do Madeira 229 léguas e da confluência do Guaporé com o Beni 18; corre do oeste para o leste; é penhascoso e na sua subida a primeira cachoeira que se encontra
Flechas: riacho	
Urupuni.	
Mahissi.	
Machado: rio que entrega as suas águas ao Madeira por entre uma ribanceira alta; tem na foz uma ilha estendida para dentro, que lhe dá a figura de dois braços: o de leste tem de largura 128 braças e o oeste 88; as suas vertentes não distam muito das do Jamari.	
Macassipé: pouco superior ao lago do Jacaré.	
Jamari: tem o princípio fontanal nos campos dos Parecis, vizinho das vertentes do rio Mequéns, que desemboca no Guaporé, defronte	

Margem direita
ou Oriental

da ilha comprida: as sua foz demora pouco acima da ilha Tucunaré e tem largura 120 braças e uma bela praia de área branca; as suas águas são cristalinas e gratas ao palato e é abundantíssimo de cacau.

Yassiparaná.

Guaporé: rebenta entre os berços do Jaurú e do Juruena de uma nascente na latitude meridional de 14º30' e na longitude de 318º40' nas serras dos Parecis que se dilatam para o oriente da cidade de Mato Grosso; corre no princípio de norte a sul, depois quase de leste a oeste até passar pelo rosto da referida cidade, da qual com declinação já para o norte já para o oeste ele desliza até topar com o Marmoré na latitude austral de 11º54'46" e na longitude de 312º28'30"; esta confluência está 263 léguas acima da Vila de Borba. Têm barra na sua margem direita os rios Pacanova, Sotério, Cautérios, São Domingos, São Miguel, São Simão, Mequéns, Curaimbira, Piolho, Cabixi, Guatiriri, Galera e o Sararé próximo à cidade de Mato Grosso e na margem esquerda desembocam os rios

Margem esquerda
ou Ocidental

toma o rio de margem a margem com bastante altura de rochedos pelos quais a água se arremessa; é fértil de peixe e as margens de caça; as suas águas são claras e de bom sabor; a ribanceira é alta de uma e outra parte e em poucas alaga com a cheia.

Beny: nome que dão ao Madeira do ponto em que recebe o Guaporé para cima em cujo ponto está a latitude meridional de 10º 22' 30" e na longitude de 312º 10' 30". As águas são barrentas por causa da muita terra que nas enchentes cai das suas ribanceiras, as quais são semelhantes em altura e arvoredo às que existem abaixo das cachoeiras.

Margem direita
ou Oriental

Itonamas, Baurés, Paragau, Verde e Alegre acima da cidade de Mato Grosso. O dito Manoré tem a sua nascente na serrania que jaz ao ocidente de Santa Cruz de la Sierra na latitude meridional de 17º 48' e na longitude de 311º 6'; ele recebe além de outros rios o rio Grande ou Guapeí, que quase contorneia a dita Santa Cruz e decorre pela Província de los Moxos e depeja-se no Guaporé por uma boca de 440 braças de largura e com ele se entrega ao Madeira. Abaixo do Itomanas em 1760 o Governador de Mato Grosso Dom Antonio Rolim de Moura Tavares fundou uma povoação denominada de Nossa Senhora da Conceição no mesmo sítio de que os espanhóis em 1754 haviam mudado para as suas terras a povoação de Santa Rosa; igualmente haviam desamparado as Missões de São Miguel e de São Simão; tudo ao divulgar-se a notícia da demarcação de limite do Tratado de 1750.

Nota

O rio Madeira tem o seu berço na latitude austral de 17º 34' e na longitude de 310º 30' nas montanhas do Alto Peru que de Santa Cruz de la Sierra se encadeiam até à cidade de La Paz. A posição geográfica da sua barra no Amazonas é o paralelo austrino 3º 23' cruzado pelo meridiano oriental à Ilha do Ferro 318º 52' e a largura é de 998 braças craveiras.

A direção do seu curso desde a foz até à boca do Abuná é ao sudoeste; do Abuná até à confluência do Guaporé ao sul; daqui torna ao sudoeste; e da boca do rio Amantala ao sul.

O Madeira é um dos rios mais caudalosos e despenhados da Província; as suas águas são esverdeadas, claras e de bom gosto desde a embocadura até defronte do lago que existe na margem ocidental acima do canal do Uautás; do mesmo lago para cima aparecem turvas nas partes em que as ribanceiras são de terra lodosa e onde se entornam lagos; mas nas partes pedregosas ou barreiras apresenta-se a água menos viciosa.

A velocidade da corrente é de 2.961 braças por hora. No mês de abril mostra-se maior a força da enchente do rio e no mês de setembro ele parece deslizar tão plácido e tão tardo que a navegação da descida é quase igual à da subida. Na quadra das chuvas uma canoa impulsionada por meio de 5 remos surde, vinga em uma hora 1.357 braças.

A foz do Madeira está entre duas pontas de terra baixa, revestida de bosques semelhantes aos do Amazonas e incapaz de dar campo a tetos porque toda se alaga com o rio cheio e entesta com muitas ilhas do Amazonas.

As correntezas do Madeira estão salpicadas de mais três dezenas de ilhas entre a foz e a primeira cachoeira, e algumas coroas de área a que chamam praias; nas quais há ingente abundância de tartarugas no tempo da sua produção, que é na queda da vazante do rio na Lua Nova de outubro. Destas praias as mais freqüentadas pelos agarradores daqueles excelentes crustáceos são as que têm o nome de Tucunaré, do Mutum e Tamanduá, a qual é maior de todas, e jaz entre o rio Jamari e a primeira cachoeira na margem ocidental do Madeira.

As suas margens da foz para dentro até à primeira catadupa são inundadas todos os anos nos meses de cheia em distância de uma a duas léguas para o centro segundo o inverno é mais ou menos pluvioso; disto resulta ficar o terreno malhado de inumeráveis lagos, que aparecem na vazante maculando as ribeiras e de modo que sendo raras as paragens em que a terra é empolada nunca chega a haver uma légua de ribanceira alta e por isto estas curtas assomadas que os lagos circunfundem figuram ilhas. Esta índole topográfica muda das vizinhanças da primeira catadupa para cima; então começa-se a ver ribanceira alta, correspondendo com o centro e não consentindo ser alagada; e vê-se bosque

altaneiro e frondoso e limpo da balsa ordinária nos terrenos ensopados. É daqui para diante que o Madeira desfere o seu curso por entre serras, que se dilatam por uma e outra banda a vários rumos.

Acima da última cachoeira também o Guaporé apresenta pantanais na sua margem, todos provenientes do transbordamento do rio que chega a mais de 02 léguas para o interior, e estende-se consideravelmente ao longo do ribeira, e que desta arte forma um lago imenso e vistoso pelas ilhetas arvorejadas que o salpicão.

Barreiras vermelhas, ribanceiras de pedras, outras de pedra talhada, barreiras pedregosas, ribanceiras espinhadas de penhascos, enseadas de terras alagadas, terras soltas de ribanceiras que estão desabando com árvores enormes, que elas brotam, restingas de pedra, troncos coacervados em suma quantidade; eis tudo o que constitui os passos que se encontram iterados por uma e outra margem do rio e que junto com o trânsito afanoso das cachoeiras faz a navegação prolongada, mui perigosa e trava de muitas dificuldades.

É grande a opulência vegetal das broncas selvas do Madeira. São muitas as árvores de vária e fina espécie assim para construção de embarcações como para se lavrarem os trastes que o luxo tem introduzido para sua pompa falaz mas agradável. Há também além das matas de castanhal e cacau uma grande produção de frutas monteses para alimento do homem: e uma prodigiosa multidão de caça volátil e quadrúpede, mormente de porcos a cuja multiplicidade se pode atribuir a destruição dos perniciosos répteis, cujas odiosas famílias nascidas por assim dizer da corrupção que o clima favorece, infectam todos os países da zona tórrida e talvez se multiplicam com mais celeridade na América equinocial, onde os seus indivíduos adquirem uma grandura desmesurada e grossura monstruosa.

O Madeira e todos os rios que nele difundem o seu cabedal, são copiosíssimos de anfíbios e de peixes de bom sabor sobre tudo no distrito das catadupas onde também a água é mais barrenta que a que está abaixo delas. Os lagos, que alguns a falar com propriedade se podem apelidar mediterrâneos de água doce e que se comunicam com o rio pelos riachos seus oriundos, prestam no inverno um pronto asilo a milhares de peixes de todas as castas e ao homem uma subsistência segura todas as vezes que ali lhes for armar ciladas. Entre esses lagos mui notável é o chamado Jurupari-pirá (lago que tem peixe do Diabo) no qual o peixe todo que nele vive e

se apascenta há dotado de uma tão extraordinária insipidez, que nem assado nem guisado com temperos tem sabor a coisa alguma.

Há produtos do reino vegetal que sendo artigos de subsistência e de manufatura podem fazer um quantioso e variado objeto de circulação mercantil ou de câmbio de equivalentes tanto compensativo como lucrativo. O cacau tem o primado destes produtos, porquanto a mão munífica da natureza ou Vênus física acobertou as margens do Madeira e dos rios seus feudatários, de cacauzeiras, que em anos alternos assoalham milhares de arrobas da sua amêndoa de nenhuma sorte inferior à de Guatemala, Veraguas e Caracas, na qual carregam a estima e os gabos dos seus prezadores.

Além deste produto natural há a castanha doce, a salsaparrilha, o óleo de copaíba ainda que em pouca abundância, a estopa da casca estomada do castanheiro, o guaraná em mediana abundância e o anil, cuja fécula colorante emparelha com a do rio Negro e Guatemala. Até hoje não se tem descoberto a casca Peruviana, puxiri, cravo, minas de algum metal ou salitre; novas pesquisas, que penetrem o âmago da espessura, darão notícia mais positiva, que a este respeito falta.

Pode-se também inserir na classe das apontadas produções as diferentes, icthiócollas e as manteigas dos ovos das Tartarugas e Tracajás, cujo fabrico sobre fácil e pouco dispendioso é assaz interessante pelo bom preço que a sua venda sempre há de ter.

As plantas educadas pela mão do homem podem ser várias e numerosas porque a terra é apta para produzir os frutos em magna cópia sem pedir ao colono duro lavor. A experiência já tem demonstrado que o terreno produz bem o tabaco, cuja planta cresce e faz-se tão boa como a de Cuba, Virgínia e Províncias meridionais do Império. O mesmo se verifica com a cana de açúcar, com as raízes de todas as qualidades de mandioca, que faz a base da subsistência do País, com os legumes, com todos os grãos, milho, trigo do industão ou arroz e com o algodão que em todas as partes do mundo se chama planta de ouro por excelência. Gêneros estes que todos vegetam com produção superior à centenária nesta plaga equinocial.

Árduas cataratas principiam a abrolhar o rio na latitude austral de 8º50’ e na longitude de 313º49’30”; elas são em número 17 mas destas estão 12 surgidas no mesmo Madeira até junto da garganta do Beni e 5 no Guaporé abaixo da confluência do Mamoré. A primeira de

todas para quem remonta o rio dista da Vila de Borba 160 léguas, e a última 230: e os nomes delas consideradas na mesma ordem da subida, são Aroaya, Gamon, Natal, Guaraassú, Cuati, Arapacoá, Paricá, Maiari, Tamanduá, Mamorini, Uainumú, Tapioca, Tejuca, Javalis, Papagaios, Cordas, Panela. Mas hoje no Mapa deste rio formado segundo as observações astronômicas feitas em conseqüência da demarcação de limites até ao ano de 1790 as ditas cataratas tem os nomes seguintes: Santo Antônio, Salto do Theotonio, Morrinhos, Caldeirão do Inferno, Girau, Três Irmãos, Paredão, Pederneira, Araras, Ribeirão, Misericórdia, Madira, Lages, Pau Grande, Bananeira, Guajara-assú, Guajará-miri.

Todas as referidas catadupas abraçam 70 léguas de extensão, as quais subtraídas de 494, que vão da foz do Madeira pelo Guaporé à cidade de Mato Grosso restam 424 desempachadas de horríveis empeços.

As serras de que principiam estas catadupas; são vistas para a parte ocidental pelo navegante estando ao pé de uma ilha fronteira às altas barreiras vermelhas jacentes acima do rio Machado.

Um minuto de recreio e medo promove no espírito do viajante o aspecto da maior parte destas catadupas; é assunto de medonha contemplação a magna valentia com que a água despenhando-se de alterosos penhascos ribomba e cobre de alva espuma alcantis e fráguas, jorra claras espadanas das quebradas dos rochedos, circunflui furiosamente os aspérrimos penedos dos canais, os grandes e desordenados grupos de rochas e os morros de pedra em forma de ilhetas, uns escalvados e outros arvorejados e retrocede formando túrgidas ondas, terríveis correntezas, rilheiros e voragens.

Conduzidos pelas correntezas idosos cedros colossais e outras árvores gigantes, que abaladas por temporais bravos não puderam zombar da pujança de ventanias clamorosas conservando-se como troféus da natureza e ornamento da terra, caem nas ditas voragens, somem-se no fundo, ressurgem muitas vezes pinchadas para o ar, redopiam com rapidez incrível e rompem uma tão possante represa volvido seu tempo.

O nome do Madeira era Cayari, quando em 1637 o Capitão Pedro Teixeira subiu o Amazonas para Quito; os portugueses deram-lhe depois o nome que tem por verem que eles arremessava muitas e corpulentas árvores.

A primeira expedição, que consta se fizesse a explorar este rio, foi a de Francisco de Mello Palheta mandado em 1723 pelo General Governador do Pará João da Maia da Gama por haver tido notícia de alguns contratadores de gentios do Madeira que acima das suas cachoeiras haviam habitações de gente européia sem se saber ao certo se de portugueses ou espanhóis. O dito explorador acompanhado de uma tropa navegando a parte superior das cachoeiras encontrou perto da foz do Mamoré uma canoa de índios castelhanos governada por um mestiço; este o guiou à Aldeia da Exaltação de Santa Cruz dos Cujubabas sita na margem ocidental do Mamoré entre os rios Iruiname e Manique; na qual falou com os missionários e regressou ao Pará, onde dando notícia do que achou nada disse do Beni, que havia de encontrar entre as cachoeiras, nem do Guaporé, que tanto na entrada como na saída do Mamoré não podia deixar de ver.

Antes do mencionado Mello Palheta, já em 1716, havia entrado no Madeira o Capitão mor do Pará João de Barros da Guerra, mas ele não foi ali a explorar, foi a castigar como castigou e extinguiu de ordem de Christovão da Costa Freire, Governador e Capitão General do Estado do Maranhão e Grão Pará, os silvícolas Turazes pela sua atrevida previcácia de saírem no Amazonas a roubar e matar a gente das canoas, que iam do Pará ao Solimões, a colher cacau e não passou da ribanceira vermelha acima do lago Manicoré, em que assentou o seu arraial; ribanceira apartada 70 léguas da embocadura do Madeira.

Em 1742 desceu este mesmo rio para a Cidade do Pará Joaquim Ferreira Chaves, morador do Cuiabá, com dois outros da mesma, terra, tendo-se apartado dos que com ele tinham ido comprar gado e cavalos aos padres castelhanos da Aldeia de Santa Cruz dos Cujubabas no Mamoré. O General Governador do Pará João de Abreu Castello Branco os mandou prender e remeter dois para o Ministério por transgressores da lei, que lhes vedava a entrada nas colônias estrangeiras e assentar praça de soldado ao dito Ferreira Chaves, o qual desertou para o Maranhão, buscou Goiás e passou ao Cuiabá e depois a Mato Grosso, cujos habitadores por este homem tiveram a primeira notícia de que pelo Madeira podia haver comercio com o Pará.

A segunda exploração que se operou no rio Madeira foi no ano de 1749 por ordem do Monarca José Gonçalves da Fonseca, encarregado dela, isto é, de tomar as alturas e observar os de sorte que o não

soubessem os castelhanos, saiu do Pará 14 de julho do referido ano e chegou no dia 16 de abril de ao Arraial de São Francisco Xavier de Mato Grosso. Ele foi acompanhado do Padre Frei João de São Thiago religioso capucho Província da Conceição da Beira, dos missionários de Mato Grosso José Leme do Prado, Paulo Leme e Francisco Xavier, de João Leme, irmão daqueles, do cirurgião Francisco Rodrigues da Costa, de Tristão da Cunha Gago e de uma escolta debaixo do mando de um Sargento-Mor de cujo nome o fiaria das indagações não fez menção e da qual escolta era ajudante e incumbido dos mantimentos dos soldados e dos índios, Aniceto Francisco de Távora.

O dito observador na conta que deu aos Ministros de El-Rei da sua diligência, foi de opinião que o Madeira continuava do Beni para cima no seu rumo com as suas ilhas e cachoeiras na mesma direção, que levava até defronte da boca do mesmo Beni; e fundou esta opinião em trazer o Madeira mais água naquela parte em que aceita o Beni. Esta informação deu lugar a que os Tratados de 1750 e 1777 supusessem que a undosa união do Mamoré e do Guaporé é que formava o Madeira. Porem os astrônomos e geógrafos que trataram da demarcação de limites desde 1781 a 1790, fazendo a este respeito as observações e achando a largura da foz do Beni maior que a da confluência do Guaporé com o mesmo Beni, assentaram que as vertentes do Madeira eram as deste e que portanto ele fazia a continuação do Madeira.

LISTA HIDROGRÁFICA VI

Rios e riachos que emborcam o tributo undoso no rio Negro

Margem direita ou Oriental

Uariaú: furo ou canal, que da trânsito para o Solimões.
Xiborena: riacho.
Jaú: rio abundante em breu, madeiras finíssimas, mormente pau-roxo;

Margem esquerda ou Setentrional

Aiurim: riacho
Tarumá.
Anavilhana: é habitado pelos Aruaquises, silvícolas antropófagos.
Cameanaú.

Margem direita
ou Oriental

tem as suas vertentes próximas ao lago Cudaiá.

Unini: rio farto de tartarugas e cupaúba; rebenta perto do sobredito lago.

Caburis: neste rio estabeleceu-se a 2ª Missão que houve no rio Negro a qual era de caburicenas, silvícolas do mesmo rio caburis.

Uanari.

Baruri.

Maruari.

Maranacuá.

Cunimaru.

Quiuini.

Aratai: riacho.

Quemeucuri: dito.

Uarirá: rio que nasce próximo ao rio Japurá e é composto de muitos e amplos lagos. Foi antigamente habitado pelos Manáos, que dali se estendiam até à ilha de Timoni; estes silvícolas eram os mais valentes de todos os dos rio Negro, numerosos e distintos pela linguagem e costumes, um dos quais era a antropofagia.

Xibaru.

Matiquié.

Mabá: riacho.

Margem esquerda
ou Setentrional

Cureru.

Mapuuaú: riacho.

Ucuaiaú: dito.

Jauápari: rio derivado da cordilheira do rio Branco: recebe pequenos rios; é largo e de água branca e desemboca por duas gargantas; é farto de angelins, cedros e copaubeiras: pastam este rio as cabildas Aruaqui, Caripuna e Cericuma.

Branco.

Serinini.

Uaranacuá: no ano de 1776 já não existia a povoação que neste rio se formou dos silvícolas Uaranacoacena, os quais na ordem da domestição foram os 3º.

Uaracá: rio de água escura e abundoso de peixe e as suas terras fértis para todo gênero de culturas; nele despeja-se pela margem oriental o rio Demeuasse de água branca. Neste rio Uaracá moraram antigamente os Caraiais: e nas suas cabeceiras assistem os Guaribas.

Uanapixi: riacho.

Uanabi: dito.

Cuaru: dito.

Uiarauaú: dito.

Margem direita
ou Oriental

Urubaxi: rio do qual por um trânsito de 4 léguas por terra se pode passar ao lago Maraá, que desemboca no Japurá e é habitado pelos Macus.

Uajuaná: rio abundoso nas suas margens de puxiri e de casca preciosa. Os selvagens barés chamam hinidau à dita casca e árvore.

Inuuixi: neste rio esteve a Aldeia do Principal Camandri: dele se mudou para o sítio em que hoje vemos a Vila de Barcellos. Deste rio se pode ir por terra ao lago Camopi, que se descarrega no Japurá.

Xiuará: neste rio assistiu o Principal Carumaná, que foi vítima da feridade dos Principais Debari e Bejari da ilha de Timoni por ser adito aos portugueses.

Maiuuixi: nele moram as cabildas Mepuri e Maui.

Tevá: rio.

Marié: dito. Tem piaçaba e um braço oriente chamado Uanan do qual se pode ir por terra ao rio Mamoritá, que tem barra na margem setentrional do Japurá.

Curicuriaú: tem piaçaba.

Cubati.

Margem esquerda
ou Setentrional

Zamuruuau: dito.

Buibui: dito.

Parataqui: dito.

Aracá.

Bararé.

Padauiri: rio de água branca, de longo curso e caudaloso; nele deságuam os rios Marari, Ixiemeri e Ataui, que se compõem de 17 lagos extensos e de 3 pequenos rios. Ele tem piaçaba, copaúba e muita salsaparrilha.

Hiyaá: riacho, antiga moradia dos Manáos e memorável pelo Principal Ajuricaba, façanhoso em crimes. Veja-se o Compêndio das Eras da Província do Pará, pág. 213.

Anjura: riacho.

Taha: dito.

Anori: sai ete rio pelo furo Nataui.

Daraha:

Inabú: de água branca; tem cacau espontâneo e salsaparrilha junto às serras.

Jaruri: riacho de água branca.

Marauiá: rio de água branca; tem piaçaba e salsa.

Juambu: riacho.

Abuará: dito de água branca; tem cacoais e salsa perto das serras.

Margem direita
ou Oriental

Cuniabu.
Uaupés. Veja-se a Lista VIII.
Macuamina: riacho.
Içana: é habitado de muitas cabildas selváticas, das quais são as principais a Baniba e a Uerequena, sendo esta antropófaga e semelhante ao antigos peruvianos em escrever e contar por meio de cordões e nós.
Xié: rio que tem 8 cachoeiras e é de água preta. Perpassada a sua primeira cachoeira tem um braço chamado Teuaupori, pelo qual e por um curto trânsito por terra se pode sair no rio Pamá, que desemboca no rio Tomon e este na margem direita do rio Negro acima do povo de São Miguel dos Castelhanos situado na margem esquerda do mesmo rio Negro acima do forte de Santo Agostinho. Das sobreditas 8 cachoeiras 4 no tempo da vazante passam-se descarregando as canoas e 4 são pequenas; em rio cheio todas ficam anegadas e apenas uma é visível e tem grande queda.
Tumó: habitado de várias cabildas silvícolas.
Aké: dito.
Itacapú: dito.

Margem esquerda
ou Setentrional

Sabururuá: riacho.
Dibá: dito.
Cauaboris: rio pleno de medianas cachoeiras; é de água branca e abundoso em casca preciosa. Por ele se pode ir aos rios da Caribana, que resvalam a Leste a Norte do Forte de São Gabriel das Cachoeiras; e isto se consegue ou entrando pelo rio Hiá, que desemboca na margem setentrional do Cauaboris e saindo por terra no rio Maturacá, ou remontando o Cauaboris até sair no Maturacá, e subir este à confluência do rio Umariauni, pelo qual subindo sempre inclinado à margem direita entra no rio Bariá e por este se chega à foz do Baximonuri, a qual demora na margem oriental do Cassiquiari que comunica o Orinoco com o rio Negro acima do forte de Santo Agostinho e que se engrossa com as águas dos rios Ubatibá e Xiabá debruçados das serras de Maduacá. Este rio Cauaboris foi reconhecido em 1785 pelo Coronel Manoel da Gama Lobo de Almada até aos rios da Caribana Espanhola.
Uacaburu: riacho.
Murueni: dito.

Margem esquerda
ou Setentrional

Uuibará: dito.
Caçaba: dito.
Miuá: rio abundante de pedras de amolar.
Caiari: riacho.
Cauá: dito.
Imutaí: dito.
Mabuabi:dito.
Baterú: dito.
Dimiti: dito fronteiro à Fortaleza de São José de Marabitanas, acima da qual 2 dias de viagem demora na margem austral o Forte de Santo Agostinho dos Castelhanos.
Uniá: riacho.
Ineui: dito.
Bonité: dito.

Nota

A posição geográfica das faces do rio Negro é o paralelo austral 3º 9' cruzado pelo meridiano 317º 48': a fonte deste rio é em um grupo de serras jacentes ao Oriente de Popayan: e a sua carreira desde a serra Cucuí na fronteira até ao ponto em que se mescla com o Amazonas tem de extensão 223 léguas.

A menor largura é defronte do Forte de São Gabriel: tem uma légua na paragem denominada das Lageas onde ele faz barra e entre São Miguel do Iparana e Santa Ana: e a maior largura é de três léguas no rosto da Vila de Barcellos, no do Lugar de Lamalonga, no intervalo do Loreto e da boca do rio Cauaboris, diante da foz do Marié e em todo o espaço que medeia entre os rios Jaruri e Marauiá, e finalmente entre o

Lugar da Barra e o rio Anavilhana: cuja maior largura são as grandes enseadas e baías em que ele se dilata.

O rio Negro toma a direção do sueste entre Marabitanas e São João Batista do Mabé; a do sul entre Mabé e São Miguel do Iparana: a de leste entre o Iparana e a vila de Thomar; e outra vez a do sueste até que topa com o Amazonas. A sua velocidade em romper caminho é de 3.792 braças craveiras por hora; faltam-lhe 11 braças para a constituir o termo médio das velocidades do Amazonas e do Madeira.

As margens são orladas de selvas graciosas, pouco espessas e altas. Durante o minguante do rio apresentam-se praias de areia branca pela maior parte e algumas pedras de figura notável: tais são os penedos que jazem na praia de uma ponta de terra 4 léguas antes de chegar ao Lugar de Airão e que são chamados "Igrejinhas" em razão de terem um amplo covo figurado de maneira que suscitou a idéia da referida denominação: o pavimento dessas Igrejinhas é de areia branca.

O corpo do rio está malhado de inúmeras ilhas de diversa grandura, quase todas diluviadas pelas enchentes, cujo labirinto forma canais com várias direções de rumos e alguns com rapidíssima correnteza. Destas ilhas umas são desamenas como as que estão pouco acima da Vila de Barcellos; outras que são matos alagados como as que existem perto do rio Cauaboris acima do Lugar de Carvoeiro; outras semelhantes à que demora defronte de Lamalonga em oferecer fácil e divertida caça de aves, cujo número é prodigioso: e outras risonhas e de tal sorte situadas que formam os Paranámiris, que são partes do rio plácidas para a navegação: a qual é laboriosa e assustada pelos cachopos, saltos e cachoeiras, pelas grandes correntezas sobre todo as de Maçarabi, Castanheiro e Camanaú, pelas refregas de ventos iracundos das freqüentes borriscadas, pela queda das margens concavadas pelas correntes e finalmente pelo inseto pium, o qual todavia não é geral no rio.

As primeiras ilhas, que vê quem vai contra o fio d'água são as que se apelidam Anavilhanas sua adjacência à boca do rio Anauens corruptamente chamado Anavilhana.

Da montanha do Jacamin para cima até ao porto da Senhora da Guia na contingüidade da foz do Içana tanto nas praias como no grêmio das águas vê-se o rio abrolhado de penhascos de substância homogênea e cachoeiras cujo número assoma a 16 e ocupa o espaço de 76

léguas. Destas cachoeiras, as que têm nome conhecido são as seguintes, Jacamin, que é a 1ª, na ordem da subida do rio e nascida da raiz da montanha deste nome: Cojubi circundada de muitos cachopos ante o portelo do Lugar de Camanaú e é a 8ª; Furnas, que são três máximos rochedos escavados de um lado em forma de antro cavernoso e jacentes pouco acima da precedente e é a 9ª; Corucovi vulgarmente chamada do Bento defronte da praia grande de São Gabriel, é a 10ª e de espantosa grandura e de um fragor horrível; Caldeirão, que é voraginoso porque tem um remoinho que sorve a água que do fundo em vórtice atrai e depois a joga ao ar, ela é a 13ª e jaz defronte de São Miguel do Iparana: da sua próxima precedente cachoeira para cima há grandes correntes e cachopos quase à flor d'água: Paredão, que é a 14ª e uma penedia vertical através do rio: Caranguejo assim nominada pelos seus torcicolos, é a 15ª e está defronte do Povo de Santa Bárbara.

Tendo como acima ficou dito o rio Negro 223 léguas e sendo de 76 o distrito penhascoso, restam somente 147 desempeçadas de tão rudes penedias para as embarcações que fenderem aquelas correntes.

Logo acima do rio Uaracá começam a elevar-se pela margem meridional as terras firmes. Todo o terreno, que é golpeado pelos rios da margem setentrional acha-se coalhado de serras, que parecem formar uma rede derivada da cordilheira do rio Branco, da qual se debruçam os rios Marauiá, Cauaboris, as de Maduacá na Nova Granada, como as serras do Parú e aquelas de que se despenham os rios Trombetas, Nhamundá, Jatapú, Uatumá, Urubú, Anibá e Anavilhana. No alto rio Negro a que os indígenas ainda dão o nome de Uaneyá e da banda meridional os rios Uapés, Içana, Xié, Cananari, Apaporis e Cumiari, apresentam penedos de enorme corpulência, serras empinadíssimas, antros penhascosos e cachoeiras assombrosas.

As florestas do rio Negro e as dos rios seus colaterais, são abundosas de bálsamo, de resinas, de cravo, cacau, puxuri, baunilha, casca preciosa, piaçaba, breu, óleo de copaúba, guaraná e salsaparrilha, a qual se acha ordinariamente nas serras. Os mesmos rios seus tributários são mais piscosos que ele; e outro tanto se notam nos lagos Canapó, Hiurubaxi e Uniboni.

As terras são viçosas e pingues em chão, isto é, são asadas para a lavoura do algodão, cacau, café, mandioca, tabaco, anil, arroz, frutas e hor-

taliças. Contudo as de Santa Isabel para cima mostram-se preguiçosas na vegetação do arroz; e pelo contrário enérgicas na do algodão. Outra qualidade excelente que se reconhece nas terras do rio Negro é a sua aptidão para pastos nutrientes. A opulência natural deste rio e de outros muitos da Comarca do Rio Negro faz ser a mesma Comarca a titela da Província.

A boca do rio Negro foi conhecida na viagem do Capitão Pedro Teixeira a Quito em 1637.

A sua primeira entrada fê-la em 1669 o Capitão Pedro da Costa Favella acompanhado do Padre Mercenário Frei Theodosio com o desígnio de procurar os selvagens Tarumás a dissuadi-los para comporem uma aldeia; o que conseguiu por via dos Aruaquises; foi este primeiro assento de povo que no rio Negro se fez debaixo da denominação de Aldeia de Tarumá na sua margem setentrional quase no centro de uma amplíssima enseada, que se acha logo acima do lugar da Barra. No ano de 1775 já se achavam extintos estes Tarumás. O dito Favella operou a referida entrada de moto próprio logo que soube dos indicados silvícolas pelos índios da sua tropa, com que andava ocupado em resgates no Amazonas.

Em 1639 Guilherme Valente, sargento do presídio da fortaleza da barra do rio Negro, penetrou este rio até à boca do rio Caburis: ali feriu amizade com os Caburicenas, Caryais e Manaus, entre os quais se aliou tomando em matrimônio a filha de um dos seus principais.

A carta do Padre Antonio Vieira dirigida em 11 de fevereiro de 1660 à Rainha Dona Luiza Francisca e Gusmão na menoridade de seu filho o Rei Dom Affonso VI nos dá a saber que o Padre Francisco Gonçalves da mesma Sociedade Jesuítica fora em missão ao rio Negro no ano de 1658.

Em 1695 os religiosos carmelitas principiaram a transfundir nos silvícolas do dito rio a doutrina de Jesus Cristo Ótimo e Máximo; e a banhar de mais radioso luzeiro aquelas cabildas de homens boscarejos, de cujos costumes selvagens e ferinos o espetáculo é amargoso e lamentável porque dá a entender quanta aluvião de horrores investe com a mísera humanidade se destituída se vê do conhecimento das ciências e do presídio da Fé Divina.

Em 1725 e 1726 várias tropas de resgate subiram o rio Negro além da parte cataratosa e conseguiram conhecer a maior porção deste rio até Marabitanas: em cuja propinqüidade formaram arraiais no porto do Principal Cuci.

Quem primeiro calou pela foz do rio Negro até ao seu íntimo recôncavo no Cassiquiari foi em 1744 Francisco Xavier de Moraes, cabo autorizado de uma bandeira de resgate, o qual nessa ocasião encontrou junto ao Orinoco em navegação fortuita o Padre Manoel Romão, religioso de Santo Ignácio.

Os portugueses impuseram o nome de Negro a este rio, que tinha o de Quiari: e o motivo que para isso tiveram foi o verem nas suas águas a tenebrosa cor do ébano. Não é esta a sua cor genuína: porque vistas na ourela da praia ou dentro de um vaso de pelúcido vidro mostram a de alambre. A causa da desclaridade uns acham-na no motivo físico da opacidade dos corpos; e outros na profundidade do álveo e nas árvores das ilhas alagadiças que o assombram. É verossímil que a obscuração destas águas provenha da permistão natural de partículas sulfúreas, ferruginosas, vitriólicas, metálicas e de carvão fóssil, que ele na sua undação volve das serras, que são o seu berço e das terras por onde resvala. Entretanto estas águas são mui diuréticas e salutíferas. No ponto das Lágeas, em que ele se encontra com o Amazonas, não se percebe a maneira por que ele associa as suas águas com as do Amazonas: porquanto sendo esbranquiçada a cor deste rio e preta a do outro vê-se constantemente que de uma e outra banda da linha de osculação ou do encontro não há diferença na cor das águas: cada um conserva inalterável a cor que lhe é própria: parece que em toda a extensão do encontro vai de fio uma muralha, que suspendendo as águas dos dois rios as obriga a retrogradar imperceptivelmente. É admirável esta luta do rio Negro com o Amazonas para o enegrecer.

Em a Nota 45 da página 125 do Tomo 10 das Memórias Históricas do Rio de Janeiro vê-se mencionado este rio como um braço oriental do rio Arinos: erro notável porque o Arinos vem do Cuiabá ao Tapajós, onde tem barra: e o Tapajós deságua na margem austral do Amazonas 101 léguas abaixo da foz do rio Negro, a qual está na margem setentrional do mesmo Amazonas. É igualmente inexato expressar-se na dita Nota que o rio Negro conflui com o Orinoco: não há esta confluência, há somente comunicação de um para outro pelo Caciquiari, acima do Forte de Santo Agostinho dos Hispano-Americanos: o rio Negro sai no Amazonas e o Orinoco da costa molhada pelo Oceano aquilonar.

LISTA HIDROGRÁFICA VII

Rios e Riachos que se agermanam com o Rio Branco

Margem direita ou Oriental

Seriuini: braço do rio assim denominado, que tem barra no rio Negro.

Tarimauane: riacho.

Caratimani: na parte superior deste rio ele lança dois braços pela sua margem meridional para o rio Siriuini.

Jarani: riacho.

Macajahi.

Mariuani: riacho.

Caiamé: dito.

Tacune: dito.

Urariquera: neste rio descarregam as suas águas os rios Parimé, Majari, Idume e Uraricapará, o qual tem a sua foz na margem setentrional no paralelo boreal 3º23' cortado pelo meridiano 315º24'. Este Urariquera é a continuação do rio Branco: e é como ele espinhado de rochedos de Caiacaia para cima e da boca do rio Uraricapará avante crescem em numeroso cachopo. Este rio Uraricapará é o mais ocidental, que se debruça da cordilheira para vir entrar com o Urariquera no rio Branco.

Margem esquerda ou Ocidental

Macuati: riacho.

Meneuini: dito.

Curiucú: dito.

Uanauau.

Tacutú: rio no qual se entornam o riacho Saraurú e os rios Surumú e Mahú. Neste entra o Pirara e daqui saindo em terra vai-se em curta jornada ao rio Repunuri, o qual tem as suas vertentes nos campos do rio Branco no paralelo aquinolar 2º53' cortado pelo meridiano 318º6' e descarrega-se no rio Essequebe, que a sua ria na costa marítima da Guiana Holandesa. Também há comunicação do Tacutú para o Essequebe subindo o Tacutú, entrando no riacho Saraurú, passando deste por terra para as cabeceiras do Repunuri (o que se faz em duas horas) e descendo pelo Repunuri ao Essequebe. Pelo mesmo rio Tacutú em 1720 o missionário carmelita da Aldeia de Tarumá Frei Jerônimo Coelho mandou fazer negócio com os Holandeses do Suriname.

Nota

O rio Branco tem três faces: a primeira, que é a mais oriental, está na latitude austral de 1º28’ e na longitude de 315º40’ e dista da segunda 23 léguas e da terceira 3 léguas, a qual é conhecida pelo nome de furo ou canal de Amaiaú.

O seu corpo é formado na latitude boreal de 3º1’ e na longitude oriental à ilha do Ferro 317º pelos rios Urariquera e Tacutú: sendo aquele a sua continuação para o Ocidente, a qual tem a sua nascente nos cabeços e quebradas das alterosas encostas das montanhas meridionais da extremidade ocidental da cordilheira, que jaz em 4º além da linha equinocial para o norte ocupando 80 léguas de comprimento na direção do oriente para o ocaso entre as longitudes 314º e 318º.

A direção do seu curso é do norte para o sul: e a extensão dele desde a junção do Tacutú até à boca mais oriental do rio Negro é de 98 léguas.

A cor das águas é aquela pela qual lhe atribuíram o nome que tem. Os Aborígines o denominavam *Quecеuéne*.

A dita cordilheira compõem-se de empinadas serras e montes entremeados, tudo acobertado de florestas menos uma serra jacente ao levante, a qual por estar despida de arvoredo e rasa de erva lhe chamam a Pelada. Há mais duas serras conhecidas pelos seus nomes: uma é a Pacaraima e a outra a dos Cristais: a primeira demora ao Ocidente da cordilheira na latitude boreal 4º e longitude 314º30’: dela começa a linha de demarcação para a serra Cucuhi do alto rio Negro assinalada pelos geógrafos portugueses: e a segunda jaz no recosto das serras da mesma cordilheira em face do Orinoco entre os rios Surumú e Tacutú: o altaneiro vértice desta serra forma uma planície de ampla circunferência horizontal circuitada e enriquecida de bels árvores, onde há um vasto e profundo lago assaz piscoso, em torno do qual uma cabilda silvícola das imensas que pastam aquele circuito, faz as suas lavras de mandioca. Semelhante a esta serra é aquela de que se forma a cachoeira do Rabino: ela tem na lomba um lago, cuja visita funestou um viajante estrangeiro, o qual sentindo o acúleo da curiosidade trepou ao cimo desta serra e na descida caiu de sorte que veio a morrer no Lugar da Barra do Rio Negro.

Sessenta e quatro léguas acima da boca mais oriental do rio Branco principiam os cachopos e as fadigosas e arriscadas cachoeiras, que chegam até ao forte de São Joaquim. A primeira na subida do rio chama-se de São Felipe; a segunda do Rabino, que para a passar descarregam a canoa e a puxam de pedra em pedra com água por cima do ventre. A terceira denominam Pancada Grande, que antes se deveria apelidar Três Quedas em razão das que tem, que são acatáveis e violentíssima a corrente do seu pequeno e sinuoso canal: as canoas transitam à sirga e quase aos ombros. E a quarta é a Cachoerinha, que não obstante o vocábulo designativo de pequenez é também afanosa.

As margens são mui reverdecidas e copadas de arvoredos densos, que desde a foz do rio até à cachoeira do Rabino vão gradualmente decrescendo e dando lugar a campos dilatadíssimos: todo este espaço não oferece obstáculo algum. As praias e as ilhas diferem das do rio Negro em que estas são mais numerosas e de menor circuito e aquelas mais largas e a cor da área mais vermelha e grossa: só o ímpeto das correntes é que exige lida para ser vencido tanto na enchente como na vazante do rio, porque sendo como são quase sempre ponteiros os ventos não é possível retemperar as velas ou deixar de recolher os remos e de recorrer aos varejões e à sirga.

Na navegação deste rio sofre-se o pium como o carapaná do Amazonas: e encontram-se paragens perigosas pelas terras caídas. Quanto tem de agradável a parte citerior das cachoeiras pela undação plácida do rio e suas vistosas praias, tanto é triste e terrível a parte penhascosa para a mesma e pelos furibundos ventos contrários e estrondosos.

Da primeira cachoeira para diante decorrem por uma e outra banda até à cordilheira campos amplíssimos, nos quais deslizam-se e volteam vários igarapés e rios e altamente se empolam serras isoladas como as de Cunauarú e Curauti junto às vertentes do rio Majari, as de Andauari e Chauidá 8 léguas alongadas da sobredita cachoeira, os montes de Caraumá não longe da aba do rio as serras Uaçari, Saprá e Picané, a primeira 40 léguas afastada da margem, a segunda 25 e a terceira 31.

Dois dias de viagem pelo rio Branco já se vê em arredado horizonte sobre a banda oriental a celsa eminência da cordilheira.

Com o pasto dos referidos campos se regala e se engrossa o gado vacum, de que há avultadas manadas apesar da freqüente invasão

das onças que são em soma quantiosa: ignora-se o número deste gado por falta dos precisos vaqueiros para o pastorar. É lástima que esteja em tal abandono gado tão benemérito e o melhor da Província: os toros são de airosa corpulência e de grandes hastes e mais elevados da banda do peito que da cauda. Também nos mesmos campos se há criado grande quantia de gado cavalar e muar: hoje quase nada se vê, apenas conta-se 100 da espécie cavalar e da muar um macho e 4 mulas.

O rio Branco é copioso de tartaruga e de pescado: acontece o mesmo nos seus rios colaterais e em muitos lagos de grande extensão que neles se descarregam; os principais na margem esquerda são o Curiucú, Macuaré, Uaduaú e na margem direita o Mossú e o Uaricuri. Em outros tempos ali houveram dois pesqueiros, um na margem esquerda 22 léguas acima da foz, e outro na margem direita defronte do rio Uanauaú: o primeiro praticava as suas armações no lago Curiucú e o segundo no lago Mossú.

Nas florestas e campos há vários gêneros de volateria e monteria: belos mutuns, araçaris, veados, antas e porcos. Nas mesmas florestas a natureza é abundante de cacau, baunilha, óleo de copaíba, anil e salsaparrilha.

As terras d'aquém das cachoeiras são favoráveis para o cultivo do café, algodão, arroz, anil, cacau e também a maniva: porém esta planta não é em toda a parte que se desenvolve, cresce e frutifica.

Os campos assim orientais como ocidentais do rio seriam igualmente aptos para as indicadas lavouras se não fossem subordinadas às inundações dos enxurros da cordilheira, que são assombrosos; e se não fossem infestados de gafanhotos tão avultados que transcendem o longor de um palmo.

Em 1725 começou o rio Branco a ser missionado pelos religiosos carmelitas e sucessivamente a ser navegado por diversas expedições de resgate de silvícolas.

Em 1736 apareceram no Pará pela primeira vez produções naturais do rio Branco.

Em 1740 Francisco Xavier de Andrade entrou no rio Branco e na sua continuação o rio Urariquera: nisto gastou dois meses de viagem cumprindo o objeto da expedição ordenada pelo Governador e Capitão General do Pará João de Abreu Castello Branco.

Em 1741 Nicolau Horstran desceu o rio Branco ao rio Negro: e dali trasladou-se à Cidade do Pará. Este Holandês havia subido o

Essequebe com o intento de ver o lago Parime ou Dourado descrito fantasticamente nas fontes do rio Branco por Mr. Brion, Mr. D'Anville, Padre Gomilla Superior das Missões dos Jesuítas no Orinoco e outros geógrafos desaveriguados, que formando o Mapa da América Meridional colocaram o imaginado lago Dourado na cordilheira do rio Branco e fizeram este rio oriundo do mesmo lago, quando as suas únicas fontes são os rios Urariquera, Uraricapará, Idume, Majari, Parime, Surumu e Mahú todos manados da encosta meridional da cordilheira: ao ocidental da qual se despenham pela encosta setentrional os rios Parauá Parauámuxi, Caroni e Anucaprá, que são as verdadeiras fontes do Orinoco.

Em 1768 se deu princípio ao disposto pelo Aviso Régio de 27 de junho de 1765: o qual regulava a vigia do rio Branco feita por duas ou três canoas bem guarnecidas para pesquisar todo o rio e os que nas suas margens do poente vazam as suas águas.

Em 1755 foi construído na foz do Tacutú o Forte de São Joaquim do rio Branco pelo Capitão Engenheiro Filippe Sturm Oficial Alemão que tinha vindo para o rio Negro na ocasião das Demarcações dos Domínios Lusitanos da América com os da Espanha.

No mesmo ano de 1775 Gervazio le Cler desertou da Guarnição do Forte do Essequebe, remontou este rio, desceu o Tacutú guiado pelos Caripunas aliados do holandeses, foi ao Posto Espanhol chamado de São João Batista na margem setentrional do rio Urariquera; dali fugiu e separando-se dos referidos silvícolas na grande cachoeira do rio Branco veio ao pesqueiro do lago Mussú, onde chegou no dia 16 de março do supra-apontado ano.

Foi também no mesmo tempo que Dom Manoel Centurion Guerrero de Torres, Governador e Comandante General da Província da Guiana e Novas Povoações do alto e baixo Orinoco e rio Negro tendo estabelecido dois postos militares, um com a invocação de São João Batista na parte inferior do rio Urariquera e o outro denominado de Santa Rosa na parte superior do mesmo rio, sofreu ser-lhe tomado pelos portugueses o primeiro no dia 14 de novembro; e o segundo para escapar ao mesmo golpe foi desocupado apenas verteram no ouvido daquele General a marcha da tropa portuguesa. Muito os índios gostaram de ver prisioneiros os espanhóis; eles amavam os holandeses, faziam boa opinião dos portugueses e aborreciam os espanhóis; este aborrecimento era

sugerido pelos holandeses, que não cessavam de lhes pintar aquela nação com as mais desagradáveis cores. Na tomada do sobredito posto militar de São João Batista apossaram-se os portugueses das munições de guerra e de três pedreiros, que conduziram para o Forte de São Joaquim, onde ainda se conservam no número das bocas de fogo, que cavalgam o recinto do mesmo forte.

O conhecimento do rio Branco avultou sempre à proporção que se adiantava o do rio Negro: ele foi notório aos portugueses em 1639 e 1655: mas o seu total descobrimento os mesmos portugueses o obtiveram pelo tempo volvido de 1760 a 1761.

Em 1778 o Bacharel Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio, Ouvidor da Capitania do Rio Negro, escreveu e deu ao Governo do Pará uma Relação Geográfico-Histórica do rio Branco composta de cinco capítulos. É assunto do primeiro o descobrimento do rio Branco pelos portugueses e uso consecutivo deste descobrimento até ao presente; do 2º os intentos dos espanhóis de se estabelecerem no rio Branco e invasão efetiva dos mesmos; do 3º a chegada ao rio Negro da notícia da intrusão dos espanhóis no rio Branco e porque modos, o que se ora para a sua expulsão e como se consegue: no 4º a apologia do direito de Portugal sobre o rio Branco e seu território, em impugnações às pretensões dos espanhóis; e no 5º a digressão sobre o verdadeiro motivo da invasão dos espanhóis ao rio Branco e notícia ocasional da laguna Parime ou Dourado. A esta boa obra ainda não coube a sorte de ser dada ao prelo como ao Diário da Viagem pelo Amazonas e rio Negro do mesmo Bacharel, que foi impresso em 1825 por determinação da Academia Real das Ciências de Lisboa.

Em 1787 reconheceu sisuda e prolixamente o rio Branco o Coronel Manoel da Gama Lobo de Almada por ordem do Gabinete de Lisboa: e deu uma descrição de todo o rio seu território com toda especificação, ajuntando-lhe a respectiva carta levantada pelo Doutor e Matemático e Capitão Engenheiro José Simões de Carvalho, que o acompanhou neste exame.

Em 1798 subiu o mesmo rio o Porta-Bandeira Francisco José Rodrigues Barata e foi ao Suriname expedido pelo Governador e Capitão General do Pará Dom Francisco de Souza Coutinho com ofícios da Corte.

Neste rio os ares são sumamente temperados.

LISTA HIDROGRÁFICA VIII

Rios e riachos que dão o seu cabedal ao rio Uaupés

Margem direita ou Meridional

Tiquié: devolve-se por terras mui retalhadas de pântanos e amplos lagos.
Capuri: riacho penhascoso.
Hiucari ou *Pururéparaná*.
Muzai: riacho.
Hiuárituinde: de água preta.
Unhunhan: deste rio volvidos 3 dias de viagem descendo-se na sua margem oriental se vai em um dia de jornada ao rio Ussáparaná, que se derrama no Apaporis e este no Japurá.
Tenari: este rio foi o último termo da exploração de Manoel da Gama.

Margem esquerda ou Setentrional

Iviari: de água preta e corre por grandes campinas.
Pirichazeine.
Buritazá: riacho.
Muazá: dito.

Nota

A foz do rio Uapés tem uma grande ilha deltóide, que a divide em uma forcadura, da qual a parte da banda do Sul está no paralelo austral 4º30' cruzado pelo meridiano 309º45'.

São de sítio incerto as suas vertentes. Por notícias dos silvícolas do rio Tenari dadas ao Coronel Manoel da Gama consta que o rio Uaupés rebenta de umas serras do território que medeia entre o rio Cumiari e o rio Negro; e que pela parte do Norte lhe entra um canal vindo do rio Guabiári, que se desliza das vizinhanças de Santa Fé de Bogotá, capital da Nova Granada riquíssima em minas de todo o gênero.

A direção das suas águas da foz para cima é quase debaixo do arco do Equinócio para o Ocidente até à confluência do rio Tiquié e dela para diante é ao Norte e depois para o Ocaso.

O espaço, que medeia entre os rios Tiquié e Pururéparaná é abrolhado de 26 cachoeiras: destas as mais abalizadas na estatura são as do Pirá e do Ipanoré.

É fartíssimo de pescado. As águas são brancas.

Nele vivem muitas cabildas de silvícolas; dos quais a principal é a dos Uaupés, cujo nome comumente se dá ao rio em lugar do primitivo, que é Ucaiari.

Os Principais destes Uaupés costumam trazer uma pedra cilíndrica, alva e polida, enfiada em um cordão pendente do colo, cuja grandura é gradualmente menor dos Principais para alguns dos outros, que também são condecorados com ela. O uso desta condecoração bem inculca que entre eles também há idéias de escala de nobreza.

Pelo rio Uaupés só podem navegar canoas de 40 palmos de comprimento e 7 de boca e toldos de palha.

Em 1784 de ordem do General João Pereira Caldas, Plenipotenciário e Comandante General da Expedição de Demarcação, entrou o Coronel Manoel da Gama Lobo de Almada no rio Uaupés, no qual chegou até ao rio Tenari, e reconheceu duas comunicações do mesmo Uaupés para o Japurá: uma pelo rio Tiquié e outra mais alta pelo rio Unhunhan do qual por terra se passa ao rio Ussáparaná, que se difunde no Apaporis, e este no Japurá.

LISTA HIDROGRÁFICA IX

Rios e riachos que se adunam ao rio Japurá

Margem direita ou Meridional	*Margem esquerda ou Setentrional*
Canobi: riacho	*Carariai*: riacho
Macapuri:	*Cauina*:
Itanuá.	*Uarapiá*: riacho.
Joami: nele se mete o riacho Jupiuá.	*Itauarane*: dito.

Margem direita
ou Meridional

Yuamemeri.

Pureus: que comunica com o rio Içá por meio de um curto trajeto por terra: é abastecido de Aborígenes.

Curasseu.

Charupé.

Cunacuá.

Arapá.

Cauinari

Aniué: acima das cachoeiras.

Mutú: comunica com o rio Içá por meio do Peridá.

Margem esquerda
ou Setentrional

Puápuá: dito. Deste se pode ir por terra às vertentes do rio Uiniuini, que desemboca no rio Negro.

Namerema: riacho. Dele há trânsito por terra para o berço do rio Mairé, que deságua no rio Negro.

Mauina: riacho.

Uapiri: dito.

Itué: dito.

Jaracapi: dito.

Sauá: dito.

Jacú: dito.

Juruá: dito.

Apaporis: rio, no qual logo de princípio se encontram cachoeiras, que são continuadas: as conhecidas pelos nomes de Hiá, Merim, Cupati e Furna são mui notáveis, mormente a última, que é assombrosa pelos penedos colossais e circundam a sua espaçosa espelunca cavada pelas mãos do Tempo na fralda de um penhasco de magna celsitude, que atravessa o rio com um portilhão por onde ele arroja ruidoso as correntes com tal ímpeto que deixa enxuto um grande espaço do álveo entre a boca da espelunca e o lugar da queda das águas. Entram no mesmo

Margem esquerda
ou Setentrional

Apaporis os rios Taraira, Pirá, Ussáparaná, Inviraparaná, Urucuparaná, Cumiari e Cananari.

Estes dois últimos deslizam-se por um território, em que avultam hórridos despenhos, alpestres serras compostas de aspérrimos rochedos cavalgados e montanhas excelsas de árido costado, cuja sumidade está sempre envolta em nuvens e batalhada por ventos e chuvas. Neste rio Apaporis começaram em 1782 a paralisar-se as operações da demarcação de limites porque os espanhóis não se queriam limitrofar na parte superior do Japurá segundo o Tratado de Limites.

Murutim: rio acima das cachoeiras.

Maragá: dito.

Iráparaná: riacho.

Yari: rio.

Nota:

O Japurá denominado Caquetá pelos Hispano-Americanos e imediato ao rio Negro no cabedal em água dispara na adjacência da Nova Granada de umas bravas montanhas, fende as terras de Mocoa pertencentes à jurisdição de Popayan, volve-se atropelado por entre sublimes penhascos e descarrega as suas correntes no Amazonas por oito diferentes bocas. A 1ª da parte oriental chamada Cudaiá, que está 6 léguas arriba de Cochiuará, terceira boca do rio Purus: a 2ª sem

nome conhecido; a 3ª denominada Cupujá: a 4ª chamada Uananá que jaz na costa defrontante com o intervalo dos rios Catuá e Caiamé na margem austral do Amazonas; a 5ª inominada, que entesta com a ponta de Parauari jacente 6 léguas acima do Lugar de Alvares: a 6ª chamada canal de Uaranapucú, a qual Mr. Condamine supôs ser a mais ocidental; a 7ª apelidada Manhana quase fronteira ao Lugar de Fonte Boa, e a 8ª chamada Auatiparaná (rio do milho) que é a mais ocidental e que por isso foi escolhida pelos Geógrafos da Demarcação para fincar nela como fincaram um Padrão no dia 16 de setembro de 1781 na ponta ocidental da boca deste canal, cuja largura é de 130 braças e o fundo de 8 e cuja posição geográfica é o paralelo austral 2º 31' cruzado pelo meridiano 310º 19".

Da existência dessas 8 bocas fez diversa opinião o Ouvidor e Intendente Geral da Capitania do Rio Negro Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio no seu "Diário" da viagem em visita e correição das respectivas povoações: ele entendeu e asseverou que o Japurá não tem mais do que uma embocadura, e que as 4 superiores a esta eram canais do Amazonas, que conduzem ao Japurá e que as outras 4 inferiores à dita embocadura eram águas fluentes dos lagos Amaná e Cudaiá, que as não recebe do Japurá. Por muito que eu respeite o saber deste antigo Magistrado já falecido, que tanto no dito Lugar de Ouvidor como no de Juiz de Fora da Cidade do Pará em 1772 patenteou constante e assisada equabilidade de proceder, não me posso conformar com aquela sua inteligência quando vejo que os Astrônomos e Geógrafos da Demarcação de limites nas suas operações praticadas neste rio não só lhe acharam as referidas 8 bocas e fixaram o Padrão na última da parte de cima nominando-a a mais ocidental, mas ainda lhe reconheceram mais três canais, que comunicam o Japurá com o Amazonas, os quais são o chamado Manamina, o Mina e o Aumine, que se dirige à 7ª boca.

Estas mencionadas bocas do Japurá são devidas a uma caterva de ilhas, que a natureza ali colocou como para quebrar o seu grande ímpeto rompente, e obrigá-lo a circunfluir pelos âmbitos destas ilhas a fim de despenhar as águas com o respeito, suavidade e brandura próprias da sua sujeição tributária ao mais augusto dos rios.

O Japurá no mês de novembro corre lento porque está vazio: fora deste período resvala pelo espaço de mais de 400 léguas bramindo

furioso entre firmes margens vestidas de árvores perpetuamente frondejadas e arremessando-se de altas e estupendas cachoeiras, e dirige-se para o Amazonas, recebendo um considerável aumento adicional de outros muitos rios seus defluentes na carreira de Oeste para Leste entre o rio Negro e o mesmo Amazonas onde entra já inclinado ao Sul. Com que impulso ele não defluiria no Amazonas se as referidas ilhas não lhe reprimissem a veemente undação!

A primeira cachoeira do Japurá forma-se da serra das Araras que é assaz preciosa porque a cortam nas suas abas ramais de veias de ouro; elas servem de erário indeficiente ao gentio Manjarona, o qual dali colhe esse mais resplandecente e ilustre dos metais sem o artifício, trabalho e perigo de cavar as raízes da montanha e sangrar-lhe as prestantes betas. Quando o dito gentio quer comprar algumas manufaturas aos brancos, que lhe aparecem, tira daquela serra o ouro à mão paga e repõe na mesma serra o ouro restante das compras. E a cachoeira mais desmesurada, que se não vê sem ficar soçobrado de assombro, é chamada do Uviá, que jaz perto à foz do rio Cumiari 8 léguas abaixo da cachoeira que serve de baliza para os espanhóis. Esta cachoeira do Uviá é um canal de 2 léguas de comprimento e 20 braças de largura dentro da sua boca, anfractuosa, todo espinhado de penedos de insólita grandura, por onde se arrojam as águas arrebatadas levantando a suma altura uma chuva fina ou vapor sutil como lúcida poeira, fremendo com medonho fragor nos pulsados penhascos, que refletindo troa pelas praias, brenhas e altas serranias. Forma este canal do apartamento de duas serras que não são das mais empinadas do continente, mas naquele lugar tem desde o cabeço até à superfície da água 40 braças de altura vertical: os lados deste canal são pedras ou lágeas alcantiladas.

As águas do Japurá são cristalinas e diáfanas, menos nos canais Uaparanapucú e Auatiparaná, pelos quais as enloda o Amazonas.

Segundo a demarcação de limites a linha divisória sobe a 280 léguas acima do Auatiparaná para dentro do Japurá: nisso conveio o Governador de Mainas Dom Ramon Garcia de Leão e Piçarro, Primeiro Comissário da Quarta Divisão.

As margens do Japurá abundam em salsaparrilha, cacau, óleo de copaúba, baunilha e puxiri.

Tem o mesmo rio abundante fartura de silvícolas e de insetos alados mortificantes de todo o gênero: as matas estão pouco grossas de caça porque esta se vê jaculada com as flechas, que diariamente lhe desfere o arco de inúmeros gentios: os quais o manejam com tanta arte que a qualquer parte ou no ar ou dentro da água a que acenem o tiro lá o empregam.

Chama-se a este rio Japurá de uma das cabildas, que o habitam, e que assim se denominam por causa da fruta *yapurá* que ordinariamente reduzem a uma massa para comer.

Nos tempos mais remotos o motivo das navegações pelo Japurá era colher índios e conduzi-los para a aldeia do rio Uarauá, hoje lugar de Alvarães, onde se traficava nestes homens dos matos; e era isto de tanto empenho que não duvidavam remontar o rio até à parte ulterior das cachoeiras: depois da áurea lei de 6 de junho de 1755, que fixou irrefragavelmente para todo o sempre a liberdade dos indígenas, a cata das produções naturais era o alvo, a que se dirigiam e se dirigem a espaços as navegações posteriores.

LISTA HIDROGRÁFICA X

Riachos que entregam as suas águas ao rio icá

Margem direita ou Meridional	*Margem esquerda ou Setentrional*
Hiucurapá	*Hiapacúa*
Puruitá	*Mamoré*
Utué	*Quivé*
Achéti	*Lacauí*
Ititi	*Miui*
	Upi
	Icoté
	Pimari
	Jurupariparaná
	Pepitaru

Nota

O rio Içá rebenta da cordilheira da cidade de Pasto dentro da jurisdição de Popayan, corre próximo ao rumo de Oeste para Leste, e deságua rápido no Amazonas entre serras altas por uma larguíssima foz na latitude austrina de 3º e na longitude de 309º42'.

É cataratoso. Nele se metem outros muitos cabedais em água: contam-se 30 consideráveis além dos riachos que ficam mencionados na presente lista, os quais são os que desembocam na parte inferior pertencente ao Pará, e nunca mudam de essência porque nunca estancam.

As minas de ouro na sua fonte o famigeram: dela o volve para diversas paragens das suas ribas selvosas.

Veio-lhe o nome de Içá de uns macacos pequeninos de boca preta; à semelhança dos quais os silvícolas Passé, Tumbira, Xomana, seus habitadores, fazem também a boca obscura. Os castelhanos da parte superior, que foi das antigas Missões dos Sucumbios, o apelidam Putumaio. Da foz deste rio até ao primeiro povo do dito território dos Sucumbios gasta-se dois meses de viagem.

O Içá possui salsaparrilha e cacau em abundância.

Na continuidade deste rio são perenes os enxames de pium e na boca do lago Canitiba persiste o carapaná. Antes de chegar a este lago é uma graciosa lagoa, que franqueia trânsito para o Içá.

Os ares deste rio na sua embocadura e para dentro dela são poucos sadios.

As navegações, que nele têm feito os buscantes das produções da natureza, não têm passado do Pepitari.

Os Hispano-Americanos fundaram na margem boreal do Içá junto à sua foz uma povoação no ano em que se celebrarão os Tratados de Limites entre Portugal e Espanha, abandonaram em 1766 por haverem experimentado ser difícilima a sua comunicação para Pasto ou para Popayan remontando as cachoeiras, e vingando um tão dilatado curso. Em 1768 dois anos depois da desplantação do referido lugar o Governador do Pará Fernando da Costa de Ataíde Teive, com todo o acerto e

prudência mandou formar na adjacência da foz do mesmo rio uma povoação de índios extraídos do vizinho rio Tocantins, à qual se deu o nome de São Fernando.

CATÁLOGO DOS HOMENS QUE EXERCITARAM O GOVERNO DO PARÁ

Capitães-Mores subordinados ao Governo Geral do Brasil

Francisco Caldeira de Castelo Branco, descobridor do Grão-Pará e Fundador da Capital da Província em 1616. Desbaratou a sublevação das Aldeias do Caju e de Mortigura, e bateu os Tupinambás em 1617, e foi deposto e preso para Lisboa em 1618 pela tropa e povo.

Balthasar Rodrigues de Melo, por eleição popular tomou posse em setembro de 1618. Rechaçou em 1619 os Tupinambás quando assaltaram a fortaleza da cidade.

Jerônimo Fragoso de Albuquerque, Fidalgo da Casa Real, com Patente Régia tomou posse no fim de abril de 1619. Destruiu o sítio do Iguape e derrotou as Aldeias de Guanapú e Carepi. Faleceu no último de agosto de 1619.

Mathias de Albuquerque, em virtude de uma Provisão passada pelo precedente Capitão-Mor tomou posse no princípio de setembro de 1619.

Custódio Valente, Capitão de Infantaria, Frei Antonio da Marciana, e o Capitão Pedro Teixeira tomam posse em 20 de setembro de 1619 por ser rejeitado o precedente.

Pedro Teixeira, fica só no Governo em maio de 1620.

Bento Maciel Parente com provimento do General Governador do Estado do Brasil, Dom Luiz de Souza tomou posse em 18 de julho de 1621. Castigou os índios levantados. Incumbiu ao Capitão Pedro Teixeira a abertura de uma estrada para a cidade de São Luís do Maranhão. Bateu em Gurupá os holandeses.

Governadores e Capitães Generais do Estado do Maranhão e Grão-Pará

Francisco Coelho de Carvalho, Fidaldo da Casa Real, Senhor de Ouguela e Comendador de Idanha na Ordem de Cristo, tomou posse em 3 de setembro de 1626, faleceu na Vila de Cametá em 15 de maio de 1636.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Manoel de Souza de Eça, Cavaleiro do Hábito de Santiago, apresentou no dia 6 de outubro de 1626 a sua Patente Régia. Encarregou ao Capitão Pedro Teixeira resgaste de escravos indígenas bravios. Fez uma correria nos Pacajás por meio do Capitão Pedro da Costa Favela. Foi remetido preso para o Maranhão em 1628.

Feliciano Coelho, interinamente.

Manoel de Souza de Eça, restituído depois de nove meses de suspensão.

Luiz Aranha de Vasconcelos, Cavaleiro do Hábito de Cristo, tomou posse em 18 de outubro de 1629. Por queixas dos moradores foi suspenso e emprazado em 1630.

Jacome Raimundo de Noronha, Fidalgo da Casa Real e Provedor-Mor da Fazenda do Estado, por nomeação do General Governador tomou posse aos 29 de maio de 1630.

Antonio Cavalcante de Albuquerque de ordem do General Governador do Estado tomou posse em 28 de novembro de 1630 por ser mandado o seu predecessor pelo mesmo General a bater os holandeses e os ingleses na foz do Amazonas.

Luiz do Rego Barros, com Patente Régia tomou posse aos 22 de junho de 1633. Em janeiro de 1634 nomeou a Feliciano Coelho para lhe suceder provisoriamente, e ausentou-se de um rebuliço, que suspeitava.

Antonio Cavalcante de Albuquerque, entrou no governo demovido pelas instâncias do dito Feliciano Coelho, seu sobrinho, e de outras pessoas.

Luiz do Rego Barros, reassume o posto em janeiro de 1636 por ordem do General Governador do Estado.

Jacome Raimundo de Noronha, provedor-mor da Fazenda Real, toma posse no dia 9 de outubro de 1636 por eleição do Senado da Câmara da cidade de São Luís do Maranhão.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Francisco de Azevedo, Capitão, tomou posse no dia 24 de outubro de 1636 por nomeação do Governador. Faleceu aos 3 de fevereiro de 1637.

Ayres de Souza Chichorro, Capitão, tomou posse no dia 17 de março de 1637 de ordem do Governador do Estado.

Bento Maciel Parente, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro do Hábito de Cristo e perpétuo Senhor e Donatário do Cabo do Norte, tomou posse em 27 de janeiro de 1638 por nomeação de El-Rei. Entregou fraco e vergonhosamente aos holandeses comandados por João Corneles a cidade de São Luís, capital do Estado, aos 27 de novembro de 1641.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Feliciano de Souza e Menezes, nomeado pelo Governador tomou posse no dia 17 de abril de 1638. Faleceu a 8 de novembro de 1638.

Ayres de Souza Chichorro, Capitão, por nomeação pública, tomou posse no dia 9 de novembro de 1638.

Manoel Madeira, com Patente Régia tomou posse em 26 de abril de 1639.

O Senado da Câmara, tomou posse no dia 16 de fevereiro de 1640, por ordem do Governador, que suspendeu e emprazou o Capitão-Mor Madeira.

Pedro Teixeira, Capitão, tomou posse no dia 28 de fevereiro de 1640 com Patente dada pelo Governador do Estado.

Francisco Cordovil Camacho, Cavaleiro do Hábito de Cristo e Provedor-Mor da Fazenda Real, por nomeação do Governador do Estado tomou posse no dia 26 de maio de 1641. Faleceu aos 15 de setembro de 1642.

O Senado da Câmara, por nomeação do defunto Capitão-Mor entrou no exercício deste posto no dia 15 de setembro de 1642.

Pedro de Albuquerque, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro do Hábito de Cristo, é natural de Pernambuco, tomou posse aos 13 de julho de

1643. Faleceu no dia 6 de fevereiro de 1644 e foi sepultado na capela mor da igreja dos padres carmelitanos.

Feliciano Correa e o Sargento-Mor do Estado *Francisco Coelho de Carvalho* constituíram um Governo Provisional na forma disposta em 30 de janeiro de 1644 pelo defunto governador.

Francisco Coelho de Carvalho, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Sargento-Mor do Estado, tomou posse em 17 de junho de 1646 com Diploma Régio. Faleceu aos 15 de fevereiro de 1648: e foi sepultado na portada da igreja dos religiosos de Santo Antônio.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Paulo Soares de Avelar, Capitão, tomou posse no dia 28 de julho de 1646 por nomeação do Governador do Estado.

Sebastião de Lucena de Azevedo com patente do monarca tomou posse no dia 3 de janeiro de 1647. Foi confinado em 1648 na Vila de Gurupi.

Ayres de Souza Chichorro, Capitão, sucede ao precedente no dia 15 de fevereiro de 1648 por patente conferida pelo defunto Governador do Estado.

Luiz de Magalhães, Fidalgo da Casa Real, Comendador de Santiago da Ganha na Ordem de Cristo, e Capitão de Infantaria do Exército, tomou posse aos 17 de fevereiro de 1649.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Ignácio do Rego Barreto, ex-Provedor-Mor da Fazenda do Estado e Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz, com Patente Régia tomou posse no dia 17 de junho de 1649.

Ayres de Souza Chichorro, Capitão, de ordem do Governador tomou posse no dia 19 de junho de 1650.

Capitães-Mores isentos da obediência ao Maranhão
pelo Rescrito de 23 de fevereiro de 1652

Ignácio do Rego Barreto, tomou posse no dia 5 de dezembro de 1652. Faleceu repentinamente no dia 24 de março de 1654.

Pedro Correa, Morgado da Ilha Graciosa, Sargento-Mor da Capitania tomou posse no dia 30 de março de 1654. Faleceu no dia 8 de maio de 1654. Era sobrinho do grande Pedro Teixeira.

Domingos Machado, Capitão entra na governança militar por ter depositado na suas mãos as chaves da fortaleza o defunto Capitão-Mor; e o Senado da Câmara toma seu cargo a providência política.

Ayres de Sousa Chichorro, Capitão, tomou posse no dia 10 de setembro de 1654 por eleição celebrada na Casa da Câmara pelo Clero, Nobreza e Povo.

Torna o Grão-Pará a formar com o Maranhão Governo Geral pelo Rescrito de 25 de agosto de 1654

André Vidal de Negreiros, Fildalgo da Casa Real, Comendador de São Pedro do Sul, e Alcaide-Mor das Vilas de Marialva e Moreira tomou posse aos 11 de maio de 1655.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Luiz Pimenta de Morais por nomeação do General Governador tomou posse no dia 8 de dezembro de 1655.

Feliciano Correa entrou em exercício no dia 16 de agosto de 1656.

Agostinho Correa, Sargento-Mor, tomou posse no dia 23 de setembro de 1656 por nomeação do General Negreiros autorizado para isso por El-Rei que o transferiu para o Governo de Pernambuco.

Dom Pedro de Melo, Comendador da Orem de Cristo das Comendas de Santa Maria de Anchete e de Gulfar, tomou posse aos 16 de junho de 1658.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Marçal Nunes da Costa, Cavaleiro de Hábito de Cristo, começou a exercer o cargo no dia 19 de setembro de 1658.

Rui Vaz de Siqueira, Comendador de São Vicente da Beira na Ordem de Cristo, recebeu a autoridade no dia 26 de março de 1662.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Francisco de Seixas Pinto com Patente Régia tomou posse no dia 16 de abril de 1662.

Feliciano Correa tomou posse no dia 5 de junho de 1665 por nomeação do Governador do Estado.

Antônio Pinto da Gaia, Sargento-Mor de Infantaria e Cavaleiro da Ordem de Cristo com Patente do Soberano entrou no exercício do cargo de 21 de janeiro de 1666.

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, Comendador da Ordem de Cristo das Comendas de Santa Maria da Vila de São Martinho das Moutas, e Donatário das Vilas e Capitanias de Cametá de Cumá, entrou na posse no seu cargo aos 22 de junho de 1667.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Manoel Guedes Aranha de ordem do Governador do Estado começa o exercício do posto aos 3 de setembro de 1667.

Paulo Martins Garro com patente dada pelo Governador tomou posse em primeiro de abril de 1668.

Feliciano Correa por nomeação do Governador sucedeu em 9 de junho de 1669 ao precedente, que foi com licença a Portugal.

Antônio Pinto da Gaia entrou em exercício em 1º de abril de 1670 depois de ter estado privado do cargo dois anos e meio pelo Governador.

Pedro César de Menezes, Fidalgo da Casa Real, Comendador de Santa Maria da Covilhan na Ordem de Cristo e Mestre de Campo da Guarnição da Praça de Campo Maior, tomou posse aos 9 de junho de 1671.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Marçal Nunes da Costa entrou em exercício do cargo aos 30 de julho de 1674.

Ignácio Coelho da Silva, Fidalgo da Casa Real, Comendador da Comenda de Santa Maria de Castro de Laboreiro e Capitão-Mor da Capitania da Piraíba, tomou posse do bastão aos 17 de fevereiro de 1678.

Francisco de Sá de Menezes, Doutor em Leis, tomou a posse no dia 27 de maio de 1682.

Gomes Freire de Andrade, Tenente General da Cavalaria da Província do Alentejo, recebeu o Governo em 16 de maio de 1685, escreveu uma História do Maranhão, que nunca foi publicada.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho apresentou a sua Patente Régia em 25 de julho de 1685.

Artur de Sá de Menezes, Comendador das Comendas de São Pedro de Folgosinho da Ordem de Cristo e de Santa Maria de Meimoa da Ordem de Aviz e Capitão de Infantaria do Terço de Setuval, tomou posse aos 26 de março de 1687.

Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho Sargento-mor de Batalha (correspondente hoje a Marechal de Campo) Alcaide-mor da Vila de Sines, Donatário das Capitanias de Santo Antônio de Alcântara e de Santa Cruz de Camutá, Senhor do Couto de Outil, Comendador de Santo Ildefonso na Ordem de Aviz, de Santa Maria de Cea de Vila Cova na Ordem de Cristo e Capitão-mor do Pará, recebeu o bastão no dia 17 de maio de 1690.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Hilário de Souza de Azevedo principiou as funções do cargo em 27 de agosto de 1690.

João de Vellasco Molina entrou na posse aos 20 de julho de 1698.

Fernão Carrilho, Comendador de São Martinho de Lagares, Tenente de Mestre de Campo General, e Lugar-Tenente do Governador do Estado, tomou posse do governo provisional no dia 30 de junho de 1701.

Dom Manoel Rolim de Moura, Comendador e Alcaide-mor de Santa Maria da Chavaceira, e Capitão de Infantaria, tomou posse aos 8 de julho de 1702.

João de Vellasco Molina, Capitão-mor do Pará, entrou no exercício interino do cargo no dia 13 de setembro de 1705.

Christovão da Costa Freire, Senhor de Pancas, Comendador das Alcarses de Soure, Mestre de Campo da Infantaria Auxiliar do Termo de Lisboa, recebeu o bastão aos 12 de janeiro de 1707.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Pedro Mendes Thomaz, Sargento-mor de Infantaria, com Patente de El-Rei tomou posse no dia 14 de abril de 1707.

João de Barros da Guerra tomou posse no dia 19 de abril de 1710.

José Velho de Azevedo, Tenente General de Artilharia entrou no emprego com Patente Régia aos 11 de junho de 1716.

Bernardo Pereira de Berredo, Fidalgo da Casa Real, Comendador de Idanha a nova, e Capitão de Cavalaria do Exército, tomou posse aos 18 de junho de 1718. Escreveu os Anais Históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará.

João da Maia da Gama, Comendador de Santa Maria de Almenara, ex-Governador da Parnaíba, tomou posse aos 19 de julho de 1722.

Alexandre de Souza Freire, Comendador de São Miguel de Nogueira, e Mestre de Campo de Auxiliares, tomou posse aos 14 de abril de 1728.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Antônio Marreiros começou o exercício do cargo aos 15 de agosto de 1726.

José da Serra, Chefe de Esquadra do Corpo da Marinha Real e Comendador de Penella da Ordem de Aviz, tomou posse aos 16 de julho de 1732. Morreu no dia 20 de março de 1736 e foi sepultado na catedral junto às grades da parte de fora.

Capitães-Mores durante o seu Governo

Antônio Duarte Barros entrou no exercício do cargo aos 27 de julho de 1732.

Antônio Duarte Barros Capitão-mor do Pará, entrou no exercício do emprego provisório pelo acordo da Câmara aos 21 de março de 1736.

João de Abreu Castelo Branco, Fidalgo da Casa Real, Comendador da Comenda de Colos da Ordem de São Tiago, tomou posse do Governo no dia 18 de setembro de 1737.

Francisco Pedro de Mendonça Gurjão, Comendador da Ordem de Cristo e ex-Governador da Ilha da Madeira, recebeu o bastão aos 14 de agosto de 1747.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Comendador de Santa Marinha de Mata de Lobos da Ordem de Cristo e Capitão Tenente da Real Marinha, tomou posse em dia 24 de setembro de 1751.

Manoel Bernardo de Mello e Castro Alcaide-Mor e Senhor dos Direitos Reais da Vila de Sernancelhe, Comendador da comenda de São Pedro das Alhadas da Ordem de Cristo e Coronel Chefe do Regimento de Infantaria da Guarnição da Praça de Cascaes, recebe o bastão aos 2 de março de 1759.

Fernando da Costa de Ataíde Teive, comendador da Ordem de São Bento de Aviz; e Coronel de Cavalaria da Praça de Almeida, tomou posse aos 14 de setembro de 1763.

João Pereira Caldas Alcaide-Mor e Comendador de São Mamede de Troviscoso da Ordem de Cristo e Coronel de Cavalaria do Exército, tomou posse em 21 de novembro de 1772.

José de Napoles Tello de Menezes, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Tenente de Cavalaria da Praça de Almeida, tomou posse no dia 4 de março de 1780.

Martinho de Souza e Albuquerque, Moço Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro da Ordem de Malta e Coronel de Infantaria do Exército, recebeo o bastão aos 25 de outubro de 1783.

Dom Francisco de Souza Coutinho, Cavaleiro da Ordem de Malta e Capitão de Fragata do Corpo da Marinha Real, tomou posse no dia 15 de junho de 1790.

Dom Marcos de Noranha e Brito, Conde dos Arcos, Comendador da Ordem de Cristo e Capitão do Regimento de Cavalaria da Praça d'Elvas tomou posse no dia 22 de setembro de 1803.

José Narcizo de Magalhães de Menezes Tenente General dos Reais Exércitos, Comendador da Ordem Militar de São Bento de Aviz e ex-Comandante das Tropas do Rio de Janeiro, tomou posse no dia 10 de março de 1806. Faleceu no dia 20 de dezembro de 1810 e foi enterrado na parte supeior do presbitério junto ao supedâneo do Alta Mor da Igreja de Nossa Senhora das Mercês.

Junta de Sucessão Provisional na forma do Alvará de 12 de dezembro de 1770 composta do Bispo Dom Manoel de Almeida de Carvalho, do Brigadeiro Manoel Marques e do Dezembargador Ouvidor da Comarca do Pará Joaquim Clemente da Silva Pombo, principiou o manejo dos negócios públicos no dia 20 de dezembro de 1810.

Antonio José de Souza Manoel de Menezes, Conde de Vila Flor, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, seu Copeiro-Mor, Comendador da Ordem de Cristo, Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada e Brigadeiro de Cavalaria do Exército, tomou posse aos 19 de outubro de 1817. Partiu com licença do monarca para o Rio de Janeiro no dia 1º de julho de 1820.

Junta de Sucessão Provisional na forma do Alvará perpétuo de sucessão de 12 de dezembro de 1770, de que foram Deputados o Arcediago Antonio da Cunha, o Coronel do Estado Maior do Exército e Ajudante de Ordens do Governo Joaquim Philipe dos Reis, e o Dezembargador Ouvidor da Comarca do Pará Antonio Maria Carneiro de Sá, começou no dia 1º de julho de 1820.

Junta Provisória nomeada pelo povo para governar segundo a nova Constituição de Portugal foi composta do Cônego Vigário Capitular Romualdo Antonio de Seixas, do Juiz de Fora Joaquim Pereira de Macedo, do Coronel Comandante do 1º Regimento de Linha João Pereira Villaça, do Coronel Comandante do 2º Regimento de Linha Francisco José Rodrigues Barata, do Coronel Comandante do 4º Regimento de Milícias Geraldo José de Abreu, do Tenente Coronel do Corpo de Milícias Ligeiros da Cidade Francisco José de Faria, do Negociante Francisco Gonçalves Lima e dos Agricultores João da Fonseca Freitas e José Rodrigues de Castro Góes, e começou no 1º de janeiro de 1821.

Junta Provisória do Governo Civil composta do Médico Antonio Correa de Lacerda, do Proprietário João Pereira da Cunha e Queiroz, do Chantre da Catedral Joaquim Pedro de Moraes e Betencourt, do Capitão

de Fragata José Joaquim da Silva, do Major Reformado de Milícias Balthasar Alves Pestana, do Capitão de Milícias Manoel Góes Pinto e do Lavrador José Rodrigues Lima, segundo o Decreto das Cortes Portuguesas de 29 de setembro de 1821; ela começou no dia 12 de março de 1822.

Junta Provisória composta do Governador do Bispado Romualdo Antonio de Seixas, do Coronel Geraldo José de Abreu, do Juiz de Fora Joaquim Correa da Gama e Paiva, de Francisco Custódio Correa, de Joaquim Antonio da Silva, do Tenente Coronel Theodosio Constantino Chermont e de João Baptista Ledo, por eleição dos vereadores, cidadãos distintos e oficiais militares representativos dos cinco Corpos da Guarnição, principiou no dia 1º de março de 1823.

Junta Provisória do sistema da independência política do Brasil composta por nomeação popular do Coronel Geraldo José de Abreu, do Capitão do 2º Regimento de Milícias José Ribeiro Guimarães, do Cônego João Baptista Gonçalves Campos, do Porta-Bandeira do 1º Regimento de Milícias Felix Antonio Clemente Malcher, e do Capitão de Artilharia João Henriques de Matos, principiou no dia 18 de agosto de 1823.

José de Araújo Rozo, Coronel do 2º Regimento de Milícias e Cavaleiro do Hábito de Cristo, tomou posse aos 2 de maio de 1824 na qualidade de Presidente da Província segundo a Carta de Lei de 14 outubro de 1823.

José Felix Pereira de Burgos, Cavaleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz, Dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro e Tenente Coronel Adido ao Estado Maior do Exército, tomou posse no dia 28 de maio de 1825.

Paulo José da Silva Gama, Barão de Bagé e Comendador da Ordem de Aviz, tomou posse no dia 14 de abril de 1828.

José Felix Pereira Burgos, Barão de Itapecurú, Dignatário da Imperial Ordem do Cruzeiro, Cavaleiro da Ordem de Aviz e Tenente Coronel do Estado Maior do Exército, tomou posse aos 14 de julho de 1830.

Visconde de Goyana, tomou posse no dia 19 de julho de 1831. Foi deposto pela tropa no dia 7 de agosto de 1831.

Marcellino José Cardoso, Médico e Vice-Presidente da Província, tomou posse aos 7 de agosto de 1831.

José Joaquim Machado de Oliveira, Tenente Coronel Adido ao Estado Maior do Exército e Cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz, tomou posse no dia 27 de fevereiro de l832.

N. B. – O leitor, que desejar saber em sumário os fatos históricos destes diferentes Governos até o ano de 1823, veja o meu Compêndio das *Eras da Província do Pará*, cuja impressão em setembro de 1838 principiou e acabou em junho de 1839.

ADITAMENTO

Divisão das Comarcas e Termos da Província do Pará feita em cumprimento do Artigo 3º do Código do Processo Criminal pelo Governo em Conselho nas Sessões Ordinárias de 10 a 17 de maio de 1833.

1º Haverá na Província três Comarcas: a saber, a do Grão-Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas, suprimindo-se a do Marajó.

2º A Comarca do Grão-Pará, compreenderá os Termos da Cidade de Santa Maria do Belém, e das Vilas de Turi-assú, Bragança, Cintra, Vigia, Monsarás, de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira; de Muaná, do Equador, Ourem, Camutá, do Tocantins, Oeiras e Melgaço.

3º A Comarca do Baixo Amazonas compreenderá os Termos das de Tapajós, Faro, Pauxis, Franca, Monte Alegre, Macapá, de Porto de Mós e Gurupá.

4º A Comarca do Alto Amazonas compreenderá os Termos das Vilas de Manaus, Luzia, Tefé e Mariuá.

5º O Termo de que é cabeça a Cidade de Santa Maria de Belém compreenderá as Freguesias da Cidade, a de Benfica, a de Barcarena, as de Conde a Beja, que perdem o predicamento de Vilas, a de Abité, a de Igarapé-Miri, a do Mojú, a do Acará, a do Bojarú, a do Capim e a de São Domingos até ao Igarapé Jurujaia inclusive.

6º A Povoação de Turiassú fica ereta em Vila, compreendendo no seu Termo todo o território que atualmente lhe pertence e não é desanexado para o Termo da Vila de Bragança.

7º O Termo de que é cabeça a Vila de Bragança compreende a mesma Vila e as Freguesias de Periá, de Gurupi e de Vizeu.

8º O Termo de que é cabeça a Vila de Cintra compreende a mesma Vila, o Lugar de Santarém Novo e das Salinas; servindo de limites, os atualmente designados entre a Vila de Bragança e Vila Nova d'El-Rei.

9º O Termo de que é cabeça a Vila da Vigia compreende a mesma Vila e o Lugar de São Caetano, a Vila Nova d'El-Rei, suprimido o predicamento de Vila e o título que é substituído pelo de Freguesia de Marapaná; a Vila de Collares, suprimido o predicamento de Vila; e os rios do Porto Salvo e Penho-longa; servindo-lhe de limites os que atualmente tem com a Vila de Cintra, e com os da Cidade.

10º O Termo de que é cabeça a Vila de Monsarás compreende a mesma Vila e as de Monforte, de Soure o de Salvaterra, que perdem o predicamento de Vilas.

11º A Freguesia da Conceição da Cachoeira, que fica ereta em Vila, compreende no seu Termo o seu antigo território, a Vila Nova de Marajó, que perde o seu predicamento de Vila, o Distrito do Rio Caracará, que fica desanexado do Termo de Monsarás e a Freguesia de Conceição da Ponta de Pedra com os seus limites atuais.

12º A Freguesia de Muaná, que fica ereta em Vila, compreende no seu Termo todo o território que formava os seus antigos limites.

13º O Termo de que é cabeça a Vila de Chaves (suprimida a denominação de Chaves e substituída pela de Equador) conservará todo o seu território que atualmente lhe pertence, inclusivamente as Ilhas que formaram parte dela.

14º O Termo de que é cabeça a Vila de Camutá compreende a mesma Vila, de seus respectivos Distritos e toda a Ilha de Tamanduá e as que ficam daí para baixo.

15º O Termo de que é cabeça a Vila de Ourem compreende as Freguesias de Irituia e São Miguel da Cachoeira, servindo-lhe de limite da parte da Cidade o primeiro sítio acima da embocadura do Igarapé Jurujaia e da parte da Vila de Bragança os limites atualmente designados.

16º Freguesa do Baião, que fica ereta em Vila com a denominação de Tocantins, compreende no seu Termo o seu antigo território e

os Postos Militares de Arroios e São João de Araguaia; servindo de limites a esta Vila e à de Camutá o rio Tauaré da parte de baixo, principiando do sítio Mocajuba e do outro lado do sítio de João da Silva Tavares, e ficando-lhe pertencendo a ilha de Santa Ana e todas as mais daí para cima.

17º O Termo de que é cabeça a Vila de Oeiras compreende a mesma Vila com os seus atuais limites.

18º O Termo de que é cabeça a Vila de Melgaço compreende a mesma Vila e seus respectivos Distritos ficando-lhe anexa a Vila de Portel, que perde o predicamento de Vila.

19º O Termo do que é cabeça a Vila de Santarém (suprimida a denominação de Santarém e substituída pela de Tapajós) compreende a mesma Vila e as de Alenquer e Alter do Chão, que perdem o predicamento de Vilas.

20º O Termo de que é cabeça a Vila de Faro compreende a mesma Vila e a Missão do Juruti (que perde o título de Missão ficando substituído pelo de Lugar) e com os seus atuais limites.

21º O Termo de que é cabeça a Vila de Óbidos (suprimida a denominação de Óbidos é substituída pela de Pauxis) compreende a mesma Vila com os seus atuais limites.

22º O Termo de que é cabeça a Vila Franca compreende a mesma Vila e as de Boim e Pinhel, que perdem o predicamento de Vilas, os Lugares de Aveiro e Curi, e a Capela de Uxituba com os seus respectivos limites.

23º O Termo de que é cabeça a Vila de Monte Alegre compreende a mesma Vila e o lugar de Outeiro com todos os seus antigos limites.

24º O Termo de que é cabeça a Vila de Macapá compreende a mesma Vila e a de Mazagão (suprimido o predicamento de Vila e o título de Mazagão, sendo substituído pelo de Regeneração) e com os seus atuais limites.

25º O Termo de que é cabeça a Vila de Porto de Mós compreende a mesma Vila e as de Veiros, Pombal e Souzel, que perdem o predicamento de Vilas.

26º O Termo de que é cabeça a Vila de Gurupé compreende a mesma Vila e os lugares de Carrazedo, Vilarinho do Monte e Boa Vista, com os seus atuais limites.

27º O Lugar da Barra do Rio Negro fica ereto em Vila com a denominação do Manaus, servindo de cabeça de Termo, em o qual se compreende a mesma Vila e a de Silves, que perde o predicamento de Vila e denominação de Silves, sendo substituída pela de Saracá; e bem assim as Freguesias de Aburia e de Amatari (suprimido o título que cada uma tinha de Missão) e de Jauí, que era denominada Airão, com os seus atuais limites.

28º A Missão de Maués fica ereta em Vila com a denominação de Luzia (suprimido o título do Missão) compreendendo em seu Termo a mesma denominação de Borba, que deve ser substituída pela de Araretama e as Freguesias de Vila Nova da Rainha, que perde esta denominação ficando com a de Topinambaranas e Canumá, suprimido em ambas o título de Missão e tendo por limites o Parintins e o rio Madeira inclusivo.

29º O Termo de que é cabeça a Vila de Ega, que perde esta denominação e é substituído pela de Tefé, compreende a mesma Vila e a de Olivença, suprimido o predicamento de Vila e a denominação de Olivença, que é substituído pela de Jauari: e as Freguesias do Guari, Fonte Boa, Amaturá e Tabatinga, com os seus antigos limites.

30º O Termo de que é cabeça a Vila de Barcellos, que perde esta denominação e é substituída pela antiga de Mariuá, compreende a mesma Vila e as de Moura e Thomar, que perdem o predicamento de Vilas e as denominações que são substituídas a primeira pela de Itarendana e a segunda pela de Bararuá; com os seus antigos limites; e as Freguesias do Carvoeiro, que deverá ter a denominação de Aracari, de Moreira, que passa a ter a denominação de Caboquena, do Carmo, de Santa Izabel e de Marabitanas com os atuais limites: e ficam suprimidas as Freguesias de Poiares, Lamalonga, e Santa Maria de Belém, por se acharem abandonadas.

N. B. Todas as Vilas que perdem este predicamento ficam com o de freguesias.

Designação dos Termos em que devem reunir-se os Conselhos de Jurados na forma do art. 7º do Código do Processo Criminal, e que foi resolvido pelo Governo em Conselho em Sessão de 31 de maio.

31º Ao Termo da Cidade ficam unidos o da Vila de Ourem, e o da Vila do Muaná, sendo o da Cidade cabeça dos Termos.

32º Ao Termo da Vila Bragança fica unido o da Vila de Turiassú, sendo aquele cabeça dos Termos.

33º Ao Termo da Vila da Vigia fica unido o da Vila de Cintra, sendo aquele cabeça dos Termos.

34º Ao Termo da Vila da Conceição da Cachoeira ficam unidos os das Vilas de Monsarás e do Equador, sendo o primeiro cabeça dos Termos.

35º Ao Termo da Vila de Camutá ficam unidos os das Vilas de Tocantins, Oeiras e Melgaço, sendo o primeiro cabeça dos Termos.

36º O Termo da Vila de Macapá forma cabeça para a reunião dos respectivo Conselho.

37º Ao Termo da Vila de Porto de Mós fica unido ao da Vila de Gurupá, sendo aquele cabeça dos Termos.

38º Ao Termo da Vila de Tapajós ficam unidos os das Vilas de Monte Alegre e França, sendo o primeiro cabeça dos Termos.

39º Ao Termo da Vila de Pauxis fica unido o da Vila de Faro, sendo aquele cabeça dos Termos.

40º Ao Termo da Vila de Manaus ficam unidos os das Vilas de Tefé e Mariuá, sendo o primeiro cabeça dos Termos.

41º O Termo da Vila de Luzia forma cabeça para a reunião do respectivo Conselho.

42º O Governo em Conselho deliberou em Sessão de 21 de maio, e por virtude do Artigo 6º do Código do Processo Criminal, que houvesse na Província quatro Juízes de Direito; dois para a Comarca do Grão-Pará, sendo um destes o Chefe de Polícia, um para o Baixo Amazonas e outro para o Alto Amazonas.

Secretaria do Governo da Província, 25 de junho de 1833.

José Antonio da Fonseca Lessa, Secretário do Governo.

DECLARAÇÃO

Para esta Divisão das Comarcas e Termos não foi a Comissão da Estatística cometida pelo Governo em Conselho de fazer-lhe presente por Consulta a menor noção a este respeito; nem tão pouco se remeteu oficialmente à mesma Comissão um Exemplar para que ela ficasse ciente da nova disposição da superfície da Província. Ela foi impressa da Tipografia do Correio, Rua Formosa, nº 43: e como então já este meu Ensaio tinha chegado à sua consumação não pude tratar da recente mudança aonde cabia. Porém como não me foi possível entregar logo o dito Ensaio à imprensa julguei que era bom apresentar aos meus leitores para sua notícia por meio deste aditamento a transcrição da própria íntegra da determinação do dito Governo; e para de algum modo alumiar a mesma determinação eu a repito debaixo do arranjamento seguinte.

DIVISÃO JURISDICIONAL DAS POVOAÇÕES
DA PROVÍNCIA DO PARÁ

A Província do Pará consta de três Comarcas, uma Cidade, vinte e cino Vilas, oito Lugares, e cinqüenta e quatro Freguesias.

Comarcas

A do Grão-Pará; a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas.

Cabeças de Comarcas

Da comarca do Grão-Pará a Cidade de Belém.

Da do Baixo Amazonas a Vila do Tapajós (de Santarém pela Antiga denominação extinta).

E da do Alto Amazonas a Vila de Manaus[(x)] Lugar da Barra do Rio Negro pela antiga qualificação).

(x) Este nome foi da Vila de Moura quando era Aldeia.

Vila da Comarca do Pará

A de Turiassú (lugar do mesmo nome pela antiga qualificação) de Bragança, de Cintra, da Vigia, de Monsarás, de Nossa Senhora de Conceição da Cachoeira (Freguesia do mesmo nome pela antiga qualificação), do Mauná (Freguesia do mesmo nome pela antiga qualificação), do Equador (de Chaves pela antiga denominação extinta), de Ourem, de Camutá, do Tocantins (lugar de Baião pela antiga qualificação), de Oeiras, e de Melgaço.

Vilas da Comarca do Baixo Amazonas

A do Tapajós, de Faro, de Pauxis (de óbidos pela antiga denominação extinta), Franca, de Monte Alegre, de Macapá, de Porto de Mós e de Gurupá.

Vilas da Comarca do Alto Amazonas

A dos Manaus, de Luzia (Missão dos Maués pela antiga qualificação), de Mariuá (de Barcellos pela antiga denominação extinta) e de Tefé e de Ega pela antiga denominação extinta).

POVOAÇÕES DA JURISDIÇÃO DAS VILAS DA COMARCA DO PARÁ

Da Vila de Bragança as Freguesias do Periá do Guruí e de Viseu (lugares dos mesmos nomes pela antiga qualificação extinta).

Da Vila de Cintra os lugares de Santarém Novo e das Salinas.

Da Vila da Vigia o lugar de São Caetano, e as Freguesias de Maracaná[(x)].

(Vila Nova de El Rei pela antiga qualificação extinta) e de Colares (Vila do mesmo nome pela antiga qualificação extinta).

(x) Isto foi equivocação que o Governo padeceu: porque este nome só o teve a Vila de Cintra antes deste predicamento e a Vila de Nova d'El Rei quando Aldeia tinha o de Curuçá.

Da Vila de Monsarás as Freguesias de Monforte de Soure e de Salvaterra (Vilas dos mesmos nomes pela antiga qualificação extinta)

Da Vila de Nossa Senhora da Conceição de Cachoeira a Freguesia da Conceição da Ponta de Pedra (lugar do mesmo nome pela antiga qualificação extinta).

Da Vila de Ourem as Freguesias do Irituia, e de São Miguel da Cachoeira.

Da Vila do Tocantins os Postos Militares de Arroios[(x)] e de São João de Araguaia.

Da Vila de Melgaço a Freguesia de Portal (Vila do mesmo nome pela antiga qualificação extinta).

N. B. A Cidade tem duas Freguesias e no Termo dela compreendem-se as Freguesias de Benfica, de Barcarena, de Conde e de Beja (Vilas dos mesmos nomes pela antiga qualificação extinta), do Abaité, do Igarapé-miri, do Moju, do Acará, do Bojaru, do Capim e de São Domingos da Boa Vista.

Povoações da Jurisdição das Vilas da Comarca do Baixo Amazonas

Da Vila dos Tapajós as Freguesias de Alenquer e de Alter do Chão (Vilas dos mesmos nomes pela antiga qualificação extinta). Vida de Faro o lugar de Juruti (Missão deste nome pela antiga qualificação).

Da Vila Franca as Freguesias do Boim e de Pinhel (Vilas dos mesmos nomes pela antiga qualificação extinta); e dos lugares de Aveiro e de Curi (Missões dos mesmos nomes pela antiga qualificação): e a Capela do Uxituba.

Da Vila Monte Alegre o Lugar de Outeiro.

Da Vila de Macapá a Freguesia da Regeneração (Vila de Mazagão pela antiga qualificação extinta).

Da Vila de Porto de Mós as Freguesias de Veiros, de Pombal, e de Souza (Vila dos mesmos nomes pela antiga qualificação extinta).

Da Vila de Gurupá os lugares de Carrazedo, de Villarinho, do Monte, e da Boa Vista.

(x) Já não existia este Posto Militar quando se tratava da presente Divisão das Comarcas.

Povoações da Jurisdição das Vilas da Comarca do Alto Amazonas

Da Vila de Manaus as Freguesias de Saracá (Vila de Silvespela antiga qualificação extinta), do Aturiá e de Amatari (Missões dos mesmos nomes pela antiga qualificação), e do Jaú (lugar de Airão pela antiga qualificação extinta).

Da Vila de Luzia as Freguesias de Araretama (Vila de Borba (a) pela antiga qualificação extinta), de Topinambaranas (Missão de Vila Nova da Rainha pela antiga qualificação extinta), e de Canumá (Missão do mesmo nome pela antiga qualificação).

Da Vila de Tefé as Freguesias de Jauari (Vila de Olivença (b) pela antiga qualificação extinta), do Coari, de Fonte Boa, de Amaturá e de Tabatinga (c) (lugares dos mesmos nomes pela antiga qualificação).

Da Vila de Mariuá as Freguesias de Itarendana (Vila de Moura) (d) pela antiga qualificação extinta e Bararuá (Vila de Thomar (e) pela antiga qualificação extinta), de Aracari (Lugar de Carvoeiro pela antiga denominação extinta) de Caboquena (Lugar de Moreira pela antiga qualificação extinta) do Carmo, de Santa Izabel e de Marabitanas (Lugares dos mesmos nomes pela antiga qualificação extinta).

Esta divisão das Comarcas e Termos da Província não ficou isenta dos defeitos provenientes da obliteração da memória e do desprezo dos princípios indispensáveis para a sua discreta regulamentação. Faltou ao Governo em Conselho designar em que graduação deviam ser consideradas as Vilas de Arraiolos, de Esposende e de Almeirim, visto que não fez menção delas quer na classe das Vilas, quer na dos Lugares ou na das Freguesias: e faltou-lhes denominar, segundo o romance índico as mais Povoações para as igualar nisso às outras, e assim completar a confusão das denominações dos Povos Paraenses, os quais nos Mapas formados segundo a configuração e observações astronômicas feitas em conseqüência da Demarcação de Limites até o ano de 1790 se acham

(a) Aldeia do Trocano foi o seu nome primordial.
(b) Foi Aldeia dos Cambebas.
(c) Esqueceram de Lugares de Nogueira e de Alvarães.
(d) Seu nome primário foi o de Aldeia dos Caricais.
(e) Primitivamente chamou-se Aldeia dos Manaus.

apontados com os nomes que já tinham desde o seu começo e que não deviam ser alterados por estarem de assento no conhecimento de todos em universal e por ser inútil, desarrazoada e sem nenhum fundamento ou utilidade a mutação de invocações. Estes princípios racionáveis foram desacatados pelo sobredito Governo quando operou a supramencionada divisão: porquanto não cuidou de consultar uma Carta Topográfica da Província, nem de adquirir noções locais muito miúdas e muito refletidas por meio de uma informação exigida dos possuidores de exatos conhecimentos topográficos do país: e por isso desacertou na designação da linha circunscritiva dos Termos das Vilas, degraduou Povos que estavam em mais poderosas circunstâncias que outros, como fez com a Vila de Mazagão digna do seu predicamento pelas razões primitivas e fundamentais da sua criação e composta de 827 moradores com 325 escravos, cujo número total e trabalho agrário eram e são superiores aos da Vila de Porto de Mós, que consta de 705 vizinhos e de 53 escravos, e tudo isto coroou com o dislate de abraçar os vocábulos dos bárbaros boçais talvez entendendo que assim agradaria aos Terrantezes incultos sem parecer indecoroso ou alheio de razão que o homem social se aproxime ao sáfio Selvagem por meio da adoção de nomes gentílicos. Um semelhante conceito só achará assentimento em certas imaginações ardentes dirigidas pela leitura do ígneo discurso ditado pelo entusiasmo e acrimônia do Filósofo Genebrino [(x)] sobre a origem da desigualdade entre os homens, para cujas imaginações ou espíritos destituídos de filosofia, exceto um paradoxo, é todo razão.

(x) João Jacques Rousseau.